

a
ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

// EQUIPE EDITORIAL

EDITORA

Dra. María Franco García
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

SECRETARIA EXECUTIVA

Maria Clara Multini Belchior
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Araraquara), Brasil

DIAGRAMADOR

Fabício Trindade Ferreira

SUPORTE TÉCNICO

Givaldo Ramos da Silva Filho
Rafael Todescato Cavalheiro
Suporte Open Journal Systems - Editora UFGD

CONSELHO EXECUTIVO

Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior,
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
Dr. Carlos Alberto Feliciano
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Presidente Prudente), Brasil
Dr. Jose Gilberto de Souza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Rio Claro), Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Dr. Alessandro Gallo, Università Ca' Foscari di Venezia, Itália
Dra. Ana Fani Alessandri Carlos, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dr. Antonio Augusto Rossotto Ioris, University of Edinburgh, Scotland, Reino Unido
Dr. Antônio Vázquez-Barquero, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), Espanha
Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dra. Beatriz Ribeiro Soares, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil
Dr. Charlei Aparecido da Silva, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
Dra. Claudete Vitte, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Dr. Cristián Ruiz Henríquez, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile
Dra. Diana Lan, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Argentina
Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Dr. Eduardo Salinas Chavez, Universidad de La Habana (UH), Cuba
Dr. Eliseu Savério Spósito, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Emerson Galvani, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil
Dr. Everaldo Santos Melazzo, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Federico Arenas Vazquez, Pontificia Universidad Católica de Chile (UC), Chile
Dr. Hervé Théry, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dr. João Lima Sant'Anna Netto, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. José Alberto Rio Fernandez, Universidade do Porto, Portugal
Dr. José Borzacchiello da Silva, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil
Dr. José Gilberto de Souza, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Luis Cruz Lima, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil
Dra. Lisandra Pereira Lamoso, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
Dr. Marcelo Lopes de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Dr. Márcio Antonio Cataia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Dr. Márcio Piñon de Oliveira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Dr. Marcos Aurelio Saquet, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil
Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dra. Maria Geralda Almeida, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
Dra. Maria Laura Silveira, Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina
Dra. Maria Tereza Duarte Paes, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Dr. Nelson Rego, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Dr. Paulo César da Costa Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Dr. Pedro Almeida Vasconcelos, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil
Dr. Rogério Haesbaert da Costa, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Dr. Ruy Moreira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Dr. Samuel do Carmo Lima, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil
Dra. Sandra Elisa Contri Pitton, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Sylvio Fausto Gil Filho, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil
Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

// SUMÁRIO

006	Editorial María Franco García DOI 10.5418/ra2020.v16i30.13210
008	A CONDIÇÃO REGIONAL DA NOVA ANDRADINA (MS): Apontamentos sobre o processo e sua constituição socioespacial Maria José Martinelli Silva Calixto Edmilson Batista Santana DOI 10.5418/ra2020.v16i30.11108
026	A PESQUISA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA GEOGRAFIA ESCOLAR: Reflexões a partir de vivência no Ensino Fundamental Elaine Cristina de Medeiros Pereira Ione Rodrigues Diniz Moraes Tânia Cristina Meira Garcia DOI 10.5418/ra2020.v16i30.12665
039	BNCC: O ensino de geografia e a linguagem cartográfica Iolando Castro Silva Mugiany Oliveira Brito Portela 10.5418/ra2020.v17i30.12706
055	CLASSIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SUDESTE BRASILEIRO Nayhara Gomes Ralfo Matos Carlos Lobo DOI 10.5418/ra2020.v16i30.9345
075	DIMENSÃO E DINÂMICA DO PROCESSO PRODUTIVO E TERRITORIAL DA AGROPECUÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL PÓS-2003 Roberto Cesar Costa Cunha Carlos José Espíndola DOI 10.5418/ra2020.v16i30.10110
100	ESPACIO URBANO Y PROSTITUCIÓN EN LA CIUDAD DE MÉXICO: Sus clientes y consumidores/as Laura Pallarés Ameneiro Xose Manoel Santos Solla Francisco Ramón Durán Villa DOI 10.5418/ra2020.v16i30.13159
127	OS ARGUMENTOS E AS IMPLICAÇÕES DA MECANIZAÇÃO NA COLHEITA DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS CANAVIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO Maria Joseli Barreto DOI 10.5418/ra2020.v16i30.9405
Seção Temática - Geografia Política	
146	Editorial: A GEOGRAFIA POLÍTICA SE FAZ PRESENTE Márcia da Silva Adriana Dorfman DOI 10.5418/ra2020.v16i30.13100
148	O LOCAL, O REGIONAL E O NACIONAL COMO ESCALAS GEOGRÁFICAS DAS PRÁTICAS, LUTAS E DIREITOS: Territorialidades indígenas latino-americanas Marcos Mondardo DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10666
170	PRODUÇÃO GEOGRÁFICA E NOVOS RECORTES SOCIOESPACIAIS NAS LUTAS, NAS RESISTÊNCIAS E NAS CONTRA-HEGEMONIAS: Reflexões sobre sujeitos e comunidades tradicionais no espaço brasileiro. Catia Antonia Silva DOI 10.5418/ra2020.v16i30.10897
190	COOPERANDO 'VERTICALMENTE' E PARTICIPANDO 'HORIZONTALMENTE': Por governanças metropolitanas sustentáveis no Rio de Janeiro Augusto César Pinheiro da Silva DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10605

210	CONSELHOS MUNICIPAIS: Do desenho institucional as 'teias' da participação social no Centro-Sul do Paraná Idair Augusto Zinke Márcia da Silva DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10555
229	ORGANIZAÇÕES POPULARES EM CURITIBA: Sujeitos e conflitos, organização e luta Adilar Antonio Cigolini Nathan Rodrigues de Lima DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10667
252	"PARASIL": O futuro do atraso Henrique Manoel da Silva Alexandre Luís Ponce Martins DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10570
266	O ESPAÇO NACIONAL DA ECONOMIA INTERNACIONAL: O circuito espacial da produção têxtil no Rio Grande do Norte Igor Rasec Batista de Azevedo Francisco Fransualdo de Azevedo DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10610
289	POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS E CONTEXTO BRASILEIRO Anniele Sarah Freitas DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10651
307	DE LA FORMACIÓN SOCIOESPACIAL A LA FORMACIÓN TERRITORIAL: Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la formación y transformación de territorios en zonas de frontera Lina María Hurtado DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10083
323	O PLAN DE COLONIZACIÓN ANDRESITO (1980): Uma geopolítica de defesa nacional para o Nordeste da província de Misiones (ARG) limítrofe ao estado do Paraná (BR) Maristela Ferrari DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10671
338	REVISITANDO O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS Washington Ramos dos Santos Junior DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10737
363	PAISAGEM TRANSFRONTEIRIÇA: Ensinando e pesquisando em ambas Aceguás e ambos Nogales Adriana Dorfman Francisco Lara-Valencia Edgar Garcia Velozo DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10687
383	A OBSERVAÇÃO DA PAISAGEM COMO FORMA DE ESTUDO DE TERRITORIALIDADE: O caso da Vila Belmiro em Santos (SP) Rodrigo Accioli Almeida DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10678
406	A REDE DE GASODUTOS DA AMÉRICA DO SUL: Lacunas da integração regional sul-americana e empecilhos para a geopolítica brasileira André dos Santos Alonso Pereira DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10676
422	SOBERANIA, PODER E TERRITÓRIO: O caso do Sudeste Asiático Tales Henrique Nascimento Simões DOI 10.5418/ra2020.v17i30.10611

Editorial

María Franco García - Editora REVANPEGE

*Dedicamos esta editorial ao aluno da UFPB,
Clayton Thomaz de Sousa (o Alph),
encontrado morto com um tiro na nuca
na periferia de João Pessoa (Paraíba)
em 8 de fevereiro de 2020.*

*Para que sua coragem nos desafie a seguir lutando
por uma Universidade livre de toda forma de violência.*

Chegamos no número 30 da Revista de ANPEGE. Apresentamos para todas e todos, uma nova edição que traz o convite à reflexão e ao debate. Contudo, hoje, mais do que nunca na história da nossa entidade, convidamos a comunidade acadêmica, a construirmos juntos posicionamentos claros e firmes sobre os rumos da pesquisa, da sua função social e científica e das instituições que a amparam, neste ano de 2020 no Brasil.

Infelizmente, nos últimos meses a figura do interventor tem suplantado o reitor/a em um número assustador de universidades e institutos públicos federais. O autoritarismo decorrente da violação da autonomia e dos critérios democráticos, que fundamentam a vida universitária e dão sentido e significado ao livre pensamento, tem-nos retroagido aos tempos de controle ditatorial da vida social no país.

Na Universidade Federal da Paraíba, a nomeação feita pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, do terceiro e último candidato eleito, o professor Valdeney Veloso Gouveia, que obteve apenas 5% dos votos na consulta realizada à comunidade acadêmica e nenhum voto no Conselho Universitário (CONSUNI), mostra o desrespeito e desvalorização ao que todos e todas nós, membros da comunidade acadêmica, estamos sendo submetidos.

Se essa situação não fosse suficientemente crítica, enquanto redigíamos este breve editorial da revista científica de todas e todos os estudantes, docentes e pesquisadores de Pós-graduação em Geografia do Brasil, o estudante de graduação João Victor Ramos Xavier era barbaramente abordado, ameaçado e agredido enquanto a sua companheira, Rita de Cassia Santos de Lira, era intimidada e coagida, no ambiente de um dos colegas do Departamento de Geociências dessa instituição, o professor Jonas Souza.

Caso fosse válido perguntarmos pelo motivo, injustamente e mais uma vez se resume ao fato de terem nascido negros. Caso tenhamos dúvidas em relação ao agressor, dolorosamente e, mais uma vez, a brutalidade, de uniforme e armada, torna-se legítima em nome da “segurança” privada, do campus e no campus.

Infelizmente, a brutalidade à que comunidade universitária está sendo exposta em todo Brasil não difere da violência que se vivencia ordinariamente fora dos muros universitários.

Os princípios da desordem da vida em comum que imperam no país hoje, sustentam a cultura e a moral do ódio. O racismo é inigualável para gerar o caos, o autoritarismo para a discórdia, o negacionismo motiva à barbarie: ódio ao negro, ódio ao pobre, ódio ao outro! São as consignas irracionais deste catastrófico ano pandêmico no Brasil.

Não é simples acreditar na ciência e sua potência transformadora diante de cenários tão desoladores como o descrito, porém, ela é a nossa dedicação, e a mesma tem nos levado até aqui. Por isso, reafirmamos a necessidade de continuar publicando números como este. Onde além dos artigos que trazem os resultados de longos processos de dedicação à pesquisa, ao pensamento racional, ao teste, comprovação e refutação de dados, hipótese

e resultados, à leitura atenta e ao respeito ao conhecimento dos outros, temos a oportunidade de publicar uma diversa e inédita seção temática dedicada à Geografia Política. Tão necessária e bem-vinda neste momento.

Desde a Revista da ANPEGE assumimos, mais uma vez, o desafio de promover a divulgação científica com compromisso.

Nos comprometermos com a nossa comunidade, de estudantes, professores, técnicos e pesquisadores, implica entender que lá, nos locais onde se escreveram os artigos deste número e ali, nos locais aonde serão lidos, se constroem os futuros homens e mulheres de ciência com valores democráticos pelos que lutar.

Desejamos boas e inspiradoras leituras a todos e todas.

A CONDIÇÃO REGIONAL DA NOVA ANDRADINA (MS):

Apontamentos sobre o processo e sua constituição socioespacial

THE REGIONAL CONDITIONS OF NOVA ANDRADINA (MS):

Notes on process and socio-spatial constitution

LA CONDICIÓN REGIONAL DE NOVA ANDRADINA (MS):

Apuntes sobre el proceso y su constitución socioespacial

RESUMO

Neste texto intentamos apresentar elementos que auxiliem na compreensão da constituição do papel de Nova Andradina-MS na rede urbana regional, tendo como suporte analítico estudos realizados pelo IBGE, como o Censo Demográfico e Regic - Região de Influência das Cidades (1987, 1993, 2008 e 2018). Por intermédio do mapeamento e lançando luz sobre a dinâmica espaço-temporal de sua condição regional, buscamos considerar uma conformação socioespacial marcada pela articulação com escalas mais abrangentes. A relação com os centros urbanos de seu entorno foi importante na inserção econômica de Nova Andradina ao cenário nacional. Nesse processo, tiveram papel preponderante as atividades agropecuárias e o agronegócio, que fizeram com que o setor de comércio e de serviços aumentasse a participação na economia do município. Essa dinâmica se desdobra, de maneira significativa, na redefinição do espaço intraurbano desse município.

Palavras-chave: Nova Andradina-MS, dinâmica socioespacial, condição regional.

ABSTRACT

In this text, we intend to present elements that assist in understanding the constitution of the role of Nova Andradina - MS in the regional urban network, having as analytical support studies carried out by IBGE, such as the Demographic Census and Regic - Region of Influence of Cities (1987, 1993, 2008 and 2018). Through mapping and shedding light on the spatio-temporal dynamics of its regional condition, we seek to consider a socio-spatial confirmation marked by the articulation with more comprehensive scales. The relationship with the surrounding urban centers was important in the economic insertion of Nova Andradina on the national scene. In this process, agricultural activities and agribusiness played a major role, which made the commerce and services sector increase participation in the municipality's economy. This dynamic unfolds, significantly, in the redefinition of the intra-urban space of this municipality.

Key-words: Nova Andradina-MS, socio-spatial dynamics, regional condition

RESUMEN

En este texto intentamos presentar elementos que ayuden en la comprensión del proceso de constitución del papel de Nova Andradina -MS en la red urbana regional, utilizando como base analítica, los estudios realizados por el IBGE, como el Censo Democrático y los estudios Regic- Región de influencia de las ciudades (1987, 1993, 2008 y 2018). A través de la elaboración de cartografía y rescatando la dinámica espacio-temporal de su condición regional, buscamos considerar una formación socioespacial marcada por la articulación con escalas más extensas. Fue importante para la inserción económica del municipio al conjunto del territorio nacional la relación con los centros urbanos de su entorno. En ese proceso, tuvieron un papel preponderante las actividades agropecuarias y de agro-negocio, que hicieron con que el sector comercial y de servicios aumentase la participación en la económica municipal. Esa dinámica se vislumbra significativa cuando se trata de la redefinición del espacio intraurbano de este municipio.

Palabras clave: Nova Andradina-MS, dinámica socioespacial, condición regional.

Introdução

Nova Andradina-MS está localizada na porção sudeste do estado de Mato Grosso do Sul. Exerce influência regional e, como desdobramento dessa condição, assumiu novos papéis/funções, principalmente, as voltadas ao setor agropecuário, inicialmente com a produção bovina e, atualmente, com a forte presença do agronegócio (soja, milho e cana-de-açúcar).

O processo de incorporação econômica de Nova Andradina ao cenário nacional se substanciou, também, na relação mais intensa com os centros urbanos do seu entorno. O desenvolvimento de atividades agropecuárias e o agronegócio fizeram com que o setor de comércio e serviços aumentasse a sua participação na economia do município, suprimindo assim, a demanda regional.

Outro fator que podemos ressaltar diz respeito à posição geográfica¹, ao tamanho demográfico e à especialização funcional, que conferem/conferiram a Nova Andradina uma condição diferenciada frente aos municípios circunvizinhos, implicando articulação/interação espacial com centros urbanos de diferentes portes/tamanhos e, também, com redes urbanas distintas e ligadas a escalas geográficas mais abrangentes.

Em outras palavras, sua posição geográfica marca uma importância interurbana, expressa no papel desempenhado no setor comercial e, sobretudo, no de serviços. Constitui-se, assim, como centro de apoio regional ligado ao comércio e aos serviços especializados como: educação superior, venda de insumos e implementos agrícolas, entre outros.

Essa relação nos permite observar e compreender os papéis diferenciados dos centros urbanos, de acordo com as atividades mais especializadas ofertadas, resultando no estabelecimento de uma articulação entre eles, no que tange aos produtos comercializados, serviços oferecidos, atividades políticas administrativas desempenhadas etc.

Assim, a condição exercida por Nova Andradina é reforçada/assegurada pela dinâmica que permite a articulação em escala local, regional e nacional.

Tal realidade reforça o fato de que é preciso considerar que as relações são estabelecidas em escalas diferenciadas, pois independentemente do seu porte, cada centro urbano desempenha um papel na rede urbana de que participa.

Correa (2004) nos aponta que, com intensidade diferenciada, cada centro pode inserir-se, ao mesmo tempo, em diferentes redes urbanas, assim como reconfigura-se socioespacialmente de acordo com o contexto histórico.

Assim, cabe partir dos seguintes questionamentos: como essa condição regional se consolidou? Quais os determinantes que pautaram esse processo?

Buscando orientar nossos propósitos, este texto traz, além da Introdução e das Considerações Finais, três seções onde se busca: 1) apontar alguns balizadores do processo de conformação da condição regional de Nova Andradina; 2) analisar a dinâmica econômica na sua relação com a configuração socioespacial; 3) considerar as transformações socioespaciais, na relação com a escala intraurbana.

Cabe ressaltar que o texto tem o mérito de contribuir com os estudos urbano-regionais ao trazer para discussão uma temática ainda não tomada como objeto de análise, sobretudo, em se tratando da porção sudeste do estado de Mato Grosso do Sul e, em particular, de Nova Andradina.

A condição regional de Nova Andradina-MS: alguns balizadores de sua conformação²

Para compreendermos o papel de Nova Andradina, é importante considerar as transformações ocorridas na porção sul de Mato Grosso do Sul que, estão ligadas ao papel estratégico-político do Estado que, por intermédio de políticas voltadas para a integração e desenvolvimento econômico do território nacional, teve participação significativa no seu processo de “ocupação”.

Como ressalta Zoti (2017), até a década de 1930 e meados de 1940, o processo de exploração econômica na porção sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, era direcionado pela produção ervateira, comandada pela atuação da Companhia Matte Laranjeira, o que imprimiu uma dinâmica de apropriação e de produção econômica centralizadora, com atração de mão de obra, basicamente, paraguaia.

Entretanto, o monopólio da Cia Matte Laranjeira começou a ser desestruturado na década de 1940, com a política de integração nacional, impetrada pelo presidente Getúlio Vargas, via campanha Marcha para o Oeste, influenciando de forma significativa o processo de “ocupação” da porção sul de Mato Grosso do Sul. Esse processo impulsionou a formação de povoados e, posteriormente, cidades, contribuindo para delinear a configuração e conformação da rede urbana.

O propósito de integração também se fortalece com a criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) que, de acordo com Silva (2011), possibilitou a ocupação regional configurada pelas pequenas propriedades rurais. Essa dinâmica influenciou, especialmente, no papel que a cidade de Dourados viria assumir como um importante centro de referência, na rede urbana sul mato-grossense³.

Por sua vez, a implantação da CAND acabou por impulsionar a atuação de colonizadoras privadas que compravam fazendas, loteavam e vendiam. Ou seja, os estímulos voltados para o crescimento econômico e, por decorrência, demográfico, consubstanciaram tanto na atração de pessoas, principalmente oriundas da região sul do país, quanto na formação de alguns municípios, incrementando a economia regional, contribuindo para a definição da rede urbana.

De acordo com Lenharo (1986), por meio do estímulo do governo federal, o processo de atuação das companhias particulares se deu a partir dos anos de 1950.⁴ Esse incentivo do governo federal, de acordo com Queiroz (2008), possibilitou que a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso fundasse a cidade de Bataguassu, em 1941. Já Ivinhema, fundada em 1963, foi fruto da colonização da SOMECO - Sociedade Melhoramentos e Colonização. Por sua vez, a Companhia Moura Andrade & Cia marca a fase de ocupação das terras que formaria o município de Nova Andradina, em 1958.

Percebemos a forte influência do capital privado na dinâmica de formação socioespacial dos municípios localizados ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, devido, principalmente, aos incentivos oferecidos pelo Estado e as facilidades de acesso às terras.

É importante ressaltar a atuação da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que se pautou na necessidade de criar formas de conectar e integrar a economia aos moldes do capital monopolista. Sendo assim, podemos citar os “corredores de exportação” que incluíam Cuiabá/Rondonópolis, Corumbá e Campo Grande/Dourados, criando condições para uma produção agropecuária voltada ao fortalecimento do mercado externo.

Frente a essa dinâmica, os municípios que hoje compõem a área de influência de Nova Andradina passaram por transformações significativas nas relações de trabalho e de produção, impactando o contingente populacional urbano e rural. Da mesma forma, Nova Andradina passou a ser alvo de ações governamentais colocando-a como referência na oferta de serviços.

Nesse sentido, é válido reforçar que a condição de Nova Andradina é resultado de uma articulação que se processa em diferentes escalas e que se configura espaço-temporalmente. Com base em Correa, Calixto (2019), nos aponta: “A configuração espacial da rede urbana é uma construção histórico-social e, sendo assim, está sujeita a contingências econômicas, políticas e sociais que são gestadas tanto localmente quanto em escalas mais amplas” (p.585).

A mesma autora aponta que: “O ‘embate’ entre tais processos redefine sua singularidade, pois a cada momento histórico essa dinâmica é marcada pelas relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas vigentes” (2011, p. 66).

Até a década de 1980, Nova Andradina tinha uma população basicamente residente no campo. Uma das determinantes que contribuiu na inversão desse processo, e que interfere

na dinâmica socioespacial, diz respeito à ocupação efetiva do sul do atual Mato Grosso do Sul, principalmente por meio da expansão produtiva.

Podemos dizer que o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) tiveram papel importante, implantando programas especiais que, selecionavam áreas, visando à implementação de recursos federais para promover o desenvolvimento planejado.

Nesse contexto, um programa que teve significância para a análise do município de Nova Andradina foi o PRODEGRAN (Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados). Silva (2011) nos mostra que esse Programa alavancou as bases para a introdução de um sistema produtivo, com o intuito de desenvolver uma agricultura de alta produtividade. Para o autor, Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã e Nova Andradina⁵ se inseriram no processo por meio do circuito produtivo, primeiramente, da produção de trigo, café, soja, milho e a criação extensiva de gado. Isso ocorreu, sobretudo, pelo fato da BR-376 ser rota de escoamento dos produtos para centros dinâmicos do país, como São Paulo e Paraná.

Por sua vez, Calixto (2019) ressalta que o caráter assumido pelas políticas desenvolvimentistas, ao possibilitar uma mudança significativa na base econômica regional, redefine socioespacialmente a região e insere uma nova complexidade funcional, resultando, conseqüentemente, em novas formas de (re)produção do espaço urbano-regional.

Por meio da ação estatal, criaram-se condições para que o capital pudesse se estabelecer. Vale ressaltar, o investimento, principalmente, em infraestrutura voltada ao setor rodoviário, possibilitando a conexão com importantes centros consumidores, mediante maior fluidez material e imaterial.

Frente a essa dinâmica, temos elementos que nos auxiliam na compreensão do processo de configuração da porção sul de Mato Grosso do Sul, especialmente, dos municípios que compõem a área de influência de Nova Andradina, bem como a sua área de atuação imediata.

Quando consideramos os municípios que, de acordo com o IBGE/REGIC-2008, compõem a sua área de influência, percebemos que o aumento da população de Nova Andradina começou a se dar, de maneira mais significativa, a partir da década de 1970, superando os demais municípios (tabela 1).

Município	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Anaurilândia	-	6.029	7.224	7.270	7.955	8.494
Angélica	-	-	10.535	8.834	7.356	9.185
Batayporã	-	14.330	14.141	7.971	10.625	10.938
Nova Andradina	6.472	12.625	21.668	29.848	35.381	45.599
Taquarussu	-	-	-	4.533	3.493	3.51

Tabela 1 – Mato Grosso do Sul – Área de Influência de Nova Andradina – Evolução da população (1960-2010)

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1960-2010)

Org.: Os autores

Até a década de 1970, Batayporã apresentava contingente populacional superior ao de Nova Andradina, Angélica e Anaurilândia. Contudo, o processo de crescimento populacional de Nova Andradina se fortaleceu nos anos subsequentes, fazendo com que no Censo de 2010 ocupasse a oitava⁶ posição do estado em termos populacionais⁷.

Por sua vez, esse processo de evolução populacional se deu impactando o quadro da população rural, como pode ser visualizado na figura 1.

Silva (2011) aponta que as lavouras de grãos (soja, trigo e milho) e a pecuária foram as principais atividades agrícolas de integração da região à economia nacional. “Trata-se de culturas que, ao serem inseridas no novo contexto produtivo mundial, alteraram profundamente a estrutura produtiva regional e a relação do campo com a cidade” (p.2).

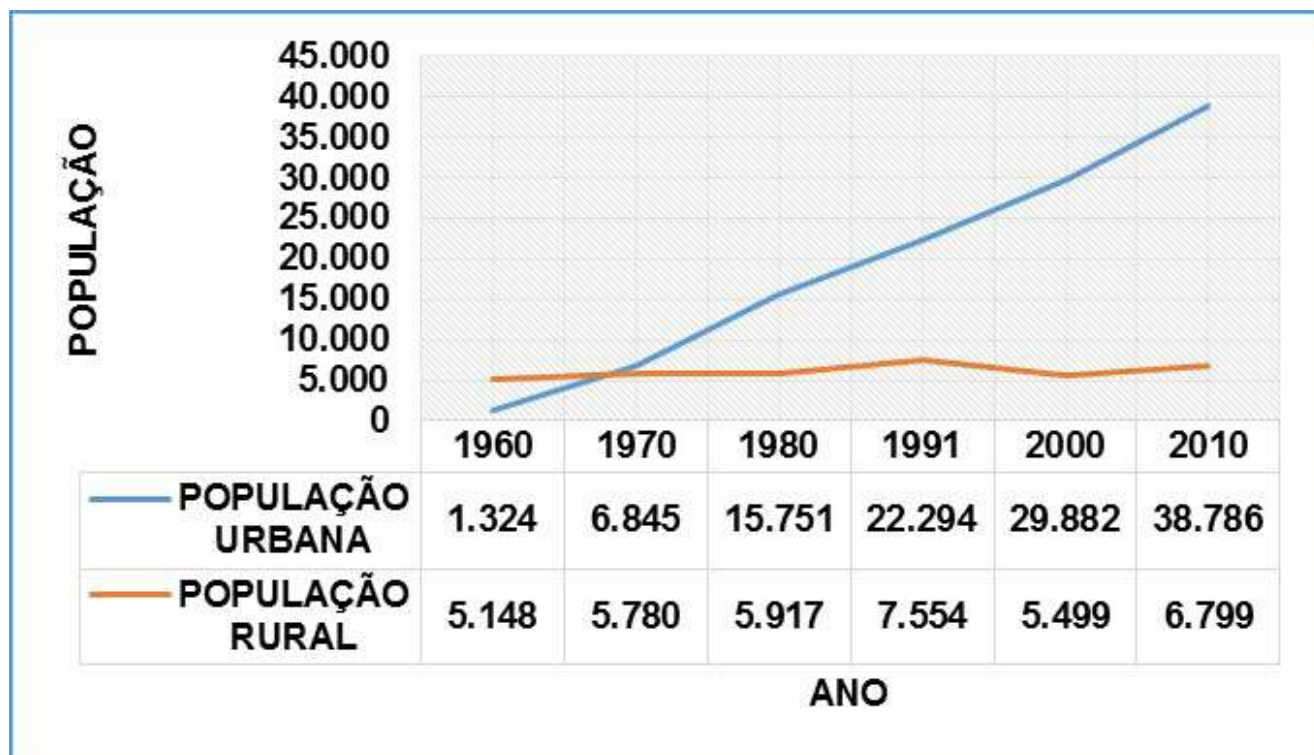


Figura 1 – Nova Andradina – MS – Variação da população urbana e rural (1960-2010)

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (1960-2010)

Org.: Os autores

Essa mudança no perfil populacional traz alterações na dinâmica regional, conferindo a Nova Andradina uma condição mais atrativa, principalmente, para os expropriados de suas terras com a tecnificação no campo.

Como sinaliza Silva (2011), o processo de inversão demográfica que ocorreu nos municípios da região de Nova Andradina a partir dos anos de 1980, esteve diretamente ligado à atuação das políticas da SUDECO, porém só se concretizaram por intermédio do desenvolvimento do PRODEGRAN que, conforme já colocado, visava estimular a produtividade regional, constituindo áreas que seriam basicamente agrícolas.⁸

Silva (2011) destaca que, com o PRODEGRAN, o governo federal visava aumentar a produção agrícola, visto tratar-se de pré-condição para o desenvolvimento econômico e para a almejada agroindustrialização na região, com o fomento à produção para exportação. Assim, o referido Programa alavancou as bases para a implementação do sistema produtivo que tinha em seu cerne o desenvolvimento da agricultura de alta produtividade. Para que pudesse incrementar a produção de grãos (soja, milho e trigo), o PRODEGRAN criou um subprograma de controle e prevenção à erosão. Nova Andradina foi um dos municípios que recebeu recursos do governo federal para subsidiar, entre outros, obras de drenagem, visando, sobretudo, a implementação de atividades agrícolas de alta competitividade.

Em meio a essa dinâmica, o avanço da pecuária na região de Nova Andradina se mostrou significativo, ressaltando, também, o fato de os colonizadores (ligados, sobretudo, ao Grupo Moura Andrade) estarem diretamente atrelados a esse ramo produtivo, o que contribuiu para o implemento dessa atividade.

A migração, principalmente sulista para a região, juntamente com o incremento de novas técnicas de produção agrícola, possibilitou a penetração de capital, o que configurou uma nova dinâmica. Esse fato contribuiu, também, para que Nova Andradina se inserisse paulatinamente no circuito produtivo nacional, reconfigurando sua condição regional.

A dinâmica econômica e as transformações socioespaciais em Nova Andradina

Quando consideramos os dados do IBGE/REGIC (1972), percebemos que Nova Andradina se caracterizava como centro local (Nível 4b)⁹, configurado pela concentração da produção agropecuária, fazendo com que começasse a ofertar alguns bens e serviços na sua área imediata, o que contribuiu para que superasse a posição até então ocupada por Batayporã.

O fortalecimento da atividade agropecuária, juntamente com a oferta de bens e serviços, coloca Nova Andradina como centro urbano de referência local, ampliando, seu papel na rede urbana. Para Correa (2017), a condição regional de determinado centro urbano demonstra sua inserção/participação na divisão territorial do trabalho.

O estudo do IBGE/REGIC (1972) ainda mostra que Nova Andradina mantinha uma relação direta com o estado de São Paulo, principalmente, com Presidente Venceslau (centro sub-regional nível b) e Presidente Prudente (centro regional nível 2b). Nesse contexto, de acordo com esse estudo, Nova Andradina subordinava dois centros urbanos, Batayporã e Ivinhema.¹⁰ Já Bataguassu e Anaurilândia, apesar de não estarem representados na *figura 2*, aparecem nesse mesmo estudo subordinados a Presidente Epitácio (centro nível 4b), o que reforça o processo de integração da região, mediante a relação com centros urbanos do estado de São Paulo.

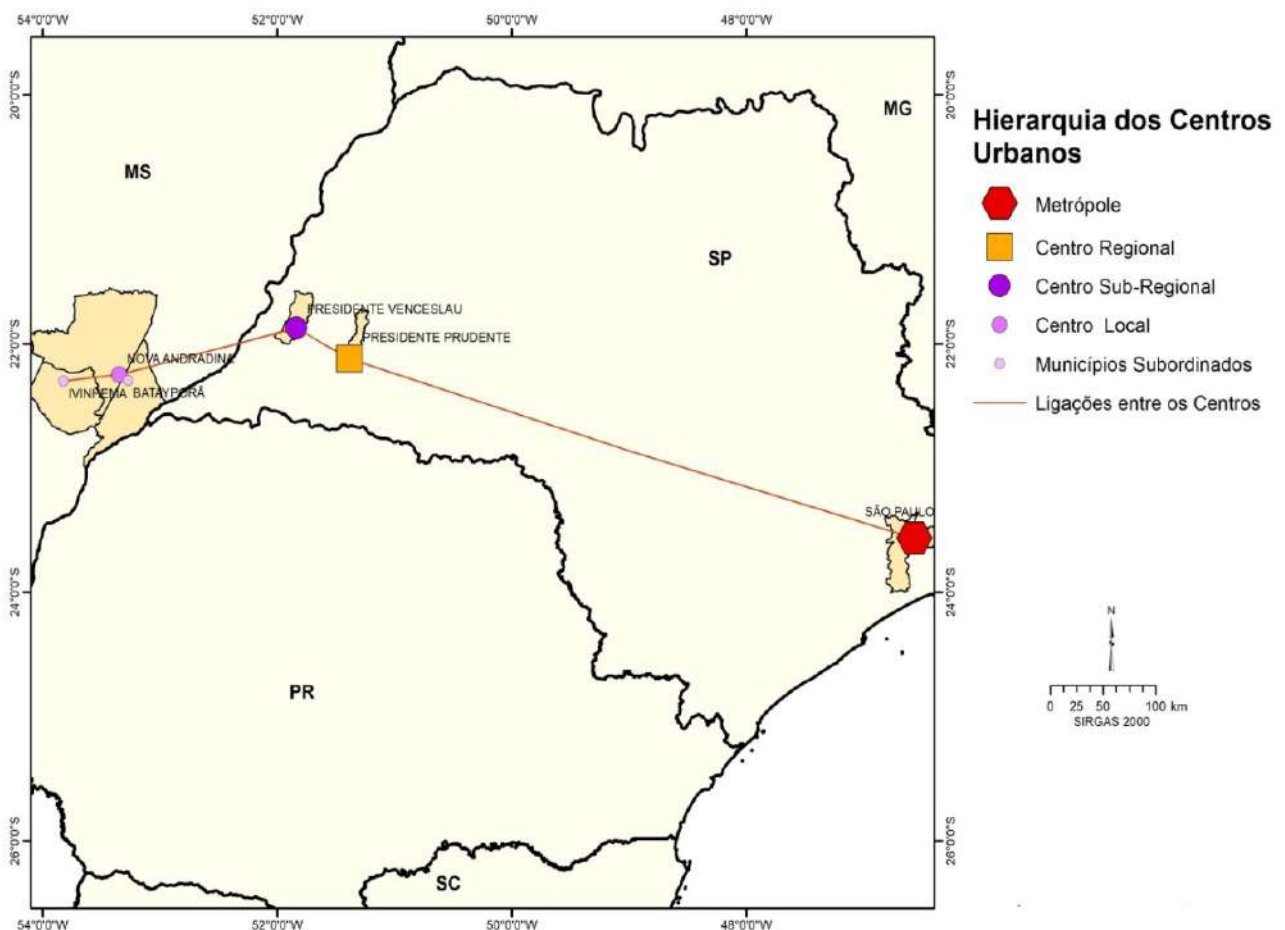


Figura 2 – Nova Andradina-MS – Área de influência (1972)

Fonte: IBGE/REGIC (1972)

Org: Os autores

A década de 1970 significou um momento de transformações no perfil econômico e demográfico de Nova Andradina, influenciada, principalmente, pela modernização do campo, por meio da incorporação de pacotes tecnológicos e pelo processo de migração.

Sendo assim, representou um momento de significativa transformação socioespacial, não só no que se refere à concentração populacional, como também econômica, levando Nova Andradina a uma dinâmica e condição diferenciada dos demais centros urbanos do seu entorno.

Outro fator de relevância nesse processo de configuração do papel regional de Nova Andradina diz respeito à função desempenhada pelas vias de circulação, malha viária, cuja importância se fez necessária para assegurar a fluidez.

Nesse caso em especial, podemos citar a BR 376 que liga Mato Grosso do Sul a São Paulo e ao Paraná, possibilitando a integração produtiva do sul do estado de Mato Grosso Sul ao mercado nacional e, posteriormente mundial. Calixto (2011) ressalta a importância da BR 376 no processo de articulação de Dourados, possibilitando também a sua ligação com Nova Andradina e, conseqüentemente, à economia paulista.

Também merece destaque o fato da região ser banhada pela bacia do rio Paraná, fazendo com que, por meio do rio Ivinhema, afluente do Paraná, se ligasse a portos, como é o caso do porto de Paranaguá/PR. Assim, possibilitou o maior fluxo e escoamento da produção agrícola, principalmente, soja em grão, farelo de soja, milho e farelo de milho.

Dessa forma, o aspecto natural também foi importante para possibilitar a conexão de Nova Andradina com a região sudeste do Brasil, como salienta Zoti (2017).

Com a necessidade de criação de um meio de transporte que ligasse o Estado de Mato Grosso com São Paulo, Moura Andrade cria um porto Fluvial a 19 quilômetros da Fazenda Primavera, cruzando o rio Paraná [...].

Deste modo, o Porto Primavera possibilitou acesso às terras da região, pois oferecia condições de navegação e relações comerciais com outras cidades, como Presidente Prudente/SP, onde existia a Cia. de Estrada de ferro Sorocabana, permitindo assim, a entrada e saída de pessoas com mercadorias (p. 136-137).

Desse modo, alguns fatores congregados possibilitaram a articulação econômica, de Nova Andradina, principalmente da pecuária bovina,¹¹ responsável pela ascensão do município no cenário nacional, sobretudo a partir da década de 1980.

Conforme a pecuária se expandia, as relações de trabalho se transformavam paulatinamente, pois esse modelo de produção implicou na concentração fundiária que levou a um processo de expropriação no campo.

Nesse contexto, de acordo com o IBGE/REGIC (1987), Nova Andradina (Centro de zona) possuía três centros urbanos sob sua área de influência: Angélica, Batayporã e Ivinhema. Entretanto, era “subordinada” a Dourados (Capital regional), que se mantinha “subordinada” a Campo Grande (Centro submetropolitano) (figura 3).

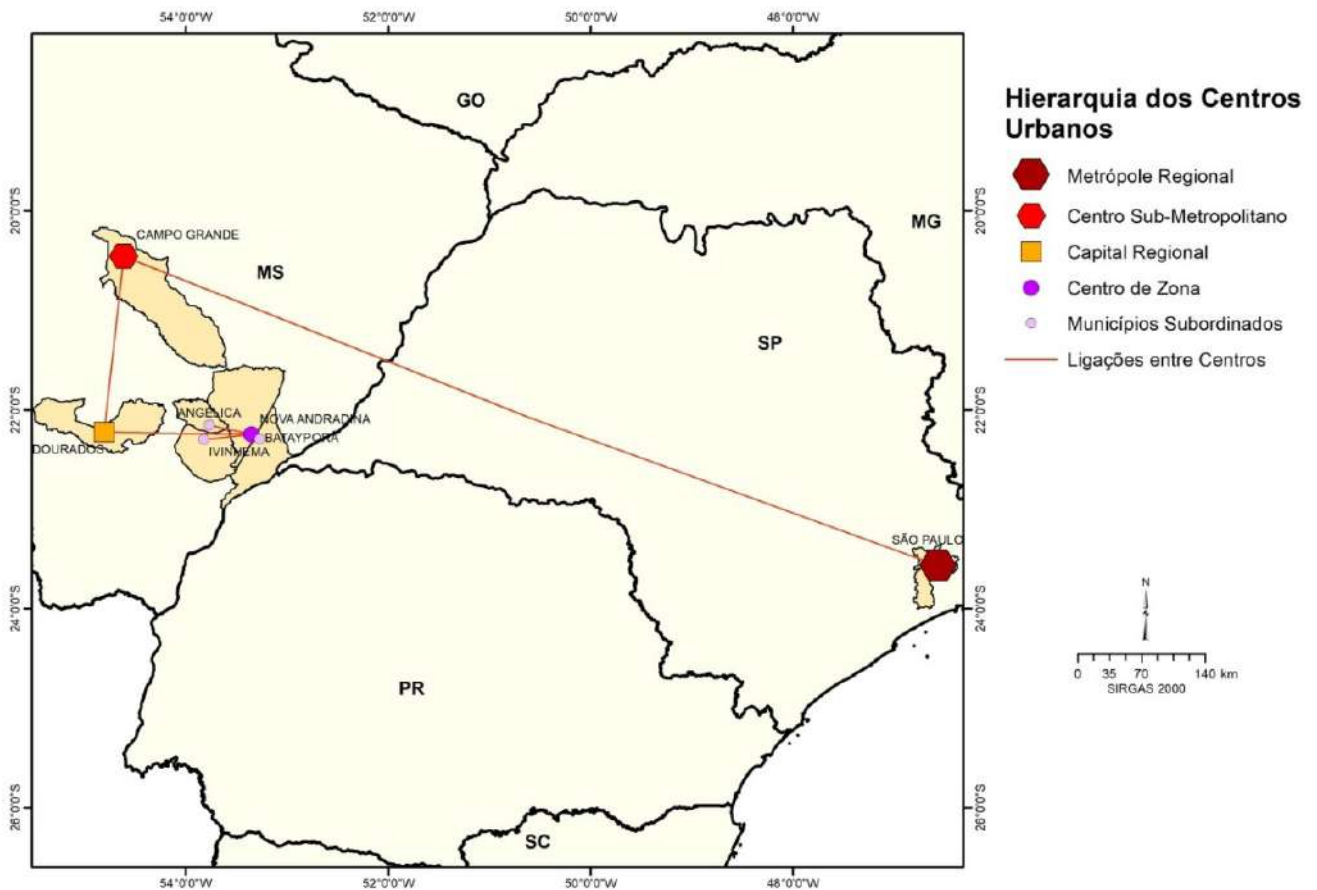


Figura 3 – Nova Andradina–MS – Área de influência (1987)
Fonte: IBGE/REGIC (1987)
Org: Os autores

No estudo do IBGE/REGIC (1993), Nova Andradina, classificada como “Tendendo a Centro Local”, apresentava nível de interações considerado fraco, mas subordinava três municípios: Anaurilândia, Batayporã e Taquarussu. A classificação de tendência a centro local funciona como um indicativo de que se destaca no oferecimento de bens e serviços de baixa complexidade (figura 4).

O processo de crescimento populacional urbano que Nova Andradina vivenciara, resultou, paulatinamente, no aumento das atividades terciárias, conferindo-lhe certo grau de dinamismo. Um fato a ser ressaltado, diz respeito à implantação, por exemplo, das primeiras agências bancárias – no final da década de 1970, o Banco do Brasil, e em meados da década de 1980, o Banco Bradesco.

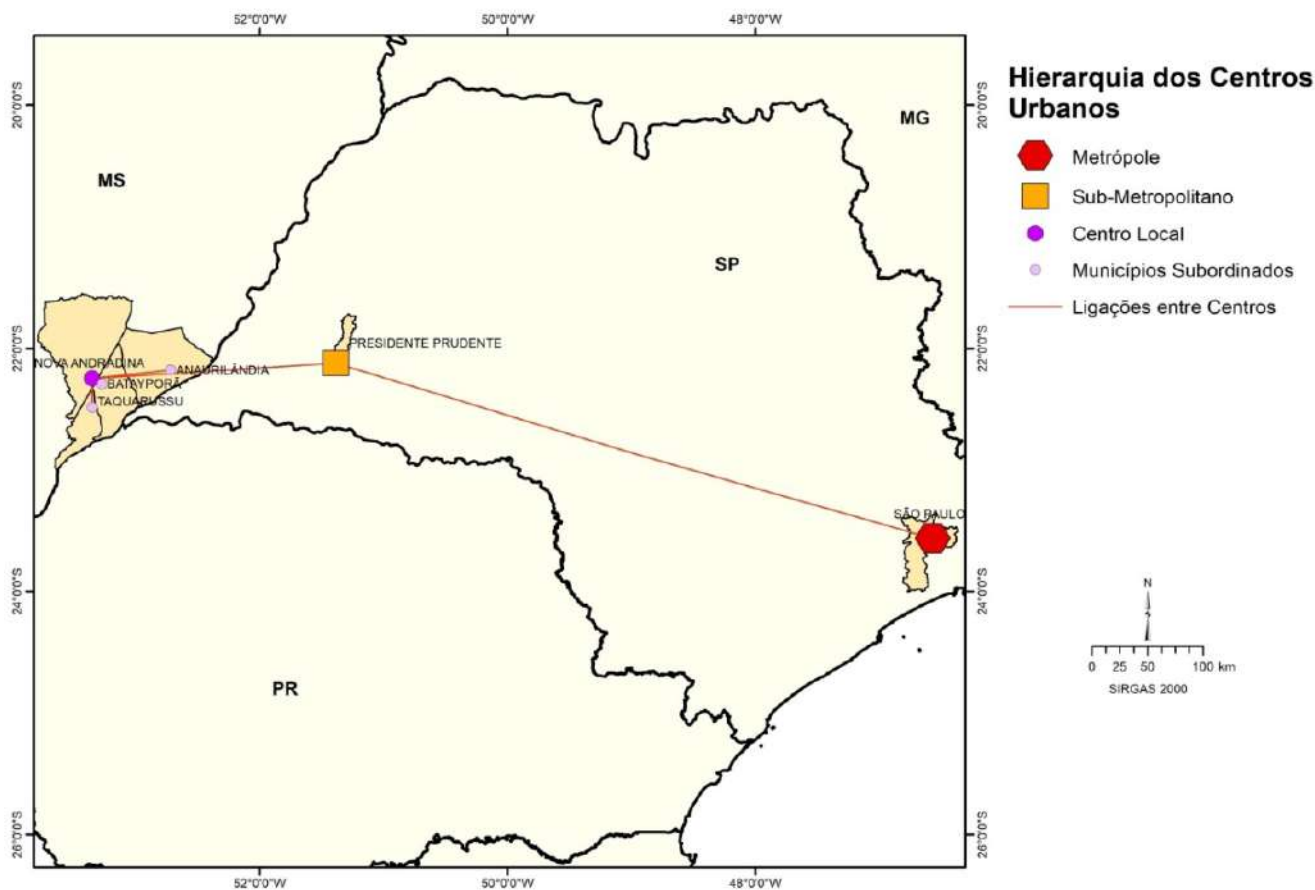


Figura 04 – Nova Andradina-MS – Área de influência (1993)
 Fonte: IBGE/REGIC (1993)
 Org: Os autores

Também vale referenciar dois elementos que vão reforçar a condição regional de Nova Andradina, no pós anos 1990. O primeiro diz respeito aos serviços médicos, hospitalares e clínicas. Já o segundo, diz respeito ao ensino superior, com a implantação de três instituições: a UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), a FINAN (Faculdades Integradas de Nova Andradina, hoje denominada Universidade Brasil, e a, hoje extinta, IESNA (Instituição de Ensino Superior Nova Andradinense).

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, Nova Andradina já despontava como referência regional na oferta do ensino superior. Esse fato viria a se concretizar com a implantação da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), em 2008, e do IFMS (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul), em 2011.

O ensino superior, então, se mostra como um dos principais serviços que contribuiu para o reforço da condição regional de Nova Andradina, visto que, estudantes oriundos das cidades vizinhas, e até de outras regiões do País, passaram a se deslocar para este centro urbano.

A prestação de serviços, juntamente com uma economia em ascensão, marcada pela produção de cana-de-açúcar e biocombustíveis, colocou o município em relação direta com a economia mundial, principalmente pelos altos investimentos das multinacionais ligadas ao ramo do agronegócio, como, por exemplo, a JBS, a Massey Ferguson e a John Deere, promovendo articulações com escalas mais abrangentes.

A possibilidade de ampliação na acumulação de capital, apoiada no modelo agropecuário empresarial, produz, conforme Elias (2017), o agronegócio globalizado. A inserção no circuito produtivo do “agronegócio globalizado” da cana-de-açúcar, pecuária e até mesmo da soja, faz com que este centro urbano estabeleça relações mais dinâmicas com diversos centros urbanos próximos e distantes, promovendo a redefinição de seus papéis urbano-regionais.

Sobre essa questão Elias (2017) afirma:

Essas cidades, nas quais se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, passam a exercer novas funções e a compor importantes nós das redes agroindustriais, visto que fornecem parte da mão de obra (especializada e braçal), dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas e da assistência técnica agropecuária, dinamizando, portanto, a economia urbana e a reorganização do espaço urbano-regional (p. 43).

Nessa dinâmica, Nova Andradina passa a congregiar papéis e funções diversificadas, se tornando referência para os demais centros urbanos da região imediata. De acordo com os resultados preliminares do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), Nova Andradina se firmou como a sétima cidade do estado em produção de cana-de-açúcar, com 2.545,433 toneladas e a décima sétima com relação ao rebanho bovino.

No que concerne a sua área de atuação imediata, de acordo com o IBGE/REGIC (2008), já “subordina” os municípios de Angélica, Anaurilândia, Batayporã e Taquarussu (figura 5).

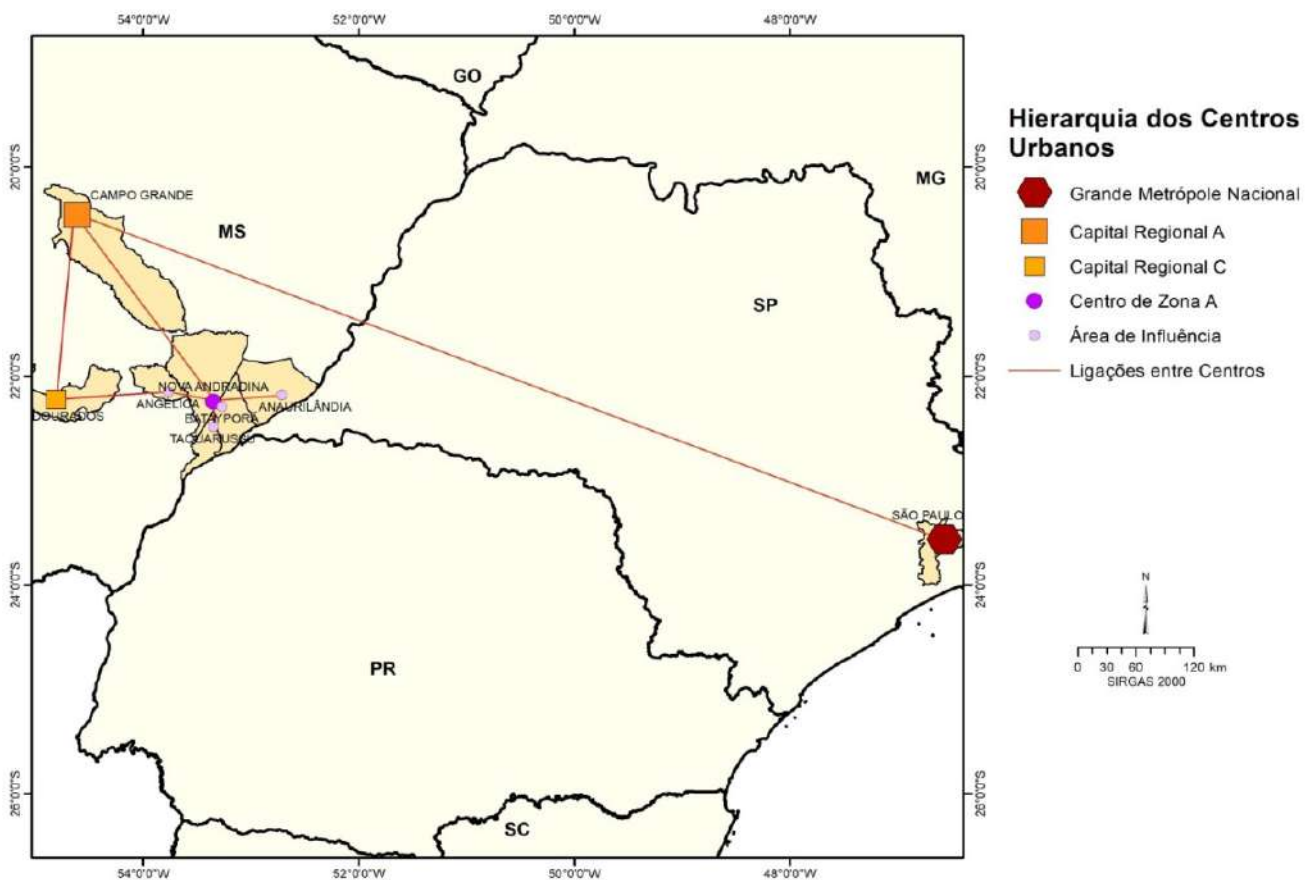


Figura 05 – Nova Andradina-MS – Área de influência (2008)

Fonte: IBGE/REGIC (2008)

Org: Os autores

Assim, ao mesmo tempo em que Nova Andradina centraliza a oferta de bens e serviços, depende, também, do estabelecimento de relações/articulações com o seu entorno para que essa condição possa se concretizar, caracterizando um processo de diversidade e complementaridade, haja vista que a demanda regional garante e possibilita a condição de Nova Andradina.

A respeito dessa leitura, diversidade e complementaridade, Calixto (2019) assegura que os centros urbanos:

[...] que concentram a demanda das atividades produtivas, com a oferta de novos produtos, equipamentos, serviços e profissionais, também concentram fluxos de pessoas, bens, ideias, capital etc., tendendo a potencializar seu nível hierárquico. Contudo, com o advento do meio “técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2008), o conteúdo e o significado da hierarquia são redefinidos devido às múltiplas possibilidades de relações estabelecidas. A ampliação dos fluxos de escalas diferenciadas existentes entre centros urbanos diversifica a natureza desses fluxos e lhes atribui conteúdo complexo, acentuando a diversidade socioespacial (p. 584-585).

Ainda considerando o estudo do IBGE/REGIC (2008), percebemos que alguns dados tendem a reforçar o papel de Nova Andradina, principalmente na oferta de bens e serviços.

Quando avaliamos o Produto Interno Bruto – PIB, em 2009, percebemos a diferença de Nova Andradina frente aos demais municípios de sua área de influência. O município apresentou PIB de 609.23,00 mil reais, seguida de Batayporã (170.026,00 mil reais), Angélica (133.051,00 mil reais), Anaurilândia (106.123,00 mil reais) e Taquarussu (66.464,00 mil reais) – tabela 2.

Município	PIB ¹ (2009)				
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
Angélica	133.051,00	43.540,00	26.160,00	50.473,00	12.878,00
Anaurilândia	106.123,00	44.303,00	7.762,00	45.217,00	8.841,00
Batayporã	170.026,00	34.241,00	51.218,00	70.776,00	13.791,00
Nova Andradina	609.243,00	87.160,00	141.589,00	318.216,00	62. 278,00
Taquarussu	66.464,00	19.769,00	2.842,00	20.623,00	3.461,00

Tabela 02 – Nova Andradina-MS – Área de influência – Produto Interno Bruto (2009)

¹Valores expressos em reais (R\$)

Fonte: IBGE – Cidades (2018).

Org: Os autores

Já de acordo os dados do IBGE/REGIC-2018 (figura 5), Nova Andradina foi classificada como Centro Sub-regional B, possuindo uma área de influência que abrange os municípios de Anaurilândia, Batayporã e Taquarussu. Neste estudo, apresenta-se ligada diretamente à rede urbana de Dourados, Capital Regional C.

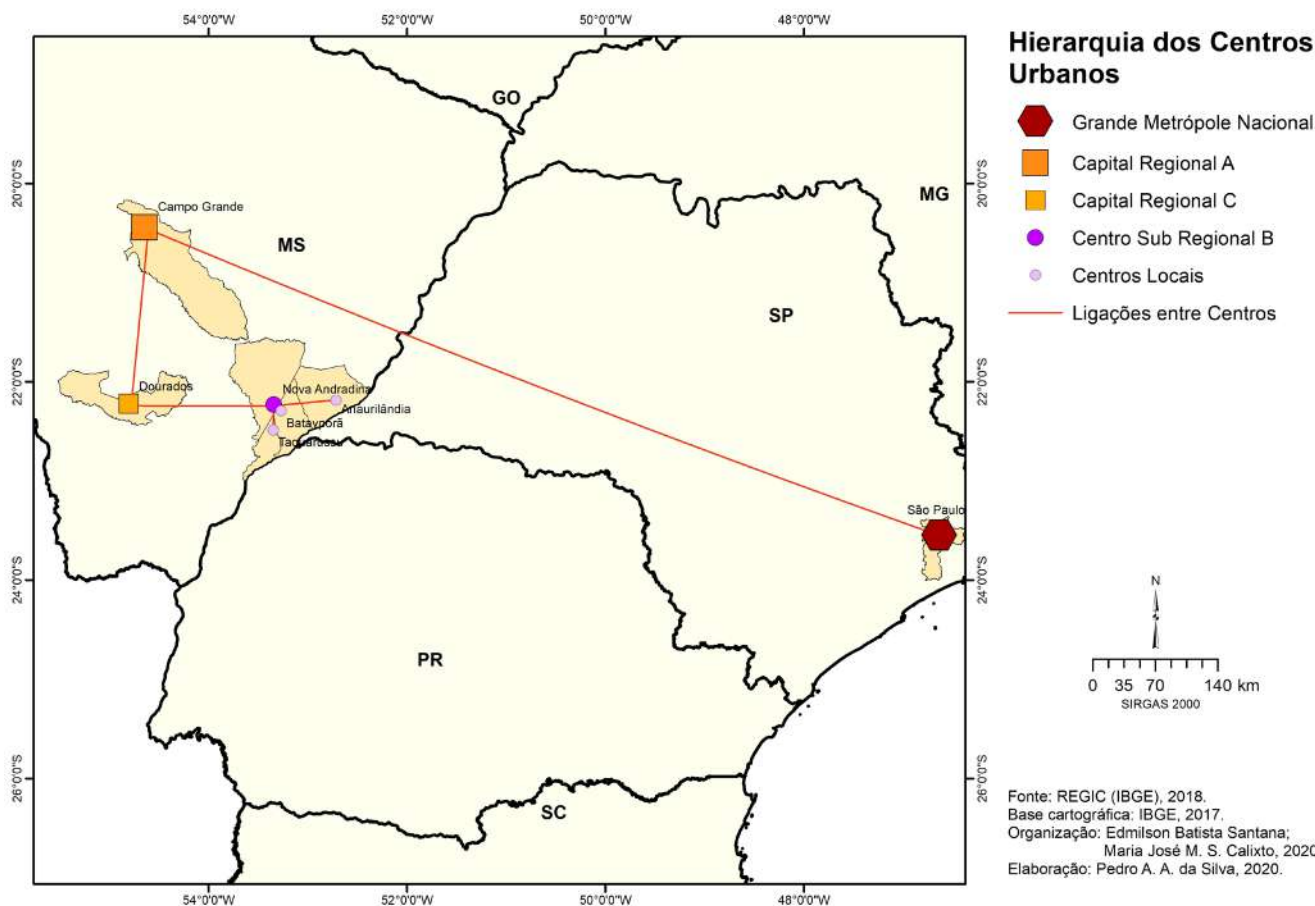


Figura 5 - Nova Andradina-MS – Área de influência (2018)

No período de 2010 a 2017 (tabela 3), os dados do PIB, demonstram que Nova Andradina apresenta um aumento significativo na arrecadação, com destaque para a prestação de serviços. Para tanto, dois aspectos merecem ser destacados, como elementos que nos ajudam a dimensionar o papel regional de Nova Andradina: a) referente ao papel do ensino superior, com a presença de 5 instituições de ensino. De acordo com Santana (2019), este centro urbano expande sua área de atuação imediata, atraindo estudantes de municípios vizinhos, bem como, do estado de São Paulo e Paraná; b) serviços médicos hospitalares. Além de clínicas médicas e laboratórios, concentra 3 hospitais (Hospital do Amor, Hospital Regional e Hospital CASSEMS - Caixa de Assistência dos Servidores de Mato Grosso do Sul), realizando atendimentos de média e alta complexidade.

Ano	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
2010	2.680,465	107.319,00	217.118,00	367.957,00	78.735,00
2011	976.068,00	111.074,00	251.152,00	496.189,00	117.653,00
2012	1.108,294	145.305,00	244.631,00	569.376,00	148.982,00
2013	1.202,135	217.098,00	294.994,00	483.639,00	206.404,00
2014	1.473.976,36	355.321,00	344.201,34	566.707,07	207.746,95
2015	1.327.129,19	265.218,42	310.228,47	557.369,90	194.312,40
2016	1.552.761,22	369.008,74	359.176,33	625.799,00	198.777,15
2017	1.702,127,08	340.536,02	403.232,41	720.038,08	238.320,57

Tabela 03 – Nova Andradina– MS – Produto Interno Bruto (2010-2017)

Fonte: Produto Interno Bruto Municipal (IBGE–Cidades, 2018)

Org: Os autores

Dessa forma, ainda que a agropecuária seja um setor de importância na economia de Nova Andradina, devemos ressaltar que alavancou a prestação de serviços em âmbito regional. No que concerne aos serviços voltados para a economia, vale destacar as linhas de crédito disponibilizadas para o setor produtivo, principalmente, os ligados, por exemplo, às atividades agrícolas. Essa relação se torna dinâmica, pelo fato de Nova Andradina concentrar as principais instituições bancárias (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Santander¹²), além de cooperativas de créditos como, SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo), SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito) e UNIPRIME Sul (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo, dos Profissionais, da Saúde, das ciências e das Artes).

Essa dinâmica influi de maneira significativa na produção socioespacial intraurbana, se reverberando e reforçando o papel regional de Nova Andradina e reforçando sua articulação com escalas mais abrangentes.

A produção socioespacial intraurbana em sua articulação com a dinâmica regional: breves apontamentos

Na perspectiva de Correa (2007), a produção do espaço “[...] resulta da acumulação de inúmeras formas e interações espaciais desenvolvidas em um período de tempo de certa duração. Esse acúmulo, por sua vez, é o resultado de processo e práticas espaciais [...]” (p.68).

Como já pontuado, as mudanças mais significativas viriam a ocorrer a partir dos anos 2000 com a ampliação do setor de serviços, principalmente médico hospitalares e ensino superior.

Vale referenciar que tal dinâmica estabeleceu a especialização de algumas áreas da cidade, na oferta de determinados tipos de serviços. Ou seja, o papel regional de Nova Andradina se desdobra em atividades que redefinem o espaço intraurbano.

A Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, que se torna posteriormente BR-376, é uma importante via de circulação que permite acesso ao centro principal da cidade. É nessa via que se concentra a grande parte do comércio e dos serviços - *figura 6*.

O entroncamento dessa via com a Avenida Ivinhema se tornou uma área voltada para o tráfego de veículos pesados, caminhões que se deslocam para outras regiões do país. O que pudemos perceber nos últimos anos é a instalação de oficinas e mecânicas dedicadas, principalmente, ao atendimento desse tipo de veículo.

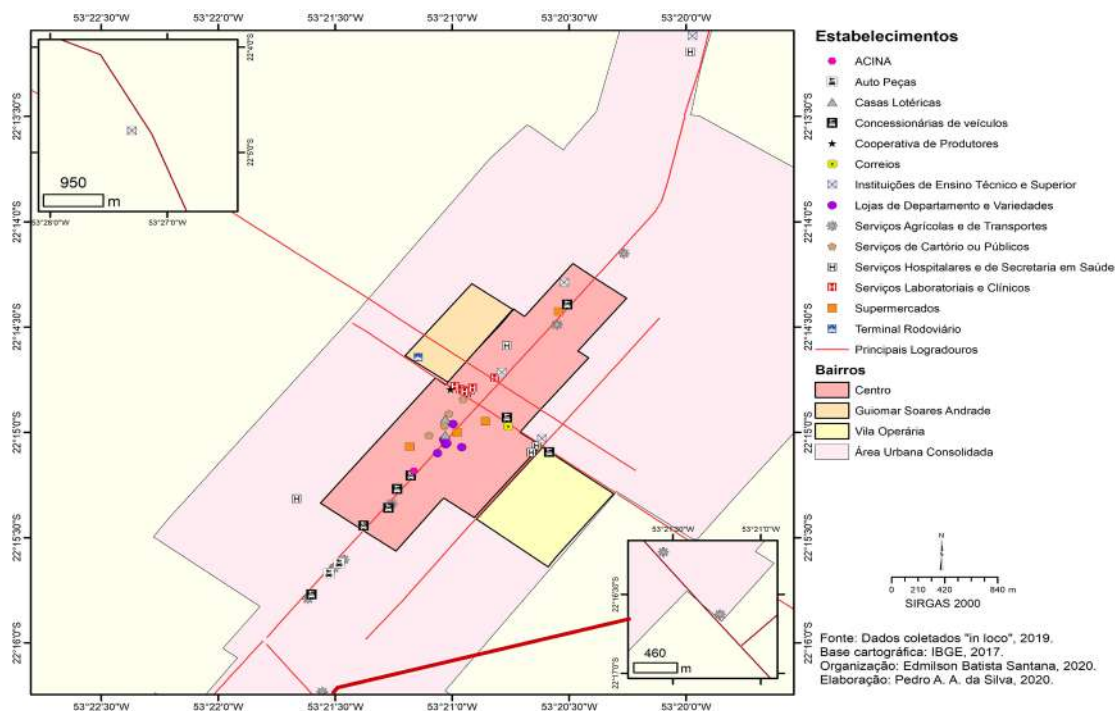


Figura 6 - Nova Andradina-MS – Comércio e serviços - (2020)

Ainda sobre a Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, na mesma área em que se encontram os serviços mecânicos, tivemos a “migração”, nos últimos três anos, de duas, das quatro concessionárias de veículos existentes na cidade – a Divali Veículos (representante FORD) e Nogueira Lins (representante Volkswagen), antes presentes na Avenida Eurico Soares de Andrade, na saída para o município de Batayporã, trecho que direciona para a divisa com o estado de São Paulo e Paraná.

Também vale destacar a presença de revendedoras como TRATORNAN, Shark/Valtra tratores e peças no segmento do agronegócio. A TRATORNAN¹³, por exemplo, foi um dos primeiros empreendimentos a se estabelecer em Nova Andradina. A empresa, que tinha sua matriz na cidade de Presidente Prudente-SP, se instalou na cidade no ano de 1972, com o nome de Corema. No ano de 1987, a empresa fixa sua matriz em Nova Andradina, muda sua razão social e passa a se chamar TRATORNAN, representante Massey Ferguson, se destacando na venda de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas para a região. Ou seja, passa por Nova Andradina a demanda voltada para o consumo de máquinas e equipamentos agrícolas, reforçando o seu papel regional.

Com sede em Nova Andradina, a TRATORNAN possui filiais na cidade de Dourados, Ponta Porã, Maracaju, Anastácio e Naviraí, abrangendo 50 dos 79 municípios do estado. De acordo com informações obtidas com o gerente da empresa, a matriz de Nova Andradina é responsável pelo atendimento dos municípios de Ivinhema, Angélica, Nova Horizonte do Sul, Taquarussu, Batayporã, Anaurilândia, Santa Rita do Parto e Brasilândia, importantes centros do agronegócio.

Por sua vez, na Avenida Eurico Soares de Andrade, ressaltamos a concentração de clínicas, laboratórios, consultórios médicos e odontológicos, destacando que essa área em que se encontra tais estabelecimentos é contígua ao terminal rodoviário.

Outro ponto a referenciar são as empresas relacionadas ao setor de transportes de bovinos e grãos, que migraram para as proximidades da rodovia que dá acesso ao anel viário, a MS-473. Essa rodovia se conecta à BR-376, importante via de circulação, pois faz ligação com os estados de São Paulo e Paraná.

Dessa forma, desencadeia uma nova dinâmica socioespacial intraurbana, reforçando a condição regional de Nova Andradina.

Considerações finais

Os elementos apresentados neste texto nos possibilitam fazer uma leitura espaço-temporal do papel que Nova Andradina assumiu na rede urbana sul-mato-grossense, auxiliando na compreensão do seu processo de conformação socioespacial.

Assim, é válido reforçar que a condição de Nova Andradina é resultado de uma articulação/interação multiescalar que foi se configurando/consolidando no/e a partir do tempo e do espaço.

Analisando o contexto histórico-geográfico de Mato Grosso do Sul, percebemos que Nova Andradina, por intermédio de políticas de cunho desenvolvimentistas, passou a assumir ao longo do tempo, papéis/funções urbanas com certo grau de importância, principalmente na oferta de bens e serviços.

Podemos destacar o fato de Nova Andradina fazer fronteira com importantes centros econômicos do Brasil, São Paulo e Paraná, estados que tiveram, primeiramente, a consolidação do capital produtivo, o que se caracterizou como um fator de suma importância na inserção econômica da região.

Ressaltamos, então, a presença de rodovias asfaltadas que permitem/permitiram a circulação tanto de pessoas quanto de mercadorias, viabilizando a economia regional. Outro fator importante é o fortalecimento do comércio, favorecido pela distância de Dourados, Três Lagoas e Campo Grande (Capital do estado) que se constituem como centros urbanos de maior relevância no estado de Mato Grosso do Sul e, também, no cenário nacional.

Entendemos que a posição geográfica, marcada pela distância de centros de maior importância, funciona como condição que possibilita a concentração/ampliação de serviço de ensino superior (público e privado), serviço bancário, além das atividades comerciais, possibilitando que Nova Andradina assuma um papel diferenciado em âmbito regional, ou seja, na porção sudeste do estado.

Assim, reforçamos que Nova Andradina possui um papel articulador na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul. Vem assumindo certa influência sobre alguns centros urbanos de seu entorno, tendo em vista os fluxos econômicos que estabelece, como centro comercial e de serviços.

Por sua vez, o setor agropecuário e, atualmente, sucroalcooleiro faz com que, seus papéis e funções sejam redefinidos, destacando-se na assistência técnica e venda de produtos e maquinários agrícolas, que não são encontrados nos centros urbanos mais próximos, desencadeando a dinâmica intraurbana. Podemos citar a presença do grupo JBS, no segmento de bovinos, Massey Ferguson, John Deere, além de revendedoras como TRATORNAN, Shark/Valtra tratores e peças no segmento do agronegócio.

Nova Andradina se configurou, então, como centro de referência regional, condição que se reforçou por meio de uma política de integração com o mercado, programas governamentais e investimentos.

Dessa forma, a condição de Nova Andradina se constitui a partir de um processo que envolveu etapas distintas, envolvendo articulações estabelecidas em diferentes escalas espaciais.

Referências

CALIXTO, M. J. M. S. S. (2019). O processo de consolidação da centralidade regional de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. **Geosp - Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 582-601.

CALIXTO, M. J. M. S. **O processo de consolidação da centralidade de Dourados-MS na rede urbana**. Relatório de Pós-doutorado em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.

CALIXTO, M. J. M. S. **O processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS**. Campo Grande: UFMS, 2004.

CORRÊA, R. L. (2004). A rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, v.1, n. 1, p. 65-78.

CORRÊA, R. L. (2007). Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p.61-72.

CORRÊA, R. L. Cidades médias e rede urbana. IN: Silva, W. R. da, BELTRÃO SPOSITO, M. E. (Orgs.). **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017, p. 29-38.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mato Grosso do Sul**. 1960.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mato Grosso do Sul**.1970.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mato Grosso do Sul**.1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mato Grosso do Sul**. 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mato Grosso do Sul**. 2000.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mato Grosso do Sul. 2010.**
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censo Agropecuário. 1960.**
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censo Agropecuário. 1970.**
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censo Agropecuário. 1980.**
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censo Agropecuário. 1995.**
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censo Agropecuário. 2006.**
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censo Agropecuário. 2017.**
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Regiões de influência das cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- LENHARO, A. **A terra para quem nela não trabalha:** a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. Ver. Bras. De História, São Paulo, v. 12, mar/ag, 1986, p. 47-64.
- MATO GROSSO DO SUL. SEMADE (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico). **Produto Interno Bruto Municipal (2010-2014).** Campo Grande/MS, 2016 (Versão digital)
- QUEIROZ, P. R. C. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). IN: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul.** Dourados-MS: Editora da UFGD, 2008. p. 15-76.
- SANTANA, E. B. **A condição regional de Nova Andradina-MS:** uma análise a partir da oferta do ensino superior. 2019. 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2019.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVA, W. G. da. **O processo de integração produtiva da região de Dourados à economia nacional.** 2011. 204f. Tese (Doutoramento em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2011.
- ZOTI, J. C. **História e identidade da região sul de Mato Grosso:** a ocupação e colonização da região de Nova Andradina (1933-1950). Revista de História Bilros. Bilros, Fortaleza, v. 5, n. 8, p. 126-145, jan. – abr. 2017.

Notas

1. Nova Andradina encontra-se a cerca de 300 km da capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande (786.797 habitantes), e a 175 km de Dourados, segunda maior cidade do estado - 196.068 habitantes (IBGE, 2010).
2. Para tal análise, sobretudo de ordem temporal, nos baseamos em autores como Zoti (2017), Silva (2011), Lenharo (1986), Queiroz (2008), dentre outros.
3. Calixto (2019, p. 585), nos coloca que: “[...] com a implantação da CAND, que tinha como justificativa a necessidade de ocupação econômica do território, e com a abertura de uma fronteira agrícola para um contingente de migrantes, a condição de centralidade de Dourados na rede urbana regional foi se desenhando, embrionariamente, dando nova dinâmica ao desenvolvimento econômico regional e indicando o início de sua posição diferenciada. Isso fez com que o município (que assumiu o papel de sede administrativa e centro de beneficiamento e de comercialização da produção) passasse da condição de centro de pecuária extensiva e exploração ervateira para a de principal área do estado na produção agrícola...” A mesma autora (2011, p.75), assegura que: Nesse sentido, sua posição espaço-temporalmente construída assegurou que processos gerais, na sua relação com as particularidades regionais, ou locais, conferissem singularidades a esse centro urbano.”
4. Grupo Bata (1950); Colônia Municipal de Dourados (1951); Companhia Vera Cruz de Mato Grosso (1953); Colônia de Curupai (1957); Grupo Moura Andrade (1958); SOMECO - Sociedade Melhoramentos e Colonização (1962). (CALIXTO, 2004)
5. Vale ressaltar que, esses municípios foram alvo de colonizadoras particulares e, juntamente com o município de Taquarussu, compõem a microrregião de Nova Andradina.
6. De acordo com a Estimativa Populacional (IBGE-2019), Nova Andradina apresentava uma população de 54.374 habitantes.
7. Anaurilândia manteve sua população de crescimento, mesmo que em números não muito expressivos. Já Batayporã teve uma queda demográfica significativa entre os anos de 1980 e 1991, visto que, nesse período, houve o seu desmembramento para a criação do município de Taquarussu.
8. A região em questão se caracteriza como propícia para a produção de soja devido a sua formação ser de latossolo vermelho-escuro e roxo, tido como bom para essa cultura.
9. Para tal classificação, os estudos da REGIC (IBGE-1972) consideraram como centro urbano local (nível 4b) os municípios com menos de 20 relacionamentos e, geralmente, subordinação de 2 ou 3 municípios.
10. O estudo apresenta Ivinhema como centro urbano subordinado também à cidade de Dourados.
11. Esse é um indicativo para o entendimento da forma que se consolidou a questão fundiária na região, uma vez que, com a prática da pecuária bovina em ascensão, a apropriação de terras e formação de grandes latifúndios é inerente a esse processo.
12. Agência inaugurada em setembro de 2020.
13. Informações obtidas por meio de trabalho de campo e pesquisa com o gerente da empresa TRATORNAN de Nova Andradina-MS.

A PESQUISA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA GEOGRAFIA ESCOLAR:

Reflexões a partir de vivência
no Ensino Fundamental

**RESEARCH AS A TEACHING METHODOLOGY IN SCHOOL
GEOGRAPHY:** Reflections from experience in primary education

**LA INVESTIGACIÓN COMO METODOLOGÍA DE
ENSEÑANZA EN LA GEOGRAFÍA ESCOLAR:**
Reflexiones a partir de la experiencia en la Escuela Primaria

RESUMO:

A pesquisa como princípio educativo constitui uma importante estratégia metodológica de ensino e aprendizagem. Esse trabalho consiste na sistematização de reflexões acerca da experiência vivenciada com a execução do Projeto de Ensino intitulado A pesquisa no âmbito da Geografia Escolar, tendo o tema Geografia e Cidadania como eixo norteador e a África como conteúdo contemplado. O projeto foi desenvolvido em uma escola pública de São João do Sabugi- RN/Brasil. O percurso metodológico realizado abrangeu pesquisa bibliográfica em Demo (2015), Cavalcante (2017) e Franco (2015); e documental, por meio do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar. A partir da experiência vivenciada constatou-se que a pesquisa como procedimento metodológico na Educação Básica contribui para o processo de ensino e aprendizagem alinhado aos paradigmas educacionais contemporâneos, permitindo a formação de sujeitos ativos, reflexivos e capazes de atuar crítico e construtivamente na sociedade em que vivem, exercendo, assim, sua cidadania.

Palavras-Chave: A pesquisa como princípio educativo. Geografia escolar. Processo de ensino e aprendizagem.

ABSTRACT:

Research as an educational principle constitutes an important teaching and learning methodological strategy. This work consists of the systematization of reflections about the experience lived with the execution of the Teaching Project entitled Research in the scope of School Geography, with the theme Geography and Citizenship as the guiding axis and Africa as the content contemplated. The project was developed in a public school in São João do Sabugi- RN / Brazil. The methodological path carried out included bibliographic research in Demo (2015), Cavalcante (2017) and Franco (2015); and documentary, through the Political Pedagogical Project and the School Rules. Based on the experience, it was found that research as a methodological procedure in Basic Education contributes to the teaching and learning process in line with contemporary educational paradigms, allowing the formation of active, reflective subjects capable of acting critically and constructively in the society in which they live. live, thus exercising their citizenship.

Keywords: Research as an educational principle. School geography. Teaching and learning process.

RESUMEN:

La investigación como principio educativo constituye una importante estrategia metodológica de enseñanza y aprendizaje. Este trabajo consiste en la sistematización de reflexiones sobre la experiencia vivida con la ejecución del Proyecto Docente titulado Investigación en el ámbito de la Geografía Escolar, con el tema Geografía y Ciudadanía como eje rector y África como contenido contemplado. El proyecto se desarrolló en una escuela pública en São João do Sabugi-RN / Brasil. La ruta metodológica realizada incluyó la investigación bibliográfica en Demo (2015), Cavalcante (2017) y Franco (2015); y documental, a través del Proyecto político pedagógico y las Reglas escolares. Con base en la experiencia, se descubrió que la investigación como procedimiento metodológico en Educación Básica contribuye al proceso de enseñanza y aprendizaje alineado con los paradigmas educativos contemporáneos, permitiendo la formación de sujetos activos, reflexivos, capaces de actuar de manera crítica y constructiva en la sociedad en la que viven. vivir, ejerciendo así su ciudadanía. **Palabras Clave:** La investigación como principio educativo. Geografía escolar. Proceso de enseñanza y aprendizaje..

Introdução

a pesquisa no ensino da Geografia Escolar constitui importante estratégia metodológica no fazer pedagógico do docente, possibilitando uma participação efetiva do aluno no processo de ensino e aprendizagem, tornando-o protagonista nessa ação.

No decurso da realização do Projeto de Ensino A pesquisa no âmbito da Geografia Escolar, vinculado a disciplina A Geografia no Espaço Escolar, do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado Profissional (GEOPROF), vivenciou-se a experiência docente de mediar o processo de ensino-aprendizagem a partir de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa como princípio educativo, segundo Demo (2015).

Esse artigo apresenta análises e reflexões da experiência do trabalho docente com a realização do projeto já mencionado, que tem a Geografia e Cidadania como temática e se baseia em procedimentos teórico-metodológicos pautados na pesquisa como princípio educativo, tendo o Continente Africano e suas especificidades como conteúdo curricular da disciplina de Geografia do 8º ano. Intitulado “*Há em mim um pouco de África*”, o projeto que possibilitou vivenciar a experiência com a pesquisa como metodologia de ensino resultou numa reflexão acerca do trabalho docente frente ao que se postula atualmente como ideal no fazer pedagógico, qual seja formar sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, o aluno se encontra no centro desse processo e o professor atua como mediador na construção do conhecimento.-

No âmbito do conteúdo proposto no currículo do 8º ano do Ensino Fundamental, delimitou-se *A influência africana na cultura brasileira* como objeto de estudo e definiu-se o problema de pesquisa a partir do seguinte questionamento: *Quais características da cultura africana se fazem presentes no nosso cotidiano?*

Com base nessa problematização, a pesquisa realizada pelos alunos com a mediação do professor objetivou compreender a influência do povo africano na cultura brasileira, tendo como referências a religião, a culinária, a música e a dança.

Partindo da premissa de que a proposta de utilizar a pesquisa como metodologia de ensino na Geografia Escolar está atrelada a formação docente, procedeu-se a uma análise na perspectiva do professor reflexivo, sujeito capaz de estabelecer a relação entre teoria e prática, de modo que a primeira oriente e dê sentido à segunda.

Ressalta-se que, no atual contexto, o ideal de formação humana (e não apenas do ponto de vista da formação profissional) ancora-se nos princípios de formação de sujeitos ativos e conscientes do seu papel, sendo capazes de refletir sobre questões complexas que perpassam as relações sociais. Sendo assim, é importante que o professor atente para esta formação, fazendo-se tornar, primeiramente, um sujeito reflexivo.

A escola, lócus da pesquisa

o Projeto de Ensino *A pesquisa no âmbito da Geografia Escolar* foi desenvolvido no período de 02 a 19 de novembro de 2018, na Escola Estadual Santa Terezinha, localizada à Rua Luiz Antônio de Medeiros, nº 131, na Cidade de São João do Sabugi/Rio Grande do Norte (Figura 1). Trata-se de instituição pública da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte, jurisdicionada à 10ª Diretoria Regional de Educação e Cultura - DIREC, com sede em Caicó-RN, tendo a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte - SEEC/RN como entidade mantenedora. Em 2019, esta escola oferta o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, nos turnos matutino e vespertino, respectivamente, além da Educação de Jovens e Adultos, no turno noturno, contando com aproximadamente 220 alunos matriculados, provenientes das zonas rural e urbana deste município



Figura 1: Fachada da Escola Estadual Santa Terezinha, São João do Sabugi/RN.
Fonte: Arquivo dos autores, 2018.

Sobre os aspectos históricos dessa instituição, contidos no Projeto Político Pedagógico (PPP), destaca-se que, ao longo de sua trajetória, a escola teve denominações distintas. Fundada em 03 de outubro de 1949 por Dom José de Medeiros Delgado, 1º Bispo de Caicó, com o nome de Escola Rural Santa Terezinha, conhecida popularmente como a “Escola dos Pobres”, atendia a população humilde do município de São João do Sabugi, instruindo crianças e jovens nos ensinamentos educacionais primários e na doutrina cristã.

Em 1977, teve seu nome modificado para Escola Isolada Santa Terezinha, permanecendo assim até 19 de junho de 1989, data em que passou a denominar-se Escola Estadual Santa Terezinha, por meio do Decreto nº 10.396, que a oficializou como estabelecimento de ensino de 1º grau, mantida pela SEEC/RN.

Até 2011, a Escola Estadual Santa Terezinha funcionou em prédio cedido pelo poder público municipal, vindo a ter sede própria em 2012, ano em que passou a ofertar o Ensino Fundamental Anos Finais, implantado gradativamente, pois, até então, ofertava apenas os Anos Iniciais. Em 2016, a escola teve seus atos normativos atualizados por meio da Portaria nº 1469/2016 – SEEC/GS de 17/08/2016, publicada no DOE edição de 19/08/2016, a qual renova a autorização para ofertar o Ensino Fundamental Anos Iniciais e autoriza a oferta do Ensino Fundamental Anos Finais e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos na etapa de Ensino Fundamental pelo prazo de 5 anos.

A equipe administrativa e pedagógica dessa instituição de ensino é formada por uma diretora graduada em Geografia (licenciatura) e uma vice-diretora, que possui formação acadêmica em Ciências Biológicas. O corpo docente é constituído por treze professores em efetivo exercício de sala de aula, todos graduados e atuando em suas áreas de formação; alguns deles, além da especialização, estão cursando o mestrado. Há, ainda, dois professores readaptados, atuando na sala de leitura, e um professor, graduado em Pedagogia, atuando na Educação Especial para atendimento aos alunos com deficiência na sala de recursos multifuncionais.

O Projeto Pedagógico da escola apresenta-se fundamentado nas concepções e finalidades da educação escolar brasileira, definidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, cuja última atualização se deu no ano de 2015. O referido projeto carece de reformulação visando contemplar as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte.

No que se refere ao trabalho pedagógico desenvolvido na escola, consta em seu PPP o compromisso com a busca pelo

[...] pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, garantindo condições iguais para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para a vida em sociedade, de modo a compreender a realidade que os cerca e, assim, agirem de forma consciente e responsável na promoção de melhoria de suas qualidades de vida (PPP, 2015, p.16).

Nessa perspectiva, tem-se delineado o papel pedagógico da escola em relação a formação dos seus educandos, caracterizando-se como uma instituição pública de ensino com legitimidade para conferir educação escolar com responsabilidade social.

Metodologias e práticas docentes na geografia escolar

No complexo conjunto de transformações que ocorrem na contemporaneidade, as relações humanas e sociais estão apresentando novas formas de pensar a Geografia. Seja no contexto sócio-espacial, político, econômico, cultural ou educacional, a Geografia enquanto ciência tem influenciado direta ou indiretamente as atividades que ligam o homem ao meio (THIESEN, 2011).

Em se tratando do currículo da educação básica no Brasil, a Geografia enquanto área de conhecimento tem como intuito propiciar que o indivíduo consiga se posicionar e interagir no mundo em constante modificação. Dessa maneira, suas vivências são levadas em consideração, possibilitando oportunidades para que o sujeito possa intervir e modificar sua realidade sempre que sentir necessidade (THIESEN, 2011).

Com isso, pensar sobre a Geografia Escolar requer considerar a importância do conhecimento geográfico e o papel desse componente curricular para a formação do sujeito, o que prioriza e envolve a reflexão sobre as mudanças educacionais e epistemológicas vivenciadas e os fundamentos teórico-metodológicos necessários à condução de práticas inspiradas, sobretudo, em processos de ensino dinâmicos que incluam métodos ativos e ações didáticas em bases sólidas.

Diante de um contexto que envolve a busca pelo rompimento de uma postura tradicional na disciplina Geografia e na prática pedagógica, tendo em vista que ainda são marcantes os problemas enfrentados, principalmente no que se refere à superação do rótulo de matéria decorativa, do método descritivo, dos procedimentos didáticos baseados na memorização e do estudo fragmentado das paisagens naturais e humanizadas, percebemos a importância de refletir acerca de orientações teórico-metodológicas fundamentais à condução do processo do ensino da Geografia Escolar (CAVALCANTI, 2010).

Cavalcanti (2017) destaca que, diante desse cenário, é indispensável investir na produção de conhecimentos articulados e integrados aos diversos campos científicos, objetivando a compreensão da Geografia Escolar e a construção de conhecimentos interdisciplinares para o discernimento do que são conteúdos e métodos de ensino nessa área.

Assim, o professor de Geografia se depara na escola com práticas pedagógicas que oscilam entre as instituídas, que são aquelas cujos mecanismos são bem conhecidos e se pautam pela reprodução de conteúdos, a não contestação dos fatos, a memorização e o formalismo, e as alternativas que estão abertas a experiências e encaminhamentos que comecem a ganhar consistência. Mas, para superar as diferenças existentes nas metodologias do Ensino de Geografia, faz-se necessário que o professor foque em temas variados e aborde questões como a importância desse conhecimento na formação dos sujeitos e reconheça que as mudanças no tocante ao cotidiano espacial de uma sociedade globalizada requerem uma compreensão do espaço que abranja diversos fatores e as linguagens da atualidade (CAVALCANTI, 2010).

Nessa perspectiva, o processo de ensino da Geografia Escolar deve ser orientado por metodologias que possibilitem aos docentes a consolidação dos objetivos propostos em seus planejamentos. Metodologia de ensino pode ser entendida como um conjunto de procedimentos didáticos, embasados por métodos e técnicas, que são utilizados pelo professor visando alcançar objetivos não só do ensino, como também da aprendizagem, obtendo o máximo de eficácia possível (CAVALCANTI, 2017).

Compreende-se que as atividades desenvolvidas no percurso da educação escolar são consideradas como sendo um sistema de instrução e ensino com intenção de se chegar a uma finalidade, através de práticas sistematizadas e organizadas, visando a assimilação de conhecimentos e experiências positivas para o fazer pedagógico. Por isso, é necessário almejar uma prática docente que forneça a criticidade necessária para estimular o aluno a compreender que o mundo em que vive encontra-se intimamente ligado a Geografia Escolar e que, ao proceder a leitura do espaço, estará conseqüentemente construindo sua própria identidade, tornando-se autônomo para problematizar, refletir e intervir nos acontecimentos que norteiam sua vivência (THIESEN, 2011).

Considerando a atuação do professor que assume a postura de mediador e não instrutor de conhecimentos é essencial que organize sua prática pedagógica levando em conta conteúdos que tenham significado para a vida do educando e metodologias de ensino inovadoras que contribuam para a aprendizagem dos mesmos.

Na Geografia essa perspectiva de ensino adquire amplas possibilidades por meio da explanação e conexão de conteúdos com situações que problematizem os diferentes espaços materializados e compreendidos na perspectiva de abordagens conceituais que remetem a paisagem, ao lugar, a região e ao território; que estabeleçam relações entre o presente e o passado, o específico e o geral, as ações individuais e as coletivas e as diferentes escalas geográficas; que promovam o domínio de procedimentos que possibilitem aos estudantes ler e explicar as paisagens e os lugares, além de oportunizar que atuem em seus espaços com um olhar mais crítico (THIESEN, 2011).

Dessa maneira, o professor, deve sempre repensar a sua prática e aperfeiçoá-la na perspectiva de organizar seu trabalho pedagógico, considerando metodologias que favoreçam ao aluno uma reflexão sobre o seu processo de ensino-aprendizagem e o significado dos conhecimentos adquiridos. Para isso, é indispensável superar as limitações e os problemas dos modelos pedagógicos e curriculares que vem legitimando a cultura escolar (THIESEN, 2011).

O professor, através das metodologias de ensino, deve levar o aluno a refletir sobre sua própria realidade, buscando alternativas para melhorar o seu meio. Dessa forma, eles serão capazes de desenvolver a capacidade de identificar, pensar e interrogar sobre diferentes aspectos da realidade e, posteriormente, compreender a relação sociedade-natureza (THIESEN, 2011).

Quando falamos em Geografia Escolar, podemos considerar que atualmente têm-se buscado práticas pedagógicas que permitam apresentar aos alunos os diferentes aspectos de um mesmo fenômeno em diferentes momentos da escolaridade, de modo que possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito (CALLAI, 2005, apud THIESEN, 2011).

Nesse contexto, é concebível que, para se conseguir uma prática pedagógica que proporcione uma aprendizagem efetiva aos alunos, é necessário que o professor utilize metodologias voltadas também para a observação e atenção à diversidade dos alunos. Além disso, de acordo com Thiesen (2011, p. 89),

É preciso que o educador tenha clareza metodológica para que possa integrar seus saberes com os saberes dos estudantes, que possa problematizar as questões em torno desses conceitos de conhecimento de modo a permitir que os alunos se sintam eles mesmos, protagonistas do processo de conhecer, de refletir e de agir ampliando os espaços de sua experiência.

Dessa maneira, as metodologias e os conteúdos a serem abordadas nas aulas necessitam ser previamente organizados, levando em conta a realidade do educando, que é um sujeito em desenvolvimento. É função do professor oportunizar meios a partir dos quais o aluno compreenda os conteúdos geográficos.

Em sua prática metodológica, o professor deve priorizar questões como as categorias da Geografia mais adequadas para os alunos em relação à sua faixa etária, ao momento da escolaridade em que se encontram e às capacidades que se espera que desenvolvam. Embora o espaço geográfico deva ser o objeto central de estudo, as categorias paisagem, território e lugar devem também ser abordadas, principalmente nos ciclos iniciais, quando se mostram mais acessíveis aos alunos, tendo em vista suas características cognitivas e afetivas (CAVALCANTI, 2017).

O ensino de Geografia pode ser realizado a partir de múltiplas estratégias metodológicas, cabendo ao docente buscar aquelas que despertem o pensamento e a reflexão do educando, que oportunizem a aprendizagem, contribuindo para a construção de uma visão dos fenômenos socioespaciais com base em abordagens conceituais pertinentes.

A pesquisa como princípio educativo no fazer pedagógico do professor de geografia da educação básica

O reconhecimento da escola, enquanto lugar de formação por excelência, nos leva a pensar sobre o papel do professor na promoção de uma Educação que atente para os princípios formativos, imbricados nos paradigmas socioculturais e educacionais contemporâneos. Para isso, a formação continuada com vistas à aplicabilidade de metodologias inovadoras que contribuam efetivamente para a aprendizagem dos alunos nesse contexto, faz-se necessária e, até mesmo, indispensável para o fazer pedagógico do professor.

Nessa perspectiva coloca-se a proposta da pesquisa como metodologia de ensino, que carece de maior inserção nos Projetos Pedagógicos das escolas, de modo a integrar-se nas práticas dos professores de diferentes áreas do conhecimento. Isso requer, necessariamente, um investimento na formação do professor. Segundo Demo (2015, p.2), “educar pela pesquisa tem como condição essencial primeira que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a *pesquisa como princípio científico e educativo* e a tenha como *atitude cotidiana*” [grifo do autor].

O ensino pela pesquisa pressupõe que o professor, responsável pelo planejamento e organização desse processo, busque estratégias que possibilitem ao aluno assumir a condição de sujeito participativo na construção do conhecimento. Entretanto, o ensino com base na pesquisa como estratégia metodológica requer atenção, já que essa ação não deve manter-se restrita apenas no acúmulo de informações, materiais e/ou elementos preliminares. As vertentes que englobam a educação e a pesquisa vão além da concentração de dados; elas se complementam e permitem a percepção emancipatória do sujeito e a oportunidade de aprender a criar hipóteses e explicações a partir do questionamento reconstrutivo (DEMO, 2015).

No âmbito da Geografia Escolar, o ensino pela pesquisa apresenta possibilidades variadas de contribuir para a formação do aluno, instigando-o a buscar caminhos que os levem a desvendar e compreender os fenômenos socioespaciais. Nesse processo é fundamental que o professor atue na perspectiva da mediação pedagógica, superando a prática docente pautada na transferência de conhecimento e passando a aprender junto com o aluno, valorizando suas experiências (DEMO, 2015).

Na perspectiva de vivenciar uma experiência com base nos pressupostos teóricos da pesquisa como princípio educativo, foi implementado o projeto anteriormente descrito, na disciplina Geografia, no 8º ano do Ensino Fundamental, cuja problematização vinculou-se a conteúdos relativos ao Continente Africano, mais especificamente as características da cultura africana presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Esse conteúdo se faz pre-

sente no livro didático usado pela escola e foi pesquisado pelos alunos a partir de subtemas: culinária, religião, dança e música.

Metodologicamente, o projeto foi desenvolvido, inicialmente, a partir de uma aula expositiva e dialogada. Como suporte para o engajamento na discussão e, ao mesmo tempo, identificar o conhecimento prévio dos alunos sobre o assunto estudado, foram realizados alguns questionamentos sobre a África, tais como: “Qual é a primeira coisa que lhe vem à cabeça quando se fala em África?”; “Em sua opinião, em que a cultura africana está presente no nosso cotidiano?”. Partindo dessa problematização, os alunos tiveram a oportunidade de expor o conhecimento prévio sobre a temática.

Em um segundo momento, realizou-se uma discussão sobre a importância da pesquisa para a construção do conhecimento, ressaltando-se o que significa, sua relevância para o processo de formação do indivíduo e como desenvolver um trabalho de pesquisa a partir de problemáticas evidenciadas no cotidiano.

Em seguida, a turma foi dividida em quatro grupos, formados a partir da escolha livre dos alunos, sendo sorteado um subtema para cada equipe. Mediante esses procedimentos, os alunos foram motivados a realizar uma pesquisa exploratória, buscando responder à questão problematizadora e atentando para os objetivos do projeto, por meio de leituras bibliográficas que abordam a temática, como, também, realizando entrevistas semiestruturadas direcionadas aos professores de História e Arte da própria escola.

Na sequência, os alunos foram orientados a realizar leituras visando obter uma fundamentação teórica que possibilitasse a construção do entendimento da influência africana na cultura brasileira, identificando elementos que se fazem presentes ainda hoje no nosso cotidiano.

O conjunto de informações obtidas serviu de base a elaboração de um texto pelos alunos, o qual foi escrito de próprio punho, sem o uso de plágio e referenciando as fontes bibliográficas consultadas. Esse texto foi, então, apresentado em sala de aula pelos grupos, os quais complementaram com mostras de materiais que demonstravam a influência africana na cultura brasileira.

Resultados e discussões

A pesquisa como princípio educativo constitui uma importante estratégia metodológica na Educação Básica, possibilitando a formação de sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

O ensino na perspectiva da pesquisa como princípio educativo na Educação Básica é um importante instrumento capaz de despertar a vocação científica de jovens, que, no futuro, se tornem pesquisadores e contribuam com suas descobertas para a solução de problemas evidenciados no cotidiano.

A pesquisa no âmbito da Educação Básica requer do professor competências e habilidades para instigar a observação e a reflexão sobre os fatos e fenômenos sociais e, a partir dessas práticas, conduzir ao processo de formulação de questões e de problematização. Nessa perspectiva, a pesquisa no âmbito da Geografia Escolar é um elemento importante para melhorar o ensino e gerar resultados significativos em termos de aprendizagem dos alunos. A iniciação científica no espaço escolar corrobora, pois, para a popularização da ciência calcada na aprendizagem do método científico.

Em se tratando da proposta de educar pela pesquisa, Demo (2015) ressalta que tal aspecto, além de ser um processo da formação cotidiana do professor é, também, a base da educação escolar. Dessa forma, a pesquisa possibilita a compreensão independente do sujeito que busca oportunidades por meio da reconstrução e questionamento de sua existência.

O projeto de ensino, vinculado à pesquisa no âmbito da Geografia Escolar, foi elaborado e desenvolvido a partir do conteúdo programático do currículo do 8º ano do Ensino Fundamental, o qual tratava sobre o continente africano, estando presente no livro didático adotado pela escola.

A Geografia Escolar e, nesta, os aspectos discutidos nos conteúdos próprios dessa disciplina, estão articulados as teorias e métodos próprios da Ciência Geográfica (CAVALCANTI, 1998). Entretanto, para que o conhecimento possa ser desempenhado adequadamente, é fundamental que haja planejamento e organização das aulas, dos conteúdos, dos instrumentos avaliativos, bem como de dispositivos que influenciam de forma significativa para o processo de ensino e aprendizagem.

Para o processo de construção do projeto de ensino, antes mencionado, foi necessário um período de estudo, no qual se levou em consideração a temática escolhida e os referenciais que abordam a pesquisa escolar. Esse momento foi essencial para planejar a estrutura do projeto e as metodologias a serem usadas, tendo em vista o público escolhido. A experiência vivenciada encontra respaldo no dizer de Silva (2013) ao salientar que, antes de desenvolver sua aula, o professor precisa refletir a respeito do que irá tratar, de seu posicionamento e do público para quem irá destinar a aula. Esse exercício permitirá conhecer aquilo que o aluno já carrega consigo, ou seja, seu conhecimento de mundo. Para tanto, esse profissional deve se preocupar, ainda, em criar mecanismos que despertem o interesse do educando.

Como forma de envolver a turma com o conteúdo estudado nas aulas de Geografia e reconhecer o conhecimento prévio sobre a temática a ser debatida, no dia 02 de novembro foram feitos alguns questionamentos a respeito da compreensão dos mesmos sobre a África e a influência do povo africano na constituição da cultura brasileira.

Constatou-se que, para aproximadamente 70% da turma, a representação que tinham da África estava vinculada a população negra e a condição de miséria e extrema pobreza. Ou seja, das respostas dadas sobre o que pensavam acerca do Continente Africano, os alunos destacaram as características éticas do povo e as condições precárias de vida da população. No que diz respeito à influência africana na cultura brasileira, foi significativa o reconhecimento da capoeira como algo característico das raízes africanas em nosso cotidiano.

As respostas dadas aos questionamentos iniciais acerca da África deram suporte para a ampliação da discussão sobre o continente africano e suas especificidades espaciais, culturais, sociais, políticas e econômicas presentes no livro didático.

Para Franco (2015), atitudes como essas despertam o interesse dos alunos em participar da aula e contribuir para ampliação do conhecimento, já que as situações que os desafiam são as mesmas que colaboram para o retorno em forma de produções. As experiências e interações que envolvem as vivências atuais e as interpretações instigadas através dos estímulos dados pelo professor, contribuem para o processo de ensino e aprendizagem, identificado em sua diversidade e dimensão.

Vesentini (2004) considera que a Geografia, enquanto disciplina escolar, deve valorizar o conhecimento do espaço geográfico, tanto em escala local quanto global, levando o sujeito a entender o mundo em que vive e sua relação com o meio.

Portanto, a Geografia Escolar deve proporcionar caminhos que levem o aluno a atribuir uma posição em determinadas situações, sejam políticas, sociais e/ou até mesmo familiares. A atuação e postura do indivíduo, nessas circunstâncias, colaboram para o crescimento da autonomia e maturidade do aluno enquanto sujeito social (PONTUSCHKA, 2009).

Ao se concluir a elaboração do projeto, no dia 05 de novembro de 2018, foi o momento de apresentá-lo à turma. Nessa ocasião, além das orientações dadas a respeito da produção do trabalho, foi debatido o conceito de pesquisa e suas contribuições para a construção do conhecimento e formação intelectual dos sujeitos do processo educativo.

Em se tratando de pesquisa no ambiente escolar, Demo (2015) ressalta que essa ação deve ser desempenhada cotidianamente. Dessa maneira, tanto doutores, como estudantes da educação básica possuem potencial para desenvolvê-la dentro do seu próprio cenário. Assim, o estudante, ao realizar essa atividade, passa de objeto a sujeito competente, parceiro do professor, que questiona e cultiva a consciência crítica, passando a intervir na realidade em que está inserido.

O trabalho de pesquisa pelos alunos foi realizado em grupos, de modo que cada equipe o desenvolveu a partir de um foco temático específico. Por mais que o trabalho em equipe não seja uma tarefa fácil, optou-se por essa estratégia visto que, além da socialização conjunta, possibilitaria a divisão de tarefas entre os sujeitos e a colaboração para a participação dos mais tímidos. Para isso, foi necessário eleger um líder para cada grupo, responsável por conduzir as orientações gerais do trabalho, receber os materiais disponibilizados pelos professores com os informes de estrutura e elaboração da produção escrita, bem como servir de porta-voz para retirar dúvidas com o docente e repassar para os demais colegas.

Com relação ao trabalho em equipe, Demo (2015) considera que é um estímulo para interação conjunta e oferece subsídios para evolução individual e coletiva dos sujeitos. Por mais que não seja fácil desempenhar o trabalho em grupo, essa ação permite aos envolvidos a possibilidade de aprender junto e exercer uma cidadania coletiva e organizada.

Entre os dias 09 e 19 de novembro de 2018, as equipes realizaram a pesquisa buscando informações para elaboração do texto escrito e, a partir daí, produzir o material para as apresentações dos resultados do trabalho, as quais aconteceram na sala de vídeo da escola, sendo prestigiadas pela coordenadora pedagógica, a diretora, a professora de História e os alunos do 6º ano da instituição.

Sob a orientação dos professores, os grupos organizaram uma mostra dos trabalhos de pesquisa realizados e as apresentações aconteceram seguindo a ordem sugerida no dia da exposição do projeto. Para dar suporte às exposições dos trabalhos, os alunos criaram painéis com textos e imagens que foram usados para ressaltar os aspectos obtidos a partir da investigação feita sobre as temáticas.

O grupo que tratou sobre a influência africana na culinária brasileira, trouxe um cartaz com mostras de cereais e especiarias usadas no país, as quais foram trazidas pelos africanos (Figura 2). Após a apresentação, eles ofereceram ao público um bolo de fubá para degustação.



Figura 2: Painel sobre a influência africana na culinária brasileira.
Fonte: Arquivo dos autores, 2018.

Os alunos que abordaram a dança fizeram exposição dos instrumentos usados nas rodas de capoeira (Figura 3) e organizaram uma demonstração dessa expressão cultural que envolve o movimento corporal e a arte marcial.



Figura 3: Material de exposição sobre a influência africana na dança brasileira.
Fonte: Arquivo dos autores, 2018.

O grupo que abordou a influência africana na música apresentou a pesquisa realizada e a letra e melodia de uma música da cantora Alcione (Figura 4). Além de enaltecer o samba como influência africana para a cultura musical brasileira, o grupo fez, também, a exposição do instrumento chamado Xequeré, usado em cerimônias religiosas e culturais.

Os alunos que pesquisaram sobre religião construíram uma maquete para exemplificar os cultos religiosos voltados para a Umbanda e o Candomblé.

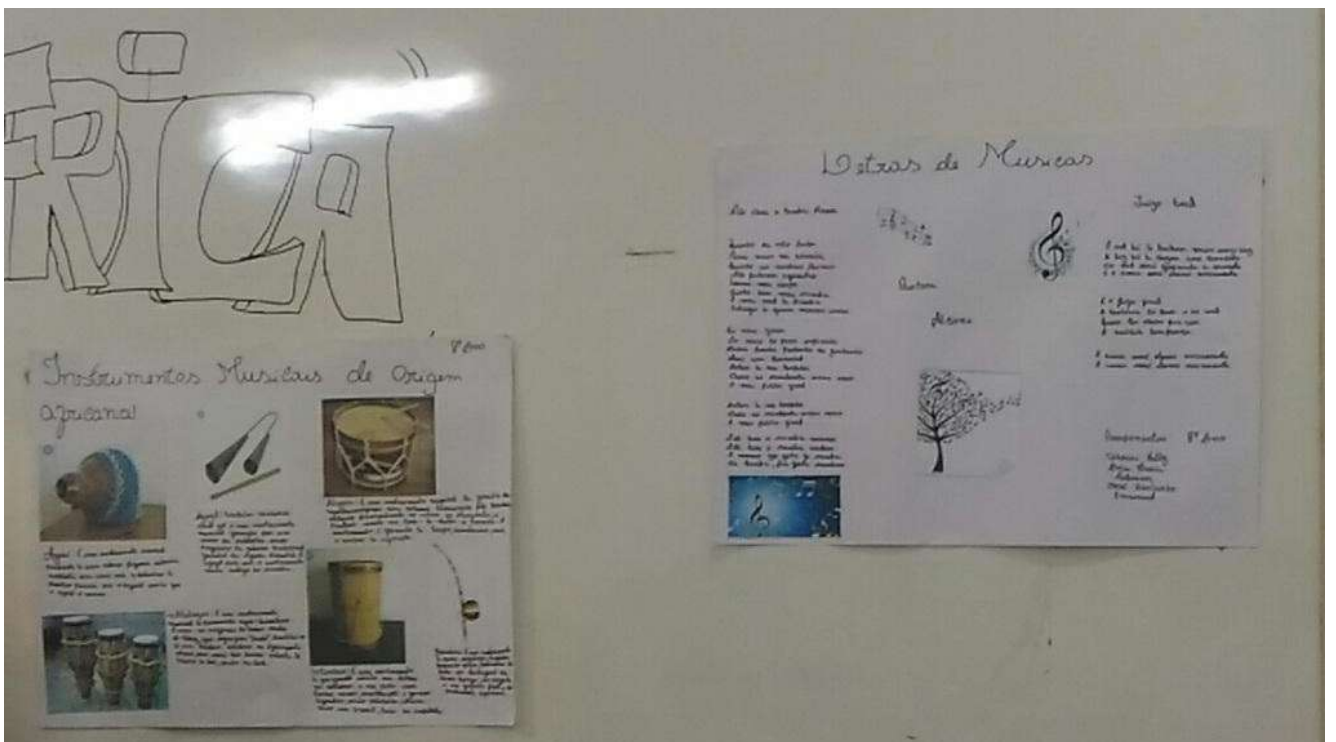


Figura 4: Material de exposição sobre a influência africana na música brasileira.
Fonte: Arquivo dos autores, 2018.

O resultado deste trabalho reafirma a importância da pesquisa na Educação Básica para a formação de sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que oportuniza ao aluno o protagonismo na construção do conhecimento, numa dimensão de responsabilidades. Além disso, a busca pelo saber torna-se atraente e instigante, de modo que os alunos se sentem mais motivados a participar das atividades e discussões propostas.

Contudo, este é um trabalho que precisa, ainda, inserir-se na proposta pedagógica das escolas para que se efetive na prática dos professores. É inegável a importância que tem a pesquisa, enquanto metodologia de ensino no âmbito da Educação Básica, ao se fazer presente no cotidiano da práxis docente, tendo em vista sua capacidade de potencializar um ensino e uma aprendizagem que concorram para assegurar a formação de sujeitos ativos e reflexivos, capazes de construir o conhecimento que lhe possibilite agir de forma a exercer a sua cidadania na sociedade em que está inserido.

Considerações finais

A pesquisa no âmbito da Geografia Escolar constitui uma inovação pedagógica, cuja experiência conduz a uma reflexão sobre o papel do professor e do aluno no processo de ensino e aprendizagem na escola, frente ao que se postula como ideal de formação do profissional docente, tratando aqui especificamente do professor de Geografia na contemporaneidade.

Tendo em vista que o espaço escolar permite ao aluno o acesso ao conhecimento científico, a Geografia enquanto componente curricular, através de suas competências e habilidades, possibilita ao estudante construir sua cidadania. Dessa maneira, a Geografia Escolar viabiliza instrumentos teórico-práticos para que o sujeito se identifique no mundo, compreendendo as espacialidades dos fenômenos sociais existentes.

Portanto, a experiência da práxis docente a partir da pesquisa como princípio educativo, colaborou para a participação ativa dos alunos. Embora não se configurando, para muitos, como um trabalho científico propriamente dito, essa ação sinaliza para a sistematização de resultados significativos de aprendizagem, uma vez que o educando deixa de ser mero receptor de informações e passa a ser sujeito atuante na construção do conhecimento.

Sendo assim, mesmo com as especificidades existente na turma, os grupos conseguiram atingir os objetivos esperados e trouxeram informações relevantes sobre os subtemas abordados. Dessa maneira, a proposta desempenhada foi significativa não apenas para os alunos envolvidos, mas, sobretudo, para nós professores.

Diante disso, conclui-se que a metodologia da pesquisa como princípio educativo, contribui para que tenhamos um ensino e uma aprendizagem alinhados aos paradigmas educacionais contemporâneos, quais sejam os de formar sujeitos ativos, reflexivos e capazes de atuar crítico e construtivamente na sociedade em que vive, exercendo assim, sua cidadania.

Ademais a disciplina A Geografia no Espaço Escolar é de fundamental importância para a formação do professor de Geografia no âmbito da proposta do GEOPROF, uma vez que possibilita a inserção de uma práxis docente inovadora, a qual permite a efetivação de um processo de ensino e aprendizagem que atenta para os novos paradigmas educacionais, na medida em que promove o protagonismo do aluno nesse processo, permitindo a construção do conhecimento a partir da investigação mediada pela ação do professor.

Nessa perspectiva, a referida disciplina cumpre o seu papel na formação do professor de Geografia da Educação Básica corroborando para a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, para o sucesso escolar do aluno, uma vez que a metodologia de ensino pela pesquisa garante, de forma mais efetiva, que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados.

Referências

- AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 3 ed. Barueri: São Paulo: Manole, 2013.
- CAVALCANTI, L. de Souza. A geografia e a realidade escolar contemporânea: Avanços, caminhos, alternativos. **ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO - Perspectivas atuais**. Belo Horizonte: novembro de 2010.
- _____. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998 - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- _____. O trabalho do professor de geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar. *In*, **Conhecimentos da geografia: percursos de formação docente e práticas na educação básica**. Belo Horizonte: ICG, 2017. (p. 100-123).
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. - (coleção educação contemporânea).
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MAGALHÃES, Cláudia et. al. **Projeto Apoema geografia 8**. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. - (Coleção docente em formação. Série Ensino Fundamental).
- RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. Escola Estadual Santa Terezinha. **Projeto político pedagógico**. São João do Sabugi, 2015. 53p.
- SILVA, Léa Ribeiro da. **Docência na contemporaneidade: desafios para professores no ensino superior**. Revista Primus Vitam - N° 5 - 1º semestre de 2013.
- VESENTINI, J. W. (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

BNCC: O ensino de geografia e a linguagem cartográfica

BNCC: Geography teaching and cartographic language

BNCC: L'enseignement de la géographie et la langage cartographique

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular passa a ser uma referência nacional normativa a partir de 2018. Diante disso, este texto tem como objetivo analisar a proposta de currículo da BNCC para a linguagem cartográfica no Ensino Fundamental na disciplina Geografia. A metodologia aplicada consistiu na análise documental da BNCC e sua fundamentação teórica baseou-se em Cavalcanti (2011; 2019) Richter (2017) Richter e Moraes (2020), Duarte (2017) e outros autores. Nos resultados, identificou-se que a proposta da BNCC valoriza o desenvolvimento do pensamento espacial e o raciocínio geográfico no ensino de Geografia. Nesse sentido, a linguagem cartográfica assume papel de destaque para compreensão do espaço geográfico e, nesse sentido, o aluno deve ser incentivado a desenvolver a competência de leitura e elaboração de mapas e gráficos. Além disso, constatou-se que a linguagem cartográfica é um suporte para as análises dos objetos de estudo da Geografia.

Palavras-chave: BNCC; linguagem cartográfica; ensino de geografia.

ABSTRACT

Since 2018, the Common National Curricular Base has become a national normative reference. Therefore, this text aims to analyze the BNCC curriculum proposal for cartographic language in Elementary Education in the discipline Geography. The applied methodology was documentary analysis of BNCC. The theoretical framework was Cavalcanti (2011; 2019), Richter (2017), Richter and Moraes (2020), Duarte (2017) and other authors. The results identified that the BNCC proposal values development of spatial thinking and geographic reasoning in the teaching of Geography. In this sense, the cartographic language assumes a prominent role for understanding the geographic space, and, this way, students should be encouraged to develop the competence of reading and drawing maps and graphs. Furthermore, it was found that the cartographic language is a support for the analysis of the objects of study of Geography.

Keywords: BNCC; cartographic language; geography teaching.

RÉSUMÉ

Depuis 2018, la Base de Programmes Nationaux Communs (acronyme en portugais: BNCC) est devenu une référence normative nationale. De cette façon, ce texte vise à analyser la proposition de programme du BNCC pour le langage cartographique dans l'enseignement élémentaire dans la discipline de la géographie. La méthodologie appliquée a été l'analyse documentaire du BNCC. Le cadre théorique a été Cavalcanti (2011; 2019), Richter (2017), Richter et Moraes (2020), Duarte (2017) et d'autres auteurs. Les résultats ont identifié que la proposition du BNCC valorise le développement de la pensée spatiale et du raisonnement géographique dans l'enseignement de la géographie. En ce sens, le langage cartographique assume un rôle de premier plan pour la compréhension de l'espace géographique et, de cette façon, les étudiants devraient être encouragés à développer leurs compétences en lecture et en dessin de cartes et de graphiques. En outre, il a été constaté que le langage cartographique est un support pour l'analyse des objets d'étude de la géographie.

Mots clés: BNCC; Langage cartographique; Enseignement de la Géographie.

Considerações iniciais

A constituição brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) reconhece a educação como direito fundamental assegurado pelo Estado, família e sociedade. Sendo assim, é dever do Estado, da família, bem como da sociedade em geral, oferecer educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho dos jovens brasileiros.

Entretanto, conforme os últimos indicadores do IDEB, a educação brasileira aponta para a precariedade nos diferentes segmentos propostos pelos critérios elencados pelo INEP, tais como o desempenho escolar nas provas Brasil e a aprovação escolar, para citar exemplos. Em sistemas de avaliações nacionais e internacionais, os resultados costumam ser desanimadores, visto que os índices de aprendizagens aferidos nessas avaliações são muito baixos¹. Diante desse fato, nas três últimas décadas, ampliou-se a discussão de recomendações com o intuito de melhorar a qualidade da educação.

Nessa perspectiva, o poder público reformulou as propostas curriculares no Brasil, seguindo a premissa de que o currículo deveria orientar o trabalho, as disciplinas e o cotidiano escolar. Vale lembrar que, na década de 1990, foi proposta a LDB (BRASIL, 1996), com diretrizes para formulação dos currículos brasileiros. Logo em seguida, surgiram os PCNs (BRASIL, 1997), com a finalidade de propor parâmetros para os currículos da educação básica nacional e, mais recentemente, a BNCC (BRASIL, 2017).

A BNCC, aprovada em dezembro de 2017, em sua versão final para o Ensino Fundamental, e em 2018, na versão final para o Ensino Médio, passa a ser uma referência nacional normativa para processos de elaboração de currículos e materiais didáticos, de políticas de formação de professores, de critérios para avaliações de indicadores e concursos públicos para ingressos de novos docentes, o que implica dizer que este documento constitui um dos pilares do sistema educacional brasileiro.

Apesar de bastante criticada (BITTENCOUT, 2017; GIROTTO, 2017), a BNCC foi elaborada com a participação de especialistas de todas as áreas do conhecimento e foram disponibilizados debates com a sociedade e os educadores do Brasil. A BNCC estabeleceu que os currículos estaduais, municipais e as propostas pedagógicas das escolas públicas e particulares teriam o objetivo de garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais tidas como essenciais para formação integral dos alunos para sua vivência no século XXI abrangendo as diversas áreas do conhecimento. Sendo assim, as escolas terão que se alinhar com a proposta do documento (BRASIL, 2017).

Já existem vários trabalhos que tratam dos aspectos teóricos, metodológicos e políticos que envolvem o processo de tessitura do texto final publicado pelo MEC, contudo, no âmbito dos estudos geográficos, é necessário aprofundar alguns aspectos, especialmente no que concerne à dimensão da construção do pensamento geográfico. Isso implica diretamente na compreensão de uma das principais linguagens utilizadas pela Geografia: a linguagem cartográfica. Nesse sentido, surge a necessidade de uma análise para entender a concepção da linguagem cartográfica que a BNCC propõe, e como esta concepção pode influenciar nas práticas dos docentes de Geografia na educação básica brasileira, sobretudo no ensino fundamental tendo em vista que a base curricular para o ensino médio, para a maioria dos estados, ainda encontra-se em construção.

Desse modo, o objetivo desse artigo é analisar a proposta da BNCC para o uso da linguagem cartográfica no ensino de Geografia na Educação Básica do país. Assim, abordou-se no texto as competências e habilidades associadas ao ensino de Cartografia. A metodologia consiste na análise documental da BNCC e outros documentos publicados pelo MEC relacionados com o currículo. Além disso, buscou-se a fundamentação em Cavalcanti (2011; 2019) para compreensão da proposta de ensino de Geografia; e Richter (2017), Richter e Moraes (2020) e Duarte (2017) para entender o uso da linguagem cartográfica no ensino de Geografia.

O texto está organizado em 2 partes, além das considerações iniciais e finais. A primeira reflete sobre as abordagens do ensino de Geografia proposto pelo documento. A segunda parte contempla a proposta da BNCC para o uso da linguagem cartográfica no ensino de Geografia na Educação Básica do Brasil.

Concepções da BNCC para o ensino de Geografia

Entende-se que conciliar diferentes pontos de vistas em uma proposta curricular básica para um país inteiro é algo bastante complexo. Esse pensamento é corroborado por Richter e Moraes (2020, p.144), quando afirmam que para a construção de um currículo há “muitos atores e diferentes interesses, inclusive antagônicos, que resultaram na versão final do documento”. Embora tenha havido ampla consulta entre os conselhos de educação de todo o Brasil, professores, sociedade civil, é natural que haja críticas em relação às propostas da BNCC, assim como houve com os PCN, na década de 1990. O currículo é um território em disputa (ARROYO, 2013) e a versão final da BNCC reflete as posições e as concepções geográficas de determinados estudiosos, que não serão iguais às de todos. Para Portela (2018, p. 51):

Pode-se afirmar que não há novidade na motivação e prescrição para um currículo comum, embora nem sempre haja consenso sobre a conveniência dessa prescrição. Nesse sentido, há um currículo nacional comum que passou por diferentes conotações e que tem educado os brasileiros desde o momento em que se pensou numa política de educação nacional. Nessa sequência, desde a década de 1990, com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o país seguiria rumo à construção de conhecimentos e conteúdo que deveriam estar presentes em todas as escolas, em conformidade com o que pretendia o poder público.

Paralelamente, a BNCC entende que “Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta” (BRASIL, 2017, p. 359). Dito isso, deve-se estimular, entre os alunos da Educação Básica, o pensamento espacial, ou seja, desenvolver o raciocínio geográfico utilizando os conceitos de análise espacial da ciência geográfica. Nessa perspectiva, pode-se identificar que:

Uma das mudanças que mais tem chamado a atenção na BNCC da Geografia do EF é em relação ao destaque que ela faz ao chamado pensamento espacial e raciocínio geográfico. Este debate vem ganhando cada vez mais espaço nos eventos e atividades ligadas ao campo do ensino de Geografia, principalmente por reconhecer que este tipo de pensamento demanda uma contribuição significativa dos conteúdos e temas geográficos (RICHTER; MORAES, 2020, p. 156).

Pode-se inferir que, ao estimular o desenvolvimento do pensamento espacial e o raciocínio geográfico na formação dos jovens durante a educação básica, a BNCC reflete uma concepção que se fortalece entre os pesquisadores de Geografia e de certa forma valoriza os temas de ensino da ciência geográfica, tais como o raciocínio geográfico. Para Brasil (2017), o raciocínio geográfico é uma maneira de exercitar o pensamento espacial, visto que aplica os princípios geográficos com o objetivo de compreender aspectos fundamentais da realidade. Com destaque para “a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas” (BRASIL, 2017, p. 359).

Complementarmente, para Cavalcanti (2019, p. 64) “o raciocínio geográfico é um modo de operar com esse pensamento. São raciocínios específicos articulados pelo pensamento geográfico”. Nessa medida, Richter e Moraes (2020) afirmam que o raciocínio geográfico proposto pela BNCC é o exercício do próprio pensamento espacial associado aos princípios geográficos, sendo de fundamental importância o exercício da espacialidade para compreender o espaço vivido, ou seja, fazer uma leitura geográfica do mundo.

A BNCC defende um tipo de pensamento que é produzido pela Geografia na escola. Segundo os mesmos autores (RICHTER e MORAES, 2020), esse conceito de pensamento es-

pacial está fundamentado no relatório do Conselho Nacional de Pesquisa norte-americano, no original *National Research Council* (NRC), publicado em 2006. Para o relatório, o conceito de pensamento espacial é “um tipo de pensamento que é baseado na amálgama de três elementos: conceitos espaciais, instrumentos de representação e processos de raciocínio” (NCR, 2006, ix), portanto há diferenças entre o raciocínio e o pensamento geográficos. Cavalcanti (2019, p. 96) assim define o pensamento geográfico:

[...] é a parte de um processo de desenvolvimento de funções psicológicas superiores (VYGOTSKY, 1993, 2009) que ocorre continuamente nos sujeitos (estudantes), em processos de formação de conceitos geográficos (cotidianos e científicos: lugar, paisagem...) e no exercício articulado de raciocínios cognitivos genéricos (memorização, análise, síntese) e mais específicos para a Geografia (observação, comparação, conexão, descrição), que são representados/apresentados de diferentes maneiras, articulados em diversas partes[...]

Nessa perspectiva, a linguagem cartográfica se torna importante para o desenvolvimento do raciocínio e pensamento espacial geográficos. As representações cartográficas assumem um papel de suporte para a leitura geográfica, conseqüentemente, o mapa não pode ser encarado apenas como um elemento para a localização dos lugares em estudo, um mero elemento ilustrativo nos livros didáticos. Essa concepção proposta pela BNCC (2017) parece atender aos anseios dos estudiosos da ciência geográfica. Para justificar esse pensamento, seguem as palavras de Richter e Moraes (2020, p. 159):

A partir desta proposta observa-se uma mudança positiva na BNCC em relação ao trabalho da Geografia com a Cartografia Escolar, pois é perceptível a superação do uso do mapa ou dos diferentes produtos cartográficos como recursos que apenas servem como visualização ou para a localização dos objetos/fenômenos no espaço. Ideias estas amplamente combatidas e criticadas pelos estudos no campo da Cartografia Escolar e que há tempo já fazem parte do discurso em prol de um trabalho mais articulado entre a linguagem cartográfica e os conteúdos geográficos [...].

Entretanto, a BNCC não detalha metodologias ou práticas pedagógicas de como os conceitos de pensamento espacial e raciocínio geográfico podem ser vivenciados nas práticas docentes de Geografia. A Base faz apenas uma descrição dos princípios do raciocínio geográfico e indica que estes são fundamentais para entender o mundo em que vivemos. Nesse sentido, fica subentendido que esses conceitos e as metodologias para desenvolvê-los em práticas docentes na educação básica devem fazer parte da formação inicial e contínua dos professores de Geografia, uma vez que a BNCC também é uma norteadora da formação de professores da educação básica.

Vale ressaltar que a BNCC considera necessário desenvolver práticas pedagógicas que assegurem a apropriação destes conceitos para o domínio do raciocínio geográfico e uma compreensão do espaço para o exercício da cidadania. Diante disso, essas práticas devem estimular “a capacidade de empregar o raciocínio geográfico para pensar e resolver problemas gerados na vida cotidiana, condição fundamental para o desenvolvimento das competências gerais” (BRASIL, 2017, p. 361).

O documento (BRASIL, 2017) está organizado com base nos principais conceitos de análise da Geografia, diferenciados por níveis de complexidade, ou seja, esses conceitos de análise podem variar ao longo da Educação Básica. No Ensino Fundamental, anos iniciais, por exemplo, observa-se fortemente a abordagem dos conceitos de lugar e paisagem, enquanto no Ensino Fundamental, anos finais, os conceitos de região, território e redes são mais utilizados nas análises do espaço estudado. Sendo assim,

[...] é preciso superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia, cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A ultrapassagem dessa condição meramente descritiva exige o domínio de conceitos e generalizações. Estes permitem novas formas de ver o mundo e de compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica (BRASIL, 2017, p. 361).

Por essa razão, o ensino de Geografia na BNCC (2017) está organizado em unidades temáticas, presentes em todos anos do Ensino Fundamental: O sujeito e seu lugar no mundo, conexões e escalas, mundo do trabalho, formas de representação e pensamento espacial e natureza, ambientes e qualidade de vida.

Na unidade temática “o sujeito e seu lugar” focalizam-se as noções de pertencimento e identidade. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, “busca-se ampliar as experiências com o espaço e o tempo vivenciadas pelas crianças em jogos e brincadeiras na Educação Infantil, por meio do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmo e de sua comunidade” (BRASIL, 2017, p. 362). Já no Ensino Fundamental – Anos Finais, em um processo de continuação da etapa anterior de ensino, a BNCC procura “expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo” (BRASIL, 2017, p. 362). Assim, essa unidade temática tem como objetivo buscar o lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e ao mesmo tempo situá-lo em uma sociedade solidária e preocupada com as ações do homem sobre meio o ambiente.

Em “conexões e escalas”, o documento propõe que “os alunos precisam compreender as interações multiescalares existentes entre sua vida familiar, seus grupos e espaços de convivência e as interações espaciais mais complexas” (BRASIL, 2017, p. 362). Nesse sentido, o aluno deve desenvolver a habilidade de entender as relações (conexão, um princípio geográfico), que existem entre os componentes da sociedade e o meio natural. Além disso, compreender essas conexões entre os diferentes lugares e em diversas escalas de análise.

Já no “mundo do trabalho”, a BNCC entende que o aluno deve compreender “o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e a cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo” (BRASIL, 2017, p. 363). Diante disso, “os alunos terão condição de compreender as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho em variados tempos, escalas e processos históricos, sociais e étnico-raciais” (BRASIL, 2017, p. 363).

Na unidade “Natureza, ambientes e qualidade de vida”, o docente pode buscar utilizar metodologias que estimulem o aluno a perceber as ações do homem sobre o meio físico, compreendendo como as transformações ocorrem no tempo e no espaço. Nesse sentido, deve-se articular o meio natural analisado na perspectiva da ação do homem em diferentes contextos e escalas. Assim,

[...] No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, destacam-se as noções relativas à percepção do meio físico natural e de seus recursos. [...]. No Ensino Fundamental – Anos Finais, essas noções ganham dimensões conceituais mais complexas, de modo a levar os estudantes a estabelecer relações mais elaboradas, conjugando natureza, ambiente e atividades antrópicas em distintas escalas e dimensões socioeconômicas e políticas. [...] (BRASIL, 2017, p. 364).

No estudo dessas unidades temáticas, no entendimento da BNCC, deve-se valorizar metodologias com práticas docentes relacionadas ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana. Diante disso, a vivência e o cotidiano do aluno são valorizados no processo educativo.

Para Cavalcanti (2011), o ensino de Geografia deve se guiar pela promoção da formação geral dos alunos, para que possam pensar e agir de forma autônoma a fim de resolver os problemas da vida cotidiana, considerando as demandas da sociedade contemporânea em constante transformação. Sendo assim, “a preocupação em formação para o mundo cotidiano, para vida, para a prática social, norteia o ensino de Geografia para formação da cidadania” (CAVALCANTI, 2011, p. 83).

Observa-se que o documento corrobora o pensamento de Cavalcanti (2011) na medida em que a Geografia escolar, na aplicação de seus conhecimentos, deve promover a formação de jovens para o exercício da cidadania e para solucionar problemas da vida cotidiana. Portanto, pode-se deduzir que a unidade temática “o sujeito e seu lugar no mundo”, ao focalizar as noções de pertencimento e identidade do aluno e sua atuação numa sociedade

solidária e preocupada com as ações do homem sobre o meio ambiente, se alinha ao pensamento de Cavalcanti (2011) no tocante à formação para o mundo cotidiano e cidadão.

Nesse sentido, o ensino de Geografia pode ajudar os estudantes a pensar o espaço de forma a entender seus problemas e suas contradições em diversas escalas espaciais. Considerando esse raciocínio, a autora afirma ainda que:

[...] Para que os alunos entendam os espaços de sua vida cotidiana, que se tornaram extremamente complexos, é necessário lhes propiciar uma Geografia estruturada de tal modo que dê conta de leva-lo a analisar, ao mesmo tempo, um contexto mais amplo e global, do qual todos formam parte, e os elementos que caracterizam e distinguem seu contexto local, onde realiza sua vida individual cotidiana (CAVALCANTI, 2011, p. 87).

No entendimento da autora, além de incluir o cotidiano do aluno nos objetivos de estudo ensinados pela Geografia, é importante relacioná-los com outras escalas de análise. A BNCC, nesse sentido, considera que a análise espacial deve ocorrer em conexões e escalas, outra unidade temática do documento, para que o aluno desenvolva a habilidade de entender as relações (conexão, um princípio geográfico) que existem entre os componentes da sociedade e o meio natural e compreender essas conexões entre os diferentes lugares e em diversas escalas de análise.

Portanto, o docente é um mediador do processo de ensino-aprendizagem e o aluno um protagonista desse processo. Sendo assim, “a abordagem dessas unidades temáticas deve ser realizada integradamente, uma vez que a situação geográfica não é apenas um pedaço do território, uma área contínua, mas um conjunto de relações” (BRASIL, 2017, p. 365).

Deve-se ressaltar que a BNCC reforça a formação integral e a Geografia tem o papel de desenvolver a habilidade de análise espacial e o raciocínio geográfico com o objetivo de desenvolver no aluno a capacidade de compreender o mundo em que vive relacionando-o com as diversas escalas espaciais e considerando as transformações do mundo contemporâneo. Para isso, é necessário fazer uso das categorias de análise espacial da ciência geográfica, a exemplo de lugar, paisagem, região, escala e território, conforme dito anteriormente.

Cabe então ao professor de Geografia em suas práticas pedagógicas assumir uma postura autônoma e crítica ao contribuir para a construção do currículo na escola, embora haja fatores que inibam sua atuação é importante tentar. Pode, ainda, comprometer-se com um projeto de formação cidadã, pautado na democracia e na justiça social, nas diferentes escalas geográficas, para formar jovens com a capacidade de compreender as contradições existentes no espaço-tempo.

Com relação à linguagem cartográfica, aspecto central desse artigo, tem-se a unidade temática “Formas de representação e pensamento espacial”. Nos anos iniciais, o aluno deve desenvolver de forma gradativa a concepção do que é um mapa e as outras formas de representações gráficas. Ao longo do Ensino Fundamental, a BNCC (2017) entende que os alunos devem dominar a leitura e elaboração de mapas e gráficos, iniciando-se na alfabetização cartográfica. Assim, os docentes podem utilizar metodologias diversificadas durante todo o ensino fundamental, para que o aluno utilize a linguagem cartográfica no cotidiano, ajudando-o a interpretar, entender e propor soluções de situações-problemas de seu contexto social. Nessa perspectiva,

[...] Quanto mais diversificado for o trabalho com linguagens, maior o repertório construído pelos alunos, ampliando a produção de sentidos na leitura de mundo. Compreender as particularidades de cada linguagem, em suas potencialidades e em suas limitações, conduz ao reconhecimento dos produtos dessas linguagens não como verdades, mas como possibilidades (BRASIL, 2017, p. 363).

Percebem-se, então, que a proposta valoriza o desenvolvimento do pensamento espacial e do raciocínio geográfico, conceitos que têm ganhado destaque no debate geográfico nas últimas décadas. Para a BNCC (2017), a Geografia é o componente curricular que oportuniza ao aluno da Educação Básica compreender o mundo em que se vive e aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta.

Nesse sentido, os docentes de Geografia podem desenvolver práticas educativas que estimulem o pensamento espacial, ou seja, desenvolver o raciocínio geográfico utilizando os conceitos de análise espacial da ciência geográfica e a linguagem cartográfica como elemento estruturador para a compreensão do espaço geográfico.

No próximo tópico, será abordada a concepção de ensino de cartografia proposto pela BNCC e como a linguagem cartográfica pode instrumentar a formação do pensamento espacial e o raciocínio geográfico entre os alunos da Educação Básica e a estruturação do uso da linguagem cartográfica, definida pela BNCC (2017), para as práticas docentes de Geografia ao longo do Ensino Fundamental.

A proposta da BNCC para o ensino de Cartografia

Como foi dito anteriormente, a BNCC tem como um dos seus fundamentos pedagógicos estimular o desenvolvimento de competências e habilidades para que os alunos possam tornar-se cidadãos capazes de superar os desafios do mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, o documento propõe dez competências gerais nas diferentes áreas do conhecimento da educação básica. O ensino de cartografia está contemplado na quarta competência geral:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (BRASIL, 2017, p. 9).

Diante do exposto, a cartografia assume o papel de linguagem científica, visual, digital, dentre outras que podem ser utilizadas para compreender o mundo. Essa ideia é defendida por estudos em Cartografia desde a década de 1970. A cartografia utiliza o mapa para representar o espaço, e este possui uma linguagem própria, que auxilia as ciências humanas, em especial a Geografia, no estudo das relações sociais que ocorrem no espaço.

Nesse sentido, a BNCC (2017) estabelece como prioridade o desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal no ensino de Ciências Humanas, devendo favorecer a compreensão, pelos alunos, dos tempos sociais e da natureza e de suas relações com os espaços. Diante disso, a leitura do espaço e tempo deve ocorrer com a utilização de diferentes linguagens, dentre elas a cartográfica, para que os alunos se tornem produtores e leitores de mapas dos mais variados lugares vividos.

Assim, a Geografia na Educação Básica tem o papel de

[...] desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fático (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania (BRASIL, 2017, p. 359).

Considerando o exposto, e em articulação com as competências gerais do conhecimento da educação básica, a área de Ciências Humanas deve garantir sete competências específicas. O ensino de cartografia está contemplado na sétima competência específica, assim descrita:

Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão (BRASIL, 2017, p. 357).

O documento entende que, ao longo do Ensino Fundamental, o aluno deverá desenvolver a competência de leitura e elaboração de mapas e gráficos. As representações cartográficas servem de suporte para o entendimento do mundo na perspectiva da Ciências Humanas. Para tanto, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 363) considera que “quanto mais diversificado for o trabalho com linguagens, maior o repertório construído pelos alunos, ampliando a

produção de sentidos na leitura de mundo.” Nessa perspectiva, o docente em suas práticas educacionais deve utilizar materiais diversos como: desenhos, esquemas, mapas, fotografias, imagens de satélites, recursos audiovisuais, entre alternativas para que o aluno possa compreender as particularidades de cada linguagem.

No tocante ao componente curricular de Geografia, a BNCC também garante o desenvolvimento de sete competências específicas para o Ensino Fundamental, sendo que a competência específica relacionada à linguagem cartográfica é a número quatro: “desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas” (BRASIL, 2017, p. 366).

Essa concepção potencializa o uso da linguagem cartográfica nas aulas de Geografia, ou seja, a linguagem cartográfica é entendida como suporte para a compreensão dos conteúdos geográficos e, por consequência, o desenvolvimento do pensamento espacial e do raciocínio geográfico. Esta concepção ganhou destaque nas pesquisas geográficas nas últimas décadas (DUARTE, 2017).

Diante dessa perspectiva, para a BNCC (2017), no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, o docente pode valorizar a ludicidade nas situações de aprendizagens articulando com as vivências da Educação Infantil. Sistematizar de forma progressiva experiências para leitura do mundo. Ampliar também experiências para o desenvolvimento de sistemas das formas de representação do espaço. Os alunos devem-se deparar com uma variedade de situações que envolvam os conceitos da representação espacial e gráfica. A finalidade é possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades de ler o lugar através de suas representações gráficas e espaciais.

Nesse entendimento, os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, já devem iniciar a alfabetização cartográfica. A BNCC (2017), entende que esse processo começa “por meio do exercício da localização geográfica, a desenvolver o pensamento espacial, que gradativamente passa a envolver outros princípios metodológicos do raciocínio geográfico, como os de localização, extensão, correlação, diferenciação e analogia espacial.

Nessa fase do Ensino Fundamental, o aluno deve desenvolver a percepção e o domínio do espaço através de fotos, desenhos, plantas, maquetes e outras formas de representações. Assim,

[...] é fundamental que os alunos consigam saber e responder algumas questões a respeito de si, das pessoas e dos objetos: Onde se localiza? Por que se localiza? Como se distribui? Quais são as características socioespaciais? Essas perguntas mobilizam as crianças a pensar sobre a localização de objetos e das pessoas no mundo, permitindo que compreendam seu lugar no mundo. [...] “Onde se localiza?” é uma indagação que as leva a mobilizar o pensamento espacial e as informações geográficas para interpretar as paisagens e compreender os fenômenos socioespaciais, tendo na alfabetização cartográfica um importante encaminhamento (BRASIL, 2017, p. 367)

A partir dessa perspectiva, organizou-se o quadro 1 com as informações da BNCC (BRASIL, 2017). Objetivou-se fazer a relação entre unidade temática, formas de representação e pensamento espacial com os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Ano - Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades a serem desenvolvidas
1º ano - Formas de representação e pensamento Espacial	Pontos de referência	(EF01GEE08) Criar mapas mentais e desenhos com base em itinerários, contos literários, histórias inventadas e brincadeiras. (EF01GEE09) Elaborar e utilizar mapas simples para localizar elementos do local de vivência, considerando referenciais espaciais (frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) e tendo o corpo como referência.
2º ano - Formas de representação e pensamento Espacial	Localização, orientação e representação espacial	(EF02GEE08) Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência. (EF02GEE09) Identificar objetos e lugares de vivência (escola e moradia) em imagens aéreas e mapas (visão vertical) e fotografias (visão oblíqua). (EF02GEE10) Aplicar princípios de localização e posição de objetos (referenciais espaciais, como frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) por meio de representações espaciais da sala de aula e da escola.
3º ano - Formas de representação e pensamento Espacial	Representações cartográficas	(EF03GEE06) Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em diferentes tipos de representação cartográfica. (EF03GEE07) Reconhecer e elaborar legendas com símbolos de diversos tipos de representações em diferentes escalas cartográficas.
4º ano - Formas de representação e pensamento Espacial	Sistema de orientação Elementos constitutivos dos mapas	(EF04GEE09) Utilizar as direções cardiais na localização de componentes físicos e humanos nas paisagens rurais e urbanas. (EF04GEE10) Comparar tipos variados de mapas, identificando suas características, elaboradores, finalidades, diferenças e semelhanças.
5º ano - Formas de representação e pensamento Espacial	Mapas e imagens de satélite Representação das cidades e do espaço urbano	(EF05GEE08) Analisar transformações de paisagens nas cidades, comparando sequência de fotografias, fotografias aéreas e imagens de satélite de épocas diferentes (EF05GEE09) Estabelecer conexões e hierarquias entre diferentes cidades, utilizando mapas temáticos e representações gráficas..

Quadro 1 - Geografia no Ensino Fundamental - anos iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

FONTTE: (BRASIL, 2017, p. 367-379). Organizado pelos autores.

Ao analisar o Quadro 1, observa-se a preocupação da normativa em introduzir os conceitos cartográficos e a alfabetização cartográfica já no ensino fundamental – Anos Iniciais. No 1º ano do Ensino Fundamental, a proposta do documento é pensar a partir do corpo e da vivência da criança para elaborar mapas simples e trabalhar os pontos de referência e suas primeiras noções de representação do espaço. Identifica-se, ainda, forte influência do lúdico, fazendo a relação com as vivências da criança na Educação Infantil.

No 2º ano, a proposta é diversificar as formas de representação do espaço, considerando a vivência do aluno e perceber a forte influência dos conceitos geográficos de lugar e paisagem. Além disso, são introduzidas as noções de orientação e localização dos objetos nessas representações com diferentes pontos de vista. No 3º ano, nota-se a introdução dos conceitos de legenda e escala nas representações cartográficas.

Já no 4º ano, é explorado o sistema de orientação cardinal nos estudos de espaços rural e urbano, fazendo inclusive comparações com diferentes tipos de mapas. No 5º ano, são introduzidas as novas tecnologias cartográficas, com a utilização de mapas e imagens de satélites em diferentes épocas nos estudos de cidade. Além de utilizar outras representações gráficas na análise do espaço.

Pode-se inferir então, que, ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os conceitos cartográficos se diversificam e ampliam sua complexidade. Percebe-se que a cartografia é uma linguagem que serve de suporte para as análises dos objetos de estudo da Geografia. Os conceitos cartográficos estão inseridos nos objetos de estudo da Geografia, as representações cartográficas não são figuras ilustrativas do espaço, defende-se a distância das práticas que privilegiam o estudo dos conceitos cartográficos fora de contexto, um fim em si mesmo.

Essa proposta da BNCC (2017) para o ensino de cartografia no Ensino Fundamental – Anos Iniciais colabora com os estudos de Almeida (2010), que considera a influência da atividade sensório-motora na construção do espaço pela criança e sua relação com o esquema corporal. Afirma que a construção da representação do espaço ocorre lentamente. Em sua pesquisa observou que a construção das relações espaciais mais simples ocorre no plano perceptivo ou sensório-motor por volta dos 7 ou 8 anos, que correspondem aos 1º e 2º anos do ensino fundamental. Já as mais complexas no plano representativo ou intelectual só ocorrem mais tarde, por volta dos 9 ou 10 anos, que correspondem aos 3º, 4º e 5º anos.

Para Almeida (2010), muitas vezes a escola, ao ministrar os conteúdos cartográficos, não respeita esse desenvolvimento cognitivo e, por isso, a criança não assimila os conceitos mais complexos. Em outras palavras:

Na escola, os alunos são submetidos ao ensino de uma série de conteúdos que nem sempre são assimilados. A assimilação desses conteúdos requer esquemas e estruturas prévios, cuja gênese prolonga-se através de alguns anos, caracterizados por formas próprias de pensar [...] (ALMEIDA, 2010, p. 156).

No Ensino Fundamental – Anos Finais “espera-se que os alunos consigam ler, comparar e elaborar diversos tipos de mapas temáticos, assim como as mais diferentes representações utilizadas como ferramentas da análise espacial” (BRASIL, 2017, p. 364). O ensino da cartografia na Educação Básica deve ser inserido nos objetos de estudo da Geografia de forma diversificada incluindo mapas temáticos e diversos materiais concretos para que o estudante desenvolva habilidades de leitura do espaço através da linguagem cartográfica. “[...] Essa, aliás, deve ser uma preocupação norteadora do trabalho com mapas em Geografia. Eles devem, sempre que possível, servir de suporte para o repertório que faz parte do raciocínio geográfico [...]” (BRASIL, 2017, p. 364).

No quadro 2, organizou-se a unidade temática “representação e pensamento espacial” com seus respectivos objetos de conhecimentos e as habilidades a serem desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Ano - Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades
6º ano - Formas de representação e pensamento Espacial	Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras	(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas. (EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.
7º ano - Formas de representação e pensamento Espacial	Mapas temáticos do Brasil	(EF07GE09) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais. (EF07GE10) Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras. (EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América. (EF08GE19) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfoses geográficas com informações geográficas acerca da África e América.
8º ano - Formas de representação e pensamento Espacial	Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África	(EF09GE14) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfoses geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais. (EF09GE15) Comparar e classificar diferentes regiões do mundo com base em informações populacionais, econômicas e socioambientais representadas em mapas temáticos e com diferentes projeções cartográficas.
9º ano - Formas de representação e pensamento Espacial	Leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para analisar informações geográficas	

Quadro 2 – Geografia no Ensino Fundamental – anos finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

FONTE: (BRASIL, 2017, p. 381-395) Organizado pelos autores.

No Ensino Fundamental – Anos Finais, a BNCC (2017, p. 381), pretende “garantir a continuidade e a progressão das aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais em níveis crescentes de complexidade da compreensão conceitual a respeito da produção do espaço.” Para tanto, é preciso que os alunos ampliem seus acessos aos materiais cartográficos diversificando as práticas com as representações cartográficas. Nesse sentido, pode-se desenvolver atividades de análise em diferentes escalas. Espera-se que os estudantes demonstrem capacidade, não apenas de visualização, mas que relacionem e entendam espacialmente os fatos e fenômenos, os objetos técnicos e o ordenamento do território usado (BRASIL, 2017).

No 6º ano, os estudos estão relacionados à compreensão dos conceitos naturais e às disputas por recursos e territórios. Conforme exposto no quadro 2, a BNCC (BRASIL, 2017) propõe a utilização das representações cartográficas para o trabalho com escalas gráficas e numéricas. Reforça a ideia de práticas educativas voltadas para a elaboração de materiais tridimensionais de perfis topográficos e demais elementos naturais da paisagem que servem de base para o estudo do espaço e suas representações.

No 7º ano, estuda-se o espaço geográfico brasileiro. Nesse ano, o foco principal são os mapas temáticos. O mapa temático é um meio para a pesquisa geográfica com comunicação visual. Considerando o pensamento de Martinelli (2009, p. 22),

A pluralidade dos mapas temáticos para um mesmo território pode participar da abordagem geográfica, para qual não só conjugamos as interseções dos diferentes conjuntos espaciais que cada tema desenha, como também articulamos os diversos níveis escalares de representação condizentes com a ordem de grandeza da manifestação espaço-temporal dos fenômenos considerados naqueles temas.

Nesse sentido, pode-se utilizar diferentes mapas temáticos na análise dos elementos naturais, regionalização e informações sociais e econômicas do espaço territorial brasileiro. Também é necessário elaborar mapas temáticos e gráficos sobre o espaço brasileiro, inclusive com uso das tecnologias digitais.

Já no 8º ano, estudam-se os espaços dos continentes americano e africano. Nesse ano, deve-se elaborar mapas, croquis, anamorfoses e outras representações cartográficas de diferentes contextos sociais, geopolíticos e ambientais da América e África. Além disso, interpretar gráficos e mapas com informações socioambientais e econômicas destes continentes. Por fim, no 9º ano há os estudos de geopolítica e globalização, Europa, Ásia e Oceania.

Espera-se que nos estudos desses espaços “sejam utilizadas diferentes representações cartográficas e linguagens para que os estudantes possam, por meio delas, entender o território, as territorialidades e o ordenamento territorial em diferentes escalas de análise” (BRASIL, 2017, p. 383), elaborando e interpretando diferentes tipos de representações gráficas. Também é preciso comparar e classificar diferentes regiões do mundo utilizando informações econômicas e socioambientais nas representações cartográficas.

Diante disso, as práticas docentes de Geografia necessitam qualificar-se com o intuito de que o uso do mapa para entender o mundo seja algo cotidiano. Entretanto, nem sempre isso é uma prática corriqueira. Metodologias diversificadas com o uso do mapa devem ser desenvolvidas para promover a alfabetização e o letramento cartográfico e, por consequência, desenvolver o pensamento espacial. Richter, em suas pesquisas, tem observado “que ainda é um desafio e que existem entraves para que esta proposta metodológica faça parte efetivamente das práticas escolares de Geografia” (RICHTER, 2017, p. 286).

Nesse sentido, o autor propõe cinco pontos fundamentais para qualificar o trabalho com mapa em sala de aula, como observado no quadro 3.

APONTAMENTOS	CARACTERIZAÇÃO
A Cartografia como linguagem	Trabalhar com a representação espacial como forma de expressão e comunicação dos diversos saberes e conhecimentos geográficos. Integrar as leituras e análises sobre os diferentes arranjos espaciais.
O mapa e a sociedade	Fazer com que o mapa seja efetivamente utilizado no cotidiano, para além do espaço escolar. A formação de um cidadão consciente e crítico passa pela construção de uma leitura espacial sobre os lugares que convive.
Alfabetização e letramento cartográfico	Alfabetização cartográfica está relacionada ao processo metodológico de aprendizagem dos próprios códigos cartográficos que são essenciais para possibilitar a sua leitura. Letramento cartográfico se estabelece na ação e no processo de desenvolver o uso do mapa para as práticas sociais dos indivíduos, de entender o mapa como um instrumento que possibilita compreender nossas ações e vivências cotidianas
O mapa e conteúdos geográficos	Construir um trabalho didático de ensino do e pelo mapa integrado aos conteúdos geográficos. Incorporar a utilização do mapa como instrumento e linguagem dos saberes geográficos.
O pensamento espacial e do raciocínio geográfico	O pensamento espacial está associado à compreensão da espacialidade, da localização de determinados lugares no espaço, seu ponto específico, a distribuição dos objetos no espaço, seu lugar. O raciocínio geográfico se caracteriza pela possibilidade de compreender como os distintos lugares são formados e construídos, tornando a leitura e a análise espacial mais complexas.

Quadro 3 – Apontamentos para qualificar o trabalho com mapas em sala de aula
 FONTE: Richter (2017). Organizado pelos autores.

Ao analisar os apontamentos propostos por Richter (2017) identificados no quadro 3, percebe-se uma similaridade com a proposta da BNCC (BRASIL, 2017) e com os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores da área nas últimas décadas no Brasil. Associar o uso da linguagem cartográfica para desenvolver o pensamento espacial e o raciocínio geográfico, ao nosso ver, representa um grande avanço do currículo e do ensino da ciência geográfica na educação básica e na construção do pensamento geográfico. No entanto, é desafiador colocar em prática tal proposta metodológica.

Considerações Finais

Apesar de ter dito um amplo debate na sua construção, a BNCC está longe de ser uma unanimidade. Nesse sentido, conciliar diferentes pontos de vistas em uma proposta curricular básica nacional é algo bastante complexo. A versão final da BNCC reflete as posições e as concepções geográficas de determinados estudiosos, que não serão iguais às de todos. Assim, o documento estará sempre propenso a críticas, fato importante para o avanço do ensino no Brasil.

Entretanto, no tocante ao ensino de Geografia, percebe-se avanços, pois, a proposta valoriza o desenvolvimento do pensamento espacial e o raciocínio geográfico. Para BNCC (2017), a Geografia é o componente curricular que oportuniza ao aluno da Educação Básica compreender o mundo em que se vive, e aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Nesse sentido, os docentes de Geografia podem desenvolver práticas educativas que estimulem o pensamento espacial, ou seja, desenvolver o raciocínio geográfico utilizando os conceitos de análise espacial da

ciência geográfica para a compreensão do espaço e a construção de uma sociedade democrática, solidária e mais justa.

Conforme essas considerações, entende-se que o uso da linguagem cartográfica nas práticas docentes de Geografia fortalece a formação de jovens críticos e capazes de compreender o mundo de sua vivência. Na atualidade, as representações cartográficas estão presentes, em diversas formas, no cotidiano das pessoas, o que nos possibilita criar diferentes estratégias para ensinar Geografia a partir do cotidiano do aluno, valorizando seus conhecimentos.

O documento valoriza o desenvolvimento do pensamento espacial e o raciocínio geográfico e prevê o ensino da Cartografia, valorizando o seu uso como linguagem para compreensão dos arranjos espaciais que estimulem o pensamento espacial e a compreensão dos diversos lugares e suas relações.

Nesse sentido, o uso das representações cartográficas auxiliam as Ciências Humanas, em especial a Geografia, no estudo das relações sociais que ocorrem no espaço. Contribui também para que os estudantes se tornem produtores e leitores críticos de mapas dos mais variados lugares vividos.

Entretanto, efetivar a proposta da BNCC (BRASIL, 2017), no tocante ao uso da linguagem cartográfica, constitui-se um grande desafio. É necessário qualificar os docentes, que em muitos casos, ainda, trabalham a Cartografia fora de contexto, desconsiderando os objetos de estudos da ciência geográfica. Esse cenário constitui uma demanda para os docentes formadores, que precisam qualificar os atuais e futuros docentes de Geografia da educação básica brasileira. Nessa perspectiva, ainda serão necessários mais estudos e reflexões sobre a linguagem cartográfica e o ensino de Geografia.

Referências

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Uma proposta metodológica para a compreensão de mapas geográficos. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. (org.). Cartografia escolar. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2010. p. 145-171.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2013.

BITTENCOUT, Jane. A base nacional comum curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas. XIII congresso nacional de educação – educere, 2017. p. 553-569. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24201_12678.pdf. Acesso em 22 de mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <www.basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394. 1996. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. A Geografia escolar e a sociedade brasileira contemporânea. In: TONINI, Ivaine Maria *et al* (org.). O ensino de Geografia e suas composições curriculares. Porto alegre: UFRGS, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Pensar pela Geografia: ensino e relevância social. Goiânia: C&A alfa Comunicações, 2019.

DUARTE, Ronaldo Goulart. A linguagem cartográfica como suporte ao desenvolvimento do pensamento espacial dos alunos da educação básica. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 7, n. 13, 2017. p. 187-206. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo>. Acesso em 15 de abr. 2020.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Dos PCNS A BNCC: O ensino de geografia sob o domínio neoliberal. Rio de Janeiro. *Geo UERJ* n. 30, 2017. p. 419-439. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acesso em 16 de jan. 2018.

MARTINELLI, Marcelo. *Mapas da geografia e cartografia temática*. 5 ed. São Paulo: contexto. 2009.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. A BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das ciências humanas e da interdisciplinaridade. In: *OKARA: Geografia em debate*, v. 12, n. 1, p. 48-68, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/38216/19359>. Acesso em 01 ago. 2020.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. *Learning to think spatially: GIS as a support system in the K-12 curriculum*. Washington: National Research Council Press, 2006.

RICHTER, Denis. A linguagem cartográfica no ensino de Geografia. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*. Campinas, v. 7, n. 13, p. 277-300, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo>. Acesso em 20 de abr. 2020.

RICHTER, Denis e MORAES, Loçandra Borges de. A Cartografia escolar na BNCC de Geografia do Ensino Fundamental: uma análise do pensamento espacial e do raciocínio geográfico. In: ROSA, Cláudia do Carmo, BORBA, Odiones da Fátima, OLIVEIRA, Suzana Ribeiro Lima. (org.). *Formação de professores e ensino de Geografia: contextos e perspectivas*. Goiânia: ed. C&A Alfa Comunicação, 2020. p. 141-168.

CLASSIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SUDESTE BRASILEIRO

**DEMOGRAPHIC CLASSIFICATION AND
CHARACTERIZATION OF THE SMALL MUNICIPALITIES OF
SOUTHEAST BRAZIL**

**CLASIFICACIÓN DEMOGRÁFICA Y CARACTERIZACIÓN
GEOGRÁFICA DE LOS MUNICIPIOS DE PEQUEÑO PORTE
DEL SUDESTE BRASILEÑO**

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma taxonomia espacial dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro, sob a ótica da dinâmica demográfica. Não obstante, através do olhar geográfico foi possível perceber as nuances existentes entre os subespaços compostos por estes pequenos municípios, a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Segundo o IBGE em 2010, 1.430 municípios apresentavam população inferior a 50.000 habitantes. Estes municípios, considerados como de pequeno porte, foram submetidos à uma tipologia baseada na associação das variáveis demográficas: taxa anual média de crescimento populacional, saldo migratório e grau de urbanização. Os resultados evidenciaram 435 pequenos municípios em situação de crescimento populacional (dinâmicos), 817 com crescimento estável (semi-estagnados) e 177 pequenos municípios com perdas populacionais (debilitados). A taxonomia espacial desenvolvida pode reforçar a compreensão e identificação dos papéis dos pequenos municípios em análise e das recentes tendências socioeconômicas destas unidades territoriais.

PALAVRAS-CHAVE: municípios de pequeno porte; população do Sudeste; taxonomia espacial; subespaços.

ABSTRACT

This article presents the results of a space taxonomy of the small municipalities of southeastern Brazil, from the perspective of demographic dynamics. In addition, through the geographic look it was possible to understand the nuances that exist between the subspaces consisting of these small municipalities, from the data of the Census of 1991, 2000 and 2010. According to the IBGE in 2010, 1.430 municipalities had population of less than 50,000 inhabitants. These municipalities, considered small, underwent a typology based on the association of demographic variables: average annual rate of population growth, migratory balance and degree of urbanization. The results showed 435 small municipalities in a situation of population growth (dynamic), 817 with stable growth (semi-stagnant) and 177 small municipalities with population losses (weakened). The spatial taxonomy developed can reinforce understanding and identifying the roles of the small municipalities under analysis and the recent socioeconomic trends of these territorial units

KEYWORDS: small municipalities; population of the Southeast; spatial taxonomy; subspaces.

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de una taxonomía espacial de los municipios de pequeño porte del Sudeste brasileño, bajo la óptica de la dinámica demográfica. Además, através de la mirada geográfica fue posible percibir los matices existentes entre los subespacios compuestos por estos pequeños municipios, a partir de los datos del Censo Demográfico de 1991, 2000 y 2010. Según el IBGE en 2010, 1.430 municipios presentaban población inferior a 50.000 habitantes. Estos municipios, considerados como de pequeño porte, fueron sometidos a una tipología basada en la asociación de las variables demográficas: tasa anual media de crecimiento poblacional, saldo migratorio y grado de urbanización. Los resultados evidenciaron 435 pequeños municipios en situación de crecimiento poblacional (dinámicos), 817 con crecimiento estable (semi-estancados) y 177 pequeños municipios con pérdidas poblacionales (debilitados). La taxonomía espacial desarrollada puede reforzar la comprensión e identificación de los papeles de los pequeños municipios en análisis y de las recientes tendencias socioeconómicas de estas unidades territoriales.

PALABRAS CLAVE: municipios de pequeño porte; población del Sudeste; taxonomía espacial; subespacios.

Introdução

Este artigo objetiva analisar a organização espacial dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro a partir de uma taxonomia espacial considerando variáveis demográficas. Pretende-se sob a luz do olhar geográfico caracterizar os agrupamentos compostos por subespaços de municípios que apresentam comportamentos demográficos semelhantes e destoantes. A escolha dos municípios de pequeno porte como universo de investigação efetuou-se devido à expressividade numérica destas unidades territoriais diante da escala regional e nacional. Conforme o IBGE, os municípios com até 50 mil habitantes representavam em 2010 mais de 90% do total dos municípios brasileiros. Assim, selecionou-se a dimensão demográfica em face de rápidas alterações no Sudeste, trazendo à luz novas demandas e desafios para a compreensão do espaço regional. Logo, a dinâmica demográfica é considerada neste trabalho, como mais um instrumento capaz de captar, por meio dos seus significados, as variações regionais expressas pelos subespaços do Sudeste.

Na comunidade científica, muito vem se discutindo sobre os comportamentos recentes da urbanização brasileira e das novas dinâmicas internas dos movimentos populacionais (MATOS & BAENINGER, (2008); CUNHA (2012); NASCIMENTO & OJIMA (2014); LOBO (2016). Tendo em conta a bibliografia disponível, esse trabalho propôs uma tipologia dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro, conforme sua performance demográfica, contempladas pela combinação de variáveis largamente utilizadas em estudos anteriores (RIBEIRO & CAVALCANTI (2011); LIMA & BRAGA (2013); CABETTE & STROHAECKER (2015); CARVALHO & RIGOTTI (2015); DOTA *et al.* (2017); HAMDOUN *et al.* (2017)), como Taxa de Crescimento Populacional, Saldo Migratório e Grau de Urbanização. A hipótese deste estudo é centrada em demonstrar que a mudança no comportamento demográfico observada nos últimos 20 anos nos pequenos municípios do Sudeste brasileiro é influenciada por transformações socioespaciais regionais onde estão inseridos estes pequenos municípios.

A relevância acadêmica e social desta investigação reside no fato de que ainda são incipientes os estudos que priorizem a realidade dos municípios de pequeno porte no Brasil, principalmente em relação a um arcabouço teórico e metodológico que dê conta da heterogeneidade dos processos existentes nestas porções espaciais. Ainda privilegia-se nas pautas acadêmicas os trabalhos voltados às realidades metropolitanas ou de grandes e modernos centros urbanos (CORRÊA (1999); BELL & JAYNE (2009); FRESCA (2010); JUNIOR (2013). Entretanto, como versa Bacelar (2008, p.160), ainda não há um conceito unívoco ao tratar das pequenas cidades, mas apenas várias noções e critérios para delimitação e classificação. Tais cidades, em geral, apresentam-se em um “limbo” conceitual e epistemológico, o que segundo o autor tornam penosas as análises geográficas acerca dessas localidades atualmente.

Neste contexto, é importante ressaltar que este trabalho adota o termo “municípios de pequeno porte” ou “pequenos municípios” por se referir ao município em sua totalidade, não apenas fazendo menção ao espaço citadino. Ademais, faz-se o uso dos dados censitários do IBGE que dizem respeito ao município, sem discriminar os setores censitários que o compõe. Neste sentido, este estudo também apresenta importância por enfatizar a diversidade entre os tipos de municípios de pequeno porte do Sudeste, sob um ponto de vista processual espaço-temporal. Além de que, a produção destas informações pode fundamentar políticas públicas direcionadas aos pequenos municípios no Brasil.

Com o intuito de reconhecer conjuntos de municípios seguindo padrões de similaridade do ponto de vista demográfico, a metodologia utilizada na construção da tipologia consistiu na delimitação de estratos através de sucessivos cruzamentos entre as variáveis tomando como referência os municípios de pequeno porte. Estas associações conduziram à identificação de três agrupamentos compostos por municípios que apresentaram perfis de dinamicidade, semi-estagnação e debilidade. Cumpre explicitar que a referida tipologia foi elaborada para o Sudeste brasileiro segundo os dados dos Censos Demográficos de 2010. Esta abordagem centrada na espacialização dos componentes demográficos permi-

tiu uma delimitação metodológica e operacional das interações socioespaciais como meio de compreender a dinâmica territorial em seus aspectos e tendências experimentadas por uma plêiade de municípios de pequeno porte.

A partir da discriminação de três classes de municípios, questiona-se como se comportam os municípios de pequeno porte diante desta classificação tipológica e como apresentam-se distribuídos no Sudeste de acordo com os três grupamentos identificados. Após todo o percurso teórico-metodológico e discussão de dados, o artigo encontra-se fracionado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira versa sobre os procedimentos metodológicos que circunscreveram o desenvolvimento desta investigação e a segunda analisa de forma detalhada, os resultados da tipologia proposta, valendo-se do olhar geográfico sinalizando as diferenciações socioespaciais existentes no Sudeste brasileiro.

Procedimentos metodológicos

Este estudo pode ser classificado como descritivo-explicativo por pretender descrever e compreender os contextos sociais e econômicos aos quais se inserem os municípios de pequeno porte do Sudeste, e identificar subespaços compostos por municípios que apresentem padrões de similaridade, por meio do uso de uma “Taxonomia Espacial”. Segundo o IBGE, o Sudeste brasileiro abrigava em 2010, um conjunto de 1.430 municípios com população total inferior a 50.000 habitantes representando fração relevante do território brasileiro do ponto de vista sociodemográfico. As análises neste estudo irão se concentrar em torno destas unidades territoriais por compreender que este recorte possibilita um conjunto amostral expressivo diante do sistema urbano brasileiro, como apontam COUTINHO (2011); NOGUEIRA (2013); MOREIRA JUNIOR (2015); ALVES & SILVA (2016), dentre outros. Portanto, a escolha do parâmetro quantitativo inferior aos 50.000 habitantes vai ao encontro do critério numérico utilizado nos estudos de Corrêa (2011), o que facilita o estabelecimento de comparações.

Quanto às técnicas utilizadas, todos os municípios do Sudeste foram classificados inicialmente, em três classes considerando o tamanho populacional: *municípios de Grande Porte demográfico* (aqueles com população superior a 750.000 habitantes); *municípios de Porte Intermediário* (população inferior a 750.000 e superior a 50.000 habitantes) e *municípios de Pequeno Porte demográfico* (população inferior a 50.000 habitantes). Em sequência, essas classes foram estratificadas segundo a densidade demográfica (razão entre o número de habitantes de uma localidade e sua respectiva área). Para isto, calculou-se a densidade demográfica média dos municípios do Sudeste, obtendo-se o valor de 194 hab/Km², arredondado para 200 hab/km². Ressalte-se que, mesmo no Sudeste, a imensa maioria dos municípios têm densidade inferior a esse valor e alguns poucos exibem densidades muitíssimo mais altas.

Arbitrou-se essa linha de corte para classificar os municípios de densidades “superiores” e “inferiores”, ou simplificada: municípios de Alta e Baixa densidade demográfica. Entre os municípios de Grande Porte todos são de alta densidade. Já os municípios de Porte Intermediário foram divididos em de Porte Intermediário de Alta Densidade e municípios de Porte Intermediário de Baixa Densidade. Analogamente, os municípios de Pequeno Porte populacional também foram subdivididos em dois grupos, os de Alta Densidade e os de Baixa Densidade (a grande maioria).

Esta simplificação inicial justifica-se pelo fato de que não se deve desconsiderar o tamanho populacional quando se quer refletir sobre os municípios de pequeno porte. Entretanto, é importante ultrapassar as lógicas de classificação vinculadas exclusivamente no critério populacional, tal como advoga (FRESCA (2010); KLERING *et al.* (2013); COSTA *et al.* (2014); MARENGO & RAINER (2014); GOMES & MATOS (2016); SMITH (2017). Enfim, a identificação inicial dos tipos de municípios consistiu em mais um instrumento de

recorte analítico com o intuito de aproximar-se de aspectos e tendências inerentes a essas realidades socioespaciais.

Em termos organizacionais, a etapa de coleta e extração dos dados secundários, de acesso público, ocorreu nos microdados do Universo e da Amostra do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010 com o auxílio do Excel (software da *Microsoft Office*) e do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences - SPSS*, versão 20.0. Efetuou-se o cálculo das variáveis demográficas Taxa de Crescimento Populacional, Saldo Migratório e Grau de Urbanização, e em seguida se produziu a tipologia espacial.¹

A Taxa de Crescimento Populacional expressa em percentual, o incremento médio do tamanho de uma população de um espaço geográfico, compreendido entre dois momentos no tempo, no caso, entre o período de dois censos demográficos. Pelo método geométrico, obteve-se a taxa de crescimento (r), subtraindo 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (P_t) e a população no começo do período considerado (P_0), multiplicou-se o resultado por 100, sendo “ n ” igual ao número de anos no período.

$$r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$

O Saldo Migratório é um indicador que verifica o impacto da migração sob uma população, ou seja, representa o balanço entre perdas e ganhos populacionais de uma unidade geográfica em um período de tempo, calculado através dos migrantes de data-fixa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são considerados migrantes, todos os indivíduos que realizaram mudança permanente de residência entre os municípios no período observado. Neste sentido, o migrante de data-fixa compreende todos os indivíduos que declararam um município de residência cinco anos antes da data do censo diferente daquele no qual residiam à data do censo. Esse tipo de informação permitiu compreender o fenômeno migratório no espaço e em dois períodos de tempo.

	SM_{0-t} : Saldo Migratório entre 0 e t
$SM_{0-t} = I_{0-t}^{DF} - E_{0-t}^{DF}$	I_{0-t}^{DF} : Residentes na unidade geográfica que declararam residir em outro lugar no início do período
	E_{0-t}^{DF} : Pessoas que declararam residir na unidade geográfica no início do período, mas que vivem em outro lugar na data de referência.

O Grau de Urbanização indica o percentual da população residente em áreas urbanas, segundo a divisão político administrativa estabelecida pelas administrações municipais. Esta é uma medida que indica situações de maior ou menor urbanização. O dinamismo urbano pode estar atrelado ao desenvolvimento econômico, embora em vários municípios o baixo grau de urbanização não indica baixo dinamismo econômico. Importante sublinhar que no caso do Sudeste, muitos municípios ligados ao agronegócio possuem baixo grau de urbanização, mas são altamente dinâmicos do ponto de vista econômico: ainda que tenham experimentado um processo de expulsão demográfica no passado, vários destes municípios podem ser extremamente modernos à custa do agronegócio. Isso não invalida entretanto, a outra afirmativa, muito presente na literatura, desde a Revolução Industrial, de que localidades mais urbanizadas são mais prósperas economicamente do que as não urbanizadas.

$$GU = \frac{\text{População urbana residente}}{\text{População total residente}} \times 100$$

Uma segunda simplificação da realidade consistiu na identificação de três categorias: uma primeira correspondente a municípios dinâmicos do ponto de vista demográfico, uma intermediária associada a municípios com desempenho semi-estagnado e uma terceira que agrupou os municípios debilitados frente a dinâmica populacional. Os municípios dinâmicos, em crescimento em termos demográficos apresentam taxa crescimento populacional positiva, acima de 0,86% ao ano. Este valor refere-se à mediana da taxa de crescimento populacional exibida pelos municípios de pequeno porte. Justifica-se esta seleção pelo fato de que atualmente (2017), um balizador ligado, por exemplo, ao crescimento médio do Sudeste (1,04%) já não se faz oportuno, uma vez que, poucas são as localidades que crescem acima de 1%. Os municípios dinâmicos sob o olhar do grau de urbanização deveriam ser aqueles que tivessem uma população urbanizada superior a 75,6%, este número representa a mediana do grau de urbanização encontrado entre os municípios de pequeno porte do Sudeste. Este corte torna-se útil uma vez que, o processo de urbanização no Brasil é um fenômeno avançado, de mais de 100 anos. O mundo vem se tornando urbano industrial e muitos municípios do Sudeste já experimentaram a transição urbana: a maioria deles com mais de 50% da sua população vivendo nas cidades.

Em termos de saldos migratórios, a discriminação dos municípios dinâmicos seleciona os que apresentaram saldos positivos acima de 292 pessoas, ou seja, valor referente à mediana dos municípios de pequeno porte ganhadores de população. Em suma, ao longo da tipologia dos municípios, internamente à cada variável constituinte da classificação, optou-se por utilizar como corte demarcatório números absolutos baseados na mediana exibida correspondente aos valores encontrados em cada variável tomando como referência o conjunto amostral dos municípios de pequeno porte que constituem o foco deste trabalho.

Nesta mesma lógica, a categoria dos municípios “Debilitados” correspondeu à aqueles municípios em declínio e com perfil de perdedores de população conforme as variáveis utilizadas ao longo da classificação. São os municípios com taxa negativa de crescimento populacional inferior a 0,39% ao ano, saldo migratório negativo inferior a 208 pessoas e grau de urbanização inferior a 60%. Selecionou-se os municípios de pequeno porte que apresentassem desempenho negativo internamente à cada variável e calculou-se a mediana. Este valor estipulou as categorias correspondentes aos estratos em cada variável. Sublinhe-se que no caso do Grau de Urbanização (GU), adotou-se o corte de 60% na tentativa de reduzir os efeitos das discussões sobre população urbanizada no Brasil (o que causa superestimação em face do que se considera área urbana), e em face da evidência empírica mundial de que a urbanização tem se expandido pelo mundo inteiro.

A categoria intermediária às classes compostas por municípios em crescimento e em declínio, correspondeu aos assentamentos municipais que apresentavam perfil semi-estagnados ou em transição. Desta forma, abrangeu municípios onde a taxa de crescimento populacional estaria próxima de zero, oscilando entre o crescimento positivo abaixo de 0,86% e o decréscimo superior a 0,39%. Estes demarcadores ganham validade ao considerar que por exemplo, o estado de Minas Gerais que é um dos mais dinâmicos da Federação cresce em torno de 1%. Quanto ao saldo migratório, abrangeria municípios que estariam entre o ganho abaixo de 292 pessoas e acima à perda de 208 pessoas. Já o grau de urbanização seria inferior a 75,6% até em torno de 60%. Entretanto, durante a operacionalização da taxonomia, alguns casos não se identificaram com nenhum dos grupos delimitados. Portanto, arbitrou-se que, os municípios que apresentassem maior semelhança a algum agrupamento conforme o desempenho das três variáveis utilizadas no modelo, fosse agrupado respeitando o critério de maior proximidade. Entende-se que esses critérios atenderam aos objetivos da tipologia por sintetizar a expressão do processo demográfico no Sudeste brasileiro.

Complementarmente a tipologia criada, acrescentou-se os indicadores, Índice de Envelhecimento e Razão de Sexo, a fim de aferir os contrastes e semelhanças internas aos agrupamentos quanto à característica demográfica dos mesmos. O Índice de envelhecimento expressa a relação entre a população idosa (número de pessoas com 60 anos ou mais), para cada 100 pessoas menores de 15 anos. Importante salientar, que para o cálculo deste indica-

dor utilizou-se aqui o parâmetro de 60 e mais anos para manter a coerência com os demais indicadores e para atender à Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994). Já a Razão de Sexo representa a relação quantitativa entre os sexos em porcentagem.

Além das reflexões demográficas, convém introduzir um olhar geográfico, afim de destacar fatos geográficos, como relevo e vias de acesso, que também exercem influência na dinâmica de reprodução do espaço geográfico do Sudeste brasileiro. A partir disto, considerando o universo em análise foram construídas representações cartográficas relativas às principais redes de drenagem, vias de acesso e situação topográfica em termos de declividade utilizando o *software* para sistemas de informações geográficas, *Arcgis 10.3*.

Resultados e discussões correlatas

Em 2010 no Sudeste, o Censo Demográfico registrava a presença de 1.430 municípios de pequeno porte (somados os de alta e baixa densidade demográfica). A maioria deles, 787, estava em Minas Gerais, secundada por São Paulo, com 521 municípios. As duas outras Unidades da Federação, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem menores, agregavam juntas, um total de 121 municípios. A Tabela 1 evidencia que os nove municípios de grande porte, os mais populosos da região Sudeste, experimentaram no período 2000/2010 um crescimento relativamente baixo, mas ainda assim positivo: tanto quanto os 1.389 municípios de pequeno porte e baixa densidade cresceram menos de 1% ao ano (0,73% a.a). Os 229 municípios de Porte Intermediário destacam-se ao exibir crescimento demográfico superior às médias do Brasil e do Sudeste (1,46% a.a. entre os de Alta Densidade e 1,19% a.a. entre os de Baixa Densidade). Já entre os de Pequeno Porte, os de Alta Densidade tiveram um crescimento surpreendentemente alto, 2,21% ao ano, mais do dobro da média do Sudeste.

Se comparado ao decênio anterior (1991/2000) todos os municípios distribuídos em classes de tamanho populacional apresentaram no decênio de 2000/2010, um decréscimo na taxa de crescimento populacional. Tal fato, pode ser explicado pela transição demográfica que o Brasil vem passando há décadas o que faz declinar o ritmo de crescimento demográfico (BRITO (2008); LOBO & MATOS (2011)). Apesar de reduzido o ímpeto do crescimento populacional, ainda há a possibilidade de crescimento através do acréscimo populacional derivado das migrações.

Neste contexto, cabe questionar, o que os pequenos municípios possuem de notável? Quais são as singularidades que os pequenos municípios internalizam no Sudeste a ponto de torná-los relevantes do ponto demográfico? Esses números tendem a apontar fenômenos ainda pouco examinados na região, porquanto estão a sugerir que os municípios de pequeno (os com menos de 50 mil habitantes), perdedores históricos de população (DURHAM (1973); LOPES (1978); SINGER (1988); MARTINE (1990); SILVA (1996) e BALSAN (2006)), sobretudo para as grandes cidades estariam mostrando uma certa reversão de tendências. Algo pouco óbvio deve estar ocorrendo em centenas de pequenos municípios, a ponto de vários deles estar reunindo estoques populacionais expressivos a lhes conferir a condição de Alta Densidade. Se são municípios que historicamente perdiam população para os grandes (desde 1920 até 1980), qual a expressão demográfica desses subespaços indicados nos dados dos últimos censos?

Os mesmos dados da Tabela 1 indicam que os municípios de pequeno porte reuniam em 2010 mais de 17,8 milhões de habitantes, o que correspondia a cerca de 22,2% dos 80,4 milhões da população do Sudeste. Embora os dados deixem evidente o aumento do protagonismo dos municípios de porte intermediário ao longo das décadas, particularmente os classificados como de Alta Densidade (26,6 milhões em 2010), não há como ignorar a importância dos municípios de pequeno porte.

Classes de tamanho por densidade	Número de Municípios (2010)	População Total						Taxa de Crescimento Anual	
		1991	%	2000	%	2010	%	1991/2000	2000/2010
Grande Porte	9	22.094.825	35,22	23.864.440	32,95	25.667.688	31,94	0,77	0,73
Intermediário de Alta Densidade	131	18.294.224	29,16	22.968.924	31,71	26.686.614	33,03	2,36	1,46
Intermediário de Baixa Densidade	98	7.902.961	12,60	9.138.431	12,62	10.138.250	12,79	1,32	1,19
Pequeno Porte de Alta Densidade	41	602.871	0,96	989.183	1,37	1.230.285	1,53	5,08	2,21
Pequeno Porte de Baixa Densidade	1.389	13.845.520	22,07	15.469.215	21,36	16.641.573	20,71	1,12	0,73
Total	1.668	62.740.401	100	72.430.193	100	80.364.410	100	1,45	1,04

Tabela 1 - Classes de tamanho e densidade dos municípios do Sudeste, participação relativa e taxa de crescimento demográfico anual (%) entre 1991, 2000 e 2010
Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados Trabalhados pelos autores

Nesta seara, a associação entre tamanho populacional com níveis de densidade demográfica pode favorecer a análise em questão. Segundo Matos & Ferreira (2017), espera-se que nos pequenos municípios a disponibilidade relativa de terras e solos férteis possa favorecer a prática da agricultura em terrenos mais baratos que os das franjas urbanas, seja por meio da agricultura moderna e produtora de commodities (exigente de maiores áreas cultivadas), seja a agricultura de pequeno porte, produtora de alimentos para o abastecimento das cidades (frequentemente desenvolvida em pequenas propriedades).

Uma série de questões interpõe-se à reflexão diante dessas constatações. Afinal, se parece haver pequenos municípios relativamente atraentes, qual a importância que assumem do ponto de vista demográfico? Ademais, onde estão os subespaços mais dinâmicos do Sudeste? Principalmente no estado de São Paulo (o mais desenvolvido da Federação) ou estão dispersos, distribuídos pelos quatro estados da região, não raro delineando agrupamentos municipais com características similares?

Para responder tais indagações, operacionalizou-se uma classificação baseada em variáveis demográficas a fim de examinar esse rol de pequenos municípios. Para tal, a classificação englobou o universo amostral de todos os municípios do Sudeste, mas focalizou-se os pequenos municípios e suas expressões demográficas nos dados censitários de 2010. Esse esforço metodológico de caráter exploratório pode ser visualizado na Tabela 2 que agrupa os pequenos municípios em três classes de unidades territoriais: os Dinâmicos, Semi-estagnados e Debilitados como descrito na seção metodológica. Cumpre mencionar que apenas o município de Governador Lindenberg, localizado no estado do Espírito Santo foi excluído da Tipologia por ter sido emancipado após o censo de 2010, não apresentando portanto, dados suficientes para tal análise. Desse modo, a Tipologia abarcou 1.429 pequenos municípios do Sudeste brasileiro.

Em função da homogeneidade que os dados censitários de 1991, 2000 e 2010 apresentam permite-se fazer análises comparativas relacionadas à dimensão temporal dos municípios de pequeno porte. Parte-se assim, de uma análise macro para uma análise micro estabelecendo conexões entre estas dimensões. Ao observar mais detidamente os dados da Tabela 2, e considerando todas as Unidades Federativas do Sudeste, os municípios de pequeno porte dinâmicos (de alta e baixa densidade demográfica) apresentam taxas de crescimento populacional significativamente maiores que a média do Sudeste (1,04%) e a brasileira (1,17%).

É entre os municípios de pequeno porte de alta densidade que concentram-se 37 municípios dinâmicos com taxas de crescimento populacional acima da média nacional. Em 2010, as taxas verificadas nestes municípios foram de 2,7% a.a em Minas Gerais, 2,6% a.a em São Paulo, 2,5% a.a, no Rio de Janeiro. Isto deve se explicar pelo fato de haver várias porções territoriais que cresceram muito em um passado recente. São Paulo é o estado com a maior parcela de municípios nesta condição. Nestes casos é redundante dizer sobre o elevado grau de urbanização porque geralmente são municípios extremamente urbanizados, alguns com mais de 90% da população residindo em áreas urbanas. Localizam-se nas proximidades das Regiões Metropolitanas, o que lhes confere a situação de alta densidade

demográfica diante da função de expansão urbana que costumam exercer. Contudo, analisando os dois últimos períodos censitários (1991/2000 e 2000/2010), todos os pequenos municípios experimentaram um declínio do ritmo do crescimento populacional. Este fato também se verifica em outras classes de tamanho de municípios e essa constatação se associa aos efeitos da transição demográfica.

Em contrapartida, ao se comparar o grau de urbanização nota-se um acréscimo em todas as classes de municípios e em todos os Estados, processo este que segue a tendência acelerada de urbanização da população mundial. Todavia, os menores graus de urbanização concentram-se entre os pequenos municípios Debitados e de baixa densidade, o que indica a existência da forte presença do mundo rural mais tradicional.

Como a urbanização é um processo que vem generalizando-se largamente pelo país, é provável que as áreas urbanas em municípios ditos dinâmicos sejam muito expressivas em termos de população e portanto, a presença de mulheres é mais dominante. Ao comparar a Razão de Sexo nos pequenos debilitados observa-se uma desproporção entre homens e mulheres e uma situação de predominância de homens (as mais altas razões encontram-se nestes municípios de ambos os estados), certamente influenciados pelo fenômeno da masculinização rural.

Por exemplo, os pequenos municípios debilitados paulistas apresentavam Razão de Sexo de 106,2 em 2000 e em 2010, 103,2, e Grau de Urbanização de 51,1% em 2000 e 56,8% em 2010. Isto significa que, mesmo tendo se urbanizado ao longo do decênio, a Razão de Sexo ainda indica a dominância da presença masculina, aumentando a chance destes municípios terem características rurais. Mas, tal fato merece outras análises, pois não necessariamente um município ruralizado devido à forte presença masculina poderia ser reconhecido como debilitado. Neste sentido, o uso da Razão de Sexo, tem limitações para o Sudeste, onde a urbanização é intensa. Quanto ao Índice de Envelhecimento, em todo o Sudeste acompanha-se a redução da ritmo de envelhecimento da população indicando o estágio avançado em que o Brasil encontra-se da transição demográfica. No estado de Minas Gerais e em São Paulo, os maiores índices de envelhecimento encontram-se nos municípios Semi-Estagnados, tanto de alta quanto baixa densidade demográfica.

Já no que tange ao Saldo Migratório considerando os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010, Minas Gerais figura como o Estado que permaneceu perdendo população, mas, diga-se de passagem, é o estado com maior número de pequenos municípios debilitados, o que reflete nos totais da UF. Porém, percebe-se um declínio no ritmo da perda (-65.333 pessoas em 1995/2000 e -16.948 em 2005/2010). Ainda sobre o balanço populacional evidenciado pelo SM, os pequenos municípios dinâmicos de alta densidade receberam expressivo volume populacional em SP e em MG, em contrapartida, houve perda populacional no RJ e ES. Mas, surpreendentemente, são os pequenos municípios dinâmicos de baixa densidade demográfica os que mais atraem população em todas as Unidades Federativas do Sudeste, fato este que merece atenção.

Unidades da Federação, municípios de pequeno porte e classes de subespaços		Número de Municípios (2010)	Dados Demográficos						
			Saldo Migratório		Taxa de Crescimento		Grau de Urbanização (%)		
			1995/2000	2005/2010	1991/2000	2000/2010	2000	2010	
MG	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	7	17.443	17.820	8,64	2,70	90,9	93,9
		Semi-Estagnados	4	1.414	624	3,24	0,92	88,5	86,6
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	129	56.616	82.460	1,86	1,52	80,5	85,1
		Semi-Estagnados	502	-64.161	-53.497	1,03	0,41	66,2	70,7
		Debilitados	145	-76.643	-64.355	-0,98	-0,39	41,2	47,8
Total	787	-65.333	-16.948	0,91	0,57	65,5	71,1		
SP	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	19	54.358	60.984	3,47	2,56	93,1	94,2
		Semi-Estagnados	3	977	-1.619	1,30	0,11	97,5	98,4
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	235	127.732	193.945	2,09	1,51	85,5	88,9
		Semi-Estagnados	243	10.354	6.184	1,09	0,37	79,1	82,8
		Debilitados	21	-6.472	-11.492	-0,27	-0,64	51,1	56,8
Total	521	186.948	248.002	1,68	1,08	82,4	86,2		
RJ	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	6	12.781	9.623	1,06	2,46	92,6	93,4
		Semi-Estagnados							
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	23	17.965	27.156	0,75	1,71	75,0	81,7
		Semi-Estagnados	25	-1.933	-611	2,24	0,31	65,9	70,9
		Debilitados	1	28	-239	0,36	0,57	43,8	51,8
Total	55	28.841	35.930	2,33	1,25	73,2	79,1		
ES	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	2	4.145	2.373	4,74	1,38	83,0	86,2
		Semi-Estagnados							
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	14	4.971	12.216	1,09	1,59	67,5	73,8
		Semi-Estagnados	40	-4.496	4.586	1,79	0,52	50,6	58,4
		Debilitados	10	-4.500	-7.910	-1,26	0,06	39,2	45,3
Total	66	120	11.265	1,34	0,72	53,6	61,1		

Tabela 2 – Dados demográficos dos municípios de pequeno porte do Sudeste discriminados pela Tipologia demográfica, por número de municípios, Saldos Migratórios, Taxa Anual de Crescimento e Grau de Urbanização
Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados Trabalhados pelos autores

Nesses municípios, em 2010, o índice de envelhecimento exibia os menores valores, como se verificou em Minas Gerais (51,2%), Rio de Janeiro (57%) e Espírito Santo (44,8%). A maior presença de jovens, dados os baixos índices de envelhecimento, pode indicar uma maior oferta de trabalho. Esses municípios poderiam estar mais atraentes do ponto de vista econômico. Em São Paulo, em contrapartida, os menores índices estão entre os municípios debilitados (49,9%). Provavelmente, os municípios paulistas dinâmicos e semi-estagnados constituem locais atrativos com boas condições materiais e serviços adequados às necessidades de idosos o que faria os índices de envelhecimento aumentar. De modo geral, a característica de grande parte das pequenas cidades é a alta proporção de idosos. Isso se deve tanto à imigração de aposentados quanto à emigração de jovens.

A população brasileira vem reduzindo sistematicamente seu ritmo de crescimento nas últimas décadas, acompanhando o avanço da transição demográfica. É de se esperar que os volumes de população migrante tendem também a diminuir com o passar do tempo, e isso certamente já acontece em várias regiões do Brasil. Entretanto, com exceção de Minas Gerais, todos os Estados atraíram população em 2010. Os números mais expressivos são vistos em São Paulo por possuir a maior parcela do número de assentamentos dinâmicos do Sudeste. Considerando as três categorias, Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados, esses últimos inexistem entre os municípios de pequeno porte com alta densidade do Sudeste. No Rio de Janeiro e Espírito Santo inexistem até mesmo a classe dos Semi-Estagnados entre os pequenos de alta densidade demográfica. Neste sentido, é também entre os municípios de pequeno porte e baixa densidade demográfica que há uma representação significativa dos municípios Semi-Estagnados e Debilitados.²

Em suma, ao se explorar os dados da Tabela 2, o que há de mais novo, é o fato de que o conjunto de municípios de pequeno porte e baixa densidade dinâmicos cresceu a uma taxa comparável a outros municípios de maior porte populacional. Ademais, entre eles é significativa a atração populacional, como evidenciado pelos recorrentes Saldos Migratórios positivos entre os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010. Mas, onde localizam-se estes assentamentos? Neste sentido, a hipótese geral deste trabalho postula que a mudança demográfica é um preditor significativo das mudanças socioeconômicas aninhadas nos pequenos municípios. Posto isto, uma análise espacial (Figura 1) pode clarificar os fatores regionais e níveis de hierarquia nos sistemas urbanos. A análise da dimensão espacial dos subespaços Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados do Sudeste busca revelar a redistribuição da população no conjunto dos pequenos municípios assinalando suas particularidades e consonâncias, a ponto de evidenciar agrupamentos espaciais.

Caracterização geográfica dos pequenos municípios do sudeste

Pela Figura 1, conclui-se que a imensa maioria dos 41 pequenos municípios de alta densidade, localizam-se nas franjas das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória, ou nos arredores de grandes centros urbanos. Esse fato por si só explica o dinamismo e o crescimento desse grupo acima da média regional. O adensamento deve resultar do lançamento imobiliário nesses municípios de vários parcelamentos de caráter urbano como os condomínios fechados, sítios e chácaras utilizados para moradia e/ou casas de campo.

Os pequenos municípios de baixa densidade demográfica e com comportamento de Semi-Estagnação, totalizam 817 no Sudeste evidenciando espaços de transição demográfica. Entre os pequenos municípios mineiros de baixa densidade demográfica, o perfil de debilidade é o mais numeroso do estado. Estes últimos concentram-se sobretudo, no norte de Minas (Vale do Jequitinhonha), Leste (Mucuri e Rio Doce) e Zona da Mata. Tal fato associa-se à ocupação e formação territorial antiga. Minas Gerais contou com a civilização do ouro no século XVIII e nas porções orientais do estado, em um domínio intitulado Mar de Morros, menos atraente geograficamente se encaixou uma miríade de pequenas

idades nas proximidades das lavras. Já em São Paulo, Espírito Santo e Rio Janeiro, onde o dinamismo demográfico se impôs, a organização espacial concentrou-se, sobretudo, nos municípios que historicamente cresceram primeiro.

Em São Paulo, a vasta área planáltina em torno dos vales Tietê e Pinheiro favoreceu imensamente a expansão e proliferação de atividades agrícolas e industriais que fizeram surgir muitas cidades médias prósperas ainda na primeira metade do século XX. Já a metrópole, antes das demais, acabou experimentando as consequências do “gigantismo” econômico e demográfico sob a forma de deseconomias de aglomeração. Tal fato foi evidente a partir da publicação dos dados censitários de 1980 que sinalizavam uma novidade a nível nacional, ou seja, o menor crescimento populacional das metrópoles e a recuperação demográfica dos pequenos e médios municípios. Essa desconcentração demográfica passou a evidenciar a expansão de novas centralidades econômicas.

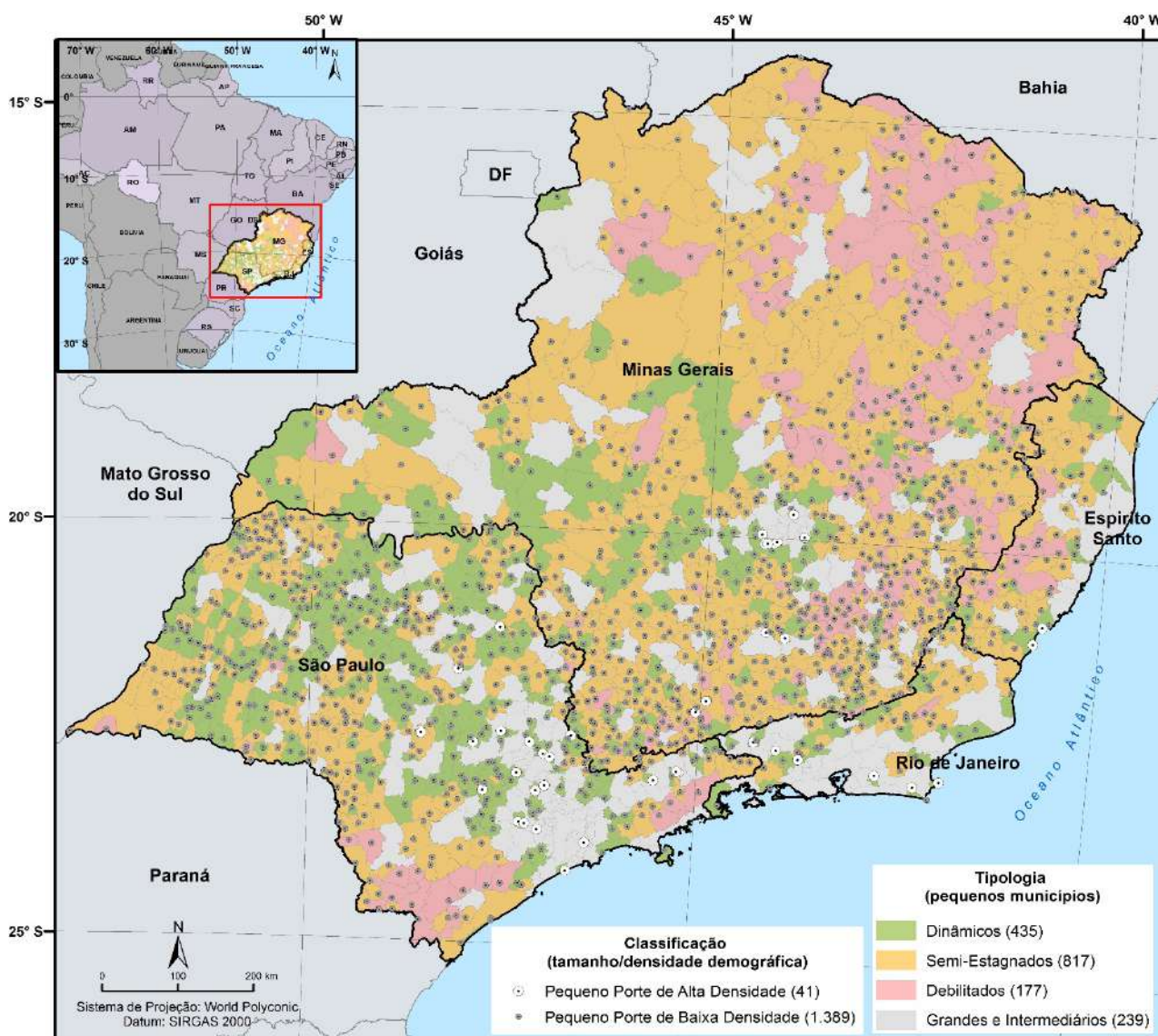


Figura 1: Classificação dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro por tamanho e densidade demográfica e Tipos municipais conforme critérios demográficos

Por outro lado, os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, de tamanho similar, litorâneos, com histórias de ocupação antiga, mas muito distintas, especialmente porque o Rio de Janeiro foi por muito tempo a principal grande cidade do país (capital do Brasil), o que fez com que incorporasse uma vasta extensão de área construída conurbada com a velha cidade, circundada por muitas áreas cuja ocupação exigiria obras de saneamento e infraes-

truturas que só avançaram em meados do século XX. Daí a excessiva concentração econômica e demográfica nas adjacências da cidade do Rio de Janeiro. No Espírito Santo, existe um tal poder de influência de Vitória sobre o restante do estado que explica o dinamismo de municípios como Vila Velha. Convém assinalar que os obstáculos para a expansão econômica e demográfica no município de Vitória são dificultados por barreiras geográficas locais (relevo e oceano), daí a ponte até Vila Velha certamente favoreceu muito a expansão para as áreas a sul da capital.

A distribuição espacial da população ao longo da história, independentemente da escala em que tenha ocorrido, foi condicionada por múltiplos fatores, sendo estes históricos, econômicos e naturais. Na modernidade, tem se atribuído uma maior importância aos fatores econômicos, uma vez que a população tende a se concentrar naquelas áreas onde as oportunidades de trabalho são maiores e melhores. Isto explica o esvaziamento de algumas áreas em detrimento de outras. Neste contexto, os dados demográficos possuem relevância para os estudos geográficos, especialmente, quando se propõem a avaliar o que diferencia os pequenos municípios em questão e, ao mesmo tempo, o que os agrupa em termos da reprodução de processos espaciais.

Ao se atentar a estes diferentes aspectos, o olhar geográfico pode evidenciar configurações territoriais dos pequenos municípios como destacado na Figura 2 e 3. No que tange às feições do relevo e a presença de um Eixo Tri-Modal combinadas com a Tipologia dos pequenos municípios, buscou-se discutir sobre os fundamentos e desdobramentos da reestruturação urbana no Brasil, bem como do surgimento de novas centralidades ligados a municípios de menor porte populacional. Mas, estes processos se realizam diferenciadamente em termos regionais ou há relativa repetição? Tudo isto nos faz refletir sobre como as formas espaciais estão articuladas às funções e processos que se fazem presentes nos municípios do Sudeste brasileiro.

A representação do relevo baseada no atributo de declividade utilizada neste estudo foi obtida a partir de um Modelo Digital de Elevação, que segundo Montgomery (2003) é uma representação espacial da superfície a partir de pontos que descrevem a elevação tridimensional de uma grade de dados vetoriais a intervalos regulares ou irregulares. O processo de elaboração ocorreu em quatro etapas: aquisição de dados altimétricos secundários no domínio do site “*World Clim*”, geração do MDE a partir do interpolador *TIN* (Triangular Irregular Network), conversão deste modelo topográfico para tipo *Raster* e criação do Mapa de Declividade pela ferramenta *Slope* em porcentagem, classificado em seis classes de relevo como proposto pela Embrapa (1997). Considerou-se a declividade por ser um dos mais importantes atributos topográficos primários e por adequar-se melhor à proposta em análise.

Torna-se nítido que a paisagem regional do Sudeste é diversa, composta por um mosaico de planaltos, planícies, serras e depressões. Nas menores declividades representado pelas feições de relevo mais planas encontram-se pequenos municípios dotados de dinamismo demográfico, como na faixa litorânea do Espírito Santo e Rio de Janeiro, no Triângulo Mineiro e nas depressões paulistas a oeste. No caso das planícies costeiras, como estas são bem largas este fator contribuiu com a apropriação de suas baixadas, como é o caso do ES e RJ.

Os resultados podem também expressar outras idiosincrasias entre os estados do Sudeste, que influem nas tendências assinaladas pelos dados cotejados na Tabela 1 e 2. Minas Gerais e São Paulo são Unidades Federativas muito maiores que Rio de Janeiro e Espírito Santo, possuem histórias diferentes tanto quanto características geográficas que facilitaram mais ou menos o espraiamento da ocupação territorial. No caso de São Paulo, o relevo mais plano a oeste em regiões de depressão e por conseguinte, os solos férteis ali presentes (chamados de terra roxa) permitiram a mecanização e o melhor aproveitamento de terras. Também percebem-se pequenos municípios dinâmicos, muitos deles ligados possivelmente ao agronegócio, na região Central de Minas Gerais caminhando para oeste no Triângulo. O relevo mais suave e a presença do bioma do Cerrado com suas terras produtivas e agricultura altamente tecnificada contribuem para esta configuração territorial.

Já em relevos mais entalhados e acidentados, por conseguinte, com maiores declives há a predominância de pequenos municípios Debilitados e Semi-Estagnados, no norte de Minas Gerais, onde está localizada a Serra do Espinhaço e regiões de vegetação de Caatinga como no Jequitinhonha, no Quadrilátero Ferrífero a nordeste e nas franjas montanhosas a leste da Serra da Mantiqueira e do Mar (estas regiões também configuram-se como de maior fragilidade ambiental dado à pressão antrópica iniciada ainda no Brasil Colônia). Estes casos mostram como o relevo condicionou a apropriação territorial, influenciando na distribuição da população ao agir como uma barreira ou facilitador de ocupações mais efetivas e até conformando espaços de transição entre áreas mais e menos densas no Sudeste.

A representação das vias de acesso através do registro dos principais rios, rodovias federais e ferrovias em tráfego no Sudeste (Figura 3) procuram evidenciar o quanto os subespaços dinâmicos do Sudeste estão associados à implementação de redes técnicas e de infraestrutura que respondem às suas lógicas produtivas. Pela Figura 3, percebe-se que os subespaços dinâmicos estão completamente articulados pela combinação de acesso pelas rodovias, ferrovias e hidrovias, embora as ferrovias e hidrovias ainda sejam subutilizadas. Em Minas Gerais, estado que possui a maior malha rodoviária do país, há a oeste, às margens da BR-040, pequenos municípios considerados dinâmicos como Pompéu, Três Marias e São Gonçalo do Abaeté. Como também é o caso de Bom Despacho, Campos Altos, Ibiá e Perdizes, pequenos municípios dinâmicos da região Central de Minas e Triângulo Mineiro que situam-se nas bordas da BR-262. No estado de São Paulo, a alta densidade destas infraestruturas encontra-se espalhadas por todo o território favorecendo a circulação, o que certamente contribui na conformação de eixos de desenvolvimento econômico.

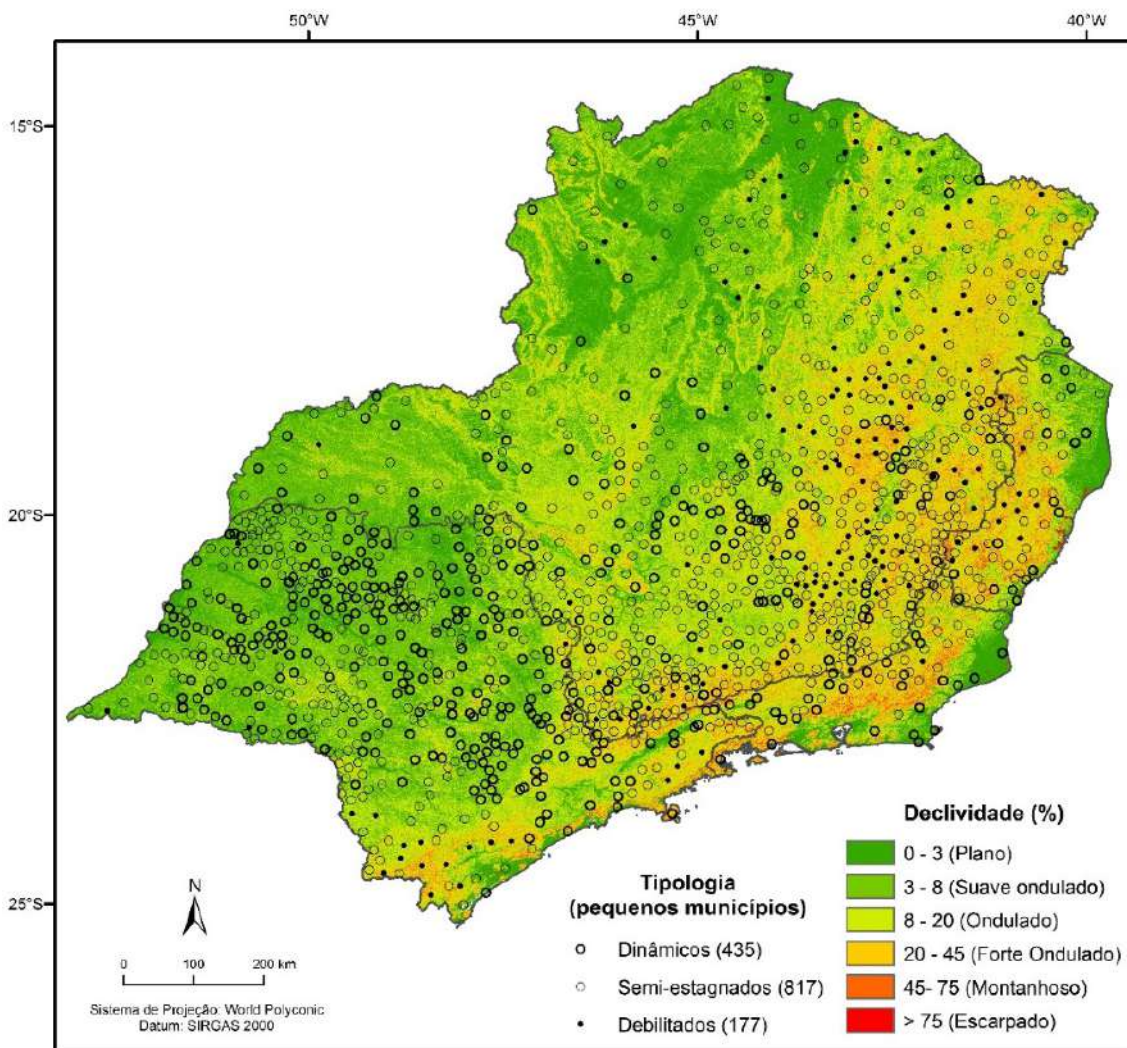


Figura 2: Tipologia Demográfica dos Pequenos Municípios em Associação com Declividade (%)

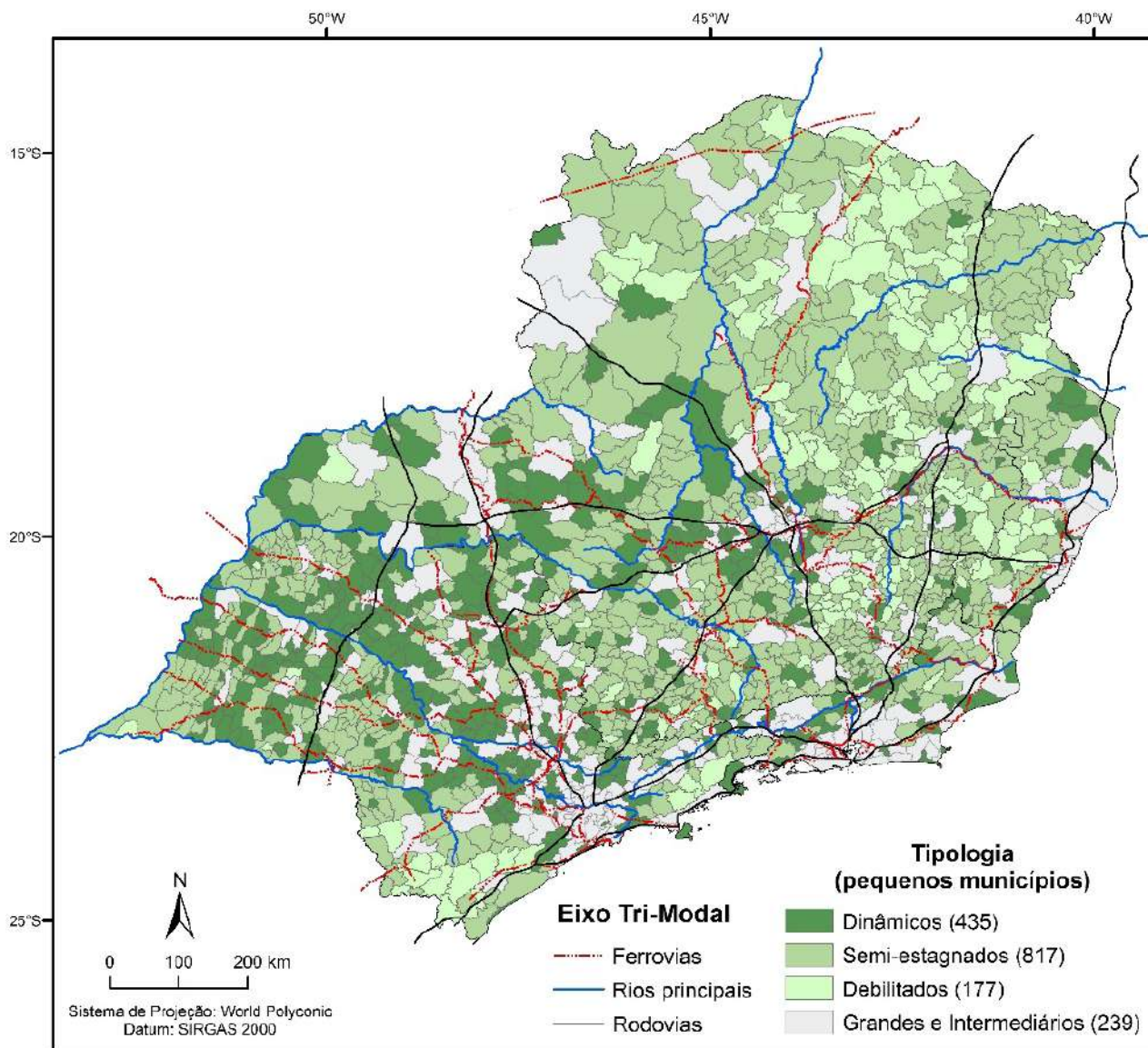


Figura 3: Tipologia Demográfica dos Pequenos Municípios associado a Distribuição de Eixos Tri-Modais

Segundo Oliveira (2012), o Estado de São Paulo possui uma das melhores infraestruturas de transportes do Brasil quando comparado à outras Unidades da Federação. Conforme visto na Figura 3, o estado é bem integrado pelas infraestruturas de transportes. O modal ferroviário é subutilizado, o que ocorre em todo o país, exemplo disso é a visível má qualidade do material rodante, embora exista uma malha significativa no estado de São Paulo. Quanto ao modal rodoviário, São Paulo é um dos estados brasileiros que possui uma das menores proporções de rodovias federais em relação ao tamanho do território. Porém, possui a melhor malha rodoviária brasileira, no que se refere à qualidade das vias com pavimentação e sinalização.

Os pequenos municípios dinâmicos paulistas concentram-se sobretudo, às margens do Rio Tietê valendo-se de uma das principais hidrovias do país, a Tietê-Paraná, grande transportadora de cargas, principalmente de commodities agrícolas, oriundas da região Centro Oeste. A eficiência destas movimentações de carga ocorre em função da interligação com a rodovia e ferrovia (conectando aos portos de Santos e São Sebastião). No caso paulista, conforma-se nítidos eixos de desenvolvimento, principalmente ao norte da Tietê-Paraná, como pode ser visto nas centenas de pequenos municípios dinâmicos ali concentrados. Ademais, a localização de plantas industriais vem se distanciando de áreas dotadas de forte centralidade, sobretudo, em razão dos preços de terrenos e das facilidades de transporte

que as grandes empresas exigem. Esse fenômeno contribui para o fortalecimento das economias dos municípios ditos dinâmicos localizados fora de regiões metropolitanas. Para Oliveira (2012), isto é resultado da sinergia entre infraestrutura de transportes e comunicações, de novas centralidades no território paulista e da forte participação das atividades produtivas, materializando-se em novos espaços de produção e consumo.

Em vias de conclusão, os estudos populacionais adquirem significância em qualquer tipo de análise, seja de natureza demográfica, econômica, política ou social. Não é necessário apenas conhecer os números na sua totalidade, mas sim na dinâmica dos processos que lhes dão conformação. É através desses processos que se pode verificar as mudanças que ocorrem ou estão ocorrendo no perfil de uma população. Em face disto, buscou-se analisar os pequenos municípios do Sudeste sob dois aspectos principais: envolvendo-os como universo de estudo no contexto do Sudeste brasileiro à luz de variáveis demográficas; e segundo, caracterizando estes pequenos municípios sob o olhar geográfico por meio de atributos como o relevo e a presença de infraestrutura de modais, introduzindo portanto, a dimensão espacial. Os resultados nos permitem inferir que não há dúvidas sobre a crescente importância de áreas do interior do Sudeste.

Considerações finais

Nos últimos 40 anos, o Brasil tem experimentado movimentos de redistribuição da sua população para áreas que até então representavam menor atratividade, atrelados ao avanço da transição demográfica e redução da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Diante de tal fato, as evidências de que em qualquer Grande Região, os municípios de maior porte populacional seriam capazes de comandar a dinâmica demográfica e a geração de riqueza regional parece não ter tanto peso como outrora. Em uma região como a do Sudeste, quando os municípios foram estratificados em classes de tamanho e classificados por critérios demográficos que delimitaram “subespaços dinâmicos”, tornou-se evidente a conformação territorial de subespaços capazes de agregar características de forte dinâmica demográfica.

Portanto, neste artigo, buscou-se desvendar e compreender a realidade dos pequenos municípios a partir de diferentes níveis de análise. Assim, avançou-se nas discussões sobre as mudanças demográficas, focando na comparação estabelecida entre municípios que apresentaram perfil de dinamismo, declínio e semi-estagnação. A identificação dessa variabilidade presente nestes pequenos municípios permitiu considerar como estes processos se distribuem no espaço, sob o olhar geográfico. Ademais, percebeu-se a imponente dos municípios de pequeno porte frente o comportamento demográfico regional. Tal fato expressa a relevância da interiorização da urbanização brasileira e indica novos comportamentos regionais.

Os pequenos municípios dinâmicos e de alta densidade demográfica apresentam características particulares como a taxa de crescimento populacional acima da média regional e do Brasil, muito em função da proximidade geográfica com as Regiões Metropolitanas e/ou grandes centros urbanos. Isto é notório em todas as Unidades Federativas do Sudeste, mas São Paulo destaca-se por possuir o maior número de municípios nesta condição. Em contrapartida, em todos os municípios do Sudeste houve uma redução sistemática desta mesma taxa ratificando o processo de transição demográfica pelo qual o país vem vivendo e um acréscimo no grau de urbanização corroborando as discussões de espraiamento da urbanização. Minas Gerais é o estado com maior número de municípios com características de debilidade sustentado por repetitivos Saldos Migratórios negativos verificados a partir dos dois últimos quinquênios de 1995/2000 e 2000/2010. Já Espírito Santo e Rio de Janeiro juntos agregavam um expressivo montante de municípios em situação de semi-estagnação.

O Sudeste com sua tamanha extensão geográfica evidentemente agrega municípios com comportamentos diferentes. Assim, a compreensão de como se constitui as característi-

cas similares e dissonantes desse conjunto de municípios pode também ser conhecida por meio da localização espacial relativa dos agrupamentos de municípios mais ou menos dinâmicos demograficamente. Neste sentido, a novidade está entre os pequenos municípios dinâmicos e de baixa densidade demográfica. Estes crescem tanto quanto os pequenos de alta densidade e vem incrementando estoques populacionais com reiterados Saldos Migratórios positivos.

No Espírito Santo e Rio de Janeiro, tais municípios localizam-se na faixa litorânea, em função do histórico de ocupação e do próprio relevo que permite uma ocupação de modo mais efetivo. Em Minas Gerais, representados em menor número, concentram-se em eixos de desenvolvimento nas proximidades de grandes centros urbanos e da RMBH, outros agrupamentos também podem ser vistos em direção ao Triângulo Mineiro, nas imediações da BR-262 e da BR-040 a oeste. Já em São Paulo, estado com destaque de pequenos municípios dinâmicos demograficamente, estes distribuem-se, especialmente, nas adjacências da hidrovía Tietê-Paraná, grande movimentadora de cargas, em terras com menores declives e com presença de eixos tri-modais eficientes.

Frente ao processo de redistribuição demográfica pode-se cogitar que, mesmo em se tratando de pequenos municípios demograficamente dinâmicos, a atividade agropecuária preferencialmente localiza-se nesses espaços. Logo, os municípios de menor tamanho localizados fora das regiões metropolitanas tenderiam a expulsar população, devido a menor absorção de mão de obra que a agropecuária demanda. Contudo, observa-se que de modo geral, nesse conjunto de municípios há crescimento populacional. Portanto, pode-se deduzir que a agropecuária, mesmo moderna, não expulsa população desses municípios quanto no passado, certamente por conta da presença próxima de pequenas cidades dependentes da atividade agrícola e atraentes do ponto de vista do emprego, condições de vida e outras amenidades.

É notório que as conclusões até então alcançadas sugerem uma série de novos estudos mais detalhados que possam trazer à luz outras características dessas centenas de municípios de pequeno porte, especialmente no tocante ao perfil das atividades econômicas neles instaladas que parecem estar lhes proporcionando o dinamismo demográfico aqui explicitado. Se isso é verificável, quais seriam os setores econômicos que mais se destacam nessas centenas de municípios? São as atividades do setor primário ou as grandes plantas industriais que se dispersam pelo território que explicam boa parte da performance dos pequenos municípios? A referida Tipologia ratifica a presença de agrupamentos diferenciados segundo atributos econômicos, ao longo do Sudeste brasileiro? Lançando luz sobre estas discussões, os novos caminhos a serem trilhados requerem o aprofundamento das análises socioespaciais acerca dos pequenos municípios do Sudeste brasileiro, na tentativa de checar a validade da classificação proposta, quando inseridas variáveis ligadas especificamente ao comportamento migratório e econômico.

Referências

- ALVES, L. A; SILVA A. R. Desafios e potencialidades das pequenas cidades no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**: Curitiba, v. 35, p. 7-37, 2015.
- BACELAR, W. K. de A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio - políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara - MG, 411f. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo -Território**, Uberlândia, v. 123-151, 2006.
- BELL, D; JAYNE, M. Small Cities? Towards a Research Agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**. v. 33, p. 683-689, 2009.
- BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.
- CABETTE, A; STROHAECKER, TM. A dinâmica demográfica e a produção do espaço urbano em Porto Alegre, Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 481-501, 2015.
- CARVALHO, R. C; RIGOTTI, J.I. R. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.32, n.2, p. 235-256, 2015.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n.6, p. 41-53, 1999.
- _____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 30, p. 05 - 12, 2011.
- COSTA, F. R da; ROCHA, M. M. Nova dinâmica dos municípios do Paraná. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 91-104, 2014.
- COUTINHO, S.A. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. **GeoTextos**, vol. 7, n. 1, p. 83-104, 2011.
- CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 29-50, 2012.
- DOTA, E. M; COELHO, A. L. N; CAMARGO, D. M. **Atlas da Migração no Espírito Santo**. UFES, PROEX, Vitória, 1. ed., 97 p.
- DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Análises físicas**. In: Manual de métodos de análise de solo. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas de Solo, 1997. p. 1-79. (Embrapa - CNPS: Documentos, 1).
- FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, vol. 9, n. 20, 2010.
- GOMES, N. F. M; MATOS, R. E. da S. Pequenos municípios do Sudeste brasileiro: apontamentos a partir da dinâmica demográfica. **Anais... IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades**, Ituiutaba, 2016.
- HAMDOUCH, A; DEMAZIERE, C; BANOVA, K. The Socio-Economic Profiles of Small and Medium-Sized Towns: Insights from European Case Studies. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**. p. 1-16, 2017

- JUNIOR, O. M. As cidades pequenas na Geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, p. 19-33, 2013.
- _____. Uma Leitura Geográfica dos Papéis e significados de Cidades Pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v.29, p. 79-99, 2015.
- KLERING, L. R; KRUEL, A. J; STRANZ, E. Os pequenos municípios do Brasil-uma análise a partir de índices de gestão. **Análise**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 31-44, 2012.
- LIMA, E. E. C de; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 57-75, 2013.
- LOBO, C; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011.
- LOBO, C. Dispersão espacial da população no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, vol.15, n.3, p.19-36, 2016.
- LOPES, J.R. **Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano- industrial no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MARENGO, S. N; RAINER, F. B. Abordagens teóricas e metodológicas para pensar as cidades pequenas. **Anais...** Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2014.
- MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Fundação Seade, 1990.
- MARTINEZ, L. F; FERREIRA, A. I. **Análise de dados com SPSS: primeiros passos**. Escolar Editora: Lisboa, 2007.
- MATOS, R; BAENINGER, R. Migração e Urbanização no Brasil: Processos de Concentração e Desconcentração Espacial e o Debate Recente. **Cadernos do LESTE**, Belo Horizonte, p. 342-385, 2008.
- MATOS, R; FERREIRA, R. N. Brasil em crise e o emprego formal no Sudeste. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 61, p. 150-164, 2017.
- MONTGOMERY, D. R. Predicting landscape-scale erosion using digital elevation models. **Compets Rendus Geosciences**. v.335, p.1121-1130, 2003.
- NASCIMENTO, T. C. L do; OJIMA, R. Migrações internas no Brasil: um panorama analítico e alguns percursos teóricos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 239-242, 2014.
- NOGUEIRA, M. Impactos socioeconômicos dos benefícios previdenciários em pequenas cidades do Estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Lisboa, n. 4, p. 177-196, 2013.
- OLIVEIRA, C. A. Infraestrutura de transportes: análise dos principais modais no estado de São Paulo. **Revista Formação Online**, São Paulo, n. 19, v. 1, p. 124-150, 2012.
- RIBEIRO, M. A, CAVALCANTI, V. M. Tipologia urbana: o exemplo do estado do Rio de Janeiro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.5, n.10, p.27-36, 2011.
- SILVA, J. G. da. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: KAGEYAMA, Â.; SILVA, J. G da. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP, p.1- 40, 1996.
- SINGER, P. Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1988.

SMITH, I. Demographic Change in European Towns 2001-11: A Cross-National Multi-Level Analysis. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, p. 1-14, 2017.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

Notas

1. Escolheu-se o programa estático SPSS por se tratar de um *software* de análise estatística e tratamento de dados voltado para as Ciências Sociais Aplicadas (MARTINEZ; FERREIRA, 2007). Utilizou-se algumas ferramentas estatísticas da Análise Exploratória de Dados - AED (TRIOLA, 2009), tornando-se possível compreender os significados e variações regionais das variáveis envolvidas na tipologia, em um ponto de vista histórico.
2. Cumpre destacar que, entre alguns dos pequenos municípios considerados como “Debitados” de baixa densidade no Rio de Janeiro e Espírito Santo (Tabela 2) há os com taxas de crescimento populacional ligeiramente positiva, para o ano de 2010 (período discriminador da classificação). Conforme a classificação proposta, estes municípios deveriam estar sofrendo um decréscimo populacional. Porém, nesses casos apresentavam-se, concomitantemente, baixo Grau de Urbanização e Saldo Migratório negativo em 2010, o que também caracteriza o perfil de Debilidade. Sendo assim, estes casos foram reclassificados na condição de Debitados, uma vez que atendiam duas das três condições características deste perfil.

DIMENSÃO E DINÂMICA DO PROCESSO PRODUTIVO E TERRITORIAL DA AGROPECUÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL PÓS-2003

**DYNAMIC OF THE PRODUCTION AND TERRITORIAL
PROCESS OF AGRICULTURE IN RIO GRANDE DO SUL
POST-2003**

**LA DINÁMICA DEL PROCESO PRODUCTIVO Y TERRITORIAL
DE LA AGRICULTURA EN EL RIO GRANDE DO SUL DESPUÉS
DE 2003**

RESUMO

A diversidade dos produtos da agropecuária do Rio Grande do Sul instituiu-se em um dos principais setores econômicos geradores de renda no estado. Entre 2009-2018, o valor bruto da produção dos principais bens agrícolas sul-rio-grandenses cresceu de R\$ 47,2 bilhões para R\$ 53,8 bilhões. Nas exportações, o valor gerado, em 2018, foi de US\$ 12,2 bilhões, o que representa 58,05%, do valor total do estado, e 12%, do valor total dos agronegócios brasileiros. Sendo assim, o objetivo central deste texto é identificar o desempenho produtivo da agropecuária do Rio Grande do Sul, com base nos indicadores de área plantada, valor bruto da produção, produtividade e participação na pauta exportadora do estado, uma vez que, esse dinamismo veio acompanhado de alterações significativas nas estruturas produtivas territoriais. Desse modo, o processo de concentração/desconcentração, disseminação e exclusão estabeleceu uma nova especialização produtiva territorial, especialmente, na soja e na pecuária bovina.

Palavras-chave: Processo produtivo territorial. Especialização mesorregional. Agropecuária.

ABSTRACT

The diversity of agricultural products in Rio Grande do Sul is one of the main economic sectors that generates income in the state. Between 2009-2018, the gross value of the production of the main agricultural goods of the state of Rio Grande do Sul grew from R \$ 47.2 billion to R \$ 53.8 billion. In exports, the value generated in 2018 was US \$ 12.2 billion, which represents 58.05% of the total value of the state and 12% of the total value of Brazilian agribusiness. Thus, the central objective of this text is to identify the productive performance of the agricultural sector of Rio Grande do Sul, based on the indicators of planted area, gross value of production, productivity and participation in the export tariff of the state, since this dynamism came accompanied by significant changes in the territorial productive structures. In this way, the process of concentration / deconcentration, dissemination and exclusion established a new territorial productive specialization, especially in soybean and cattle raising.

Keywords: Territorial productive process. Meso-regional expertise. Agriculture.

RESUMEN

La diversidad de productos agrícolas en Rio Grande do Sul es uno de los principales sectores económicos que generan ingresos en el estado. Entre 2009-2018, el valor bruto de la producción de los principales productos agrícolas del estado de Rio Grande do Sul creció de R \$ 47,2 mil millones a R \$ 53,8 mil millones. En exportaciones, el valor generado en 2018 fue de US \$ 12,2 mil millones, lo que representa el 58,05% del valor total del estado y el 12% del valor total de la agroindustria brasileña. Por lo tanto, el objetivo central de este texto es identificar el desempeño produtivo del sector agrícola de Rio Grande do Sul, con base en los indicadores del área plantada, el valor bruto de la producción, la productividad y la participación en la tarifa de exportación del estado, ya que este dinamismo se produjo. Acompañados por cambios significativos en las estructuras productivas territoriales. De esta manera, el proceso de concentración / desconcentración, difusión y exclusión estableció una nueva especialización productiva territorial, especialmente en la soja y la ganadería.

Palabras clave: Proceso de producción territorial. Peritaje mesoregional. La agricultura

Introdução

Com uma área de 281,7 mil km², o equivalente a 3,3% do território brasileiro, e uma população total em torno de 11,2 milhões de habitantes, sendo 86% desse total vivendo em áreas urbanas (FEE, 2017), o estado do Rio Grande do Sul é uma das principais economias na estrutura produtiva brasileira. Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul foi de R\$ 408,6 bilhões, o que correspondeu a 6,5% do total do valor gerado no Brasil (IBGE, 2019d). Nas exportações, participa com 8,7%, cerca de US\$ 21,01 bilhões, do total exportado pela economia brasileira (BRASIL, 2019a).

Apesar de o setor de serviços ter apresentado um grande crescimento nas últimas décadas, a economia do Rio Grande do Sul é impulsionada pela agropecuária¹ e pela indústria de transformação. Com 441,4 mil estabelecimentos rurais e uma população rural de 1,6 milhão de pessoas, em 2017 (IBGE, 2019e), o valor bruto de produção² (VBP) da agropecuária do Rio Grande do Sul foi de R\$ 53,8 bilhões, em 2018, sendo 31,9% oriundos da pecuária e 68,1% da agricultura (BRASIL, 2019a). Em seu conjunto, a agropecuária representa 30% da estrutura econômica e foi responsável por 58,05% das receitas das exportações (BRASIL, 2019b) e 13% dos empregos no Rio Grande do Sul. Dos 318 mil empregados nos agronegócios³, 26,5% estão dentro da porteira, 13,1% antes e 60,5% depois da porteira (FEE, 2017).

Atualmente, o Rio Grande do Sul possui um *market share* de 70,03% de todo o arroz em casca do Brasil, 62,5% da produção de aveia, 50% da produção de uva, 48,7% da produção de erva-mate, 47% da produção de fumo, 44,4% da produção de maçã, 45% da produção de pêssego, 25,5% da produção de trigo, 16,3% da produção de soja, 13,4% da produção de leite, 14,5% do rebanho suíno, 10,9% do rebanho de frango e 6,1% do rebanho bovino. Além disso, na produção de carnes, o estado possui 18,9% no ramo suíno, 12,6% dos frangos e 5,42% no bovino.

Diante do dinamismo e representatividade da agropecuária gaúcha⁴, este texto tem como objetivo principal desvendar o desempenho produtivo e as alterações ocorridas nas

1 No texto, optou-se pela agropecuária (lavouras e criações), pois caracterizou-se por significativa especialização e diferenciação mesorregional, com diversos territórios produtivos dominados pelas culturas de grãos e por rebanhos que outrora não exerciam essas funções. As abordagens territoriais são necessárias, pois “o complexo produtivo da agricultura desenvolveu-se com a formação de inúmeros segmentos produtivos com estruturas produtivas para mais além dos limites da agropecuária, rompendo com a concepção rural ao formar cadeias de produção que não mais se explicam pela dicotomia campo-cidade. A emancipação de atividades antes internas às propriedades rurais, que passaram a se constituir em novos ramos das cadeias de produção, fez a agropecuária perder espaço relativo no complexo produtivo dos agronegócios da agricultura. Nesse processo, em que cada vez mais, a produção passou a ser cada vez menos ‘fruto da terra e do trabalho do homem’, na acepção bíblica cristã, não apenas o trabalho foi potencializado e perdeu espaço para a mecanização e automação, mas também a terra perdeu espaço para a fertilização, correção e genética, que impulsionaram a produtividade da terra. A agropecuária moderna pode ser feita com menos terra e menos trabalho, mas com muito mais capital, estando inserida na lógica de expansão da reprodução ampliada do capital. O complexo de agronegócios da agricultura pode ser visualizado como uma estrutura de segmentos setoriais na qual a produção biológica passa a ser veículo estratégico para a combinação de insumos e instrumentos gerados fora dos campos e a ser fornecedora de bens intermediários para estruturas de agregação de valor, envolvendo empreendimentos em cadeias que se iniciam nas fábricas de insumos e maquinaria e finalizam-se nas estruturas de varejo” (GONÇALVES, 2005, p. 10-11). Dito isso, justifica-se a escolha metodológica pelo fato de que na agropecuária moderna a quantidade produzida e o VBP são métricas essenciais para o modelamento de territórios.

2 É a expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado território econômico, num dado período de tempo. O VBP agropecuário representa uma estimativa da geração de renda do meio rural, revertendo em uma variável relevante para acompanhamento do desempenho do setor na sua íntegra. O VBP agropecuário mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento; é calculado com base na produção da safra agrícola e da pecuária, e nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país, dos 26 maiores produtos agropecuários do Brasil. A estimativa do VBP é elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos e Análises (CGEA) do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos (DCEE), da Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2018b). No entanto, Faria (1983, p. 109-110) assinala que esse agregado macroeconômico pode trazer distorções, como a dupla contagem, por exemplo. Diante disso, elaborou-se o “conceito de Valor Adicionado Bruto (VAB), que é utilizado como medida da riqueza social gerada em uma região ou país em determinado período. A definição do VAB é dada pela diferença entre o VBP e o consumo intermediário (CI). Isto é, o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas”. No texto, optou-se em utilizar VBP para o Brasil e o estado do Rio Grande do Sul, e VAB para as mesorregiões do estado para minimização das distorções regionais.

3 Diferentemente de uma vasta bibliografia que associa agronegócio à produção de commodities e o tamanho da área, define-se, aqui, os agronegócios como uma cadeia produtiva “que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e o seu consumo final” (CONTINI et al., 2006, p. 6). Para o conjunto das atividades dos agronegócios, existe uma diversidade de os segmentos. Esses segmentos dividem-se em: (1) pré-porteira (indústrias de bens de capital e indústrias químicas e de embalagens); (2) dentro da porteira (agropecuária que corresponde às lavouras permanentes, lavouras temporárias, extrativismo vegetal, e produção pecuária); e (3) pós-porteira (agrosserviços). Para uma tipologia da diversidade dos segmentos dos agronegócios, ver Gonçalves (2005).

4 Gaúcho é o terno designado aos indivíduos e objetos relacionados ao estado do Rio Grande do Sul. Para melhor entender a origem e os significados da palavra gaúcho, ver: Meyer (1957).

estruturas regionais de produção pós-2003⁵. Para atingir esse objetivo, usou-se a categoria formação socioespacial⁶ elaborada por Santos (1977), bem como a ideia de combinações geográficas de Cholley (1964)⁷. Segundo Santos (1977), uma formação socioespacial é uma realidade concreta, que se transforma, evolui e muda com o processo histórico. Trata-se de uma categoria das totalidades históricas que deve ser considerada como expressão socioespacial dos processos que se singularizam em virtude de determinadas combinações. Didaticamente, a formação socioespacial é uma realidade concreta histórica e geograficamente localizada. Assim, cada formação socioespacial é singular, na qual os processos gerais interagem com as características particulares, gerando combinações geográficas específicas.

Tendo em vista a diversidade produtiva no interior da agropecuária, procurou-se destacar o desempenho das atividades dentro da porteira, com relevo para as lavouras (temporárias e permanentes) e a pecuária. Para tanto, foram selecionados os principais produtos com representatividade na produção, área plantada, VBP, rentabilidade e participação na pauta exportadora sul-rio-grandense. Ainda do ponto de vista metodológico, utilizou-se a divisão mesorregional do estado do Rio Grande do Sul definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).

Na elaboração deste artigo, optou-se pela abordagem exploratória (GIL, 1994) que adota a busca de informações a respeito de certo assunto e envolve o levantamento bibliográfico e documental, com base em fontes primárias, secundárias e pesquisas de campo. Foram feitas análises de diferentes artigos, livros e teses, visando avaliar e situar a bibliografia relativa à temática exposta.

O levantamento de dados estatísticos foi realizado nos relatórios da Produção Agrícola Municipal (PAM) e no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), e em censos agropecuários ofertados pelo (IBGE). Buscaram-se, ainda, informações publicadas nos relatórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nos documentos técnicos do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) e da Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, estruturalmente, o texto está dividido, afóra da introdução e das considerações finais, em mais três partes, abordando: (i) uma síntese da ocupação territorial às transformações nas estruturas agropecuárias gaúchas; (ii) o desempenho da produção e da exportação dos principais produtos da agropecuária sul-rio-grandense; (iii) e o novo arranjo territorial da agropecuária do Rio Grande do Sul.

Da ocupação territorial às transformações nas estruturas agropecuárias gaúchas: uma síntese

Com base em Souto Maior (1968) e Bernardes (1997), pode-se dividir a ocupação do estado do Rio Grande do Sul em duas grandes etapas (Figura 1). A primeira dela foi marcada por três correntes de povoamento. A corrente de ocupação pioneira foi realizada por

5 Justificam-se os anos pós-2003 em razão de a economia brasileira ter desenvolvido um ciclo de crescimento condicionado por fatores internos e externos. Internamente os investimentos foram assentados em três frentes (infraestrutura, recursos naturais e consumo de massa). Externamente, contribuíram a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais (ESPÍNDOLA; 2016; BIELSCHOWSKY, 2013; BARBOSA, 2013).

6 O interesse do artigo é recuperar a categoria formação socioespacial como possibilidade de ser um mecanismo eficiente para interpretar a realidade da agropecuária nacional e de suas regiões.

7 Conforme Cholley (1964), essas combinações podem ser de três tipos: (i) aquelas que convergem de fatores físicos (a geomorfologia, a hidrologia, etc.); (ii) aquelas de complexidade maior de ordem física e de ordem biológica (o cerrado); e (iii) aquelas de ordem tridimensional, mais complexas e muito mais requintadas de detalhes, de ordens físicas, biológicas e humanas (agricultura, indústria, comércio). Essas combinações geográficas ampliam as possibilidades das análises, pois a realidade é fruto das relações contraditórias entre os aspectos naturais e humanos. Essas relações são estabelecidas em múltiplas escalas (mundial, nacional, regional e local) e permitem compreender um determinado objeto de estudo num universo mais amplo. Para uma combinação ser originalmente geográfica é necessário que ela interfira na totalidade de um grupo humano, pois o caráter geográfico é determinado pela relação espaço e tempo. Um determinado sistema agrícola é composto por combinações geográficas mais complexas, pois resultam da interação de elementos físicos (solo, clima, etc.), elementos biológicos (flora) e elementos humanos (máquinas e mão de obra). Assim, o homem, para escolher um determinado cultivo e as técnicas mais adequadas têm de observar as condições naturais que o cercam para obter as colheitas necessárias à sua sobrevivência.

jesuítas espanhóis, que atravessaram o Rio Uruguai e estabeleceram, em 1626, a primeira redução jesuítica (São Nicolau). “Embora o objetivo dos padres fosse a catequese, trataram também da disciplinação do elemento nativo numa diretriz econômica, desenvolvendo a agricultura, a pecuária e a exploração da madeira” (SOUTO MAIOR, 1968, p. 17)⁸.

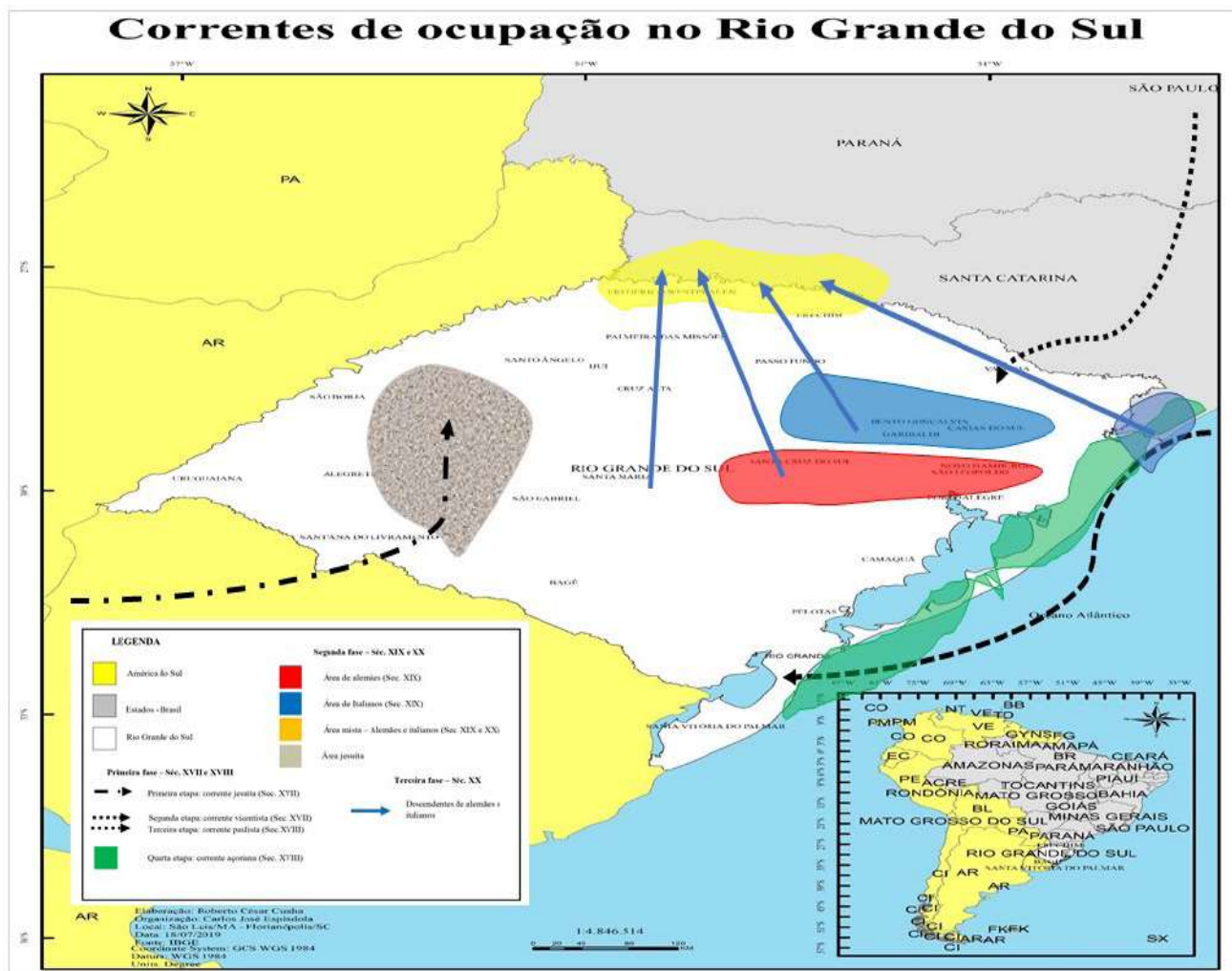


Figura 1 – Síntese da ocupação do território do Rio Grande do Sul
Fonte: IBGE. Elaboração: autores

A segunda investida nas terras do Sul do Brasil ocorreu em 1631, quando Raposo Tavares e outros bandeirantes destruíram as reduções do Guayra, o que forçou os padres a ocuparem a parte central do estado do Rio Grande do Sul, onde fundaram novas missões (VIEIRA, 1992). A população restante das reduções aniquiladas migrou para a outra banda do Uruguai e o gado dispersou-se para o Sul do rio Camaquã, área que se tornou conhecida como Vacaria do Mar (base de origem do rebanho da Campanha Gaúcha). O constante sequestro desse gado, por parte dos espanhóis vindos do Sul, obrigou os padres, após regressarem, a salvarem as cabeças restantes, reunindo-as em outra área (Vacaria dos Pinhais – zona de campos cercada de mata araucária) (JAEGER, 1956).

Completando as conquistas territoriais dessa corrente vicentista, a coroa portuguesa fundou a Colônia de Sacramento (1680) no rio da Prata (MAMIGONIAN, 1999, p. 68). O estabelecimento da Colônia de Sacramento inaugura a circulação entre ela e Laguna através do Litoral. Esse contato estimulou os vicentistas a ocuparem as Vacarias dos Pinhais, abrindo o caminho que atravessava a encosta da Serra Geral entre Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula. Assenhorando-se das terras, esses ocupantes, juntamente com os paulis-

8 Essa ocupação baseava-se em uma diretriz econômica assentada na apropriação da renda de trabalho, pois o gado, a erva-mate, os produtos comerciais e parte da agricultura eram propriedades de Deus (Tupã-baé), que compartilhava essa economia com uma agricultura, propriedade do índio (Abã-baé). Segundo Vieira (1992), essa estrutura é algo muito próximo de um arcabouço feudal e estaria na gênese das estâncias feudais no continente de São Pedro.

tas, ao expulsarem os jesuítas e indígenas, criaram novas estâncias (SOUTO MAIOR, 1968)⁹.

A terceira corrente ocorreu nas áreas litorâneas de núcleos esparsos que não garantiam, ao governo português, a posse da região Sul. Tal fato levou a autoridade de Portugal a implantar, de Santa Catarina ao Rio Grande, o sistema de colonização com casais açorianos e madeirenses, o que concluiria a primeira etapa do processo de ocupação das áreas subtropicais do Brasil, conforme Figura 1.

Dado o exposto, pode-se afirmar que a fase inicial de ocupação das áreas do território do Rio Grande do Sul, teve como base as reduções jesuíticas espanholas, o deslocamento de bandeirantes vindos pelo interior, o movimento vicentista ordenado pelo litoral e, por último, a colonização açoriana-madeirense. É, portanto, a partir desses movimentos de ocupação que se origina a primeira macroformação regional socioespacial, caracterizada pela criação de gado nos campos e planaltos, e a pequena lavoura no litoral.

A segunda etapa do processo de ocupação das terras gaúchas se dá no primeiro quartel do século XIX. Assim, na década de 1820, estabeleceram-se colônias alemãs no vale inferior do Rio dos Sinos (São Leopoldo/RS). Essas ocupações não mediram esforços em expandir-se para outras áreas. “Os filhos de imigrantes, instalados em São Leopoldo/RS, por exemplo, adquiriram lotes resultantes do parcelamento de sesmarias da zona florestal” (MAIOR, 1968, p. 35).

Contudo, foi somente a partir dos anos 1840 que se estabeleceram definitivamente as colônias de povoamento. Entre 1849 e 1874, o governo provincial estabeleceu novas possessões nas encostas florestais da Serra (Santa Cruz e Santo Ângelo), ocupadas por imigrantes alemães. Waibel (1988) ressalta que na região serrana, entre São Leopoldo e Santa Cruz, especuladores e capitalistas que lotearam grandes áreas, à margem dos rios Caí e Taquari, venderam-nas aos colonos oriundos de São Leopoldo, dando início a uma intensa colonização particular.

A obra colonizadora prosseguiu rumo ao Oeste e estendeu-se de Torres até as proximidades de Santa Maria. Já os imigrantes italianos foram encaminhados, inicialmente, para as colônias de Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves, na encosta superior do Planalto, dominada pela mata de araucária. Visando à expansão das colônias italianas, no Planalto Oriental, o governo tratou de constituí-las ao norte do rio Taquari, Alfredo Chaves (1884) e Antônio Prado (1886).

O processo de colonização oficial e particular avançou nas áreas florestais isoladas dos cursos superiores dos rios Jacuí e Ijuí. A “ocupação dessa área tornou-se possível pela construção de uma estrada de ferro que segue a região aberta e o divisor de águas entre os rios Jacuí e Uruguai” (WAIBEL, 1988, p. 215). As empresas de colonização implantaram novas ocupações em Serro Azul, Panambi e, com a abertura da estrada de ferro de Cruz Alta a Passo Fundo (1845), fundaram as colônias de Não-me-Toque e General Osório. Waibel (1988) lembra ainda que a última fase de colonização do Rio Grande do Sul ocorre com a ocupação das áreas de matas que se estende ao longo do rio Uruguai (Erechim, por exemplo).

O processo de colonização oficial e particular tratou do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, de origem europeia, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (MAMIGONIAN, 1986). A maioria dos agricultores adquiriram uma propriedade de tamanho médio, em torno de 25 a 30 hectares, dispostos ao longo de certas linhas. Isto é, uma propriedade *minimale ackernahrung*, e um povoamento do tipo *waldhurfendorf*, conforme demonstrou Waibel (1988). Assim sendo, a segunda etapa de ocupação do território gaúcho, resulta na constituição da segunda grande macroformação socioespacial, caracterizada por uma pequena produção mercantil (ESPÍNDOLA, 2002).

Em seu processo evolutivo, a macroformação regional socioespacial caracterizada pela criação de gado nos campos e planaltos, altera seu quadro agrário em razão do desenvol-

⁹ Ainda, por estímulos da coroa portuguesa, a economia natural que se desenvolvera no planalto paulista, com destaque para a criação de bovinos, expandiu-se para o Sul: Vacaria, Cruz Alta e São Borja (MAMIGONIAN, 1999).

vimento das charqueadas, pela implantação dos frigoríficos e pela a introdução da cultura do arroz e do trigo. Já a segunda macroformação socioespacial, diversifica-se em uma agricultura comercial com o milho, fumo, leite, uva, soja e criação de suínos (DUARTE; MARICATO, 1968).

O processo modernizador da agricultura do Rio Grande do Sul, iniciado em 1960 e acelerado nos anos de 1970, promoveu significativas alterações na estrutura produtiva¹⁰. De um lado, forjou o surgimento de diferentes agronegócios que não mediram esforços no aumento da produção agropecuária, na ampliação dos ganhos de escala, na diversificação das atividades produtivas, na incorporação de sementes melhoradas, no avanço do manejo zootécnico (FONTOURA, 2000), na introdução de novos processos e produtos, na implantação de novas relações de produção, na dissolução da estrutura produtiva rural autossuficiente, etc. (BRUM, 1982; BRUM, 1985). De outro, emergiu um número significativo de pequenos, médios e grandes produtores que não mediram esforços em aprofundar a relação agricultura e indústria. As escalas ampliadas de produção, decorrentes do alargamento da integração agricultura e indústria, promoveram a exclusão de pequenos produtores que não conseguem acompanhar esse processo (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001).

A modernização da agropecuária gaúcha pós-1960, foi a base sobre a qual se assentou a agricultura nos anos de 1980. Em um contexto de recursos escassos (fim do crédito agrícola) e insumos caros, os produtores agrícolas apoiaram-se na eficiência produtiva para obterem crescentes níveis de produção. “Esses procedimentos se refletiram num substancial aumento da produtividade física da terra e, conseqüentemente, no crescimento da produção agrícola” (FÜRSTENAU, 1990).

Nos anos de 1990, a agropecuária a jusante e a montante de grãos (milho, soja, trigo e arroz), carnes (bovinos, frango e suínos), frutas (uva), leite e derivados, fumo, entre outros, passou por um intenso processo de reestruturação técnico-econômica¹¹. A participação do PIB da agropecuária na economia do Rio Grande do Sul cresceu de 41,7%, em 1995, para 50,1%, em 2003. A variação acumulada do PIB do complexo agrícola foi de 58%, o que representou uma participação de 67,1% na agropecuária gaúcha, reduzindo a importância da pecuária para 32,9% (GILHOTI, et al., 2005). Em valores nominais, entre 1994 e 2000, o VBP das lavouras aumentou 106,6%; o da produção animal, 227,3%; e o da agropecuária total, 147,1% (SAMPAIO; FÜRSTENAU, 2003).

Entretanto, Accurso (2000), afirma que a produção física média das culturas, como trigo, cana-de-açúcar, mandioca e uva, teve decréscimo entre 1990-1998, se comparado com o período de 1985-1990. Em termos de área colhida, houve diminuição na soja, trigo, mandioca, uva e feijão. Entre 1990-2000, enquanto a produção de arroz apresentou uma variação de crescimento de 55,93%, a produção de feijão cresceu apenas 3,8%, contra uma redução da produção do milho (-54%), da soja (-24,23%) e do trigo (-24,31). Excetuando-se o arroz, que apresentou aumento da área plantada, as culturas de milho, soja, feijão e trigo tiveram redução da área plantada. Na pecuária, houve uma diminuição do número de bovinos, um aumento em 10,38% no efetivo de suínos e um crescimento no abate de aves em 77%.

Em termos gerais, o desempenho quantitativo do setor agropecuário gaúcho, na década de 1990, foi, com raríssimas exceções, bastante negativo, especialmente quando comparado com outros estados (SAMPAIO; FÜRSTENAU, 2003). A agropecuária gaúcha, no período de 1990-2000, teve, na produtividade física, sua característica marcante (ACCURSO,

10 O modelo agrícola adotado, com aporte estatal, tinha como objetivo elevar o consumo de capital e tecnologia. Até a década de 1960, o Rio Grande do Sul era um estado da federação brasileira que concentrava cerca de 25% do total de maquinário de tratores utilizados na agropecuária brasileira. Entre 1965-1975, o Rio Grande do Sul destacava-se na elevação da produção de soja, da bovinocultura, de leite, de trigo e de arroz (SERPA; CATAFESTA, 2009).

11 Em termos gerais, as reestruturações técnico-econômicas resultaram: (i) no aumento das fusões e aquisições, na desnacionalização de diferentes segmentos; (ii) no aumento das terceirizações; (iii) na incorporação de novas tecnologias; (iv) no abandono e redirecionamento para novas atividades (turismo rural, agroindústrias familiares, pequenas cooperativas, etc.); (v) na maior integração vertical e horizontal nas cadeias produtivas; (vi) na redução do número de produtores menos capitalizados e com menor produtividade, em contraposição à ampliação da importância dos produtores com melhor nível técnico; (vii) na ampliação da capacidade produtiva; (viii) na especialização produtiva; (ix) no surgimento de novos mecanismos de financiamento e de crédito aos agronegócios como, por exemplo - Certificado de Mercadoria com Emissão de Garantia, a Cédula do Produto Rural, o Certificado de Depósito Agropecuário, o Warrant Agropecuário, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, a Letra de Comércio Agrícola, o Certificado de Recebíveis do Agronegócio e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (BENETTI, 2000; FONTOURA, 2000; ESPÍNDOLA, 2002; 2016, SOUZA, 2014; MAZZOCHIN, 2016; FARIAS, 2015; CAMILO, 2018).

2000). Cabe destacar ainda que o processo de reestruturação técnico-econômica em curso nos anos de 1990, promoveu novas características produtivas no quadro agrário do Rio Grande do Sul pós-2000.

Desempenho da produção e da exportação dos principais produtos da agropecuária sul-rio-grandense

Conforme IBGE (2019d), o PIB estadual do Rio Grande do Sul, em 2016, atingiu R\$ 408,6 bilhões a preços correntes. Entre 2003 e 2016, o crescimento acumulado foi de R\$ 289,3 bilhões. Na agropecuária, constata-se a fundamental importância na geração de receita na economia do estado. Nos últimos dez anos, o VBP na agropecuária passou de R\$ 47,2 bilhões, em 2009, para R\$ 53,8 bilhões, em 2018, o que representa um crescimento da ordem de 13,9% (BRASIL, 2019b).

Assim, o valor gerado de mais de R\$ 53,8 bilhões, em 2018, representou 9,4% de todo o valor bruto da agropecuária brasileira. No mesmo ano, o VBP das lavouras gaúchas atingiu R\$ 35,5 bilhões, cooperando com 9,2% dos R\$ 383,3 bilhões gerados nas lavouras brasileiras. Na pecuária, o VBP, entre 2009 e 2018, aumentou de R\$ 15,1 bilhões para R\$ 18,3 bilhões, correspondendo a 9,8% do total dos R\$ 185,8 bilhões da pecuária nacional.

Desse modo, quando se desincorpora o VBP (Figura 2), vê-se que o total do valor gerado pelas lavouras temporárias cresceu de R\$ 13,8 bilhões para R\$ 34,3 bilhões, significando um acréscimo real de 2,49 vezes (R\$ 20,5 bilhões). No referente ao VBP nas lavouras permanentes, o aumento no período foi de 2,58 vezes (R\$ 1,9 bilhão) – passou de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 3,1 bilhões. No amontoado, o VBP total das lavouras obteve um impulso dinâmico de 2,47 vezes, ou seja, um incremento de R\$ 22,3 bilhões na economia do estado do Rio Grande do Sul.

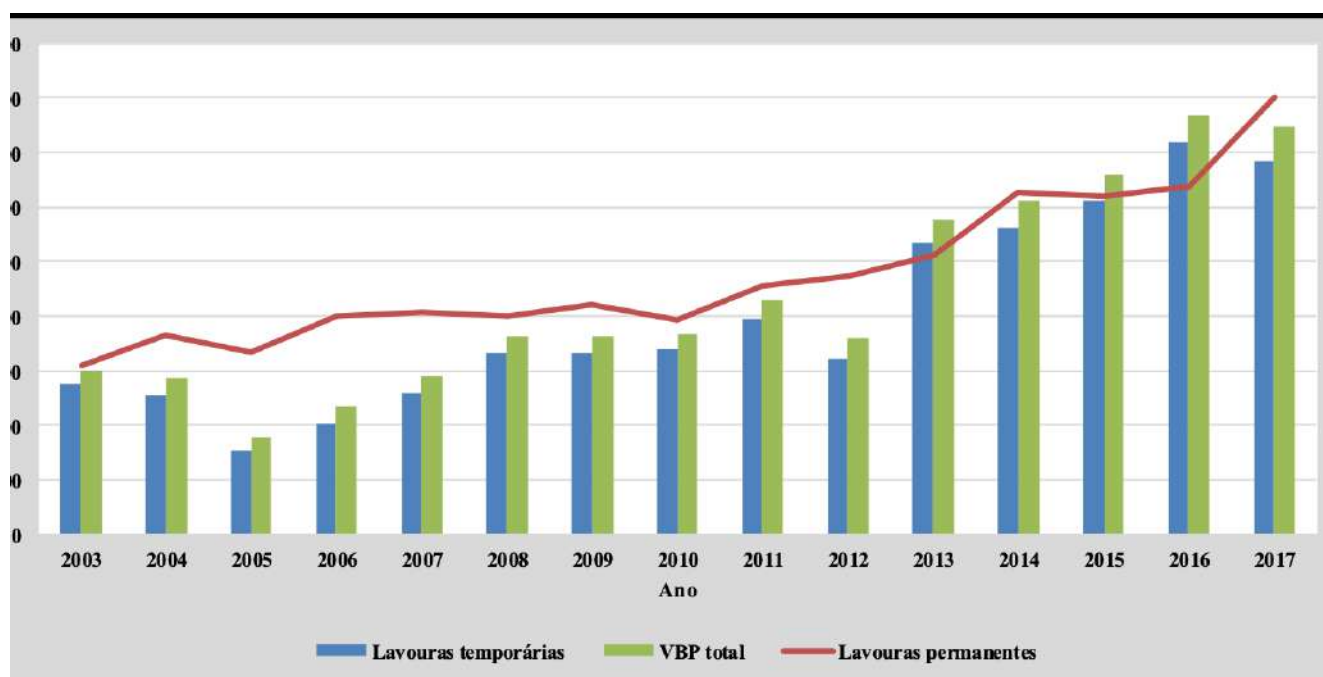


Figura 2 – Valor Bruto da Produção das lavouras no estado do Rio Grande do Sul (mil de R\$)
Fonte: IBGE (2019a)

No que diz respeito aos produtos específicos das lavouras temporárias, consoante a Figura 3, o VBP da cultura de soja no estado gaúcho passou de R\$ 5,4 bilhões, em 2003, para R\$ 18,1 bilhões, em 2017. Essa expansão representou 235,1%, vale dizer, 3,35 vezes, o que lhe concerne uma representação de 16,1% do VBP do total dessa cultura no Brasil (R\$ 112,1 bilhões), consolidando o estado como terceiro produtor de soja nacional, perdendo apenas para os estados do Mato Grosso e do Paraná, pela ordem. Sobressai-se, igualmente, o crescimento da receita auferida na produção de arroz, no período em tela, de R\$ 3,01 bilhões para R\$ 6,9

bilhões, totalizando uma adição de 130% (2,3 vezes). Com isso, o Rio Grande do Sul está na liderança absoluta com 71,1% do VBP da rizicultura nacional (R\$ 9,7 bilhões). Nas lavouras de fumo, o estado, também, ocupa o primeiro lugar; a renda auferida representou 48,5% do VBP do Brasil (R\$ 6,8 bilhões). Em 2003, saiu de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,3 bilhões, em 2017, somando acréscimo de 2,53 vezes ou 153%.

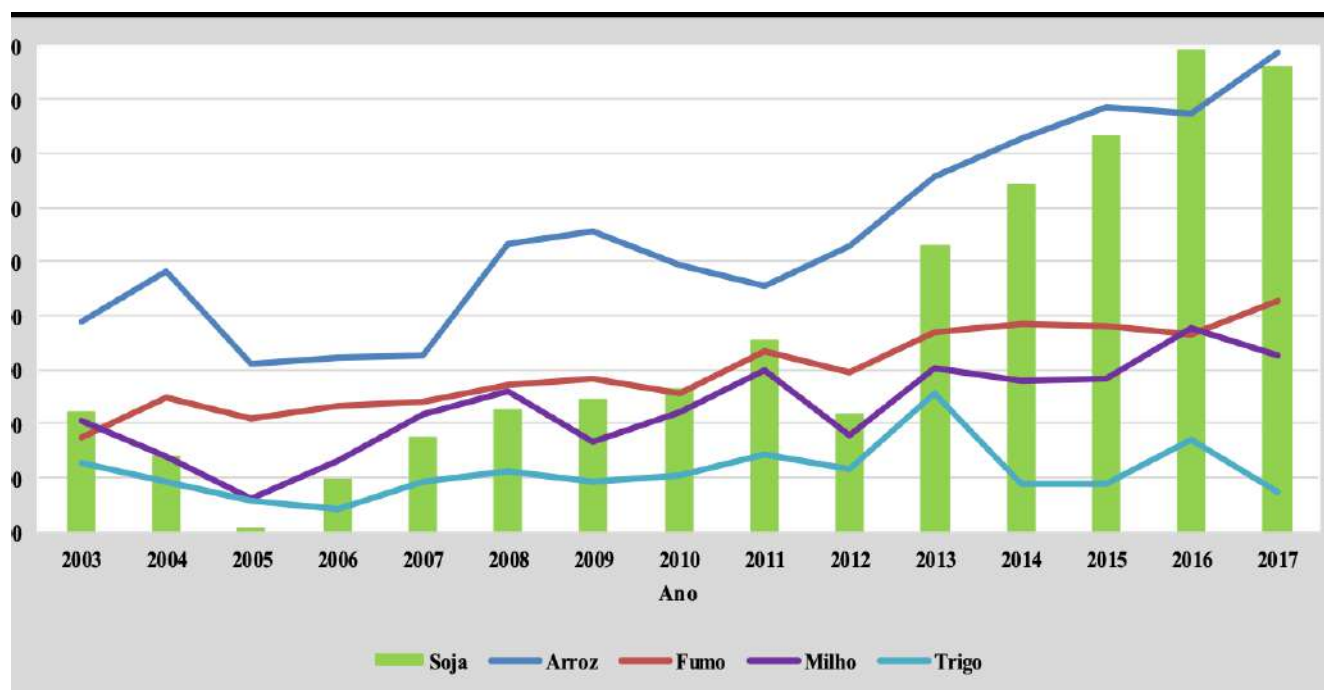


Figura 3 – Valor Bruto da Produção dos produtos das lavouras temporárias no Rio Grande do Sul (mil de R\$)

Fonte: IBGE (2019a)

Além do milho, as plantações de fumo também ganham destaque pelo crescimento das receitas no período entre 2003 e 2017, (Figura 3). Tal cultivo saiu de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 2,5 bilhões, acumulando liquidez de 66,6% (1,6 vez). A triticultura foi a única que sofreu deterioração na arrecadação estadual de VBP. Passou de R\$ 991 milhões para R\$ 561 milhões, fechando o intervalo de tempo com involução de 43,3%; participando com 23,9% das somas monetárias das lavouras de trigo do Brasil (R\$ 2,3 bilhões)¹².

Seguindo no que diz respeito aos produtos das lavouras permanentes, de acordo com a Figura 4, a ênfase vai para a cultura da uva, que obteve um crescimento no VBP de R\$ 459 milhões, em 2003, para R\$ 1,21 bilhão, em 2017. O índice percentual acrescido no período ficou em 189,2% (2,89 vezes), dividindo a primeira colocação no *ranking* nacional, em conjunto com o estado de Pernambuco¹³, em VPB nessa cultura, com 34,5%. Realça-se, igualmente, a plantação de maçã, na qual o Rio Grande do Sul tem elevada competitividade em parceria com o estado de Santa Catarina¹⁴, que, em 2003, era de R\$ 241,1 milhões e passou, em 2017, para R\$ 777,9 milhões, computando um evolutivo crescente de 222,6% (3,22 vezes), o que evidenciou o maior arrecadamento do Brasil (R\$ 1,6 bilhão) com 49,6%.

¹² Continuando as lavouras temporárias do estado do Rio Grande do Sul tem-se no ano de 2017: a aveia, primeiro lugar nacional, cujo faturamento das vendas atingiu R\$ 138,2 milhões; a batata inglesa, que arrecadou de VBP R\$ 291,5 milhões; o feijão com R\$ 261,1 milhões de VBP; a batata-doce com R\$ 193,8 milhões, consolidando-se em primeiro lugar, com 25,5% do VBP do país; e o tomate e a cebola com, pela ordem, R\$ 158,2 milhões e R\$ 96,4 milhões de arrecadação da comercialização desses bens agrícolas.

¹³ Em 2017, Pernambuco faturou em VBP da uva R\$ 1,27 bilhão, somando 36,2% do VBP do país (IBGE, 2019a).

¹⁴ Em 2017, Santa Catarina recebeu em VBP da maçã R\$ 729,4 milhões, ficando com 45,5% do VBP do país (IBGE, 2019a).

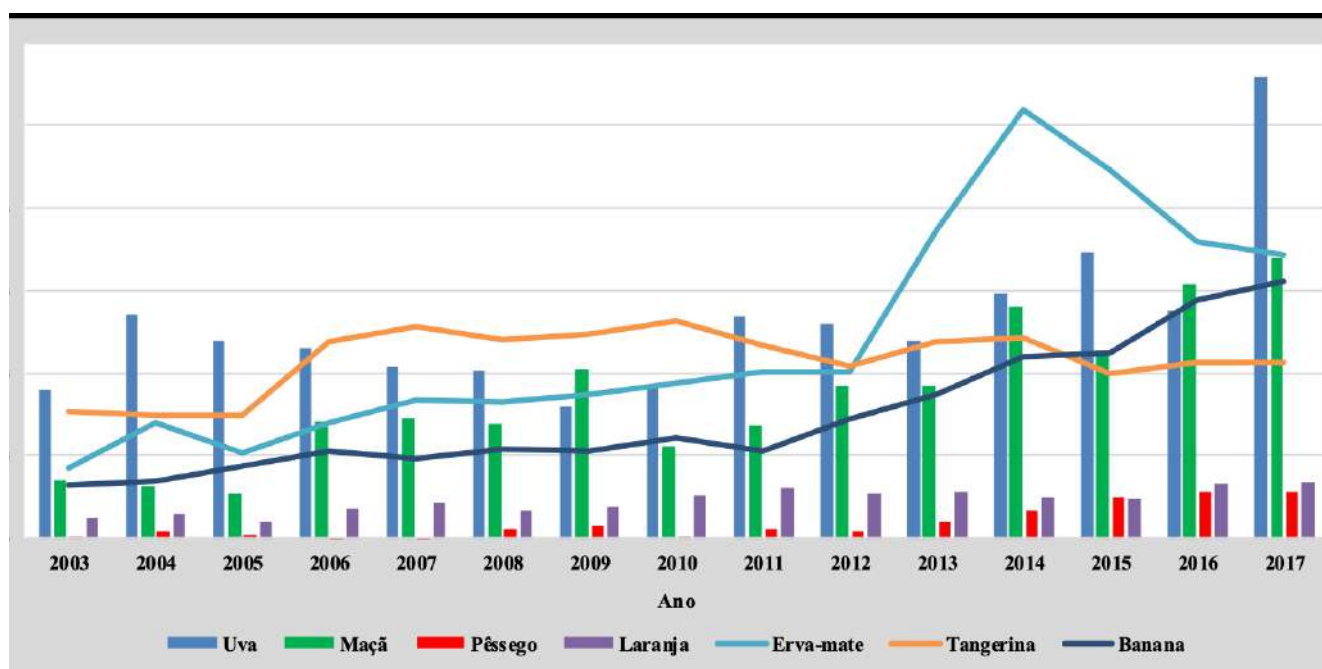


Figura 4 – Valor Bruto da Produção dos produtos das lavouras permanentes do Rio Grande do Sul (mil de R\$)

Fonte: IBGE (2019a)

Outrossim, permanecendo na Figura 4, ressalta-se a importância para economia gaúcha dos rendimentos dos VPBs das lavouras de pêssego, erva-mate, tangerina, laranja e banana. Em 2017, com R\$ 212,8 milhões, o pêssego tem o maior VPB do Brasil; a erva-mate com R\$ 200 milhões, segundo lugar no escore dos estados; e a tangerina, terceiro maior VPB com R\$ 124,3 milhões; a laranja, naquele mesmo ano, mensurou o VBP de R\$ 234,3 milhões (índice no período de 56,4%); e a banana com R\$ 182 milhões, registrou 378,9% (4,78 vezes) no geral da seriação.

Essa dinâmica positiva do VBP nas lavouras do Rio Grande do Sul, com exceção do trigo, harmonizou-se com o aumento da área plantada das culturas temporárias, conforme esclarece a Tabela 1. Entre 2003 e 2017, o alargamento da área cultivada ficou na casa de 1,16 milhão de hectares (15,1%), passando de 7,74 milhões de hectares para 8,9 milhões hectares. Essa expansão significativa aconteceu, principalmente, na área plantada de soja, saindo, do início do período em quadra, de 3,59 milhões de hectares para 5,54 milhões no final, acumulando uma alta de 54,3%, com adição de terras cultivadas de 1,95 milhão de hectares. A diferença entre o acréscimo da área da soja para área total das lavouras temporárias alcançou 790 mil hectares, isso porque as culturas do milho, fumo e trigo obtiveram dilatações negativas de área plantada, respectivamente: 41,31% (585 mil hectares); 3,5% (7 mil hectares); 34,9% (372 mil hectares).

	2003	2006	2009	2011	2013	2015	2017
Área plantada (em hectares)							
L. temporárias	7744954	7783099	7893148	7955427	8582911	8794564	8907020
L. permanentes	172225	176145	177953	174426	178549	171957	165128
Arroz	962210	1023330	1110601	1169849	1085648	1127916	1104732
Milho	1416777	1422060	1385754	1100309	1033728	854793	831221
Fumo	196369	243249	221849	223867	203823	199961	189369
Soja	3591970	3868501	3823246	4075389	4727833	5263899	5541860
Trigo	1063894	699451	859790	932390	1059032	882566	691563
Uva	38533	44298	48259	49198	50056	49739	48397
Maçã	13355	15260	16278	17124	17980	16383	15536
Pêssego	16343	14706	14748	14679	13164	12582	12516
Erva-mate	42688	39787	36876	30840	34909	33222	30780
Produção (em toneladas) 2005 2008 2010 2012 2014 2016							
	2003	2006	2009	2011	2013	2015	2017
Arroz	4697151	6784236	7977888	8940432	8099357	8679489	8733110
Milho	5426124	4528143	4186862	5772422	5419780	5563555	6058900
Fumo	322078	472726	443813	499455	430905	414932	414488
Soja	9579297	7559291	8025322	11717548	12756577	15700264	18744186
Trigo	2395557	823062	1912138	2744936	3351150	1391829	1192918
Uva	489015	623878	737363	830286	807693	876215	956887
Maçã	329461	328091	556556	634436	642987	598512	577774
Pêssego	112005	86901	140702	129295	136841	128924	171369
Erva-mate	238949	229569	258651	272719	265515	292416	302000
Produtividade (em quilogramas por hectare) 2005 2008 2010 2012 2014 2016							
Arroz	4883	6631	7187	7648	7473	7738	7925
Milho	3833	3226	3174	5250	5398	6509	7298
Fumo	1641	1944	2008	2231	2114	2078	2189
Soja	2667	1956	2099	2876	2698	2983	3385
Trigo	2253	1355	2234	2944	3164	1592	1728
Uva	12696	14083	15279	16877	16224	17618	19781
Maçã	24669	21500	34190	37050	35763	36566	37189
Pêssego	6866	5909	9541	8808	10395	10253	13692
Erva-mate	7829	7795	8538	8859	9447	9753	9856

Tabela 1 – Rio Grande do Sul – área plantada, produção e produtividade (2003-2016)

Em referência às lavouras permanentes, o comportamento geral da área cultivada foi inverso dos VBPs dos produtos. Em 2003, o total foi de 172,2 mil hectares, que foi subtraído, até 2017, para 165,1 mil hectares (-4,1%). Nos produtos dessas lavouras, a cultura do pêssego e da erva-mate contribuiu para queda da área plantada. A primeira caiu de 16,3 mil para 12,5 mil hectares, e a última, de 42,6 mil para 30,7 mil hectares, o que, no período, se calcula uma percentagem involutiva de 23,3% e 27,9% respectivamente. Contudo, a plantação de uva com crescimento de 25,4% (9,8 mil hectares) e a de maçã com aumento de 16,5% (2,2 mil hectares) proporcionaram a minimização do impulso decrescente da área cultivada das lavouras permanentes.

Ainda na Tabela 1, percebe-se que todos dos produtos das culturas temporárias e permanentes obtiveram resultados positivos no volume da quantidade produzida. As lavouras de soja, em 2003, produziram 9,5 milhões de toneladas de grãos e, em 2017, avançaram para 18,7 milhões, um aumento de 96,8%, quase duas vezes mais (9,2 milhões de toneladas), o que transformou o estado gaúcho em terceiro maior produtor nacional. No mesmo intervalo, as lavouras de arroz produziram 4,1 milhões de toneladas a mais, computando 89,1%; de longe, o Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do Brasil, com 70,03% da produção. O milho obteve um crescimento relativo mais tímido entre os produtos das lavouras temporárias, partiu de 5,4 mil toneladas para 6,0 milhões, o que significou uma expansão de 11,1% no período.

Da mesma forma, constata-se, na Tabela 1, que a fumicultura aumentou a produção de 322 mil toneladas para 414,4 mil (28,6%), o que ratificou o estado em primeiro lugar, com 47% da produção da país. As culturas da uva e da maçã tiveram as maiores ampliações da produção das lavouras permanentes. Os vinhedos do Rio Grande do Sul, que são os maiores produtores do país com 50,04%, quantificaram 956,8 mil toneladas em 2017, quase dobrando a produção na série (95,6%). As macieiras representaram a segunda maior safra nacional com 44,4%, o estado gaúcho colheu 577,7 mil toneladas no derradeiro ano da sequência analisada, com aumento de 75,3% no geral da série. Ao mesmo tempo, na cultura do pêssego (maior safra do Brasil com 45%, em 2017) o crescimento foi positivo, na casa de 52,9%, totalizando no período um acréscimo de 59,3 mil toneladas. Na erva-mate, o avolumamento da quantidade produzida foi de 26,4%, atingindo na última safra 302 mil toneladas, garantindo a melhor resultado do país. Porém, apenas o trigo atingiu decréscimo produtivo dos bens agrícola em tela, em torno de 47,8%.

Permanecendo na Tabela 1, a produtividade média de todos os produtos cresceu, exceto o trigo que caiu 23,3%. Os aumentos registrados nas outras culturas, entre 2003 e 2017, foram: arroz com 62,2%; milho com 90,3%; fumo com 33,3%; soja com 26,9%; uva com 56,3%; maçã com 50,8%; pêssego com 100,1%; e a erva-mate com 25,6%. A redução da área de lavouras permanentes não provocou a diminuição global da quantidade colhida dos produtos analisados, pois o rendimento médio, entre 2003 e 2017, acresceu no mínimo em 25%¹⁵.

Com o sucesso da rizicultura nas três variáveis analisadas, apesar das fortes chuvas nas áreas de plantio, o Ministério da Agricultura reajustou, na safra 2016/2017, o preço mínimo da saca de 50 quilos de R\$ 29,67 para R\$ 34,97 (CONAB, 2018). Essa medida estimulou os rizicultores a anteciparem e ampliarem a aplicação de herbicidas pré e pós-emergentes, e o início da irrigação.

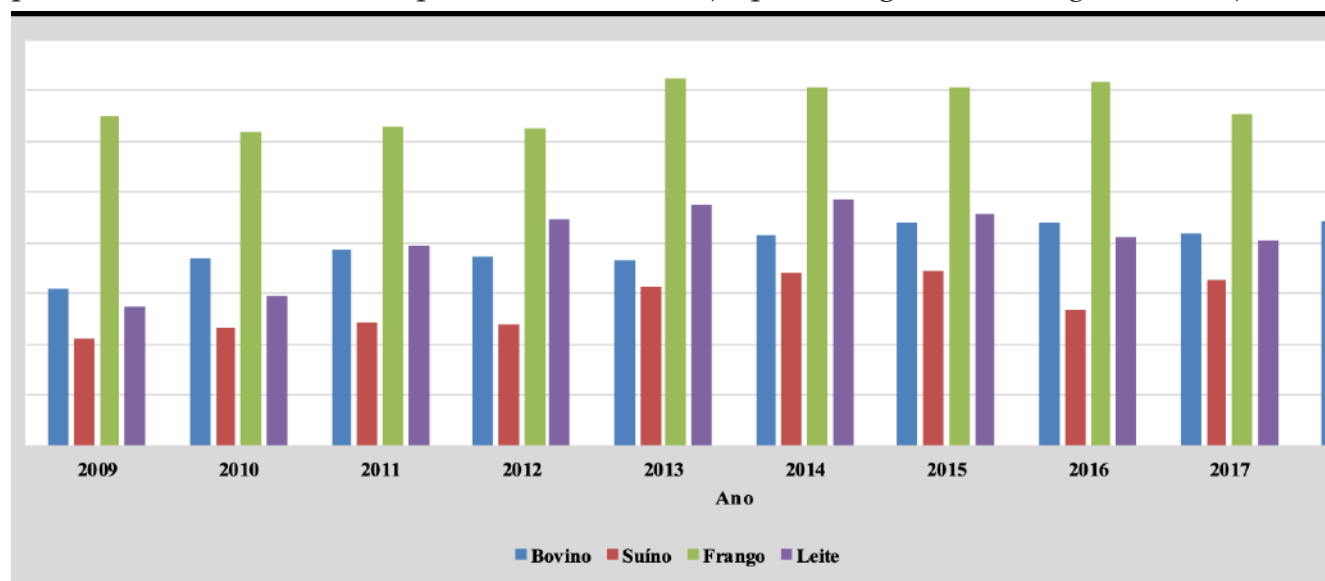
Na fumicultura, apesar das constantes altas dos preços desde 2006, ocorrem momentos de expansão e retração da produção, em virtude das adversidades climáticas (geada, granizo e excesso de chuvas), ocorridas em 2009/2010/2011, e do aumento sistemático dos custos de mão de obra, que por sua vez, está escassa. O crescimento da produção de soja não está, apenas, diretamente associado ao aumento da área plantada e da produtividade.

15 Nas lavouras permanentes no Rio Grande do Sul, a produtividade foi um elemento fundamental para entender a dinâmica produtiva de todos os produtos agrícolas em tela. Uma variável importante é o número de estabelecimentos. As evoluções dos estabelecimentos, com mais de 50 pés, de todos os produtos analisados foram negativas. Na uva, em 2006, era 21,1 mil unidades e, em 2017, passou para 14,6 mil. No mesmo período, a maçã na mesma variável sai de 838 unidades para 768. O pêssego encolheu de 3,8 mil unidades para 3,1 mil, e a erva-mate, de 8,2 mil para 7,2 mil unidades (IBGE, 2019 censos).

Isso pois, vários produtos tiveram redução de sua área plantada e aumento da produção, como o fumo, milho, pêssego e erva-mate. Do mesmo modo, são responsáveis pela produção das lavouras de soja do Rio Grande do Sul: (i) boas condições edafoclimáticas; (ii) preços favoráveis; (iii) medidas político-institucionais¹⁶; (iv) intenso desenvolvimento de inovações tecnológicas em produtos, processos; (v) crescente inserção no mercado internacional pela demanda dos países asiáticos, sobretudo, China (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015).

A produção de trigo, mesmo com política governamental de estímulo ao plantio via aumento do preço mínimo de garantia¹⁷, caiu nas três variáveis analisadas, sobretudo, além de problemas climáticos desencadeados pelo fenômeno El Niño, pela perda de competitividade do trigo argentino. Além do mais, os produtores estão desestimulados por causa dos altos custos de produção, e, ainda, por conta do impulso da lucratividade das culturas de verão (milho e soja). Na cultura do milho, houve ampliação tanto em produção quanto em produtividade. Entretanto, é nítida a queda na área plantada, pois, segundo Cunha e Cruz (2017, p. 753), “a relação entre custos de produção e da capacidade de rendimento das culturas, em geral, quando o preço da soja é pelo menos 2,3 vezes o preço do milho, a produção de soja é mais favorável ao produtor”¹⁸.

Em concordância, de modo geral, com as lavouras, a pecuária gaúcha, de acordo com a Figura 5, o VBP dos bovinos, entre 2009-2018, cresceu 46,6%, passando de R\$ 3,08 bilhões para R\$ 4,4 bilhões, o que representa 5,7% do VBP nacional. Por sua vez, os suínos expandiram-se em 23,8%, saindo de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 2,6 bilhões, conquistando 18,7% da soma do país. Em contrapartida, o VBP dos frangos obteve uma dinâmica menos acelerada com 3,1%, passando de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 6,6 bilhões, ratificando o estado como o terceiro maior faturamento do Brasil com 12,4%. E o leite significativamente cresceu 40,7%, passando de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 3,8 bilhões (o quarto lugar no *ranking* brasileiro).



16 Dentre as políticas públicas do Governo Federal destacam-se: (a) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN); (b) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); (c) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); (d) Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), entre outros. Para o conjunto do agronegócio, o governo brasileiro direcionou o BNDES e o Banco do Brasil como principais agentes do financiamento agropecuário (PADILHA; ESPÍNDOLA, 2015). Sobre o progressivo sistema de inovações tecnológicas, tanto de empresas privadas e públicas, sobretudo da Embrapa Soja, ver detalhes em Cunha; Espíndola (2016).

17 Em 2017, o preço mínimo da saca de trigo havia sido estabelecido em R\$ 37,26, entretanto, chegou a ser vendido a R\$ 29,00 (CONAB, 2018).

18 Ainda, conforme dados do IBGE (2019a), outros produtos das lavouras temporárias no estado do Rio Grande do Sul tiveram crescimento negativo em área cultivada entre 2003 e 2017; tiveram, porém, crescimento na produção por causa do aumento da produtividade os seguintes itens: batata-doce – área plantada de 14,3 mil para 12,9 mil hectares – produção de 163,6 mil para 186,1 mil toneladas; batata-inglesa – área plantada de 29,4 mil para 19,3 mil hectares – produção de 313,1 mil para 484,5 mil toneladas; cebola – área plantada de 13,6 mil para 7,8 mil hectares – produção de 123,3 mil para 175,7 mil toneladas; tomate – área plantada de 2,6 mil para 2,2 mil hectares – produção de 98,6 mil para 116,7 mil toneladas. As plantações de aveia cresceram nas duas variáveis – área plantada, de 42,6 mil para 253,5 mil hectares – produção de 80,1 mil para 398 mil toneladas. O feijão regressou [regressou? Não entendi?] – área plantada de 160,2 mil para 68,2 mil hectares – produção de 137,8 mil para 98,7 mil toneladas. Na cultura permanente da banana aumentou a área plantada de 10,7 mil para 11,8 mil hectares e a produção de 114,6 mil para 135,1 mil toneladas. Entretanto, na contramão da tendência do feijão, a cultura da tangerina não se dinamizou. A área plantada caiu de 13 mil para 11,6 mil hectares – produção de 171,7 mil para 142,4 mil toneladas.

Figura 5 – Valor Bruto da Produção dos produtos da pecuária no Rio Grande do Sul (mil de R\$)
Fonte: (BRASIL, 2019b).

Desse modo, em conjunto com o aumento do VBP nos produtos do Rio Grande do Sul da pecuária¹⁹, entre 2003-2017 (Tabela 2), a variação acumulada do crescimento do número de animais abatidos no segmento bovino alcançou 99,1%, passando de 968 mil para 1,9 milhão de unidades, e a quantidade produzida de carne com as carcaças foi de 54,6%, partiu de 271 mil e alcançou 419 mil toneladas. Na mesma escala de tempo e de dimensões, o ramo suíno representou um aumento de 67,6% no abatimento de animais, pois passou de 4,7 milhões para 8,02 milhões de cabeças. O aumento de 94,1% no amontoado foi registrado na quantidade produzida de carne: de 374 mil cresceu até 726 mil toneladas. Ainda na Tabela 2 atenta-se, no período, para o crescimento de 38,9% no escore de abate, saindo de 609 milhões para 846 milhões de frangos. Na produção de carnes de carcaças dos frangos, registrou-se uma taxa de 57,1%; a produção que era de 1,05 milhão alcançou 1,6 milhão. Da mesma maneira, a produção de leite apresentou índice de 97,4% no período em análise e, na última safra da série, alcançou 4,5 bilhões de litros.

	2003	2006	2009	2011	2013	2015	2017
Abate bovino (em mil)	968	2045	1559	1883	1919	1820	1927
Abate suíno (em mil)	4785	6300	6994	7316	7953	7921	8020
Abate de frango (em milhões)	609	634	755	763	765	799	846
Qt. pro. bovino (em mil de t)	271	444	340	410	422	392	419
Qt. pro. suíno (em mil de t)	374	534	636	697	676	702	726
Qt. pro. frango (em mil t)	1056	1222	1418	1457	1554	1610	1660
Qt. pro. leite (em milhões litros)	2305	2625	3400	3879	4508	4599	4551

Tabela 2 – Abate de animais e quantidade produzida de carcaças

Fonte: IBGE (2019b; 2019c)

Essa vitalidade na pecuária sul-rio-grandense proporcionou uma nova divisão territorial do trabalho, com o aumento de participação do estado, pois decorre do déficit de milho, o que tem forçado as agroindústrias de aves e suínos para novas áreas. Com isso, fizeram-se novas inversões na agroindústria de carnes para o Nordeste e Norte do país, que contribuíram para explicar essa configuração territorial, entre elas: (i) economia de escala e de envergadura (mega-abatedouros, novos sistemas criatórios, menor e outro tipo de produtor); (ii) economia de custo de transação na aquisição de insumos; (iii) proximida-

19 Na pecuária, apesar da redução das áreas de pastagens naturais e diminuição do número de produtores de suínos e de aves, a produção aumentou. Em cinco anos, o número de matrizes de suínos alojadas no estado do Rio Grande do Sul caiu de 578,7 mil cabeças para 568,8 mil cabeças, o que representa 11,9% das matrizes alojadas no Brasil. No efetivo geral do rebanho suíno, o Rio Grande do Sul aumentou de 4,1 milhões de cabeças (terceiro lugar, com 12,8% do total nacional), em 2003, para 5,9 milhões em 2017 (terceiro lugar, com 14,5% do efetivo brasileiro) (IBGE, 2019b). O rebanho de frangos, no mesmo período, pulou de 127,4 milhões de cabeças (quarto lugar, com 13,8% do rebanho nacional) para 156,2 milhões (terceiro lugar, com 10,9% do total brasileiro). No que tange à ordenha de vacas, o número de cabeças aumentou de 1,18 milhão para 1,36 milhão, o que coloca o estado como o quarto maior rebanho leiteiro do país. Contudo, o número do rebanho de animais bovinos efetivos diminuiu de 14,5 milhões de cabeças, em 2003, para 13,3 milhões, em 2017 (IBGE, 2019b).

de dos mercados consumidores com potencial de crescimento; (iv) estratégias de fusões e aquisições, etc. (ESPÍNDOLA, 2009).

Além do crescimento do VBP, da produção e dos índices de produtividade, os produtos da agropecuária do Rio Grande do Sul apresentaram dinâmica recente em suas exportações. Sendo assim, foram responsáveis por mais de 58,05% das exportações totais do estado e por 12% das exportações totais dos agronegócios brasileiros (US\$ 101,6 bilhões). Entre 2003-2018, as receitas auferidas no mercado externo obtiveram um crescimento de 2,3 vezes. No mesmo período, as exportações do agronegócio passaram de US\$ 5,2 bilhões para US\$ 12,2 bilhões, as exportações totais sul-rio-grandenses cresceram de US\$ 8 bilhões para US\$ 21,01 bilhões (BRASIL, 2019a).

Em termos de produtos, a Figura 6 demonstra que as exportações dos produtos de criações cresceram 103,1%, passando, entre 2003-2018, de US\$ 731,5 milhões para US\$ 1,48 bilhão. As exportações de produtos do complexo da soja alcançaram uma porcentagem de 326,2%, crescendo de US\$ 1,45 bilhão para US\$ 6,18 bilhões, contra um aumento percentual de 220,6% dos produtos do complexo florestal²⁰, que saíram de US\$ 388,9 milhões para US\$ 1,24 bilhão, no mesmo período. O complexo do fumo apresentou uma taxa de 61,1%, aumentou de US\$ 964,9 milhões para US\$ 1,55 bilhão. Nas exportações dos produtos agropecuários totais, esses quatro complexos correspondem a 85,6% e concentram-se, principalmente, em produtos como: soja em grãos, que cresceu de US\$ 839,3 milhões para US\$ 5,03 bilhões (41,2%); carnes de frango, saindo de US\$ 495 milhões para US\$ 830,3 milhões (6,8%), no período em análise; e a celulose passou de US\$ 93,6 milhões para US\$ 798,8 milhões (6,5%).

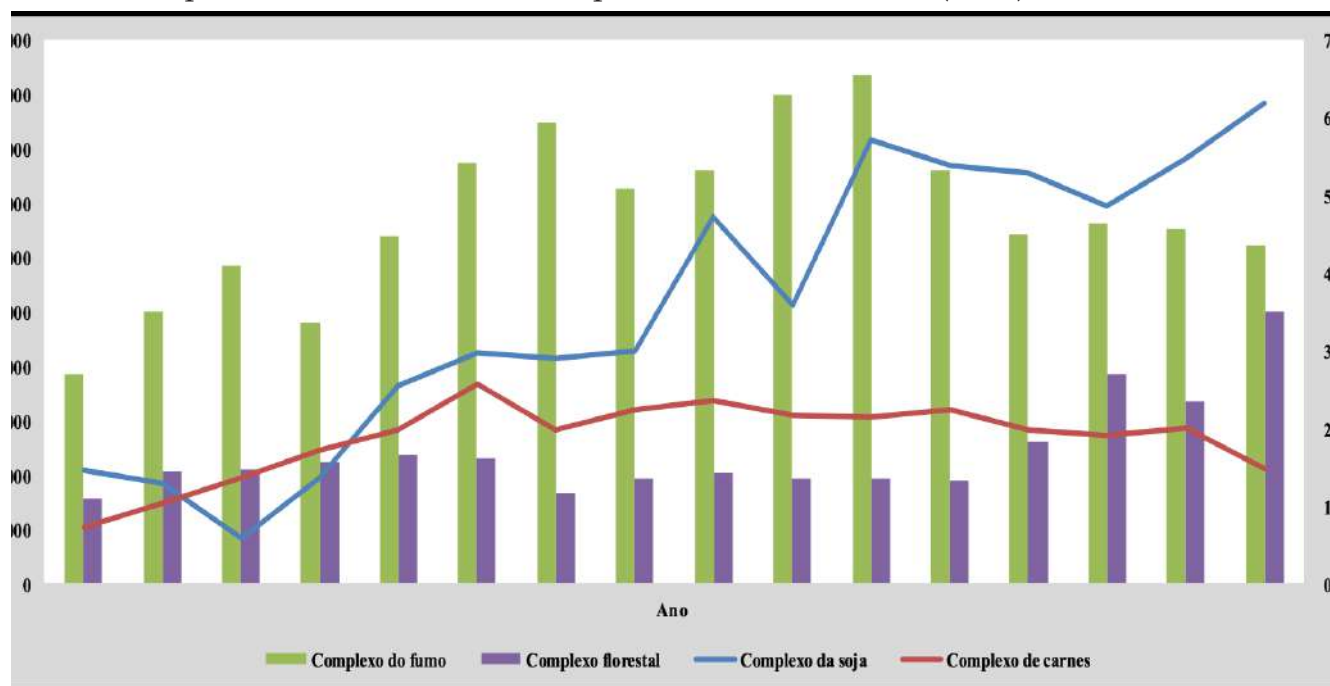


Figura 6 – Exportações da agropecuária do estado do Rio Grande do Sul
Fonte: Brasil (2019a)

Os desempenhos da produção, da produtividade e das exportações da agropecuária do Rio Grande do Sul manifestam-se territorialmente, pois a produção, embora diversificada, está desigualmente distribuída, promovendo, ao longo de sua evolução, concentrações produtivas territoriais a respeito das quais expõem-se na próxima seção.

20 Na silvicultura, o estado do Rio Grande do Sul aumentou seu market share, entre 2003 e 2017: em 19,1% em lenha, saindo de 11 milhões para 13,1 milhões de metros cúbicos; e 78,1% em madeira em tora, aumentando de 6,4 milhões até 11,4 milhões de metros cúbicos. Esses mesmos produtos, no mesmo período, obtiveram uma dinâmica elástica de 219,1% no faturamento do VBP, partindo de R\$ 427,5 milhões para R\$ 1,36 bilhão (IBGE, 2019c).

Novo arranjo territorial da agropecuária do Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, as mesorregiões²¹, denominadas e classificadas pelo IBGE (2012), apresentaram, entre 2003-2017, comportamentos desassemelhantes, entretanto, com a mesma propensão de crescimento dinâmico em termos de área plantada e de valor adicionado bruto da produção (VAB). Em 2017, 98,1% da área plantada total do estado representava as lavouras temporárias, contra menos de 1,9% da área destinada a lavouras permanentes (IBGE, 2019a).

Dessa maneira, entre as mesorregiões do estado gaúcho, conforme a Figura 7, a mesorregião Noroeste manteve-se em primeiro lugar no uso do solo para as lavouras temporárias, mesmo com o decréscimo de 4,57 milhões de hectares para 4,4 milhões, registrando, no acumulado, uma taxa negativa de 3,71% (170 mil hectares). Todavia, a mesorregião Sudoeste, segunda maior em aproveitamento da terra, aumentou de 763 mil para 1,1 milhão de hectares, um índice de 53,9% (412 mil). No mesmo período, seja na terceira maior mesorregião (Centro Ocidental), seja na quarta (Sudeste), as culturas temporárias cresceram a área plantada, respectivamente, de 688 mil e 465 mil para 974 mil e 748 mil hectares, totalizando um aumento de 41,5% (286 mil hectares) e 60,8% (283 mil).

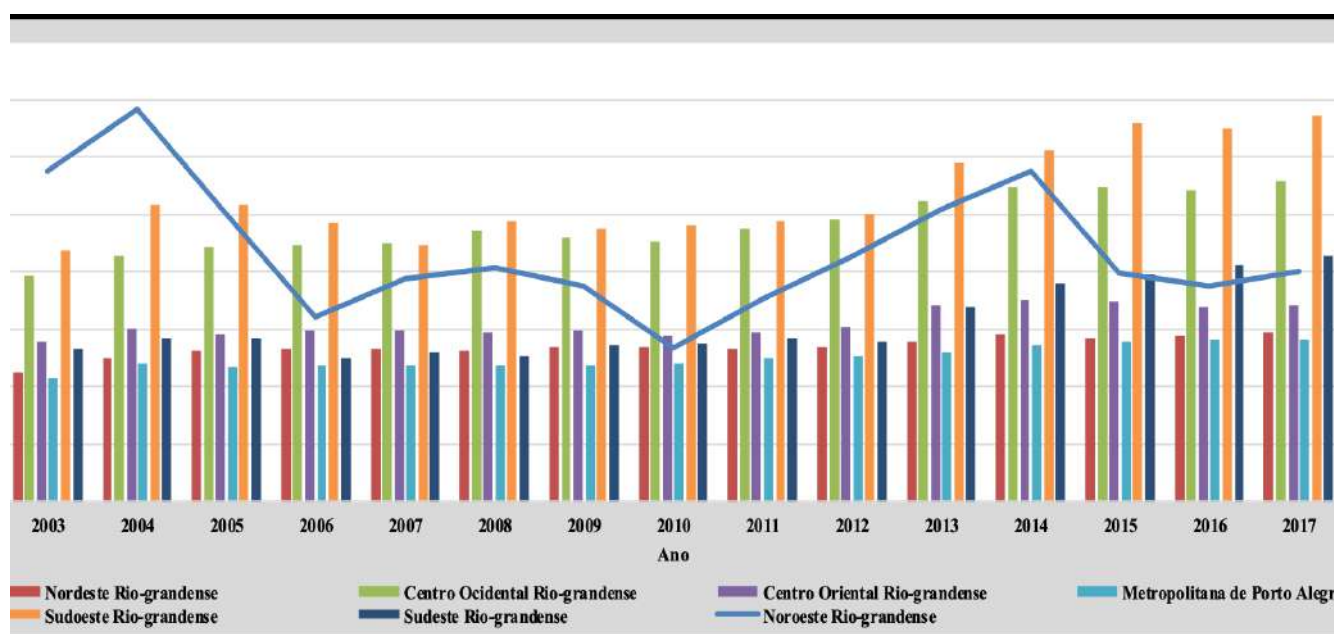


Figura 7 – Área plantada de lavouras temporárias das mesorregiões do Rio Grande do Sul (hectares)
Fonte: IBGE (2019a).

Além disso, ainda na Figura 7, as mesorregiões Centro Oriental, Nordeste e Metropolitana de Porto Alegre cresceram, no período em quadra, 22,7%, 31,2%, 31,9%, pela ordem. A primeira passou de 487 mil para 598 mil hectares, a segunda passou de 393 mil para 516 mil hectares, e a terceira, de 373 mil para 492 mil hectares²².

Na variável VAB (Figura 8), todas as mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul tiveram variação positiva. A mesorregião Noroeste (polarizada pelo município de Passo Fundo), entre 2003-2017, obteve uma evolução nas receitas de VAB com culturas temporárias

21 Segundo Cunha e Farias (2019, p. 145), “o IBGE apresentou uma nova divisão regional no Brasil vinculada aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil, publicada na década de 1990. As unidades mesorregionais e as microrregionais recebem, respectivamente, os nomes de regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas. O recorte dessas incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. O processo socioespacial recente de fragmentação/articulação do território brasileiro, em seus mais variados formatos, pode ser visualizado em vários estudos desenvolvidos no IBGE. O recurso metodológico utilizado na elaboração da presente Divisão Regional do Brasil valeu-se dos diferentes modelos territoriais oriundos de estudos pretéritos, articulando-os e interpretando a diversidade resultante”. Nesta seção, foram considerados os novos critérios; porém, foram adotados os nomes das sete mesorregiões: Noroeste Rio-grandense; Nordeste Rio-grandense; Centro Ocidental Rio-grandense; Centro Oriental Rio-grandense; Metropolitana de Porto Alegre; Sudoeste Rio-grandense; Sudeste Rio-grandense.

22 Como dito, houve uma involução na área plantada das lavouras permanentes na ordem de 4,1%. No período entre 2003 e 2017, ocorreu competitividade negativa nas seguintes mesorregiões: Noroeste – 17,5%; Centro Oriental – 43,1%; Metropolitana de Porto Alegre – 10%; Sudoeste – 50%; Sudeste – 18,6%. A mesorregião Centro Ocidental permaneceu estável, e a Nordeste foi a única que apresentou um aumento na ordem de 14,2% (IBGE, 2019a)

de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 13,7 bilhões, representando, em termos percentuais, um acréscimo de 110,7%. O Sudoeste, região do município de Bagé, que arrecadou R\$ 1,6 bilhão, aumentou o valor, em 206,2%, no último ano da série, para R\$ 4,9 bilhões. Essa tendência dinâmica foi escoltada pelas demais mesorregiões, entre elas, pela ordem decrescente de arrecadação no período: Sudeste (polarizada pelo município de Pelotas) cresceu 250%, atingindo R\$ 3,5 bilhões; as mesorregiões Centro Ocidental (região do município de Santa Maria) e Centro Oriental (região do município de Santa Cruz do Sul) cresceram, respectivamente, 190% e 167%, e obtiveram, ambas, receitas na produção agrícola de R\$ 3,4 bilhões; a Metropolitana de Porto Alegre variou positivamente cerca de 141% totalizando, em 2017, em R\$ 2,9 bilhões; e a mesorregião Nordeste (Serra gaúcha), variou de R\$ 843 milhões para R\$ 2,2 bilhões (160%)²³.

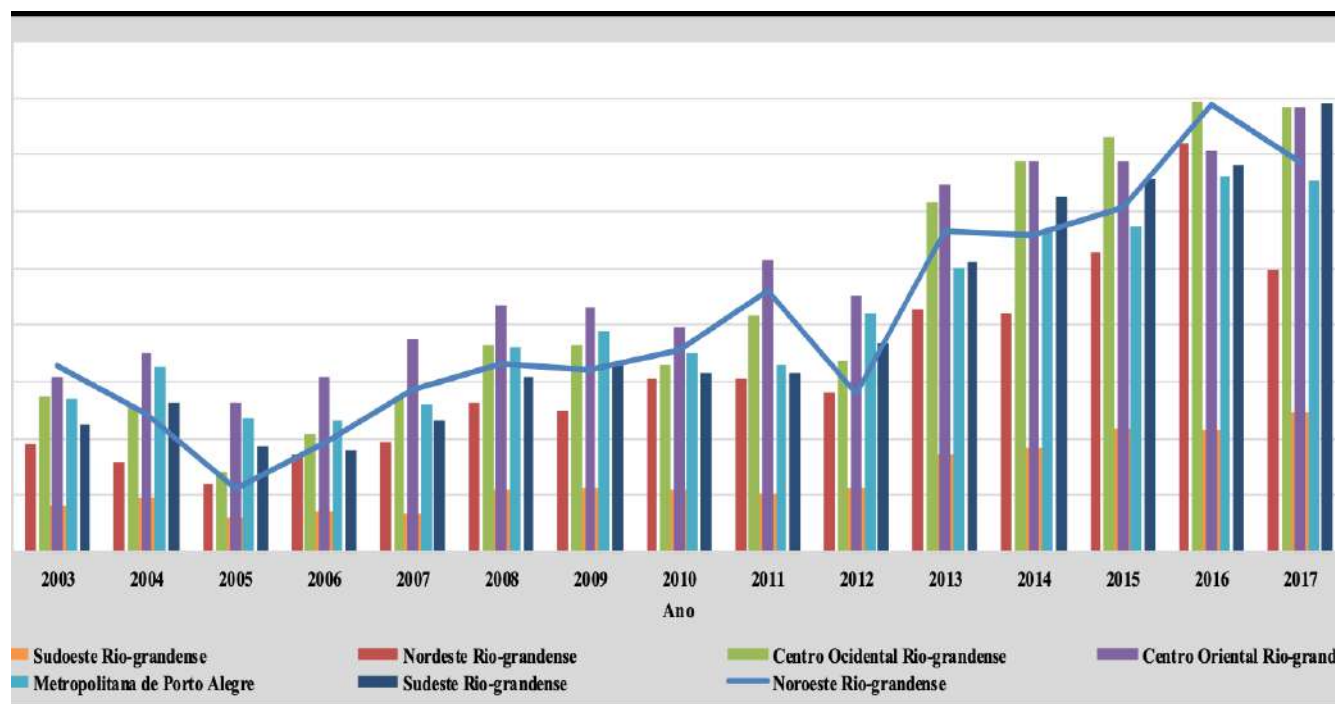


Figura 8 – Valor adicionado bruto de Produção das lavouras temporárias das mesorregiões do Rio Grande do Sul (Mil Reais)
Fonte: IBGE (2019a)

Essa dinâmica mesorregional do estado do Rio Grande do Sul explicita-se (Tabela 3), especialmente, devido ao aumento da produção dos bens agrícolas provenientes de lavouras temporárias. A mesorregião Noroeste é responsável pelas maiores safras de soja, milho e trigo. Sozinha é encarregada por 58,4% (10,9 milhões de toneladas) da produção de soja estadual (9,5% da produção nacional); 57,8% (3,5 milhões de toneladas) da colheita de milho (3,5% da safra nacional); 74,1% da produção estadual e 20,4% da colheita nacional de trigo. Em matéria de variação percentual de quantidade produzida, entre 2003-2017, essa mesorregião obteve aumento na soja de 51,7% e no milho 7,4%, e perdas competitivas no trigo na ordem negativa de 54,8%.

²³ O estado do Rio Grande do Sul aumentou, entre 2003 e 2017, seu VAB nas lavouras permanentes em 160%, saindo de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 3,1 bilhões (IBGE, 2019a). A mesorregião Nordeste possui 65% de todo VAB do estado nessas lavouras, aumentou de R\$ 747 milhões para R\$ 2,1 bilhões, acumulando 170% no período de 2003 a 2017 (IBGE, 2019a).

Mesorregiões do Rio Grande do Sul	Ano X produção dos produtos das lavouras temporárias (toneladas)									
	2003					2017				
	Arroz	Fumo	Milho	Soja	Trigo	Arroz	Fumo	Milho	Soja	Trigo
Noroeste Rio-grandense	35909	41454	3260833	7228130	1957417	38954	46689	3503525	10965128	884908
Nordeste Rio-grandense	543	11520	810438	375058	118467	37	11488	1025162	1111760	115001
Centro Ocidental Rio-grandense	485490	24589	234522	1036729	173887	752721	31188	226241	2470874	77948
Centro Oriental Rio-grandense	328747	140779	526516	260431	48236	490040	178571	572304	984985	14116
Metropolitana de Porto Alegre	1048791	62079	154349	16083	1403	1894183	73613	208121	320838	3075
Sudoeste Rio-grandense	1930136	420	114744	543950	88907	3792214	1650	203346	1739023	87154
Sudeste Rio-grandense	867535	41237	324722	118916	7240	1764961	71289	320201	1151578	10716

Tabela 3 – Produção dos produtos das lavouras temporárias nas mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul (toneladas)

Fonte: IBGE (2019a)

A Tabela 3 mostra, ainda, que a mesorregião Centro ocidental apresentou variações positivas na produção de soja (138%), saindo de 1,03 milhão para 2,4 milhões de toneladas, 55% no arroz, subindo de 485,4 mil para 752,7 mil de toneladas. Não obstante, essa mesma mesorregião apresentou taxas negativas na produção de milho (3,4%), decrescendo de 234,5 mil para 226,2 mil toneladas e trigo (55,1%), caindo de 173,8 mil até 77,9 mil toneladas. A região do estado que também apresentou forte impulso dinâmico na produção de soja e de milho foi a Nordeste. A taxa de crescimento, entre 2003 e 2017, atingiu 196,2%, saindo de 375 mil para 1,1 milhão de toneladas no primeiro e no segundo produto, passando de 810 mil para 1,02 milhão de toneladas, o que significa que cresceu 26,5%. Contudo, houve estagnação produtiva no trigo e no fumo, ficando na marca de 115 mil e 11 mil toneladas, respectivamente.

Desperta atenção, ainda na Tabela 3, o índice positivo de 26,9% na produção de fumo na mesorregião Centro Oriental, em que, em 2003, foram colhidos 140,7 mil de toneladas, e, em 2017, passou para 178,5 mil, representando 20,2% e 43,1% das safras nacional e estadual. Houve avanço considerável na cultura da soja entre o período em análise, que passou de 260,4 mil para 984,8 mil toneladas, amontoando acréscimo de 278,2%. A colheita do arroz passou de 328,7 mil para 490 mil toneladas, totalizando uma taxa geral de crescimento, no período, de 49%. Em contrapartida, não houve nem retração, nem expansão significativa na cultura do milho, mantendo-se entre 526 mil e 572 mil toneladas

Continuando na Tabela 3, na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, o arroz obteve majoração, entre 2003-2017, de 80,7%, aumentado de 1,04 milhão para 1,8 milhão de toneladas, assim, tornou-se a segunda colocada no ranking estadual com 21,6% da produção e manteve-se como uma das mais produtivas do país, com 15,1% do total geral. A soja que, em 2003, produzia apenas 16 mil toneladas, aumentou em cerca de vinte vezes e atingiu, em 2017, 320 mil toneladas. A produção de milho passou de 154,3 mil para 208,1 mil toneladas, estabelecendo uma taxa geral de crescimento de 34,8% no período. Seguindo essa mesma tendência dinâmica, a produção de fumo cresceu 18,7%, saindo de 62 mil toneladas para 73,6 mil toneladas na última safra do período.

Ainda na dinâmica regional sul-rio-grandense, conforme se observa na Tabela 3, a mesorregião Sudoeste apresentou aumento de 219,7% na soja, que registrou 543,9 mil, em 2003, e alcançou 1,7 milhão de toneladas, em 2017. Da mesma forma, houve aumento do arroz na ordem de 96,4%, saindo de 1,9 milhão para 3,7 milhões de toneladas; com isso, continuou como a região mais produtiva do Brasil e do Rio Grande do Sul, com 30,4% e 43,4%, respectivamente. O milho cresceu na produção na ordem de 77,2%, e o trigo permaneceu cristalizado na casa de 87 mil toneladas.

Em compensação, no Sudeste, a soja apresentou um crescimento, no período em análise, de quase dez vezes, passando de 118,9 mil para 1,1 milhão de toneladas. O fumo obteve um impulso dinâmico na produção em 30 mil toneladas; em percentual, atingiu no acumulado 73%. Também o arroz acompanhou essa tendência de aumento no volume da produção, atingindo a taxa de 103,3%, partindo de 867,5 mil para 1,7 milhão de toneladas, permanecendo na terceira colocação, com 20,1% e 14,1% da última safra estadual e nacional, nessa ordem. A produção de milho ficou estacionada no período em torno de 320 mil toneladas.

Com base no exposto, pode-se afirmar que vem ocorrendo, no estado do Rio Grande do Sul, um processo de reconfiguração regional da produção agrícola dos produtos das lavouras, caracterizado pela concentração territorial da soja, do milho, do arroz e do fumo. Desconcentração e disseminação, sobretudo, da soja. Exclusão e concentração do trigo. O processo de concentração/desconcentração, disseminação e exclusão vem redefinindo a distribuição regional das lavouras gaúchas e provendo uma especialização produtiva territorial, especialmente, na soja²⁴.

24 Com referência as lavouras permanentes, a maior alteração ocorreu na erva-mate, 63,8% da produção era colhida na mesorregião Noroeste em 2003, porém, em 2017, caiu para 37,6% do total do estado. Houve uma descentralização em direção a mesorregião Nordeste que, em 2003, representava 21,3% da produção ervaiteira e alcançou, em 2017, 59,2%. Além disso, ocorreu, também, praticamente uma exclusão no Centro Oriental gaúcho, pois, no mesmo período, caiu de 14,2% para cerca de 3% da colheita da erva mate (IBGE, 2019a). Nas culturas do figo, maçã e uva não apresentaram os movimentos de concentração/desconcentração, disseminação e exclusão territorial entre as mesorregiões do Rio Grande do Sul.

Em relação à pecuária, como se depreende da Figura 9, a concentração/desconcentração, disseminação e exclusão territorial apresentam-se de forma acentuada no rebanho de bovinos, suínos e frangos. A mesorregião Sudoeste, em 2003, possuía 4,8 milhões e, em 2017, caiu para 4,4 milhões de cabeças, mesmo com a queda de 8,3%, a região ainda detém o maior rebanho bovino do Rio Grande do Sul. O Noroeste, na criação de bovino, entre 2003 e 2017, conservou-se estável em 2,6 milhões de cabeças e perdurou em segundo lugar no estado. A terceira região com o maior contingente bovino, a Sudeste, apresentou tendência declinante; no mesmo período, a redução foi de mais de 376 mil cabeças (16%), saindo de 2,3 milhões para 1,9 milhão de cabeças de gado. De mais a mais, as mesorregiões Centro Ocidental, Metropolitana de Porto Alegre e Centro Oriental mantiveram seus rebanhos bovinos em disposição decrescente na casa de 9,6%, 11,2% e 22,5%, na ordem. A única região em que houve impulso dinâmica positivo foi a Nordeste, que obteve um acréscimo de 55 mil cabeças (6,2%), registrando 885 mil, em 2003, e, em 2017, 940 mil de cabeças.

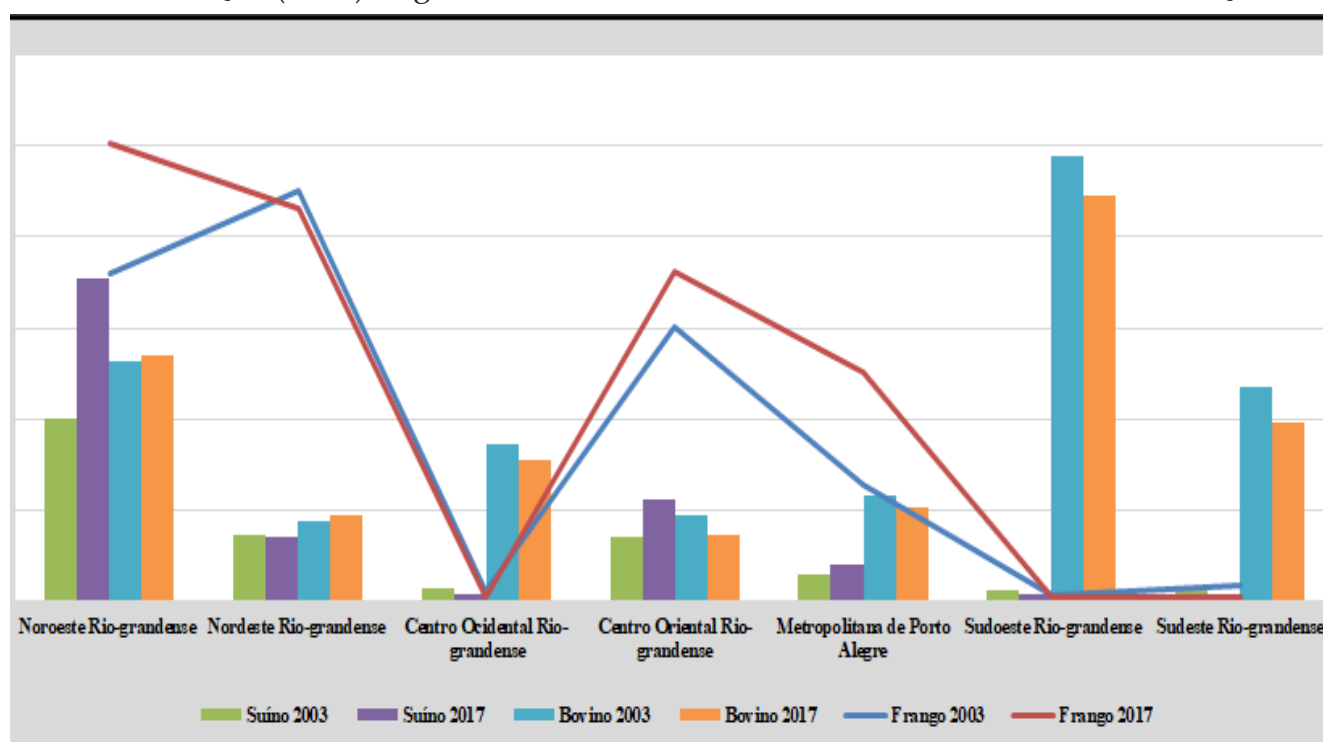


Figura 9 – Rebanho de bovinos, suínos e frango nas mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul 2003-2017
 Fonte: IBGE (2019b). Elaboração: autores

Percebe-se, na mesma Figura 9, que o rebanho suíno se concentrou territorialmente mais ainda. Em 2003, a mesorregião Noroeste detinha 48,2% de todo o rebanho suíno do estado e, em 2017, aumentou para 58,9%, – um crescimento absoluto de 1,5 milhão de cabeças. A região Centro Oriental, segunda maior criadora de suínos no estado, possuía 718 mil cabeças, o que representava 17,3% do geral estadual; em 2017, passou para 1,1 milhão, o que correspondeu a 18,8%, rendendo 409 mil cabeças a mais. Ainda na inclinação de dinâmica positiva, a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre aumentou de 305 mil para 398 mil cabeças de suínos, computando uma taxa geral de crescimento de 30,4%. As demais regiões apresentaram índices negativos. A taxa mais deprimida foi no Centro Ocidental com 49,6%, uma diminuição absoluta no rebanho de suíno de 69 mil cabeças. No Sudeste chegou a 47,4%, totalizando perda de 63 mil cabeças; o Sudoeste marcou 31,7%, com redução geral de 38 mil cabeças, e o Nordeste com queda de 3,02%, apresentou diminuição de 22 mil cabeças no período em foco.

Na Figura 9, nota-se, ainda, ter havido uma concentração com perda da disseminação territorial com um aumento significativo na criação de frangos em três mesorregiões do Rio Grande do Sul. Destaque para o Noroeste, que ampliou seu rebanho em 40,1%, saindo de 35,8 milhões para 50,3 milhões de cabeças (32,1% do total do estado). Esse fato mante-

ve a região em primeiro lugar no estado. O Centro Oriental ficou na terceira posição com 23,1%, aumentando de 30 milhões para 36,1 milhões de cabeças (20,3%). A Metropolitana de Porto Alegre cresceu 97,8% no período, atingindo 25,2 milhões de cabeças que dá uma parcela de 16,1% do total. Embora a mesorregião Nordeste tenha sofrido dinâmica inversa, com queda de 4,5%, diminuindo de 45,1 milhões para 43,05 milhões de cabeças, entre 2003 e 2017, ainda assim, ficou em segundo lugar na escore estadual, com 27,5% da criação de frangos. Essas quatro regiões são responsáveis por 98,8% do rebanho no território gaúcho. De resto, as outras regiões somaram perdas nos rebanhos de frangos, na seguinte ordem decrescente: Sudeste - 71,8%; Centro ocidental - 60,3%; Sudoeste - 20,9%.

Quando nos referimos aos produtos derivados da pecuária, sobretudo o leite, a produção aumentou em todas as mesorregiões, com exceção da Metropolitana de Porto Alegre, como mostra a Figura 10; no entanto, esse produto se territorializou mais concentrado. O Noroeste do estado que, em 2003, era o maior produtor, com 1,2 bilhão (56,2% do total do Rio Grande do Sul), passou para 3,07 bilhões de litros de leite, em 2017 (67,6%), representando 9,19% do total nacional. As demais regiões, pela ordem decrescente, acumularam crescimento no período desta forma: Nordeste - 55,2%; Centro Ocidental - 34,3%; Centro Oriental - 88,4%; Sudoeste - 75,4%; Sudeste - 16,6%.

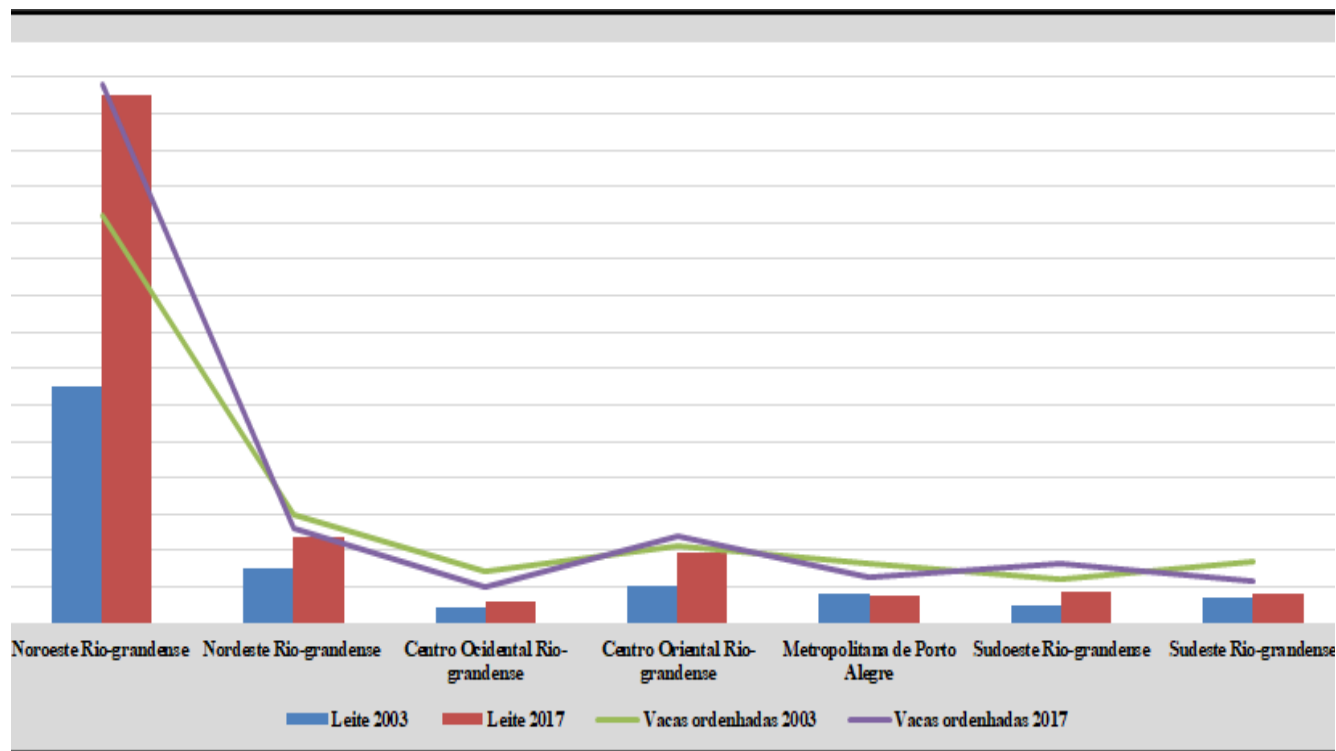


Figura 10 –Produção de leite e número de vacas ordenhadas nas mesorregiões do Rio Grande do Sul 2003-2017
 Fonte: IBGE (2019c) Elaboração: autores

Assim sendo, essa concentração da produção de leite se espelha, ao mesmo tempo, no número de vacas ordenhadas (Figura 10). Em 2003, essa mesma mesorregião Noroeste retratava 50,2% de toda a ordenha do estado; em 2017, a taxa ficou em 60,7%, passando, no período, de 593,8 mil para 831,7 mil cabeças. O Centro Oriental aumentou 14,4%, indo de 112,2 mil para 128,2 mil vacas ordenhadas, significando 9,3% do total do Rio Grande do Sul. O Sudoeste saiu de 64,9 mil para 86,4 mil cabeças (aumento de 33,1%), o que se refere a 6,3% do geral. Nas outras regiões, houve decréscimo no número de vacas ordenhadas. A redução mais significativa ocorreu no Sudeste, que caiu de 89,3 mil para 61,6 mil unidades (-44,6%). A Metropolitana de Porto Alegre baixou de 86,7 mil para 66,9 mil cabeças (-29,5%). O Centro Ocidental do estado passou de 76,7 mil e 54,3 mil de vacas (-29,2%); e o Nordeste com 11,9%, caiu de 158,2 mil para 139,2 mil cabeças.

Considerações finais

Foi demonstrado, neste texto, que o processo de ocupação do território do estado do Rio Grande do Sul resultou na constituição de duas estruturas produtivas na agropecuária. Uma caracterizada pela presença marcante de uma pequena produção mercantil e outra marcada pela presença do latifúndio pecuarista. Contudo, essas duas estruturas, ao longo de sua trajetória evolutiva, sobretudo pós-1960, passaram por profundas transformações que originaram uma agropecuária dinâmica e internacionalizada.

Argumentou-se que, no período compreendido entre 2003-2017, as alterações manifestaram-se na evolução do Valor Bruto da Produção animal e vegetal. Entretanto, a elevação das rendas geradas contrastou com a queda da área plantada de produtos, como milho, trigo, fumo, pêssego, erva-mate, entre outros, e a redução das áreas de pastagens. Em contrapartida, ocorreu um aumento da área plantada com soja, arroz, uva e maçã. A redução da área de pastagens e de lavouras não provocou diminuição da produção total. A redução da produção manifestou-se apenas nas lavouras de trigo. Esses aumentos da produção decorreram das boas condições climáticas, preços favoráveis, medidas político-institucionais e pelo aumento da produtividade.

Advogou-se que a pecuária, com seus três ramos, vem ganhando participação relativa e absoluta no conjunto do *market share* da região Sul do Brasil e nas exportações brasileiras, o que aponta para uma nova divisão territorial do trabalho. Ademais, a despeito de a estrutura produtiva da agricultura apresentar-se diversificada, demonstrou-se que vem ocorrendo um processo de reconfiguração regional da produção agropecuária, caracterizado pela concentração/desconcentração, disseminação e exclusão.

Esses processos estão acelerando a especialização produtiva territorial. A disseminação territorial se faz, principalmente, no caso da soja onde, em algumas regiões do Estado, o incremento anual de área e da produção têm sido significativo, substituindo áreas de pastagens, de milho e de trigo. O Noroeste possuía 75,4%, em 2003, porém, em 2017, passou para 58,4%. Todas mesorregiões aumentaram tanto a área plantada como a produção. Em áreas tradicionais de criação de gado bovino, especialmente, Sudoeste e Sudeste, houve substituição da pecuária pela soja. Em 2003, essas áreas tinham apenas 6,9% da produção de soja no estado, passando para 15,4%, em 2017.

A concentração/desconcentração, disseminação e exclusão territoriais apresentam-se de forma acentuada igualmente no rebanho de bovinos, suínos e frangos. A mesorregião Sudoeste, na criação de bovino, reduziu 8,3% entre 2003-2017. O Sudeste também mostrou tendência declinante do contingente bovino no mesmo período. Já o rebanho suíno se concentrou territorialmente mais ainda. Em 2003, as regiões do Noroeste e Centro Oriental detinham 65,5% de todo o rebanho suíno do estado. Em 2017, essa concentração aumentou para 77,8%; somente o Noroeste criou 58,9%, e o número de cabeças somou 3,5 milhões. Na produção de frango, houve uma concentração com perda de disseminação territorial com um aumento significativo na criação de frangos em três mesorregiões do Rio Grande do Sul. O Noroeste, concentrou seu rebanho para 50,3 milhões de cabeças, representando 32,1% do total do estado. O Centro Oriental ficou na terceira posição com 20,3%. A Metropolitana de Porto Alegre ficou com 16,1% do total. O Nordeste obteve dinâmica inversa, contudo ficou em segundo lugar estadual com 27,5% da criação de frangos. Essas quatro regiões são responsáveis por 98,8% do rebanho de frangos no território gaúcho.

Processo semelhante de concentração territorial ocorreu com os produtos derivados da pecuária, sobretudo, o leite. O Noroeste do estado que, em 2003, detinha 56,2% do total do Rio Grande do Sul, em 2017, alcançou 67,6% da produção estadual e quase 10% da produção nacional. E a mesma concentração territorial esteve presente na ordenha de vacas, sendo que a mesorregião Noroeste aumentou de 50,2%, de toda a ordenha do estado, para 60,7% no período.

Por fim, as estruturas produtivas, as relações territoriais e sociais e as estruturas espaciais representam interação entre o novo e o velho, com domínio do primeiro. No entanto,

esse poder de dominação, das novas estruturas e configurações territoriais, não se realiza por completo e não se pode cair em determinismos específicos territoriais, pois não há vocação, o capital se transforma no tempo e espaço (SANTOS, 1977). Cada momento do processo histórico de desenvolvimento, com sua estrutura econômica, social, política, cultural, dentro de uma formação socioespacial, tem uma significação particular. Por isso, como foi explanado, numa determinada área geográfica “não tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixos e relações de produção e de propriedade imutáveis. Interação e evolui no processo” (SANTOS, 1977, p. 84).

Referências

- ACCURSO, J. S A economia gaúcha nos anos 90. In: Flávio Benevetl Fligenspan (Coord.). **A economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre' FEE, 2000. p. 48-90.
- BARBOSA, N. Dez anos de Política Econômica. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso, 2013. p. 63-101.
- BENETTI, Maria Domingues. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 61, p.7-15, out. 2000.
- BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1997.
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as Três Frentes de Expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Texto para Discussão**. n. 1828, Brasília: IPEA. abr. 2013. p. 1-27. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1828.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- BRASIL, Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e serviços. **Balança comercial**. 2019a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em: 27 mai. 2019.
- _____. **Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro**. 2019C. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso em: 27 mai. 2019.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Valor Bruto da Produção Agropecuária**. 2019b. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 25 mai. 2019.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura no Planalto Gaúcho**. Ijuí: FIDENE, 1982. 200 p.
- BRUM, A.J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Fidene, 1985.
- CAMILO, P. J. **A dinâmica geoeconômica da comercialização, logística e transporte da cadeia produtiva do leite na região sul do Brasil**. 2018. 368f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 180, p. 267-276, 1964.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Governo reajusta preços mínimos das culturas de verão. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/1782-governo-reajusta-precos-minimos-das-culturas-de-verao-20160708>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- CONTINI, E. et al. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, CONAB, ano XV, n. 1, jan.-fev.-mar. 2006, p. 5-28. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/475>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CUNHA, R. C. C.; ESPÍNDOLA, C. J. A Relevância do progresso técnico na consolidação da cadeia produtiva da soja no Sul do estado do Maranhão (Brasil). **Geografia (Londrina)**, v. 25, n. 1, p. 87-106, jan./jun., 2016.

_____.; CRUZ, W. L. de M. Aspectos geoeconômicos da cadeia produtiva da soja no estado de Santa Catarina: produção e circulação. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, n. 31, p.745-769, 30 dez. 2017.

_____.; FARIAS, F. R. Dinâmica produtiva e ordenamento territorial dos agronegócios do Mato Grosso do Sul pós-2003. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p.130-153, mai 2019.

DUARTE, A. C.; MARICATO, A. T. Atividades Agrárias. In: **Geografia do Brasil: A Grande região Sul**. v. IV, Tomo I. Rio de Janeiro: FIBGE. 1968.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. 2002. 268 f. Tese (Doutorado)-Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. A dispersão territorial dos investimentos do agronegócio de carne. **Anais de Geografia Econômica e Social**, v. 2, Florianópolis: GCN, 2009. p. 251-281. Disponível em: <<http://cadernosgeograficos.ufsc.br/aquisicao/revista-geografia-economica/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. A dinâmica geoeconômica do agronegócio brasileiro de carnes e soja. In: LAMOSO, L. P. (Org.). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Íthala, 2016. p. 19-53.

_____. CUNHA, R. C. C. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva de soja no Brasil e no Mundo. **Geotextos**, v. 11, n. 1, p. 217-238, Salvador, UFBA, 2015.

FARIAS, F. R. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do sul do Brasil**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FEE. Fundação de Economia e Estatística Sieggried Emanuel Heuser. **Rio Grande do Sul em números**. FEE, Porto Alegre. 2017. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/publicacao/rs-em-numeros-2017/>> . Acesso em: 10 jun. 2019.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha**. 2000. 300 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2000.

FÜRSTENAU, V. A lavoura de grãos na década de 80: a busca da eficiência. In: DE

ALMEIDA, P. F. C. (coord.) **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas: São Paulo, 1994.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações econômicas**, São Paulo, IEA, v. 35, p. 7-36, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GUILHOTO, Joaquim J. M. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul** / Joaquim J. M. Guilhoto ... [et al]. -- Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 44 p.; 21 x 28 cm. -- (Estudos Nead; 9).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. v. I. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2019.

- _____. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- _____. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2016>>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- _____. **Pesquisa Trimestral do Abate de animais**. Rio de Janeiro, 2019c. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/abate/tabelas>>. Acesso em: 13 mai. 2019.
- _____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro, 2019d. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- _____. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2019e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- _____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2019f. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- _____. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Rio de Janeiro, 2019g. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2017>>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- JAEGER, L. G. **Enciclopédia rio-grandense**, 1º volume, Canoas: Editora Regional Ltda. 1956.
- MAMIGONIAN, A. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986
- MAMIGONIAN, A. Kontratjeff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152 - 157, Jul./Dez, 1999.
- MAZZOCHIN, M. da S. **A dinâmica geoeconômica do setor florestal brasileiro: da gênese a reestruturação**. 2016. 309f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- MEYER, Augusto. **Gaúcho, história de uma palavra**. Porto Alegre: IEL, 1957.
- SAMPAIO, Maria, H. A., FÜRSTENAU, V. **Agropecuária do Rio Grande do Sul - 1990-00**. Documentos FEE n. 53. Porto Alegre, março de 2003
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, p. 81-100, jun. 1977.
- SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Caracterização sócio-econômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 117-142, 2001
- SERPA, I. V.; CATAFESTA, S.S. Considerações históricas sobre o processo de modernização agrícola no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009. **Anais...** . Maringá, 2009.
- SOUTO MAIOR, A. S. Povoamento. In: **Geografia do Brasil: A Grande região Sul**. CATALDO, D. M. (Org.). Rio de Janeiro: FIBGE. v. 4, n. 2, p. 3-46, 1968.
- SOUZA, Joel José. **O Complexo Agroindustrial de Laticínios no Brasil: o caso da Região Sul**. 2014. 289f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, 2014. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- VIEIRA, M. G. E. D. **Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. 1992. 178f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.
- WAIBEL, L. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia ano 50**, número especial, IBGE, 1988.

ESPACIO URBANO Y PROSTITUCIÓN EN LA CIUDAD DE MÉXICO: Sus clientes y consumidores/as

ESPAÇO URBANO E PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DO MÉXICO:
Seus Clientes e Consumidores

URBAN SPACE AND PROSTITUTION IN MEXICO CITY:
Its clients and consumers

Laura Pallarés Ameneiro
Xose Manoel Santos Solla
Francisco Ramón Durán Villa

RESUMEN

Este artículo trata de la experiencia vital y espacial de hombres y mujeres, clientes y sexo-trabajadoras, que dan cuerpo al fenómeno social de la prostitución. El estudio se centra en dos áreas diferentes de la Ciudad de México: Metro Revolución y La Plaza Loreto en el barrio de La Merced. La selección de ambas “zonas” se justifica por la vasta y continuada presencia de prostitución “de calle”, del alto número de mujeres de avanzada edad (más de 65 años) en situación de prostitución y de la presencia de los mayores volúmenes de afluencia de clientes. Nuestro objetivo es entender la relación de uno de los protagonistas centrales del fenómeno, el cliente, quien de un modo general no ha sido objeto de análisis en este campo de estudios. Todo lo contrario, se ha convertido en el sujeto “oculto” de la prostitución.

Palabras-claves: Espacio urbano; Prostitución; Cliente/consumidor

RESUMO

Este artigo trata da vida e da experiência espacial de homens e mulheres, clientes e profissionais do sexo, que dão forma ao fenômeno social da prostituição. O estudo se concentra em duas áreas diferentes da Cidade do México: Metro Revolución e La Plaza Loreto, no bairro de La Merced. A seleção das duas “áreas” é justificada pela presença vasta e contínua da prostituição “de rua”, pelo alto número de mulheres idosas (acima de 65 anos) na prostituição e pela presença dos maiores volumes de clientes. Nosso objetivo é compreender a relação de um dos protagonistas centrais do fenômeno, o cliente, que de uma maneira geral não tem sido objeto de análise neste campo de estudo. Pelo contrário, ele se tornou o sujeito “escondido” da prostituição.

Palavras-chave: Espaço urbano; Prostituição; Cliente/consumidor

ABSTRACT:

This article deals with the life and spatial experience of men and women, clients and sex workers, who give shape to the social phenomenon of prostitution. The study focuses on two different areas of Mexico City: Metro Revolución and La Plaza Loreto in the La Merced neighbourhood. The selection of both “areas” is justified by the vast and continuous presence of “street” prostitution, the high number of elderly women (over 65 years old) in prostitution and the presence of the highest volumes of clients. Our aim is to understand the relationship of one of the central protagonists of the phenomenon, the client, who in a general way has not been the object of analysis in this field of study. On the contrary, he has become the “hidden” subject of prostitution.

Keywords: Urban space; Prostitution; Client/consumer

Introducción

Desde las ciencias de carácter social, más concretamente desde la Geografía, la prostitución ha sido un tema que ha entrado muy tarde a formar parte de la agenda. Existe un trabajo pionero de Symanski (1974) que analiza las restricciones espaciales de la prostitución legalizada en Nevada, Estados Unidos. Sin embargo, tendrá que ser el desarrollo de las Geografías feministas, en las siguientes décadas, la que le dé la palabra a las mujeres de una forma inclusiva, en la que se engloben todos aquellos grupos que habían sido expulsados a los márgenes de la sociedad. Este movimiento no solamente enriqueció a la Geografía en lo que respecta a la teoría, sino también en los métodos. Si la Geografía Humanística ya había introducido la subjetividad en el análisis, el enfoque de género va a reforzar esta posición, ya sea desde perspectivas marxistas o posestructuralistas. Autoras como McDowell van a tener un protagonismo muy relevante en la denominada Geografía de la Mujer (McDowell, 2000), intentando compensar el desconocimiento que existía en el binomio mujer-territorio mediante trabajos centrados en los efectos visibles de las diferencias sociales, económicas, culturales y demográficas entre mujeres y hombres, sobre los espacios y las sociedades. Esta tesis doctoral se inscribe plenamente en los postulados de la Geografía del Género, que entiende que la investigación no se centra únicamente en las mujeres, sino que es un estudio para y con mujeres (McDowell, 1992). Nuestro interés no radica en exponer tan solo el papel de la mujer en el mundo de la prostitución, sino que queremos, al mismo tiempo, investigar y sacar a la luz la relación existente entre las divisiones de género y las divisiones espaciales, para descubrir cómo se constituyen mutuamente, y mostrar los problemas que se ocultan tras su aparente naturalidad.

Metro Revolución y Plaza Loreto en el barrio de La Merced son dos de los espacios que configuran el centro de la ciudad de México, dentro de la Delegación Cuauhtemoc, localizado el primero de ellos al Noroeste de la Ciudad y la segunda en el centro histórico de la misma. Dos espacios de escasa distancia, pero muy diferentes en el aspecto socioeconómico pudiendo destacar habitantes de muy diferentes características. En el primero de ellos predomina población joven y de mediana edad y con un estatus económico de rango medio, caracterizado por ser una zona de movilidad continua y donde el sector servicios es el predominante, destacando como zona comercial y de grandes empresas. Por el contrario, Plaza Loreto se caracteriza por ser un espacio con predominio de población adulta envejecida, de rango económico medio-bajo y bajo, y con una gran actividad comercial de escala media y familiar, con movilidad diaria y continua de personas de todos los rangos de edades. El antagonismo de los dos espacios se aprecia, al mismo tiempo al referirnos a la prostitución; destacando Metro Revolución como foco central de mujeres de edad adulta que se dedican al sexoservicio, aunque en algún caso sean visibles mujeres más jóvenes e incluso de menor edad, pero sin ser un espacio donde destaque el desarrollo de prostitución femenina adulta envejecida. Por el contrario, Plaza Loreto destaca por ser un espacio con predominio de mujeres adultas envejecidas o muy envejecidas, y de menores de edad, siendo inusual el sexoservicio de edad adulta.

Prostitución urbana "de calle": Dinámica espacial y control del territorio en la Ciudad de México

La prostitución, su entorno y sus consecuencias, representan un fenómeno muy complejo desde el punto de vista social. A lo largo de la historia han surgido continuas controversias que afectan a diferentes aspectos como la salud, seguridad pública, irritación social, abuso y corrupción, cuestiones familiares asociadas al abandono y discriminación, y otras relacionadas con el dominio del espacio. Todo esto se ha debido a la falta de políticas que ayuden a regular el ejercicio de la profesión, centrándose los estados en debatir más que en luchar por una ley universal que controle este tipo de problemas. El fenómeno de la

prostitución existe desde hace mucho tiempo no sólo en la Ciudad de México, hecho claro y detectable a la vista del mundo, sino en el mundo entero.

Considerado como uno de los oficios más antiguos del mundo, y en constante auge en esta ciudad, su conceptualización y abordaje han sufrido varias interpretaciones a lo largo de la historia: ligado a las guerras, a las invasiones, a la esclavitud y al sometimiento, y tal vez por ello, ligado a la historia de la humanidad. Sin embargo, es importante destacar que no en todas las épocas la visión del mismo ha tenido connotaciones negativas. En sus primeros tiempos estuvo ligado a la belleza, al poder de atracción y a la feminidad, entre otros. Cada año, miles de mujeres en el mundo, y en concreto en la Ciudad de México, son manipuladas, extorsionadas y perseguidas para ejercer la prostitución, aunque no hay que generalizar, puesto que otras tantas no lo son y deciden ejercer por voluntad propia. Este es un hecho que, aunque común, no deja de ser indiferente a los ojos del mundo. Pero todavía es más indiferente el hecho de que en esta ciudad tan densamente poblada y con un índice elevado de población femenina, se vea cómo aumenta el ejercicio de la prostitución año tras año, sin que cese de existir. Nos referimos a la prostitución en su acepción más amplia y no solo a la adulta, sino que incluimos la infantil y masculina, sin olvidar la transgénero, la gran desdeñada.

Un hecho que conviene destacar es la importancia que tiene, entre todas las mujeres prostitutas adultas, la búsqueda y el dominio del espacio, en un intento por forjar una identidad que les ha costado ganarse día tras día. Respondiendo a un impulso desenfrenado por ocupar la zona de trabajo y luchar continuamente por sus territorios, lugares designados por las mismas como propios, forjan durante toda su vida de actividad en la profesión el lugar llamado "mi punto". Este "punto", foco zonal del desarrollo diario de su trabajo, representa para ellas una parte de sus vidas, y lo marcan como muestra de poder, como punto inquebrantable y sin opción a trasvase, como zona de vigilancia ejercida por las mismas mujeres, como vivienda y representación de "su casa", como lugar donde la búsqueda de la seguridad profesional, vecinal, de dominación, incluso familiar les permite sentirse dueñas, durante toda su existencia, de su zona de trabajo, para pensar y hacerse con sus propias identidades. Es el punto de acción en el que poder desarrollar su actividad, y fundamentalmente, donde ejercer un dominio absoluto y un derecho sobre el territorio.

Es tal el volumen de mujeres que se dedica a la prostitución en la ciudad, que en los últimos años su radio de acción se ha ampliado a otras zonas, pero no por el cambio de espacio de estas mujeres "dueñas" de sus puntos, sino por el aumento de la Trata de Blancas, así como del proceso migratorio en las prostitutas que hace que el campo sufra un vacío poblacional en favor de la ciudad. Lo destacable en este sentido, es la relación que existe entre la migración y el aumento de la extorsión y la manipulación ejercidas por los lenones, proxenetas o padrotes (usaremos indistintamente los tres términos durante el texto para referirnos al individuo que explota a una mujer prostitua) o madrotas (las *madamas* en México, mujeres que regentan un prostíbulo), sobre las mujeres debido a su bajo nivel cultural. Son mujeres que, convencidas con falsos espejismos, inician un proceso migratorio hacia la ciudad capital, desde estados próximos o lejanos de todo el país, pensando en una mejora laboral. La consecuencia inmediata de todo esto es el ingente poblacional de mujeres que vagan sin rumbo por las calles de la ciudad, obligadas y anuladas en la mayor parte de los casos, buscando clientes con el fin de lucrar a terceros. Este es un tema arduo y costoso que está aumentando en la Ciudad de México desde finales del siglo XX hasta la actualidad.

La lucha de las mujeres prostitutas por la apropiación del espacio en la Ciudad de México, nos ayuda a entender la doble dimensión de la construcción de identidades espaciales, a partir de factores tanto objetivos como subjetivos, que se vinculan a lugares de experiencias concretas. Los lugares de prostitución son configurados a partir de una experiencia común: la laboral. A partir de ese primer condicionante objetivo, se construyen otros de índole subjetiva, como los relacionales, vinculados a la afectividad, solidaridad, reconocimiento, protección, etc.

Para Doreen Massey (1994), Harvey (1994) y Santos (1996), los lugares se definen por las relaciones socioespaciales que se entrecruzan entre ellos y les proporcionan su carácter distintivo y con identidad propia. Estas lecturas fundamentan nuestro estudio, que parte de la comprensión del hecho de que las mujeres prostitutas, en base a las relaciones existentes en su espacio laboral con diferentes agentes, entran en conflicto por la apropiación del espacio público y su dominio, al tiempo que construyen las bases para la formación de una nueva identidad, la cual ha sido anulada de forma violenta en su infancia.

Otro de los factores que inciden en que las mujeres se apropien del territorio laboral es su aislamiento socioespacial. Su peculiaridad se centra en delimitar perfectamente su zona de trabajo, pues su vida transcurre entre los estrechos límites del área donde ejercen la prostitución, de manera que lo que ocurra fuera de su entorno es visto por ellas mismas como algo ajeno y extraño, desconociendo los hechos que tienen lugar fuera de su radio de acción laboral y del resto de la vida ciudadana. Muchas veces este dominio de la propiedad se ve alterado por la intervención de las autoridades, dejando claro que no son dueñas del espacio y retirándolas del mismo. Sin embargo, en la mayoría de las zonas de tolerancia, dichas perturbaciones se quedan en redadas temporales, sin ir más lejos a nivel judicial. La prostitución en la Ciudad de México, así como en el resto del país, no está prohibida siempre y cuando se ejerza libremente, y no bajo el dominio o poder de alguien, que en este caso sería el o la juzgado por las autoridades con penas de cárcel. Desgraciadamente en este país, como en la mayoría de los países donde no existe una reglamentación clara, la manipulación, extorsión, obligación, proxenetismo, lenocinio o alcahuetería, entre otras, se pasan por alto. Esto lo convierte en un Estado donde el nivel de corrupción es altísimo y donde las autoridades, en muchos casos, miran hacia otro lado. Ya que la visibilidad del fenómeno de la prostitución es un hecho que carece de cifras reales y fidedignas, es importante conocer y reconocer su existencia en la Ciudad de México y en concreto, en las dos zonas en las que desarrollamos nuestro trabajo de campo, con énfasis en el análisis del consumidor del sexoservicio de calle.

Metodología y técnicas de investigación

El enfoque teórico-metodológico de esta investigación se ha centrado en los relatos o testimonios de vida de las mujeres que se prostituyen en la Ciudad de México, independientemente de su edad, para poder comparar y centrarnos en la prostitución femenina adulta, que se dedica al ejercicio de esta actividad. Por otra parte, se utilizaron fuentes de carácter prospectivo, como las encuestas no sólo a las mujeres implicadas, sino también a los diferentes actores que intervienen en el ejercicio de manera directa o indirecta. En este caso nos centramos en encuestas a clientes, padrotes y madrotas, como parte activa de esta investigación, así como a la población de la calle, es decir, a la población en general, con el fin de intentar desgranar y visibilizar la opinión que tienen al respecto, así como la posible estigmatización que se desarrolla en sus mentes sobre la prostitución. Las encuestas fueron aplicadas a: 50 prostitutas, 16 proxenetas y madronas, 50 clientes y 100 encuestó a población en general.

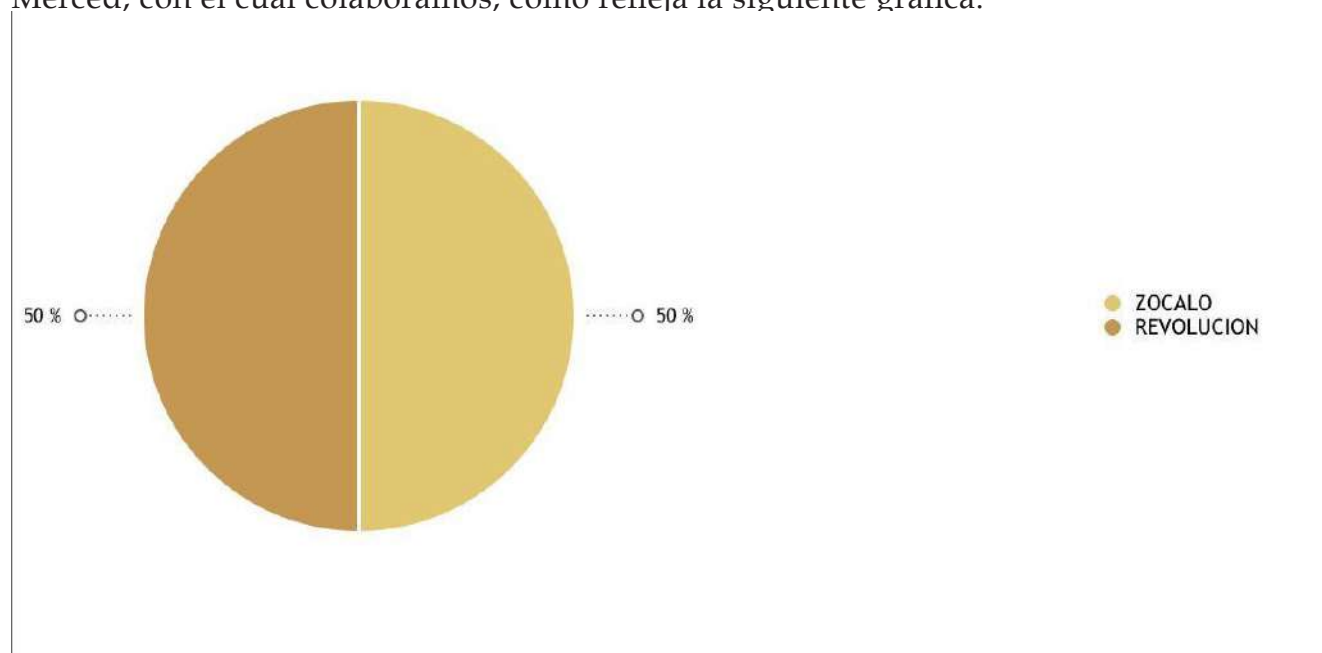
Para desarrollar la metodología de una manera más segura se han seguido unas premisas generales, entre las que destacan: a) Flexibilidad del cuestionario tanto poblacional, como el de la clientela, padrotes y madrotas, así como el de las mujeres; b) Flexibilidad a la hora de acudir tantas veces como fuese necesario, para recolectar datos de cara a la elaboración del trabajo de campo; c) Revisión de los datos con las personas implicadas, una vez analizados e interpretados y ; d) Trabajo de calle flexible donde poder contrastar los aspectos tratados en las entrevistas o encuestas realizadas, así como interrelacionar con las mujeres en los aspectos que pudiesen quedar en el aire.

El lugar donde se realizaron fue principalmente la calle, en la zona de trabajo, y entre pase y pase de un cliente a otro, pero también en restaurantes e incluso hostales dentro

de vehículos. Las encuestas fueron realizadas en diferentes espacios, dependiendo de la relación que hubiese entre los agentes prostitucionales y el espacio. Todas las encuestas se realizaron durante el mes de octubre del año 2000 y junio del año 2001, con una duración media de 20 minutos cada una. Realizamos también entrevistas de carácter semi-estructurado, en espacios privados: 2 de ellas en las habitaciones de los hostales donde viven las encuestadas; 1 en la habitación del hostel donde ejerce; 3 de ellas en casa de una colaboradora de esta investigación; 1 en el Centro de Asistencia Integral a Sexoservidoras (CAIS), de la Ciudad de México; 1 en una cafetería y 1 en un domicilio privado. Se realizaron un total de 9 entrevistas en profundidad durante los meses de marzo a junio del 2001, con una duración mínima de 01:13:38, a una duración máxima de 03:38:36, durante las primeras horas de la tarde, siempre en función de su horario laboral.

La realización de las encuestas es si cabe más importante por el esfuerzo que ha conllevado el poder acceder a estos sujetos, puesto que consideraban el hecho de ser preguntados como un robo de su intimidad. Debido a su sentimiento de falta de privacidad, nos resultó especialmente difícil poder aproximarnos a ellos, además de que creían estar perdiendo el tiempo en algo con lo que no contaban. En algún caso, los clientes se sintieron estigmatizados, de ahí que no accediesen a responder a las encuestas, como nos explicó alguna prostituta en base a su experiencia. Por ello, nos encontramos con cierta dificultad para poder acceder a los clientes como investigadoras, siendo palpable no solo para nosotras, sino para las mujeres que ejercían. Esta misma situación es explicada por Carla Corso en la investigación de Raquel Osborne (2004, p. 122). También, pensando en los clientes a quienes se penaliza con un fuerte estigma social precisamente en cuanto tales, en cuanto clientes de prostitutas. Por eso se niegan a ser entrevistados y se esconden. Debido a ello, para poder acceder a los hombres clientes, tuvimos que aproximarnos primeramente a las mujeres que se prostituían, y las cuales les prestan servicios sexuales y, una vez establecido el contacto con ellas, tras muchas horas de trabajo de campo, facilitaron que muchos de sus clientes accediesen a poder ser encuestados. En este sentido, escogimos este medio preferiblemente, porque el acceso a una entrevista en profundidad por parte de los mismos resultaba inviable.

La mayor parte de las encuestas a las que nos referimos se realizaron en ámbitos cercanos a los lugares donde demandan los servicios de las mujeres, pero en algún caso también en hostales donde establecían la relación sexual, o en el CAIS, localizado en el Barrio de la Merced, con el cual colaboramos, como refleja la siguiente gráfica:



Gráfica 01: Lugar de la encuesta a los clientes de la prostitución de la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

El hecho de que algunos de los clientes acudiesen a realizar la encuesta al CAIS fue, en parte, gracias a la labor de convencimiento realizada por la prostituta con el mismo, así como a la existencia de un lugar donde pudieran sentirse seguros y con libertad de poder expresar sus experiencias. De las 50 encuestas realizadas, podemos confirmar que la mitad tuvieron lugar en el espacio de estudio situado en Metro Revolución, y la otra mitad en el Barrio de la Merced, concretamente en el Zócalo. Sin embargo, esto no significa que sean clientes de una u otra zona, puesto que no fue posible constatarlo debido a la privacidad y ocultismo de los mismos. Es por ello que analizaremos los datos de manera conjunta, sin que se pueda analizar si estos clientes acuden a una u otra zona. Sí es importante reflejar que, sin embargo, que tras realizar estas encuestas, una vez analizadas en profundidad las de las prostitutas, el perfil del cliente de un espacio y otro es totalmente diferente, aunque nuestro análisis sea general.

El sujeto oculto de la prostitución: El cliente

Dentro del panorama variado de la prostitución quizá sea el cliente el sujeto más difícil de analizar. De hecho, como mencionamos, la gran mayoría de las veces este “dato” ha sido omitido, reflejo de la situación ejemplarmente definida en la expresión usada por Martilla (2003) de “hombres invisibles”. La dificultad para el estudio de la prostitución desde la perspectiva del cliente reside, entre otras cuestiones, porque no existen datos ni estudios suficientes que nos permitan ofrecer un fiel reflejo de la realidad de quienes solicitan los servicios sexuales. A finales del siglo XX, Garrido Guzmán (1992), definía al cliente de la siguiente forma:

el tercer soporte fundamental de la prostitución femenina [...], dada la estructura actual de la prostitución, el cliente debe ser considerado y estudiado como uno de los soportes básicos de ese fenómeno, que a punto de comenzar un nuevo siglo, mantiene una de las formas más odiosas de esclavitud, la sexual (p. 116).

El cliente destaca por ser un protagonista importante del sexoservicio y por establecer y reproducir el estado patriarcal de la sociedad. Este ve el sexoservicio como un mal necesario mediante el cual sus apetitos sexuales son satisfechos a cambio de dinero. El significado atribuido es el que considera el trato como un intercambio de igual a igual, aunque el cliente es consciente que, con frecuencia, el dinero va a parar al bolsillo del padrote o madrota (Butanda Bautista, 2006). El cliente, goza además de una corriente de invisibilidad que lo protege. Al igual que los proxenetas, se benefician de este hecho. Todo lo contrario de lo que les sucede a las mujeres prostitutas. Para González y Martínez (2002), no existe una construcción social específica para el cliente :

[...] Ser cliente se entiende como una situación absolutamente transitoria, ocasional y contingente, pero no es un estatus. Es decir, no existe una categoría social instaurada en el discurso ideológico dominante, ni en las construcciones teóricas, para caracterizar al cliente (p.16).

Por todo esto parece más que justificado que en el análisis de la prostitución femenina en el espacio urbano, se procure entender el “fenómeno” del clientelismo o el/la “sujeto social” del/de la cliente. En este artículo, presentamos los resultados de la construcción y análisis del perfil y comportamiento social del cliente, con el fin de colocar un poco de luz sobre uno de los lados más ocultos del fenómeno prostitucional. Para ello, nos hemos centrado en el análisis de aspectos psicosociales de los clientes del sexo-servicio, lo que nos ha permitido entender la dinámica espacial del comercio sexual en Metro Revolución y Barrio de La Merced. Así, hemos podido percibir las similitudes que existen entre clientes y sexoservidoras, con una excepción importante: comprar sexo y/o el cuerpo de una mujer no está tan estigmatizado como lo es venderlo.

Partimos de la consideración de que las prostitutas son signo, símbolo e imagen fundamental del imaginario y de la intersubjetividad masculina. Ellas están presentes en la celebración de mitos que se recrean cotidianamente entre los varones. En este imaginario, las prostitutas representan la categoría de mujeres que hacen posible, por ejemplo, los ritos de iniciación sexual para los varones jóvenes, sin que dicha iniciación lastime o vulnere *la virginidad y decencia* requeridas a las mujeres que *están destinadas* a la unión marital y la maternidad.

El rito de iniciación para el varón es un festejo. Una celebración sexual donde, para Malem (1998): “el joven está obligado a dar pruebas de resistencia y virilidad” (p. 60). De esta aprobación nace el *hombre soltero*, quien cuenta con el consentimiento social de vivir activamente y con variedad, su sexualidad y erotismo. Con respecto al matrimonio, las prostitutas harán posible las fantasías sexuales que no tienen cabida en la unión marital, puesto que para el varón, el matrimonio no equivale a un permiso para vivir libremente su sexualidad, sino un compromiso con la descendencia familiar. Por lo tanto, el hombre verá su libertad restringida, sometida a los avatares de la vida doméstica y prescriptivamente monogámica. El hombre busca su libertad en espacios eminentemente masculinos, donde las mujeres son transformadas en un ser significativo que se recrea en el lenguaje y cuyo carácter tangible solo toma forma a través de las mujeres públicas. Clandestinidad y complicidad son dos dimensiones del círculo masculino donde se construyen alternativas a la vida doméstica y la monogamia y donde se despliegan el erotismo y la sexualidad “prohibida”. Por lo tanto, los clientes son los demandantes de servicios sexuales. Representan la figura menos estigmatizada, y el paso que dan hacia una sexualidad fuera de la norma es justificado por muchos autores como fruto de las características “naturales” de la sexualidad masculina, considerada como mucho más necesitada de satisfacción, de mayor frecuencia y mucho más promiscua. Además de que se estima que son capaces de diferenciar el sexo del amor, no así las mujeres, a no ser que sean “desviadas”. Lo más destacable de la figura del cliente tiene que ver con el hecho de que, siendo este el soporte de la prostitución y por tanto del rufianismo y proxenetismo, se beneficia a cambio del anonimato, además de que no le afectan las sanciones administrativas y mucho menos las penales. Goza de inmunidad, no solo ante las autoridades, sino ante la misma sociedad.

Petherson (1996) constata los vínculos establecidos en diferentes estudios sobre desviaciones, consecuencias del abandono paterno y el abuso sexual, la frigidez, el lesbianismo o la hostilidad hacia los hombres. Por lo tanto, hablar de clientes es hablar de personas que acuden a los servicios de las prostitutas para cumplir con unas fantasías sexuales que no pueden o no osan realizar con sus parejas sentimentales. No solo buscan satisfacer un instinto sexual, sino realizar en un cuerpo extraño aquello que no podrían hacer en el de sus parejas. Por su parte, Ana Lopes (2006), refleja la importancia del sentir de la mujer prostituta frente a este tipo de clientes, cuando afirma que: “algunos profesionales del sexo se sienten privilegiados por ser los intermediarios de experiencias sexuales fuera de serie y por ayudar a muchas personas a encontrar su identidad sexual” (p. 38). (*traducido del portugués*). Esto ocurre con el tipo de clientes casados o con pareja. No obstante, si nos centramos en aquellos que no tienen ningún tipo de relación estable, observamos que acuden a estos servicios porque les resulta difícil o imposible establecer relaciones con ninguna mujer por miedo a no saber seducir.

Como menciona Marcela Lagarde y de los Ríos (2011): “Los hombres van con las prostitutas a hacer lo que no se vale. Pero van con una prerrogativa: la carencia de responsabilidades emocionales, económicas, sociales y vitales” (p. 38). La autora establece, al mismo tiempo, una clara diferencia en cuanto a la responsabilidad sexual de los hombres que buscan estos servicios:

A diferencia de la sexualidad positiva en que las relaciones eróticas generan para los hombres compromisos, pactos y nexos, derechos y obligaciones sociales con sus novias, esposas y amantes, por ser negativa, la sexualidad erótica con la prostituta no los genera (p.622)

Así, según López Precioso y Mestre i Mestre (2006), la idea extendida en torno a: “quien paga domina”, sitúa al cliente en el ángulo del poder en relación con los actores sociales que intervienen en la prostitución, e independientemente de que esta idea pueda ser cuestionada, mantiene el orden patriarcal que refuerza la sumisión por parte del género masculino y la desigualdad de las mujeres:

[...] los mismos elementos que son para construir la deshonra de las prostitutas son los elementos para definir la “hombria” de un hombre; lo que define a un “hombre de verdad”: ver a la mujer como objeto sexual; desear a las mujeres como elemento de satisfacción de sus propias necesidades sexuales diferenciándolo del amor y de las necesidades de las mujeres; pagar por un cuerpo demostrando su poder económico (p.45).

Discursos y tipologías entorno a la figura del cliente

En la bibliografía analizada se pueden apreciar diferentes discursos en torno a la figura del cliente. Así, un estudio de Kooy (1969, citado por Barra da Costa & Barata Alves, 2001), distingue tres tipos de clientes, en función de los motivos que pueden llevar a los mismos a recorrer al agente, la prostituta, en busca de: sexo impersonal sin desarrollo emocional; satisfacción de perversidades; mero divertimento; inseguridad en la conquista y; solidaridad. Las estableciendo tres tipologías: a) Los adolescentes, que buscan en la prostitución la mejora de su desempeño sexual; b) Los adultos, que buscan en las prostitutas una forma de divertimento, por sugerencias de amigos o para “satisfacer necesidades” y; c) Los perversos sexuales, donde se incluyen todos, entendiendo por perversión toda forma socialmente inaceptable de conducta sexual, tales como fetichismo, exhibicionismo, sadismo y masoquismo.

Esta clasificación de carácter más general concuerda, en cierta forma, con la de Gómez Suárez & Pérez Freire (2009), quien establece cuatro tipos de discurso en función de la modalidad de cliente: a) Tipología de discurso misógino: la que considera al cliente como causante del desprecio total por el ambiente femenino, como consecuencia de la pérdida por parte de estos hombres del monopolio de poder del que gozaban en exclusiva, adoptando el resentimiento y la agresividad contra las mujeres, en busca del dominio total sobre ellas. Este tipo de discurso argumenta al mismo tiempo, que todas las mujeres son unas putas, independientemente de que cobren o no; b) Tipología del discurso samaritano: defendida por clientes que perciben a las mujeres de manera dual, las buenas y las malas, existiendo ambos tipos dentro y fuera de la prostitución; c) Tipología del discurso mercantilista: en este caso destacan aquellos clientes que ven en la prostitución un negocio que obedece a la ley de la oferta y demanda, y que acuden a estos servicios como ocio y entretenimiento; d) Tipología del discurso crítico: considerado por las autoras como la tipología minoritaria, pues en ella los clientes reconocen la existencia de la desigualdad de géneros y las injusticias que sufren las mujeres en un entorno patriarcal y capitalista.

Ya, Meneses Falcón et. al (2003) menciona la tipología de Solana (2002) cuando hace referencia a los clientes, destacando los “objetualizadores” y “personalizadores”. Los primeros serían aquellos que afrontan la relación con la prostituta de una manera despersonalizada, instrumentalizando a la persona y viendo en ella solo aquello que tiene que ver con la actividad para la cual se han solicitado los servicios. En este sentido, el cliente ve a la mujer como objeto sexual, como mero intercambio de sexo por dinero, sin establecer ningún tipo de vínculo más allá de lo sexual. Por otro lado, estarían los clientes “personalizadores” que, en palabras de las autoras: “son los que atienden o buscan más dimensiones en la persona con la que se están relacionando, se interesan por facetas más profundas que la mera morfología corporal de la persona que tienen delante” (2003, p.49).

En base a esta clasificación, las autoras hablan de tres tipos de clientes al considerar que se pueden establecer más matices importantes, desde el punto de vista de su comporta-

miento con las mujeres: a) Los clientes personalizadores, que corresponderían al tipo de cliente más amigable, que además de acudir a un servicio con la prostituta, ve en ella a una persona, entablando una relación más cercana. Son clientes respetuosos, en quienes la mujer encuentra un apoyo importante, e incluso en ciertos momentos una vía para el abandono de la actividad. Dentro de estos clientes se pueden distinguir desde aquellos que buscan mantener una relación de amistad, un lugar en el que poder confiarse a alguien, hasta el otro extremo, el cliente que se enamora de la prostituta y establece una relación de pareja. Aunque este tipo no es el más frecuente, sí se encuentran menciones al respecto, como señala Carla Corso en Raquel Osborne (2004): “[...] dentro del mundo de los clientes nacen grandes amores: muchísimas de nosotras se han casado o han terminado pasando el resto de su vida con un cliente[...].” (p. 130); b) Los clientes instrumentalizadores, hombres que buscan una relación sexual como meros consumidores de un tipo de servicio, es decir, una relación comercial pactada. La mujer ofrece un producto, su cuerpo, que es demandado por el varón, sin ir más allá. Son clientes con unas características socioeconómicas muy diversas; c) Por último, los agresores “[...] personas que pretenden de aprovecharse de las circunstancias de debilidad de la mujer que realiza la prostitución. Sus actuaciones van en un continuo desde la humillación, el desprecio o el impago de las prácticas sexuales realizadas hasta la agresión, violación o asesinato”. (MENESES FALCÓN, 2003, p.140). La importancia de este último tipo lleva a actuaciones por parte de los clientes bajo los efectos del alcohol o de las drogas. Bebidos o drogados acuden a demandar sus servicios, o pretenden pagar el servicio en especie, es decir, con drogas. El cliente considera que tiene derecho a realizar en la mujer lo que se le antoje por el hecho de pagar por la realización de servicios sexuales, sin límite en el tipo de prácticas, ni en el tiempo, creyendo que puede humillarla y maltratarla de forma vejatoria.

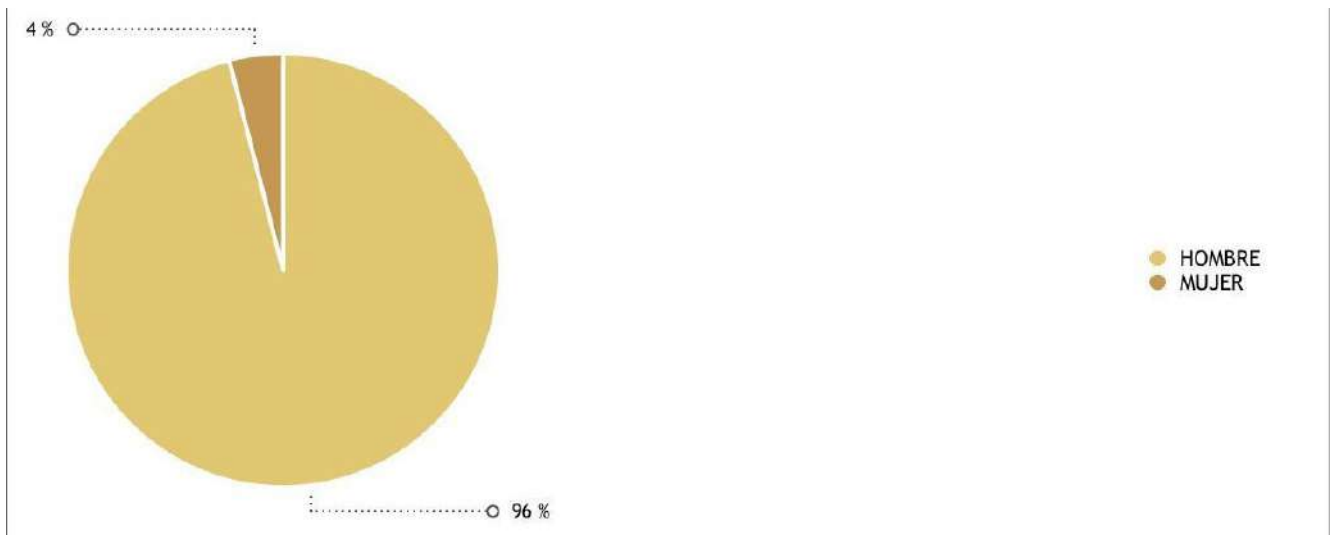
A pesar de que en los últimos años los estudios sobre prostitución hacen referencia a la figura del cliente, aún queda mucho por investigar, de ahí nuestro interés por poder compartir la experiencia que como investigadoras hemos adquirido, aunque limitada en la forma no en el contenido, que puede ser de gran validez a la hora de reflejar la realidad. Por ello, podemos añadir que la tipología del cliente de la prostitución es muy diversa, como lo son las motivaciones de todo acto humano, tanto más si este tiene que ver con algo tan profundamente arraigado como es el sexo.

El cliente del Metro Revolución y de la Plaza Loreto en el barrio de La Merced, en la Ciudad de México

A partir del análisis de las respuestas a los cuestionarios realizados a 50 hombres consumidores, clientes, podemos describir las estrategias centrales en torno al fenómeno del consumo de la prostitución. Un aspecto importante del cliente es el estatus socioeconómico al que pertenece. Sin embargo, en nuestra opinión, resulta imposible enmarcarlo en un nivel determinado, pues la prostitución se da de diferentes formas, desde la más marginal, prostitución callejera, hasta la más sofisticada en salones de masajes, cabarets, etc. Así, los clientes optan por aquella forma que más le satisface de acuerdo a las posibilidades económicas que tienen.

a) Perfil socio-demográfico

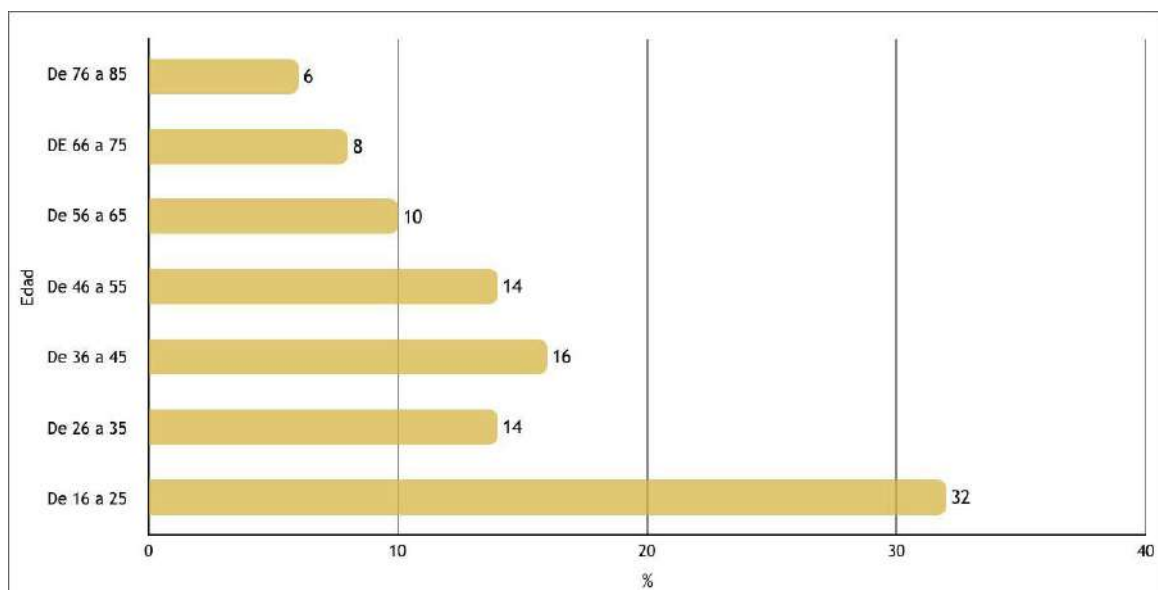
De los clientes encuestados, una característica que cabe destacar es la de su género, ocupando casi la totalidad de las respuestas el sexo masculino, como refleja la siguiente gráfica:



Gráfica 02: Sexo del cliente de la prostitución de la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

Este dato resulta significativo debido al 4% de clientela femenina. Fue posible acceder a esta clientela femenina en base al reclamo ejercido por parte de las prostitutas que encuestamos, puesto que de otro modo hubiera sido imposible recibir esta información. Aunque no podemos hacer una valoración del lugar al que acuden estas clientas, sí es posible indicar que las encuestas fueron realizadas en metro Revolución y que en el momento de la misma demandaban un servicio sexual, lo que permite confirmar, en este caso, que esta zona tiene un perfil más heterogéneo en lo que concierne el tipo de clientela, en oposición al perfil tradicional del Barrio de la Merced.

Es bien sabido por los numerosos estudios que conciernen al tema en concreto, y como ya señalamos anteriormente, que hay diferentes tipos de clientes en función, por un lado, del tipo de servicios demandados y, por otro lado, del perfil socioeconómico de los mismos. Por su parte, Ribeiro et al., (2005, pp. 410-418) distinguen entre el cliente sexualmente indigente, el cliente sexualmente expansivo y el cliente emocionalmente implicado. Por otra parte, Gómez Suárez y Pérez Freire (2009, pp. 87-117) establecen tipologías de clientes en función de los diferentes discursos: misógino, samaritano, mercantilista y crítico. Por ello, las dos zonas de trabajo responden a perfiles de clientes diferentes, los cuales comentaremos a continuación, centrándonos en cada uno de los territorios. En el siguiente gráfico se representan las edades de los clientes y clientas que acuden a estos servicios y que varían en mayor o menor medida:

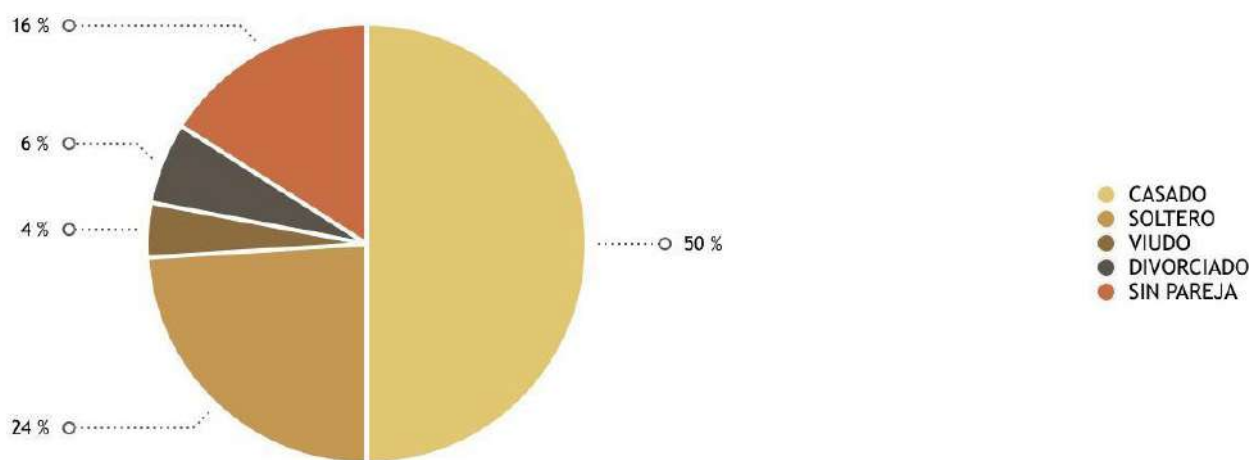


Gráfica 03: Clientes de la prostitución por grupos de edad en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

Podemos destacar que de las 50 encuestas realizadas a estos sujetos activos, más de la mitad de los representados tienen edades comprendidas entre los 16 y 25 años, lo cual resulta significativo debido al rango tan elevado de clientela joven que busca, fundamentalmente, una salida o escape sexual en su día a día, como nos explicaron durante el desarrollo de las preguntas en cuestión. Si por el contrario hacemos referencia a las dos clientas que mencionamos anteriormente, las edades de las mismas son de 25 y 33 años, dentro del rango de adultos, y demandan estos servicios para tener nuevas experiencias o con fines sexuales, según nos pudieron confirmar. Pero si algo destaca en el mismo, debido a su avanzada edad, es en el otro extremo de edades, la clientela comprendida entre 76 y 85 años. Un dato muy significativo de este comentario es que muchas de las mujeres que ejercen la prostitución tienen más de 65 años, como ya se ha explicado en capítulos anteriores, y muchas de ellas tienen clientela fija desde hace años. Ahí es donde destaca este porcentaje, que incluye a 6 de los 50 encuestados.

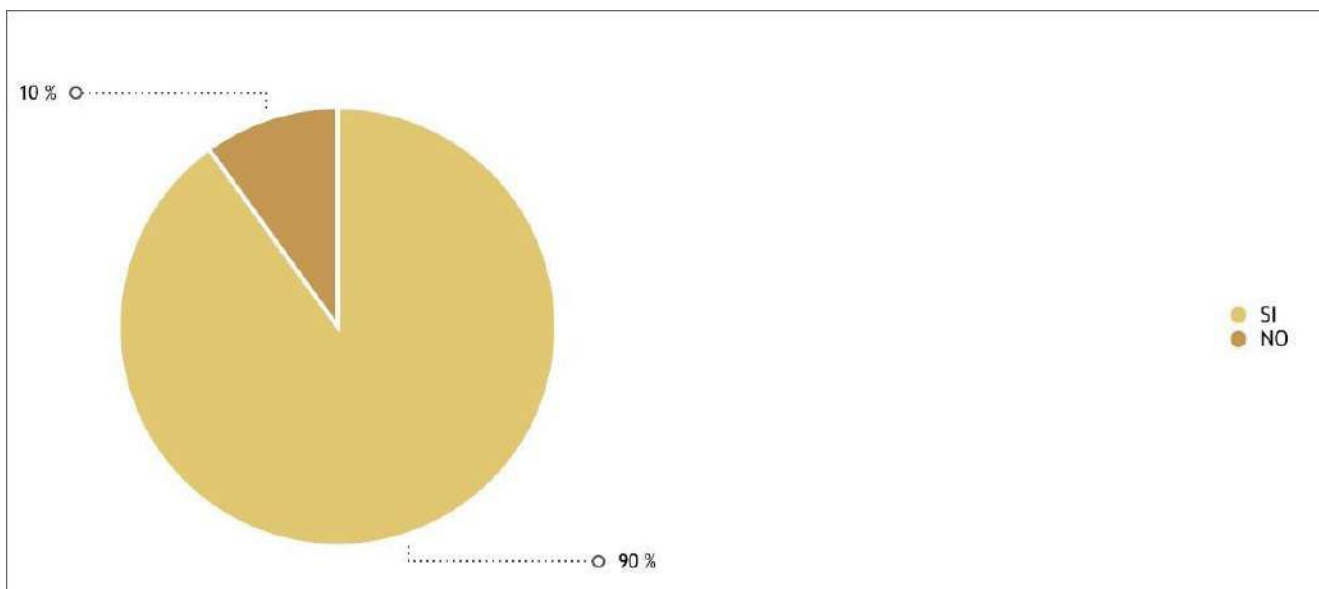
Una vez analizados estos datos, hemos podido constatar que los clientes considerados ancianos, acuden principalmente a estos servicios por el cariño adquirido durante años hacia las mujeres prostitutas, y que en prácticamente ningún caso tiene un sentido sexual, sino más bien afectivo y emocional. Así lo han corroborado igualmente las mujeres prostitutas, no solamente en las encuestas realizadas, sino a través de las entrevistas en profundidad, donde pudimos comprobar de viva voz como ellas mismas nos expresen esa necesidad de cariño hacia alguno de sus clientes, tras años de contacto con los mismos y que, en algún caso, solamente acuden a ellas por esta razón.

La importancia de la edad se puede relacionar a su vez con el estado civil, claramente marcado en el ámbito prostitucional, debido a la gran cantidad de clientela ocupada, como refleja la siguiente gráfica:



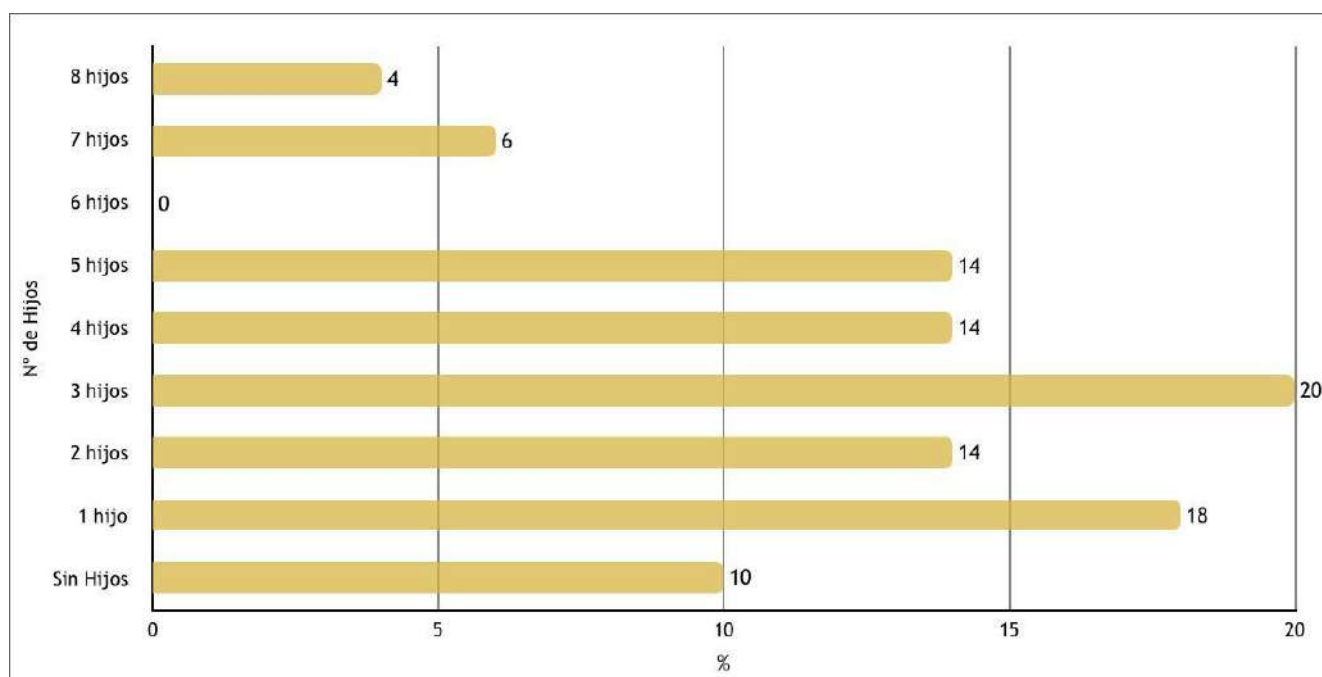
Gráfica 04: Estado civil de los clientes de la prostitución en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

En ella se representa un dato relevante en cuanto a cantidad de clientela casada que demanda servicios sexuales, donde 25 de los 50 encuestados se incluyen dentro de esta categoría. Cuando se realizaron las entrevistas personales a las mujeres prostitutas, absolutamente todas indicaron que la mayor parte de sus clientes estaban casados o comprometidos, sin por ello dejar de darles importancia a los jóvenes solteros, destacando que estos últimos acudían cada vez más a sus servicios. Las respuestas de estas mujeres a la pregunta de por qué creen que acuden los hombres casados a ellas, siempre confirman que es porque buscan nuevas experiencias, aquellas que sus parejas formales no les proporcionan, y que con ellas el trámite es puramente comercial, sin ningún tipo de compromiso, solamente el del intercambio sexual y la mera transacción económica. Casados y con hijos es lo más relevante en este tipo de clientela de ambas zonas, como lo reflejan las siguientes gráficas:



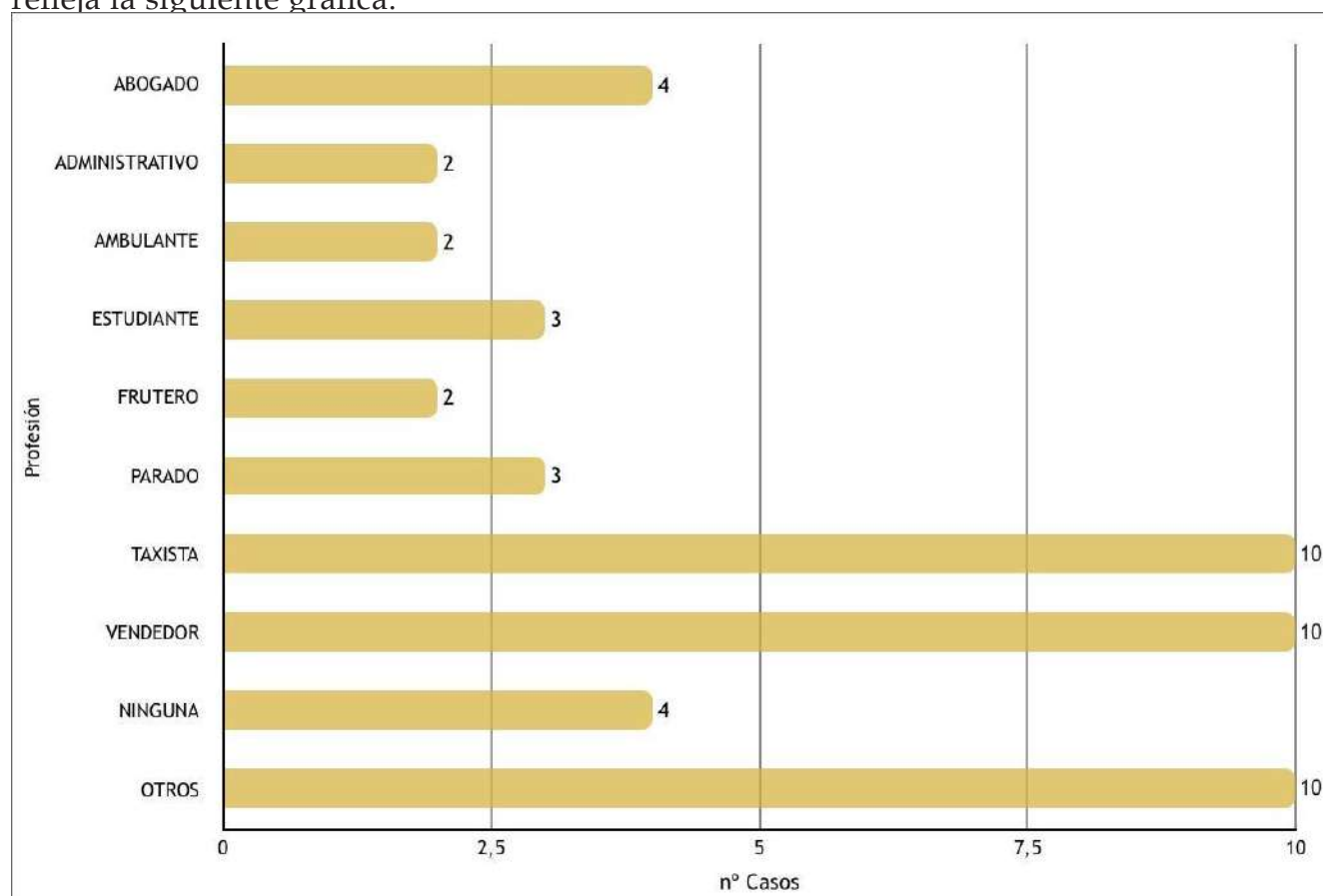
Gráfica 05: Clientes de la prostitución en la Ciudad de México con hijos
Fuente: Elaboración propia

Un 90% de los encuestados confirma tener descendencia, lo cual tiene relación con el tipo de sociedad que estamos investigando. Una sociedad patriarcal tradicional, donde el peso masculino rige todo el sistema familiar de la misma, y en la que la mujer, considerada siempre como mera consecuencia del hombre, es formada y manipulada por un sistema familiar cuya identidad está marcada por el papel de la madre. Hablamos, por lo tanto, de una sociedad en la cual la mujer nace para procrear, y aunque en los últimos años y tras la lucha por la independencia femenina se esté consiguiendo que tome sus decisiones, y sea participe en su forma de vida, el camino todavía es largo y queda mucho por recorrer. En los niveles más bajos de la sociedad, allí donde las mujeres son más vulnerables por su escasa cultura y formación, el predominio de la descendencia es todavía una evidencia. Es importante relacionar este hecho con el perfil socioprofesional de los clientes. Como se ha explicado anteriormente, en su mayoría provienen de estatus bajos, están casados y tienen descendencia:



Gráfica 06: Número de hijos de los clientes de la prostitución de la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

Tal y como muestra la gráfica precedente, de los 50 encuestados 20 tienen 3 hijos, perteneciendo a familias numerosas, al igual que los 28 hombres con 4 y 5 hijos. Pero si la sociedad o el sistema imperante obliga a tener descendencia de una u otra forma, esta gráfica también deja entrever que 10 de los 50 no tienen, y no es posible relacionar esta cuestión con los clientes más jóvenes, sino con la manera en que estos se rebelan a favor de su derecho a poder elegir, a no dejarse llevar por una sociedad marcada por el predominio parental. Si hacemos referencia a lo observado en primera persona, visualmente por un lado, y en base a lo expresado por las propias mujeres prostitutas, por otro lado, durante el trabajo de campo realizado día tras día en las dos zonas de estudio, podemos constatar que el cliente que acude al Barrio de La Merced es, por lo general, de clase media baja y baja. Entre ellos figuran obreros, estudiantes, comerciantes de la zona. Pero, paradójicamente, también hay muchos clientes de alto nivel educativo, profesional y económico. Por su parte, en la zona de Metro Revolución encontramos igualmente todo tipo profesionales, pero destacan más los de estatus económico más alto, lo que permite confirmar que mucha de la clientela que acude tiene titulación académica de nivel medio. Ahora bien, si nos basamos en los datos reales expresados a través de las encuestas, el tipo de clientela que destaca, a nivel general en ambas zonas, es fundamentalmente de clase media baja y baja, como refleja la siguiente gráfica:

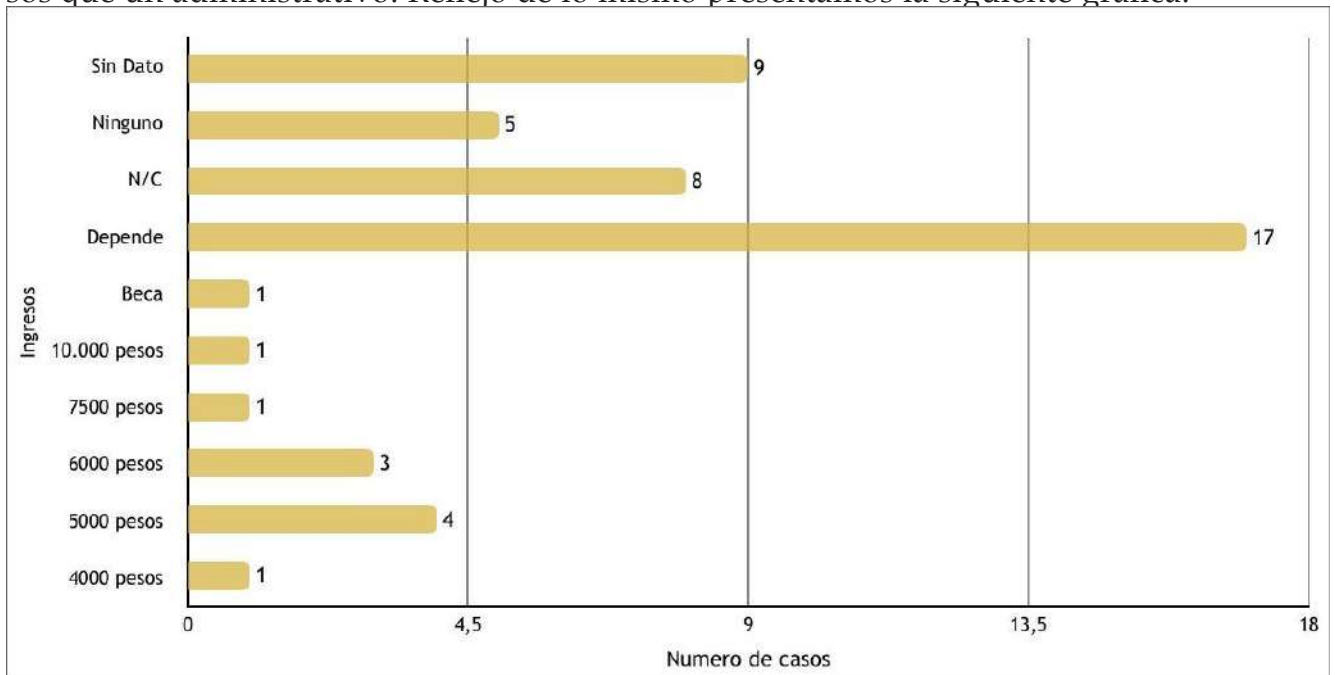


Gráfica 07: Profesión de los clientes que acuden a la prostitución en la Ciudad de México (encuesta 2000-2001)
Fuente: Elaboración propia

A través de la misma reflejamos el predominio de clientela que se dedica al negocio del taxi (10 de ellos), así como a la venta ambulante principalmente (otros 10). Esto nos lleva a poder confirmar el nivel socioeconómico de los mismos. Otro aspecto que podemos destacar de estos datos son los 4 clientes que se dedican a la abogacía, de los cuales 3 están casados y 1 divorciado. Cuando se le preguntó a las mujeres por este tipo de clientes, dado el dato significativo, nos confirmaron en sus respuestas que los más preparados suelen ser los que acuden a las mujeres que cobran más, debido a su poder adquisitivo, puesto que tienen la posibilidad de escoger a las mejores mujeres desde el punto de vista físico y sexual, según nos comentan, además de ser los clientes que están más tiempo con ellas, en unos

pases que suelen durar horas o incluso la noche entera, fundamentalmente por la misma razón. Debido a esta razón nos ha parecido importante formularles la pregunta acerca de sus ingresos mensuales, con el fin de recabar datos reales, puesto que, en muchos casos aun cuando están desempeñando una profesión de nivel bajo, sus ingresos no son bajos. Esto es porque en México encontramos casos de clientes que siendo vendedores ambulantes, reciben más ingresos que los abogados de los que hablamos anteriormente.

Del mismo modo, resulta imposible relacionar el nivel cultural con los ingresos obtenidos, de manera que se constata que taxistas con niveles culturales bajos reciben más ingresos que un administrativo. Reflejo de lo mismo presentamos la siguiente gráfica:

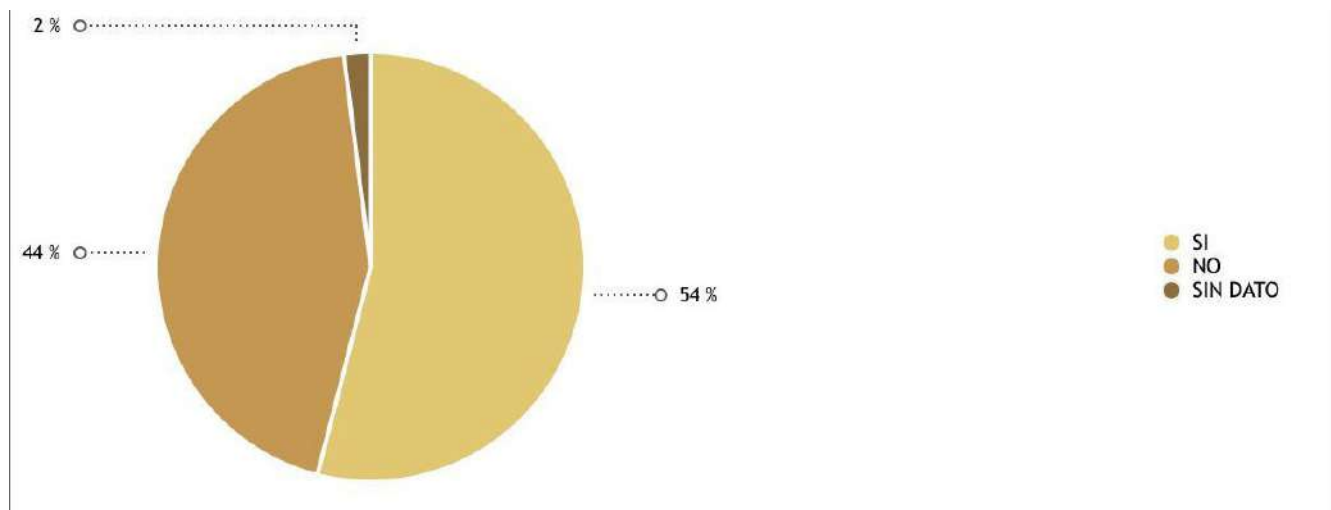


Gráfica 08: Ingresos de los clientes que acuden a la prostitución en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

El número de casos más elevado está representado por la categoría de “depende”, con 17 de los 50 encuestados. Esto refleja que debido a la inestabilidad de la profesión que desempeñan, nunca pueden asegurar cuáles serán sus ingresos fijos. Esta cifra hace referencia, fundamentalmente, a los clientes taxistas, vendedores ambulantes y camareros. Los que sí confirman sus ingresos, 9 de los 50, reciben mensualmente entre 5 000 y 10 000 pesos. De hecho, son el tipo de clientes más perseguidos y por los que se enfrentan entre sí las sexo-servidoras, quienes cuidan a sus clientes preferidos. Este tipo de clientes tiende a pagar muy generosamente, en ocasiones, las llevan a comer o a divertirse a otros lugares fuera de la zona, o bien les hacen regalos no solo ellas, sino a sus hijos o a sus hermanas, ya no como clientes, sino como amigos.

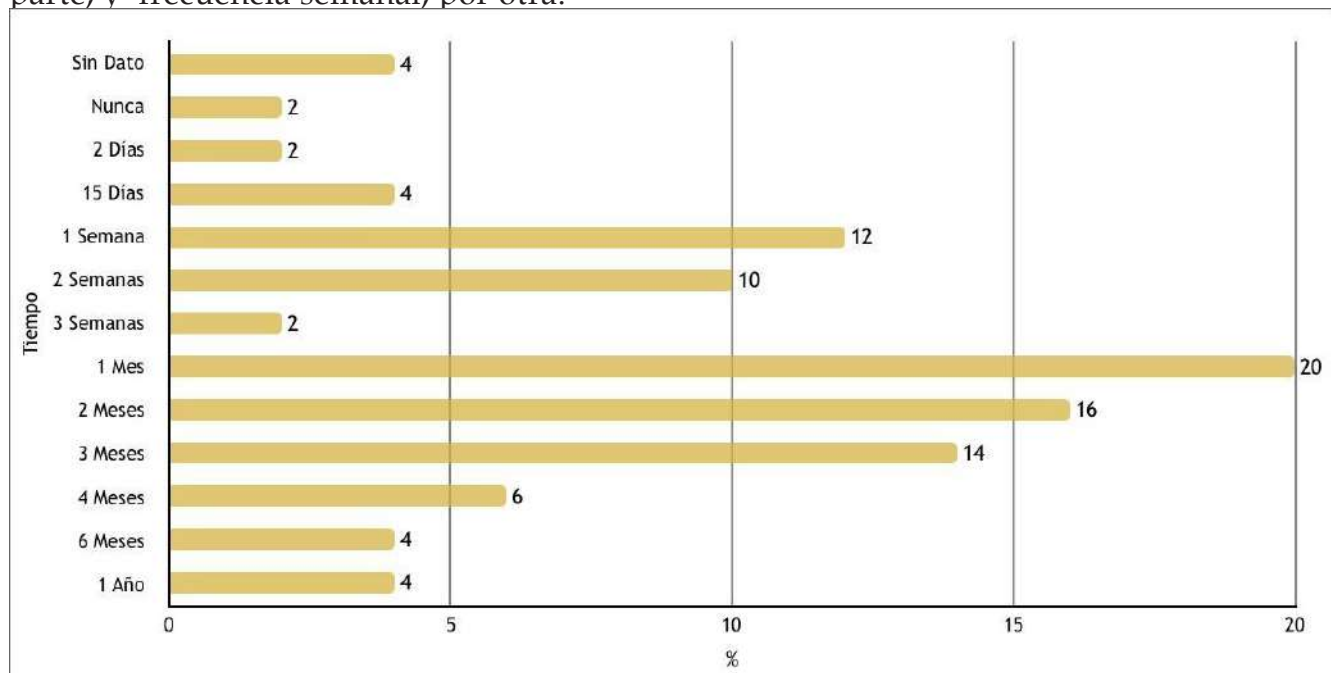
b) La relación con la prostitución

El nivel de ingresos influye en la frecuencia con la que acuden a estos servicios sexuales, destacando entre los encuestados lo siguiente:



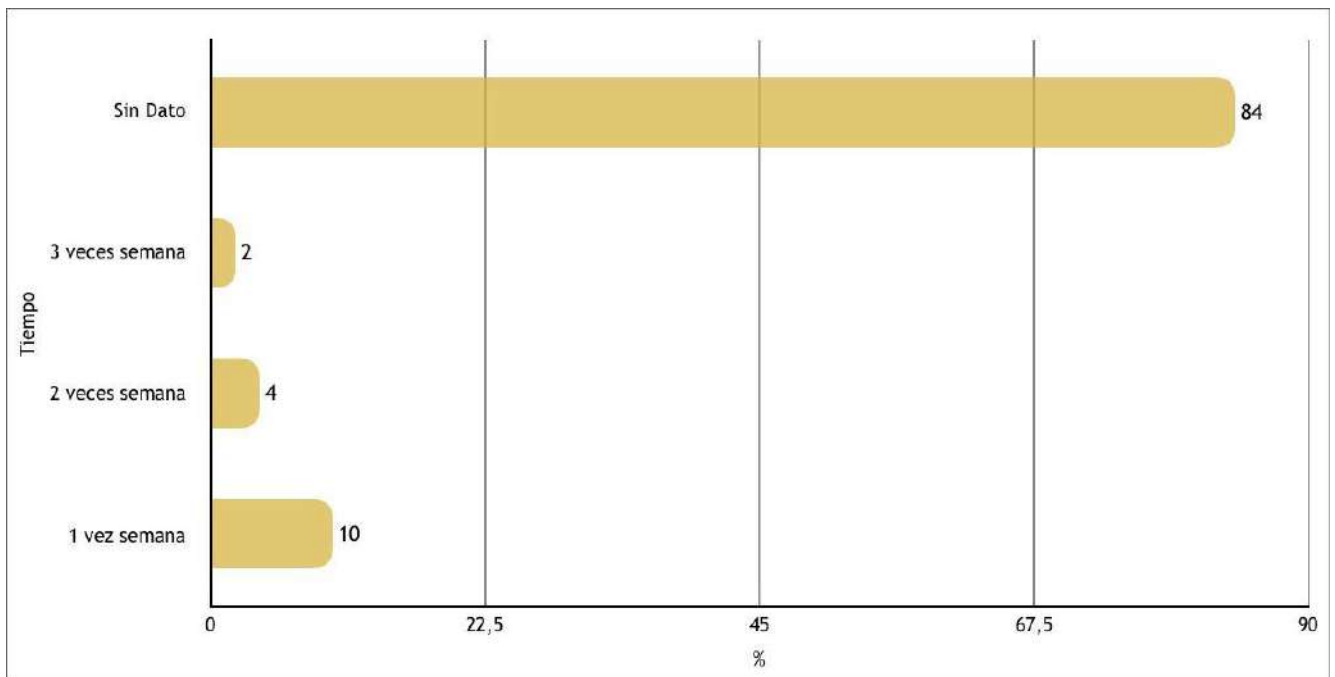
Gráfica 09: Cliente habitual de la prostitución en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

Un 54% reconoce ser un cliente habitual, mientras que un 44% dice no serlo. Quizá sea importante comentar, en referencia a este dato, que podemos confirmar que no es del todo real pues, una vez realizadas las encuestas a estos, acudimos a muchas de las mujeres que los tienen como clientes, y nos indicaron que los que habían respondido que no eran habituales, acudían en ocasiones más de dos veces por semana. Conviene indicar lo que representan individualmente los términos “habitual” o “frecuente”. Para ello creímos necesario realizar una pregunta acerca de la frecuencia con la que acuden, obteniendo todo tipo de respuestas. Reflejo de ello son las dos gráficas siguientes: frecuencia en un año, por una parte, y frecuencia semanal, por otra.



Gráfica 10: Frecuencia de asistencia del cliente de la prostitución en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

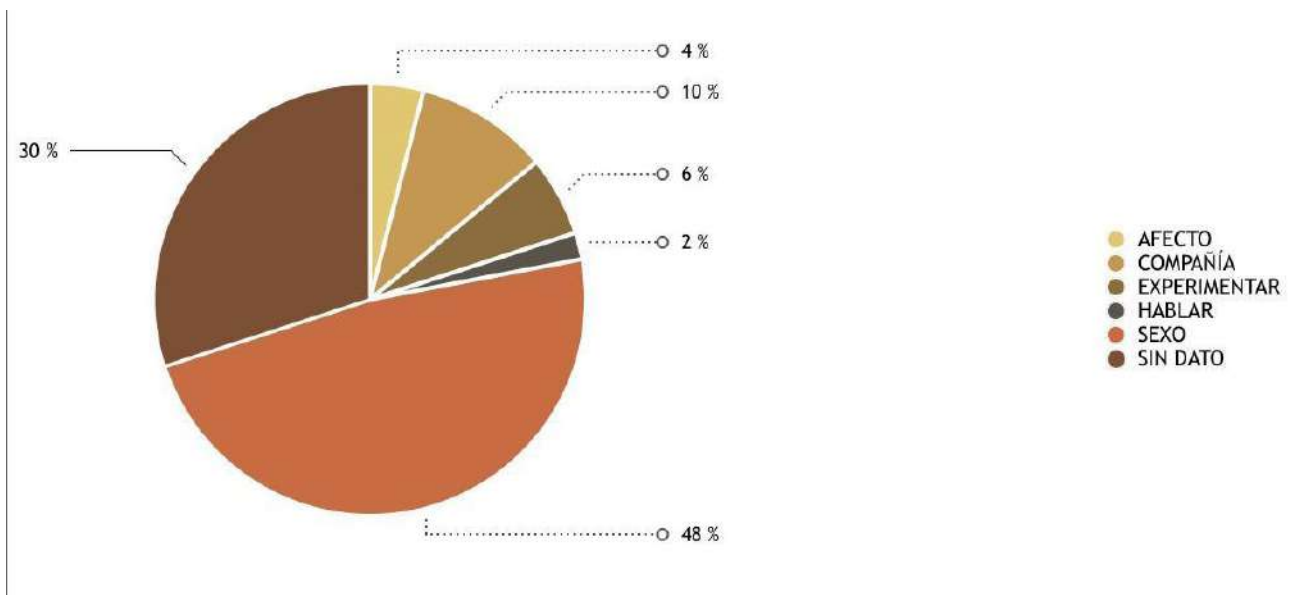
Si nos basamos en las respuestas de estos sujetos, podemos decir que más de un tercio de los encuestados reconoce acudir una vez al mes, 16 respondieron que cada dos meses y 14 cada tres meses. Sin embargo, encontramos un grupo de 12 sujetos que respondió acudir una vez a la semana y otros 10 cada dos semanas. Con este dato semanal es con el que nos quedamos, para poder establecer la frecuencia semanal y comprobar, de este modo, la veracidad de los hechos. No obstante, la respuesta que obtuvimos no era la de esperar al no contestar el 84% de los encuestados, como refleja el gráfico siguiente:



Gráfica 11: Frecuencia semanal del cliente de la prostitución en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

Esta pregunta quizá haya sido de las más difíciles de formular, debido a la negatividad en el momento de reconocer la frecuencia de asistencia a estos servicios. Para los clientes y clientas, el derecho a la privacidad es fundamental, y aunque se trate de sujetos activos dentro del fenómeno prostitucional y apenas estigmatizados, el hecho de enfrentarse a la realidad a través de la expresión de sus vivencias provoca que se sientan como señalados. Además, motivados por una doble vida en la mayor parte de los casos, sienten que esa privacidad se les arranca, por lo que llegan a mentir en las respuestas. En el caso de esta investigación pudimos confirmar que este 84% que no contestó acude con asiduidad en busca de estas mujeres, pero el miedo a ser descubierto por su círculo de acción, sus familiares, amigos, etc., le hace manipular las respuestas o simplemente a no contestarlas.

En cuanto al motivo por el que acuden a estos servicios, obtenemos la siguiente gráfica, donde se observa que un alto porcentaje de los 50 encuestados no respondió. A pesar de ello, se puede destacar, fundamentalmente, al 48% que dice demandar sexualmente a estas mujeres. Si analizamos los numerosos estudios que se han elaborado al respecto, prácticamente la totalidad hace referencia a los clientes que buscan este tipo de servicios con único fin sexual. Sin embargo, tenemos que reconocer que en este estudio, y debido a la cantidad de prostitutas de edad avanzada objeto del mismo, muchos de los clientes acuden por otros motivos además de este. Un reflejo de ello es el 10% que se incluye dentro de la categoría de “compañía”.

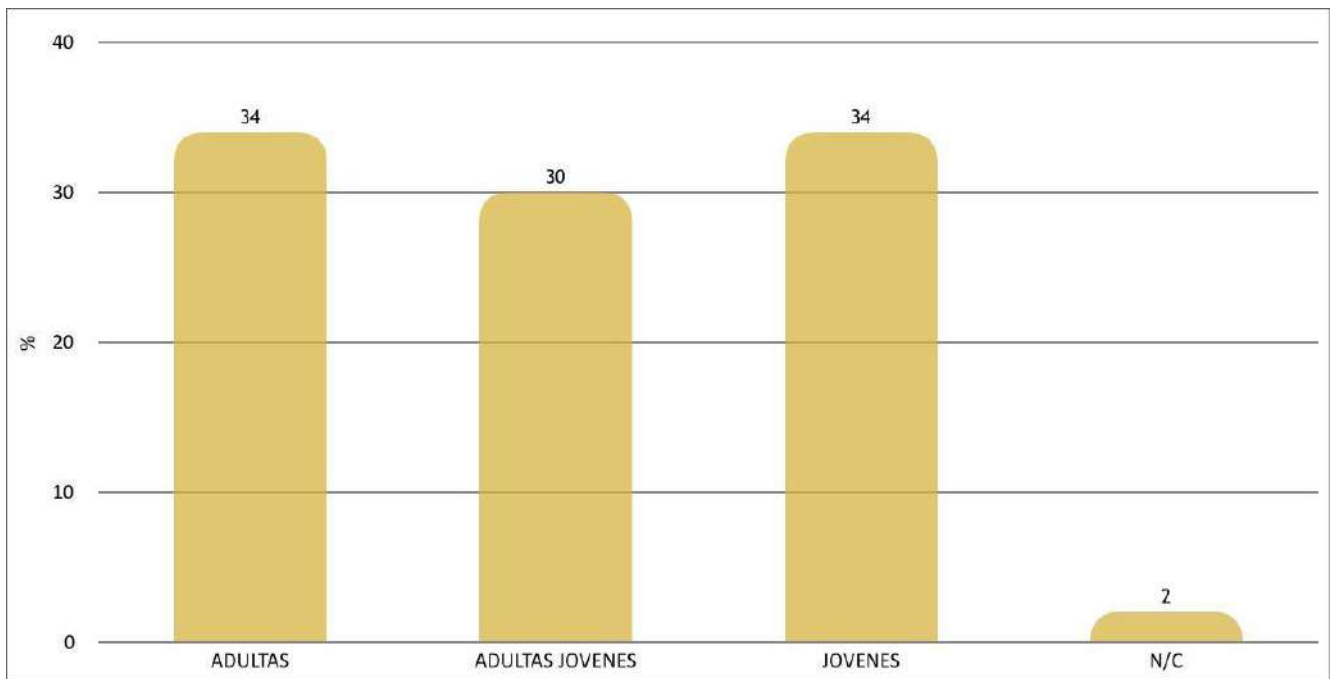


Gráfica 11: Tipo de demanda del cliente de la prostitución en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

Una vez analizados estos datos, pudimos comprobar que los que habían respondido a este dato eran clientes de más de 65 años, es decir, los clientes considerados por las mujeres como “clientes de toda la vida”, y que en sus primeros años buscaban satisfacer un fin sexual, aunque en estos momentos, y debido a la complicidad y la confianza cliente-prostituta, pretenden atender una necesidad más bien de acompañamiento, para evitar la soledad. Este dato se puede relacionar, a su vez, con las categorías de “afecto” y “hablar”, porque el cliente que busca compañía, lo que realmente necesita es afecto y charla. Por este motivo podríamos afirmar que un 16% del total acude por esta razón. En alguna entrevista personal de las mujeres de más avanzada edad, se puede escuchar cómo dicen tener clientes que acuden solo para hablar. Así, se observa la correlación existente entre las respuestas de los clientes y los testimonios de las entrevistadas.

En lo que respecta al servicio que demandan, en esta categoría entrarían en juego varios factores, entre los que destacarían el tipo de trabajadora que solicitan, el tipo de servicio, la relación con la trabajadora, el lugar donde tiene lugar el ejercicio de la actividad, así como lo que se paga por esta. Todos estos datos están en cierto modo relacionados con los anteriores, puesto que el perfil personal del cliente tiene mucho que ver con el tipo de mujer que solicita, así como con la cantidad de dinero que ofrece por el servicio.

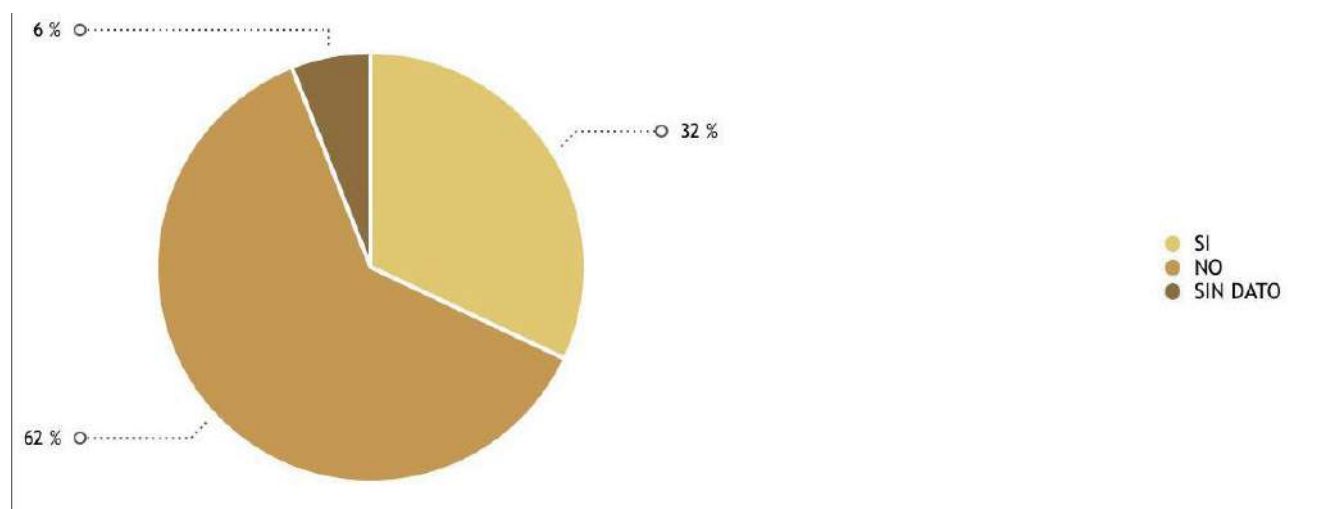
Con respecto al tipo de trabajadora a la que acuden, mostramos los datos recabados en la siguiente gráfica. En este caso hay que tener en cuenta que si la preferencia es hacia las prostitutas jóvenes, la demanda va a ser de tipo sexual, mientras que si la preferencia es hacia la mujer adulta, estaremos hablando de la parte afectiva, del acompañamiento



Gráfica 12: Tipo de trabajadora sexual demandada por el cliente en la Ciudad de México

Fuente: Elaboración propia

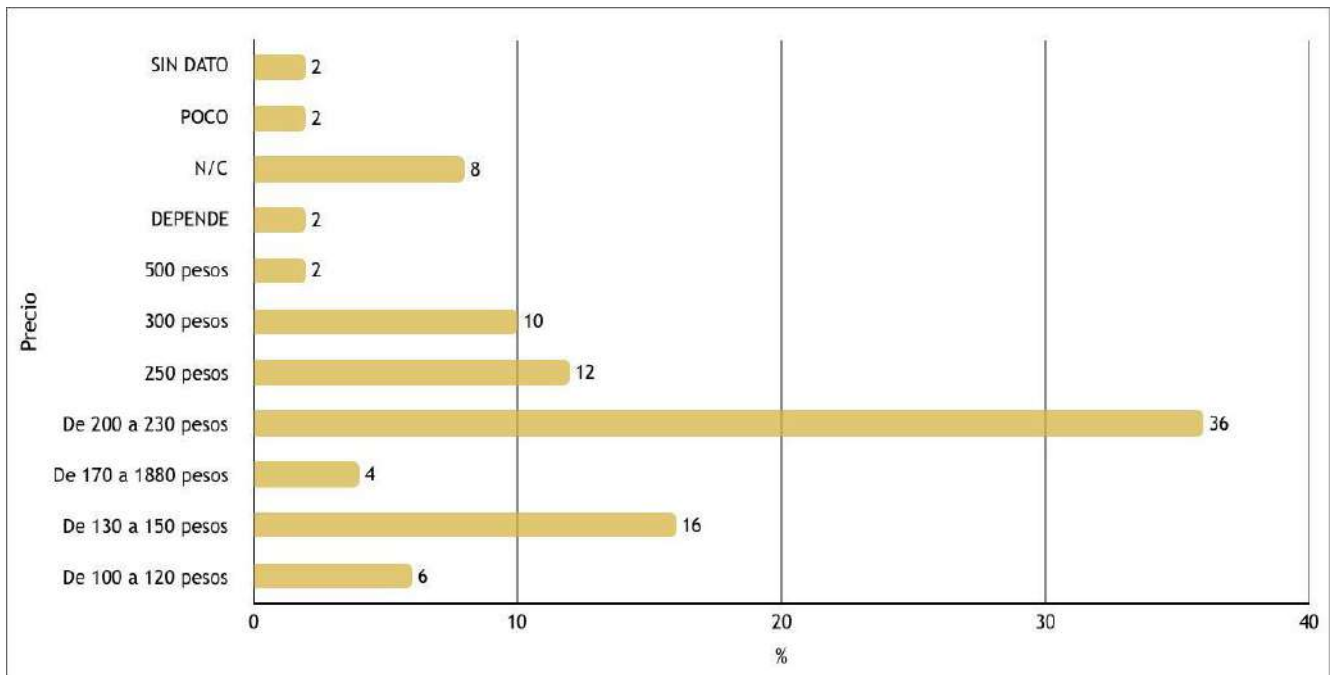
Los datos obtenidos en relación con el tipo de mujer prostituta demandado son equitativos, con un 34% tanto para los que solicitan adultas, como jóvenes. Es importante hacer hincapié en el hecho de que las adultas a las que nos referimos superan los 45 años, mientras que las jóvenes no reconocen ser menores de 18 años, yendo de 18 a 25 años y de 25 a 45 años en el caso de las adultas jóvenes. Un dato significativo es el de la demanda de mujeres adultas, en base al dato expresado anteriormente sobre la cantidad de sexoservidoras mayores de 65 años en ejercicio en la Ciudad de México, y más concretamente en una de las zonas de estudio, el Barrio de la Merced. Este dato se relaciona, con el estatus económico del cliente, puesto que al tener ingresos bajos, acude a este tipo de mujeres que ofrecen su cuerpo de manera no solo sexual sino afectiva y por poco dinero. Una de las preguntas que formulamos tiene relación con el amor que pueden sentir por las mujeres. Los resultados de las respuestas a esta pregunta muestran que hay casos donde se pueden dar relaciones a otro nivel, en los cuales el contacto con la prostituta vaya mucho más allá de una relación sexual, entrando en juego el intercambio de información personal entre ambos sujetos. Muchos de estos clientes les dan a las mujeres que les interesan sus números de contacto, y viceversa, como suele suceder en el caso de clientes habituales, con un contacto diario, semanal o mensual permanente. La siguiente gráfica es el reflejo de estos resultados:



Gráfica 13: Existencia de amor por parte del cliente que acude a la prostitución en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

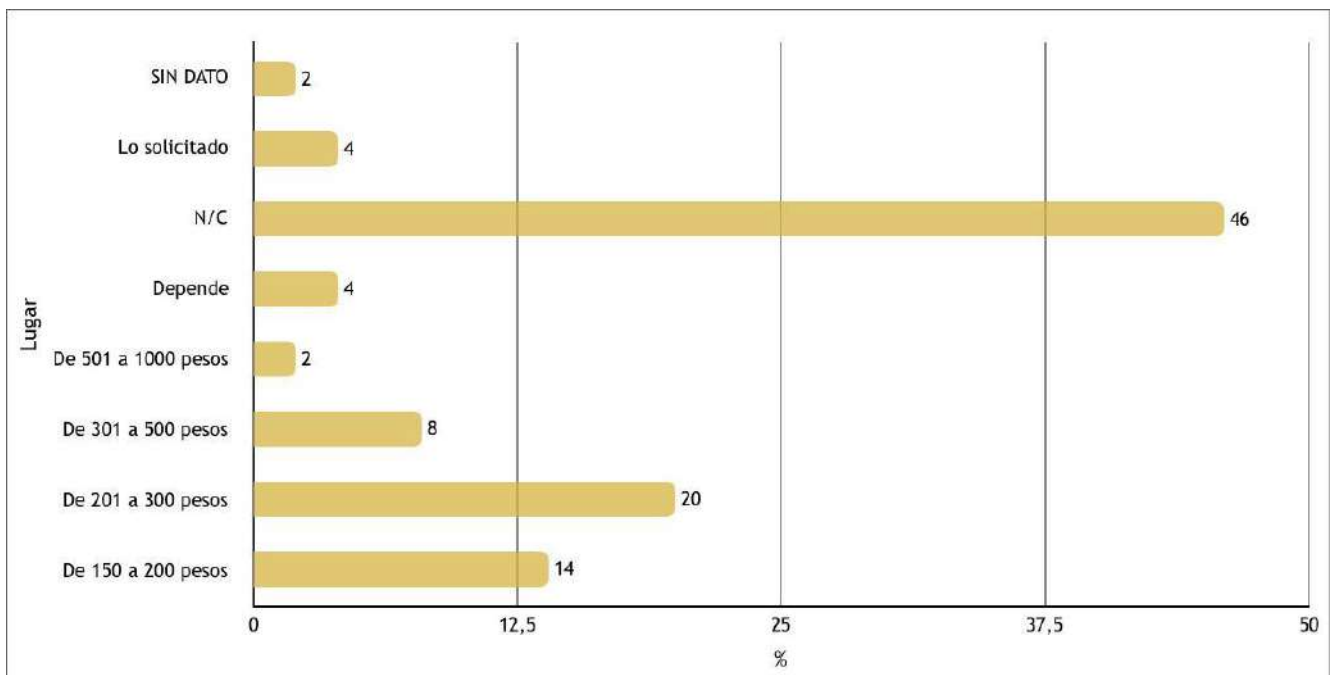
El dato que representa a los clientes que sí que se enamoraron de alguna mujer prostituta es significativo, con un 32%, lo que nos lleva a confirmar este porcentaje tan elevado no solo ha sentido un deseo sexual o carnal por una de las mujeres, sino que ha ido más allá en el terreno sentimental y de afectividad. Una vez realizadas las encuestas, dos de los clientes a los que se había preguntado, confesaron haber convivido durante años con mujeres que habían conocido en la prostitución, llegando incluso a tener hijos con ellas. Esta relación que más allá del afecto que se puede sentir por una de las mujeres no solo tiene como parte principal al cliente, sino que la propia mujer puede enamorarse de alguno de ellos y emprender una relación sentimental, como se pudo comprobar tanto en las entrevistas personales, como en algunas de las encuestas realizadas a las mismas. Por lo tanto, esta relación profesional en ciertos casos puede derivar en una relación sentimental. Así, el cliente, con el fin de convencer a la mujer para que abandone el mundo de la prostitución y mantener una relación con ella, le paga todos los gastos propios de la vida diaria, como alquiler, manutención o cuidado personal. Muchas veces esta relación por parte del cliente se puede convertir en enfermiza, al no ser correspondido por la sexoservidora al estar sujeta al dominio de un padrote o madrota. En muchos otros casos, el cliente odia al padrote y le recrimina la influencia emocional y física a la que está sometida la sexoservidora. Sí es importante decir que, en estos casos, son muy pocas las mujeres que acceden a dejar su vida por ellos, aunque hemos llegado a conocer a alguna mujer que se enamoró de un cliente, y este finalmente accedió a que siguiese en la prostitución. En este sentido, pretendemos incidir en el hecho de que hay clientes que llegan a enamorarse de las mujeres a las que acuden o a cogerles cariño, ayudándolas en todos los sentidos, fundamentalmente en el económico. Muchos de ellos, buscan establecer con ellas una relación sentimental, pero será infructuosa fundamentalmente por parte de las mujeres, que consideran esta posibilidad como algo inalcanzable, pues su imagen retorna al momento en que se conocieron y eso, en boca de ellas, es inviable para poder llevar una relación más allá de lo profesional. A fin de cuentas, para ellas es una manera de defenderse emocionalmente y de conservar su independencia con respecto a quien no consideran nada más que cliente, aun cuando pueda gozar de con ciertos privilegios. No es difícil que establezcan otro tipo de relación, lo difícil es que los dos olviden donde se conocieron.

Ante la pregunta de cuánto pagan por servicio, podemos incluir a los clientes con ingresos por debajo de 5 000 pesos mensuales, que acuden a estos servicios por pases de 100 hasta 300 pesos como máximo. La siguiente gráfica refleja que de las 50 encuestas realizadas, 36 no pagan más de 230 pesos por servicio, coincidiendo la mayor parte de estos con clientes encuestados en el Barrio de la Merced, y que en el momento de la misma, reconocían acudir en busca de uno de estos servicios.



Gráfica 14: Coste del servicio demandado por el cliente que acude a la prostitución en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

Por el contrario, los clientes que pagan más de 300 pesos, suelen dirigirse más bien a la zona de Metro Revolución, dato que refleja que las mujeres más cotizadas se encuentran en esta zona. Otro dato que marca la diferencia con respecto al servicio, es lo que estarían dispuestos a pagar por un servicio, y reflejo de ello obtenemos la siguiente gráfica:

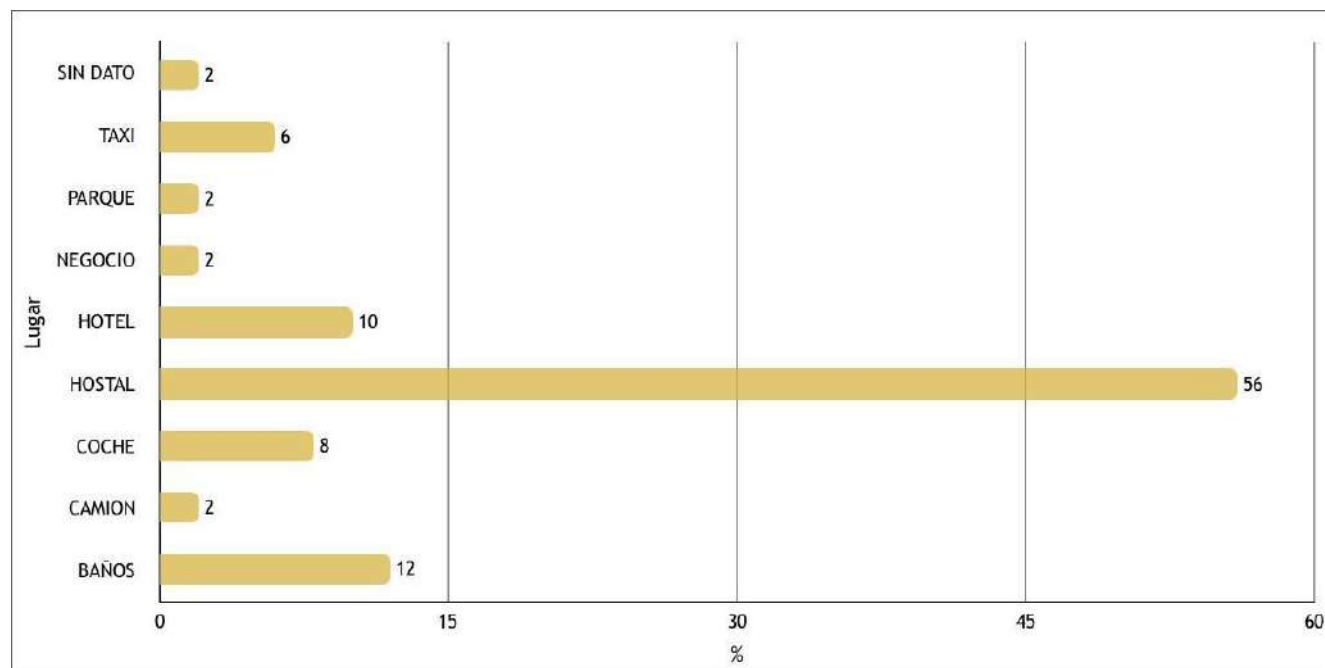


Gráfica 15: Cantidad máxima que paga el cliente que acude a la prostitución en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

La variación con respecto a lo que pagan no es significativa, pues el rango de 200-300 pesos sería lo que llegaría a pagar la mayoría, un 20%, de los que han respondido, pues un alto porcentaje no contesta a esta pregunta. Normalmente, los clientes son reacios a responder a este tipo de preguntas debido a que consideran dichos datos como parte de su privacidad. Esta cuestión se relaciona con una de las preguntas anteriores sobre el puesto laboral que desempeñan, donde podemos apreciar que un alto porcentaje se engloba den-

tro de las profesiones de clase media o media baja, por lo que en ningún caso se prestan a decir que pagan más de lo que consideran justo en base a su profesión.

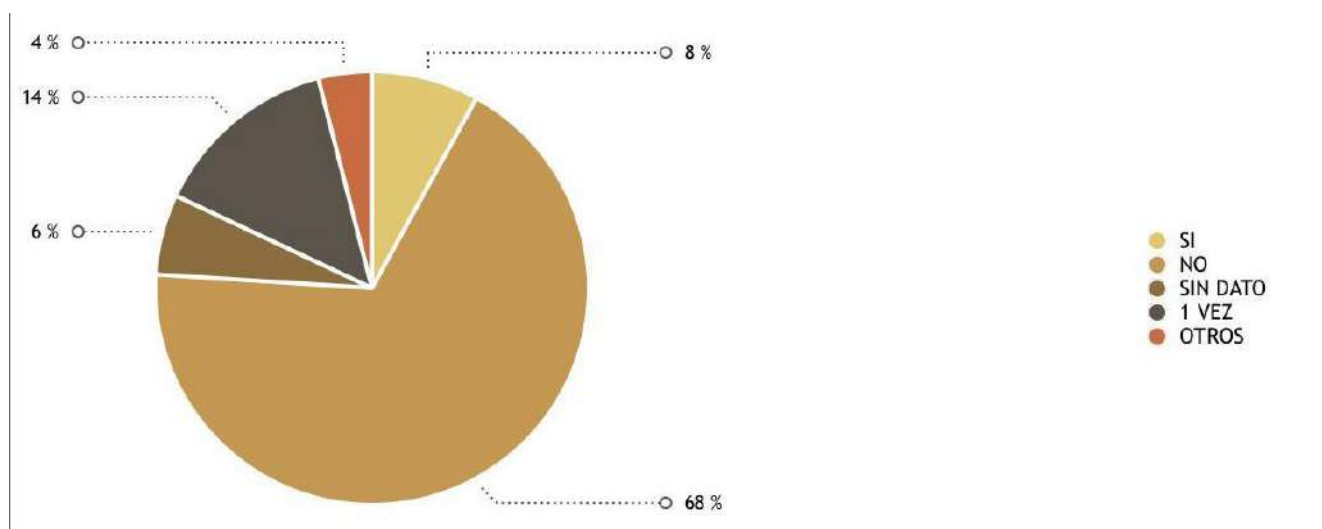
En lo que respecta al lugar donde tiene lugar el servicio, obtenemos la siguiente gráfica del vaciado de encuestas:



Gráfica 16: Lugar del contacto sexual cliente-prostituta en la Ciudad de México
Fuente: Elaboración propia

A través del mismo, podemos percibir que más de la mitad de los clientes de ambas zonas, un 56%, acude a realizar el servicio demandado a los hostales de la zona, aunque en este dato es importante reflejar los datos obtenidos en el trabajo de calle que realizamos, lo que permite establecer una clara diferencia entre ambas zonas. Se observa, igualmente, que en la zona de Metro Revolución hay un mayor número de clientes que van a hoteles que en el Barrio de la Merced, debido, fundamentalmente, a que el precio de los hoteles es más elevado que el de los hostales y en esta zona el cliente posee un estatus económico un poco más elevado. Por el contrario, el Barrio de la Merced, debido a su condición social, representa a un barrio con construcciones más antiguas y sin las condiciones higiénicas favorables, por lo que en esta zona no se dan hoteles de lujo y predominan los hostales de media o baja categoría, cuyas condiciones de salubridad no son las deseadas. Sobresalen en esta zona los hostales Valencia y Niza, lugares donde se han realizado muchas de las entrevistas personales en profundidad. Este dato entronca con el estatus económico del cliente, así como con lo que está dispuesto a pagar por el servicio de una mujer. El cliente del Barrio de la Merced no suele ser exigente con las condiciones que presentan los lugares donde se desarrolla el servicio, ni tan siquiera busca un lugar seguro o privado, mientras que los clientes de Metro Revolución, por su parte, sí le dan prioridad a ello.

Es conocida, aunque no reconocida por las mujeres, la intolerancia y agresividad que muestran con algunos clientes mientras que, por el contrario, son sumisas con sus padrotes. Esta es una de las incógnitas del cliente, ya que no es capaz de comprender cómo algunas sexoservidoras pueden ser agresivas y ofensivas con ellos, mientras que con los padrotes se muestran cariñosas y sumisas, a pesar de los maltratos y vejaciones a los que se ven sometidas. Por ello vimos la necesidad de preguntar si en algún momento habían vivido episodios de violencia con alguna de las mujeres, a lo cual respondieron lo que se muestra a continuación:

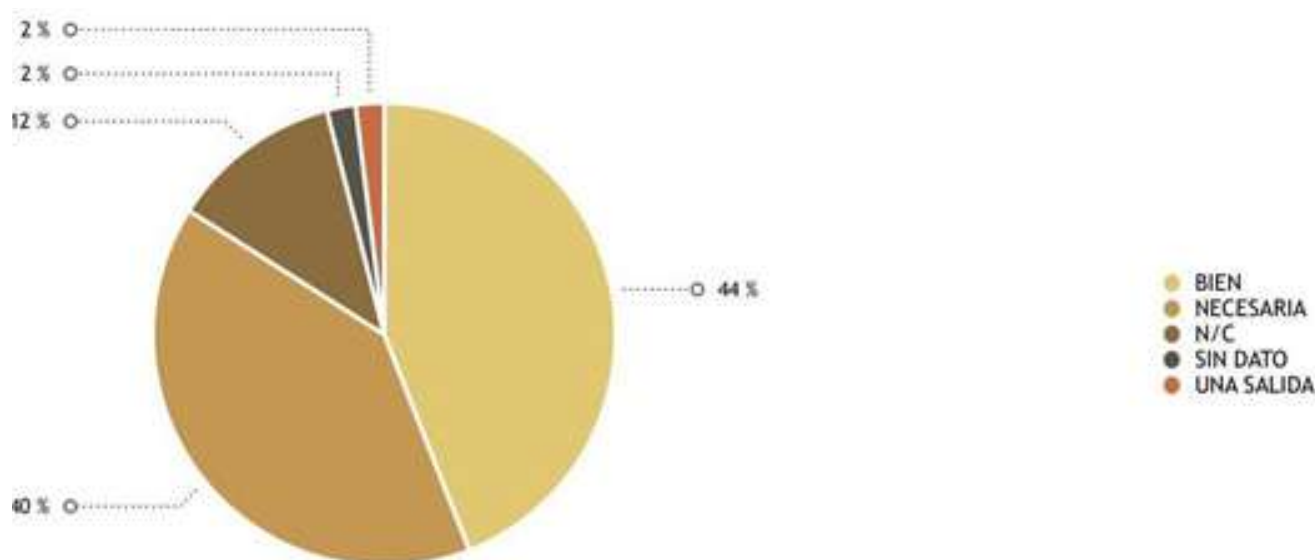


Gráfica 17: Violencia en el cliente que acude a la prostitución en la Ciudad de México (encuesta 2000-2001)
Fuente: Elaboración propia

El 68% reconoce no haber ejercido ni recibido ningún tipo de violencia. No obstante, no se puede dejar de tener en cuenta el hecho de que la posibilidad de reconocerlo se les plantea difícil, puesto que podrían ser señalados de por vida. Pero el 24% que reconoce haber sufrido episodios de violencia sí es significativo. Todos estos sujetos insistieron, siempre después de la encuesta, que la culpa había sido de las mujeres, por no cumplir, en la mayor parte de los casos, con el servicio acordado. Pero si algo hay que apuntar, es el 2% de violencia mutua, lo que nos lleva a entender que no solo el hombre, o mujer cliente, es el causante de esos malos tratos, sino que la mujer prostituta también acomete actos violentos. Las mujeres prostitutas reconocen igualmente la existencia de estos actos, expresando que la causa de ellos se debe a la falta de contrato con los clientes. Cuando esto sucede, en gran parte es porque no cumplen con lo acordado previamente y, en algún otro caso, porque no reciben el pago, con la excusa de no haber efectuado el servicio deseado. En otras situaciones esta violencia, a veces desmedida, es provocada por los efectos de los estupefacientes que las vuelven violentas y sin control. Conviene recordar los episodios de violencia que expresan en el desarrollo del trabajo de campo con algunas de las mujeres, donde se puede apreciar la reciprocidad que venimos de comentar. Es el caso de Jenifer (nombre ficticio), sexoservidora de Metro Revolución:

“[...] allí me empezó a golpear, primero con la mano, y seguido con un bate de béisbol que tenía guardado, primero me dio en la cabeza y luego en las costillas...” (28 de marzo del 2001 en Metro Revolución- CDMX)

Finalmente, la opinión que los clientes tienen al respecto de la prostitución adulta y las medidas que adoptarían al respecto, está presente los siguientes datos:



Gráfica 18: Opinión del cliente que acude a la prostitución en la Ciudad de México, en relación a la misma
Fuente: Elaboración propia

De los 50 encuestados, el 40% cree que la prostitución es “necesaria”, sin considerarla un mal necesario, sino que considera que es fundamental para la sociedad. Un 44% responde “bien”, por lo tanto de ello se puede desprender que un 84% cree que debe de existir, pensando que gracias a la misma los deseos sexuales estarían cubiertos. La mayor parte de los sujetos incluidos en este porcentaje considera que sus relaciones matrimoniales o de pareja son monótonas, por lo que acuden a estos servicios con el afán de romper con dicha monotonía. Opinan que sus parejas no les ofrecen los servicios que les aporta una mujer prostituta, con la ventaja de no tener ninguna obligación o compromiso para con ella, solo el mero contacto carnal. Así pues, consideran que no la erradicarían. Un 12% no contesta, lo que deja entrever que no la paliarían de ninguna de las formas, pero que nunca lo reconocerían por estar aceptando algo que consideran prohibido.

Una vez analizados todos los datos de los clientes y clientas encuestados, es importante comentar que la mayor parte de los mismos, tanto de una zona como de la otra, busca satisfacer sus necesidades sexuales sin pretender ir más allá. Su intención es la del deseo, satisfacción e insatisfacción de su cuerpo. La tónica general es la del cliente que aborda a la sexoservidora buscando intimar, sexo rápido y a poder ser barato. Esto último destaca más en el Barrio de La Merced, debido al estatus de la prostitución callejera que se da en la misma, como hemos mencionado anteriormente, con un predominio de mujeres de nivel educativo, cultural y económico bajo. Pero si nos dirigimos a Metro Revolución, esa búsqueda de sexo barato no es la que predomina, debido tanto al nivel del cliente, como a las preferencias de las mujeres, con un nivel superior.

Consideraciones finales

A lo largo de este trabajo hemos tratado de demostrar y entender uno de los agentes del complejo fenómeno de la prostitución femenina adulta en dos de las zonas de la Ciudad de México, el cliente. Nuestro punto de partida fue la necesidad, en el contexto de los numerosos trabajos académicos sobre la prostitución, de evidenciar el papel esencial del consumidor de la prostitución. Como hemos visto, los clientes en los espacios de Metro Revolución y Plaza Loreto, de la Ciudad de México, no se enmarcan en un único perfil socioprofesional, al estar hablando de dos zonas totalmente diferenciadas en cuanto a la prostitución se refiere, aunque sí se pudo apreciar una pequeña diferencia en el perfil del cliente de Plaza Loreto, siendo de rango económico inferior que el de Metro Revolución. El mayor porcentaje de los clientes son del sexo masculino, aunque la clientela femenina se

hizo presente de forma marginal en Metro Revolución. Las edades de estos actores prosti-
tucionales se incluyen en todos los rangos y la mitad de tienen entre 16 y 25 años. Destaca
la importancia del cliente adulto envejecido, en busca de un comportamiento más afectivo
que sexual, en ambos espacios. Este hecho nos lleva a poder deducir la proximidad del ac-
tor con los sujetos prosti-
tucionales a lo largo de sus vidas, lo que a una determinada edad
exista ese acercamiento por años de relación. En general, como hemos visto son clientes,
en su mayoría, casados y con descendencia debido en parte el tipo de sociedad investiga-
da, arraigada a costumbres ancestrales, una sociedad patriarcal tradicional, donde el peso
masculino rige todo el sistema familiar de la misma, y en la que la mujer, considerada
siempre como mera consecuencia del hombre, es formada y manipulada por un sistema
familiar cuya identidad está marcada por el papel de la madre invadida por la necesidad
impuesta de tener descendencia. Los clientes se relacionan con profesiones de taxista y
vendedores ambulantes en su mayor parte, con ingresos no superiores a los 10000 pesos
mensuales, lo que nos indica el rango profesional medio y aunque destacan los de profe-
siones de nivel superior, los sujetos prosti-
tucionales, confirman que estos acuden a las mu-
jeres que ofertan sus servicios a precios más elevados. Este hecho nos confirma la conexión
estatus profesional con el nivel prosti-
tucional por parte de las mujeres que se prostituyen.
Al mismo tiempo, que nos indica el lugar donde realizan el acto sexual, siendo el hostel el
más característico dejando entrever el gasto medio que el cliente desea invertir en el mis-
mo y su nivel económico, y destacando la diferencia entre ambos espacios de estudios al
respecto, siendo un poco más elevado el nivel de Metro Revolución que el de Plaza Loreto.
Es importante el reconocimiento, por parte de los mismos, que en algún momento de todos
los contactos sexuales que tuvieron a lo largo de sus vidas con diferentes mujeres, haberse
enamorado en más de una ocasión de alguna de ellas, pudiendo comprobar la existencia de
una relación entre ambos. Independientemente del tipo de cliente analizado en este artícu-
lo, destacamos la importancia por parte de los mismos, de la necesidad de la prostitución
en la sociedad sin considerarla un mal necesario debido a la monotonía en sus relaciones
de pareja y buscando una relación sexual sin compromiso ni afectividad, pero siempre
desde su invisibilidad más absoluta.

Concluimos, con la constatación de la violencia existente por parte de los clientes hacia
las prostitutas, y su reciprocidad, debido en parte a razones de algún tipo de adicción por
parte de ambos sujetos que los lleva a efectuar episodios en muchos casos, de extrema
agresividad e incluso la muerte. la violencia adquiere importancia como acto del desar-
rollo prosti-
tucional, donde están presentes tanto el poder como la dominación durante
todas las etapas del mismo. Se trata del maltrato en sus diferentes aspectos, que nos acerca
a la problemática de la prostitución y a la repercusión que tiene en las mujeres que la ejer-
cen, marcando su trayectoria vital. Hacemos referencia con ello, al maltrato o la violencia
física que define Cervantes et al., 2004, p. 243: “aquella que incluye acciones que por lo
general se conforman en una escalada que puede comenzar por un pellizco y continuar con
empujones, bofetadas, puñetazos, patadas y torceduras, pudiendo llegar hasta el homici-
dio”. Otro de los maltratos a los que se ven sometidas las mujeres prostitutas y que deja
huella en sus vidas, es el emocional o afectivo, donde el daño que produce y los medios
que utiliza, se encuentran en la esfera de lo emocional. Otra de las tipologías de maltrato
es la violencia sexual presente cuando el hombre obliga a la mujer a mantener relaciones
sexuales sin su consentimiento, en contra de su voluntad, y que lleva intrínseca una vio-
lencia psicológica o emocional. Es una forma de violencia que consiste en “la imposición
de relaciones sexuales por parte de la pareja masculina” (González Montes, S, 2004, p. 170).
Por último, cabe destacar un nuevo tipo de maltrato, no menos importante y que entra en
cohesión con los otros tipos de violencia, el maltrato o violencia económica, que tiene como
finalidad controlar por medio del ejercicio del poder que otorga la diferencia de género.
El fin es el de “someter a otra persona mediante el control de determinados recursos ma-
teriales -dinero, bienes, valores- que pertenecen al agresor o a la víctima” (Torres Falcón,
M, 2001, p. 146). Este proceso marca un antes y un después en la vida de las mujeres, anu-

ladas sistemáticamente, violentadas, ultrajadas, carentes de afectividad y señaladas tanto en su vida privada como pública, por el hecho de haber sido dominadas y marcadas por una opresión patriarcal. Diferentes autores hacen referencia a las causas de la entrada en la prostitución, motivadas por una necesidad económica, problemas sociales, obviando las psicológicas. Por ello consideramos tan importante este artículo, que expone una serie de premisas generales que a nuestro modo de ver pueden ser motivo suficiente para arrastrar a una persona a ejercer la prostitución. Ante la situación de violencia, las propias mujeres se sienten rechazadas y, sin opción de salida para poder subsistir, buscan en la prostitución su medio de vida.

Concluimos que la perpetuación de la violencia contra las mujeres adultas sexoservidoras, en el espacio urbano de la Ciudad de México, está directamente relacionada con la omisión por parte del Estado de medidas de protección y seguridad al mismo tiempo que legitima la impunidad de los agresores. En México no existe una ley o reglamento que establezca alguna obligación o corresponsabilidad para los usuarios de la prostitución, ni a nivel federal, ni estatal. La ausencia de sanción jurídica para la prostitución provoca que “se persigue, se hostiliza a las prostitutas, se les saca dinero bajo cohecho, se les encarcela, se las chantajea y tienen que pagar a otros para poder ejercer” (Lagarde y de los Ríos, 2011, p. 592). Motivado por la falta de una legislación que regule el ejercicio de la prostitución, y en base a la defensa diaria que hacen las mujeres que se prostituyen en la Ciudad de México para que se reconozcan sus derechos, podemos confirmar el abuso y poder que las autoridades ejercen sobre las mismas, a través de detenciones que son el reflejo de la violencia generalmente ejercida sobre ellas.

Referências

Barra da Costa, J.M y Barata Alves, L. Prostituição 2001. O masculino e o Femenino de Rua. Lisboa: Edições Colibri, 2001

Butanda Bautista, I. Legalización y Regulación de la prostitución en la Ciudad de México. Tesis en Tecnológico Universitario de México. México. Recuperado de Biblioteca Digital UNAM. 2018.http://oreon.dgbiblio.unam.mx/F/YUR2PDMIP7D92BIS8CQ5AYBBRRXILYHTKQY7DEB469NJ4BEP96-00456?func=find-b&request=butanda+bautista&find_code=WRD&adjacent=N&x=0&y=0&filter_code_2=WYR&filter_request_2=&filter_code_3=WYR&filter_request_3=

Garrido Guzmán, L. La prostitución: estudio jurídico y criminológico. España: Editorial Edersa, 1992

Gómez Suárez, A. y Pérez Freire, S. Prostitución: clientes e outros homes. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, S.A, 2009

González, E. y Martínez, F. De la Exclusión al Estigma: Mujeres Inmigrantes Africanas en Contextos de Prostitución en el Poniente Almeriense. Una aproximación, Almería: Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía, 2002

Harvey, D. La construcción social del espacio y del tiempo: una teoría racional. Simposio de Geografía Socioeconómica. Asociación de geógrafos japoneses en la Universidad de Nagoya. Japón., 1994. Recuperado de <http://geografiacriticaecuador.files.wordpress.com/2013/01/16-harvey.pdf>

Lagarde y de los Ríos, M. Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas. Madrid: Editorial San Cristobal, 2011

Lopes, A. Trabalhadores do Sexo Uni-vos! Organização Laboral na Indústria do Sexo. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 2006

- López Precioso, M. y Mestre i Mestre, R. Trabajo Sexual. Reconocer derechos. Valencia: Ediciones La Burbuja, 2006
- Malem, J. La imposición de la moral por el Derecho: la disputa Devlin-Hart, en Rodolfo Vázquez (comp.), Derecho y Moral: ensayos sobre un debate contemporáneo. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998
- Martilla, A. "Consuming sex: Finnish male clients and russian and baltic prostitution", 5th European Feminist Research Conference- Gender and Power in the New Europe, Suécia, Lund University, 20-24 Agosto, 2003
- Massey, D. Space, Place and Gender. Blackwell, Great Britain, 1994
- McDowell, L. Doing gender: feminism, feminist and research methods in human geography, Transactions 17, 399-416, 1992
- McDowell, L. Género, identidad y lugar. Un estudio de las geografías feministas. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000
- Meneses Falcón (dir.) et al. Perfil de la prostitución callejera. Análisis de una muestra de personas atendidas por APRAMP. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2003
- Osborne, R. (Ed.). Trabajador@s del sexo. Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2004
- Pheterson, G. (Ed.). El prisma de la prostitución. Madrid: Talas, 1996
- Santos, M. De la totalidad al lugar. Barcelona: Oikos-Tau, 1996
- Symanski, R. Prostitution in Nevada. Annals of the Association of American Geographers. Vol. 64, nº 3, pp. 357-377, 1974

OS ARGUMENTOS E AS IMPLICAÇÕES DA MECANIZAÇÃO NA COLHEITA DA CANA-DE- AÇÚCAR NOS CANAVIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

**THE ARGUMENTS AND THE IMPLICATIONS OF
MECHANICAL HARVESTING OF SUGARCANE IN THE
SUGARCANE FIELDS IN SÃO PAULO STATE**

**LOS ARGUMENTOS Y LAS IMPLICACIONES DE LA
MECANIZACIÓN EN LA COLECTA DE LA CAÑA DE AZÚCAR
EN LOS CAÑAVERALES DEL ESTADO DE SÃO PAULO**

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre os argumentos, as justificativas e as estratégias que permeiam o processo de mecanização nos sistemas de colheita e plantio da cana-de-açúcar nos canaviais paulistas e, nesse contexto, refletir sobre as consequências dessas mudanças para os trabalhadores e trabalhadoras que atuaram e ainda atuam no segmento em questão. Metodologicamente, buscou-se combinar revisão bibliográfica, levantamento e análise de dados secundários e pesquisa empírica nas regiões de Presidente Prudente e Ribeirão Preto. Os resultados alcançados permitem destacar que, embora o processo de mecanização da colheita e plantio da cana-de-açúcar em curso, compareça aos *olhos da sociedade*, fundamentados em argumentos e justificativas que perpassam o viés ambiental e social, essas mudanças nada mais são que estratégias do capital para ampliar e acelerar o processo de acumulação e, por conseguinte, invisibilizar as condições laborais e melhorar sua imagem diante do mercado consumidor, sobretudo, o internacional.

Palavras-Chaves: Cana-de-Açúcar; Trabalho; Mecanização; Desemprego.

ABSTRACT

This article aims to present reflections about the arguments, justifications and strategies that permeate the process of mechanization in sugarcane harvesting and planting systems in the sugarcane fields of São Paulo State. In this context, we seek to reflect on the consequences of these changes for the workers who have worked in this segment. Methodologically, we sought to combine bibliographic review, survey and analysis of secondary data and empirical research in the regions of Presidente Prudente and Ribeirão Preto. The results indicate that, although the process of mechanization of sugarcane harvesting and planting appears in society, based on arguments and justifications that cross environmental and social aspects, these changes are capital strategies to expand and accelerate the process of accumulation to make working conditions invisible and improve their image in the consumer market, especially the international market.

Keywords: Sugarcane; Labor; Mechanization; Unemployment.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo presentar reflexiones sobre los argumentos, justificaciones y estrategias que permean el proceso de mecanización en los sistemas de colecta y cultivo de la caña de azúcar en los cañaverales paulistas y, en ese contexto, reflexionar sobre las consecuencias de esos cambios para los trabajadores y trabajadoras que actuaron y aun actúan en el sector en cuestión. Metodológicamente, buscamos combinar la revisión bibliográfica, la encuesta y el análisis de datos secundarios y la investigación empírica en las regiones de Presidente Prudente y Ribeirão Preto. Los resultados alcanzados permiten destacar que, aunque el proceso de mecanización de la colecta y el cultivo de la caña de azúcar en curso, se muestren ante los ojos de la sociedad fundamentados en argumentos y justificaciones que sobrepasan el sesgo ambiental y social, esos cambios no son más que estrategias del capital para ampliar y acelerar el proceso de acumulación y, por consiguiente, invisibilizar las condiciones laborales y mejorar su imagen ante el mercado consumidor, sobre todo el internacional.

Palabras Clave: Caña de azúcar; Trabajo; Mecanización; Desempleo.

Introdução

O setor agroindustrial canavieiro está entre os principais segmentos do capital, no agrohidronegócio no Brasil. Amparados pelo discurso da geração de emprego, renda e desenvolvimento local-regional, tem-se beneficiado de fartos recursos estatais, os quais têm, historicamente, garantido seus múltiplos processos de reestruturação e expansão por grande parte do território nacional. Entretanto, embora tenha passado por vários processos de mudanças, seja do ponto de vista técnico, gerencial e na gestão e controle do trabalho, nas duas últimas décadas, as transformações se tornaram muito mais amplas e muito mais profundas, compreendendo todo o processo de acumulação, isto é, a produção, a circulação e a venda de mercadorias¹.

Baseados num modelo de produção histórico, que se sustenta na expropriação e exploração da terra, da água e da força de trabalho, os representantes do agrohidronegócio canavieiro, têm nas duas últimas décadas, adotado recursos da ciência e da tecnologia, a fim de intensificar os processos de produção e trabalho. O incremento tecnológico na produção agrícola (tecnificação dos processos de colheita e plantio da matéria-prima, investimentos em biotecnologia, melhoramento genético das mudas, intensificação no consumo de agroquímicos (fertilizantes sintéticos e agrotóxicos), incorporação da prática da agricultura de precisão e tantas outras inovações, pode ser pautado como exemplo dessa realidade. Estrategicamente implementadas, as referidas mudanças têm permitido aos detentores dos meios de produção ampliar a produtividade, intensificar o processo de trabalho e, por conseguinte, acelerar processo de acumulação (MENDONÇA, MESQUITA 2007; MENDONÇA, 2010, 2015; NEVES, 2019; NEVES e MENDONÇA, 2020).²

Diante dessa realidade, buscamos neste artigo, apresentar reflexões sobre os argumentos, as justificativas e as estratégias que permeiam a inserção da máquina nos sistemas de colheita e plantio da cana-de-açúcar nos canaviais paulistas e, nesse contexto, refletir sobre as consequências dessas mudanças para os trabalhadores e trabalhadoras que atuaram e ainda atuam nos domínios do agrohidronegócio canavieiro. Em termos de procedimentos metodológicos buscou-se combinar revisão bibliográfica com levantamento e análise de dados da RAIS/CAGED entre os anos de 2004 e 2018, realização de pesquisa empírica com a prática de entrevistas semiestruturadas, junto a trabalhadores e trabalhadoras residentes em municípios que compõem as Regiões Administrativas de Presidente Prudente e Ribeirão Preto.

Os argumentos e os artifícios que sustentam a inserção das máquinas na colheita da cana-de-açúcar nos canaviais paulistas

A produção de cana-de-açúcar, no Brasil, retrata o modelo de agricultura defendido e imposto pelo Estado e pelo capital, em meados da década de 1960. Por isso, para compreender o processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar, é necessário antes de tudo analisar e discernir os argumentos, as justificativas e os artifícios que sustentam sua inserção nos canaviais paulistas. Do mesmo modo, é preciso apreender as implicações dessas mudanças para os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos no processo de produção e trabalho, tanto aqueles que laboravam e foram excluídos do processo de trabalho, em virtude da inserção das máquinas no processo de colheita, quanto aqueles que, na atual conjuntura, laboram na reprodução do agrohidronegócio canavieiro, nesse “novo” sistema de produção e trabalho.

Apesar de a reprodução, nos domínios do agrohidronegócio canavieiro, ter passado por inúmeros processos de mudanças, ao longo de seu desenvolvimento, e ser historicamente financiada pelo Estado, as transformações proporcionadas pela inserção da tecnologia nos canaviais paulistas tornaram-se mais expressivas, a partir da introdução dos ideais que acompanharam a “modernização da agricultura no Brasil”, no contexto da mundialização do capital. O subsídio estatal, por meio das linhas de créditos especiais, e as inúmeras van-

tagens que seguiram essas linhas demarcam o processo de transformação visto no âmbito da produção canavieira. As vantagens creditícias propiciaram o avanço tecnológico, o uso indiscriminado de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, a inserção de máquinas e implementos na produção agrícola, além de sua expansão para grande parte do território nacional (ALVES, 1991; THOMAZ JUNIOR; 2009; OLIVEIRA, 2009; BACCARIN, 2016).

Desde o início dos anos 2000, a participação do BNDES e das políticas de Estado fizeram a diferença nessa “nova” fase de expansão do setor para grande parte do território nacional. Apenas durante o governo Lula (2003 a 2010), o BNDES liberou cerca de R\$ 28,2 bilhões para múltiplos projetos apresentados pelos representantes do agrohidronegócio canavieiro. No ano de 2010, foram disponibilizados cerca de R\$ 7,4 bilhões para o setor canavieiro, valores que praticamente duplicaram entre os anos de 2011 a 2016. Desse total, o Estado de São Paulo se destaca por concentrar os maiores valores, o que demonstra a soberania do empresariado paulista frente aos incentivos e acesso aos financiamentos estatais.

Também é no Estado de São Paulo que a mecanização agrícola, sobretudo, na colheita da cana-de-açúcar, avança de forma acelerada sob os “argumentos” de que: i) a queima da palha da cana-de-açúcar tem prazo para acabar; ii) a mão de obra para efetuar a colheita manual está cada vez mais escassa e iii) a implantação da NR-31 e a legislação trabalhista têm dificultado a manutenção de grandes grupos de trabalhadores.

A despeito de a tecnificação agrícola na produção canavieira, especialmente colheita e plantio da cana-de-açúcar, ter como base as transformações incorporadas na reprodução da agricultura capitalista e os processos de reestruturação produtiva do capital, em busca da ampliação do processo de acumulação, é interessante observar que o processo em si comparece para a sociedade marcado por uma série de argumentos, os quais permeiam entre a realidade exposta e o discurso dos capitalistas, com vistas a invisibilizar o real, isto é, as reais condições de trabalho promovidas por esse “novo” modelo de reprodução – as formas, os meios, os processos e as consequências que circundam os processos de produção e trabalho, nos domínios do agrohidronegócio canavieiro, na atual conjuntura.

Nesse sentido, compreende-se que, para entender as mudanças que contemplam a produção canavieira, é preciso enxergar para além do processo que substituiu o homem pela máquina, as alterações nas funções e no processo de trabalho. Como assinala Heck (2017), é necessário compreender “[...] o processo histórico e social de produção, interpretar o arranjo paisagístico visível como ponto de partida, que só pode ser decifrado a partir das relações sociais (invisíveis) que o formaram”. Ou seja, é preciso apreender por que os cortadores de cana, bituqueiros, apontadores e fiscais do processo de trabalho têm sido gradualmente substituídos pelos operadores de colhedoras, transbordos, mecânicos, auxiliares agrícolas etc. Diante de tantas mudanças, é oportuno observar e refletir para além da realidade que nos é apresentada, ou seja, é preciso vislumbrar o invisível, ir além das aparências e desvendar o real (MOREIRA, 2012; ROSA; NAVARRO, 2014; HECK, 2017).

Em razão disso, percebe-se que não podemos analisar o processo somente como uma mudança técnica, restrita à substituição do homem pela máquina. Sai o “cortador de cana” e entra a “colhedora” – trata-se de um procedimento amplo, complexo, cujas transformações abrangem toda a estrutura produtiva e organizacional da reprodução do segmento. A implantação da máquina, no processo de colheita da cana-de-açúcar, é apenas a ponta do *iceberg* nesse processo geral de mudança, no qual as estruturas estão alicerçadas na (re) organização e controle do processo de trabalho, que, por sua vez, está fundado na reprodução e acumulação do capital. A tecnificação dos processos de produção e trabalho permite ao capitalista acelerar e intensificar a colheita da cana-de-açúcar, no mesmo espaço de tempo, que, por conseguinte, vai gerar maior consumo de matérias auxiliares no processo de produção e trabalho (MARX, 2013).

Entretanto, não é apenas isso. Apesar de a inclusão da máquina na colheita da cana-de-açúcar ter como base estrutural os interesses do capital, em seu constante processo de acumulação, é relevante considerar que sua gênese tem como referência temporal meados da década de 1960 e, como elemento potencializador, a greve dos cortadores de cana de

Guariba, em 1984, a qual influenciou a continuidade e a ampliação desse projeto.

Contudo, o processo só foi intensificado no início dos anos 2000, com a desregulamentação, a entrada de grupos de capital internacional no circuito da produção. A abertura do mercado internacional para a comercialização de etanol e outros derivados da produção canavieira, instigou ainda mais esse processo de mudança. Nesse aspecto, igualmente se inclui o endurecimento das fiscalizações quanto ao cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR-31) nos canaviais paulistas, frente ao aumento das mortes dos trabalhadores canavieiros, no corte manual da cana-de-açúcar, por exaustão (ALVES, 2006; SILVA, 2014).

Embora alguns grupos nacionais já estivessem investindo na mecanização da colheita, no período descrito, o processo era relativamente lento e concentrado em grandes empresas das regiões tradicionais, como Ribeirão Preto e Piracicaba. Não por acaso, paralela à inclusão da tecnologia no processo de produção, especialmente a inserção das máquinas nos processos de colheita e plantio da cana-de-açúcar, vislumbra-se a incorporação de novas formas de gestão empresarial e, conseqüentemente, novas formas de organização e controle, no processo de trabalho.

Baccarin (2016) observa que, no contexto de expansão da monocultura da cana-de-açúcar, representantes do agrohidronegócio canavieiro passaram a incorporar mudanças administrativas e tecnológicas, no processo de produção, com o objetivo de acompanhar, de forma mais sistemática, o desenvolvimento produtivo.

Ao mesmo tempo em que a expansão da mecanização da colheita/plantio da cana-de-açúcar permite ao empresariado maior controle sobre o processo de produção, também lhes outorga maior controle sobre o processo de trabalho e sobre o trabalhador, seja através da figura do líder, o qual tem como função fiscalizar o desenvolvimento dos trabalhos nas frentes de colheita, seja por intermédio de dispositivos eletrônicos implantado no interior dos equipamentos de trabalho (máquinas, tratores, caminhões). Assim, a partir desse momento, as características da organização do trabalho impostas pelo modelo *toyotista* de produção começam a fazer parte do processo de trabalho, nos canaviais paulistas, numa mescla entre novas e velhas formas de organização e controle no processo de trabalho, que Alves (2003) denomina espectrais e regressivas.

Todavia, esse processo não aconteceu de uma hora para outra. Embora os detentores dos meios de produção tivessem real interesse na tecnificação da colheita da cana-de-açúcar, a mudança foi relativamente lenta e gradativa, e ocupou o período que o capital, personificado no empresariado ligado ao setor canavieiro, precisou, para adaptar seus cultivos, aprimorar o processo de produção a esse novo sistema de colheita e, ainda, adaptar/capacitar a mão de obra a ser explorada nesse novo processo de trabalho. A partir dos anos de 1990, os capitalistas comprometidos com esse segmento do capital, sobretudo as grandes empresas, passaram a “investir” na formação de mão de obra e capacitação/formação do exército industrial de reserva, para atuar nesse novo modelo de produção (BACCARIN, 2016).

Isto é, não bastava aos representantes do segmento transformar o sistema de colheita e plantio da cana-de-açúcar: era preciso primeiramente formar o exército industrial de reserva, para laborar nesse novo sistema de produção, já que este é que lhes possibilitava aumentar a jornada de trabalho, rebaixar os salários e viabilizar maior controle sobre o trabalhador contratado (MARX, 2013).

O elevado investimento financeiro, de certo modo, inviabilizava a rápida inserção desse novo sistema, especialmente entre as empresas menos capitalizadas. O aparato mecânico (colhedoras, transbordos, caminhões canavieiros (bitrens e treminhões) etc.) e o processo de adaptação dos procedimentos que cercam o cultivo de cana-de-açúcar, sobretudo, a adaptação dos canaviais, representavam altas somas de investimentos, além de pesar a necessidade de capacitar a mão de obra para laborar nesse novo sistema de colheita, especialmente operadores de colhedoras, transbordos e mecânicos (ALVES, 1991; OLIVEIRA, 2009; BACCARIN, 2016).

Diante do cenário exposto, as ações do Estado foram determinantes para a implantação da mecanização da colheita da cana-de-açúcar, nos canaviais paulistas, quer pelo viés fi-

nanceiro, por meio de financiamentos para compra dos implementos agrícolas (colhedoras e aparatos transbordo), quer pelo apoio para a capacitação de mão de obra, como nos argumentos e suporte para a expansão do processo, desde a instituição da Lei 11.241, de 19/09/2002, a qual determinava prazo para a proibição da queima da palha da cana-de-açúcar, no Estado de São Paulo.

Como a extinção da queimada da cana-de-açúcar, antes da colheita, força automaticamente sua mecanização, pois efetuar o corte da cana crua é economicamente inviável, a lei que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana tornou-se um forte subsídio para justificar a expansão da mecanização do sistema de colheita da lavoura, nos canaviais paulistas (OLIVEIRA, 2009; BACCARIN, 2016).

Baccarin (2016) salienta que os incentivos estatais, somados às alterações na conjuntura de mercado, em razão da euforia em torno dos biocombustíveis, nos anos 2000, a inserção de grupos internacionais e de outros ramos na produção canavieira e a retomada do crescimento na economia nacional (no primeiro mandato do governo Lula) contribuíram para a ampliação da mecanização da colheita da cana-de-açúcar, nos canaviais paulistas. Da mesma maneira, direcionaram novos investimentos para montagem, compra ou ampliação de novas unidades agroprocessadoras em todo país. Embalados pelo discurso da produção de energia limpa e renovável, os representantes do agrohidronegócio canavieiro anteciparam o final das queimadas da cana-de-açúcar, no Estado de São Paulo, para o ano de 2014, em áreas mecanizáveis, e para o ano de 2017, em áreas não mecanizáveis, prazos previstos na Lei Estadual 11.241/2002 (BACCARIN, 2016; FREDO, 2017).

Quer dizer, a instituição da lei que extingue a queima dos canaviais, no momento que precedia a colheita, juntamente com a assinatura de Protocolo Ambiental podem ser vistas, como artifício dos capitalistas para viabilizar a implantação definitiva da mecanização na colheita da cana, nos canaviais paulistas, porque a redução dos prazos que eliminam a queima da cana tecnicamente impõe sua mecanização.

Com base nesse referencial, Baccarin (2016) salienta que, apesar de a legislação ambiental estar entre os principais argumentos para a inserção da máquina no processo de colheita da cana-de-açúcar, os proprietários de canaviais não deixaram de efetuar as queimadas, de forma imediata. Na realidade, as máquinas foram sendo incorporadas ao processo de colheita, e os canaviais permaneceram sendo queimados, já que “[...] a queimada prévia contribuía para maior rendimento e menores perdas na operação da colhedora mecânica”. (BACCARIN, 2016, p. 114). A questão apresentada pelo autor foi constatada nas regiões de Presidente Prudente e Ribeirão Preto. Malgrado as queimadas tenham efetivamente diminuído, elas não foram extintas, ainda resistem e tendem a resistir, para além dos “incêndios criminosos e acidentais”.

De modo geral, tais fatos reforçam a ideia de que a inserção da máquina na colheita da cana-de-açúcar não está restrita somente à lei que determina a extinção das queimadas, nos canaviais. Evidencia que a inserção da máquina na produção agrícola, especialmente na colheita e plantio da cana-de-açúcar, é um processo muito mais amplo, que vai ao encontro dos interesses do capital, os quais perpassam a lógica da produção enxuta, ampliação da produção/produtividade e acumulação do capital.

Na realidade, a lei viabilizou, aos detentores dos meios de produção, os argumentos para obter recursos financeiros estatais, a fim de renovar os canaviais, conforme as exigências do novo sistema de produção, possibilitando a aquisição de implementos utilizados na colheita e no plantio mecânico e apoio para capacitação da “nova” mão de obra empregada.

Assim, compreende-se que, embora os representantes do agrohidronegócio canavieiro expressem que a ampliação da mecanização na colheita e plantio da cana-de-açúcar seja imprescindível, porque existe pressão da legislação ambiental e/ou porque a mão de obra para efetuar a colheita manual é insuficiente, na realidade, o projeto em curso coincide com os interesses do capital. A inserção da máquina no processo de produção e trabalho é parte do processo geral de reprodução e acumulação do capital.

Nesse aspecto, Marx (2013, p. 704) sublinha os avanços da acumulação, as alterações na proporção entre as partes do capital constante e variável, no processo de produção e trabalho. Isto é, quando se amplia o emprego de máquinas e tantos outros elementos do capital constante no processo de produção, tem-se invariavelmente a redução na contratação de trabalhadores, o que representa desemprego para uns e mais trabalho para outros. No universo da reprodução capitalista, mais máquinas representam menos trabalhadores e, portanto, mais trabalho.

No contexto do agrohidronegócio canavieiro, não é diferente. As transformações historicamente incorporadas aos processos de produção e trabalho, que tiveram início na década de 1960, quando foram desenvolvidas as primeiras colhedoras de cana-de-açúcar, e que têm sido intensificadas a partir dos anos 2000, embaladas pelo movimento geral de mundialização do capital e amparadas pelo discurso ambiental, também constituem parte do constante processo de reprodução e acumulação do capital (CHESNAIS; SERFATI, 2003; THOMAZ JUNIOR, 2009).

A inclusão da máquina no sistema de colheita e plantio da cana-de-açúcar simboliza aos representantes do agrohidronegócio canavieiro, antes de tudo, geração de mais-valia. Desde o momento em que o homem é substituído pela máquina, o processo de colheita fica mais rápido, portanto, mais lucrativo. As atividades que eram realizadas manualmente, apenas durante o dia, de segunda a sábado, passam a ser realizadas continuamente, durante toda safra, com interrupções apenas nos dias de chuva, de manutenção dos equipamentos e de reparos na planta fabril. Em acréscimo, os detentores dos meios de produção se apropriam de estratégias para ampliar e intensificar a jornada laboral do trabalhador envolvido no processo produtivo, principalmente na colheita mecânica. A extração da mais-valia absoluta e relativa faculta extrair maior lucratividade sobre o trabalho excedente.

Nesse sentido, Thomaz Junior (2009) observa que a elevação da composição orgânica do capital é imanente ao processo de produção capitalista. Isso significa mudanças no processo de acumulação, que, por sua vez, implica diretamente no achatamento dos salários, porque o capital não distribui igualmente para os trabalhadores os ganhos comparativos que têm com a máquina, ao contrário, ele fica com mais trabalho excedente.

Com efeito, a adoção desse modelo diminui o número de trabalhadores contratados, enxuga a folha de pagamento e facilita as mudanças organizacionais e o controle dos processos de trabalho. Por outro lado, fragiliza a organização sindical e a resistência dos trabalhadores, na luta por direitos trabalhistas, bem como desvincula a produção de cana-de-açúcar do trabalho degradante e precário representado mundialmente pela imagem do cortador manual da cana, encoberto pela fuligem, submetido a jornadas exaustivas, remuneração por produção, sob sol escaldante.

A inserção das máquinas no processo de trabalho tende a invisibilizar as reais condições de trabalho, as jornadas exaustivas, o adoecimento e a exposição dos trabalhadores a riscos e agravos no ambiente de trabalho. Quer dizer, o adensamento tecnológico na produção agrícola, demarcado em especial pela inclusão das máquinas nos processos de colheita e plantio da cana-de-açúcar, passa a imagem de que a “produção canavieira paulista” é ambientalmente e socialmente correta.

Nessa perspectiva, compreende-se que, quando os representantes do agrohidronegócio canavieiro antecipam os prazos para a eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar, antes da colheita, e se preparam para atender à legislação ambiental, na realidade, estão justificando e fortalecendo seus reais interesses, de acelerar o processo de produção e, por conseguinte, os processos de acumulação, a partir da tecnificação dos sistemas de colheita e plantio da cana-de-açúcar.

Para os capitalistas, “atender” à legislação ambiental não é somente um argumento para a inclusão da máquina no sistema de colheita, mas também, uma justificativa para recrutar financiamento junto ao Estado para a implantação do sistema, e mais uma estratégia para melhorar a imagem do segmento, frente ao mercado interno e externo, pela aquisição do Selo Etanol Verde (OLIVEIRA, 2009; BACCARIN, 2016).

Com relação à “escassez” de mão de obra para a colheita manual, não é diferente. O argumento usado pelos representantes do segmento pode ser assinalado como mais um artifício para fortalecer o projeto de mecanização, tanto nos sistemas de colheita como no plantio da cana-de-açúcar. A “necessidade” da realização da colheita, juntamente com a ideia da “ausência” de trabalhadores para efetuarem o trabalho, de forma manual, “incentiva” a inserção da máquina e facilita o acesso aos financiamentos concedidos pelo Estado, na aquisição de todo o aparato tecnológico utilizado nos referidos processos, já que o setor canavieiro é visto entre os mais representativos para a economia nacional.

As implicações da mecanização nos processos de colheita da cana-de-açúcar

Em meio a tantos argumentos e justificativas que cercam a inserção da máquina na colheita da cana-de-açúcar, verificam-se também as contradições. Apesar de os possuidores dos meios de produção argumentarem a ausência de mão de obra para realização do trabalho manual, essa não é a realidade observada, quando averiguamos os números referentes à admissão e desligamento do “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar”¹ no Estado de São Paulo.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED são reveladores. Além de corroborar a ideia de que a inserção da máquina nos canaviais paulistas, principalmente mecanização da colheita e plantio da cana-de-açúcar, foi metodicamente articulada, demonstra o elevado índice de desemprego que o referido processo proporcionou as regiões canavieiras, desde que o projeto foi posto em ação.

É possível reiterar que as máquinas foram inseridas nos processos de colheita da cana-de-açúcar, de forma articulada. Entre os anos de 2004 e 2006, ainda se observa um aumento na admissão de trabalhadores para a colheita manual da cana-de-açúcar (Figura 1). Foram admitidos em torno de 158 mil trabalhadores, no ano de 2004, e aproximadamente 203 mil, no ano de 2006 – um aumento de 28,2%. Desde esse ano, o processo se inverte e, a contratação de trabalhadores para a colheita manual de cana-de-açúcar passa a diminuir de forma gradativa, ano a ano.

Inicialmente, a retração comparece de forma reduzida (entre os anos de 2006 e 2008) e, a partir do ano de 2009, o processo se intensificou. No ano de 2008, foram contratados em torno de 195 mil e, no ano de 2009, a admissão caiu para 159 mil trabalhadores, ou seja, uma retração de -19,75%. Na medida em que a colheita mecânica se expandia, os trabalhadores (cortadores de cana) eram gradualmente dispensados do processo de trabalho, turma a turma, como relataram trabalhadores que atuavam no corte manual da cana-de-açúcar. Assim, ao longo do período de análise (2004 a 2018), mais de 180 mil trabalhadores que eram contratados formalmente para laborar nas atividades agrícolas do setor foram substituídos pelas máquinas, em todo o Estado de São Paulo, indicando um decréscimo superior a -85%.

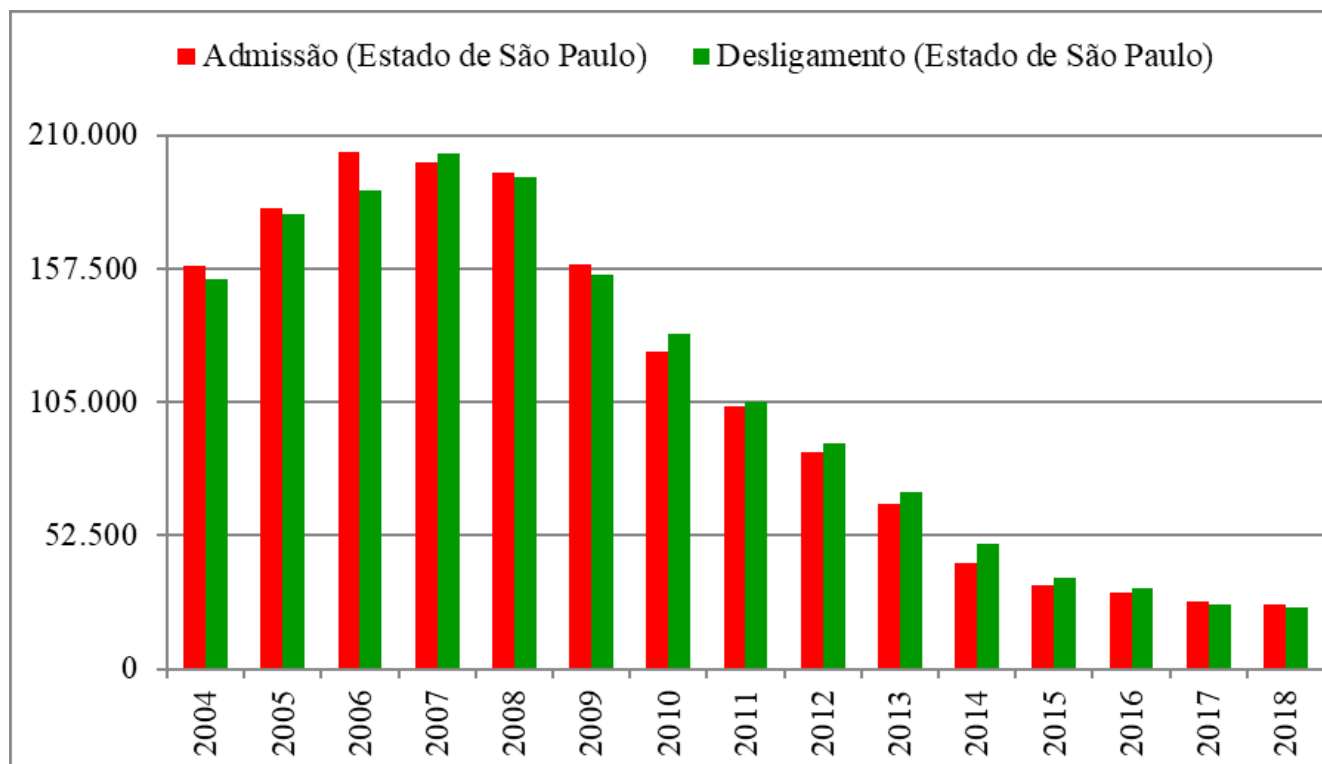


Figura 1 - Admissão e desligamento do trabalhador da cultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (2004 a 2018)

Fonte: Perfil Município/CAGED/MTE

Org.: A autora (2020)

Os dados evidenciam que, no ano de 2006, foram contratados 203.126 trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, enquanto, no ano de 2018, o número reduziu para 25.417 trabalhadores. Essa redução comprova a expansão expressiva da mecanização na colheita e plantio da cana-de-açúcar. Ou seja, nesse período, o agrohidronegócio canavieiro deixou de contratar mais de 20 mil trabalhadores por ano, no Estado de São Paulo.

Diante de tantos trabalhadores desempregados, compreende-se que o argumento da falta de mão de obra para a inserção da máquina no processo de colheita é uma falácia. Ou seja, é inconcebível que a falta de mão de obra para o desenvolvimento da colheita manual possa ser utilizada como argumento para a inclusão da máquina na colheita da cana-de-açúcar, quando, na realidade, seus reais objetivos estão inteiramente voltados a acelerar o processo de reprodução e acumulação do capital, pela ampliação da extração de sobretrabalho, maior controle do processo de trabalho.

Contudo, apreende-se que, para além da inserção da máquina nos sistemas de colheita e plantio da cana-de-açúcar, as implicações da reestruturação produtiva do capital, no âmbito da produção canavieira, têm colaborado, desde meados dos anos 2000, para um enxugamento geral no quadro de funcionários. Nesse processo de mudança técnica, as demissões, eliminação de função e vagas de emprego não estão restritas ao cortador de cana, porém, se estendem a todos os trabalhadores envolvidos nesse processo de produção.

Entre tantos argumentos e justificativas, o fato é que os possuidores dos meios de produção têm intensificado cada vez mais a tecnificação em torno da colheita e plantio da cana-de-açúcar, nos canaviais paulistas. Embora os representantes do agrohidronegócio canavieiro assinalem que as máquinas atualmente usadas no processo ainda acarretam perdas, as mudanças têm-se mostrado lucrativas, já que grande parte do empresariado ligado ao segmento tem adotado a colheita mecânica.

Segundo estimativas do Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, os índices de mecanização da lavoura da cana-de-açúcar, no Estado de São Paulo, já superam uma média de 90% (BACCARIN, 2016; FREDO *et al.*, 2017). Seja por estratégia, seja por “necessidade”, a colheita mecanizada da cana-de-açúcar tornou-se realidade na grande maioria dos canaviais paulistas, o que pode ser confirmado a partir do declínio

da contratação da ocupação (trabalhador da cultura da cana-de-açúcar), como está demonstrado na Figura 1. Nessa perspectiva, é importante perceber que, enquanto mais de 170 mil trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar foram dispensados, entre os anos de 2004 e 2018 (Figura 1), foram contratados nesse mesmo período cerca de 6 mil trabalhadores (a mais), para atuar em ocupações vinculadas à mecanização agrícola (tratorista agrícola, operador de colheitadeira, operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas), dentre os quais grande parte pode ter sido contratada para atuar na colheita mecânica (Figura 2)⁴.

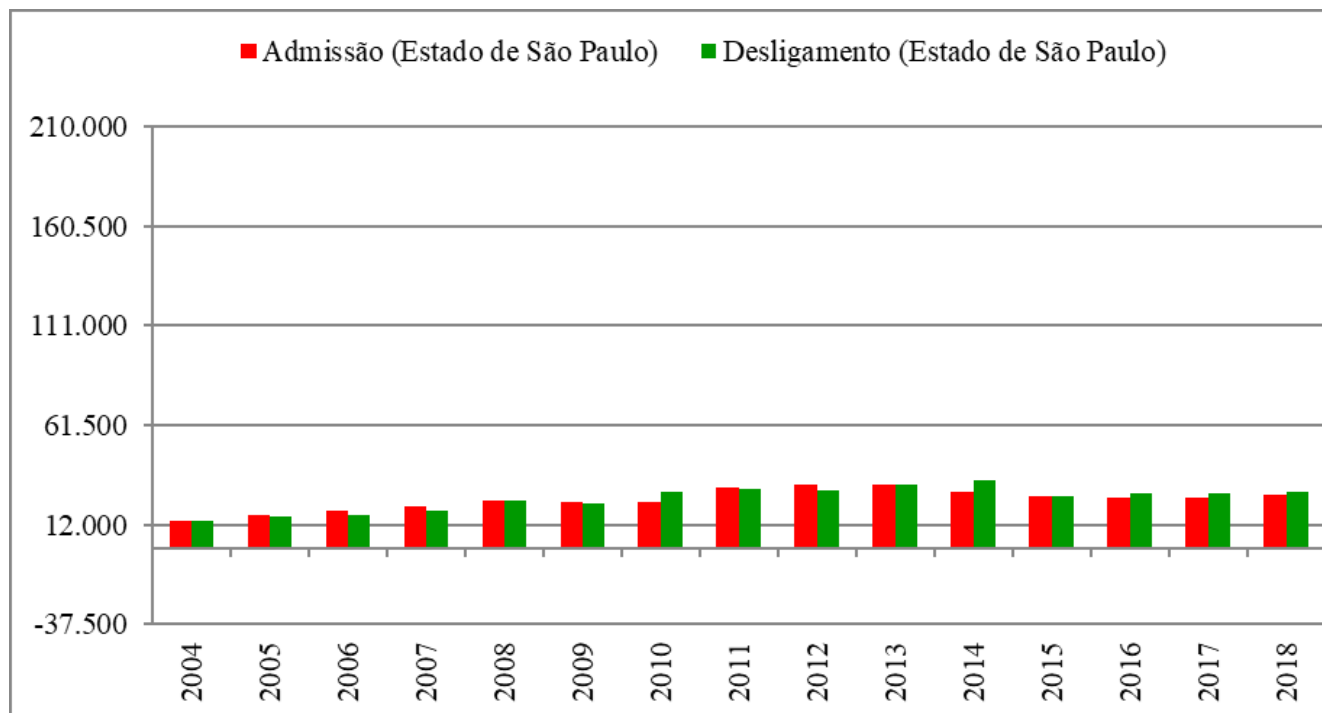


Figura 2 - Admissão e desligamento trabalhador da mecanização agrícola no Estado de São Paulo (2004 a 2018)

Fonte: Perfil Município/CAGED/MTE

Org.: A autora (2020)

Ou seja, no ano de 2006, o setor contratou em torno de 203 mil trabalhadores para atuar na colheita manual da cana-de-açúcar, enquanto, no ano de 2018, tais admissões foram cerca de 25 mil trabalhadores. No mesmo período, o setor admitiu em torno de 19 mil trabalhadores (2006) para atuar em atividades/ocupações ligadas à mecanização agrícola, ao passo que, no ano de 2018, as contratações foram de aproximadamente 25 mil. Isto é, 6 mil trabalhadores contratados para o trabalho na colheita/plantio mecânico, para cerca de 170 mil demitidos da colheita manual. Quanto aos demais, cerca de 165 mil trabalhadores passaram a pleitear vagas em outras atividades econômicas e/ou passaram a engrossar a fila do desemprego.

Tais informações evidenciam a grande disparidade entre o número de trabalhadores desempregados, com a inserção da máquina na colheita da cana-de-açúcar, e o número de trabalhadores que foram absorvidos no “novo” sistema de produção, nos domínios do agrohidronegócio canavieiro. É indiscutível que existem outras funções/ocupações que podem ter absorvido mais trabalhadores pelo mesmo setor, mas se acredita, ainda assim, que seja pouco diante do total dos milhares de desempregados.

Desse modo, apreende-se que o declínio nas admissões de trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, nos últimos dez anos, contraposto à admissão reduzida de trabalhadores para atuar em funções da mecanização agrícola, no mesmo período, no Estado de São Paulo, reforça a lógica do capital no contexto de reestruturação produtiva, o enxugamento da mão de obra no processo de produção, ampliação da produção/acumulação e lucro. Ou seja, para além das justificativas, argumentos, estratégias, a inserção da máquina nos processos de colheita e plantio da cana-de-açúcar enseja, aos capitalistas, menos despesas e mais lucro.

Afinal, a substituição gradativa do trabalho vivo pelo trabalho morto faz parte da “[...] dinâmica estrutural da produção do capital, que historicamente marca a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital”. E, para além da substituição gradativa do trabalho vivo pelo trabalho morto, estamos diante do processo de desantropomorfização do trabalho, quando o homem é convertido em apêndice na máquina-ferramenta como estratégia do capital para intensificar a extração do trabalho excedente (ANTUNES, 1999, p. 37).

Diante da realidade apresentada, as informações observadas nas RA de Presidente Prudente e Ribeirão Preto são reflexos da lógica estadual. Levando-se em consideração as particularidades e especificidades de cada região (o histórico de expansão/produção da lavoura, a estrutura do agrohidronegócio canavieiro, o patamar tecnológico e histórico que envolve a inserção das máquinas nos processos de trabalho e o perfil do trabalhador que labora na colheita manual da cana-de-açúcar), observa-se que os resultados e efeitos desse processo têm-se apresentado de forma similar, assim como são semelhantes os argumentos e os procedimentos gerais que permeiam a inserção do referido processo.

Em relação à RA de Ribeirão Preto, é interessante notar que, no período analisado (2004 a 2018), a inserção das máquinas nos processos de colheita e plantio da cana-de-açúcar reduziu a contratação de trabalhadores em mais de 84%. No ano de 2004, foram contratados 27.029 trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, para atuar na colheita manual, enquanto, no ano de 2018, foram contratados apenas 3.612 trabalhadores. No período, o empresariado da região extinguiu mais de 23.000 postos de trabalho somente nessa ocupação. (Figuras 3 e 4).

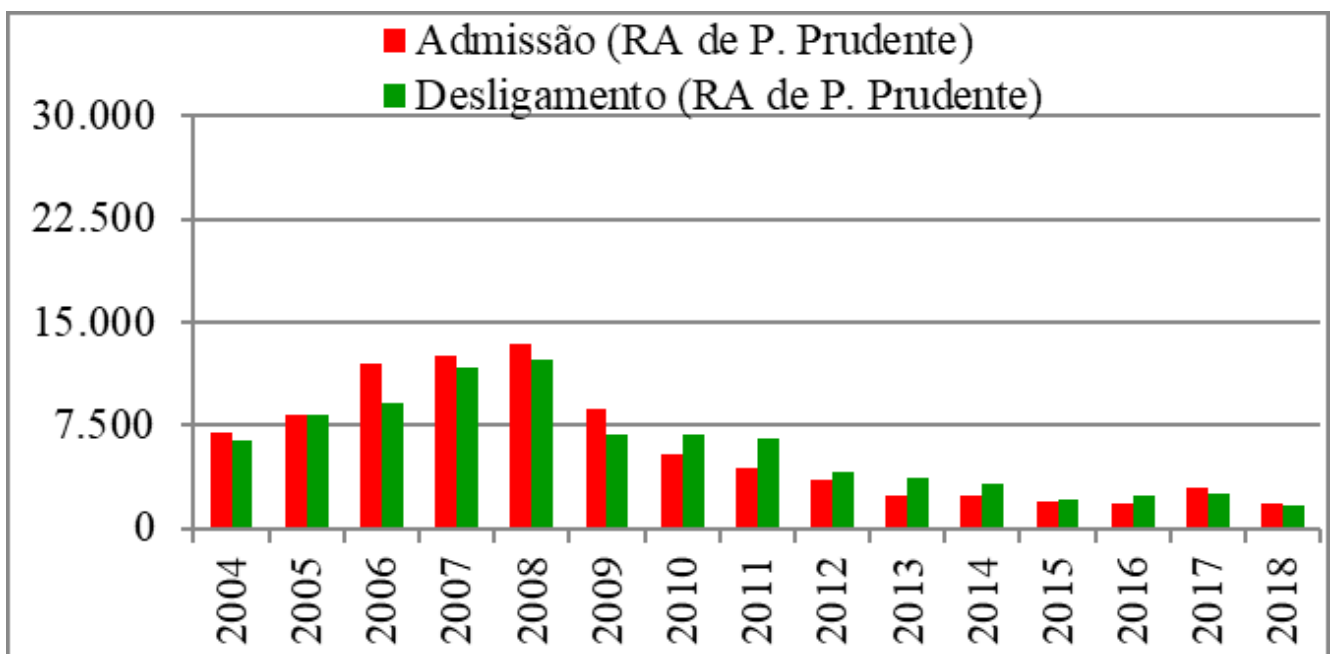
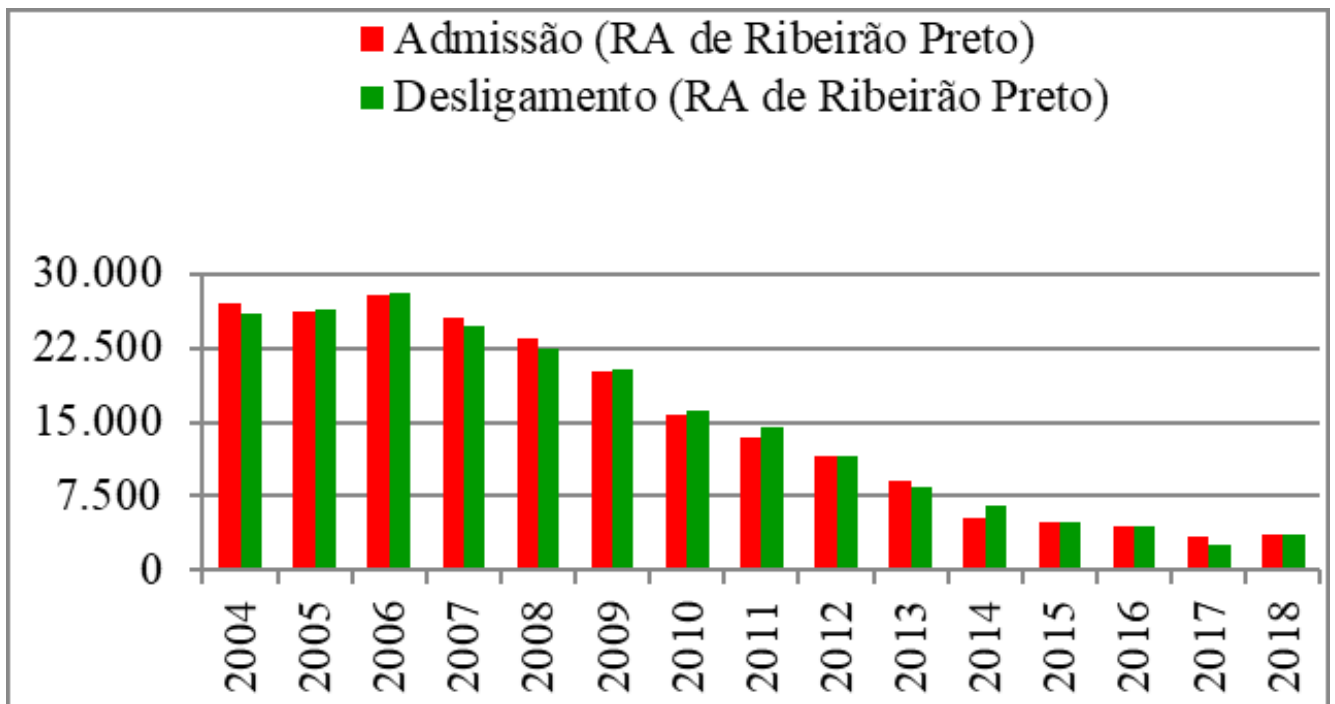


Figura 3 - Admissão e Desligamento do trabalhador da cultura da cana-de-açúcar nas RA de Ribeirão Preto e Presidente Prudente
 Fonte: Perfil Município/CAGED/MTE Org.: A autora (2020)

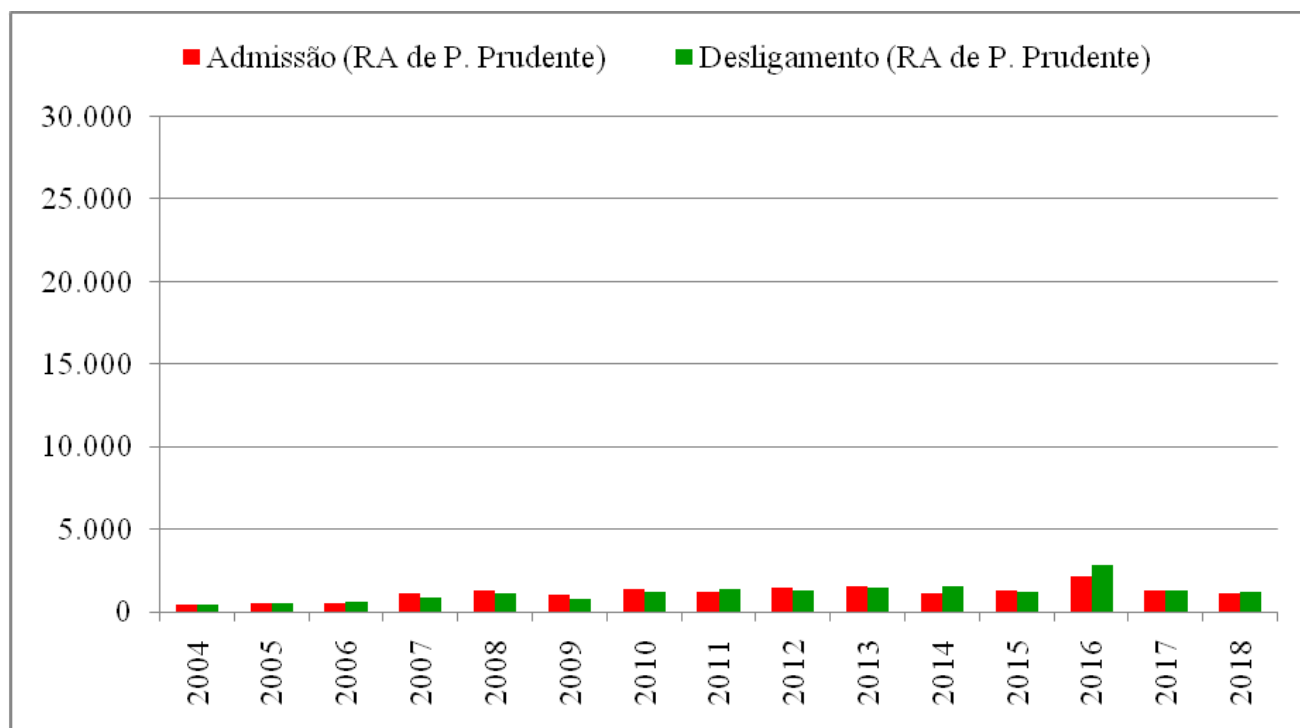
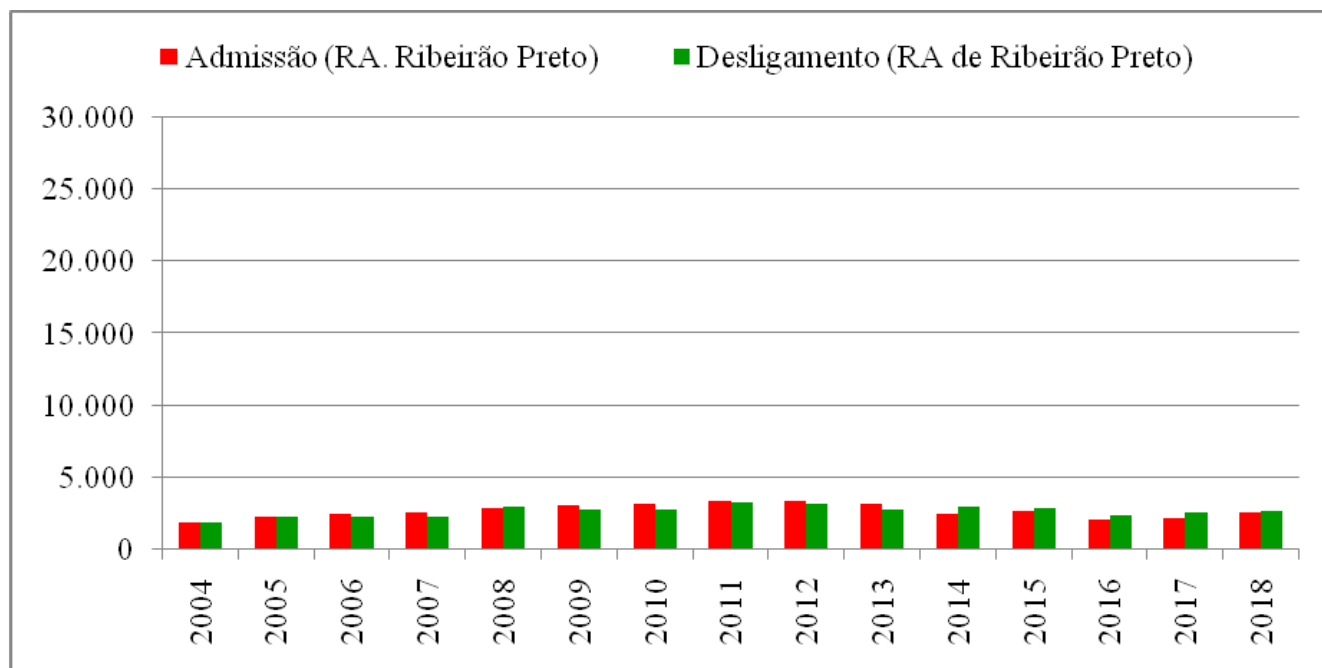


Figura 4 - Admissão e Desligamento do trabalhador da mecanização agrícola nas RA de Ribeirão Preto e Presidente Prudente
 Fonte: Perfil Município/CAGED/MTE Org.: A autora (2020)

Quanto à RA de Presidente Prudente, é relevante perceber que, entre 2004 e 2008, a região passa por um momento de expansão na contratação de trabalhadores para laborar na colheita manual da cana-de-açúcar, período em que unidades agroprocessadoras, até então desativadas, retomam o processamento da cana-de-açúcar com outra razão social e novos proprietários. No ano de 2004, as empresas da região admitiram em torno de 7 mil trabalhadores para laborar no corte manual da cana-de-açúcar, ao passo que, no ano de 2008, contrataram-se aproximadamente 13 mil trabalhadores, representando um aumento de aproximadamente 85%.

A partir do ano de 2008, a colheita mecânica se ampliou e as admissões de trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar passaram a declinar de forma gradativa. No ano de 2008, foram admitidos em torno de 13 mil trabalhadores e, no ano de 2018, contratou-se apenas cerca de 2 mil trabalhadores, isto é, uma redução de 84,6% nos postos de trabalho, na re-

gião. Nesse cenário, pode-se verificar que, nesse período (2004 a 2010), as novas unidades agroprocessadoras chegaram à região fortemente amparadas pelo discurso da promoção de emprego e desenvolvimento econômico local.

Nessa perspectiva, apreende-se que a curva decrescente na admissão/desligamento da ocupação de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar, em ambas as regiões, acompanhando a lógica estadual, corrobora uma das principais justificativas para inserção da máquina nos sistemas de colheita e plantio da cana-de-açúcar, o enxugamento de mão de obra como uma das estratégias para ampliar os processos de acumulação do capital.

Diante da realidade apresentada nas regiões em destaque (Figura 3), quanto à supressão dos trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar dos canaviais, em detrimento da inserção da máquina no processo de trabalho, nos chama atenção as informações expostas na Figura 4, onde se têm admissão/desligamento do trabalhador da mecanização agrícola entre os anos de 2004 e 2018. Ambas as Figuras (3 e 4) confirmam o enxugamento da força de trabalho e/ou redução na contratação de trabalhadores, como um dos principais objetivos do setor canavieiro para a inserção da máquina nos sistemas de colheita e plantio da cana-de-açúcar.

Ademais, a Figura 4 ainda nos faz apreender, a partir da linearidade entre admissão e desligamento, nos anos de 2004 a 2018, que parte dos trabalhadores contratados para efetuar as atividades ligadas à colheita mecânica também atuam como safristas, conforme acontecia na colheita manual. Nessa circunstância, o contrato temporário comparece igualmente como mais uma estratégia, um artifício do agrohidronegócio canavieiro para implantar-se nos canaviais o medo do desemprego, que, nesse novo ambiente laboral, tem-se transformado em mais um instrumento de controle no processo de trabalho e do trabalhador.

Nessa perspectiva, a contraposição das informações referentes à admissão/desligamento da ocupação de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar, no Estado de São Paulo e nas RA de Presidente Pudente e Ribeirão Preto, com os percentuais referentes aos índices de mecanização da colheita da cana-de-açúcar (no Estado de São Paulo e nas RA de Presidente Prudente e Ribeirão Preto) reforça a ideia de que o adensamento tecnológico, ora visto nos canaviais paulistas e nas regiões em destaque, está inteiramente alicerçado nos interesses dos capitalistas em acelerar o processo de reprodução, enxugar de mão de obra contratada, intensificar o trabalho e, por conseguinte, ampliar os processos de acumulação, sendo a Lei 11.241/2002, que extingue a queimada nos canaviais momentos antes da colheita, somente um argumento a mais para efetivação dos processos.

Nesse cenário, as informações referentes à admissão/desligamento do trabalhador da cultura da cana-de-açúcar e do trabalhador da mecanização agrícola, aliadas aos percentuais de mecanização da colheita, reforçam as ponderações de representações sindicais, sobretudo dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e Sindicatos dos Empregados Rurais (SER), quando observam que a inserção da máquina nos processos de colheita e plantio da cana-de-açúcar colaborou significativamente para a ampliação do desemprego, que, por sua vez, tem contribuído para a ampliação do “trabalho avulso” nas regiões canavieiras.

Entretanto, para refletir a respeito dos processos que permeiam a inserção das máquinas no plantio e colheita da cana-de-açúcar e suas consequências para os trabalhadores que laboram nas referidas funções, nas RA de Presidente Prudente e Ribeirão Preto, é relevante notar de antemão que, apesar de os capitalistas instalados nas referidas regiões terem ampliado de forma expressiva os índices em torno da colheita mecanizada, nos últimos anos, os componentes históricos implicados na expansão e produção da cana-de-açúcar são distintos, e essas diferenças se refletem nas consequências do processo para os trabalhadores envolvidos na colheita manual da cana-de-açúcar nas regiões canavieiras.

Na RA de Presidente Prudente, por exemplo, embora o processo se encontre em estágio avançado, as mudanças são relativamente recentes, quando comparadas a outras regiões do Estado de São Paulo, como Piracicaba, Campinas e Ribeirão Preto. As primeiras colhedoras de cana-de-açúcar começaram a chegar aos canaviais em meados dos anos 2000, trazidas pelos grandes grupos empresariais, de capital nacional e internacional, que se

instalavam na região. De maneira geral, esses grupos reformaram unidades antigas, ou construíram novas unidades e, concomitantemente, passaram a mecanizar de forma intensa o processo de colheita. Ao contrário das unidades menores implantadas desde o período do PROÁLCOOL, nas quais o processo de mecanização foi mais lento, mas também de maneira gradativa.

Já a RA de Ribeirão Preto, se encontra entre as pioneiras nos projetos que envolvem a inserção das máquinas no processo de colheita da cana-de-açúcar, no Estado de São Paulo. Quando os representantes do segmento estabelecidos na RA de Presidente Prudente estavam expandindo os canaviais e inserindo as primeiras máquinas no sistema de colheita, o empresariado da RA de Ribeirão Preto já investia na intensificação do processo mecanizado, sobretudo as grandes empresas, cujos índices já superavam os 90%, tanto na colheita como no plantio mecânico.

Para além das “máquinas de vitrine”, pesquisas asseveram que a colheita mecânica da cana-de-açúcar, na RA de Ribeirão Preto, começou ser ampliada desde a greve de Guariba (1984), como estratégia dos representantes do capital, para “minar” os movimentos de greve e a resistência dos trabalhadores. Assim, em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, algumas empresas na região passaram a investir fortemente nesse processo, indicando que esta seria a trajetória a ser seguida pelas demais empresas (ALVES, 1991; BACCARIN, 2016).

Entretanto, percebe-se que, embora as grandes empresas da região tenham investido nesse processo, desde meados da década de 1980, a colheita mecânica nos canaviais da RA de Ribeirão Preto veio a ser ampliada, de forma mais intensa, em todas as empresas implantadas na região, a partir dos anos 2000. Sendo que, a “grande virada” do sistema manual para o mecanizado, aconteceu no ano 2006, quando a mecanização da colheita ultrapassou os 50%. Desde esse período, “grande parte das empresas” passou a intensificar, de forma expressiva, a mecanização da colheita, enquanto os grandes grupos já ultrapassavam os 90%.

É notável que, entre os anos de 2004 e 2018, há uma redução expressiva na admissão de trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, em contraponto com o avanço da mecanização no sistema de colheita/plantio da cana-de-açúcar, nas regiões em estudo, revelando aumento nos níveis de desemprego. A redução gradativa na contratação de trabalhadores no sistema de colheita manual nos leva a constatar a (des)humanização dos canaviais das RA de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, que Antunes (1999) define como desantropomorfização do trabalho, isto é, a substituição do homem pela máquina.

Contudo, esse processo não é recente. A pesquisadora Maria Aparecida Moraes Silva, no início dos anos 2000, já sinalizava a preocupação em relação ao desemprego massivo frente à inserção da máquina no processo de colheita da cana-de-açúcar. Segundo a autora, entre os anos de 1994 e 2004, cerca de 30 mil cortadores de cana já haviam perdido seus postos de trabalho, nos canaviais paulistas, em virtude da inserção da máquina no processo de colheita (SILVA, 2004).

Ao chamar a atenção para os trabalhadores excluídos desse processo, a autora assevera que, para cada cem demissões, são abertas cerca de doze vagas para funções especializadas do sistema mecanizado, como as atinentes aos condutores das máquinas que operam 24 horas, extrapolando os limites da natureza, no que tange ao trabalho na agricultura e à própria natureza humana (SILVA, 2004, 2014).

As ponderações da autora demonstram que o processo em curso remonta aos anos 2000 e, portanto, precede a lei que proíbe a queima da palha da cana-de-açúcar, o que reforça a ideia de que a tecnificação na produção da cana-de-açúcar, sobretudo, a colheita e plantio da lavoura, está inteiramente alicerçada nos interesses dos capitalistas em acelerar o processo de reprodução e acumulação capital, enquanto a Lei e o Protocolo Agroambiental que definem prazos para a extinção das queimadas nos canaviais são apenas mais argumentos para a efetivação dos processos.

O fato é que o cenário mudou. Os trabalhadores foram gradativamente substituídos pelas máquinas, e tais evidências estão cada vez mais explícitas na paisagem e nas regiões ca-

navieiras. Embora ainda haja, nas RA de Presidente Prudente e Ribeirão Preto, resquícios de áreas cujo corte é realizado manualmente, os números são diminutos e reforçam a ideia da (des)humanização do trabalho nos canaviais paulistas, isto é, a dominação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, a substituição do homem pela máquina.

Algumas considerações

Ao longo deste texto, buscamos evidenciar as implicações da reestruturação produtiva do capital, especialmente no agrohidronegócio canavieiro, para os trabalhadores que estão diretamente envolvidos nesse processo de trabalho, com ênfase na divisão técnica oriunda da intensificação da mecanização das operações agrícolas. Tendo como pano de fundo as RA de Presidente Prudente e Ribeirão Preto, situadas no Estado de São Paulo, partimos da premissa de que os avanços do processo de mecanização na colheita da cana-de-açúcar têm redimensionado o *mito* de que as condições de trabalho, no processo produtivo da lavoura, melhoraram. Diante dessa realidade, procuramos refletir sobre a dinâmica territorial, os (re)arranjos regionais e as formas de organização e controle nesse “novo” ambiente de trabalho, isto é, as condições laborais vivenciadas pelos trabalhadores que atuam na produção da cana-de-açúcar, sem necessariamente limitar a etapa do processo produtivo ou a função desenvolvida pelo trabalhador.

Desse modo, as reflexões teóricas, somadas às análises de dados de fonte secundária e as informações absorvidas a partir da realização da pesquisa, nas duas regiões pesquisadas, demonstraram que o setor agroindustrial canavieiro, assim como os demais segmentos do agrohidronegócio brasileiro, ao longo de sua história, tem-se beneficiado de fartos recursos estatais para se reestruturar e se reproduzir territorialmente. Além disso, mostrou que todas as transformações incorporadas aos domínios do agrohidronegócio canavieiro, seja na produção, seja na transformação da matéria-prima, são, na realidade, estratégias do capital para ampliar e acelerar o processo de acumulação. Todas as mudanças empregadas no processo produtivo, desde o procedimento mais básico até o mais complexo, têm como principal objetivo reduzir os custos, alcançar maior produtividade e maior eficiência, no processo de reprodução, para extrair mais-valia excedente.

Com a mecanização da colheita e plantio da cana-de-açúcar, não é diferente. Seguindo as tendências ditadas pelas demais *commodities* agrícolas, o agrohidronegócio canavieiro, a partir da tecnificação agrícola, têm transformado os processos de produção e trabalho, sem necessariamente alterar sua estrutura fundante, a qual permanece alicerçada na expropriação do território, na degradação ambiental e na superexploração do trabalho.

Por essa razão, a tecnificação da colheita e plantio da cana-de-açúcar pode ser assinalada entre as mudanças mais marcantes da história do segmento, pois transformou sua aparência, sem alterar sua essência. Ao substituir o homem pela máquina, nos canaviais, o setor agroindustrial canavieiro mudou o processo de produção (com amplo enxugamento na mão de obra contratada), sem transformar as condições laborais, historicamente estruturadas em mecanismos que remetem à superexploração do trabalho. Ademais, foi observado que, ao manipular ideologicamente os equipamentos de trabalho utilizados na colheita mecânica, os possuidores dos meios de produção transformaram o trabalho historicamente visto como última opção de escolha para os trabalhadores desempregados, em uma das principais pressões de labor, nessas localidades, especialmente entre os trabalhadores mais jovens. _

Nessa perspectiva, procuramos enfatizar que, embora a tecnificação na produção canavieira tenha como base as transformações incorporadas na reprodução da agricultura capitalista e os processos de reestruturação produtiva do capital, os processos em si se afiguram, para a sociedade, marcados por uma série de argumentos e justificativas que permeiam a realidade apresentada e o discurso dos capitalistas, com vistas a invisibilizar as condições laborais nesse “novo” modelo de reprodução – quer dizer, as formas, os meios e as consequências que entremeiam os processos de produção e trabalho, na atual conjuntura.

Referências

- ALVES, F. J. C. **Modernização da agricultura e sindicalismo**: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto. 1991. 270 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- _____. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 90-98, 2006.
- ALVES, G. Globalização como processo civilizatório humano-genérico. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 8, n. 14, p. 37-48, 2003.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BACCARIN, J. G. **A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante**: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola do Estado de São Paulo. 2016. 188 f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2016.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Consultas às operações diretas com empresas 01/01/2008 a 31/12/2008**. Central de downloads. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>>. Acesso em: 18 maio 2017.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <www.mteco.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2014.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil do município**. Cadastro geral de empregados e desempregados. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 23 nov. 2014.
- CHESNAIS, F.; SERTAFI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, n. 16, mar. 2003. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo9539_merged.pdf>. Acesso em: 18 de out. 2014.
- CUNHA, T.; CARVALHAL, M. D. C. Terra - água - trabalho: o agrohidronegócio e a transposição do Rio São Francisco. *Pegada*, v. 15, n. 1, 2014.
- FREDO, C. E.; CASER, D. V. Mecanização da colheita da cana-de-açúcar atinge 90% na safra 2016/17. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, São Paulo, v. 12, n. 6, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/AIA/AIA-35-2017.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- HECK, F. M. O espaço e o contraespaço no circuito produtivo do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense. 2017. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I, capítulo VIII.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica. O Agro-Hidro-Negócio no Cerrado Goiano: a construção das (re)existências. In: I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2007, Salvador (BA). *Anais...* Salvador-BA, p. 1-15, 2007.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço agrário brasileiro: O agrohidronegócio e as (re)existências dos povos Cerradeiros. *Terra Livre*, São Paulo, a. 26, v. 1, n. 34, p. 189-202, jan./jun. 2010.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As transformações espaciais no campo a os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, vol. 16, n. especial, p. 1-13, maio, 2015.

MOREIRA, R. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, Pedro Dias Mangolini Neves. Efeitos socioespaciais do agronegócio canavieiro no sul goiano. 294 f. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2019.

NEVES, Pedro Dias Mangolini Neves; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Agrohídronegócio Canavieiro: Apropriação da Terra e da Água. **Revista de Geografia**, Recife, V. 37, No. 1, 2020.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 566 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

PERPÉTUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

ROSA, L. A.; NAVARRO, V. L. Trabalho e trabalhadores dos canaviais: perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (SP). **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, p. 143-160, 2014.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002**. Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. São Paulo, SP, 2002. Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa em 19 set. 2002.

Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11241-19.09.2002.html>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **O protocolo**. Disponível em: < <http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

SILVA, M. A. M. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R.; MORAES, M. A. (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. v. 1, p. 29-78.

SILVA, M. A. M.; BUENO, J. D.; MELO, B. M. Quando a máquina desfila, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. **Contemporânea**, v. 4, p. 85-116, 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. Por uma cruzada contra fome e o agrohídronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Pegada**, v. 9, n. 1, p. 8-34, jun. 2008.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 997 f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. Trabalho e saúde no ambiente destrutivo do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) – Brasil. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2014.

Notas

1. Cabe ressaltar que, optamos pelo conceito de agrohidronegócio canavieiro, por compreender que o “agrohidronegócio” é um modelo econômico e político constituído a partir da exploração da terra, da água e da força de trabalho, os quais são pilares de sustentação do setor agroindustrial canavieiro (MENDONÇA, 2003; THOMAZ JUNIOR, 2008, 2009, 2014; MESQUITA, 2009; CUNHA, CARVALHAL, 2014; PERPÉTUA, 2016, NEVES, 2019; NEVES e MENDONÇA, 2020).
2. É relevante destacar, a exploração/consumo da água está presente em toda cadeia produtiva da cana-de-açúcar, isto é, desde a produção da matéria-prima até a comercialização dos produtos. Para mais detalhes ver: NEVES e MENDONÇA, 2020.
3. De acordo com o Cadastro Brasileiro de Ocupações - CBO (6221-10), o trabalhador da cultura de cana-de-açúcar é aquele que colhe e planta a gramínea. O referido CBO ainda tem, como sinônimos, “Colhedor de cana-de-açúcar; Cortador de cana-de-açúcar; Plantador de cana-de-açúcar (conta própria); Plantador de cana-de-açúcar (empregador).” Mais detalhes ver: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 06 de novembro de 2020.
4. Sobre tais ocupações, é oportuno salientar que, apesar de estas não serem exclusivas da produção canavieira, tal como a ocupação de Trabalhador da cultura da cana-de-açúcar, as ocupações (Tratorista agrícola, Operador de colheitadeira e Operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas) comparecem, de forma expressiva, na produção da lavoura, sobretudo no plantio e na colheita

SEÇÃO TEMÁTICA - A Geografia política se faz presente

Adriana Dorfman¹ | Márcia da Silva²

EDITORIAL

Uma definição de Geografia Política bastante abrangente a apresenta como a abordagem das várias dimensões das conexões entre poder, política e espaços, analisando as relações entre as geografias políticas (enquanto práticas discursivas ligadas às representações do mundo em sua organização política) e a construção do mundo em si (MAMADOUH, 2020).

Como em outras especializações dentro da Geografia e das Ciências Humanas de modo geral, vemos nessa definição uma hesitação: as representações são o mundo? Elas dão conta de conhecer o mundo em si? Ao insistir na espacialização (na materialidade) dos processos que problematizamos, somos lançados além das representações. Explicando melhor: por um lado reconhecemos a centralidade dos processos sociais na formulação das nossas visões de mundo, reconhecemos que só podemos conhecer o mundo através das representações que (re)produzimos sobre o mesmo; por outro, não abrimos mão de buscar conhecer o mundo em si.

Assim, por reconhecer que as representações que manejamos podem ser criticadas, aprimoradas e até superadas, a chave de leitura dos geógrafos nos direciona a explicações espacializadas (materializadas) diante das dinâmicas do mundo e dos lugares. Para além de nos paralisar, esse aparente paradoxo serve como impulso para nossas pesquisas, na medida em que as representações e o mundo (em todas as suas escalas) se confrontam em nossas análises, nos levando a aprofundar nossos estudos, aprimorar nossa teoria, tornar nossas práticas de pesquisa mais rigorosas. Como vivemos todos, de formas diferentes e desiguais, a materialidade dos territórios contínuos está em questão.-

Além disso, as escalas do território parecem estar se redesenhando. Nosso cotidiano encerrado (estamos há meses sob o regime de morte e renúncias da Covid-19) é cada vez mais mediado pelas trocas online. Os deslocamentos se contraíram e vimos indícios de reforços às dinâmicas locais e comunitárias nos percursos e circuitos de abastecimento. As universidades e escolas suspenderam os encontros, frequentemente substituindo-as por práticas solucionistas³. Assim, a pesquisa em Geografia tem que se reinventar ou se reagendar em vista das limitações na circulação.

Se as redes intrincadas das trocas globais pedem que esta seja a escala de governança da saúde e do ambiente, as soluções têm tomado os estados e os municípios, em suas relações locais e regionais de poder, como unidades para medidas de contenção, com o recrudescimento das fronteiras (enquanto barreiras) e a multiplicação de controles biométricos. Dentro do Brasil, se multiplicaram os conflitos sobre as responsabilidades e poderes imputáveis a cada ente federado. Toda uma geopolítica da pandemia se desenha, com dedos apontados e a multiplicação de gentílicos a quase-objetos como vírus (*chinês*) e vacinas (*russa, inglesa*).

É por isso que a pesquisa em Geografia Política tem ganhado relevância, também para além da pandemia, para outras temáticas, dentre elas aquelas apresentadas neste número da Revista da Anpege, dedicado a esta subárea da Geografia. Nele, a Geografia Política avança numa transformação importante, ao reforçar nosso compromisso social através das relações com grupos cujas representações até há pouco não faziam eco. Ao descentrar o Estado, a Geografia Política (ou a geopolítica crítica) aprofunda seu instrumental de análise e de leituras da realidade, bem como de suas escalas, se reconstruindo e se renovando por dentro, porque a Ciência importa, e a Geografia e os geógrafos devem orgulhar-se disso!

Referências:

MAMADOUH, Virginie. Chair's Column - Political geography in the wake of a pandemic. *IGU Commission on Political Geography Newsletter*, abril 2020.

MOROZOV, Evgeny. Solucionismo, nova aposta das elites globais. *Outras Palavras*. 23-04-2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/solucionismo-nova-aposta-das-elites-globais/>. Acesso em: 28 set. 2020.

Notas

1. Doutora em Geografia, professora associada do Depto de Geografia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Co-diretora da Comissão de Geografia Política da União Geográfica Internacional.
E-mail: adriana.dorfman@ufrgs.br.
2. Doutora em Geografia, professora associada do Departamento de Geografia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG, Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em Guarapuava/PR.
E-mail: marcia.silvams@gmail.com.
3. Solucionismo é uma expressão proposta por Morosov (2020, s/p): “Em sua versão mais simples, sustenta que, como não há alternativas (ou tempo, ou dinheiro), o melhor que podemos fazer é colocar curativos digitais sobre os danos. Os solucionistas implantam tecnologia para evitar a política; defendem medidas “pós-ideológicas” que mantêm girando as engrenagens do capitalismo global.”

O LOCAL, O REGIONAL E O NACIONAL COMO ESCALAS GEOGRÁFICAS DAS PRÁTICAS, LUTAS E DIREITOS: Territorialidades indígenas latino-americanas

LOCAL, REGIONAL AND NATIONAL ISSUES AS GEOGRAPHICAL SCALES OF PRACTICES, FIGHTS AND RIGHTS: Latin american indigenous territorialities

EL LOCALES, REGIONALES Y NACIONALES COMO ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PRÁCTICAS, LUCHAS Y DERECHOS: Territorialidades indígenas latinoamericana

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a questão da escala, a partir de uma perspectiva geográfica, nas ações de luta pela terra e território dos Guarani e Kaiowá. As escalas local, regional e nacional são problematizadas, repensadas e articuladas em diálogo com os conceitos nativos e das múltiplas territorialidades dos povos indígenas latino-americanos. Isso se deve a importância de usar uma abordagem que conjugue, ou module, a escala como categoria da análise e categoria da prática. Em nome de categorias da prática como o corpo, a terra, o *tekoha*, o *tekoha guasu*, os acampamentos, as retomadas, as ocupações de espaços públicos, os fechamentos de rodovias, o trânsito pela fronteira do Brasil com o Paraguai, a articulação entre aldeias e cidades, os Guarani e Kaiowá classificam, conformam, forjam e subvertem escalas espaciais em lutas pela terra, território e direitos sociais, em uma complexa geometria de poder.

Palavras-chave: Escala, Guarani e Kaiowá, práticas, território, resistência.

ABSTRACT

This article aims to analyze the issue of scale, from a geographical perspective, in the actions of fight for land and territory of the Guarani and Kaiowá. The local, regional and national scales are problematized, rethought and articulated in dialogue with native concepts and the multiple territorialities of Latin American indigenous peoples. This is due to the importance of using an approach that combines or modules the scale as a category of analysis and a category of practice. In the name of categories of practice such as the body, the land, the *tekoha*, the *tekoha guasu*, the encampments, the recoveries, the occupations of public spaces, the closing of highways, the transit through the border of Brazil with Paraguay, the articulation between villages and cities, the Guarani and Kaiowá classify, conform, forge and subvert spatial scales in struggles for land, territory and social rights, in a complex geometry of power.

Keywords: Scale, Guarani and Kaiowá, practices, territory, resistance.

RESUMEN

Este artículo pretende analizar el tema de la escala, desde una perspectiva geográfica, en las acciones de lucha por la tierra y el territorio de los guaraníes y kaiowá. Las escalas local, regional y nacional son problematizadas, repensadas y articuladas en diálogo con los conceptos nativos y las múltiples territorialidades de los pueblos indígenas latinoamericanos. Esto se debe a la importancia de utilizar un enfoque que combina o modula la escala como una categoría de análisis y una categoría de práctica. En nombre de categorías de práctica como el cuerpo, la tierra, el *tekoha*, el *tekoha guasu*, los campamentos, las recuperaciones, las ocupaciones de espacios públicos, el cierre de carreteras, el tránsito por la frontera de Brasil con Paraguay, la articulación entre pueblos y ciudades, los guaraníes y los kaiowá clasifican, conforman, forjan y subvierten las escalas espaciales en las luchas por la tierra, el territorio y los derechos sociales, en una compleja geometría de poder.

Palabras clave: Escala, Guaraní y Kaiowá, prácticas, territorio, resistencia.

Introdução

Nas últimas décadas a “emergência indígena na América Latina” está associada, segundo o antropólogo chileno Bengoa (2007), à reconstrução das identidades étnicas, às experiências plurinacionais na Bolívia e as experiências dos municípios indígenas em muitos países, às lideranças das organizações dos povos originários que tem assumido às instituições e os instrumentos do Estado a nível local. Esta nova situação questiona e coloca em outros termos o conceito de autonomia territorial por uma nova cidadania dos indígenas no interior do Estado-nação. Como afirma Linera (2006, p. 28), “o índio é um sujeito político autônomo que propõe um novo modelo de nacionalismo expansivo, uma nação multicultural que ressalta a ‘unidade na diversidade’”.

Nas últimas décadas a questão social dos povos originários e a questão de acesso aos seus territórios tornaram-se pautas emblemáticas de descolonização da política contemporânea. A “América indígena”, um “continente assaltado” (GALEANO, 1987), é uma construção histórica e apresenta uma ideia de um lugar do mundo como um produto colonial. O colonialismo não terminou com as independências. Não terminou porque sequer as independências foram conquistadas pelos povos originários. Convivemos com várias formas de colonialismo: forte, interno, violento, racista, das grandes concentrações de terra e do desprezo pela vida humana. Estamos imersos na “colonialidade do poder e do saber” como propõe Quijano (2005).

Atualmente, por um lado, as nações, os povos, os comuns, foram cercados e capturados pelo mercado e as corporações mandam no mundo da globalização neoliberal (DARDOT E LAVAL, 2014). É necessário, por isso, invocar a dimensão espacial dos povos indígenas da América Latina/*Abya Yala*¹ e sua relação com a violação dos direitos humanos, à crise sanitária, ambiental, econômica, geopolítica, social, institucional e civilizacional. Essa descolonização do poder e do saber passa pela construção e ampliação de “subjetividades territoriais” (KRENAK, 2019) que fazem parte dos movimentos sociais de luta e resistência por terra, território e corpo.

No Brasil, as iniciativas estatais etnocêntricas evidenciam o momento em que estamos sendo atacados e até banalizados do ponto de vista da cidadania, dos direitos civis, das políticas públicas, dos investimentos orbitários que o Estado deveria fazer em saúde, educação, infraestrutura, segurança, dentre outros. Por sua vez, o governo bio/necropolítico (FOUCAULT, 2004; MBEMBE, 2011) atua para a expansão e a ampliação dos territórios corporativos do agronegócio ao realizar um ataque a toda forma livre de vida, anulando políticas públicas, dispositivos administrativos e legislativos de defesa para os povos indígenas, entrando em vigor o “Estado de Exceção” e a “vida nua”, nos termos de Agamben (2004). De um lado, o grande capital financeiro, extrativista e agroindustrial atua para a exploração e a privatização das terras públicas, impondo a lógica neoliberal de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004), e de outro, o *lobby* evangélico e militar busca descaracterizar/desterritorializar/precarizar os indígenas com o intuito de converter as suas almas, seus espíritos, para alterar a relação indissociável entre os povos e a terra/território. Esse ataque etnocida quer integrar o indígena à sociedade nacional.

Na fronteira do Brasil com o Paraguai, em áreas periféricas como a dos Guarani e Kaiowá, o ataque genocida, etnocida e ecocida, infelizmente, é recorrente. No Mato Grosso do Sul não faltam denúncias, imagens e números a confirmar a escalada da violência do Estado, de fazendeiros e milícias, articulados ou não, contra os povos indígenas, assim como a intoxicação por agrotóxicos na forma de ataques químicos, pulverização aérea de pesticidas e envenenamento de rios, córregos e lagos das aldeias e retomadas de *tekoha*. O espaço cotidiano dos Guarani e Kaiowá tem sido marcado pela brutalidade do “colonialismo interno” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2006) a que foram expostos historicamente em várias frentes extrativista, colonizadora e do agronegócio, e que se atualizou e acentuou desde que às recentes mudanças editadas em decreto de 2019 pelo novo governo, transferiu a demarcação e proteção das terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ao

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Ministério passou a ser comandado pela líder da bancada ruralista na Câmara Legislativa. Essa medida colocou em prática uma ofensiva contra os povos e comunidades tradicionais, confirmando a promessa/ameaça de campanha proferida em 2018 de não demarcar “nem mais um centímetro de terras indígenas”.²

Assim, no Brasil contemporâneo os povos indígenas enfrentam esse conflito realizado por históricas ameaças: os ataques, os conflitos, a violência, os assassinatos, o desmatamento e as invasões de garimpeiros aos territórios que aumentaram muito mais nesse momento. Esses povos, a exemplo dos guardiões da floresta formado por indígenas Guajajara que assumiram para si o monitoramento constante do território e a fiscalização ambiental da Terra Indígena Arariboia, no Maranhão –, estão na luta para retirar os invasores e diminuir essas ameaças. Desde aquelas concretas que se fazem com as invasões nos territórios, mas também as ameaças legislativas que estão postas no Congresso Nacional – medidas estas que são anti-indígena e antiambiental.

Segundo Schwarcz (2019), os atuais ataques aos grupos minoritários como os povos indígenas, comunidades quilombolas, dentre outros povos da terra, aos negros e negras das periferias urbanas, os homossexuais, *queers* ou transexuais, demonstram o período de recessão democrática que vivemos. A repressão à liberdade justificada pela doutrinação ideológica, à flexibilização do porte de armas de fogo fundada na defesa da propriedade privada, em tempos de necropolítica (MBEMBE, 2011) – que além da gestão da morte, faz desejar a morte do Outro – tem acentuado, por um lado, o clima de temor, de medo e de desesperança. Mesmo com esse ódio à democracia (RANCIÈRE, 2014) e a acentuação da violência (GUAJAJARA, 2020), os indígenas estão se organizando, pois a cada novo ataque genocida do governo, esses povos precisam formar novos “guerreiros” e adotar novas estratégias de luta articuladas às múltiplas escalas espaciais.

É diante deste contexto que este artigo tem por objetivo analisar a questão da escala, a partir de uma perspectiva geográfica, nas ações de luta pela terra, território e corpo dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Problematizamos como as escalas local, regional e nacional são reconstruídas, refeitas e articuladas, em diálogo com os conceitos nativos e das múltiplas territorialidades dos povos indígenas latino-americanos. Para alcançar este objetivo o texto foi organizado em três momentos: num primeiro momento, debatemos a importância de usar uma abordagem que conjugue ou module a escala como categoria da análise e categoria da prática como propõe Moore (2008). Num segundo momento, complexificamos essa relação entre escala como categoria da análise e como categoria da prática, e incorporamos ao debate os espaços que foram refeitos e classificados nas lutas dos Guarani e Kaiowá por terra, corpo e território. Por meio de uma política de escala, analisamos territorialidades “actantes” (LATOURET, 2004), redes de movimentos sociais (CASTELLS, 1999; 2013; SCHERER-WARREN, 2006; 2008), no debate que envolve os povos e comunidades tradicionais. E, por fim, num terceiro momento, analisamos a complexa “geometria de poder” (MASSEY, 1993; 2008) das lutas indígenas para a demarcação das terras, territórios e a defesa da vida.

A escala como categoria da prática

Adam Moore (2008) propõe uma discussão interessante sobre a escala em seu artigo intitulado, “Repensar a escala como categoria geográfica: da análise para a prática”. Ao demonstrar a polissemia e abrangência do conceito, o geógrafo político norte-americano, de forma crítica, atesta a importância de distinguir a escala como categoria de análise e escala como categoria da prática.

Nessa perspectiva, enquanto categoria de análise a escala pode ser construída com mais rigor e até eficácia por parte das políticas públicas pelo seu caráter político-administrativo, a escala como categoria da prática é acionada pelos sujeitos, grupos, coletivos, comunida-

des, povos, movimentos sociais e políticos, em nome de ações vividas, concretas e diretas que são organizadas, mobilizadas, articuladas, desencadeadas e construídas efetivamente com os espaços. Como demonstraremos, para além das escalas mais tradicionais e conhecidas, como as escalas local, regional, nacional e/ou mundial, muitos grupos sociais acionam, ativam e até constroem/refazem, em nome das lutas sociais e no espaço vivido (cotidiano), categorias da prática, referências espaciais, não somente de forma hierárquica.

Segundo Moore (2008), usar escalas coisificadas como categorias de análise pode levar a orientar e dar sentido a lutas políticas no sentido de encaixá-las, limitando a concepções e relações preconcebidas. Isso leva a ver e analisar a complexidade dos níveis relacionais, orquestrados em múltiplos jogos de análise, que podem ser produzidos. Para além do encaixe zonal (do tipo boneca russa, “uma área dentro do outra”), como na lógica política-administrativa estatal escalar (local, regional e nacional), é possível também analisar os fluxos e linhas em rede, multi-dialógicos, que funcionam em diferentes dinâmicas espaciais, conjugando ou alternando formas relacionais, sejam elas hierárquicas (não tanto encaixadas, mas abertas à diferença, à alteridade), quanto rizomáticas (como rede horizontalizada de linhas, fluxos e relações, como propõe Deleuze e Guattari, 1995).

É importante destacar que essas modulações da escala – enquanto categoria da prática e da análise – estão, muitas vezes, intimamente relacionadas. Visando superar o debate construtivista ou realista, Moore (2008) afirma que a escala é uma construção política. Haesbaert (2019), reportando à Moore, propõe, para além dessas elaborações da escala, da “tradição político-econômica” como categoria de análise e da “escala como uma categoria cotidiana da prática”, “no uso pelo senso comum”, a “escala como categoria normativa” sendo aquela que responde o que a escala deve(ria) ser:

(...) as conceituações de escala, especialmente aquelas ligadas à “tradição político-econômica”, tratam conjuntamente, de modo irrefletido, a “escala como uma categoria cotidiana da prática”, no uso pelo senso comum, e como categoria de análise, no âmbito científico. A esse uso cotidiano das escalas como categorias da prática, eu acrescentaria, pela força da sua especificidade, a prática política, na qual proponho distinguir a escala como categoria normativa – aquela que, mais do que dizer “o que é”, busca resposta ao que “deve(ria) ser” – neste caso, a escala (HAESBAERT, 2019, p. 133).

Ao analisarmos os conflitos e confrontos territoriais entre fazendeiros e Guarani e Kaiowá, verificamos que as lutas são construídas por meio das “práticas socioespaciais” dos sujeitos envolvidos, em estratégias concretas que acionam e ativam múltiplas escalas sociais. Nas fricções interétnicas, identificamos como esses grupos articulam um jogo de escalas, não necessariamente encaixadas, no sentido de “boneca russa” (uma dentro da outra e de forma hierárquica), mas no caráter do empoderamento do coletivo e da visibilidade das lutas, em benefício do fortalecimento, da mobilização e da solidariedade.

O regional e nacional podem, assim, ser repensados como arenas de luta/de disputa. Essas escalas, se abertas à diferença, a outros mundos (pluriverso) e às lutas dos sujeitos ou coletivos sociais, podem refazer/reconstruir, no jogo político e estratégico, uma disposição ou articulação de escalas de resistência, visibilidade, negociação e empoderamento socioespacial. Isso se deve à multiplicidade de sujeitos sociais envolvidos em rede e que participam de forma ativa e articulada da política de escala. A posição que ocupam na rede é modulada por práticas escalares que são empregadas em suas lutas sociais. Se as “práticas do espaço tecem com efeito as condições determinantes da vida social”, como propõe o historiador francês Certeau (1994, p. 175), podemos analisar as definições e delimitações escalares produzidas pelos próprios sujeitos históricos, em relações e definidoras dos processos socioespaciais, como, por exemplo, nas lutas contemporâneas das populações tradicionais por terra, território e corpo no Brasil.

É importante verificar a potência da política de escalas por meio de uma biopolítica (FOUCAULT, 2004) às avessas, “de baixo para cima”, de resistência, ao ver como que determinada prática, ação ou ato pode desencadear, articular, tensionar, direcionar, nas relações sociais engendradas por meio da concretude da vida, das lutas dos sujeitos e co-

letivos, em múltiplas configurações/conformações/modulações. Mais do que lógicas escalares pretensamente encaixadas e hierárquicas – “do menor para o maior” – devemos verificar as múltiplas configurações e variações que são criadas – e não somente reproduzidas – com/contra o Estado (nos moldes da antropologia política de Clastres, 1974), mas também em interação com as escalas política-administrativa.

O efeito escalar ou como funcionam as escalas como categorias da prática devem ser vistas pela “ação social”, a “partir da escala do movimento dos direitos indígenas”, como propõe Howitt (2003, p. 150). A partir do exemplo do “Congresso indígena australiano”, o autor afirma que a escala de governança indígena não é puramente ontológica e não aparece somente nas esferas de escala padrão, local, nacional e global, sendo que “na política indígena existe a necessidade de articular as relações sociais, culturais, territoriais e institucionais na construção das escalas geográficas em que a ação social pode ocorrer”:

A escala espacial, social e política (que são melhores vistas como co-constituintes da “escala geográfica”, talvez junto com as dimensões ecológica, econômica e outras dimensões de escala, devem ser tratadas como relações concretas de reconhecimento mútuo, responsabilidade e aceitação se a ideia de escala se tornar um veículo significativo para os povos indígenas envolvidos com a política transformacional de negociação com o Estado, empresas ou outros interesses em nome do nativo, da reconciliação ou soberania (HOWITT, 2003, p. 150 [tradução nossa]).

Nesse sentido, para a construção política da escala é necessária a ação social. Essa ação é construída e descolonizada por meio dos saberes populares, comunitários, subalternos, nativos. Com isso o jogo de escalas se complexifica e é ampliado, seja pela posição/extensão, bem como pelo seu efeito simbólico e espiritual, em que todos os elementos são actantes (como propõe o antropólogo francês Latour, 2004), com outros mundos, outras naturezas, no fortalecimento e interações com essas lutas sociais, como a dos povos indígenas. Essas escalas da terra devem estar combinadas – tanto pela sua eficácia concreta, imediata, de parentesco (totemista), quanto pela sua orientação espiritual e simbólica, imaterial e estratégica (animista), que não devem ser ignoradas e invisibilizadas pela capacidade de fortalecimento, solidariedade e, inclusive, mutabilidade das dinâmicas socioespaciais.

Essas escalas permitem aos povos indígenas fazer uma reconexão com a natureza, em que todos os elementos da natureza são actantes (terra, rio, floresta, ar, montanha, por exemplo), e estabelecendo outra dimensão de relação dos sujeitos e seus territórios:

(...) a dupla humano/não-humano é feita com esse fim: permitir ao coletivo de reunir um maior número de actantes no mesmo mundo. O jogo está aberto. A lista dos não-humanos que tomam parte da ação se amplia. A lista dos humanos que tomam parte na sua recepção, igualmente. Não precisamos mais defender o sujeito contra a reificação; defender o objeto contra a construção social. As coisas não ameaçam os sujeitos. A construção social não enfraquece mais os objetos (LATOUR, 2004, p. 149).

É necessário romper com a relação entre sujeito-objeto como propõe o perspectivismo e multinaturalismo (VIVEIROS DE CASTRO, 2015), revendo esse jogo multi-dialógico, rizomático, no sentido de compreender os territórios de existência por meio da dimensão ontológica (ESCOBAR, 2018), ou talvez, pluriontológica. Os povos indígenas estão produzindo os seus próprios conceitos na base de comparação com outros mundos – um pluriverso e uma perspectiva pluriontológica. Esses grupos têm muita clareza disso, eles transitam por outros mundos, fazem todo um diálogo com outras escalas e outros mundos. Nesse sentido as categorias são construídas mais próximas da experiência que é vivida, colada na prática e por um conhecimento que é para viver e dar continuidade a vida.

Na cosmologia Guarani existe um devir de trânsito entre diferentes *teko*, modos de existência, modos de ser, modos de ser relacional, *nhandereko*. A vida depende desse trânsito, *teko*; trânsito entre diferentes *teko*, *nhandereko*; trânsito de corpos, trânsito feitos com moderação (MONDARDO, 2018). Essas variações dos modos de ser, o *teko*, são construídas no “caminhar” (MELIÀ, 1991) – a territorialidade com seus rituais compostos por rezas e cantos –, para a “reapropriação social da natureza” (LEFF, 2006) e do ecossistema *tekoha*.

Por isso em cada momento da luta os povos indígenas utilizam diferentes estratégias espaciais, de abertura e fechamento, dispersão e aglomeração, demonstrando que as fronteiras étnicas dos territórios têm distintos graus de maleabilidade na relação com o Outro.

Cabe ressaltar que essa relação de alteridade é definida por múltiplas escalas geográficas de ação, seja na relação com a terra, com o rio, com os parentes mortos/assassinados, com o Estado, com a Igreja, com a cidade, com as corporações, com os espaços de grupos não indígenas, na medida em que permite empoderamento do coletivo e fortalecimento da luta ou da relação com o território. Nesse sentido, e dependendo dos sujeitos envolvidos, as escalas regional e nacional, com sua multiplicidade de modulações, podem se tornar categorias da prática de alguns fluxos e articulações, ou, ao menos, serem capazes de se tornarem espaços de referências, tanto geográfica quanto política e estratégica.

Política de escala: territorialidades actantes e redes

Passamos agora, de forma a dialogar com os sujeitos, os protagonistas das ações, a enfrentar e analisar a nossa segunda questão: como, nessa política em rede, se fazem usos diferenciados da escala, ou, o que se faz – e se age “em tempos sombrios” (ARENDDT, 2008; GAMBETTI, 2019) – em nome da escala, articulando, com isso, territorialidades actantes (retomando o sentido dos elementos atribuídos por Latour, 2004), para a elaboração de multi/transterritorialidades de resistência (HAESBAERT E MONDARDO, 2010), na luta pela vida (corpo), por terra e território. Como também nessas redes de luta é possível fazer a desubordinação e descolonização de escalas associadas ao Estado-nação, como região e território, para pensar outras formas, não eurocêntricas e etnocêntricas, das terras, aldeias, áreas de ação e espaços de vivência, transmissão do conhecimento, formação e articulação política dos povos indígenas. Em suma, uma descolonização do saber e do poder.

Se posicionarmos uma escala como aldeia ou terra indígena com os conceitos de território e região, por exemplo, como pensados na Geografia, de inspiração filosófica, veremos uma complexidade que vai muito além dessa direta ou simples vinculação e associação, como uma escala geográfica específica, seja ela regional de subnacional, seja ela de território de nacional. Não devemos simplificar os conceitos de região e território, pois são conceitos centrais na análise escalar de abrangência e extensão dos processos ou dinâmica espaciais, pretensamente bem articuladas como propõe Haesbaert (2019). Devemos incorporar os sujeitos, grupos e coletivos indígenas, por meio de suas perspectivas e pluriontologias, desse diálogo entre cosmovisões periféricas, com outros horizontes, em novas escalas de luta, empoderamento e potência para a emancipação e autonomia territoriais.

Para além do território tratado e definido como área de exercício e controle da soberania do Estado-nação, devemos compreender, nesse jogo escalar, o seu uso prático, político e estratégico (animista e totemista) como nos exemplos de fazer território indígena para fora das aldeias, descolonizando e territorializando territórios indígena nas cidades, nas universidades, nas prefeituras, no Congresso Nacional, nas redes sociais – a de(s)colonização das redes sociais como novas estratégias de luta³, dentre outros espaços políticos e representativos, para fazer que a voz ecoe, e eles sejam protagonistas da sua ancentralidade, das suas demandas, das suas lutas. Fazer que a voz dos indígenas ecoe é verbalizar as lutas pelas lideranças políticas, religiosas, das mulheres, dos anciões, das crianças, por exemplo.

Mais do que território enquanto espaço de soberania do Estado, devemos reconhecer, nesse sentido prático, político e estratégico (ELDEN 2007; 2010), as lutas por autonomia (e até soberania) dos territórios indígenas. Esse processo de descolonização e ampliação do conceito passa pela visão do poder, e se não restringirmos a sua concepção, isso pode nos permitir pensar e analisar territórios ontológicos (ESCOBAR, 2018), em que o *ser*, o actante, é central na construção das linhas de territorialização, desde perspectivas indígenas, afro-brasileiras, feministas, periféricas, fronteiriças, dentre outras, que vivem em lutas contra à espoliação e dominação do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado.

Na Geografia anglo-saxônica, o caráter tecnológico e funcional do território é definido pela noção de espaço como extensão que emerge na Revolução Científica. Sobre isso, Elden (2013) afirma que:

Território deve ser entendido como uma tecnologia política, ou talvez melhor como um pacote de tecnologias políticas. Território é não simplesmente terra, não no sentido político-econômico do direito do usar, apropriação, e posse de um lugar; nem é uma questão estritamente política estratégica mais próxima de uma noção de terreno. O território compreende técnicas para medir terras e controlar o terreno. Medir e controlar – o técnico e o jurídico – precisa ser pensado ao lado de terra e terreno. (ELDEN, 2013, p. 322-323, [tradução nossa]).

Compreender o território, de acordo com Elden (2013), como uma tecnologia política nos diferentes contextos histórico e geográfico nos ajuda a pensar o caráter meramente funcional dos territórios cooperativos do agronegócio. O conjunto de tecnologias políticas usadas nas modernas fazendas do agronegócio nos permite verificar como são medidas as terras e controlados os terrenos, nos sentidos técnico e jurídico. Essa tecnologia política foi implantada por uma nova racionalidade e densidade normativa do território (SANTOS, 2000) que colocou em prática a gestão/governo bio/necropolítico (FOUCAULT, 2004; MBEMBE, 2011), para uma política de produção de uma forma de consenso e gestão social dos conflitos para o “desenvolvimento” do agronegócio.

Na América Latina, o sentido que as problemáticas territoriais adquiriram nas últimas décadas, devem ser situadas no contexto neoliberal e neodesenvolvimentista, no debate neoextrativista como modelo de desenvolvimento econômico (GUDYNAS, 2012a; 2012b; 2016) e do “consenso de *commodities*” (SVAMPA, 2013; 2019a; 2019b), mas que também está permeado de resistências e lutas territoriais. Nesse contexto latino-americano é possível afirmar que existem pelo menos duas (cosmo)visões distintas de territorialidades: 1) a cosmovisão do modelo neoliberal/neodesenvolvimentista/neoextrativista, a qual é uma visão dominante, que é vista de “cima para baixo”, dos grupos hegemônicos; 2) a cosmovisão dos povos originários, comunidades tradicionais e da Terra – biocêntrica (GUDYNAS, 2019), comunal, autônoma, articulada com organizações étnico-territoriais, da lutas sociais e das formas de resistência, que é vista de “baixo para cima”, dos grupos subalternos.

Nessa última perspectiva, existem em curso mudanças fundamentais em territórios de povos e comunidades tradicionais que evidenciam debates e disputas sobre seu entendimento, como outros conceitos políticos e teóricos que emergem das lutas concretas contemporâneas, como justiça social e de direitos, que se aplicam a ele, o que demonstra o vigor e necessidade de atualidade do conceito.

Essa ampliação do conceito de território enquanto categoria analítica (de investigação) se deve a sua franca interlocução com o uso que os grupos latino-americanos em lutas contra-hegêmicas o fazem enquanto “categoria da prática” com uma conotação mais ampla de poder (HAESBAERT, 2018). Essa ênfase nas práticas (ou na “práxis”) efetivas e nos poderes plurais ocorre pela característica dos contextos histórico-geográficos latino-americanos estarem arraigados a questão da luta pela terra, da desigualdade social aviltante, e, hoje, de olhares feministas decoloniais (SEGATO, 2011) do “corpo-terra” (CABNAL, 2010), do “corpo-território” (GÓMEZ GRIJALVA, 2013), por movimentos sociais e grupos em luta a partir de reivindicações de território em concepções que vão desde as suas dimensões mais concretas (funcional), de redes de parentesco (totemista), jurídico-política (de redistribuição de terras e conquista/defesa de direitos), até as mais simbólicas (identitária e de reconhecimento de diferenças étnico-raciais e de gênero), religiosa, dos seres e espíritos (animista).

Em nossa pesquisa, pensando uma política de escalas, distinguimos pelo menos três perspectivas de territorialidades dos Guarani e Kaiowá que estão associadas à categoria da prática:

- Territorialidade ancestral: é aquela elaborada pela ancestralidade, cosmologia, espi-

ritualidade, na relação com o corpo, a terra e o território.

- Territorialidade aldeia-urbano-regional interétnica: é elaborada pela mobilidade, relações e articulações de aldeias com cidades, entre comunidades indígenas, num contexto regional.
- Territorialidade de trânsito transfronteiriço internacional: mobilidade estratégica pela fronteira entre Brasil e Paraguai que articula, do lado brasileiro, reservas indígenas e acampamentos de retomadas, com terras indígenas do lado paraguaio, alimentadas por relações de parentesco, casamentos, religiosas e políticas.

O ir e vir entre essas distintas escalas demonstra o potencial de transformar, produzir ou classificar corpos, terras e territórios. Por isso é imprescindível diferenciar as escalas. A especificidade de cada escala dessas territorialidades permite demonstrar onde elas se realizam, desde o nível do corpo (ou intracorpo), até a aldeia, o acampamento, a cidade, a região, o país, dentre outras. Na multiplicidade interna do próprio grupo indígena e das alianças e articulações externas, verificamos esse potencial, esse jogo que pode ser relacionado como ferramenta para construir (novas) territorialidades, como participar da luta das mulheres Guarani e Kaiowá desde o corpo por meio da *Kuñangue Aty Guasu* (Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá), até o sentido mais amplo do território como corpo da terra. Essa política de múltiplas escalas espaciais é construída a partir das práticas indígenas e do que se fazem nas lutas. Na América Latina a partir da multiplicidade de culturas entre “mundos” indígenas que se desenham, identificamos um conjunto pluriversal de culturas-naturezas e, também nesse contexto de múltiplas escalas geográficas, de pluriterritorialidades.

É importante afirmar, assim, que em quaisquer relações sociais, como diria Foucault (2012), embora em níveis diferentes, existem relações de poder/resistência, ou “dispositivos de poder”. Por isso essas pluriterritorialidades actantes, vistas pelas múltiplas escalas, não se traduzem somente por relações sociais mais concretas (ou mesmo “tecnológicas de poder”, como propõe Elden [2013]), mas também a sua dimensão simbólica ou “o poder simbólico”, conforme acepção de Bourdieu (1989).

Ao enfatizar e ampliar a discussão do poder para a dimensão simbólica, devemos considerar e estender, também, a noção de espaço, como na perspectiva tríplice de Lefebvre (1984), vendo como espaço concebido, percebido e vivido. A dimensão simbólica – aliás, espiritual, animista do mundo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), e totemista que inclui as relações de parentesco – tem força de forjar e atribuir significados ao espaço em lutas territoriais como a dos povos indígenas. Por isso, ao ressaltarmos o poder simbólico, incorporado ao vivido territorial dos movimentos sociais e coletivos, podemos enfatizar territorialidades actantes construídas e reelaboradas na imbricação desse plano material e simbólico do território. Superar a dimensão concreta do território, enfatizando o poder simbólico como um componente do *ser* – ontológico – das experiências de luta e práticas de resistência é fundamental atualmente para entender a complexidade dos processos socioespaciais. Superar o plano terrestre do território inclui considerar a vida e a morte, o canto e o luto, e permite elaborar uma cartografia do céu e da terra, nesse trânsito espiritual e material de caminhos, de perspectivas, em que se amplia a subjetividade, o modo de *ser* – o *teko* para a cosmologia Guarani e Kaiowá –, na luta por terra e do corpo enquanto r-existência (existir para resistir).

Na América Latina (*Abya Yala*) o corpo está no centro das lutas pela existência físico-cultural dos povos indígenas, pois “se fere a nossa existência, seremos resistência”, afirmam movimentos de mulheres latino-americanas. Os agenciamentos que atravessam às resistências indígenas e que demarcam seus corpos fazem parte de uma agenda de luta no Brasil contemporâneo. Como afirma Dorronsoro (2019, p. 382), resistir implica “exercer o direito a partir do próprio”, “transitar também pelo direito alheio e procurar a melhor maneira de poder reivindicar, obter, defender, garantir, promover e conservar os direitos próprios individuais e coletivos quando o direito maioritário não os contempla ou os ignora”. Diante da recessão democrática e do ataque genocida aos povos originários a maior

estratégia política é se manter vivo. Para lutar é preciso estar vivo.

Como concebido coletivamente no documento final da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito” – em que estiveram presentes 2.500 mulheres de mais de 130 diferentes povos originários, representando todas as regiões do Brasil, reunidas em Brasília (DF), no período de 10 a 14 de agosto de 2019 –, se manter vivo para as mulheres indígenas diz respeito a manter viva as suas verdades cosmológicas através dos cantos, danças, pinturas, rituais, luto, ancestralidade e manifestações que fazem parte de seus corpos. Esse protagonismo das mulheres indígenas está relacionado às perspectivas ecofeministas, à ética do cuidado e a mãe Terra.

Neste contexto, a territorialidade, mais do que referência simbólica, é vivida em práticas coletivas que envolvem a cultura, a ancestralidade, a espiritualidade e as trajetórias de vida (lembrando a concepção de espaço de Massey, 2008). Essa carga simbólica deve considerar que os territórios são ancestrais, porque envolvem a espiritualidade, as lutas e a vida. Nessa dinâmica o território é construído por histórias de vida, que se fazem por redes que são tecidas num *continuum* de pessoas e natureza, entre diferentes categorias de humanidade, quando se considera as cosmologias indígenas (KRENAK, 2019). Essa conjugação de componentes e referenciais simbólico-espirituais-materiais permite a organização, articulação e “empoderamento” político e geoestratégico dos grupos sociais que se mobilizam, como ocorre entre vários movimentos sociais que lutam por terra e, mais recentemente, em ênfase no território, no contexto dos países periféricos, latino-americanos, das comunidades quilombolas, povos indígenas e populações tradicionais.

Nesses exemplos vemos como pauta também a luta em nome de e que a mobilização do território como categoria da prática moldou concepções e formas que o poder (ou poderes) pode ser considerado de maneira mais ampla e de múltiplas perspectivas de território, como a denominada por Escobar (2018) de território ontológico, que enfatiza a existência – e suas formas de existência – dos povos originários, pois sem território, eles não existiriam. Uma passagem do filme *Terra Vermelha*, gravado na região da Grande Dourados, demonstra essa dimensão indissociável entre os Guarani e Kaiowá e a sua terra-território, “da terra como corpo indígena ao indígena como corpo da terra”:

[O fazendeiro ajunta do chão vermelho sul-mato-grossense um punhado de terra. Diante dele, dezenas de indígenas Guarani e Kaiowá. O fazendeiro olha e fala:]

– Essa terra aqui, o meu pai chegou aqui há mais de sessenta anos, são três gerações. Eu nasci aqui, a minha filha foi criada aqui. Eu trabalho nessa terra de sol a sol para fazer disso um lugar produtivo. Eu planto comida para as pessoas comerem...

[Um índio, à frente, ajunta do chão vermelho um punhado de terra... E a come.] (Passagem do filme “Terra Vermelha”, 2008).

Nesse exemplo vemos como o território é acionado como categoria da prática dos povos Guarani e Kaiowá para a demarcação de suas terras de uso e ocupação tradicional. Nessa cosmovisão biológica, orgânica, é possível pensar até em uma retomada ratzelina do território como espaço de vida associado a direitos. O território sendo visto como um ecossistema, ser vivo com direitos (RATZEL, 2011; 2019). Alguns povos originários latino-americanos têm adotado essa categoria da prática como os *Kichwa* de Quito, no Equador, ao “declararem o território como ser vivo e sujeito consciente de direitos com direitos”, incluindo seres do mundo animal, vegetal, mineral, espiritual e cósmico que habitam a selva e se relacionam com os seres humanos. Essa categoria da prática foi mobilizada como o objetivo de evitar a exploração de seus “recursos” e reivindicar novas medidas de proteção ao Estado.

Devemos considerar a abrangência de perspectivas como o território é acionado, incorporado e concebido enquanto categoria de análise que tem como mote o vínculo entre a natureza, a cultura e as relações de poder/resistência. Conforme a modulação do poder que é utilizada, de natureza, de cultura e de sociedade, o território apresenta variações em sua formulação enquanto categoria de análise. Assim, o território enquanto categoria

da prática, ao valorizar relações sociais concretas, experiências, vivências e sentidos, pode ser lido como uma modalidade de território – e de territorialização – que reconhece ou incorpora as relações de poder em busca de autonomia, emancipação e justiça social frente ao Estado-nação, ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado. Em nome do território grupos sociais fazem frente ao Estado, muitas vezes articulado ou diante dos circuitos da globalização neoliberal, em lutas oriundas de conflitos por terra, contra a vulnerabilidade territorial dos corpos e a desigualdade social aviltante. Por isso, o território está vinculado, quando focalizamos os povos indígenas, às práticas ou experiências de poder concretas, simbólicas e cosmológicas.

A escala, nesse sentido, é basilar para pensar os processos de territorialização, como ação, concreta e/ou simbólica, na construção de territórios. Tal como na discussão de escala de Moore (2008), vemos o território como categoria da prática no sentido do uso ou em nome dele que os povos indígenas fazem, podendo ser acionando de forma prática, política e geoestratégica, bem como, de alguma forma, os conceitos da academia também são apropriados pelos movimentos em luta e tornam-se categorias da prática, retroalimentadas pelo seu uso, e reconstruídos em conflitos e confrontos. É imprescindível reconhecermos também que atualmente os conceitos que foram produzidos sobre os povos originários estão sendo reapropriados por pesquisadores indígenas, pois estamos numa nova fase. Os povos Guarani estão produzindo os seus próprios conceitos na base de comparação com outros mundos – um pluriverso e uma perspectiva pluriontológica – para a defesa/continuidade da vida e conquista de direitos nas múltiplas escalas espaciais.

Para os povos indígenas, bem como outras minorias, a escala nacional cumpre o papel na construção da cidadania, do acesso aos direitos (mesmo que esses conceitos sejam oriundos da modernidade), da figura ainda nos dias de hoje do cidadão, envolvendo o acesso às políticas públicas – cada vez mais atacadas e desmontadas –, nas variadas esferas sociais e/ou “contêineres” político-administrativos do Estado-nação. Desde suas aldeias os povos originários têm dificuldades no acesso aos direitos. Por isso a necessidade da articulação com outras escalas geográficas.

Para Mezzadra e Neilson (2016), como entidade territorial de governança, o Estado constrói fronteiras, define e demarca delimitações na forma de zonas, corredores, canais, no sentido, hoje, de fazer uma triagem ou filtro daqueles sujeitos que podem ter acesso a essa ou aquela política pública, a terra, ao território, à água, à alimentação, à saúde, à segurança, dentre outros. Essa membrana política do Estado que reveste os espaços dos povos e comunidades tradicionais, pretensamente exclusivos ou com sobreposições dos usos feitos pelas cooperações globais, por exemplo, permite identificar como o território nacional torna-se uma “tecnologia” ou “dispositivo de poder”, como propõe Elden (2013), no seu sentido funcional e econômico, de inspiração foucaultiana.

Mesmo que a escala nacional esteja sendo questionada pelo “imperativo da fluidez” (SANTOS, 1996), no qual os territórios devem se reestruturar para se adequarem às necessidades corporativas de circulação, pela imposição de redes de transporte, comunicação e energia, de zonas e áreas de “livre comércio” da “globalização neoliberal” (DARDOT E LAVAL, 2016), ela continua sendo uma referência precípua para as políticas públicas, por meio de sistemas de classificação/compartimentação do uso da terra, da regulação fundiária, dos dispositivos políticos, legislativos e jurídicos de proteção ambiental e dos Direitos da Natureza (Mãe Terra ou *Pachamama*) como escreveram as Assembleias Constituintes das novas Constituições dos Estados Plurinacionais, o *Buen Vivir* ou *Bien Vivir* (*Sumak Kawsay* na língua *Kichwa* do Equador) e *Suma Qamaña* (na língua *Aimara* da Bolívia). Mesmo que muitas vezes não tenha como mote a universalização de direitos e a reforma agrária, o Estado continua classificando áreas e articulando diferenças internas ao território nacional. O Estado permanece com a sua capacidade de organização do território – ou de prática de classificação socioespacial, como concebe Moore (2008), mesmo que, atualmente, poderíamos dizer, de forma “extrovertida” (SANTOS E SILVEIRA, 2003), privilegiando corporações.

Seguindo a sugestão de Moore (2008), observamos que os povos e comunidades tradi-

cionais, a exemplo dos povos indígenas e comunidades quilombolas, também elaboram e reconstróem, a sua maneira, classificações socioespaciais por uma política da escala concreta – geoestratégica – pelas formas de se relacionar com o local, o regional e o nacional. Essas escalas são reconstruídas em nome das lutas e organização destes movimentos desde *abajo*, contrapondo e questionando concepções escalares hierárquicas e encaixadas às políticas etnocêntricas do Estado (de cima para baixo). Nesse movimento de reordenar as escalas, observamos que essa categoria é vivida, acionada e refeita no jogo político, na relação de alteridade que o povo ou comunidade constrói historicamente com ou contra o Estado (CLASTRES, 1974). Moore (2008, p. 217) afirma que essas escalas construídas pelos próprios sujeitos “podem afetar significativamente os cursos das ações das pessoas, as estratégias que atores políticos empregam e as relações sociais de poder”.

Os nomes nativos dos lugares, a reapropriação por meio da língua materna, simbólica e afetiva do território, como realizado pelos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, permite ver como essa descolonização toponímica – o poder de nomear e atribuir significados – é eficaz para renomear a reclassificar o espaço. Os recursos toponímicos dos lugares sagrados de um *tekoha* englobam desde à nomenclatura de locais geográficos (terras, rios, florestas, caminhos (*tape po’i e guasu*), vizinhança, cemitérios, dentre outros), e permite agregar valor simbólico pela memória dos antepassados aos territórios de ocupação tradicional. Retomar esse espaços, implica, também em nomeá-lo, ou renomeá-lo. A territorialização indígena, essa reconexão com à terra, pode ter uma eficácia simbólica – um poder simbólico – pela escolha das referências espaciais, reforçando, em consequência, os povos das áreas que representam.

Esses espaços de classificação dos Guarani e Kaiowá praticados e vividos foram sobrepostos por outra forma de divisão não indígena, e que hoje implica em sobreposição de referências geográficas, como, por exemplo, entre um antigo *tekoha* e uma fazenda. O frequente jogo de escalas entre eles implica, mesmo que em parte, as múltiplas classificações escalares que hoje estão impregnadas nos conflitos territoriais e fundiários, entre indígenas e fazendeiros, nessas políticas geográficas de escala em áreas de agronegócio brasileiro.

Geometria de poder das lutas indígenas

Propomos, então, pensar esse jogo de escalas como geometria de poder, como concebe Massey (1993; 2008), repensando essa relação entre o local, o regional, o nacional e o global-transnacional, por meio de relações prioritárias e secundárias, como processos, des-articulações espaciais, que são construídas nos processos de luta, de disputa pela terra e território. Em nome dessa política de escalas, visamos compreender as estratégias e articulações dos grupos, a sua concretização material, considerando, assim, tanto a especificidade de distintas perspectivas ou cosmovisões, para os limites, nem tantos rígidos, mas relacionais, das fronteiras nacionais. As delimitações escalares são acionadas por meio de áreas locais e regionais que tendem a ganhar potência pela multiplicação das ações e eficácia política pela maior maleabilidade das ações.

Para Massey (2008, p. 256), “cada luta local já é uma conquista relacional, baseada tanto dentro quanto para além do ‘local’, e é internamente múltipla”. A geometria de poder das relações espaciais se torna fundamental para analisarmos a elaboração das identidades políticas de indígenas e fazendeiros no conflituoso processo de demarcação das terras tradicionais. A política dos sujeitos em disputa gera uma nova forma às identidades, dependendo das escalas de ação e de relações, da construção de alianças. Situar a tensão territorial por uma constelação de conexões com ligações partindo da escala local de ação, passando pela regional, nacional e até a internacional (não necessariamente encaixadas) é fundamental para a produção de múltiplas ações “transescalares” prioritárias e secundárias. Esse jogo de alternância de posições e das alianças firmadas é parte dessa geometria de poder.

Nessa geometria do poder identificamos vários sujeitos (organizações/entidades, movimentos sociais, ONGs) que se posicionam favoráveis ou contrários à demarcação das

terras indígenas no Mato Grosso do Sul. Alguns têm suas ações diretamente envolvidas com as forças de resistência ou de hegemonia. Outros fazem alianças e agem no sentido de defender e fortalecer determinado grupo ou coletivo. Essa geometria de poder tem a capacidade de demonstrar como esses diferentes grupos sociais, em múltiplas escalas espaciais, posicionam-se de forma muito distintas em relação a esse conflito territorial, a esses fluxos e interconexões. A escala de ação dos sujeitos em conflito é importante para revelarmos o modo como traçam estratégias e criam conectividade com espaços mais amplos de luta. A dinâmica do conflito que envolve diretamente esses sujeitos sociais na escala local nos leva, assim, a entender a interação com outras escalas.

No conflito territorial entre indígenas (Guarani e Kaiowá) e fazendeiros distinguimos pelo menos dois grupos de sujeitos, organizações/entidades, que traçam estratégias e colocam em prática as suas territorialidades em múltiplas escalas espaciais. Nessa política de escalas, esses sujeitos se dividem em duas posições (dois grupos): 1) uma parcela dos Guarani e Kaiowá e suas alianças construídas com as organizações indígenas, indigenistas e do ambiente como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – embora desde 2019, no novo governo, estão sendo aparelhadas como sucursal do ruralismo, precarizadas e militarizadas –, o Ministério Público Federal e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Universidades, vereadores, dentre outros; 2) os fazendeiros e suas coalizões de classe e as múltiplas alianças de entidades vinculadas ao agronegócio como sindicatos patronais rurais municipais e estaduais, com Centros de Tradições, Sindicatos rurais e patronais, Associações do Comércio e da Indústria, vereadores, prefeitos, bancadas ruralista, armamentista e evangélica, dentre outros (figura 1).

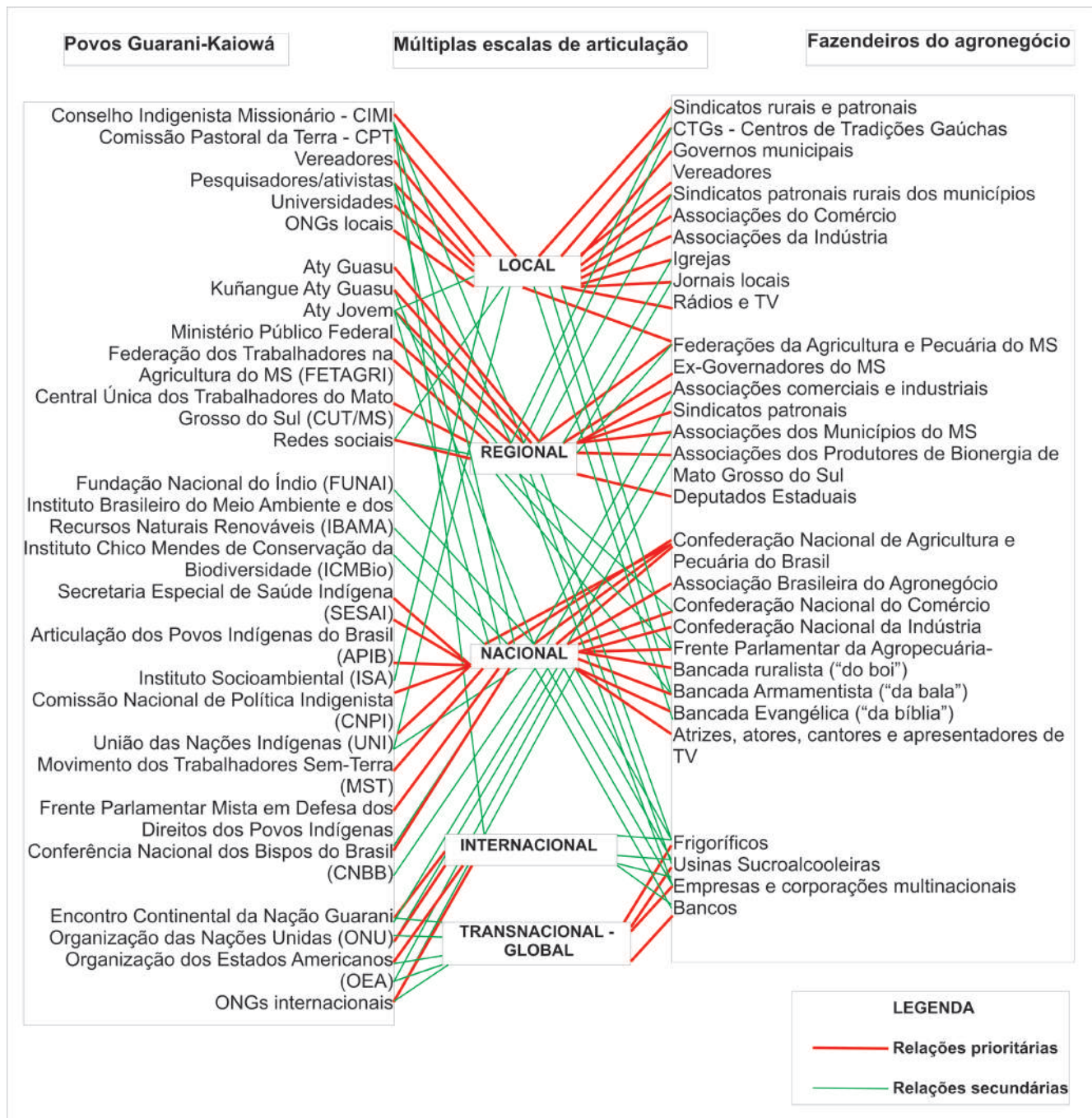


Figura 1: Geometria de poder das demarcações das terras indígenas no MS
Organização do autor.

Enfatizamos, nesse sentido, as múltiplas escalas desses territórios de resistência indígena. Sendo o *tekoha* o espaço-chave de luta e catalizador de direitos, os Guarani e Kaiowá tem clareza que um movimento estritamente local não ganhará força. Por isso, assim como outros grupos indígenas brasileiro-latino-americanos, esses povos se articulam em redes-de-espacos de autonomia molecular ou micropolítica com entidades indigenistas e não indigenistas, intelectuais, com ativistas do mundo inteiro (alguns Guarani e Kaiowá viajam para fora do Brasil lutando por direitos e denunciando as violências e violações), frentes parlamentares mistas, encontros continentais, dentre outros espaços de articulações.⁴ Então essas múltiplas escalas estão presentes, hoje, porque os indígenas perceberam a relevância da dimensão global da luta, transnacional e transterritorial, mas sem perder a força e a necessidade de ter uma base local, no sentido de ter uma raiz, que é tão importante para assegurar autossuficiência alimentar, por exemplo, pela agroecologia. Devemos considerar a relevância desses territórios localizados desde a escala local para garantir a autonomia dos povos, mas sempre sem perder os elos com as outras escalas.

Isso demonstra, outra vez, a enorme importância dessa escala mais local (do corpo), passando pelas escalas de presença e da coexistência do coletivo indígena, alianças externas e articulações. Essa conjugação de escalas adquire magnitude e é incorporada nas lutas por direitos territoriais dos povos originários.

As lutas sociais envolvem, assim, práticas de classificação/compartimentações, que re-fazem e constroem espaços multiescalares, como podemos verificar, a partir do trabalho empírico, nas categorias da prática dos Guarani e Kaiowá (tabela 1).

Categoria da prática	Escala	Ação
Corpo	Local	É a dimensão do vivido. Do direito à vida e às diferentes formas de vida. O direito às diferentes naturezas humanas: humanidades e subjetivações. Está associado ao cuidado com o corpo, ao direito à saúde, à alimentação, à terra e expressões/manifestações/mobilizações políticas e culturais. O corpo é o espaço da resistência: existir para r-existir.
Terra	Local e Regional	Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas são as terras indígenas de que trata o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. A terra é o direito originário, consuetudinário e constitucional, de posse e usufruto coletivo. É a dimensão indissociável da relação entre o povo e o seu território; constitutiva da ancestralidade e tradicionalidade da territorialidade pelo uso e ocupação de uma área por uma família extensa Guarani e Kaiowá. A terra é parte dos rituais e tradições.
Tekoha	Local e Regional	Tekoha é o espaço da cosmologia Guarani Kaiowá. É onde uma liderança ou família extensa (tey'i) exerce o controle físico e simbólico do espaço pelo seu modo de ser, o teko. Esse território é definido, delimitado e demarcado pela cultura do povo por meio das redes de parentescos consanguíneos e por afinidade (de alianças tradicionais).
Tekoha Guasu	Regional	O tekoha guasu é um espaço sócio-político com recorte espacial definido que engloba o cone sul do estado de Mato Grosso do Sul, chegando até a extrapolar dos limites do Brasil com o Paraguai. O tekoha guasu incorpora(va) territórios de tradicionalidade, de compartilhamento de diversas famílias extensas e lideranças políticas e religiosas. Esse grande território (tekoha guasu) era contínuo espacialmente e combinava pelo menos duas lógicas espaciais, a zonal e a reticular. Os povos Guarani e Kaiowá faziam uso do padrão zonal de organização dos seus territórios, de caráter contínuo, e combinam as suas relações com redes, de padrão descontínuo. As relações de parentesco preferenciais entre parentes cruzados (endogamia) em um tekoha definem à lógica zonal. Já as relações de casamento preferencial entre parentes cruzados de outros tekoha (exogamia) ocorrem pelo fracionamento periódico das famílias extensas e fortalecem as redes.
Acampamentos de retomadas	Local	Levantados em áreas estratégicas às margens das rodovias estaduais e federais ou em fundos de fazendas, com a finalidade de retomar os territórios tradicionalmente ocupados – tekoha.

Categoria da prática	Escala	Ação
Retomadas	Local	Ações coletivas diretas de luta pela terra e território. A retomada é uma área para a reconquista da terra de uso e ocupação tradicional. É uma estratégia autônoma, temporária e concreta de territorialização alternativa para conquistar coletivamente o território: tekoha. É a autodemarcação realizada pela família extensa, constituída e fortalecida pela rede de parentesco consanguínea e de alianças intensivas.
Ocupação temporária de espaços públicos	Local	Ocupação de praças, ruas, prefeituras, FUNAI, SESAI, dentre outros, com o objetivo de defender ou lutar por direitos, de um atendimento diferenciado à saúde, à educação, da regularização fundiária e autonomia territorial, dentre outros.
Fechamento temporário de rodovias	Local	Atos de mobilização em rodovias estaduais e federais com o objetivo de pressionar o Estado brasileiro e demonstrar à sociedade a precariedade e insegurança vivida pelos povos indígenas e a necessidade de sua reprodução social nos tekoha.
Reserva indígena	Local	São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Os Guarani e Kaiowá estão transformando as reservas criadas pelo Estado em aldeias por meio do processo histórico de territorialização e articulação política na luta pelo tekoha.
Cidade	Local	Espaço urbano de luta e visibilidade, mobilização e articulação política em órgãos públicos como a FUNAI, IBAMA, MPF, SESAI, Prefeituras, dentre outros.
Trânsito multi/transterritorial pela fronteira do Brasil com o Paraguai	Regional e Internacional	Mobilidade geoestratégica pela fronteira entre Brasil e Paraguai que articula, do lado brasileiro, reservas indígenas e acampamentos de retomadas, com terras indígenas do lado paraguaio.

Tabela 1: Múltiplas escalas geográficas de ação dos Guarani e Kaiowá
Organização do autor (2020).

É possível afirmar que as classificações locais e regionais – e também nacionais – dos povos e comunidades tradicionais são um jogo em meio às disputas e busca por legitimidade de suas lutas sociais por meio do discurso ou linguagem utilizada, daí vem à eficácia ou importância do “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989), do poder de nomear e de delimitar, bem como da concreta capacidade de ação, de quem divide e classifica espaços, em múltiplas escalas espaciais, como verificado nos casos dos Guarani e Kaiowá. Essas áreas e redes indígenas – desde o corpo, à terra, o *tekoha*, o *tekoha guasu*, os acampamentos, às retomadas, às ocupações temporárias de espaços públicos, os fechamentos temporários de rodovias, à aldeia, à cidade, o trânsito pela fronteira do Brasil com o Paraguai –, tem uma potência e força para construir e refazer escalas espaciais pela capacidade de descolonização do poder pelo subalterno, com diferentes articulações e eficácias de natureza política, estratégica e concreta.

O território como categoria da prática transita por várias escalas. Nessas escalas de uso e designação do território como categoria da prática, identificamos um “eixo” que “unifica” essas várias escalas. Essa articulação é a questão da própria vida, existência físico-biológica-cosmológica, essa ontologia territorial que os povos indígenas carregam em função dos históricos genocídios e etnocídios coloniais e, que, até hoje afetam muitos grupos subalternos, em especial, no Brasil, os Guarani e Kaiowá diante da necropolítica de Estado.

Mais do que dissociados, ou lado a lado, devemos ver que estas escalas de luta acontecem em articulação, “imbricados” ou em interação, construindo, de certo modo, uma “multi/transterritorialidade alternativa”, como propõe Haesbaert e Mondardo (2010), para os Guarani e Kaiowá, especialmente, no que diz respeito à luta pela terra e território. É importante lembrar que essas múltiplas escalas geográficas das ações dos povos indígenas estão, hoje, implicados na própria reelaboração dos territórios de ocupação tradicional e nessa relação cosmológica – em que todos os elementos actantes fazem parte – de reconexão com a terra/natureza. A proliferação dos acampamentos, das retomadas, das mobilizações cosmopolíticas, das relações de parentesco, dos rituais, do *teko porã* (bem viver), do *guata* (modo Guarani de caminhar), do *tape po’i e guasu* (trilhas) da busca da terra “sem males”, uma vez que implicados no próprio conceito denso de *tekoha*, movimenta sentidos à luta por território e fortalece os indígenas para resistirem à violência, ao genocídio e etnocídio.

É necessário, assim, aprofundar as concepções e práticas dos territórios indígenas tradicionais por meio do local, do regional e do nacional, não encaixadas e reificadas, mas como escalas geográficas das práticas e de direitos, para construir categorias com potência, “armas de luta”, para o apoio efetivo com a Constituição Federal de 1988 e o direito consuetudinário às reivindicações de redistribuição de terras e reconhecimento dos povos indígenas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União (art. 20, XI). É importante lembrar que a definição da natureza dos direitos constitucionais dos índios foi uma conquistada que se deu por meio de um movimento de luta dos povos indígenas. A Constituição de 1988 incorporou os princípios do indigenato no seu artigo 231 que reconhece sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Segundo Silva (2018), no momento em que a Constituição Federal de 1988 reconhece “que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam à sua posse permanente, isso não significa um pressuposto do passado como ocupação efetiva”, mas, atribui “uma garantia para o futuro, no sentido que essas terras inalienáveis e indisponíveis são destinadas, para sempre, ao seu habitat” (SILVA, 2018, p. 32-33). Isso se deve ao reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas à posse permanente das terras ocupadas, como definido nos termos do artigo. 231, § 1º e 2º. Por isso a importância da permanência, da territorialização, explicitada pela norma constitucional vigente. Os conceitos, assim, devem ser dispositivos jurídicos, normativos e práticos para afirmar os direitos indígenas. Logo os conceitos não devem ser espoliadores.

O território para os povos indígenas envolve o direito constitucional, precipuamente relacionado aos direitos humanos, um valor de sobrevivência cultural e físico-biológica, tanto quanto a partir das práticas – como um fato concreto (a terra), e como um artifício do pensamento ameríndio, das cosmologias, além de ser um (ou deveria ser) um instrumento ou dispositivo normativo para a demarcação das terras indígenas por meio de ação, via planejamento, de políticas públicas. Em nome do território – do *tekoha* para os Guarani e Kaiowá – estão articuladas práticas e se fazem uma multiplicidade de lutas em variadas escalas espaciais. Essas escalas geográficas – corpo, terra, *tekoha*, *tekoha guasu*, acampamentos, retomadas, ocupações temporárias de espaços públicos, fechamentos temporários de rodovias, aldeia, cidade, trânsito pela fronteira do Brasil com o Paraguai – são construídas, acionadas e refeitas num jogo político na luta por territórios de ocupação tradicional. A luta pelo direito ao território que articula outras escalas espaciais na luta por direitos.

Considerações finais

Este artigo problematizou a questão da escala, a partir de uma perspectiva geográfica, das ações de luta pela terra e território dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. As escalas local, regional e nacional são repensadas e articuladas em diálogo com os conceitos nativos e das múltiplas territorialidades destes povos indígenas. Num primeiro momento, analisamos as pluriverso das territorialidades indígenas e seus múltiplos territórios, e verificamos a importância de usar uma abordagem que conjugue a escala como categoria da análise e categoria da prática. Tratadas como escalas geográficas, associadas às ações e categorias nativas dos povos indígenas, é possível distinguir três modulações de territorialidades actantes: a) territorialidade ancestral; b) territorialidade interétnica urbano-regional; e, c) territorialidade de trânsito transfronteiriço internacional.

Num segundo momento, nessa relação entre escala como categoria da análise e como categoria da prática, incorporamos ao debate os espaços que foram refeitos e classificados nas lutas dos Guarani e Kaiowá por terra, corpo e território. Para além dessa relação escalar local, regional e nacional de exclusividade e claramente definida pelo Estado, verificamos como que os sujeitos refazem essas escalas por poderes plurais subalternos, em movimentos de resistência, com uma multiplicidade de divisões espaciais e articulações políticas, estratégias e concretas em suas ações. O local, o regional e o nacional, para além da perspectiva do território como sinônimo de exclusividade nacional, o regional como espaço subnacional e o local como relativo à figura do município, verificamos que os povos indígenas refazer esse jogo, por uma política de múltiplas escalas, como categoria da prática, em redes de luta, resistência e solidariedade.

Num terceiro momento repensamos essa relação entre o local, o regional, o nacional e o global-transnacional por meio de uma política de escalas co-extensiva às relações prioritárias e secundárias, enquanto processos, des-articulações espaciais, como geometria de poder como propõe Massey (1993; 2008). Contra a negação de direitos ou desconstitucionalidade do Estado, e configurando-se diretamente contra as dinâmicas espoliadoras, neo-desenvolvimentistas e neoextrativistas da globalização neoliberal do território corporativo brasileiro-latino-americano, os Guarani e Kaiowá forjam outras escalas de luta. Desde o corpo, à terra, o *tekoha*, o *tekoha guasu*, os acampamentos, às retomadas, às ocupações temporárias de espaços públicos, os fechamentos temporários de rodovias, à aldeia, à cidade, o trânsito pela fronteira do Brasil com o Paraguai, são refeitas e construídas escalas por poderes plurais – concretos e simbólicos – pela efetiva capacidade de organização, mobilização e articulação política em ações coletivas. A descolonização do poder pelo subalterno conforma escalas distintas de eficácia política, estratégica e concreta.

É possível afirmar, considerando a geometria de poder, que as escalas utilizadas pelos Guarani e Kaiowá são construídas em contextos socioespaciais articulados, em relações que refazem esse jogo não hierárquico e reificado entre local, regional e nacional. Às escalas pensadas desde o Estado-nação, como, por exemplo, pelas políticas públicas, são questionadas e buriladas por outras escalas de efetiva e concreta ação dos sujeitos, com práticas de “classificação socioespacial” que visam à construção de um ordenamento territorial pelos de baixo.

No entanto, ainda que questionadas, reelaboradas e refeitas, as escalas local, nacional e regional do Estado são incorporadas como referências geográficas importantes às lutas dos povos indígenas, como categorias da prática, na relação de alteridade que elas estabelecem, ora com/ora contra, às políticas nacionais. Por isso essas variações ou modulações da escala enquanto categoria de análise e categoria da prática são fundamentais para entender as redes rizomáticas. Em nome de categorias da prática como o corpo, a terra, o *tekoha*, o *tekoha guasu*, os acampamentos, às retomadas, às ocupações de espaços públicos, os fechamentos temporários de rodovias, o trânsito pela fronteira do Brasil com o Paraguai, a articulação entre aldeias e cidades, os Guarani e Kaiowá lutam pelo território de ocupação tradicional, pela saúde, educação, alimentação, segurança, ou seja, pelo direito a existir (corpos que importam) com autonomia territorial de uso coletivo da terra.

Dessa forma, *tekoha* é uma categoria da prática/de luta que se torna também uma categoria de análise/de produção de conhecimento para a vida digna. Esse território como categoria da prática (nativa) e da análise dos povos indígenas, permite verificar a conjugação da cosmovisão (visão de mundo), por meio da cultura do grupo, com essas referências, escalas geográficas, que estão sendo reconstituídas e reestruturam as representações culturais – o que envolve a memória da ocupação, a memória dos antepassados – com o escopo de configurar as demandas atuais por demarcação de terras, de modo que elas sejam traduzíveis nas categorias da análise e da prática, e também conjugar a especificidade dessas escalas de luta. Isso permite identificar uma política da escala (enquanto categoria da prática/conceitual) que exprime uma cosmologia e ações próprias de territorialidade para os Guarani e Kaiowá para conformar, classificar e dividir espaços como expressão das transformações sociais que sujeitaram o território ao agronegócio e para que as comunidades indígenas façam a reconexão com a terra, por meio das retomadas de *tekoha*. Por isso a cosmologia Guarani é uma das mais pulsantes na contemporaneidade. Assim, como demonstramos, esses povos indígenas subvertem a lógica de poder estatal, estabelecendo políticas relacionais de luta pela terra, corpo e território, em outras escalas geográficas de esperança e solidariedade.

Referências

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.
- BENGOA, J. *La emergencia indígena en América latina*. Santiago de Chile y México: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CABNAL, L. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: Acsur Las Segovias, 2010, pp. 11-25.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CLASTRES, P. *La société contre l'Etat: recherches d'anthropologie politique*. Paris: Éditions de Minuit, 1974.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Commun: essai sur la révolution au XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2014.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- Documento final da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”, Brasília – DF, 09 a 14 de agosto 2019. Disponível em: <http://apib.info/2019/08/15/documento-final-marcha-das-mulheres-indigenas-territorio-nosso-corpo-nosso-espírito/> - acesso em 20/08/2019.
- DORRONSORO, B. Existindo, resistindo e reexistindo: mulheres indígenas perante os seus direitos. In: SANTOS, B. de S.; MARTINS, B. S. (Org.). *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 373-395.
- ELDEN, S. Terror and Territory. *Antipode*, n.39, p.821-845, 2007.
- ELDEN, S. Land, terra in, territory. *Progress in Human Geography*, v. 6, n.34, p.799-817, 2010.
- ELDEN, S. *The birth of territory*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

- ESCOBAR, A. *Otro posible es posible: caminando hacia las transiciones desde Abya Ayala/Afro/Latino-América*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2018.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.
- FOUCAULT, M. *Ditos e escritos volume IV: estratégia, poder-saber*. 3 ed. Tradução de Vera Lúcia A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- GALEANO, E. *De Las venas abiertas de América Latina a Memoria del fuego*. Montevideo: Universidad de la República, 1987.
- GAMBETTI, Z. *Agir em tempos ombrios*. Porto Alegre: Editora Criação Humana, 2019.
- GUAJAJARA, S. *Governo Bolsonaro: o retrato da barbárie contra os povos indígenas e a vida*. Conflitos no campo: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020, p. 182-189.
- GÓMEZ GRIJALVA, D. Mi cuerpo un territorio político. In: *Voces Descolonizadoras*. Cuaderno 1. Ed. Brecha Lésbic, 2013.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (una redefinición). In: BORON, A. AMADEO, J. GONZÁLEZ, S. (Orgs.) *La teoría marxista hoy*. CLACSO, Buenos Aires, 2006. p. 431-458.
- GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. *Nueva Sociedad*, v.237, p.128-146, 2012.
- HAESBAERT, R. De categoria de análise a categoria da prática: a multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana. In: FRIDMAN, F.; GENNARI, L. A.; LENCIONI, S. (Orgs.). *Políticas públicas e territórios: onze estudos latino-americanos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- HAESBAERT, R. O nacional (território?) e o regional (subnacional?) como escalas geográficas de referência. In: CURY, C. E. VIEIRA, C. E. SIMÕES, R. H. S. (Orgs.). *História da educação: global, nacional e regional*. Vitória: EDUFES, 2019, p. 131-150.
- HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. *GEOgraphia*, v. 12, n. 24, 2010 p. 19-50.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HOWITT, R. Scale. In: AGNEW, J. MITCHELL, K. TOAL, G. (eds). *A Companion to Political Geography*. Oxford: Blackwell, 2003, pp. 138-157.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LATOUR, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthopos, 1984.
- LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LINERA, Á. G. *El Evismo: lo nacional popular em acción*. OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, nº. 19. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Argentina. Júlio. 2006.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MASSEY, D. *Power-geometries and a progressive sense of place*. In : BIRD, J. et al. (eds.) *Mapping the Futures : Local Cultures, Global Changes*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. Tenerife: Melusina, 2011.
- MELIÀ, B. S. *El guaraní: experiência religiosa*. Assunção: Ceaduc/Cepag, 1991.
- MEZZADRA, S.; NEILSON, B. *La frontera como método: o la multiplicación del trabajo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2016.

- MOORE, A. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, p. 203-225, 2008.
- MONDARDO, M. *Territórios de trânsito: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e "gaúchos" à produção de multi/transterritorialidades na fronteira*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.
- RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- RATZEL, F. O espaço da vida: um estudo biogeográfico. *GEOgraphia*, vol. 21, n. 45, 2019. p. 107-116.
- RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. *Revista do departamento de Geografia, USP*, 2, 2011. p. 93-101.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.
- SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.
- SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEGATO, R. L. Género y colonialidad. En busca de un vocabulario decolonial. In: BIDASECA, K. (Co-coord.). *Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América latina*. Buenos Aires: Godot, 2011. p. 9-29.
- SILVA, J. A. da. Parecer. In: CARNEIRO DA CUNHA, M.; BARBOSA, S. R. *Direitos dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 17-42.
- SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, 2013, p. 30-46.
- SVAMPA, M. *Neo-extractivism in latin america: socio-environmental conflicts, the territorial turn, and new political narratives*. New York: Cambridge University Press, 2019.
- Terra Vermelha. Direção de Marco Bechis. Brasil; Itália, 2008.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas canibais*. São Paulo: CosacNaify, 2015.

Referências fílmicas

Terra Vermelha. Direção de Marco Bechis. Brasil; Itália, 2008.

NOTAS

1. Os indígenas Kuna, do Panamá, propõe como designação de América o termo originário *Abya Yala*, que significa Terra madura ou Terra Viva. Embora o termo “América Latina” apresente impropriedade, é importante reconhecer que desde esse espaço decolonial cada grupo indígena configura de alguma maneira o seu próprio mundo, o seu universo e a sua cosmologia. Se por um lado a América Latina tem uma herança escravista, patriarcal e colonial, por outro, ela apresenta a potência da biodiversidade e a força de resistência secular da etnodiversidade. Por isso, cada contexto geográfico carrega uma carga histórica e uma combinação de elementos que complexificam, ainda mais, o que chamamos de colonialidade.
2. No Brasil, no ano de 2020, a bancada ruralista é composta por 251 deputados federais (de um total de 513), e 40 senadores (de um total de 81).
3. Diante dos ataques das políticas genocidas do Estado e do contexto de Pandemia é importante destacar uma nova estratégia de luta adotada com a realização do 16ª edição Acampamento Terra livre *online*, no período de 27 a 30 de abril de 2020, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Foram transmitidos encontros, reuniões, pajelança, cantos, danças tradicionais, mostra de filmes e debates. O evento visou à proteção dos povos indígenas uma vez que a grande mídia não mostra a situação de vulnerabilidade territorial dos mesmos. Esses povos estão fazendo uso das novas tecnologias para criar redes sociais e demarcar as telas. Frente à negligência do Estado brasileiro, os indígenas estão construindo, virtualmente, redes de colaboração e de visibilidade, fazendo denúncias e trazendo as pessoas para esse olhar de solidariedade com relação aos povos indígenas.
4. Como exemplo do reconhecimento da importância da escala nacional para os povos indígenas, vale lembrar que nas eleições de 2018 tivemos pela primeira vez uma vice-candidata indígena para o governo do Brasil.

PRODUÇÃO GEOGRÁFICA E NOVOS RECORTES SOCIOESPACIAIS NAS LUTAS, NAS RESISTÊNCIAS E NAS CONTRA-HEGEMONIAS: Reflexões sobre sujeitos e comunidades tradicionais no espaço brasileiro

**GEOGRAPHIC PRODUCTION AND NEW SOCIO-
SPATIAL FEATURES IN STRUGGLES, RESISTANCE AND
COUNTER-HEGEMONY:** Reflection on subjects and traditional
communities in the Brazilian space

**PRODUCCIÓN GEOGRÁFICA Y NUEVOS RECURSOS
SOCIO-ESPACIALES EN LUCHA, RESISTENCIA Y
CONTRA-HEGEMONÍAS:** Reflexión sobre sujetos y
comunidades tradicionales en el espacio brasileño

RESUMO

A Geografia tem assumido o desafio de analisar a diversidade e a complexidade dos sujeitos e das comunidades tradicionais, repensando seus papéis na construção teórica e metodológica das categorias lugar, espaço e território. Esse desafio é de grande relevância, porque permite novas leituras sobre o território brasileiro, tais como o reconhecimento das comunidades tradicionais e de suas territorialidades, que contribuiu para fortalecimento das lutas pelos seus direitos, considerando o contexto hegemônico de violência social. O presente trabalho tem, como finalidade, contribuir para a compreensão dos contextos político e reflexivo dos caminhos da Geografia, sobretudo, no que se refere à compreensão do papel do sujeito na produção do espaço e na elaboração de formas de resistência, apresentando, desse modo, abordagens geográficas de contextos políticos e de marcos legais, os quais contribuem, para que a Geografia adote uma análise crítica, teórica e metodológica sobre o posicionamento desses sujeitos na produção de leituras sobre o Brasil.

Palavras-chave: Geografia, povos e comunidades tradicionais, sujeitos.

ABSTRACT

Geography has taken on the challenge of analyzing both diversity and complexity of traditional subjects and communities, rethinking their roles in the theoretical and methodological construction of the place, space and territory categories. This challenge is relevant, because it allows new readings on Brazilian territory, such as the recognition of traditional communities and their territorialities, which contributed to strengthening the struggles for rights, considering the hegemonic context of social violence. This paper aims to help the comprehension of political and reflective contexts and how this reflection contributed to the understanding of the ways of Geography, especially regarding the understanding of the role of the subject in both the production of space and the elaboration of forms of resistance, by presenting approaches on political contexts and legal frameworks, which contribute for Geography to adopt the critical, theoretical and methodological analysis about the position of these subjects in the production of readings about Brazil.

Keywords: Geography, folk and traditional communities, subjects.

RESUMEN

La geografía ha asumido el desafío de analizar la diversidad y la complejidad de los sujetos y las comunidades tradicionales, repensar sus roles en la construcción teórica y metodológica de las categorías de lugar, espacio y territorio. Ese desafío es muy relevante, porque permite nuevas lecturas sobre el territorio brasileño, tales como el reconocimiento de las comunidades tradicionales y de sus territorialidades, que ha contribuido al fortalecimiento de las luchas por sus derechos, teniendo en cuenta el contexto hegemónico de violencia social. Este artículo tiene como objetivo contribuir a la comprensión de los contextos políticos y reflexivos sobre los caminos de la geografía, especialmente en relación con la comprensión del papel del sujeto en la producción del espacio y la elaboración de formas de resistencia, presentando, por lo tanto, enfoques geográficos sobre contextos políticos y marcos legales, los cuales contribuyen a que la Geografía adopte un análisis crítico, teórico y metodológico sobre la posición de estos sujetos en la producción de lecturas sobre Brasil.

Palabras clave: Geografía, pueblos y comunidades tradicionales, sujetos.

Introdução: A produção geográfica e o lugar do sujeito

Nos últimos 15 anos, os Encontros Nacionais da Associação de Pós-Graduação em Geografia e os Encontros Nacionais da Associação Nacional de Geógrafos apresentaram produção científica, que aponta a diversidade cultural das comunidades tradicionais no Brasil. Tais comunidades abrangem territórios indígenas, quilombolas, da pesca artesanal, caçaras, entre tantos outros, que contribuem para a ressignificação das referências teóricas e metodológicas dos movimentos sociais e da produção social do espaço. Tratam-se de análises, de sínteses, de descrições e de explicações sobre a ação, sobre a territorialidade e sobre o território, que se somam à história dos conflitos, das lutas e dos movimentos sociais nos contextos do tempo presente. A compreensão de luta e de resistência de povos tradicionais, que tinha, como uma de suas veias, os estudos antropológicos e sociológicos, ao problematizar o território desses sujeitos, faz com que a Geografia tenha que assumir e disputar leituras de mundo, que passem a reconhecer, em larga escala, os modos pelos quais as populações tradicionais produzem territórios e são historicamente criminalizadas e têm os seus direitos sociais, culturais e territoriais negados, conforme já ressaltaram Porto-Gonçalves (2001, 2005, 1999), Sahr, Silva e Germani (2016), Ratts et al. (2016), Soja (1993), Campos (2005) e De Paula (2018), entre outros, quando explicam que movimentos negros, indígenas e outros, de matriz nas comunidades tradicionais, entram na cena política do Brasil com muita visibilidade e acabam por interferir na produção geográfica. Geógrafos começam a dar atenção a essas forças políticas e culturais, visto que as comunidades passam a lutar por território, na proporção que grandes empreendimentos principiam a expulsar estes sujeitos ou causam impactos ambientais, que destroem recursos e suas condições de trabalho (SILVA, 2014; 2015a; 2017; PROST, SILVA, NASCIMENTO, MENDES, 2016).

A relação entre Geografia e sujeitos, para a compreensão da produção científica, de fato, não é nova. Tal depende muito das referências epistemológicas, conceituais e metodológicas, da visão de mundo e do maior ou menor comprometimento com o sujeito, como ser dinâmico e possuidor de sentidos de suas ações. A aproximação ou o distanciamento do sujeito visto como objeto do conhecimento se torna um desafio insistente, sobretudo, para a Teoria Social Crítica e para as epistemologias do Sul, como Ribeiro (2001; 2002) e Souza Santos (2007) já vêm trazendo à reflexão.

Nesse sentido, o presente artigo tem, como objetivo, analisar os contextos de lutas dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil e as formas, pelas quais essas lutas problematizam o território, lugar de usos e de disputas, bem como avaliar marcos legais frutos das lutas desses sujeitos sociais e culturais, em busca de revelar, também, como a Geografia se torna saber estratégico nessa ação, pela sua história de reflexão sobre o conceito de território e pela atuação tática no uso da cartografia, como representação espacial. Para tanto, este artigo apresenta algumas experimentações e abordagens sobre a geograficidade dos povos e das comunidades tradicionais realizadas por geógrafos brasileiros, que vêm produzindo conhecimento geográfico pós anos 2000, que serve de instrumento de reivindicações, de produção de leituras de mundo e de reconhecimento coletivo dos direitos sociais e culturais.

Contextos brasileiros, lutas dos povos e comunidades tradicionais e impactos na reflexão geográfica

A conjuntura política dos anos 2000, com os avanços das lutas dos grupos sociais LGBTI, dos movimentos negros, dos movimentos indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais, dos coletivos de mulheres e do feminismo, encadeia, na institucionalização por direitos a partir conflitos societários.

No que se refere ao contexto brasileiro, tal mudança passa a interferir de maneira dialética na reflexão geográfica, o que Lefebvre (1991) já problematizava, em relação ao papel

da ciência e da filosofia. Segundo o autor, o mundo está em movimento e o pensamento também precisa estar em movimento. Em 1985, com a retomada do processo político de redemocratização no Brasil, verificamos movimentos de discussão e de posicionamento de lutas pela reforma urbana e pela reforma agrária, pelo direito à terra.

Outros movimentos pelos direitos a territórios passam a avançar na busca por estratégias políticas de criação de direitos, criando novos marcos normativos legais para enfrentar os conflitos devidos aos processos de modernização e os interesses de agentes hegemônicos. Em diferentes escalas, tais pautas de lutas coligam os movimentos negros, indígenas e as comunidades tradicionais costeiras e ribeirinhas, aparecendo, desse modo, a conjuntura de luta das comunidades tradicionais, em sua busca por instrumentos jurídicos.

Relativamente a tais instrumentos, destaca-se a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, em cujo texto há, por exemplo, o Artigo 231, que trata do reconhecimento aos indígenas e as suas organizações e territórios, distinguindo a necessidade do direito à terra (ALMEIDA, 2013). Este Artigo apresenta a necessidade de estruturação do Estado, para garantir o direito indígena – que vai além da existência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça do governo de Artur da Costa e Silva, em pleno regime militar, cujo funcionamento ainda é, hoje, alvo de inúmeras críticas – a um modelo aperfeiçoado de criação de reservas indígenas, dado que o padrão atual, muitas vezes, negou terras ancestrais às comunidades herdeiras. Com a Constituição de 1988, o lugar de fala indígena adquire centralidade e cabe ao Ministério Público Federal, por meio da sexta câmara de comunidades tradicionais e de povos originários, garantir os direitos indígenas e de outras comunidades tradicionais.

Dos Índios

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 1988)

Nos artigos 109 e 129 da Constituição Federal do Brasil, o Estado, por meio jurídico e do Ministério Público Federal, deve garantir os direitos indígenas. No entanto, ao mesmo tempo, quando se refere às atividades econômicas, o Artigo 175 favorece ao uso e à extração de recursos de terras indígenas, o que, de certa forma, contribui para a existência de conflitos em áreas indígenas, que estão nas zonas de expansão do agronegócio, das mineradoras, dos desmatamentos e dos grandes empreendimentos logísticos, industriais e hidrelétricos.

Desse modo, quando comparada às outras cartas magnas brasileiras, a mais progressista é, sem dúvida, a de 1988, que orienta sobre o uso comum dos recursos, apesar de defender a propriedade privada, tanto quanto as anteriores. No entanto, esta Carta também contempla o uso comum da terra, por meio da usucapião, o que contribui para romper com a invisibilidade jurídica de populações tradicionais e para transformar institucionalmente a estrutura fundiária, ao reconhecer a função social da terra.

O Artigo 210, assim como ressalta a importância da proteção cultural, garantindo a política de respeito à diversidade cultural, também assegura a manutenção da língua materna no ensino fundamental, conforme se observa em seu texto:

Art. 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

(BRASIL, 1988)

Os movimentos quilombolas, que, segundo Ilka Boaventura Leite (2009), representam os primeiros focos de resistências dos afrodescendentes e dos africanos contra o escravismo colonial, vão reaparecer no Brasil República, por meio da questão do direito à terra de quilombo. Tal constitui questão relevante, a partir do surgimento da Frente Negra Brasileira (1930/1940), e retorna à cena política, ao final dos anos 1970. O movimento negro consegue um marco jurídico importante nessa Constituição, através de seu Artigo 68, o qual, pela primeira vez na história, reconhece o direito à terra e à manutenção da cultura: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (...)” (BRASIL, 1988, p. 35).

A Lei nº 7.668/1988 é criada, para instituir a política de direito à terra, por parte dos quilombos, para implementar a Fundação Cultural Palmares (FCP), com a finalidade de dar reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras aos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, e para instituir marco legal, outorgando a condição de reconhecimento do direito das populações afrodescendentes, que se identificam como quilombolas.

Outro marco importante na demarcação de terras quilombolas é o Decreto nº 4.887/2003, que foi instituído, detalhando a Lei nº 7.668, referente à demarcação e à titulação de terras ocupadas por comunidades quilombolas (reprodução física, social, econômica e cultural). Ressalta-se o § 4º do Art. 3º do Decreto, que reserva à Fundação Cultural Palmares (FCP) a competência de emissão de certidão às comunidades quilombolas e de sua inscrição em cadastro geral.

Os processos de reconhecimento e de delimitação, de certificação e de titulação não são rápidos. Eles passam pela certificação da Fundação Palmares, que realiza ou aceita a realização da assistência técnica de delimitação material e imaterial das terras quilombolas, por meio de instrumentos, como a cartografia social, e de inventário das comunidades.

Por sua vez, o Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, contribui para instituir, no seio do Estado, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p. 6)

Trata-se, portanto, de novos significados para as categorias povos e comunidades tradicionais, sendo que a ressignificação vem se ampliando, pela organização de identidades coletivas e de territorialidades, etnicamente construídas, orientadas à criação de uma comissão nacional, que, até 2018, estava ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e ao INCRA, para a delimitação das terras. Esse Decreto abre espaço, ainda, à reflexão dos sujeitos coletivos sobre as suas lutas e contribui para o fortalecimento das lutas locais e regionais e dos diferentes grupos culturais, em nível nacional.

A partir destas mudanças jurídicas, foram certificadas, desde 2004, 3271 comunidades no Brasil, contribuindo, como primeiro passo, para a garantia de direito à terra e à visi-

bilidade social e política destas comunidades (BRASIL, 2020; MARQUES, GOMES, 2013). Entretanto, a garantia de possuir, de fato, a terra provém da titulação, que é fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o reconhecimento da comunidade, de sua história e de sua cultura. De acordo com a FCP, há 174 comunidades tituladas, o que demonstra como é morosa, a passagem entre a certificação e a titulação. Mas é importante ressaltar que resta um número muito grande de grupos em território nacional que não tem seus certificados, mas estão em vias de solicitá-lo ou de se organizar socialmente, pois as comunidades precisam estar politicamente organizadas e elaborarem autodeclarações, inventários históricos e culturais e delimitarem seu território, para serem reconhecidas pelo Estado (BRASIL, 2020).

Importante ressaltar, igualmente, que a Fundação Palmares certifica as comunidades, que se autodeclaram, que têm nível de organização associativa e que solicitam a abertura de processo, incluindo referências culturais, que comprovem seu tempo de existência. O modelo de autodeclaração segue a orientação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, que trata dos povos indígenas e tribais e que indica a necessidade de autodefinição, por parte da própria comunidade.

O Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT e tem contribuído, para que diferentes agrupamentos tradicionais passem a se organizar. Além dos indígenas e dos quilombolas, outros grupos culturais tradicionais são reconhecidos, entre os quais, citam-se: pescadores artesanais, pequenos agricultores (agricultura familiar, urbana, agroecológica), quebradeiras de coco babaçu, extrativistas (plantas medicinais, seringueiras, castanhais), ribeirinhos, faxinais, geraizeiros, sertanejos, cipozeiros, benzedeiros, raizeiros, assentados e acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

A seguir, vamos refletir sobre as novas abordagens da Geografia, que contribuem para a atualização e para o amadurecimento da compreensão do papel dos sujeitos das comunidades tradicionais nos avanços epistemológicos e metodológicos.

Geografia, território e novas abordagens

É importante perceber que o mundo em movimento, como reflete Lefebvre (1991), em *Lógica formal e lógica dialética*, trata, de fato, do questionamento do tempo presente e das mudanças, que atuam de forma decisiva na maneira de pensar filosoficamente o mundo, quanto às formas dominantes e às resistências, sem refletir, contudo, sobre a dicotomia racionalidade/contrarrazionalidade, mas no sentido de entender a luta, através da qual um marco legal se inscreve no seio do Estado. Trata-se, pois, de uma luta pela visibilidade.

Essa visibilidade foi historicamente negada no âmbito científico e universitário, e a Geografia não ficou alheia a tal negação: a narrativa geográfica dos vazios demográficos, por exemplo, contribuiu para a negação de comunidades tradicionais, em contextos rurais e urbanos, enquanto a afirmação das morfologias de favelas e de periferias acabou por invisibilizar áreas tradicionais de pescadores, de caiçaras e de quilombolas (CAMPOS, 2005, SILVA et al., 2018). As lutas históricas dos movimentos sociais são, portanto, lutas pelo direito de existir, pela visibilidade e pelo direito ao território. Garantir esses direitos está no âmbito do campo jurídico. Por isso, não é à toa que, além da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política, o campo do Direito passou a publicar inúmeros artigos importantes na busca de dar explicações sobre judicialização, sobre justiça ambiental, sobre lutas de classes e de grupos, entre outros aspectos, no âmbito do Estado.

Quando a Geografia pensa sobre seu *ethos* científico e sobre seu *habitus* (conjunto de disposições e de ações realizadas pelos condicionantes produzidos socialmente) ou, como afirma Bourdieu (1996), sobre o conjunto unificador e separador de pessoas, de bens, de escolhas, de consumos, de práticas socialmente construídas, no que remetem a escolhas e a referências ideológicas, verifica-se, então, a escolha dos geógrafos, quanto aos conceitos e aos instrumentos metodológicos, como território e cartografia, que, no contexto do tempo

presente, se tornam instrumentos jurídicos de visibilidades e de demarcação de espaços. O conceito de território tem, necessariamente, passado por ressignificação entre os geógrafos e ampliado o seu sentido, para dar conta do mundo e do pensamento em movimento. Sem dúvida, os novos marcos legais, frutos das reivindicações dos movimentos sociais pelo direito ao território, fazem problematizar e complexizar os sentidos de poder e de território, para além da questão da soberania do Estado. Por sua vez, o pensamento em movimento inscreve-se no fato de que os conceitos de território e de cartografia são ressignificados, por exemplo, na Antropologia, e se tornam instrumentos de luta. Tal é o caso da metodologia da cartografia social de Alfredo Wagner de Almeida (2018; 2013), um trabalho científico, que não analisa as comunidades tradicionais, apenas, mas contribui, produzindo instrumentos, uma vez que, nele, o mapa e a delimitação dos territórios culturais tradicionais se tornam novos marcos jurídicos, trazendo melhorias aos movimentos das comunidades tradicionais (LIMA, 2017; ALMEIDA, 2018; TOMÁZ, ALMEIDA, 2018; GONÇALVES, 2018).

A proposta de Almeida (2013), coordenador do grupo de pesquisa e de extensão *Nova cartografia social da Amazônia*, articula a Universidade Estadual da Amazônia e a Universidade Federal da Amazônia e possui parcerias com outras universidades e com organizações não governamentais. Tal proposição metodológica, que precede da demanda social no uso de mapa, como instrumentos de autodeclaração e de autodelimitação de seus territórios, vem atuando em diferentes comunidades tradicionais, em todo o Brasil, e influenciando geógrafos de todo o país.

Na década de 1990, Raffestin (1988; 1993), tratando sobre a compreensão do poder, observa que este deve ser visto de forma relacional e, desse modo, o território ultrapassa os limites estruturais do poder do Estado, para pensar nos grupos sociais e nas relações de disputa pelo poder. Haesbaert (2006; 2014), sob a luz da realidade brasileira e considerando autores geógrafos e filósofos, avalia as ressignificações dos conceitos de território, de poder e das ações dos sujeitos, analisando a multidimensionalidade e a multiplicidade dos sujeitos e dos territórios nos conflitos sociais e na atualização das formas de dominação. As categorias territorialidade, multiterritorialidade, desterritorialidade e territorialização são ações, que consideram os confrontos e as lutas pela ordem vigente, pelos processos de modernização conservadora, pelo reconhecimento jurídico-político e pelas formas de apropriação simbólico-cultural do espaço na luta política e na disputa de sentidos políticos, ideológicos e econômicos.

As apreciações teóricas e metodológicas de Milton Santos (1996), que considera o território usado e o espaço banal, e de Porto-Gonçalves (2006), que observa as formas de resistência e de r-existência, as categorias de análise **reinvenção de territórios/territorialidades emergentes**. Ambos plasman possibilidades de pensar na existência, como estratégia de luta e de autoestima, frente aos sucessivos processos de dominação e de negação dos sujeitos sociais.

A metodologia da cartografia social incita o geógrafo a pensar sobre o seu papel, frente às demandas sociais e jurídicas por se tornar instrumentos de autodelimitação dos territórios dos sujeitos sociais que reivindicam o reconhecimento do direito ao território, à cultura e a sustentabilidade ambiental. Na Geografia, as novas leituras sobre os povos e comunidades tradicionais, com ênfase às territorialidades das ações comunitárias, os conflitos ambientais e a delimitação com base na cartografia social passam a estar muito presentes na produção de teses e de dissertações, junto aos programas de pós-graduação em Geografia. Também artigos estão nos anais dos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE) e da Associação dos Geógrafos brasileiros (agb), pela reflexão sobre a ação científica geográfica na construção de novas leituras do território brasileiro, que consigam dialogar com o universal, com a diversidade e com as complexidades. Nessas pesquisas, observa-se o uso dos métodos dialéticos e dialógicos, bem como a necessidade de ampliar os horizontes epistêmicos e metodológicos e de atualizá-los, por meio do uso de novas abordagens geográficas (DE PAULA, 2018; 2015).

Guiomar Inez Germani, do grupo de pesquisa Geografar, da UFBA, por exemplo, vem elaborando mapas de territórios quilombolas, assim como vem dando suporte técnico às comunidades da Bahia na delimitação e no cadastramento de suas áreas, junto à Fundação Palmares e ao Ministério Público. Mais detalhes sobre as ações do Grupo de Pesquisa e de Extensão Geografar podem ser vistos no sítio: <https://geografar.ufba.br>.

Rafael dos Anjos (2013), geógrafo da Universidade de Brasília, publicou, junto ao IPEA, importantes conjuntos de mapas sobre a demarcação de áreas quilombolas no Brasil, a partir da base de dados da Fundação Palmares. Este autor tem realizado uma série de publicações sobre o mapeamento das diásporas africanas. Seu trabalho, inédito, tem contribuído enormemente, para a produção de outras leituras do território brasileiro.

Novas abordagens geográficas também aparecem nos textos de Subra (2007; 2008; 2016) e de Monié (2016), geógrafos que contribuem, para repensar o conceito de geopolítica, colocando os conflitos locais como conflitos geopolíticos, o que não, necessariamente, remete a guerras entre países ou a confrontos internacionais de grandes dimensões, mas ajudam, quanto à reflexão sobre o contexto técnico-científico-informacional, sobre as redes sociais e sobre a globalização, como já percebido por Milton Santos (1996). Segundo a nova leitura da geopolítica, as escalas dos conflitos nascem no local e podem ganhar repercussões internacionais, por meio das organizações governamentais e não governamentais, como no caso do conflito nas áreas indígenas da Amazônia, em 2019. Em setembro de 2019, as queimadas na Amazônia e os conflitos indígenas em Mato Grosso provocaram reações de inúmeros órgãos de representação sociais e profissionais, fazendo, por exemplo, com que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) realizasse manifestações em Brasília e em Nova York, no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse evento, a delegação da APIB, composta por indígenas, por indigenistas e por ativistas do Brasil, Sônia Guajajara, coordenadora-executiva da APIB fez um pronunciamento que explica sobre os conflitos nas terras indígenas e pede ajuda à comunidade internacional para “intensificar o boicote aos produtos do agronegócio que sejam oriundos de áreas de conflito.” (APIB, 2019).

A escala global ser utilizada para a luta local se refere ao que Philippe Subra define como geopolítica local. Trata-se de uma abordagem analítica de conflitos relacionados ao desenvolvimento do território causados partidários da implementação dos grandes empreendimentos que conflitam com ecologistas e populações locais. A questão mais geral da governança territorial e as relações entre as diferentes camadas de poder são elementos dessa geopolítica que expressam controle local ou regional do poder. Para o autor, nos conflitos locais “não há mortes ou guerra entre Estados, exceto a exceção”. Segundo Subra (2007), a geopolítica local parece mais branda, mas não é menos geopolítica, porque também usa a definição de geopolítica de Yves Lacoste, sobre a rivalidade de poder entre agentes e entre usos de território. A geopolítica local como estratégia de luta social que pode influenciar as diretrizes de um país a partir da problematização por direito na escala global.

Desse modo, a nova abordagem da geopolítica, articulada às outras abordagens de teorias críticas, tais como aquelas que averiguam epistemologias e metodologias sobre geograficidades dos sujeitos de bases tradicionais, consolida, desse modo, novos caminhos para a Geografia, no reconhecimento pela diversidades culturais e das lutas políticas

Apresentaremos a seguir algumas experimentações realizadas por geógrafos brasileiros que tem investigado o tema das comunidades quilombolas e pesqueiras e, ao mesmo tempo contribuindo para que a ciência seja instrumento de transformação social e garantia do sujeito de direito

Experiências e cartografias sobre a compreensão geográfica dos sujeitos e dos conflitos

As experiências do uso da cartografia da ação social têm contribuído para a renovação da Geografia, para o surgimento de novas leituras do território nacional, em diferentes escalas, e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento das lutas sociais e das garantias de direitos a territórios.

Por exemplo, a professora Catherine Prost, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA, por meio da equipe de seu grupo de pesquisa, denominado *Costeiros*, formado por graduandos, mestrandos e doutorandos, vem estudando comunidades pesqueiras, costeiras e ribeirinhas tradicionais, em contextos dos conflitos urbanos e rurais, considerando aspectos do modelo de proteção ambiental, que rejeitam a existência e a manutenção de populações nas áreas de proteção criadas.

Catherine Prost e Soraia Cordeiro analisam a história de criação das reservas extrativistas marinhas, que, desde 2000, fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei nº 9.985.

No contexto da Baía de Todos os Santos, Cordeiro e Prost (2019) elaboraram o mapa dos conflitos entre comunidades costeiras quilombolas e pesqueiras, que viram a expansão dos grandes empreendimentos (Figura 1):

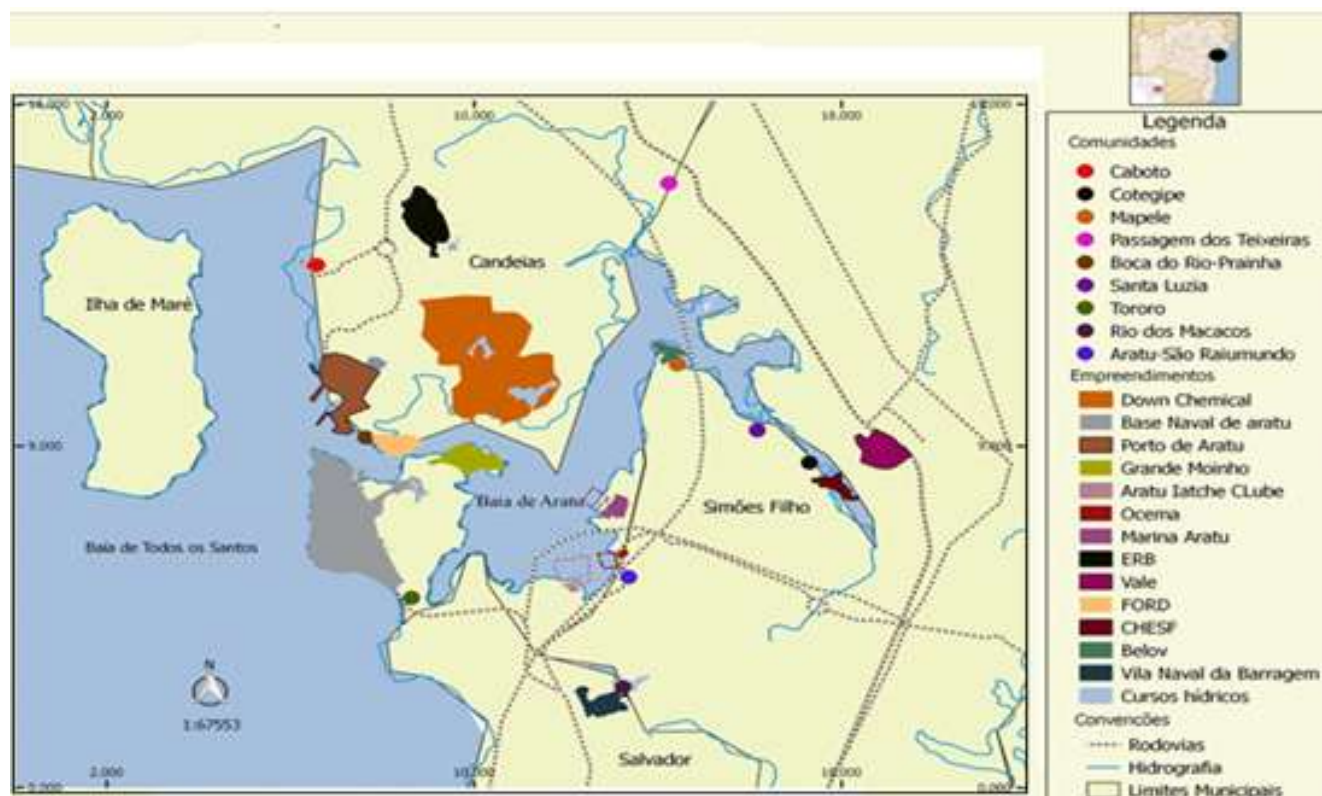


Figura 1 □ Conflitos territoriais no nordeste da Baía de Todos os Santos
Fonte: Cordeiro e Prost (2019)

Prost e Monteiro identificam os conflitos na Baía de Todos os Santos (BTS), em Salvador (BA), e os analisaram, recorrendo aos conceitos de território e fazendo sua ressignificação, para argumentar sobre a diferença entre território, como espaço de poder do Estado e das empresas, numa relação histórica de dominação e de colonialidade, na qual se nega, às populações afrodescendentes, o direito ao uso da natureza e de suas práticas de vida. As autoras explicam:

Observa-se na BTS dois tipos de territorialidades (...): a dos empreendimentos industriais e a das identidades pesqueira e quilombola. Para os donos dos empreendimentos, o território é apreendido como recurso; trata-se de território normado e do território das normas, sendo estas estabelecidas ora pelos empreendimentos, ora por agentes do Estado. Aí se imprimem verticalidades materializadas por uma imponente tecnosfera, totalmente estranha ao território tradicional das populações locais. Isto é justificado por uma não menos imponente psicofera de modo a legitimar normas desenvolvimentistas (Santos, 2002). Estas verticalidades expressam um *modus operandi* da colonialidade atual, sendo herdadas dos períodos técnico e técnico-científico-informacional europeu, com fortes impactos sobre as territorialidades pesqueira e quilombola. (CORDEIRO, PROST, 2019, P. 141)

A compreensão das espacialidades das comunidades tradicionais é fundamental, para a produção de releituras sobre a produção social da cidade. A morfologia urbana favoreceu, muitas vezes, à negação das visibilidades, ao definir lugares históricos de pesca ou de quilombos como favelas.

O duplo sentido dos estudos geográficos está em valorizar o lugar de fala e, assim, apresentar depoimentos, enquanto narrativas de sujeitos, leituras de tempo e de espaço e análises de conflitos territoriais e de perdas de direitos.

Nessa mesma temática, vale destacar, igualmente, o trabalho do grupo de pesquisa e de extensão *A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (GEOGRAFAR)*, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, relativamente ao mapeamento, à análise e à execução de pesquisas e de ações de extensão, que tratam do processo de (re)produção do espaço geográfico da Bahia, em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades. O sítio de internet do grupo GEOGRAFAR, que é liderado pelas professoras pesquisadoras Guiomar Inez Germani e Gilca Garcia de Oliveira, agrega conjuntos de mapas, artigos e fontes iconográficas, que tratam das comunidades tradicionais, dos assentamentos e das lutas e conflitos pela terra. Vários trabalhos de mestres, de doutorandos e de graduados e de graduandos se articulam aos trabalhos das professoras líderes, contribuindo, de forma decisiva, para a compreensão das lutas e para a ação social na realidade do estado da Bahia.

Em 2014, o Geografar apresentou o mapa de conflitos dos pescadores da Bahia, com registros, ao longo do litoral e no leito do rio São Francisco (Figura 2). Tal ilustração apresenta a diversidade de conflitos, que vai dos urbanos-industriais (grandes empreendimentos, que causam poluição, contenção de áreas de pesca, remoções de habitações), até os conflitos pelo uso do território, envolvendo aquicultura, barragens, políticas ambientais, entre outras questões.

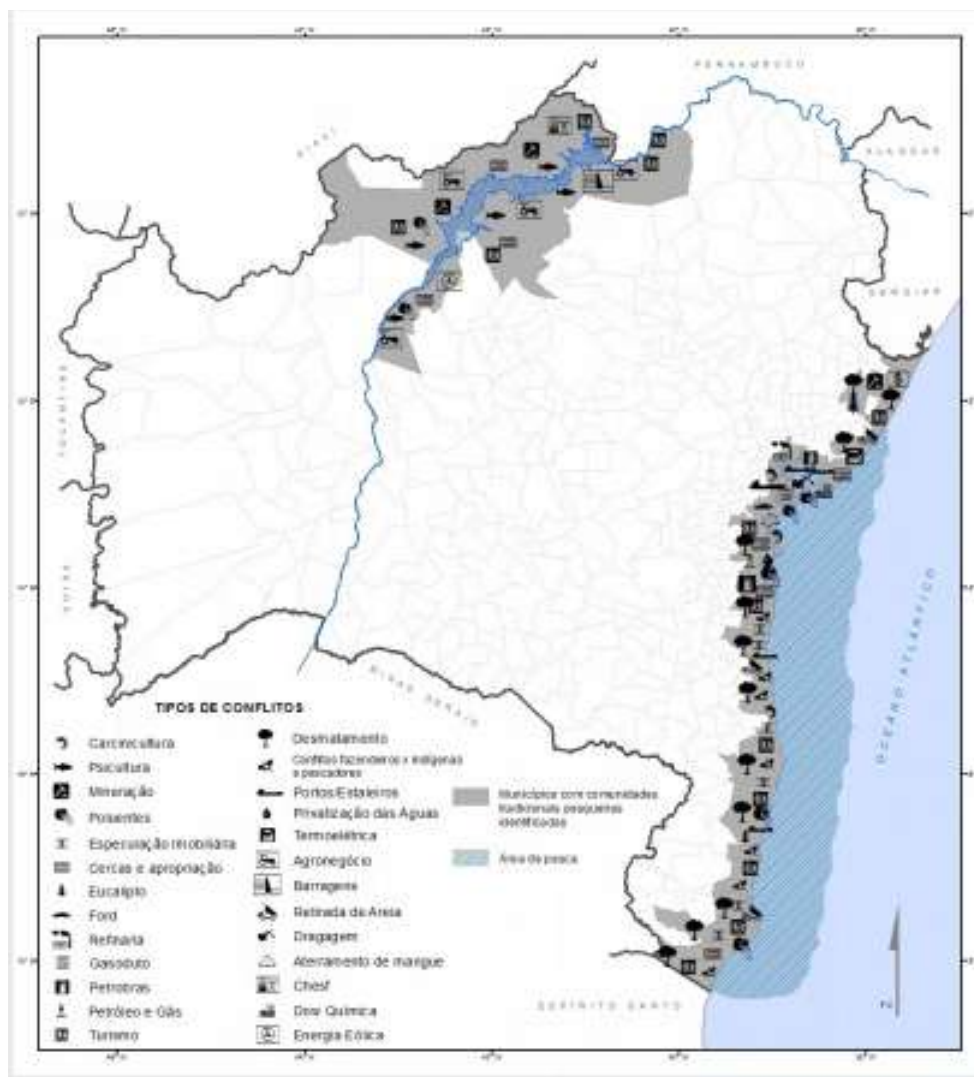


Figura 2 - Conflitos em comunidades tradicionais de pescadores(as) artesanais, em 2014, no estado da Bahia
 Fonte: Projeto Geografar (2014)

Outro mapa do Geografar, que merece destaque na compreensão dos sujeitos e no uso da cartografia, como instrumento, é o que apresenta os grupos quilombolas da Bahia, que inclui comunidades identificadas e georreferenciadas pela Fundação Palmares. Trata-se de um importante instrumento pedagógico e político, porque fornece a espacialidade do território, dá visibilidade aos territórios tradicionais e contribui à luta social (Figura 3):

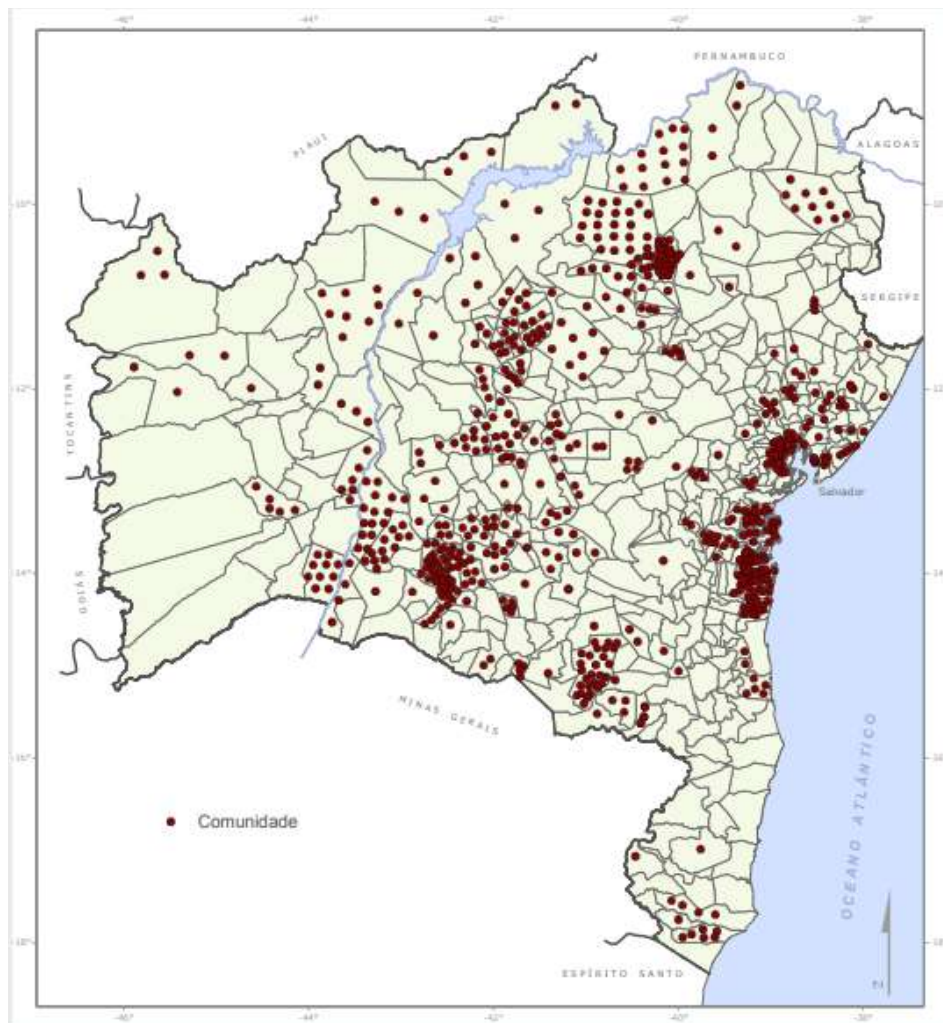


Figura 3 – Comunidades negras rurais e quilombolas, identificadas por município, em 2010, no Estado da Bahia
 Fonte: Projeto Geografar (2014)

O geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, da Universidade de Brasília, realizou importante estudo sobre a espacialidade e sobre a historicidade das comunidades quilombolas do Brasil, na composição do cadastro do projeto Geoafro, que constitui importante acervo de estudo na luta pela visibilidade afrodescendente e quilombola no país.

Anjos (2017) problematiza a produção da invisibilidade dos sujeitos e dos territórios, historicamente subordinados à lógica colonial, ao tratar da “Geografia da exclusão e dos conflitos”, que acaba por produzir brasis invisíveis, a partir da negação dos outros, situados em condições de subalternidade. O diálogo da Geografia com a História, Rafael (2018) produz, por meio da análise das diásporas da produção colonial e da produção dos quilombos, como usos dos territórios. O conflito nasce, desse modo, da negação dos corpos e dos espaços.

Esta “Geografia da Exclusão e do Conflito” é a que questionamos aqui e propomos outras leituras e representações do espaço geográfico, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente. Os mapas temáticos, por sua vez, são as representações gráficas do mundo real e se firmam decisivamente como ferramentas eficazes nas interpretações e leituras dos territórios, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e, justamente por isso, podem mostrar os fatos geográficos na sua plenitude. É sempre oportuno lembrar que um mapa não é o território, mas que nos produtos da Cartografia estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do território. (ANJOS, 2017, p. 276)

A luta geográfica pela visibilidade dos sujeitos e de suas espacialidades e conflitos é um marco importante do fazer geográfico do século XXI, porque disputa sentidos e produz outras leituras do território nacional, em suas diferentes escalas: nacional, estadual, regional e local. Silva (2017) ressalta que a problemática dos estudos dos sujeitos sociais de

referências comunitárias tradicionais não é, apenas, mais um tema da Geografia; trata-se, ao contrário, de um novo limiar epistemológico, ou seja, é uma questão de releitura de mundo, que altera a própria forma de pensar e de conduzir a produção geográfica contemporânea. De Paula (2018; 2015) já havia trazido, também, tal problematização, ao retratar a “Geografia das ausências”, salientando a importância da construção de novas referências conceituais e metodológicas, além da elaboração de novos acervos, que deem conta da compreensão das diversidades culturais do território nacional, em suas diversas escalas de análise.

Como exemplo de cartografia das lutas nas escalas regionais e locais, observa-se as lutas dos pescadores artesanais em contextos urbanos, no Rio de Janeiro.

Nessa direção, com a finalidade de compreender o impacto da modernização nas áreas de pesca e de mapear as localidades, as associações e as colônias de pesca artesanal fluminenses, foram elaborados os mapas do *Atlas da Pesca Artesanal no Rio de Janeiro: contextos e Geografia das existências*, obra publicada em 2018. Esse atlas demonstra a maior concentração de localidades de pesca pesquisadas nas baías de Sepetiba, de Guanabara e de Ilha Grande. A Figura 4 ilustra a situação do estado do Rio de Janeiro e apresenta o mapeamento dos principais empreendimentos industriais e logísticos e das áreas de proteção ambientais. Nota-se que a maior concentração de conflitos territoriais e de problemas ambientais ocorre no contexto da metrópole do Rio de Janeiro.

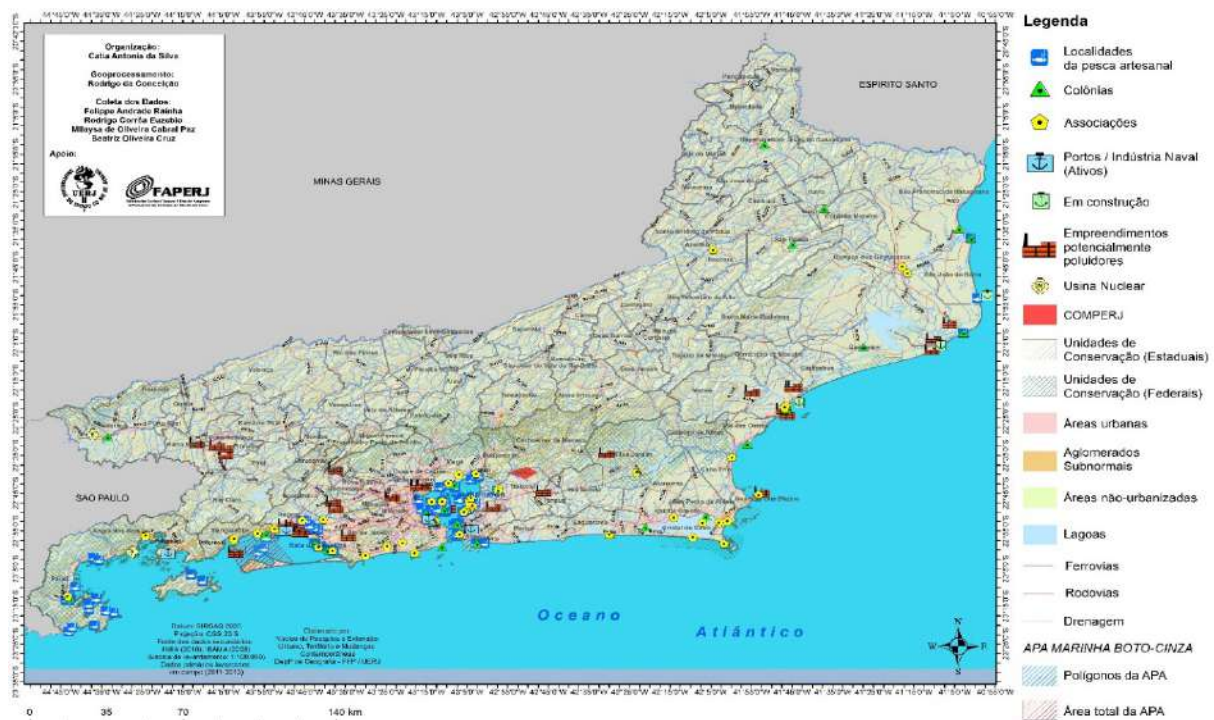


Figura 4 – Pesca artesanal e grandes empreendimentos no estado do Rio de Janeiro

Fonte: Silva et al. (2018)

Na capital fluminense, existem as baías de Guanabara e de Sepetiba, espaços cujo uso é frequente, recebendo numerosos navios de carga, ligados aos portos e às indústrias naval e logística, e servindo de espaço de reparo de navios e de plataformas da bacia de Santos e do pré-sal.

A indústria de petróleo vem, desde os anos 1960, impactando a baía de Guanabara com derramamentos de óleo. O maior deles aconteceu em 2000, nas margens de Duque de Caxias e de Magé, nas imediações dos dutos da Refinaria de Duque de Caxias. Soma-se, ainda, a expansão dessa indústria, com a implementação, em 2007, dos terminais de gás nas ilhas Redonda e Comprida, próximas às ilhas do Governador e de Paquetá (SILVA, 2013; 2015b).

De acordo com a Figura 5, referente à Baía de Guanabara, foram mapeadas localidades de pesca artesanal, que correspondem às áreas de embarque e de desembarque e de influência das empresas, que se instalaram na localidade, as quais, ao serem implementadas, reduziram os territórios de pesca.

As áreas de contenção da pesca são estabelecidas pela Carta Náutica, que constitui as proibições à pesca e à navegação. Os indicadores de poluição e a falta de tratamento do esgoto demonstram que, apesar de políticas e de discursos midiáticos, as condições ambientais se tornaram ainda mais precárias, a partir do estabelecimento dos cemitérios de navios nas proximidades dos municípios de Niterói e de São Gonçalo (Figura 6).

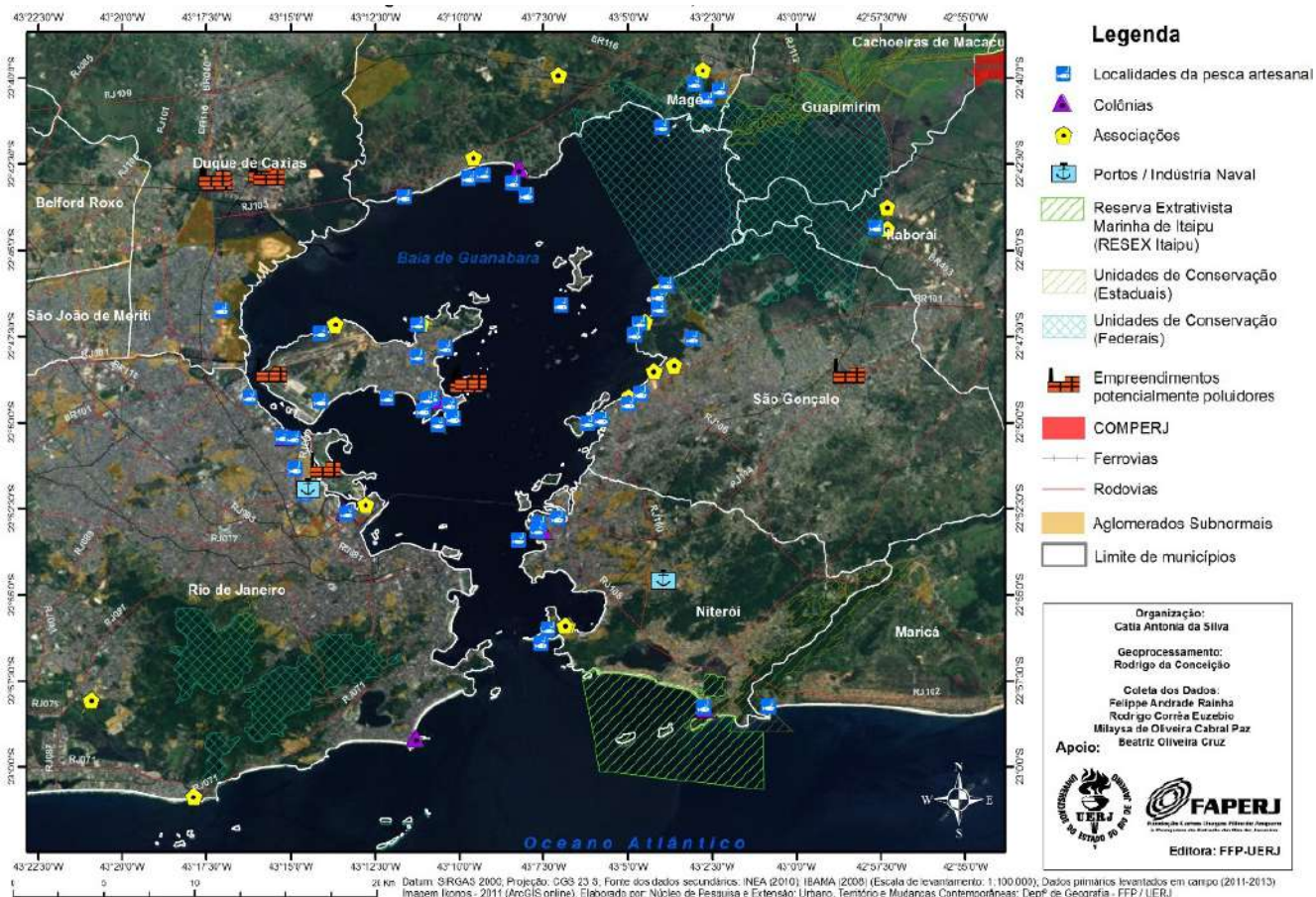


Figura 5 – Localidades de pesca artesanal, em meio aos empreendimentos na Baía de Guanabara
Fonte: Silva et al. (2018)



Figura 6 – Localidades de pesca artesanal, em meio aos empreendimentos na Baía de Sepetiba
 Fonte: Silva et al. (2018)

Como demonstra a Figura 6, os empreendimentos se concentram na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro – bairros de Sepetiba, de Pedra de Guaratiba e de Santa Cruz – e no município de Itaguaí (SILVA et al., 2018).

Nos anos 1970, foi instalado o Distrito Industrial de Santa Cruz e, lá, se encontrava a empresa Companhia Ingá Mercantil, que faliu, na década de 1980, deixando um passivo ambiental impactante, que se soma aos dos novos empreendimentos, criados nos anos 2000 e 2010, dos quais se destacam o Porto Sudeste, a expansão do Porto de Itaguaí e dos canais de navio e de fundeio e a implementação do estaleiro de submarinos e da TKCSA (atual Ternium) (PAZ, 2017; 2014; EUZÉBIO, PAZ, 2014).

O mapeamento das localidades de pesca na Baía de Sepetiba é inovador, porque não havia pesquisa socioeconômica e espacial da pesca artesanal na região, o que permitia que os relatórios de impacto ambientais das empresas afirmassem números de localidades e de pescadores muito abaixo da realidade existente (SILVA, 2015b).

A importância da cartografia da ação social consiste na possibilidade de cruzar informações sobre o uso do território e sobre a superposição de usos, elaborando as representações dos agentes dominantes e as trajetórias e as ações dos sujeitos em seu cotidiano, os quais sofrem com os conflitos e com a ruptura de sua história e de seu modo de vida, devido à implementação de empreendimentos e a sua criminalização, por parte do Estado (EUZÉBIO, PAZ, 2014).

Essa superposição entre processos espaciais e temporalidades contribui para a compreensão dos conflitos e das relações assimétricas no exercício do poder e da hegemonia. Desse modo, apesar dos marcos legais instituídos pelos direitos das comunidades tradicionais, vemos emergir, em todo lugar, conflitos e estratégias de criminalização dos sujeitos sociais.

Para finalizar, vale ressaltar a importância da abordagem sobre racismo e justiça ambiental, que surge nos Estados Unidos, na forma de movimentos sociais, que lutam contra a desigualdade na repartição de riquezas e contra as políticas de armazenamento de materiais tóxicos e de indústrias poluidoras em áreas de população vulneráveis (de baixa renda ou de residência de migrantes latinos e afrodescendentes). Tal proposição também analisa a política residencial de baixa renda para as partes da cidade de maior presença de poluição e de grandes empreendimentos (BOLIN, GRINESKI, COLLINS, 2005).

Essa abordagem ajuda, por exemplo, na compreensão da expansão das indústrias e da logística portuária poluidora na Baía de Sepetiba, local de residência de moradores, que foram removidos de favelas da Zona Sul e do centro do Rio de Janeiro. A política residen-

cial para os pobres e a política de expansão da industrialização coincidem em um mesmo espaço, que, antes, era habitado por comunidades pesqueiras tradicionais. O racismo ambiental inscreve-se, portanto, no acúmulo de ações, fundamentadas em desigualdades e nos acirramentos de baixas qualidades de vida e de fluidez para o capital. Sepetiba, local histórico de implementação de distritos industriais, de falta de saneamento básico, desde os anos 1960, vai se conformando no espaço, que receberá as influências da expansão urbana da produção de uma das periferias da metrópole do Rio de Janeiro (SILVA, 2018).

Considerações finais

O presente artigo teve o desafio de dialogar os processos recentes das relações entre dominação e resistência, para a compreensão do papel da Geografia na abrangência de tais processos. Ao elaborar o presente exercício, era necessário refletir, de forma breve, sobre o próprio fazer da Geografia e, desse modo, foi fundamental realizar um ensaio sobre as abordagens, que contribuem para pensar a geograficidade do sujeito, bem como o seu papel, enquanto constituinte da reflexão geográfica. A geograficidade remete ao que Carlos Walter Porto-Gonçalves denomina compreensão sobre sentido da ação e da “r-existência do sujeito”, que sofre com as formas de violência da ordem vigente (PORTO-GONÇALVES, 1998; 1999; 2001; CUIN, PORTO-GONÇALVES, 2014). Os GTs da ENANPEGE de 2015, de 2016 e de 2019 possibilitaram conhecer dissertações, teses e projetos docentes de todo o Brasil e nos ajudaram a ver que investigações sobre os sujeitos e sobre as comunidades tradicionais não compõem, apenas, mais um tema de estudo, mas, sim, um objeto de pesquisa, que não altera somente a metodologia da pesquisa (individual), mas muda e problematiza as epistemologias e as metodologias da própria ciência geográfica. Além disso, tal visada problematiza as invisibilidades, causadas, muitas vezes, por aproximações, que dão ênfase às morfologias e/ou às estruturas dominantes. Por isso, recorrer a estas leituras recentes, que contribuem para a renovação da Geografia, pela busca da compreensão das comunidades tradicionais, foi um dos objetivos deste texto, tendo em mente que o presente artigo não teve, como finalidade, dar conta do amplo, diversificado e rico universo de experiências e de ações acadêmicas (de pesquisa e de extensão), que trabalham com a categoria sujeitos e territórios tradicionais no Brasil, mas, antes, dar ainda mais visibilidade a tais questões.

Apreender o desafio da Geografia, ao propor novas metodologias e novas configurações de estudos sobre o lugar das lutas e sobre as formas de resistências dos sujeitos, bem como a respeito das novas demandas, articuladas às antigas, como as demandas pela terra, por parte dos trabalhadores rurais e urbanos, ajuda-nos a identificar que a ciência é filha de seu tempo e que, assim, a consolidação da Geografia do século XXI passará, necessariamente, por compreender, por analisar, por refletir sobre o tempo presente e por projetar o futuro, sem perder de vista seu papel na transformação social e na garantia de direitos das populações oprimidas e vulneráveis às condições políticas, econômicas e ambientais, que, *per se*, acabam por ampliar as desigualdades socioespaciais.

Referências

ALENTEJANO, P. R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. *Agrária* [on-line], São Paulo, v. 1, p. 2-15, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/73/71>. Acesso em: 14 set. 2019.

ALMEIDA, A. W.; FARIAS JUNIOR, E. A. (org.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, A. W.; GONÇALVES, P. R. **Luta e resistência pelo território**: Comunidade Quilombola de Kaágados, Tocantins. Manaus: UEA Edições; PNCSA, 2018.

ANJOS, R. S. A. Diversidade étnica no Brasil invisível-visível: apropriações-usos dos territórios & conflitos socioespaciais, *In*: Saquet, Marcos; ALVES, Adilson (org.). **Processos de cooperação e solidariedade na América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. 275 p.

ANJOS, R. S. A. Territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação. *In*: SILVA, T. D.; GOES, F. L. (org.). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: IPEA, 2013. p. 137-152.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (Apib). **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil**. Novembro, 2019. Disponível em: <https://mobilizacao nacionalindigena.wordpress.com/tag/articulacao-dos-povos-indigenas-do-brasil/>. Acesso em: 11 set. 2019.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Bolin, B.; Grineski, S.; Collins, T. The Geography of despair: environmental racism and the making of South Phoenix, Arizona, USA. *Human Ecology Review*, v. 12, n. 2, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.040, de fevereiro de 2007**. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.040-2007?OpenDocument. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Página inicial**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Bourdieu, P. *Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

CUIN, D. P.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, p. 18-26, 2014.

DE PAULA, C. Q. A expansão da pós-graduação e a emergência de novos sujeitos na pesquisa geográfica. **Revista Anpege**, v. 14, p. 39-70, 2018.

DE PAULA, C. Q. Análise dialógica de conteúdo e diálogos de saberes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, p. 44-63, 2015.

EUZÉBIO, R. C.; PAZ, M. O. C. Modernização na Ilha da Madeira (RJ): efeitos da ação estratégica na vida dos pescadores artesanais. *In*: SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para pensar a metrópole. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. v. 1, p. 153-171.

FERNANDES, B. M. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *In*: SADER, E.; JINKINGS, I. (org.). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006a. v. 1, p. 820-821.

FERNANDES, B. M. Via Campesina. *In*: SADER, E.; JINKINGS, I. (orgs.). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006b. v. 1, p. 1266-1267.

- Haesbaert, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- Lefebvre, H. **Lógica Formal / Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LIMA, R. P. **Preservação digital e "divulgação" científica na Amazônia**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) □ Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- Marques, C. E. GOMES, L. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades. *RBCS (Revista Brasileira de Ciências Sociais)*, v. 28, n. 81, fev. 2013.
- MONIÉ, F. Análise geopolítica dos conflitos territoriais na área de influência do complexo portuário e industrial do Açú – São João da Barra, RJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 69-83, jan./jun. 2016.
- CORDEIRO, S.; Prost, C. Quilombos e pescadores artesanais no nordeste da Baía de Todos os Santos atingidos pela metrópole. In: Oliveira, a. l.; Silva, c. a. **Metrópole e crise societária: resistir para existir**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 139-156.
- Nascimento, T. F. do; COSTA, B. P. Fenomenologia e geografia: teorias e reflexões. **Geografia. Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 43-50, 2016.
- LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista etnografia**, Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social, 2000. v. IV, n. 2.
- PAZ, M. O. C. Diferentes usos do espaço e conflitos: a relação entre o Porto Sudeste e os pescadores artesanais da Ilha da Madeira (Itaguaí, RJ). In: **V Seminário Interno Programa de Pós-Graduação em História Social PPGHS**, São Gonçalo: UERJ, 2017. v. 1, p. 411-420.
- PAZ, M. O. C. Processos de modernização e seus impactos no cotidiano dos pescadores artesanais: o caso da Ilha da Madeira, Itaguaí, RJ. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória, 2014. v. 1.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÁ, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A territorialidade seringueira. **GEOGRAPHIA (UFF)**, v. 2, p. 67, 1999.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da violência contra pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. **Conflitos no Campo Brasil**, Goiânia, p. 142, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia e movimentos sociais no processo de globalização em curso. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 8, 1998.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os descaminhos do Meio Ambiente: notas de estudo de Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PROST, C.; SILVA, C. A.; NASCIMENTO, D. M. C.; MENDES, T. A. (Org.). **Espaços Costeiros Brasileiros**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. (org.) **Réseaux Territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988. p. 263-279.
- Ratts, Alex et al. Geografias e diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades. **Revista Anpege**, v. 12, n. 18, 2016.

RIBEIRO, A. C. T. **Relatório Técnico-Científico do Projeto Cartografia da Ação e Análise de Conjuntura:** reivindicações e protestos em contextos metropolitanos. / Programa Cientista do Nosso Estado. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006. (Quatro volumes)

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade hoje: leituras do espaço urbano. **Cadernos CRH**, v. 18, n. 45, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**, ano XVI, n. 1, 2002.

ROCHA, S. A. Geografia humanista: história, conceito e o uso da paisagem. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba: Editora UFPR, 2007. n. 13, p. 19-27.

SAHR, C. L. L.; SILVA, C. A.; GERMANI, G. I. Pluralidade e multidimensionalidade do sujeito e de suas espacialidades: desafios epistemológicos na análise geográfica. **Revista Anpege**, v. 12, n. 18, 2016.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 5, p. 9-20, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SILVA, C. A. Modernização, secularização e território: a questão da expansão do modelo energético dominante no Estado do Rio de Janeiro e seus impactos na expansão intrametropolitana. *In:* BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUIZZO, R. C. (Org.). **Mudança do paradigma sucroenergético.** 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. v. 1, p. 174-188.

Silva, c. a. et al. Pensando a existência dos pescadores artesanais da baía de Sepetiba para discutir os impactos ambientais. *In:* **IV Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação**, Duque de Caxias: UNIGRANRIO, 2014. v. 1, p. 591-607.

SILVA, C. A. **Política pública e território:** desafios para efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015a. v. 1. 125 p.

SILVA, C. A. Pesca artesanal e vida metropolitana: limite e conflitos nos usos do território. *In:* Fernandes, U.; RIBEIRO, M. A.; Abranches Junior, N. (Org.). **Velhos saberes e novas abordagens:** a Geografia à luz da contemporaneidade. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2015. v. 1, p. 59-74.

SILVA, C. A. Modernização, conflitos territoriais e sujeitos sociais de culturas tradicionais: considerações da Geografia na leitura da produção da totalidade do espaço brasileiro no século XXI. *In:* Saquet, Marcos; ALVES, Adilson (org.). **Processos de cooperação e solidariedade na América Latina.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017. 249 p.

SILVA, C. A. Expansão urbano-industrial e logística na Baía de Sepetiba e conflitos territoriais com a pesca artesanal: história recente da produção social da periferia metropolitana. *In:* SILVA, C. A.; Suiama, G. S. (Org.). **Baía de Sepetiba:** riscos à natureza e aos coletivos humanos na metrópole do Rio de Janeiro: desafios para a avaliação socioambiental. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 130-150.

SILVA, C. A. et. al. **Atlas da pesca artesanal no Rio de Janeiro:** contextos e geografias das existências. 1 ed. São Gonçalo: FFP-UERJ, 2018.

SUBRA, P. **Géopolitique de l'aménagement du territoire.** Paris: Armand Colin, 2007.

Subra, P. **Géopolitique locale: territoires, acteurs, conflits.** Paris, Armand Colin, 2016. 336 p.

SUBRA, P. L'aménagement une question géopolitique! **Hérodote**, n. 130, p. 222-250, 2008/3.

TOMÁZ, A.; ALMEIDA, A. W. Cartografia social de povos e comunidades tradicionais do Rio São Francisco - Comunidade Tradicional Quilombola Família Lídia Batista do Sangradouro Grande. / Coordenação da pesquisa: Alzení Tomáz et al. **Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central**, Manaus: UEA Edições; PNCSA, jul. 2018. n. 4.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Grupo de Pesquisa e de Extensão Geografar**. [Várias páginas]. Disponíveis em: <http://www.geografar.ufba.br/>. Acessos em: set. 2019.

COOPERANDO 'VERTICALMENTE' E PARTICIPANDO 'HORIZONTALMENTE':

Por governanças metropolitanas sustentáveis no Rio de Janeiro

COOPERATING 'VERTICALLY' AND PARTICIPATING

'HORIZONTALLY': For sustainable metropolitan governance in Rio de Janeiro

COOPERANDO 'VERTICALMENTE' Y PARTICIPANDO

'HORIZONTALMENTE': Buscando una gobernanza metropolitana sostenible en Río de Janeiro

RESUMO

A trajetória dos estudos de gestão territorial no Brasil seguiu a dinâmica da modernização no território nacional, principalmente após o retorno ao Estado de Direito em 1988. O tema 'governança' desenvolveu pesquisas sobre arranjos institucionais que podem promover processos de ação política, a partir do estado federativo atual. O artigo é baseado em possíveis arquiteturas político-institucionais que podem melhorar a vida cotidiana de milhões de pessoas no país, principalmente em suas muito populosas regiões metropolitanas. A pesquisa atual enfoca o Rio de Janeiro e seu entorno metropolitano e oferece sugestões parciais para processos sustentáveis de gestão espacial em relação à lógica da governança horizontal e vertical do mundo contemporâneo no século XXI.

PALAVRAS CHAVE: Região metropolitana. 'Arquiteturas' político-institucionais. Sinergias para gestões públicas. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The trajectory of territorial management studies in Brazil followed the dynamics of modernization in the national territory, especially after the return to the rule of law in 1988. The theme 'governance' has developed research on institutional arrangements that can promote processes of political action, based on current federative state. The article based on possible political-institutional architectures that could improve the daily life of millions of people in the country, especially in its very populous metropolitan regions. Current research focuses of the city of Rio de Janeiro and its metropolitan surroundings and offers partial suggestions for sustainable spatial management processes in relation to the logic of horizontal and vertical governance of the contemporary world in the 21st century.

KEYWORDS: Metropolitan region. Political and institutional 'architectures'. Synergies for public management. Rio de Janeiro.

RESUMEN

La trayectoria de los estudios sobre gestión territorial en Brasil siguió la dinámica de modernización en el territorio nacional, especialmente después de la vuelta al estado de derecho en 1988. El tema 'governanza' desarrolló investigaciones sobre arreglos institucionales que pueden promover procesos de acciones políticas en el estado federativo actual. El artículo se basa en posibles arquitecturas político-institucionales que puedan mejorar la vida cotidiana de millones de personas en el país, principalmente en sus muy pobladas regiones metropolitanas. La investigación actual se centra en la ciudad de Río de Janeiro y su alrededor metropolitano y ofrece sugerencias parciales para procesos de gestión espacial sostenibles en su relación con la lógica de la gobernanza horizontal y vertical del mundo contemporáneo en el siglo XXI.

PALAVRAS CLAVE: Región Metropolitana. Arquitecturas políticas e institucionales. Sinergias para la gestión pública. Rio de Janeiro.

Introdução

As discussões sobre as estratégias espaciais de agentes públicos e privados para a gestão de territórios¹ tornam as pesquisas no campo das ações políticas cada vez mais expressivas para os diversos campos do saber. Nas chamadas democracias ocidentais modernas, as tendências apresentadas por geógrafos do quilate de João Ferrão e Eduarda Ferreira (Portugal), e André-Louis Sanguin (França) são o estabelecimento das formas (e naturezas) entre as práticas espaciais e as práticas políticas institucionais, e pluraliza (e potencializa) as ações público-privadas em múltiplas escalas, tornando a gestão um campo de aprendizado constante para o desenvolvimento de estratégias de ação por agentes diversos em cidades, regiões e países. Abrucio & Sydow (2018) veem tais estratégias como um bônus nos sistemas federalistas, pois devem 'combinar a autonomia dos entes governamentais com a interdependência entre eles' (p.47).

Na contemporaneidade do século XXI, todavia, as ações estratégicas espacializadas são complexas e sinérgicas pela própria natureza das relações sociais, apesar de ainda serem entendidas, por alguns pesquisadores e gestores, como 'meros processos' de ordenamento territorial². Na verdade, tais ações, quando coordenadas por agentes públicos competentes, tendem a ser 'mais democráticas' (no sentido da sua capilaridade social) e intergovernamentais em relação à sua funcionalidade e dinâmica.

Na realidade cosmopolita e metropolitana do século XXI, as formas e os conteúdos para as gestões territoriais apresentam-se cada vez mais multiescalares, e delas emergem práticas debatidas no mundo acadêmico e nos ambientes político-institucionais para a compreensão de suas externalidades em espaços geográficos que são tão mais distintos 'no conteúdo' quanto próximos 'na sua forma'.

Nesse campo da abordagem teórico-conceitual da gestão territorial destacam-se as dimensões materiais, pela força territorial, econômica, técnica, cultural... em variados espaços), das Regiões Metropolitanas⁴ (condição político-territorial do espaço conurbado pelo 'nú' metrópole em larga região dos espectros escalares do espaço geográfico) e do processo de metropolização⁵ (o transbordamento da força decisória das metrópoles, o que faz com que tais centros sejam indutores desse processo para além dos limites da região metropolitana da qual faz parte política e institucionalmente).

Sendo o seu processo indutor (metropolização) mais impactante do que o seu limite territorial (a Região Metropolitana), as metrópoles (as *core area* do espectro territorial) readequam, constantemente, as suas funções político-administrativas e funcionais.

Frente ao exposto, este artigo se propõe a caracterizar um modelo de governança metropolitana para o Rio de Janeiro baseado em dois pressupostos: o primeiro é o dos arranjos institucionais colaborativos entre os entes federativos, o que Souza, desde 2002, chama de cooperação intergovernamental, e o segundo é o da coparticipação instituinte dos atores sociais, em múltiplas escalas, que, por meio do capital social de Putnam (1996), buscam participar ativamente das decisões sobre políticas públicas nos territórios instituídos. O campo espacial de observação para essas duas ações que, doravante, serão chamadas de ações verticais (clivagens federativas dos poderes instituídos) e ações horizontais (redes de solidariedade e cidadania intra e intermunicípios) será a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), já que este é um exemplo de espaço regional, cujas pesquisas sobre estratégias de gestão territorial podem contribuir para o estabelecimento de modelos de governança metropolitana mais adequados aos padrões atuais de complexidade nas relações socioespaciais.

Para tanto, o artigo está dividido em três partes além da introdução em curso. A parte II a seguir mostrará o contexto metropolitano fluminense na atualidade e os seus maiores problemas em termos da oferta equânime de serviços de interesse comum com funções metropolitanas. Na sua parte III, haverá a proposição de uma estrutura de gestão em rede para ambientes metropolitanos cujas ações políticas integradas entre agentes e atores reforcem a proposta de Silva (2018), para quem as governanças democráticas em Regiões

Metropolitanas desiguais deveriam seguir os pressupostos da Teoria dos Vasos Comunicantes, um sistema que, por analogia, pode buscar o equilíbrio entre espaços desiguais, a partir de forças e pesos também desiguais. Na sua parte IV haverá, finalmente, a apresentação de dois esquemas adaptados: o esquema 1 apresenta um modelo de estratégia de gestão intermunicipal cooperativada, a partir do modelo de governança cooperativa⁶ da Organização Cooperativista Brasileira (OCB), indicando uma rede de agentes e atores que, articulados, podem promover uma gestão mais vertical e horizontal, e o esquema 2, que estabelece um padrão de governança cooperativa e coparticipativa com base no desenho institucional de gerenciamento inter e intracidades de Camagni (2006). Para esse autor, os princípios básicos de uma organização territorial adequada e sustentável em cidades (e entre cidades e seus municípios) sempre nos ajudarão a responder questões fundamentais sobre a natureza, a estrutura e as leis de movimento do sistema urbano contemporâneo e da sua dimensão socioespacial. Rápidas considerações finais (IV) e as referências bibliográficas (V) fecham o artigo.

O Contexto Metropolitano Fluminense Atual: um espaço regional para estudos singulares de geografia política no Brasil

A grande expansão urbana brasileira desde 1950, notadamente nas capitais da macrorregião Sudeste do país, densificou as relações espaciais entre diversas cidades; todavia, as suas capacidades de gestão territorial mantiveram-se fragmentadas devido às competências federativas das escalas administrativas em vigor. Mesmo conurbadas em um processo urbano avassalador denominado de 'urbanização terciária' (Santos, 1988), 'cidades milionárias' regionalizadas e oficializadas como nós de Regiões metropolitanas (RM), estabeleceram, a partir de 1973, uma nova ordem hierárquica na rede urbana do país, e mantiveram importantes serviços públicos territorialmente fragmentados, com competências administrativas difusas e concorrentes, o que tornou a qualidade deles altamente questionável.

Levando-se em conta o alto grau de desigualdade socioespacial entre os municípios em RM brasileiras, seus espaços conurbados possuem enormes disparidades na distribuição dos sistemas de água potável e de tratamento de esgotos domésticos, nos sistemas de coleta, transporte e deposição de resíduos sólidos, na segurança pública, e demais serviços. Tal condição afeta o cotidiano de milhões de pessoas que se aglomeram nos territórios municipais como os da RMRJ⁷, que sofrem pela insuficiência desses serviços, naturalizados como 'ineficientes' e mesmo 'inexistentes', pelos moradores à margem de modelos de qualidade de vida geradores de bem estar socioambiental em escalas mais amplas (exemplificado na FIGURA 1, a seguir, em relação ao acesso diferencial ao esgotamento sanitário). O poder municipal brasileiro ainda está desconectado das dinâmicas regionais nas quais se incluem seus municípios, e assim os gestores eleitos perdem a oportunidade de tratar os problemas da oferta de serviços essenciais para os cidadãos locais com base nos aspectos geográficos e ecológicos dos territórios regionais⁸

Percentual da população total municipal atendida com esgotamento sanitário na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2017 (SNIS)

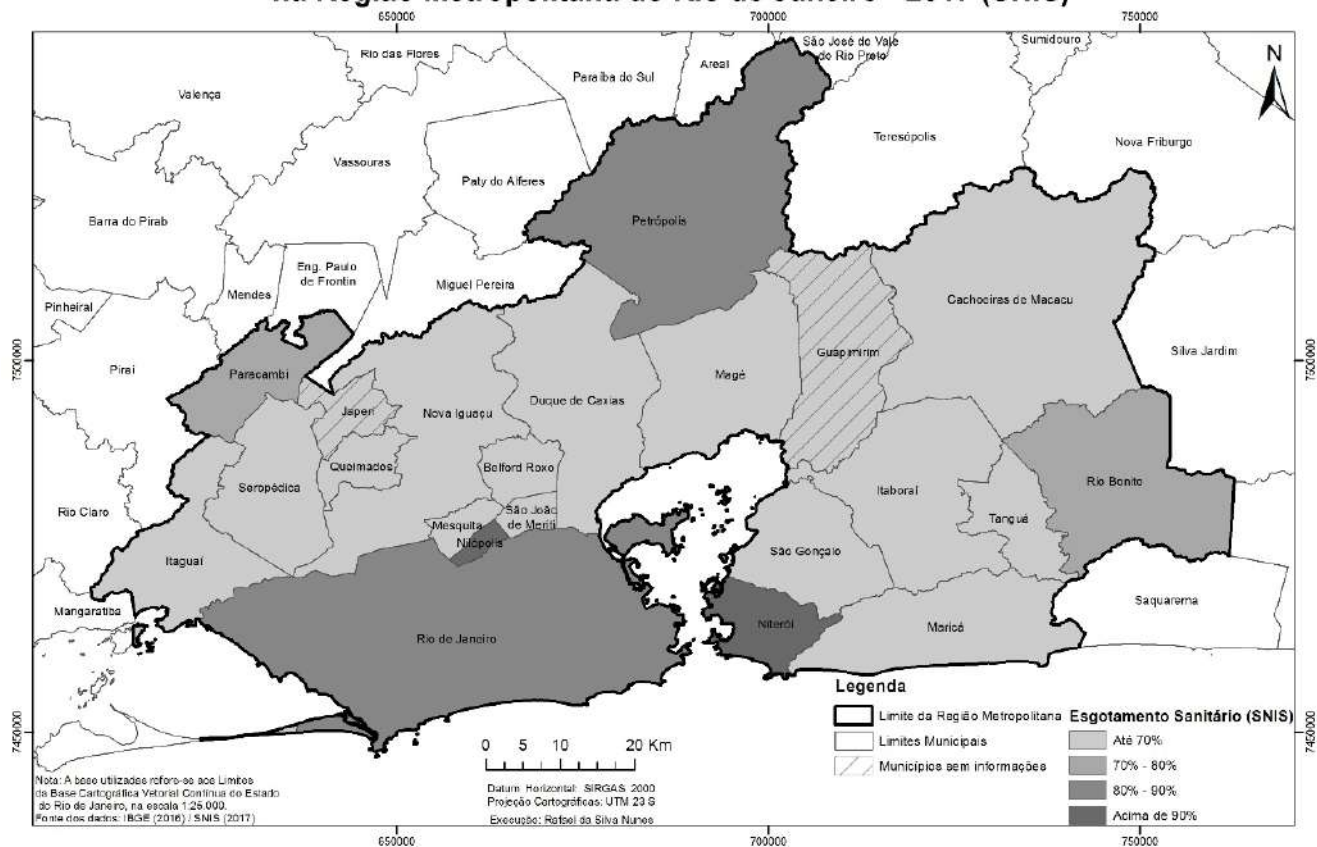


Figura 1
 Fonte: ibge (2016)/snis (2017)

Os municípios conurbados em uma região metropolitana brasileira cooperam e coparticipam muito pouco das demandas dos seus vizinhos, o que enfraquece as forças horizontais e verticais que poderiam tornar tais regiões mais autônomas para resolver questões básicas e problemas estruturantes. Tal incompetência em lidar com problemas locais vem das deliberações mal alinhavadas da Constituição municipalista de 1988, que deixou passar a percepção espacial de que *“quando existe uma conurbação, os interesses são interpenetrados, e, portanto, não se percebe mais onde termina um município e começa outro, e aí não se pode falar mais em interesse predominantemente local; o interesse passa a ser regional, sendo isso que viabiliza escala entre todos.”* (Villela Souto, 2005, p.156)

No caso da Região metropolitana do Rio de Janeiro, a concentração de cerca de 72% da população da unidade federada em somente 22 dos seus 92 municípios (IBGE, 2018) faz com que a observação destacada na reflexão do tributarista acima seja ainda mais expressiva, considerando-se a condição demográfica dessa macrorregião no contexto estadual. Na FIGURA 2 da página a seguir é fácil observar a conurbação dos municípios metropolitanos do Rio de Janeiro⁹.

Densidade Populacional em áreas urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

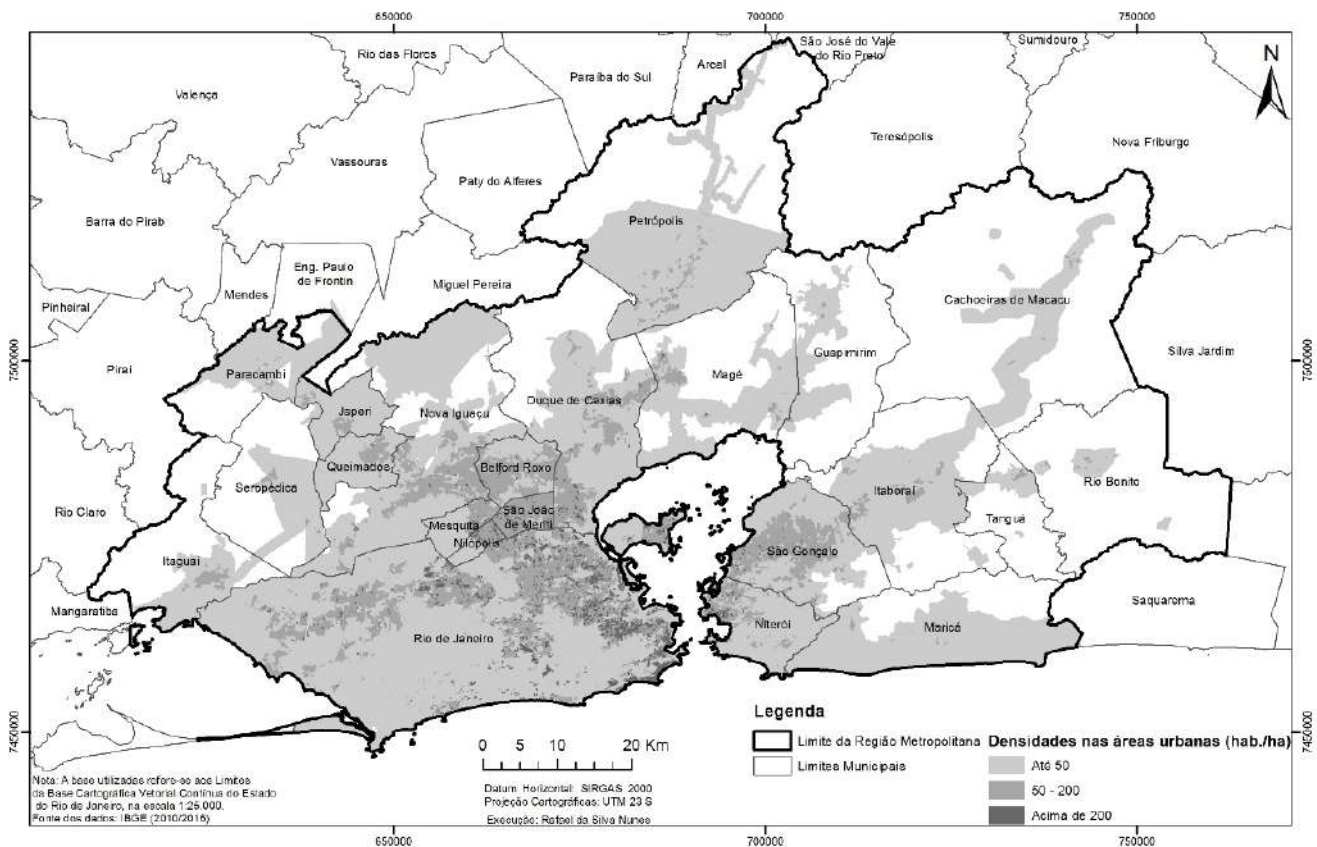


Figura 2
Fonte: ibge (2016)/snis (2017)

Apesar das mudanças político-administrativas impostas à cidade do Rio de Janeiro desde a sua fundação em 1565, e as diferentes arquiteturas de gestão sofridas pelo seu espaço urbano, em contextos históricos e escalares diferenciados (colonial, imperial, republicano, metropolitano...), o foco da análise aqui proposta deve ser dado ao processo de fusão entre os antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975.

Enquanto o 'perfil cosmopolita' atual da cidade do Rio de Janeiro veio se consolidando na população carioca durante os vários momentos político-administrativos vivenciados na cidade-município - ter sido sempre a 'sede', desde 1763 criou uma marca da urbanidade e capitalidade na gestão central do país - o antigo estado do Rio de Janeiro manteve o tradicionalismo de suas atividades rurais ligadas ao modelo agrário-exportador e da história do Brasil como 'unidade nacional', e foi pouco modificado até a chegada, via Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II), entre 1972 e 1979, dos projetos de modernização logística e energética implementados durante os Governos militares para o estado, notadamente a partir da fusão político-administrativa e territorial da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975.

Todavia, deve-se considerar que, desde meados do século XIX, e, com maior intensidade, ao longo do século XX, a periferia imediata do Município Neutro/Distrito Federal foi sendo ocupada cada vez mais rapidamente, o que possibilitou a densificação demográfica dos seus núcleos urbanos, que eram ainda tímidos no início do século XX. (Silva, 2018)

Como reflexo desse processo urbanizador, essa região (que, mais tarde, passaria a ser nomeada de Baixada fluminense, e conhecida, nacional e internacionalmente, pelos seus índices de pobreza crônica e violência explícita) teve a população residente exponencialmente ampliada em um período de menos de um século, recebendo muitos novos habitantes advindos do território carioca (pobres que se retiravam da cidade do Rio de Janeiro pelo alto valor do solo urbano gerado pelas diversas reformas urbanas da então capital do país e por políticas públicas específicas de urbanização da área com o desmonte, pelo poder central, das atividades pri-

márias dos municípios limítrofes à capital federal) e dos municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além da macrorregião Nordeste do país, populações afetadas por diversos níveis de escassez.

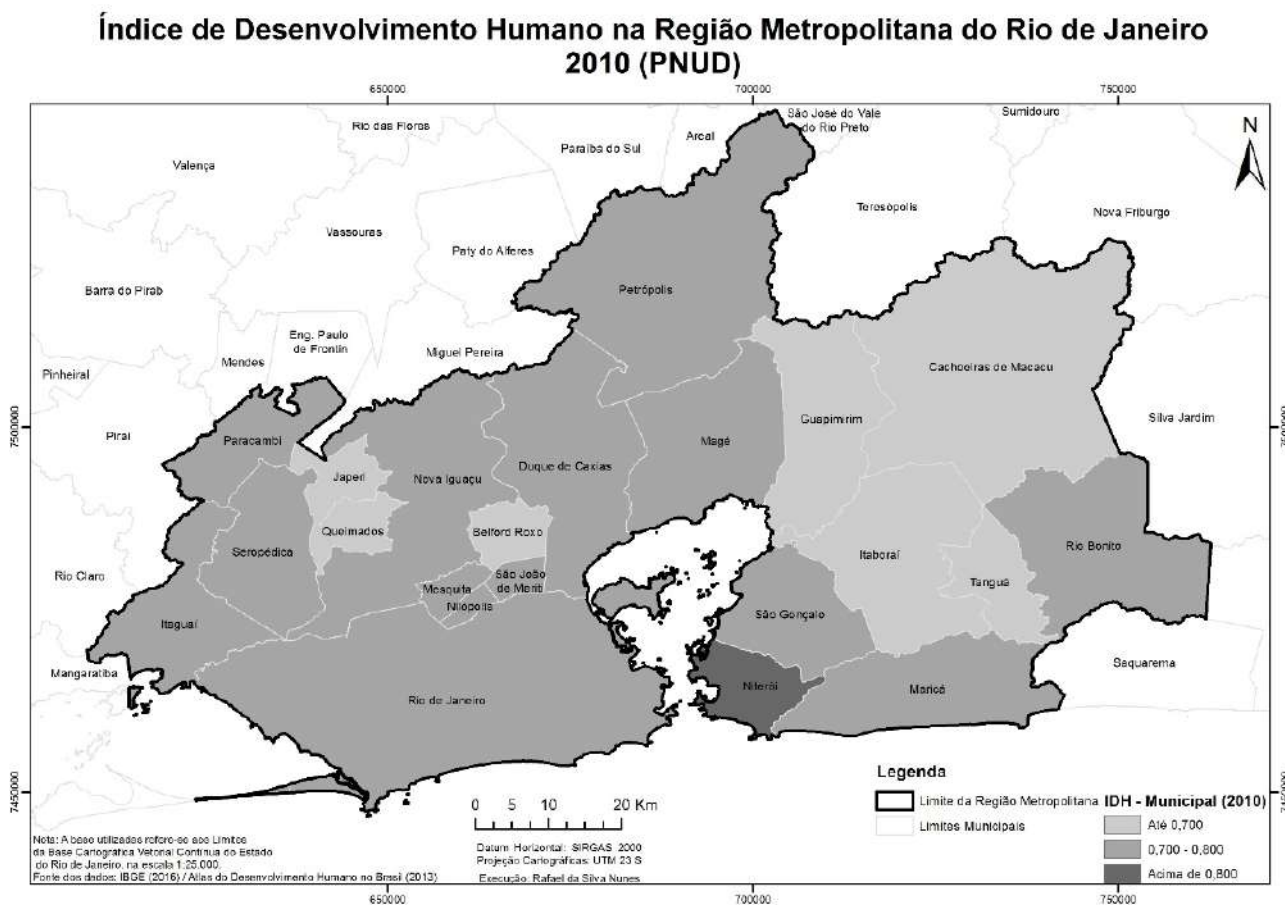


Figura 3
Fonte: ibge (2016)/atlas do desenvolvimento humano no brasil (2017)

Com a ampliação numérica da população dos municípios limítrofes na faixa imediata da fronteira carioca/fluminense, o outrora ‘cinturão verde da capital do país’ conurbou-se ao longo do século XX, ao mesmo tempo em que o antigo estado do Rio de Janeiro perdia quantidades absolutas de população, esvaziando-se municípios demograficamente, em uma situação que perduraria até os anos de 1990 (Silva, 2016, 2017). A FIGURA 3 acima reforça a ideia de uma fragilidade em termos do IDH-Municipal entre os 22 municípios que compõem hoje a RMRJ, identificando-se um claro desequilíbrio no desenvolvimento da faixa imediata da fronteira carioca / municípios fluminenses ao norte da metrópole carioca (Municípios da Baixada fluminense como Belford Roxo, Queimados e Japeri), além de grande parte da sub-região do Leste metropolitano da atual metrópole carioca.

No atual contexto de crise fiscal e política do país, (e, especificamente, a da unidade federada Rio de Janeiro depois de quase uma década – de 2006 a 2014 – de uma falsa sensação de pujança econômica com o crescimento ‘pouco sustentável’ de investimentos no território fluminense) novas formas de gestão dos territórios voltaram a ser discutidas em um contexto de ‘mudanças sustentáveis’.

A modernização do ‘novo’ estado do Rio de Janeiro de 1975 trouxe algumas importantes redes infraestruturais (como as de gás e óleo), rodovias e outros aspectos associados à natureza (projetos de proteção à Mata Atlântica) para o território fluminense; todavia, as maiores transformações foram realizadas no território carioca, desde então, tanto por governos municipais quanto estaduais, afetando o equilíbrio na RMRJ e em toda unidade subnacional estado do Rio de Janeiro.

Dentre os mais recentes estudos sobre os atuais caminhos para a retomada do crescimento do estado do Rio de Janeiro, destaca-se o discurso institucional e das forças produtivas / entidades de classe' de que a 'desconcentração' (de serviços, investimentos, população...) é um caminho fundamental¹⁰ para a democratização espacial para as 'funções metropolitanas'. Estas devem servir, com máxima prioridade, quem vive nos territórios onde a vida cotidiana acontece, e quando coordenadas por agentes exógenos aos espaços regionais metropolitanos, por exemplo, tendem a ser insuficientes e mal gerenciadas. Com base na legislação sobre este tema, as reflexões de Grau (1974) são muito pertinentes, pois para o jurista, no auge dos governos militares brasileiros (1971), as funções metropolitanas passam a ser consideradas aquelas *"atividades e serviços urbanos, ou parte destes, que, pela natureza de sua disciplina, implantação ou operação, resultem em conexões e interferências recíprocas entre diferentes municípios, exigindo ação unificada e planejada que ultrapasse seus limites institucionais."* (Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo, 1971, p. 189).

Nas visões de Alves (1998) e Grau (2000), as funções metropolitanas são estratégias político-institucionais para que os serviços se tornem públicos e equanimemente espacializados em um dado recorte regional. Para os juristas, as regiões serão consideradas, de fato, metropolitanas quando certos serviços tenham um tratamento comum e integrado, dando forma pública a eles através da rede de municípios conurbados, que os ofertarão de forma horizontal com a participação vertical dos poderes públicos. Tal abordagem se justifica pela necessária confiança político-institucional instituinte criada com a consolidação de uma sociedade supraterritorializada - entendendo-a como a organização socioespacial cujas ações conjuntas envolvem atores e agentes que usufruem coletivamente das funções metropolitanas da região e para onde a gestão precisa direcionar as suas ações principais.

Governanças Metropolitanas em Espaços Desiguais: equilíbrios decisórios em um jogo de 'perdas e ganhos' de rendas correntes e ações políticas

A partir de quadros institucionais de governos em diferentes escalas, seus agentes políticos e atores sociais (cujas intencionalidades, redes e ações convergem e/ou divergem em políticas setoriais diversas) é que a governança metropolitana deve ser considerada. O fator de indução das metrópoles como *core areas* na definição dos arranjos institucionais voltados para a cooperação poderá ser discursivo, deliberativo e/ou implementador focal das políticas públicas, definindo-se o tom e a intensidade das múltiplas gestões regionais. Nesse contexto, o nível de coesão político-territorial dará o tom das transformações socioespaciais cuja realização societária estará na realização de uma justiça social baseada na oferta de melhores serviços para as populações da região. Nas possibilidades das boas gestões locais para boas governanças regionais, o conhecimento dos limites dos espaços de escassez, iniquidade e falta de oportunidades se torna a chave para que a esperança comunitária se mantenha na utopia da vida cotidiana.

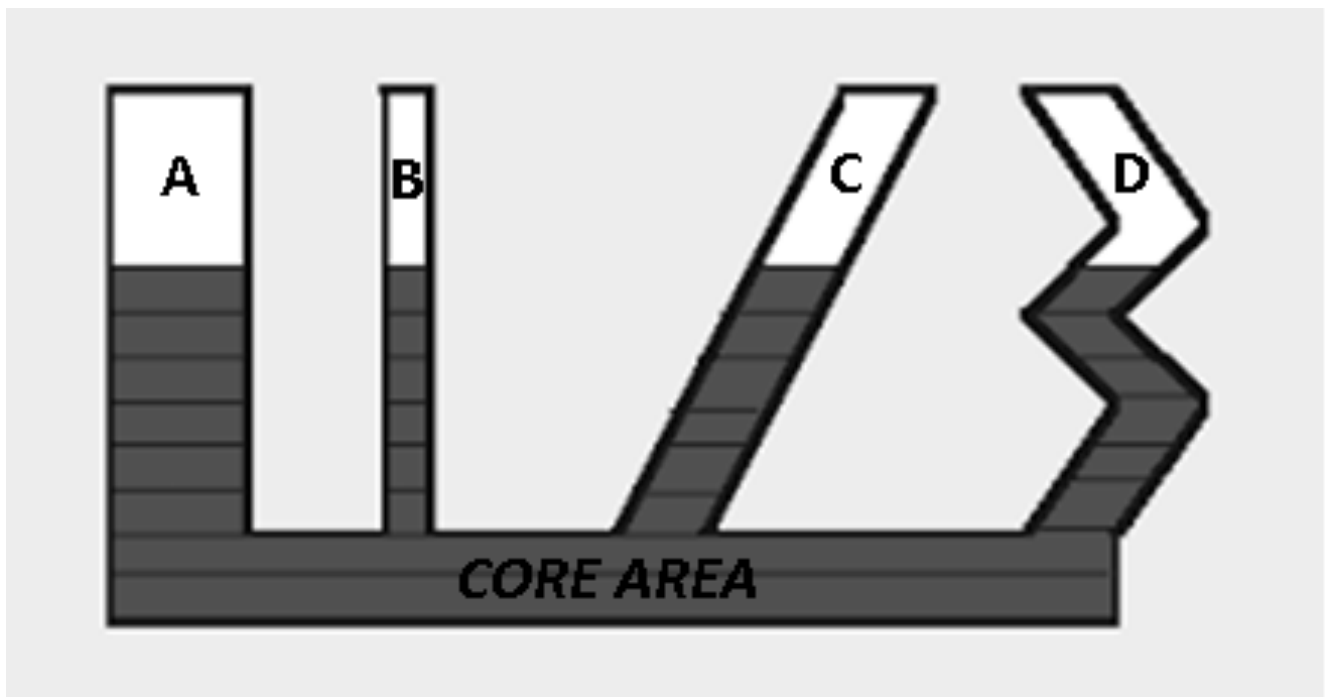


FIGURA 4: Sistema de Vasos Comunicantes. Equilíbrio entre os mesmos conteúdos (serviços, por exemplo) em formas diferentes.
Lógica regional para o desenvolvimento de unidades territoriais desiguais.
FONTE: Maria Helena Rodrigues GOMES (1985, p.15). Adaptado.

A definição de boas práticas de governança vem ao encontro da necessidade de redução das assimetrias presentes no federalismo brasileiro, assim como na expressiva desigualdade socioespacial dos territórios regionalizados pelo fato metropolitano (em escalas macro e micro), das unidades subnacionais e mesmo dos municípios em uma mesma região não metropolitana.

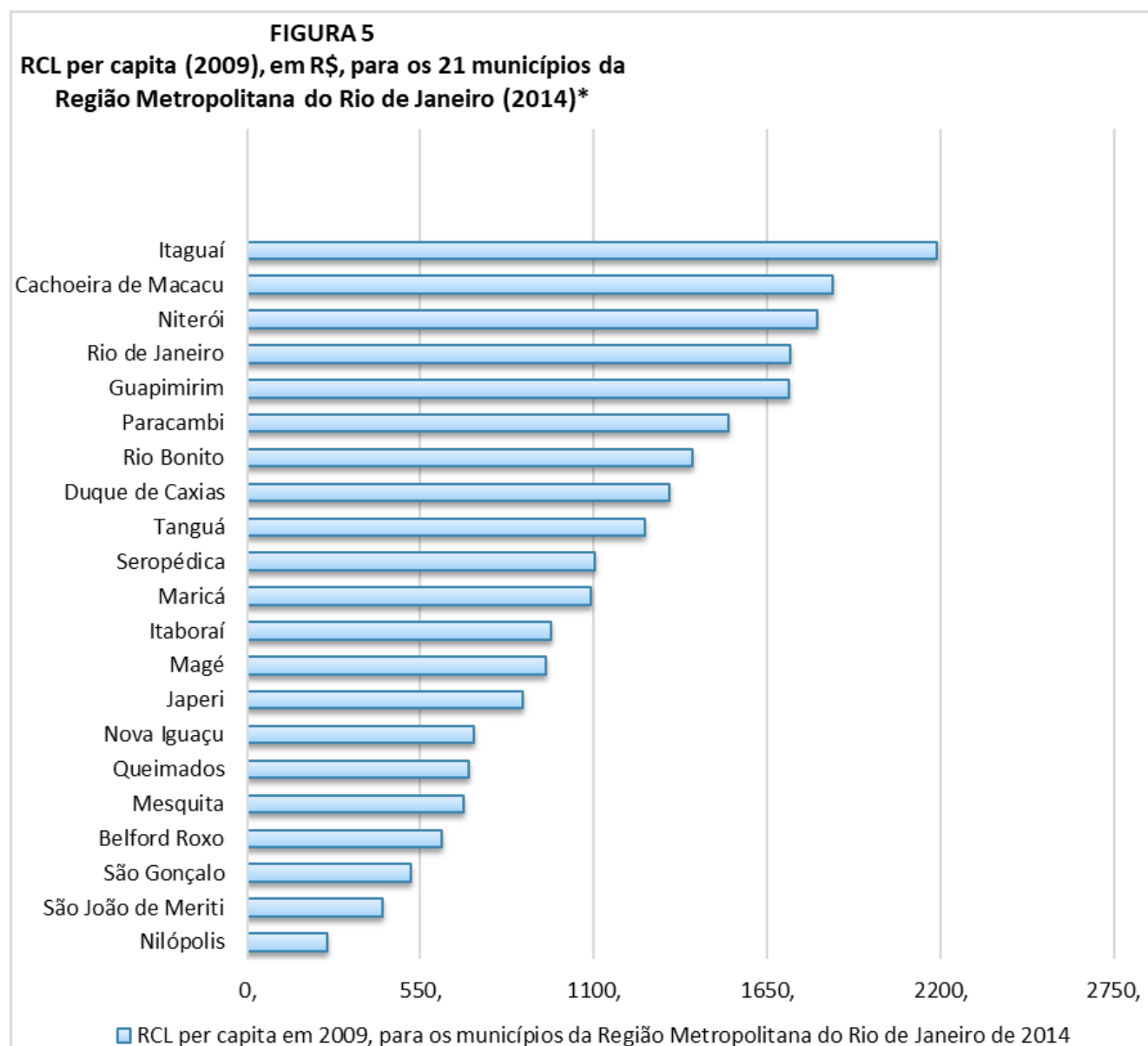
Sob esses aspectos de âmbito territorial, institucional e econômico, Silva (2018) propõe um modelo de governança cooperativa / coparticipativa nas Regiões Metropolitanas brasileiras, a partir da ideia da teoria dos vasos comunicantes. Essa referência metodológica tensiona o espaço a conceber, via territórios, arquiteturas complexas de ação política voltadas para 'o reequilíbrio' dos padrões socioespaciais. O mesmo autor refere-se ao sistema de vasos comunicantes como aquele que poderia gerar forte dinâmica associativista e consorciada entre os vários municípios componentes de uma mesma região metropolitana, concepção legal que rege os serviços de 'funções metropolitanas' no Brasil.

Considerando-se a FIGURA 4 da página anterior, os vasos A, B, C e D representam municípios desiguais na sua forma e conteúdo em uma mesma região metropolitana, sendo que cada um deles exerceria as suas ações de gestão com base nas especificidades socioespaciais, culturais e econômicas dos seus territórios, reequilibrando o acesso de cada um deles aos serviços essenciais da vida metropolitana. Na base do sistema está o município *core area* da região (a metrópole), que induzirá políticas públicas setoriais na direção da resolução das deficiências e dificuldades, e no estímulo das potencialidades de cada um dos seus membros em um processo de autonomização regional via cooperação e colaboração vertical e horizontal.

Portanto, uma governança metropolitana mais equânime se dará a partir das características particulares e singulares (sistema ecológico, estruturas produtivas e de desenvolvimento socioespacial, padrões de infraestruturas, nível de renda, densidade demográfica, padrões de consumo...) das unidades político territoriais desiguais constituintes do conjunto regional. A posição de destaque desses 'nós' metropolitanos será a chave para reequilibrar, regularmente, as forças que definem as prioridades das diversas políticas públicas que buscam o reequilíbrio do sistema entre 'municípios comunicantes entre si'. Sendo desiguais e, muitas vezes, complementares, os municípios podem atuar como uma 'única' força política (de acordo com o sentido da 'solidariedade horizontal' defendida por Santos, em 1996) em prol de melhor simetria no acesso às funções metropolitanas. Os

municípios regionalizados, com menores imposições externas (devido ao crescimento da sua autonomia interna e interacional) e abertos ao equilíbrio endógeno, tornar-se-iam os campos para a construção da equidade espacial.

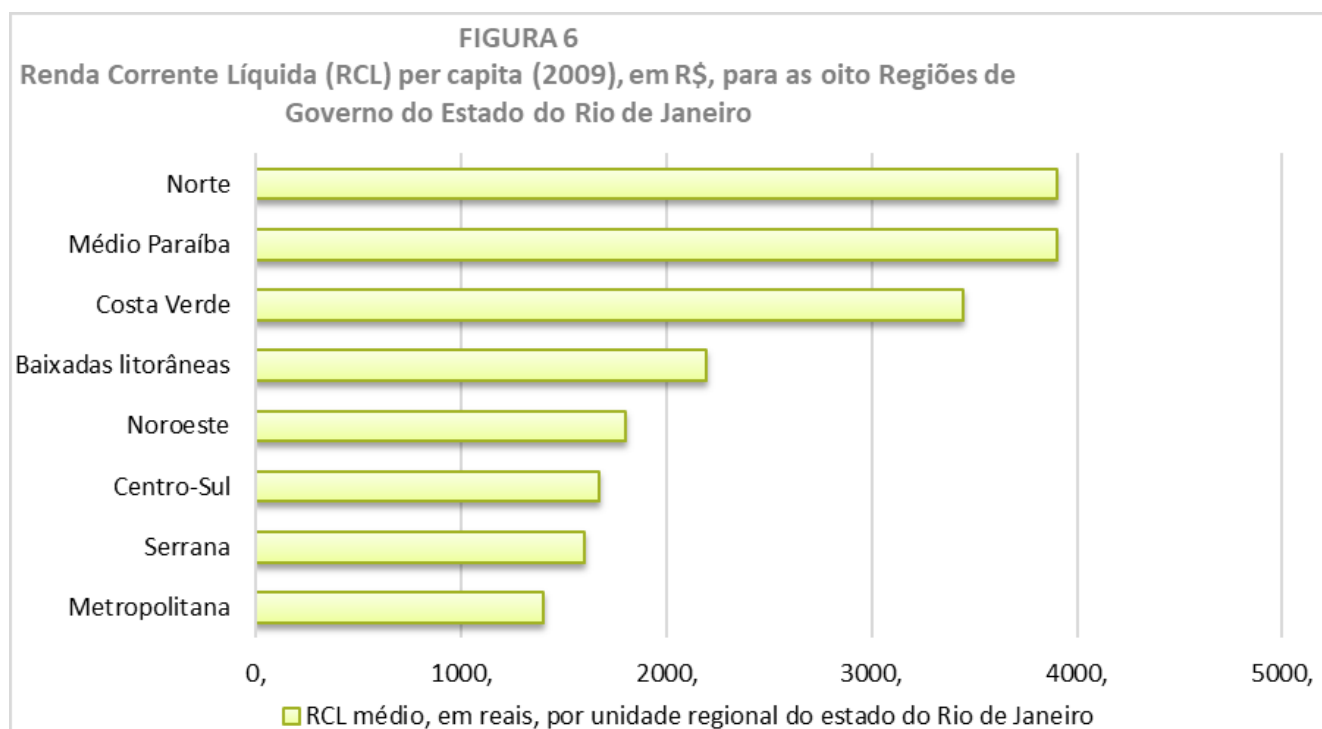
Um exemplo do desafio para o exercício sustentável de governança metropolitana no Brasil é o que pode ser observado na qualidade da gestão municipal identificada a partir das rendas correntes líquidas (RCL)¹¹ *per capita* dos municípios que compõem essas regiões brasileiras. Observe a FIGURA 5 na página a seguir. Nela verifica-se que municípios carentes de infraestruturas básicas, como Itaguaí e Cachoeira de Macacu, por exemplo, têm rendas correntes líquidas maiores do que municípios melhor estruturados. Isto pode indicar que a deficiência da aplicação dos recursos correntes desses municípios em serviços essenciais (como o exemplo mostrado na FIGURA 1 - esgotamento sanitário) indica uma ineficiência na gestão municipal, o que atrapalhará ainda mais um projeto de governança metropolitana. Espera-se que os municípios com maiores rendas líquidas tenham



* Dos dados coletados no documento oficial do TCU, de 2009, foram incorporados à RMRJ os municípios de Cachoeira de Macacu e Rio Bonito, como era em 2014.

FONTE: Secretaria de Planejamento do Rio de Janeiro, 2009.

Além do problema identificado, na RMRJ, com base nos dados dos orçamentos municipais de 2009 apresentados na FIGURA 5, há expressivas diferenças intermunicipais entre as RCL *per capita*. Com um orçamento 8,6 vezes maior do que o de Nilópolis (a menor RCL em 2009 da RMRJ), Itaguaí (o maior RCL em 2009 da mesma região) tinha uma população residente quase 1,5 vezes inferior ao do município da Baixada fluminense, o que ampliava a capacidade do poder local itaguaense em investir mais recursos em prol dos serviços essenciais em seu território municipal, mas isso não é realizado. Já o município carioca do Rio de Janeiro, apesar de possuir 53,4% de toda população da RMRJ, ainda manteve uma média corrente de R\$ 1.686,63 *per capita*, ficando abaixo somente dos municípios metropolitanos de Niterói, Cachoeira de Macacu e Itaguaí (SECPLAN-RJ, 2009). Assim sendo, a centralidade do Rio de Janeiro na RMRJ reforça a noção de que é a partir da cidade carioca que grandes sinergias regionais devem ser iniciadas, já que mais do que arrecadar recursos diversos via captação de investimentos advindos de múltiplas áreas, o maior captador de captação de recursos e de força política e interação inter-regional é o município do Rio de Janeiro. Já a RMRJ, no mesmo ano, possuía cerca de 72% de toda a população do estado, o que tornava a sua ação na unidade subnacional vital para o andamento dos instrumentos de governança cooperativos e colaborativos aqui defendidos. Sendo assim, se o sentido da governança sustentável é o de fortalecer a base regional das populações conurbadas, então o estabelecimento de lógicas 'comunicantes' no trato regional e intermunicipal dos recursos correntes líquidos é um dos mais importantes exercícios para uma governança voltada para a cooperação entre serviços com funções metropolitanas.



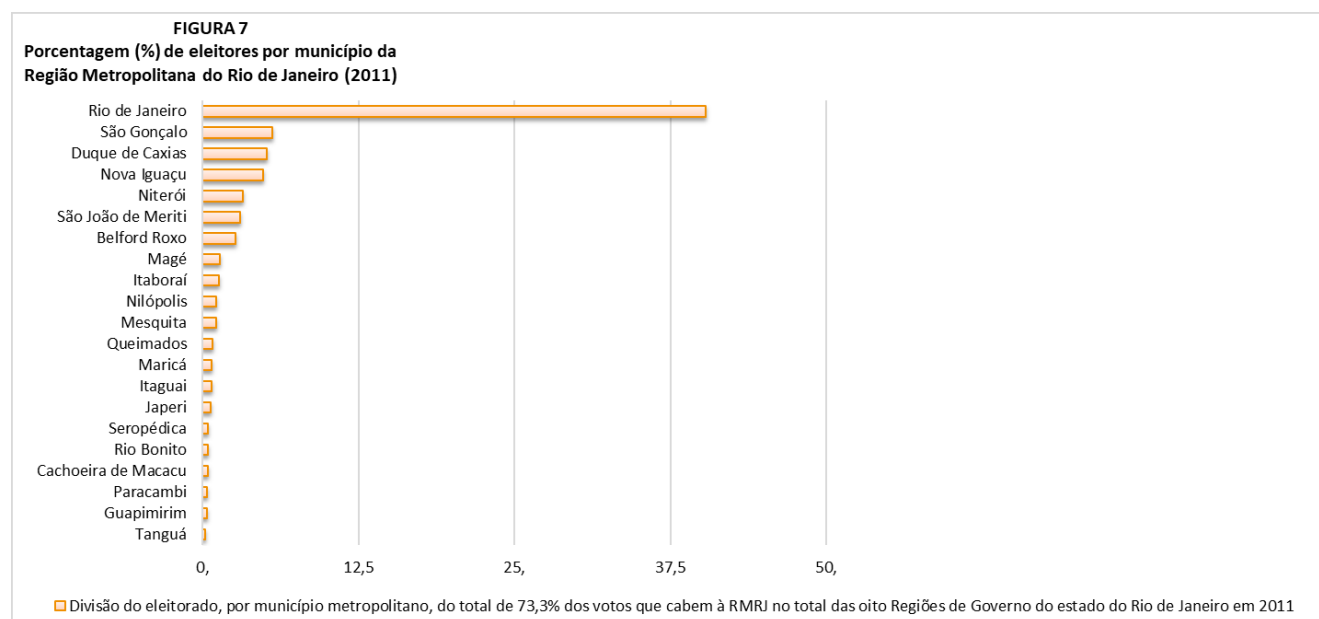
FONTE: Secretaria de Planejamento do Rio de Janeiro, 2009.

O mesmo se repetiu entre outra escala: a das oito Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro, como se pode observar na FIGURA 6. Com uma RCL de R\$ 3.899,24 (a maior do estado no ano de 2009), a Região Norte fluminense, se comparada à RMRJ (a menor renda corrente para o mesmo ano) com seus R\$ 1.401,11, possuía uma população quase 13 vezes menor do que a metropolitana, o que mostra o potencial regional do interior fluminense para o desenvolvimento de estratégias de gestão intermunicipal mais autônomas nos municípios mais distantes da *core area* estadual. A implementação de políticas regionais de desenvolvimento regional pode proporcionar mais equidade na oferta dos serviços essenciais, a partir da emergência de novos agentes econômicos forjados na confiabilidade e

comunitarismo regional, desonerando as Regiões Metropolitanas e outras escalas verticais do poder instituído por ações políticas ligadas aos cotidianos regionais na escala estadual.

Ainda em relação às oito Regiões de Governo da FIGURA 6, a Região Metropolitana fluminense tem os municípios com os menores valores de RCL *per capita*, apesar de toda a sua importância. No extremo oposto estão as Regiões da Costa Verde e do Norte – cujos municípios se destacam pela notável desigualdade de recursos públicos – com os três ‘mais ricos’ governos municipais de todo o estado (Quissamã, São João da Barra e Macaé). As Baixadas Litorâneas se sobressaem igualmente pela desigualdade intermunicipal, uma vez que possui três municípios entre os dez ‘mais ricos’ do estado e três entre os 20 de menor RCL *per capita*. (SECPLAN-RJ, 2009)

A seguir, a FIGURA 7 mostra uma situação estrutural bastante preocupante em termos das redes de solidariedade horizontais: a sobrecarga da *core area* metropolitana na participação política instituída nesse espaço regional. Com mais de 40% dos eleitores regionais em seu território, o município do Rio de Janeiro se torna o ‘grande problema político’ a ser resolvido na escala regional metropolitana. Com os votos para governador da unidade subnacional Rio de Janeiro se concentrando, majoritariamente, no município carioca (e 73% na RMRJ em relação às demais Regiões de Governo), a dimensão regional dos poderes instituídos é fundamentalmente gerada no território carioca. Portanto, para efeito regional, as ações do Legislativo municipal necessitam criar mecanismos de articulação intermunicipal para que as representações políticas na escala metropolitana possam ser mais equilibradas.



* Dos dados coletados no documento oficial do TCU, de 2009, foram incorporados à RMRJ os municípios de Cachoeira de Macacu e Rio Bonito, como era em 2014.

FONTE: Secretaria de Planejamento do Rio de Janeiro, 2009.

Os problemas estão postos e caberá aos estudiosos buscarem estratégias diversas para a aplicação concreta de políticas públicas regionais baseadas na capacidade de administração de problemas e recursos financeiros líquidos comuns em prol da coletividade conurbada. A governança cooperativa, nesse sentido, seria um conjunto de mecanismos e redes regionais, internos e externos, que permitiriam aos municípios definir e assegurar a execução dos objetivos dos sistemas cooperativados de serviços públicos comuns. Estes, sistemicamente articulados, garantiriam as condições gerais de isonomia dos serviços essenciais, a partir dos conceitos de segurança, eficiência e redução de riscos.

Exercitando as Capacidades de Gestão Intermunicipal e Governança Metropolitana: em busca de um território metropolitano mais simétrico

Buscar um modelo de governança metropolitana pautado no dinamismo das cidades cosmopolitas dos dias atuais exige uma capacidade de gestão que não se abstenha, de nenhuma forma, de demandas coletivas em torno da equidade por qualidade de vida, ao mesmo tempo em que não se deve negar a realização das dinâmicas materiais desses espaços milionários. Assim sendo, a compatibilização entre a ação democrática e participativa e o empreendedorismo cooperativista precisa ser realizada na fronteira entre o possível e o utópico, unindo pessoas, projetos e compartilhando resultados, como propõe o movimento cooperativista contemporâneo. Este busca a prosperidade conjunta, o atendimento às necessidades de grupos diversos, promovendo, simultaneamente, o crescimento econômico sustentável e a inclusão social. (OCB, 2016)

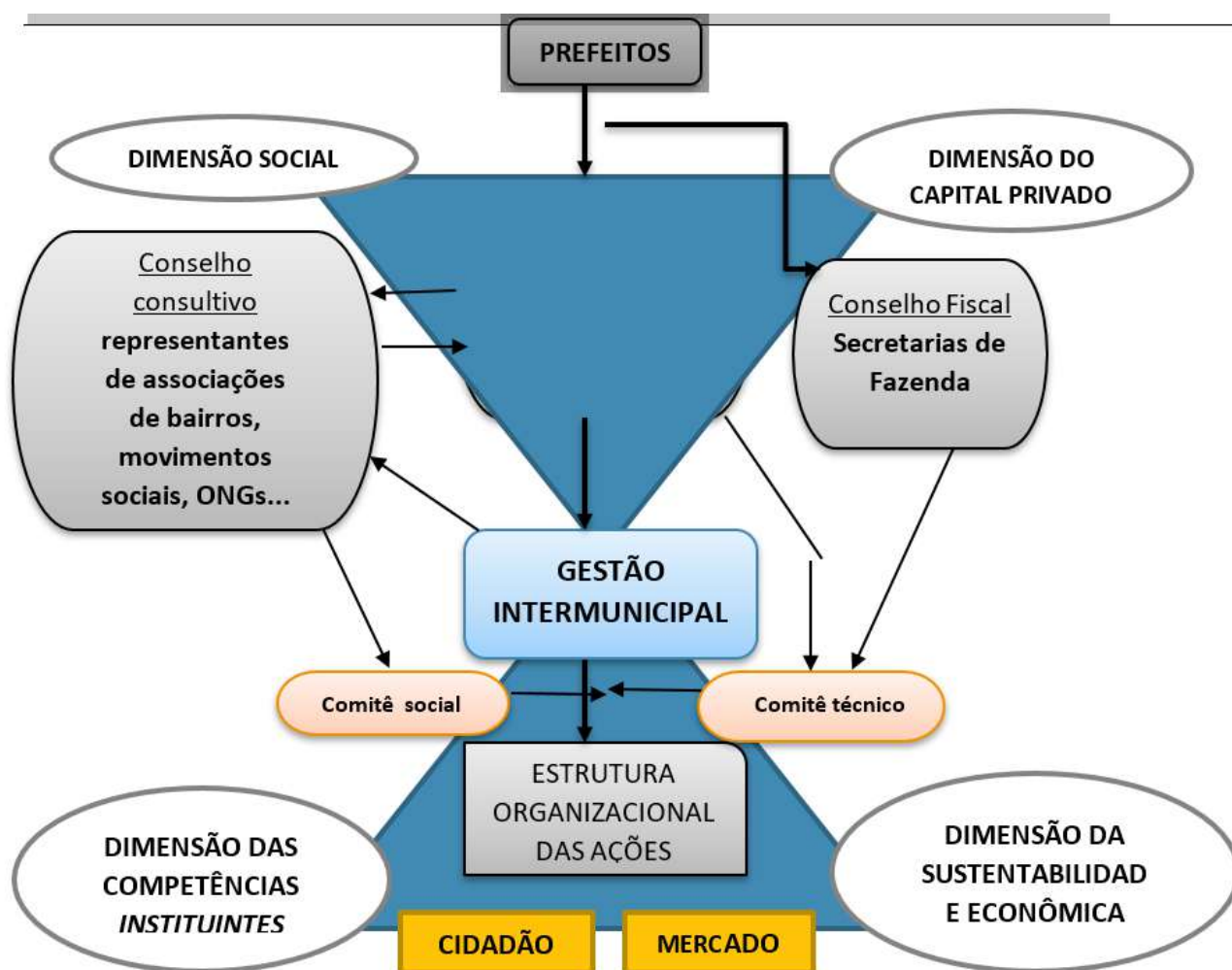


Figura 8: gestão intermunicipal cooperativada e suas dimensões

Ao serem constituídos como unidades político-territoriais, os municípios devem atender seus cidadãos, representando-os em operações econômicas diversas para assim fortalecerem o seu poder de negociação e espaço no mercado. Em uma governança cooperativa, a distribuição de resultados está vinculada às operações efetuadas pelo conjunto dos atores políticos no escopo regional, onde o direito ao voto e às decisões serão tomadas em esferas deliberativas diferenciadas e que contribuirão em sua funcionalidade para estabelecer, democraticamente, valores de ajuda mútua, responsabilidade, igualdade, equidade e solidariedade socioespacial.

Aos estudiosos da Geografia política brasileira, cabem estudos sobre as potencialidades regionais voltadas para a governança cooperativa e coparticipativa, a partir de gestões criadoras de sinergias e interdependências entre unidades políticas instituídas. Para a resolução de variados problemas espaciais, tais arquiteturas precisam focar-se na construção de modelos de governança que atendam aos desejos cooperativados, como se pode observar na FIGURA 8, da página anterior.

Antes da proposição de um modelo de governança cooperativa em escala metropolitana, necessita-se entender, primeiramente, a dinâmica de uma gestão intermunicipal que vem sendo encampada, lentamente, desde a constituição municipalista de 1988. Com competências muito amplas e, muitas vezes, além da sua capacidade de gestão sobre processos fundamentais (Abrucio & Sydow, 2018), os municípios passam a buscar modelos de gestão com capacidade de ‘cooperativar’ demandas comuns que, quando trabalhadas em conjunto, podem surtir efeitos bastante positivos. Assim sendo, observa-se que o corpo gestor executivo (através dos Prefeitos e seus auxiliares diretos como os secretários municipais de Planejamento e da Fazenda) definirá uma agenda de gestão intermunicipal. Esta, por sua vez, será mediada por um Conselho Consultivo do qual farão parte as representações instituintes dos Conselheiros Municipais, por exemplo, ou dos organismos da sociedade civil capazes de priorizar demandas sociais coletivas nos municípios envolvidos.

As estratégias para essa consulta serão bem diversificadas e comporão um rol de modelos bem e mal sucedidos de organização da sociedade civil. Nessa dinâmica de erros e acertos, a sociedade brasileira vai aprendendo a dinâmica da democracia através das práticas de cooptação, acordos, apoios e demais formas de busca da chamada ‘justiça social’. As idas e vindas da agenda da gestão intermunicipal terá um fim conforme for a capacidade de os atores entenderem que desistências, perdas e dissensos são também resultado de práticas políticas na gestão dos territórios. Finalizadas as discussões, dois comitês (técnico e social) serão os responsáveis não apenas pela observação da estruturação das ações nos territórios envolvidos, mas pela coparticipação cidadã através de atuações e co-responsabilizações nas decisões e ações que devem atender tanto às demandas sociais quanto às que promovam a sustentabilidade econômica das práticas espaciais voltadas para o mercado e a auto realização de grupos investidores locais e regionais. E assim a gestão intermunicipal cooperativada possibilitará a resolução de problemas que afetam as quatro dimensões destacadas para esse padrão de ação: 1) a social, 2) a do capital privado, 3) a da sustentabilidade econômica e 4) a das competências instituintes, autonomizando as pessoas e os investidores desses espaços.



Estabelecido o padrão complexo da gestão cooperativada, o tema das governanças metropolitanas ganhará destaque. Nesse sentido, o grande exercício de gestão cooperativada deve ser voltado à escala da ação da prática da governança. Neste ponto do artigo, o foco da discussão se refere à escala metropolitana, um das condições mais expressivas para as tramas demográficas e populacionais da democracia brasileira atual (cerca de 130 dos 210 milhões de brasileiros vivem hoje, 2019, em Regiões Metropolitana e RIDES, o que torna as RM fontes expressivas de recursos políticos, econômicos e humanos para práticas políticas instituídas e instituintes). Chama-se atenção, contudo, que mesmo a extensão expressiva desses espaços regionais não dão conta da natureza de certos fenômenos geográficos, o que impõe outras assertivas espaciais que envolvem dinâmicas e forças para 'além dos territórios instituídos'; o segundo ponto refere-se aos marcos normativos das gestões, tema sobre o qual o país se debruçará nos anos vindouros, pois o atual modelo federativo brasileiro deixa sem solução problemas significativos com relação aos modelos de gestão dos territórios, com competências conflitivas e competitivas, e modelos políticos sem redes de conexão sistêmica entre os corpos administrativo e burocrático do Estado, por exemplo; e um terceiro e fundamental ponto, o dos modelos mais dinâmicos, heterodoxos e propositivos de estratégias de gestão, que escasseiam nos ambientes institucionais e acadêmicos do país na atualidade.

Nesse sentido, a FIGURA 9, mesmo voltada para as relações cidade-cidade, propõe-se a ser um primeiro ensaio de aproximação entre as gestões cooperativas e as governanças na escala regional metropolitana, exercício que estimula a produção de modelos mais alinhados com as estratégias de cooperação e coparticipação em espaços conurbados no espectro urbano-metropolitano. O esquema adaptado busca mecanismos de ações políticas capazes de promover autonomias em momentos cruciais das decisões sobre projetos de desenvolvimento em múltiplas escalas. Entendendo as metrópoles pela sua desigualdade no Brasil contemporâneo, as tensões crescem velozmente em problemas comuns e, às vezes, são altamente imbricados no cotidiano das manchas metropolitanas. Assim sendo, o esquema em análise pode ser dividido em três partes: A) a estrutura da gestão da core area da RM; B) a

estrutura da governança da RM e; finalmente, C) a governança metropolitana propriamente dita no seu conjunto de intersecções escalares.

No tópico A, a ação do Governo municipal metropolitano proporcionará o nível vertical das relações políticas entre as demais esferas do poder instituído (no caso brasileiro, os Governos estadual e federal) na busca por sinergias e contrapartidas que possibilitem, com clareza, a definição das competências institucionais geradas por uma rede institucional de poder. Para tanto, a coleta e mensuração de dados precisa ser mais bem pensada em rede, pois os dados derivados por metodologias díspares dos poderes instituídos no levantamento de informações socioespaciais geram diagnósticos conflituosos sobre as demandas espaciais, afetando a clareza dos problemas comuns a serem resolvidos / melhorados na escala metropolitana¹². Tão complexo quanto as decisões setoriais entre os Executivos municipal, estadual e federal são os acordos entre as autarquias dessas esferas decisórias, seja pelo perfil das burocracias dominantes (as forças partidárias são importantes nesse contexto), ou pelo acesso e domínio das técnicas de controle dos dados espaciais.

No tópico B, os prefeitos dos municípios componentes da RM em questão devem vislumbrar mecanismos políticos instituintes e instituídos possíveis para que seja alavancado os desejos e necessidades das populações regionais. Assessorados por Vereadores e Movimentos sociais diversos e mobilizadores das questões mais prementes dos seus municípios, a força de coesão entre os Legisladores municipais e a sociedade civil dará o tom da pressão política sobre os Executivos tanto o da *core area* regional (o município-sede) quanto o do Governo estadual e os representantes do Executivo federal (suas autarquias, por exemplo). Nesse jogo entre forças políticas diversas, os Vereadores do município central são os vetores imprescindíveis para a criação de um fórum regional de significância metropolitana, cujo somatório de forças e intencionalidades impulsionaria as ações estruturantes para problemas comuns. Sem esses Vereadores, não há força de coesão político-regional capaz de dar suporte às demandas regionais. Nesse sentido, cabe chamar atenção para a importância dos Deputados estaduais eleitos com os votos metropolitanos, que se tornam responsáveis pela pressão política junto ao Governo estadual para o fortalecimento de uma agenda regional metropolitana. O mesmo se refere aos Deputados federais em relação à pressão do Executivo nacional para reforçar a ação política sobre agentes e atores diversos.

No tópico C, o da governança metropolitana em si, a sinergia mais importante para o modelo apresentado é a intensa comunicação entre os três níveis do Executivo: os Prefeitos dos municípios centrais, Governadores de Estado (no caso das RIDES, os Governadores das unidades da Federação envolvidos) e os Representantes das autarquias federais. A governança metropolitana assessorada por comitês regionais (como defendido por Alves, em 1986) reduz a centralidade da *core area* e, mesmo que os seus sócios (leia-se os municípios) não tenham os mesmos objetivos e interesses, problemas comuns são reduzidos no que se refere apenas à relação entre gestores e cidadãos. Estes podem não ter os mesmos objetivos e interesses que os Prefeitos, mas a sua força de coesão em rede com os Vereadores pode conduzir as políticas públicas de acordo com as decisões dos Conselhos consultivos. Nesse sentido, caberá aos Prefeitos cederem às pressões populares que, por naturezas diversas, são o problema clássico para a governança regional sustentável: a capacidade das mudanças de planos para a aplicação dos processos de gestão cooperativa.

Considerações

não há receitas prontas que indiquem quais são os modelos de gestão que garantem sucesso para uma governança metropolitana sustentável. Mas o fato é que a gestão das funções metropolitanas tende a ter menor ou maior sucesso em função da capacidade local de se estabelecer a articulação entre, de um lado, os esforços legislativos para atender a demandas já estabelecidas com serviços e investimentos, especialmente aquelas que resultam de passivos urbanos e sociais preexistentes e reconhecidos, e, de outro, a atenção dos Prefeitos de municípios com melhores RCL em formular estratégias de competitividade e inovação que permitam, a tais espaços, exercer suas funções de polos nas economias regionais e no mundo globalizado.

Trata-se de um modelo de gestão estratégica fundamentado nos valores e princípios cooperativistas münsterianos (Boettcher, 1974), que estabelece práticas éticas visando garantir a consecução dos objetivos sociais e assegurar a governança cooperativa de modo sustentável em consonância com os interesses dos habitantes regionais. Os impactos desse modelo deverão proporcionar: *a) ampliação da transparência da administração dos governos locais; b) facilitação da colaboração entre as unidades municipais envolvidas; c) contribuição para a sustentabilidade e perenidade do modelo cooperativista e coparticipativo; d) aprimoramento da participação dos moradores e suas representações no processo decisório (não há sustentabilidade sem corresponsabilidade); e) obtenção de melhores resultados frente aos problemas estruturais de origem econômica e financeira; f) incentivação da inovação e da melhoria da qualidade dos serviços metropolitanos; e g) aplicação da responsabilidade social e do comunitarismo como estratégia política instituinte e de coesão social.*

No âmbito espacial, as governanças metropolitanas cooperativas e coparticipativas possibilitarão: *a) a explicação da noção de aglomeração (ou sinergia) pela concentração de pessoas e equipamentos em lugares determinados, contrapondo-se à noção de dispersão e diferenciação cidade-campo; b) a acessibilidade e/ou concorrência espacial contribuindo para definir a localização das diversas atividades, residenciais e produtivas, no espaço intra e interurbano; c) a interação espacial (demanda por mobilidade e conexões) efetivada por fluxos entre pontos fixos situados em distintas localizações em uma ou diferentes cidades, a partir do usufruto de serviços diversificados e especializados; d) a definição de uma hierarquia (ou ordem) das cidades baseada nas leis de organização de espaços urbanos ampliados nas mais distintas escalas (local, regional e estadual); e e) a competitividade inter-regional que responderá pelo dinamismo de um centro metropolitano em relação aos demais centros urbanos / metropolitanos diferenciados.*

Com esse exercício de arquitetura de gestão para a governança metropolitana, espera-se que novas realidades urbano-regionais, baseadas em esforços coletivos para a melhoria da qualidade de vida no Brasil nas próximas décadas, sejam apresentadas e exercitadas por Estados, agentes e atores dos mais diversos e em múltiplas escalas, para uma reorganização espacial sustentável da atualidade.

Referências

- ABRUCIO, F.L; SYDOW, C.T. Federalismo e Governança Multinível em Regiões Metropolitanas: o caso brasileiro. IN CARNEIRO; FREY (orgs.) Governança Multinível e Desenvolvimento Regional Sustentável: experiências do Brasil e da Alemanha. Centro Alemão de Ciência e Inovação, São Paulo. 2018 (cap.3), p.47-67.
- ALVES, A. C. Saneamento Básico. Concessões, Permissões e Convênios Públicos. Bauru: EDIPRO, 1998.
- BECK, U. *Schöne neue Arbeitswelt*. Vision: Weltbürgergesellschaft. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999.
- BOETTCHER, E. *Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft*. Tübingen, 1974, S. 22. R . NISBET würde dies mit "kontraktuelle Kooperation" bezeichnen. Cooperation. In: Int. Encyclopedia of the Social Sciences. Vol.3, p. 386.
- CAMAGNI, R. *Economía urbana*. Barcelona: Antoni Bosch, 2006. 303 p.
- CEPERJ. Mapas regionais. Endereço eletrônico: <http://www.ceperj.rj.gov.br/>. Acesso em: 07 out. 2018.
- DAVANZO, A.M.Q. *et al.* O fato metropolitano e os desafios para sua governança. IN Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.119, p.65-83, jul./dez. 2010.
- EGLER, C. A. G. As Escalas da Economia: Uma Introdução à Dinâmica Territorial da Crise. Revista Brasileira de Geografia, v.53, p.229-245, 1992.
- GOMES, M.H.R. *Apostila de Mecânica dos Fluidos*. Juiz de Fora (MG): UFJF. 1985.
- GRAU, E.R. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica*. 5ª Edição. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2000.
- _____. *Regiões Metropolitanas; regime jurídico*. São Paulo: José Bushatsky, 1974.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico de 2010. Portal do IBGE. Endereço eletrônico: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano*, 2013. 338p.
- LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. E-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. Ano 6, p. 6-15, 2015.
- MACHADO, L. O. *Sociedade Urbana, inovação tecnológica e a nova geopolítica*. Revista Brasileira de Geografia, v. 55, p. 5-31, 1997.
- MORAES, A.C.R.M. *Território e História no Brasil*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- ORGANIZAÇÃO COOPERATIVISTA BRASILEIRO. *Manual de Governança Cooperativa*, 2016. Endereço eletrônico: <https://www.ocb.org.br/publicacao/16/manual-de-governanca-cooperativa>. Acesso: 07 out. 2019.
- PLANO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA GRANDE SÃO PAULO, Grupo Executivo da Grande São Paulo, GEGRAN, 1971.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO, M. A. C. Estado do Rio de Janeiro: das Capitânicas Hereditárias à uma nova divisão regional. GEO UERJ (2007), v. 1, p. 249-279, 2017.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

- _____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SECPLAN-RJ). Municípios em Dados. Rio de Janeiro, 2009. 334 p.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEPLAG). Endereço eletrônico: <http://www.rj.gov.br/web/seplag/exibeconteudo?article-id=257671>. Acesso em: 21 jul. 2017.
- SILVA, A. C. P. Geografia política, geopolítica e gestão do território: a integração sul-americana e a inserção das regiões periféricas. 1. ed. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018. v. 1. 365p.
- _____. Governanças cooperativas sustentáveis na gestão metropolitana fluminense: desafios geográficos. GEOUERJ, v. 1, 2017, p. 280-301.
- _____. Uma Trajetória de Investigação de Geografia Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. GEOgraphia, v. 18, 2016, p. 95-114.
- SLAWINSKI, P.G.R. Regiões Metropolitanas e Serviços Públicos de Interesse Comum. Revista de Dir. Proc. Geral, Rio de Janeiro, (60), 2006, p. 214-239.
- SOUZA, M. L. Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. Reflexão sobre as limitações e potencialidades de uma reforma urbana no Brasil atual. Actas Latinoamericanas de Varsóvia, v. 15, p. 207-228, 1993.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. Dados econômicos setoriais. Endereço eletrônico: <https://portal.tcu.gov.br/control-e-fiscalizacao/#tcu-nos-estados>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- VILLELA, SOUTO, M. Ju. Parcerias Decorrentes do Programa Estadual de Desestatização. Revista de Dir. Proc. Geral. Rio de Janeiro, v.59, p.155/156, 2005.

NOTAS

1. Esse processo é aqui concebido como o ação/resultados das ações técnicas, políticas, institucionais e econômicas sinérgicas entre atores diversos coordenados por uma agenda de políticas públicas delimitadas e que criam condições as espaciais para transformações estruturais nas sociedades.
2. A simplificação do entendimento sobre os ordenamentos territoriais no Brasil e sua dinâmica 'puramente técnica' da tradição francesa dos anos de 1960 foi claramente esclarecida por Egler (1992), Souza (1993), Machado (1997) e Moraes (2005), não sendo a perspectiva deste capítulo nem a visão do seu autor. Um ordenamento territorial robusto na sua base de representação político-institucional e técnico-profissional deve estruturar políticas públicas absolutamente importantes para os temas da gestão dos territórios e das governanças.
3. Como 'nós' do sistema urbano de organização territorial concentradores de milhões de pessoas em cidades/municípios cada vez mais populosos, as metrópoles atuais são as centralidades das Regiões Metropolitanas (RM), irradiando as atividades de gestão financeira, econômica, técnico-científica e política regional, nacional e mundialmente. Esses nós dão às metrópoles força decisória para definir funções para outras unidades territoriais multiescalares que, no caso das RM, são os demais municípios a ela conurbados influenciados pela intensidade superlativa no agregado regional metropolitano definido institucionalmente.
4. No Brasil, as primeiras Regiões Metropolitanas (RM) foram criadas com base na exclusividade de competência do Governo federal na matéria e foram instituídas por meio da Lei Complementar Federal n.º14/1973. Desta lei foram definidas as RM de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

5. A RM do Rio de Janeiro foi delimitada e oficializada no ano seguinte, também por Lei Complementar 20/1974. Ou seja, enquanto perduraram os efeitos dessas leis complementares, o Brasil teve nove regiões metropolitanas instituídas por iniciativa do poder federal. O formato do seu aparato de gestão, composto por dois conselhos, o Deliberativo e Consultivo, era semelhante em todas elas e desconsiderava as particularidades da urbanização de cada um dos territórios em que elas eram instituídas. (Davanzo *et al*, 2010)
6. Não é o objetivo deste artigo compreender o fenômeno da metropolização como processo institucional, como divulgado pelo IPEA (2013) que refere-se, nesse sentido, aos diferentes processos legais que culminaram no atual arranjo metropolitano brasileiro, nem como indutor do poder das formas e conteúdos urbanos para além das suas regiões de ação institucional. O termo é bastante apropriado, não apenas pelo conteúdo que encerra, mas por lembrar que o processo de metropolização não se resume aos recortes espaciais ou mesmo, como aponta parte significativa da literatura sobre o tema pós-Constituição brasileira de 1988, ao processo de concentração espacial de atividades produtivas na metrópole, como apontado por Lencioni (2015).
7. A linha conceitual de cooperativismo trabalhada neste artigo e identificada no modelo usado como referência para o esquema 1 segue a perspectiva da Teoria de Münster (Boettcher, 1974) e das perspectivas sociais da nova economia alemã cooperativa (Beck, 1999), não tendo nada a ver com o modelo clássico de cooperativismo (sob uma lógica socializante), do final do século XVIII, dos Princípios Rochdale.
8. Hoje, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) - também conhecida como Grande Rio e instituída após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, unindo as então Regiões Metropolitanas do Grande Rio Fluminense e da Grande Niterói - tem 13 005 430 habitantes (2018), e é a segunda maior área metropolitana do Brasil (após a Grande São Paulo), terceira da América do Sul e 20ª maior do mundo. (IBGE, 2019)
9. Para um maior aprofundamento sobre o tema 'fator geográfico dos eventos espaciais', ler Silva (2018).
10. Tal distribuição urbana da unidade tem a sua história na constituição do Município Neutro, no Império brasileiro, em 1834. Esta unidade imperial foi transformada em Distrito federal, em 1891, e permaneceu até 1960, quando, depois de 15 anos como unidade federada também, foi reincorporada ao antigo Estado do Rio de Janeiro, em 1975. A histórica separação territorial iniciada na primeira metade do século XIX e que perdurou 121 anos (Município Neutro - cidade imperial do Rio de Janeiro / Província fluminense - estado do Rio de Janeiro) deixou marcas profundas de ordem sociológica, antropológica e geográfica nos seus habitantes e territórios. (Silva, 2018).
11. O 'Mudar a Metrópole' implementado no Rio de Janeiro desde 2015 resgata um dos principais temas das discussões sobre as competências entre os três níveis de gestão territorial no Brasil (União, Estados e Municípios): o da desconcentração dos investimentos da *core area* metropolitana (no caso, a cidade do Rio de Janeiro) para articulação regional mais bem estruturada entre os municípios que compõem as 'funções metropolitanas' da RMRJ, a partir das ações locais.
12. *Receita Corrente Líquida (RCL)* é o somatório das receitas tributárias de um governo, referentes a contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais. Esse dado municipal é fundamental por indicar os recursos que os Governos dispõem a cada exercício para fazerem frente às suas despesas. (TCU, 2019)
13. É comum haver muitos problemas nas bases de dados apresentados por autarquias diversas. Além de distorções enormes e discrepâncias que afetam a credibilidade dos dados dos problemas apresentados pelos atores políticos, as agências oficiais atrasam muito o levantamento de informações socioespaciais, além, de muitas vezes, utilizarem metodologias distintas e incongruentes para diagnoses necessárias para o enfrentamento dos problemas a serem resolvidos.

CONSELHOS MUNICIPAIS: Do desenho institucional as 'teias' da participação social no Centro-Sul do Paraná

MUNICIPAL COUNCILS: From the institutional design the 'webs' of social participation in the Center-South of Paraná

CONSEJOS MUNICIPALES: De diseño institucional las 'redes' de participación social en el Centro-Sur de Paraná

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os Conselhos municipais em Saúde, Assistência Social, Educação e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB em municípios pequenos no Centro-Sul do Paraná, comparando seus desenhos institucionais com a real ocupação e funcionalidade destes espaços participativos. Para tanto, apresenta-se a metodologia de redes sociais como caminho para tal, ao permitir vislumbrar as relações entre os atores que compõe os conselhos na tomada de decisões e suas principais centralidades, isto é, quais desdenham maior, ou menor influência, na rede de conselheiros, mapeando o que consideramos aqui como 'teias' da participação social. Desta forma, pôde-se observar que nos Conselhos abordados há forte centralidade das decisões nas Secretarias Municipais correlatas, e Prefeituras, visto que maior parte dos conselheiros são inseridos de forma seletiva pelos mesmos, conformando controle político do território por meio de Conselhos e confrontando o caráter institucional destes espaços.

Palavras-chave: Participação social; Redes sociais; Controle político.

ABSTRACT

This article aims to investigate the Municipal Councils in Health, Social Assistance, Education and FUNDEB in small municipalities in the Center-South of Paraná, comparing their institutional designs with the actual occupation and functionality of these participatory spaces. To this end, we present the methodology of social networks as a way to do so, by allowing us to glimpse the relationships between the actors in decision making and their main centralities, that is, which disdain greater or lesser influence on the network of counselors, mapping what we consider here as 'webs' of social participation. Thus, it was observed that in the Councils approached there is a strong centrality of decisions in the related Municipal Secretariats and City Halls, since most of the councilors are select and inserted by them, forming political control of the territory through Councils and confronting the character of these spaces.

Keywords: Social Participation; Social networks; Political control.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo investigar los Consejos Municipales de Salud, Bienestar Social, Educación y FUNDEB en municipios pequeños en el Centro-Sur de Paraná, comparando sus diseños institucionales con la ocupación y funcionalidad real de estos espacios participativos. Con este fin, presentamos la metodología de las redes sociales como una forma de hacerlo, al permitirnos vislumbrar las relaciones entre los actores en la toma de decisiones y sus principales centralidades, es decir, que desdeñan una mayor o menor influencia en la red de asesores, mapeando qué consideramos aquí como 'redes' de participación social. Por lo tanto, se observó que en los Consejos abordados hay una fuerte centralidad de decisiones en las Secretarías Municipales y los Ayuntamientos relacionados, ya que la mayoría de los concejales se insertan selectivamente por ellos, formando control político del territorio a través de los Consejos y confrontando al personaje de estos espacios.

Palabras clave: Participación social; Redes sociales; Control político.

Introdução

Agnew (2019), ao resgatar um histórico da Geografia Política e tendências atuais de pesquisas nesta área, chama atenção para uma melhor análise da democracia prática/participativa e identidade política em diferentes escalas. Em síntese, podemos considerar que o tema democracia e seus diferentes reflexos no espaço, configura-se como um tema emergencial em Geografia Política devido à expansão deste regime nos últimos anos, suas crises, fragilidades e impactos territoriais em diferentes países.

No Brasil, desde 1988, o conceito democracia faz parte do cotidiano de quase todos os cidadãos, seja na Escola, na Universidade, na mídia, nos movimentos sociais em prol de direitos sociais, ou mesmo, no acesso a equipamentos de saúde pública. O fato é que frequentemente o regime é questionado por alguns grupos sociais, gerando instabilidade, exclusão social e, conseqüentemente, controle por grupos político-econômicos.

Chamamos atenção neste artigo para a democracia participativa, àquela exercida via espaços de participação institucionais, ou não, mas que representam o fruto de um cenário potencialmente democrático, inclusivo e historicamente construído por movimentos sociais. Mas que, todavia, não escapam de fragilidades, abusos e controle político para garantir poder de decisão de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Para isso, trazemos a discussão dos Conselhos municipais, sua importância na escala local para promoção da governança e cidadãos cívicos, bem como identificando, a partir de uma realidade regional, fraquezas e ameaças destes espaços democráticos por meio da metodologia de redes sociais.

Os Conselhos municipais foram amplamente instituídos no Brasil, após a redemocratização do Estado (1988), como forma de promover a participação da sociedade civil nos processos decisórios, e fortalecer o exercício da democracia participativa em âmbito local. Neste sentido, em tese, podemos caracterizá-los como importantes espaços de inclusão e delineamento de políticas públicas que atendam aos interesses dos diferentes segmentos representados nestes espaços, tais como, representantes do serviço público, governo, empresas, movimentos sociais, usuários de serviços e sociedade civil como um todo.

Borges (2017) apresenta os Conselhos como os principais elementos de inovação do cenário político atual, pois são espaços destinados a negociação entre interesses do governo e sociedade civil que, organizada e de forma participativa, podem promover o esperado controle social e promoção da democratização do espaço.

Cabe destacarmos que os Conselhos municipais indicaram a possibilidade de uma nova cultura política, fundamentada na interação entre interesses do Estado e sua relação com a sociedade, baseada no debate via argumentação de ideias e confronto de interesses entre os atores sociopolíticos e culturais, tendo nestes fundamentos, seu desenho institucional e o real 'movimento' para a criação destes espaços (GOHN, 2004).

Em contrapartida, confronta-se neste artigo o desenho institucional dos Conselhos, com sua real ocupação em municípios pequenos no Centro-Sul do Paraná, tendo como metodologia as redes sociais. Parte-se do princípio que a representação das relações entre os atores que compõe os processos decisórios, dentro dos Conselhos, é percebida por esta metodologia, capaz de mapear os atores com maior, ou menor, capacidade de poder de decisão nesses espaços.

Problematizamos, ainda, a eficiência da inclusão da sociedade civil nos Conselhos municipais de acordo com os seguintes dados: forma de inserção, segmentos que representam, renda, escolaridade e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M. Pois estes são capazes de permitir uma análise para além das relações de interesse entre grupos de poder político, mas uma compreensão em como as fragilidades territoriais influem num cenário de controle político.

A pesquisa desenvolveu-se com participação de 71 Conselheiros¹ municipais, distribuídos entre os Conselhos de Saúde, Assistência Social, Educação e FUNDEB em três municípios do Centro-Sul do Paraná: Boa Ventura de São Roque/PR, Santa Maria do Oeste/PR

e Mato Rico/PR, que assemelham-se aos demais municípios da mesorregião em termos populacionais e econômicos e, por isso, permitem uma discussão regional. A escolha destes municípios deve-se aos baixos indicadores socioeconômicos, baixo índice populacional e, por fim, ao fato de serem municípios emancipados em contexto de redemocratização do Estado, ao longo da década de 1990.

Os dados obtidos por meio de aplicação de questionário¹² foram sistematizados em uma matriz, relacionando as indicações entre os Conselheiros e demais atores e, após isso, a elaboração das redes sociais desenvolveu-se no software *Gelphi 0.9.2*. Como exemplificação dos dados quantitativos e das relações expostas na rede social, realizou-se, ainda, seis entrevistas como forma de melhor apreender as ocupações, conflitos, articulações e resiliências entre os atores que compõe os Conselhos.

Desta forma, podemos evidenciar que o desenho institucional de Conselhos municipais obrigatórios não refletem em maior participação da sociedade civil em municípios pequenos do Centro-Sul do Paraná, visto que a ocupação ocorre de forma seletiva, e intercalada aos interesses da administração atual do município. O elucidado neste artigo não representa toda a realidade nacional desses espaços participativos, muito menos desqualifica seu potencial democrático, mas apresenta variáveis territoriais que impõe desafios aos Conselhos.

Por fim, destacamos que para além de demonstrar a efetividade de Conselhos municipais em municípios pequenos, procuramos elucidar um caminho metodológico que permite uma compreensão das relações de poder existentes entre os diferentes segmentos representados, pautado, neste caso, em redes sociais.

O papel institucional dos conselhos municipais

Podemos considerar que a década de 1980 foi um período importante para a conquista de mecanismos de participação social. Os movimentos e manifestações durante a ditadura militar demonstraram o desejo pela descentralização da participação entre as escalas territoriais. Mas, efetivamente, é somente a partir da carta constitucional de 1988 que a participação passou a ser um direito social. Tem-se como um dos ganhos da Constituição Cidadã de 1988 a incorporação da dimensão participativa na concepção da democracia, caracterizando o Brasil como uma democracia semidireta.

Em perspectiva histórica, os Conselhos municipais estão presentes no cenário brasileiro há cerca de 30 anos, objetivando a descentralização de poder entre os territórios, a mediação de conflitos de interesse e a construção de espaços institucionais para a ampla participação de representantes do governo, prestadores de serviço e sociedade civil. De acordo com Scherer-Warren (2006) são nesses espaços, por meio de fóruns, reuniões e conferências, que é construído de forma mais sistemática as propostas para a transformação social e a negociação com o Estado e o mercado.

A participação via Conselhos está prevista na Constituição Federal de 1988 nos artigos 198, 204 e 206, direcionando a participação nas áreas de saúde, educação e assistência social, respectivamente. Além disso, a participação também está regulamentada em Leis específicas, como a Lei Orgânica de Saúde (LOS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), bem como no Estatuto das Cidades.

Ao que refere à Constituição e as Leis Orgânicas, a participação da comunidade ocorre por meio de organizações representativas, para corroborar e deliberar na formulação de políticas e no controle de ações, promovendo assim o que denomina-se de governança democrática. Ao Estatuto da Cidade, o direito e incentivo à participação deve ocorrer por

1 A aplicação dos questionários ocorreu em datas diferentes em cada um dos municípios, de acordo com as reuniões de cada Conselho municipal, sendo: em Boa Ventura de São Roque/PR os questionários foram aplicados em 05/07/2018 (Conselhos municipais de Educação, Fundeb e Assistência Social) e 10/07/2018 (Conselho municipal de saúde). Em Mato Rico/PR os Conselheiros reúnem-se no dia 10 de cada mês (desde que dia útil). Os questionários foram aplicados em 10/10/2018. Em Santa Maria do Oeste/PR os questionários foram aplicados em 05/10/2018 (Conselhos municipais de Assistência Social e Saúde) e 07/11/2018 (Conselhos municipais de Educação e FUNDEB).

meio de debates, audiências, conferências e consultas públicas sobre as ações de interesse urbano, além de agregar projetos de Lei, planos, programas e projetos advindos de iniciativa popular.

Com o exposto, percebe-se que a criação de Conselhos municipais surgiu como forma de incluir a sociedade nos processos decisórios, nos casos das áreas citadas via artigos da Constituição, a participação é de cunho obrigatório prescrito por Lei, por isso a presença de Conselhos municipais nestas temáticas se dá em quase todos os municípios brasileiros, uma vez que são obrigatórios para o repasse de alguns recursos e políticas públicas para estas áreas, o que fomenta o interesse local em instituí-los (BRASIL, 2014).

Tonella (2003), ao realizar estudo sobre os Conselhos municipais, especifica as seguintes características em relação a esses espaços de participação:

- Independência de órgãos governamentais para o exercício de suas atribuições.
- A competência para formular e coordenar políticas públicas e fiscalizar ações.
- Gestão de Fundos públicos destinados para uma política setorial.
- Composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade.

Sobre a composição dos Conselhos, cabe ressaltar que esta ocorre por número par, com exceção do Conselho de Saúde, com composição ideal de 25% de representantes profissionais de saúde, 25% representantes do governo/prestadores de serviço em saúde e 50% de usuários do SUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Em suas funções, recorremos a Gohn (2004), que apresenta quatro dimensões correlatas aos Conselhos: fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e consultiva. A primeira refere-se ao acompanhamento e controle das ações praticadas pelos governantes, a segunda, ao estímulo à participação e disseminação de estratégias e informações para a sociedade. Já a função deliberativa diz respeito ao ato de decidir junto aos governantes as estratégias para as políticas públicas. No que tange à função consultiva, as estratégias surgem por meio de opiniões e sugestões sobre os assuntos relacionados.

As funções apresentadas por Gohn (2004) demonstram a possibilidade dos Conselhos em atuar diretamente na formulação, avaliação e fiscalização de políticas públicas e demais atos dos governos, destacando ainda que as funções podem estar justapostas entre si, dependendo do caráter de cada Conselho. Corroborando com o papel e funções dos Conselhos, Scherer-Warren (2006, p. 17) parafraseia que:

Nas parcerias entre sociedade civil, Estado e mercado há múltiplas formas de atuação, mas em termos de participação para a elaboração de políticas públicas, merecem destaque os conselhos e conferências. Nos conselhos setoriais (popular e/ou paritário) é onde há, pelo menos teoricamente, um espaço institucional para o encaminhamento de propostas da sociedade civil para uma nova governança junto à esfera estatal.

Tais afirmações elucidam o importante papel dos Conselhos municipais no Brasil, como forma de inclusão e inserção da sociedade civil nos processos decisórios, elaboração de políticas públicas, fiscalizações financeiras, aplicação de recursos e, de uma forma geral, na democracia participativa.

De acordo com estudo da Secretaria-Geral da Presidência da República (2014), o Brasil possui cerca de 62.562 Conselhos distribuídos entre os 5.570 municípios brasileiros, sendo os de maior percentual os Conselhos de Assistência Social (99,86%), Saúde (99,69%), Tutelar (99,21%), Acompanhamento e Controle Social (98,06%), Alimentação Escolar (95,21%), Direitos da Criança e Adolescente (94,24%) e Educação (84,70%).

Em contrapartida, há também Conselhos temáticos que surgem de acordo com a demandas e interesses sociais, como Direito da Mulher (17,52%), Promoção de Igualdade Racial (3,52%) e Direitos LGBT (0,22%) que aparecem em menor porcentagem nos municípios brasileiros. Tal fato demonstra que a promoção de Conselhos temáticos por articulação da sociedade civil ainda é baixa se comparado aos Conselhos obrigatórios, apontado que

a atividade cívica da população ainda é pequena na criação de Conselhos vinculados aos movimentos sociais, e promoção de direitos e igualdade.

Nesse sentido, no Brasil, a ampliação de espaços institucionais para a participação ocorre, em predominância, por força de Lei. Compreende-se que os Conselhos nas áreas obrigatórias surgem, também, como forma de captação de recursos nas respectivas áreas.

Tonella (2003) entende que a existência dos Conselhos municipais não garante sua efetividade, ou seja, promoção de efetiva democracia participativa por meio de atuação de segmentos da sociedade. O desejável controle do Estado por parte da sociedade só ocorrerá na interface entre a estrutura dos Conselhos municipais e a sociedade, organizada e com cultura cívica, para participar das tomadas de decisões.

A agenda da participação precisa ser construída não somente na relação entre Estado e sociedade civil, mas também nas disputas internas aos referidos campos citados. A disposição ao diálogo e à negociação são atributos essenciais àqueles comprometidos com a intensificação de uma cultura política participativa mais eficiente, mesmo que a relação entre os atores seja marcada por conflitos de poder, disputas por hegemonia e de representações políticas, relações estas que nunca serão isentas nestes espaços (SCHERER-WARREN, 2006).

Nosso objetivo a seguir é apresentar algumas características correlatas aos Conselhos municipais obrigatórios em municípios do Centro-Sul do Paraná, evidenciando a ocupação e atuação dos Conselhos frente ao seu desenho institucional. Ainda apresenta-se uma abordagem em torno de redes sociais, como encaminhamento metodológico para compreensão das centralidades entre os atores que compõe os Conselhos municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e FUNDEB.

Os Conselhos municipais no Centro-Sul do Paraná

Como recorte espacial para análise de Conselhos municipais apresenta-se três municípios do Centro-Sul do Paraná, sendo eles Boa Ventura de São Roque/PR, Santa Maria do Oeste/PR e Mato Rico/PR. A delimitação destes municípios se deu pela possibilidade comparativa entre os demais municípios da mesorregião, devido suas similaridades no contexto populacional e econômico. Em síntese, caracterizam-se pela baixa ocupação populacional e bases produtivas, basicamente, ligadas ao setor primário, na produção de cereais e com algumas indústrias de laticínio.

De acordo com Agnew (2019) em análises da Geografia Política duas ênfases prevalecem, a de ver o poder como plural e relacional, coercitivo e dominador, e a segunda, analisando configurações geográficas - como regiões e localidades e seus contextos vitais - para a realização desses poderes. Ou seja, no âmbito aqui analisado, o poder de decisão, a relação entre conselheiros e as características regionais, são variáveis que influem diretamente na funcionalidade dos Conselhos e sua capacidade de inclusão de segmentos da sociedade civil em municípios pequenos, marcados por baixos indicadores socioeconômicos.

Dombrowski (2008), ao pesquisar Conselhos municipais no Sudoeste do Paraná, destaca que municípios pequenos servem como uma espécie de microscópio para análise sociopolítica, pois são capazes de abarcar elementos e variáveis que se perdem na imensidão das metrópoles, além, é claro, de evidenciar a realidade de grande parte dos municípios pequenos do interior do Brasil.

Corroborando com tais afirmações e justificativas, recorreremos a Castro (2013) e Rodrigues (2013), que afirmam que a escala local é de extrema importância no exercício da democracia participativa no Brasil, pois é a mais próxima do cidadão, e onde as políticas públicas e ações governamentais ganham materialidade, e impactam diretamente o território e a vida dos cidadãos. Portanto, a discussão pautada na participação social via Conselhos em municípios pequenos, permite uma maior compreensão sobre o perfil, atuação e impacto dos Conselhos municipais obrigatórios, bem como o poder relacional estabelecido nestes espaços. No entanto, a grande extensão territorial do Brasil e as diferentes particu-

laridades regionais não permitem generalização para escalas maiores.

Destacamos abaixo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, responsável por analisar o desenvolvimento dos municípios brasileiros em três perspectivas: longevidade, educação e saúde.

Município	IDH-M (2010)
Boa Ventura de São Roque/PR	0,655
Santa Maria do Oeste/PR	0,609
Mato Rico/PR	0,632

Figura 1. IDH-M

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Org: Autores (2019).

Na perspectiva da participação social, o IDH-M pode refletir a relação estabelecida entre acesso a serviços, especialmente educação, e atividade cívica da população em participar e atuar junto aos espaços de participação. No âmbito dos municípios abordados, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2018, s/p) os municípios possuem desenvolvimento médio, dentro dos parâmetros analisados, que varia entre 0,600 e 0,699. Cabe ressaltar que mesmo com o índice nesta média, os municípios do Centro-Sul do Paraná estão entre os piores indicadores socioeconômicos do estado. No ranking geral, por exemplo, Santa Maria do Oeste ocupa o lugar 391º dos 399 municípios paranaenses.

Algumas pesquisas já realizadas reforçam a desigualdade social expressa na mesorregião, como Saldan (2017) e Zinke (2019), por exemplo, que apresentam a desigual distribuição de terras, a ausência de indústrias e projetos efetivos de desenvolvimento territorial como fatores envoltos desta realidade, que permanece ao longo dos anos. Ainda, de acordo com Cesca (2014) o Centro-Sul do estado possui vários indicadores sociais ruins, a maior proporção de pobres do estado, o menor índice de coleta de lixo, e a segunda maior proporção de domicílios sem esgoto do Paraná. Tal afirmação demonstra ainda mais a fragilidade e vulnerabilidade sociais destes municípios, fatores estes, que refletem diretamente na inclusão da sociedade civil em espaços participativos como os Conselhos.

Nos municípios pesquisados, com base nas Leis Municipais e Portal da Transparência analisados em 2018, observou-se que os Conselhos municipais temáticos de Assistência Social, Educação, FUNDEB, Saúde e Tutelar estão presentes em todos os municípios da mesorregião. Em contrapartida, Conselhos na área de Direito da Mulher (18%), LGBT (0%), Saneamento (9%) e Transporte (0%) aparecem em menor proporção, ou são inexistentes (ZINKE, 2019).

Podemos considerar que a conformação de Conselhos em áreas centrais de serviços básicos é consequência direta de legislação superior, que não apenas os obriga, mas os vincula para a transferência de recursos da União, o que explica a existência, em predominância, dos Conselhos em Saúde, Educação, FUNDEB e Assistência Social (DOMBROWSKI, 2008).

Em suas Leis Orgânicas Municipais, de uma forma geral e sistematizada, os Conselhos aparecem descritos como organismos de cooperação com o Poder Público, com finalidade de auxiliar a administração na análise e planejamento de assuntos de suas competências, mas problematiza-se, a partir de seu desenho institucional e teórico, na real ocupação e atuação desses espaços de participação.

Para análise de Conselhos municipais obrigatórios, nas áreas de Saúde, Assistência Social, Educação e FUNDEB, apresentamos a seguir dados referentes a escolaridade e renda dos Conselheiros municipais, bem como a forma de inserção e os segmentos que representam, questões exploratórias e explicativas para as redes sociais, metodologia deste trabalho apresentada no próximo tópico do texto.

Dados	Boa Ventura de São Roque/PR	Santa Maria do Oeste/PR	Mato Rico/PR
Escolaridade			
Ensino Fundamental	0%	0%	6%
Ensino Médio	12%	24%	25%
Ensino Profissionalizante	13%	0%	19%
Ensino Superior	75%	76%	50%
Renda			
1 a 2 salários mínimos	19%	29%	69%
2 a 5 salários mínimos	65%	59%	31%
5 a 10 salários mínimos	16%	0%	0%
+ que 10 salários mínimos	0%	12%	0%
Segmentos que representam			
Governo	16%	41%	37%
Usuários	25%	35%	44%
Prestador de Serviço	59%	34%	19%
Forma de Inserção			
Indicado pela Secretaria	73%	65%	50%
Eleito em processo interno	11%	11%	12%
Indicado por associação	11%	0%	0%
Eleito em fórum	0%	0%	7%
Eleito em assembleia	5%	24%	31%

Figura 2. Dados referentes aos Conselheiros municipais

Fonte: Aplicação de questionários (2018).

Org: Autores (2019).

A partir dos dados em torno da escolaridade, é possível notar que mais da metade dos conselheiros municipais possuem ensino superior, sendo que em Boa Ventura de São Roque e Santa Maria do Oeste, em média, 80% dos conselheiros cursaram ensino superior, destacando a forte participação de conselheiros com maior conhecimento técnico e teórico sobre os temas abordados nas reuniões e conferências realizadas nos Conselhos.

Ao que diz respeito aos segmentos representados, grande parte dos conselheiros atuantes nas reuniões são membros do segmento prestador de serviço e governo, demonstrando relação entre indicação e ocupação do Conselho, fato que garante maior controle político pelo atual governo em representar seus interesses e ideais nesse espaços. No município de Boa Ventura de São Roque, 50% dos conselheiros são prestadores de serviço, em segundo lugar, com 25%, os usuários enquadrados nos membros da sociedade civil. Em Santa Maria do Oeste e Mato Rico, percebe-se a grande atuação de membros do governo, normalmente indicados pelas secretarias, como observado na figura 2.

Somando os membros prestadores de serviço e representantes do governo, observa-se que estes se sobressaem na representatividade dos conselhos, em Mato Rico 56% e, em Santa Maria do Oeste e Boa Ventura de São Roque, 75%, números bem superiores se comparados aos conselheiros do segmento da sociedade civil. O fato deve servir de alerta ao pleno funcionamento dos conselhos, pois, pelo exposto, o que se demonstra é a fragilidade das representações desses espaços, gerando questionamento sobre a legitimidade de seus integrantes e os segmentos que representam. No caso do município analisado, por meio da tabela, pode-se perceber que há maior predominância dos segmentos dos prestadores de serviços e governo. De acordo com a conselheira CS3, de Boa Ventura de São Roque:

A maioria das pessoas não se interessam. Dificilmente encontramos usuários ou trabalhadores que queiram participar dos conselhos municipais. Acredito que a maioria não entende a importância do conselho, os conselhos são soberanos ao Prefeito, ele é deliberativo, é soberano a qualquer político dentro do município ou secretário. A maioria das pessoas não sabem a importância e os que sabem, normalmente não querem comprometimento.

Para a conselheira CE9, também de Boa Ventura de São Roque, “normalmente os conselheiros que representam o segmento dos usuários não podem participar das reuniões porque o horário e as datas não permitem, por acontecerem em dias úteis e horário de trabalho”. Na perspectiva do conselheiro CF2, de Mato Rico, “em geral participam uns 50% ou 60% do total de 14 conselheiros. Muitos não participam porque fazem parte do conselho apenas por obrigação, para o cumprimento do número necessário de conselheiros para que o conselho municipal possa existir”.

Desta forma, pode-se afirmar que, apesar de o desenho institucional estabelecer a participação de usuários membros da sociedade civil nos conselhos, em muitos casos, nas reuniões para tomada de decisões efetiva-se a participação dos prestadores de serviços e segmentos do governo, centralizando as decisões aos interesses destes grupos. Concomitante aos dados sobre segmentos que representam, a forma de inserção nos Conselhos municipais demonstram alta centralidade nas respectivas Secretarias municipais, fato que pode impedir o desempenho social esperado nesses espaços e favorecer um ambiente de controle político nas ações correlatas aos Conselhos, isto é, na fiscalização de gastos e elaboração e implementação de políticas públicas no território.

Destaca-se, ainda, que maior parte dos conselheiros municipais foi indicado por secretarias municipais, em Boa Ventura de São Roque, apenas uma minoria foi eleita em assembleia pública. Observa-se um número maior de eleitos em assembleia pública nos municípios de Santa Maria do Oeste e Mato Rico, com 24% e 31%, respectivamente. Os eleitos em processo interno, ou seja, dentro dos Conselhos, se equivalem nos três municípios e, entre os indicados por alguma associação, estes só aparecem em Boa Ventura de São Roque com 11%.

Com relação a esses dados, Souza (2002, p. 39) argumenta que “não é incomum nas comunidades pequenas e pobres, em que muitas vezes os membros dos conselhos são indicados pelos dirigentes locais, e o seu papel é ratificar as decisões tomadas pelo execu-

tivo local”. No caso da pesquisa aqui apresentada, o mesmo foi observado, à medida que grande parte dos conselheiros são indicados pelas Secretarias municipais, e não eleitos em assembleia pública, como seria o mais adequado para promover espaços participativos inclusivos para membros da sociedade civil. Scherer-Warren (2006, p. 15) elucida ainda mais os resultados aqui apresentados com a seguinte afirmação:

Preparar os sujeitos para se tornarem atores de novas formas de governança requer a participação em diversos espaços: mobilizações de base local na esfera pública; empoderamento através dos fóruns e redes da sociedade civil; participação nos conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado; e, nos últimos anos, a busca de uma representação ativa nas conferências nacionais e globais de iniciativa governamental em parcerias com a sociedade civil organizada.

Durante os questionários, quando perguntados se algum conselheiro possui maior influência nas decisões do Conselho que participa, 59% dos conselheiros assinalou que não e 41% que sim, citando o Presidente do Conselho como mais influente. Entre os motivos que envolvem tal influência destacaram-se o conhecimento técnico sobre o assunto, o apoio das bases locais e, com menor proporção, as características pessoais dos conselheiros. Sobre isso, a conselheira CS3, do município de Boa Ventura de São Roque, explicou que:

Vejo que em grande parte dos conselheiros que existe você acaba ganhando eles pelo conhecimento técnico que possui. Hoje, por exemplo, no Plano discutido muitos dos conselheiros que são usuários não tiveram iniciativa de dizer o porquê, ou argumentar sobre a decisão, eles acreditam muito no que nós (prestadores) falamos, devido ao conhecimento técnico que possuímos dentro da própria instituição. Quando eles possuem confiança naquilo que estamos falando eles aprovam sem questionar.

De uma forma geral, podemos afirmar que os Conselhos municipais analisados não cumprem seu desenho institucional no que concerne a ocupação e inserção democrática, onde a eleição em fórum deve ser priorizada como forma de seleção dos conselheiros. Todavia, como exemplificado nas entrevistas, o fato é também reflexo do baixo engajamento cívico das populações locais, fato que pode ser associado aos baixos indicadores socioeconômicos.

Para tanto, coube-nos também outra questão para análise destes Conselhos: a compreensão das centralidades da participação social, como forma de averiguar em quais atores, instituições ou associações os conselheiros estão vinculados no momento de tomada de decisão. Para tanto, partimos da metodologia de redes sociais, por vislumbrar as relações de poder estabelecidas entre os conselheiros atuantes e demais atores que permeiam estes espaços deliberativos, como forma de garantir seu controle no processo decisório e dos territórios.

A discussão em torno de redes sociais e relações de poder está apresentada no tópico a seguir, bem como os sociogramas elaborados por meio do software *Gephi 0.9.2*. Cabe destacar que os atores que compõe as redes foram indicados pelos conselheiros por meio de questionários.

Das ‘teias’ da participação social ao controle político dos territórios: Uma abordagem a partir de redes sociais

Santos (2006) aponta que as redes, nas ciências exatas e sociais, configuram-se como “estruturas que permitem o transporte de matéria, de energia e de informação entre um ponto e outro” (2006, p. 176). No âmbito geográfico, entendemos a existência de uma rede física, estabelecida por pontos fixos que permitem dinâmicas diversas entre um ponto e outro, bem como a rede social e política, aquela estabelecida nas relações entre atores e instituições, que também modelam o espaço e dão significado ao território. Já Raffestin (1993) aborda a rede como um meio que assegura comunicação entre atores e controle do território. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas, ela pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível e, em geral, caracterizam-se pela comunicação ou não-comunicação estabelecida entre diferentes atores com finalidades estratégicas.

Partindo destas definições entende-se que há posições dos atores e instituições nessas redes, que moldam suas ações e estratégias, ajudando a construir as preferências, os projetos e as visões de mundo, e dão acesso a diferenciados recursos de poder. Nesta perspectiva, entendemos a sociedade “como uma pluralidade de grupos, cada qual com seus interesses e instrumentos de poder” (MARQUES, 2003, p.31). Chama-se atenção, ainda, para o fato de que estas relações em rede se originam historicamente, mas dentro da dinâmica, novos atores surgem e outros são excluídos.

De acordo com Silva (2005, p.203) pode-se encontrar duas vertentes inseridas nas redes de relações constituídas na sociedade: “a primeira delas é a motivação à permanência, a manutenção do status quo, a segunda como desejo de mudança dessa ordem por grupos divergentes, na luta, no conflito”.

No campo da ciência geográfica a representação por meio das redes caracteriza-se como uma imagem do espaço, ou mais especificamente, do território, construído a partir das relações sociais, pois, de acordo com Raffestin (1993, p.157) “são as redes que asseguram o controle do espaço e no espaço”.

Compreende-se os Conselhos municipais enquanto arenas de interação entre diversos grupos e atores, que representam segmentos da sociedade civil, instituições, governo, enfim, cada um contendo seus interesses e quanto maior a representação de um segmento, maior a possibilidade de alcançar tais objetivos (DENEZ, 2016).

As redes permitem uma leitura verticalizada das relações “por dentro” dos Conselhos, por representarem os atores e instituições envolvidas na tomada de decisões e, especialmente, revelar em quais destes a tomada de decisões estão mais direcionadas ou centralizadas.

Assim, após a aplicação dos questionários, os dados foram sistematizados em uma matriz quadrada, organizando os conselheiros e os respectivos nomes citados por eles. Por exemplo, se um conselheiro indicou a secretaria de saúde, na linha deste conselheiro relacionamos à coluna da secretaria de saúde, adicionando o número 1 que indica o vínculo entre os nós. Desta forma, gerou-se sociogramas que representam a relação entre os conselheiros municipais das áreas de Educação, FUNDEB, Saúde e Assistência Social em seus respectivos processos decisórios.

Para explicar os vínculos e fluxos entre os nós/atores e o funcionamento dos Conselhos, realizou-se duas entrevistas com conselheiros, totalizando seis entrevistas que permitiram a explicação mais afincado das relações entre os nós/atores.

Para análise da rede toma-se como referência o grau de entrada e o grau de saída, ou seja, as flechas que ligam os nós e que apresentam a capacidade do ator de receber e repassar muitas informações e assim ser mais influente dentro do Conselho. Desta forma, na representação gerada pelo software *Gelphi 0.9.2*, os atores de maior centralidade são representados por círculos maiores e de cor mais intensa. Destacamos, também, os atores que servem como “pontes” na comunicação dentro da rede, ligando atores mais periféricos da rede aos atores de maior centralidade e influência nas decisões.

Na figura 3, é apresentado as relações estabelecidas entre os atores identificados no município de Boa Ventura de São Roque/PR.

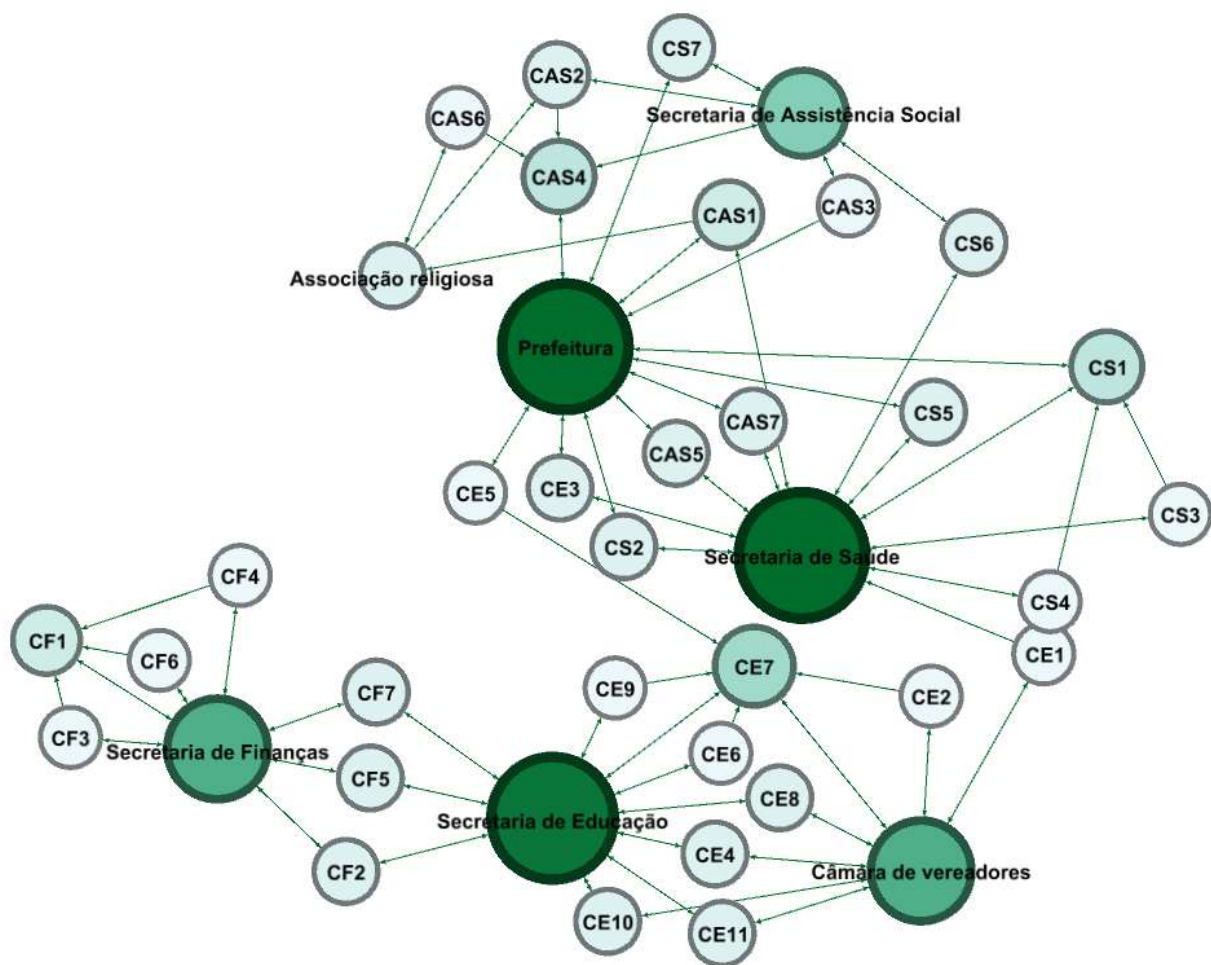


Figura 3 Sociograma A - Boa Ventura de São Roque/PR

Legenda

CAS – Conselho municipal de Assistência Social

CS – Conselho municipal de Saúde

CE – Conselho municipal de Educação

CF – Conselho municipal do FUNDEB

Fonte: Aplicação de questionários (2018).

Elaboração: Software Gelphi 0.9.2

Org: Autores

Na figura 3 temos a representação de 39 nós/atores, identificados por meio de aplicação de questionários. Do total, 32 são conselheiros municipais, os demais referem-se à Secretaria de Educação, Finanças, Saúde, Assistência Social, Prefeitura, Câmara de Vereadores e Associação religiosa. Destaca-se que os atores com maior grau de entrada à centralidade, ou seja, o tamanho dos nós, são a Secretaria de Saúde e a Prefeitura, conectadas com outros 11 nós cada uma delas.

Já a Secretaria de Educação aparece conectada com 10, a Câmara de Vereadores com oito e a Secretaria de Finanças com sete conexões entre os nós. Em menor centralidade aparecem a Secretaria de Assistência Social com cinco conexões e os conselheiros CE7, CF1, CS1, CAS4 e CAS1 com 6, 4, 4, 4 e 3 conexões, respectivamente. Já a Associação Religiosa apareceu na rede de forma mais isolada, com apenas duas vinculações entre os Conselheiros.

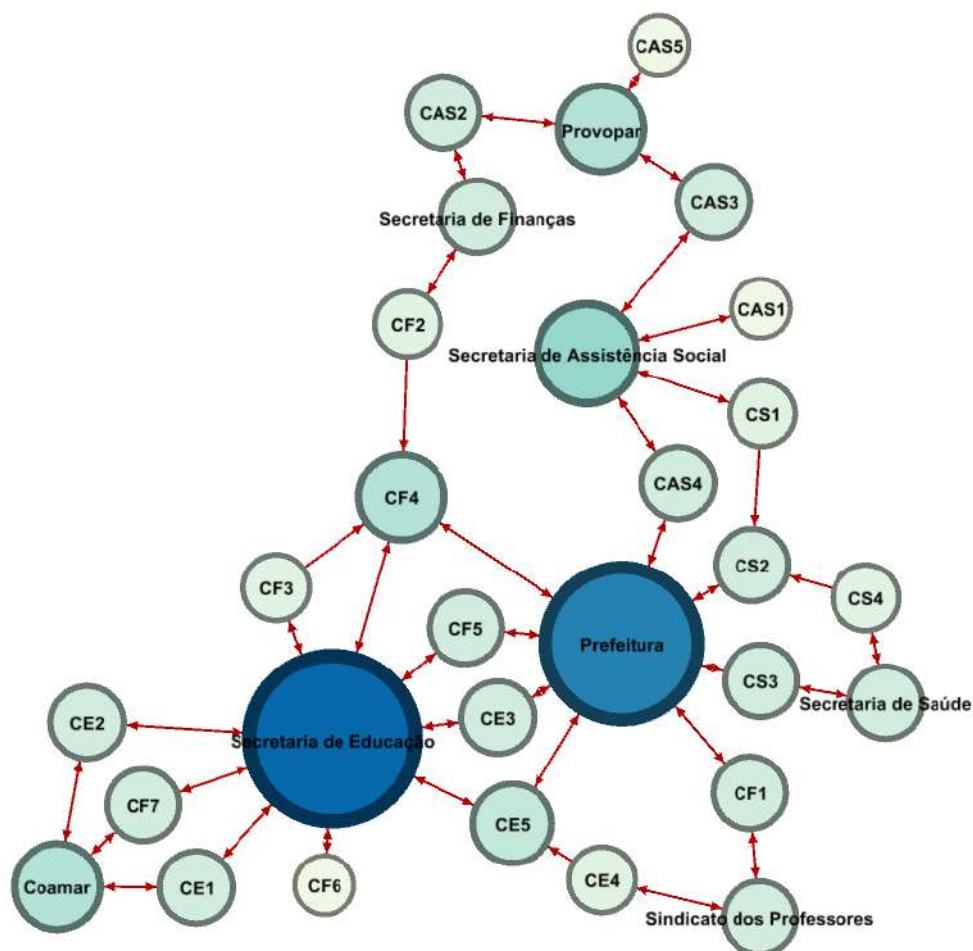
O grau de centralidade expresso na rede demonstra o papel central das Secretarias dentro dos processos decisórios. O segmento representado e a forma de inserção nos Conselhos demonstram forte centralidade nas secretarias, uma vez que boa parte dos conselheiros compõem este espaço a partir de indicação das Secretarias e, portanto, possuem forte vínculo com estas no momento de tomar decisões.

A Prefeitura também aparece centralizada dentro da rede, decorrente da participação de representantes do governo e prestadores de serviços, indicados pelos segmentos que possuem forte vínculo na Prefeitura Municipal.

Em menor intensidade aparecem os conselheiros CE7, CF1, CS1, CAS4 e CAS1. Em relação a estes, destaca-se que o primeiro corresponde a uma vereadora que também atua como conselheira. Em entrevista com CS3, esta afirmou que a vereadora representa as demandas da educação na Câmara de vereadores e por isso ocupa papel de influência dentro do Conselho municipal de Educação.

Os demais conselheiros que aparecem com grau de centralidade são Presidentes dos conselhos e, por muitas vezes, coordenaram as reuniões e apresentaram as pautas, por isso também acabam influenciando nas decisões.

Na figura 4 apresentamos o sociograma B, referente a rede social estabelecida entre os atores do município de Santa Maria do Oeste/PR.



Legenda

CAS – Conselho municipal de Assistência Social

CS – Conselho municipal de Saúde

CE – Conselho municipal de Educação

CF – Conselho municipal do FUNDEB

Figura 4 - Sociograma B – Santa Maria do Oeste/PR

Fonte: Aplicação de questionários (2018).

Elaboração: Software Gelphi 0.9.2

Org: Autores

O sociograma B é composto por 29 nós/atores e um total de 62 arestas, isto é, ligações entre os nós. Para tanto, o sociograma B apresenta somente os nós identificados com a aplicação de questionários, sendo um total de 21 nós compostos por conselheiros municipais das áreas citadas acima e os demais correspondentes a Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde, Educação, Assistência Social e Finanças, Secretário de Saúde, Sindicato dos Professores e Clínica CONRADO.

A partir de análise das arestas destacadas no sociograma, pode-se notar o grau de centralidade na Prefeitura, com sete vinculações entre os nós, e a Secretaria de Educação, com seis nós vinculados. Em seguida, tem-se o CE6 com seis vinculações, entre elas a Prefeitura e Secretaria de Educação.

Nos sociogramas de Santa Maria do Oeste, percebe-se o número significativo de conselheiros municipais que se caracterizam como intermediários na comunicação entre os nós, isto é, que se apresentam como “pontes” entre um nó e outro. Os nós/conselheiros na cor laranja (CAS5, CAS4, CE6, CE5, CE4, CF1 e CAS2) ligam-se a outros conselheiros antes de

se comunicarem com a Prefeitura e Secretarias municipais. Destaca-se que destes, três são presidentes dos respectivos conselhos municipais, sendo eles os CE6, CS3 e CAS4.

De acordo com o CE7, de Santa Maria do Oeste, “normalmente as pautas das reuniões são apresentadas pelo secretário municipal e pelo presidente do Conselho e, no caso do que participo, são eles também que possuem maior conhecimento técnico sobre o assunto”. Desta forma, o grau de intermediação, que pode controlar a comunicação dentro da rede, é representado pelos presidentes dos Conselhos que conseqüentemente estão ligados as Secretarias e a Prefeitura Municipal.

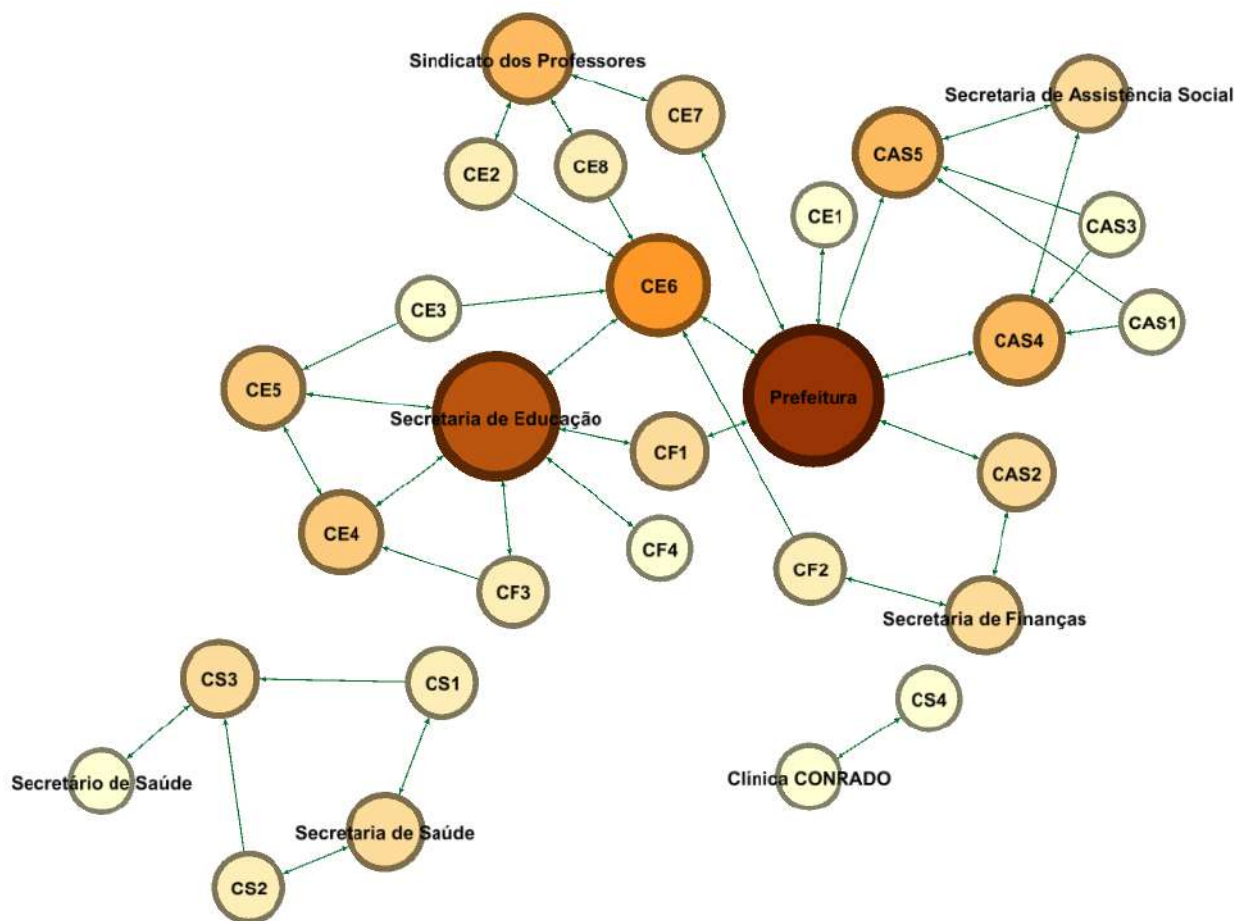
Faz-se importante destacar o “isolamento” da rede de comunicação entre os conselheiros municipais de Saúde. Ao responderem os questionários, nenhum dos 4 conselheiros indicou vínculo com a Prefeitura Municipal, apenas com a Secretaria de Saúde (dois vínculos), Secretário de Saúde – vinculado ao presidente do Conselho – e um vínculo com a Clínica CONRADO, prestador de serviço particular do município. O vínculo com prestador de serviço privado pode ser explicado a partir da escolha dos conselheiros municipais. De acordo com a CAS1:

A escolha dos conselheiros é realizada a cada 2 anos, os conselheiros da parte governamental são indicados e os demais eleitos em fórum ou processo interno da secretaria respeitando o segmento que representa, por exemplo: há representação de pais de alunos, diretores, professores, assistentes sociais, assim como representantes de outras organizações e instituições do município.

Desta maneira, pode-se afirmar que a rede social dos Conselhos municipais de Santa Maria do Oeste possui atores com maior centralidade na tomada de decisão, sendo a Prefeitura Municipal o maior destaque, seguido das Secretarias e secretários municipais, sindicato dos professores, até atores com menor visibilidade dentro da rede, como a Clínica CONRADO.

Tal fato assemelha-se a abordagem sobre Boa Ventura de São Roque, onde pode-se observar papel significativo das Secretarias Municipais dentro da participação dos conselheiros, demonstrando forte manutenção de poder por parte do grupo político que atua no município, visto que grande parte dos conselheiros são indicados pelas respectivas Secretarias e atendem aos seus interesses.

A seguir, na figura 5, apresentamos o sociograma C, de Mato Rico/PR.



Legenda

CAS – Conselho municipal de Assistência Social

CS – Conselho municipal de Saúde

CE – Conselho municipal de Educação

CF – Conselho municipal do FUNDEB

Figura 5 - Sociograma C - Mato Rico/PR

Fonte: Aplicação de questionários (2018).

Elaboração: Software Gephi 0.9.2

Org: Autores

O sociograma C caracterizou-se a partir de 29 nós/atores, sendo 21 destes conselheiros municipais das áreas analisadas. Os demais nós são: Prefeitura Municipal, Secretaria de Finanças, Assistências Social, Saúde e Educação, Sindicato dos Professores, Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR e Cooperativa Agropecuária Matoriquense - COAMAR. Acerca da centralidade da rede social apresentada no sociograma, percebe-se que o nó que mais possui vínculos é a Secretaria de Educação, vinculada com outros nove nós, seguido da Prefeitura com oito vínculos e Secretaria de Assistência Social e CF4 com quatro vínculos cada.

Em menor proporção aparecem a PROVOPAR e COAMAR com três vínculos cada, seguido da Secretaria de Saúde, Secretaria de Finanças e Sindicato dos Professores com dois vínculos cada um deles.

Assim, foi possível notar que a centralidade na tomada de decisões frente os Conselhos municipais analisados em Mato Rico/PR vinculam-se, essencialmente, em dois atores: Prefeitura municipal e Secretaria de Educação. O fato da Secretaria de Educação aparecer com maior centralidade na rede social se deve ao vínculo com dois Conselhos municipais (Educação e FUNDEB), agregando um número maior de conselheiros municipais que podem relacionar-se a ela.

É admissível que em Mato Rico/PR há representação de segmentos com interesses particulares, como a manutenção ou ampliação da Cooperativa como fornecedora de alimentação escolar para o município. Além disso, os conselheiros municipais vinculados a COAMAR na rede estão relacionados a Secretaria de Educação, o que pode ser agregado as indicações dos conselheiros pelas Secretarias, revelando, ainda mais, as relações de interesse.

Por fim, a rede dos Conselhos municipais evidenciou que a tomada de decisões são fortemente vinculadas ao poder público municipal, fato explicado pelos dados entorno da forma de inserção, onde grande parte dos conselheiros são indicados pelas respectivas secretarias. Pode-se atribuir a isso, a possibilidade de maior controle do território por meio de decisões deliberativas e fiscalizadoras, onde a comunicação e decisão dentro da rede está vinculada, em maior parte, com o atual governo.

Pode-se dizer que as centralidades da participação expostas nas redes sociais dos três municípios, indicam controle político dos territórios a partir de espaços institucionais que, em tese, deveriam estar ocupados por maior quantidade de membros da sociedade civil.

Cabe retornarmos a discussão posta acima, sobre os baixos indicadores sociais da mesorregião, que se apresentam como desafios para a promoção de territórios cívicos e cidadãos atuantes, articulados e comprometidos com o papel institucional dos Conselhos municipais. Para tanto, estes espaços continuam a exercer papel significativo na promoção da democracia participativa e na melhor espacialidade de poderes no Brasil, mesmo que existam fragilidades e desafios que se diferenciam de acordo com cada território e região.

Mesmo com tais dados obtidos em pesquisa com municípios pequenos, demonstrando controle político nestes espaços de participação, os Conselhos continuam a figurar papel importante na democracia brasileira, ao aproximar cidadão e administração pública, na possibilidade da governança local e inclusão social neste processo.

Ainda assim, contextos políticos advindos de novos governos e mudanças estruturais, inferem diretamente nas funções e capacidade democrática dos Conselhos. Para elucidar como os contextos políticos influenciam os espaços de participação, citamos as intensões do novo governo federal brasileiro, com início em janeiro de 2019, que planeja limitar a atuação de alguns Conselhos Nacionais, alegando que estes são resquícios do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo que alguns, como o Conselho Nacional de Saúde, tenham sido criados ainda na década de 1930.

No âmbito da escala local ainda não se manifestam possíveis mudanças, todavia, Conselhos como o de Meio Ambiente e Direitos Humanos, enquanto deliberativos, podem se apresentar como empecilhos para aprovação de bandeiras defendidas durante a campanha eleitoral do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro (Sem Partido). Assim, em todas as escalas, cogita-se limitações na atuação dos Conselhos enquanto mecanismo institucionais de participação e deliberação de decisões.

Considerações finais

Enquanto considerações finais, podemos destacar algumas das questões centrais que nortearam esta abordagem. A primeira delas é o papel institucional dos Conselhos municipais no Brasil, que configuram parte importante do exercício da democracia semidireta e desdenham um cenário democrático e participativo nos municípios brasileiros, independentemente de suas ocupações populacionais ou atividades econômicas.

Evidenciou-se que em municípios pequenos do Centro-Sul do Paraná a participação via Conselhos municipais é seletiva, isto é, maior parte dos conselheiros atuantes são indicados pelas Secretarias municipais e, assim, atendem aos seus respectivos interesses.

O resultado das redes sociais abordadas aqui enquanto metodologia de análise dos Conselhos, demonstraram tal fato, pois grande parte dos conselheiros estão relacionados as Secretarias. Podemos concordar, assim, que o território é um campo de relações e estratégias entre os atores sociais para controlarem os recursos e suas aplicações. Ao que se refere aos Conselhos municipais, a indicação e seleção de conselheiros que colaborem com decisões do grupo de poder político se configura como estratégia para manter-se no controle do território, formulando e materializando políticas públicas conforme seus interesses.

Outro fator importante que deve ser ressaltado aqui, é a baixa atividade cívica das populações locais, que não procuram ocupar os Conselhos e promover o verdadeiro controle social, como destacado nas entrevistas com alguns conselheiros. Os baixos indicadores sociais característicos da região podem ser apontados como desafios para participação da sociedade civil nos Conselhos, favorecendo, portanto, o controle político elucidado neste artigo.

Referências

- AGNEW, John. **Political Geography**. The International Encyclopedia of Geography, 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL - 2013. **Leitura do IDHM**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acessado em: Dezembro de 2019.
- BORGES, S.S. Democracia e participação social, um problema geográfico? A contribuição de conselhos municipais para a democratização do poder e do espaço. **Geografia, ensino & pesquisa**, v. 21, set/dez, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao>. Acessado em: Novembro de 2019.
- BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- BRASIL. **Participação social no Brasil**: entre conquistas e desafios. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2014.
- BRASIL. **Portal da transparência**: o papel dos conselhos municipais, 2018. Acessado em: Novembro de 2017.
- CASTRO, Iná Elias. Instituições e território: possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **GEOSUL**, Florianópolis, v.18, n.36, p.7-28, jul/dez, 2003.
- CASTRO, Iná Elias; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter (orgs). **Espaços da democracia**: para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- CESCA, H. **Centro-Sul: o Paraná pobre**. In: Gazeta do Povo. Publicada em 24/08/2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/especial-expedicao-parana/centro-sul-o-parana-pobre-ecjvievc6dffebf19refsfln2>. Acessado em: Março de 2018.

- DENEZ, Cleiton Costa. **O território em disputa : territorialidades, redes sociais e grupos políticos de Ivaiporã/PR (2000/2012)**. Tese (Doutorado em Geografia) UEM, Maringá/PR, 2016).
- DOMBROWSKI, O. Poder Local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v.6, p. 269-281, jun, 2008.
- GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2004.
- IBGE, 2010. **População por regiões e IDH-M**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em: Janeiro de 2018.
- MARQUES, E.C. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. 1º ed: Editora Annablume, 2003.
- MINISTÉRIOS DA SAÚDE. **Composição dos conselhos de saúde**, 2019. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/>. Acessado em: Dezembro de 2019.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RODRIGUES, Juliana Nunes. Participação e cooperação nas escalas locais em dois modelos de estados: França e Brasil. In: CASTRO, Iná Elias; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter (orgs). **Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SALDAN, Paula C. **Poder e posse da terra: uma abordagem para Guarapuava-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) UNICENTRO, Guarapuava-PR, 2017.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4º edição. São Paulo: Editora da USP, 2006.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, 2006.
- SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) Presidente Prudente/SP: UNESP, 2005.
- SOUZA, C. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdade e de descentralização. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 2002.
- TONELLA, Celene. **Conselhos municipais de políticas públicas - participação e governança local**. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Unicamp: Campinas - SP, 2003.
- ZINKE, Idair Augusto. **Espaços de participação em municípios emancipados no Centro-Sul do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia) UNICENTRO, Guarapuava/PR, 2019.

ORGANIZAÇÕES POPULARES EM CURITIBA: Sujeitos e conflitos, organização e luta.

POPULAR ORGANIZATIONS IN CURITIBA: Subjects and
conflicts, organization and struggle

ORGANIZACIONES POPULARES EN CURITIBA: Sujetos y
conflictos, organización y lucha.

RESUMO

Considerando a vida cotidiana como um espaço de resistência a possibilidade transformadora, este artigo tem como objetivo analisar as potencialidades e limitações de organizações populares e suas territorialidades, como estratégia de ação, mobilização política e resistência frente a conflitos e contradições no espaço urbano, em Curitiba. Tendo isso em vista, realizaram-se dois estudos de caso referentes a organizações populares. No primeiro, trabalhou-se as lutas que envolvem a Associação de Moradores 23 de Agosto, no bairro Ganchinho. No segundo, a Ocupação Dona Cida, no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Metodologicamente, os estudos de caso, foram feitos com base em trabalhos e diários de campo, registros fotográficos e entrevistas narrativas. O resultado aponta para a existência de uma territorialidade nessas organizações, onde as relações de poder entre os sujeitos, atuando em rede, concretizam-se no espaço de forma multiescalar, em diferentes esferas e de forma poli dimensional.

Palavras-chave: Conflitos Urbanos, Territorialidade, Organizações Populares, Curitiba.

ABSCTRACT

Considering everyday life as a space of resistance to transformative possibility, this article aims to analyze the potentialities and limitations of popular organizations and their territorialities, such as strategy of action, political mobilization and resistance to conflicts and contradictions in the urban space in Curitiba. Two case studies were conducted concerning popular organizations. In the first, the fights involving the residents association 23 de Agosto, in Ganchinho's neighborhood, were worked. In the second, the occupation Dona Cida, in Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Methodologically, the case studies were based on field work and diaries, photographic records and narrative interviews. Methodologically, the case studies were based on field research and diaries, photographic records and narrative interviews. The result points to the existence of a territoriality in these organizations, where the power relations between the subjects, acting in a network, are concretized in the space in a multiscale form, in different spheres and in a poly dimensional form.

Keywords: Urban Conflicts, Territorialities, Popular Organizations, Curitiba.

RESUMEN

Considerando la vida cotidiana como un espacio de resistencia a la posibilidad de transformación, este artículo pretende analizar las potencialidades y limitaciones de las organizaciones populares y sus territorialidades, como estrategia de acción, movilización política y resistencia a los conflictos y contradicciones en el espacio urbano, en Curitiba. Se realizaron dos estudios de caso sobre organizaciones populares. En el primero, se trabajaron las luchas que involucran a la Associação de Moradores 23 de agosto, en el barrio de Ganchinho. En el segundo, la Ocupação Dona Cida, en el barrio Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Metodológicamente, los estudios de caso se realizaron con base en trabajos y diarios de campo, registros fotográficos y entrevistas narrativas. El resultado apunta a la existencia de una territorialidad en estas organizaciones, donde las relaciones de poder entre los sujetos, actuando en red, se concretan en el espacio de manera multiescalar, en diferentes esferas y de manera poli dimensional.

Palabras clave: Conflictos Urbanos, Territorialidad, Organizaciones Populares, Curitiba.

Introdução

A cidade, colonizada pelas finanças, explode em insurgências, conflitos e violência. Mais uma vez, trata-se de processos globais e ao mesmo tempo profundamente locais de disputa pelos territórios – a guerra dos lugares [...], que simultaneamente questiona as políticas e prefigura outros mundos urbanos possíveis (ROLNIK, 2015, p. 16).

Na epígrafe acima, Rolnik (2015) denota a existência não só de uma guerra de lugares, mas de uma guerra pelos lugares. A autora traz, na obra citada, um apanhado no que se refere a questão da terra e da moradia, trabalhando em escala internacional e se debruçando sobre o fenômeno no Brasil. A proposta de Rolnik discute o longo processo de desconstrução da habitação como bem social e sua transformação em mercadoria.

Em meio a conflitos e contradições, decorrentes do processo de produção capitalista do espaço, pensa-se que esse não deve ser entendido como monolítico: existem fissuras, porosidades. Na perspectiva da autora “[...] o que está em jogo são processos coletivos de construção de ‘contra espaços’: movimentos de resistência a redução dos lugares a *loci* de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis”. (ROLNIK, 2015, p. 378). Partindo deste entendimento destacamos as organizações populares e suas territorialidades, que podem ser interpretadas como ativismos sociais, parte do que Raquel Rolnik trabalha como porosidades, resistências e quebras de consenso.

As explosões e os protestos envolvendo multidões são sismos por meio dos quais é possível vislumbrar a potência desse fermento. Entretanto, não é apenas nessas ocasiões, mas no dia a dia de cada um dos *fronts* dessa luta, que se desenrola a guerra dos lugares. Ela está em cada resistência a despejos e remoções, em cada luta antiprivatização e homogeneização do espaço, em cada apropriação do espaço coletivo como lugar de multiplicidade e da liberdade. Está, enfim, no exercício cotidiano de formulação e de luta pelo direito à cidade. (ROLNIK, 2015, p. 378).

Neste sentido, este texto tem como objetivo discutir a complexidade, dinâmica, potencialidades e limitações da produção do espaço, notadamente a luta pela moradia, através de duas organizações populares e suas territorialidades em Curitiba-PR: o caso da Associação 23 de Agosto, localizada no bairro Ganchinho e da Ocupação Dona Cida, localizada na Cidade Industrial de Curitiba.

Inicialmente, o texto discute os ativismos e movimentos sociais na trama da luta pela moradia. Embora a discussão dos estudos de caso tratadas apresentem diferentes temporalidades e não se enquadrem num mesmo tipo de ativismo social, em ambas as situações, se encontram elementos tratados por Rolnik. Os contextos expõem a contradição em torno da questão da moradia, destacam conflitos urbanos e mostram relações de poder existentes, na atuação e organização dos sujeitos, em redes de mobilização, que se realizam em proporções multiescalares, com diferentes esferas de atuação.

Os estudos de caso foram realizados com base em trabalhos de campo, registros fotográficos, diários de campo e na realização de entrevistas narrativas com lideranças da Associação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida. Durante os anos de 2018 e 2019, entre idas e participações em eventos nas comunidades, assembleias, audiências públicas e entrevistas, foram realizados 15 trabalhos de campo considerando os dois estudos de caso. Ainda, com o tempo, manteve-se contato direto com as assessorias, lideranças e grupos em redes sociais.

Tendo isso em vista, buscou-se um aprofundamento em procedimentos metodológicos qualitativos que pudessem dar apoio aos trabalhos de campo e as entrevistas, como foram os registros fotográficos e, principalmente, os diários de campo. Para cada trabalho de campo elaborou-se um diário. Neste, constam datas de realização dos campos, anotações gerais decorrentes de observação e percepção dos fenômenos, e, principalmente, de conversas informais com os moradores e lideranças nas comunidades. O diário de campo

aparece como um elemento de grande importância para a sustentação dos estudos de caso, tendo em vista que neste tipo de estudo, envolvendo organizações populares (de forma a contemplar os ativismos sociais em geral e no sentido estrito), sujeitos e formas de percepção dos fenômenos, apenas a realização de entrevistas narrativas não seria suficiente para o entendimento da complexidade dos casos.

Ao falarmos em entrevistas narrativas, tratamos especificamente de um método de pesquisa qualitativo. As entrevistas narrativas, para Jovchelovitch & Bauer (2002, p. 103-104), são particularmente úteis em projetos que envolvem políticas locais, grupos sociais e projetos que combinam histórias de vida e contextos sócio históricos. Como apontam Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 95), a entrevista narrativa “[...] é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, [...] é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas”.

Partindo destes princípios, as entrevistas foram preparadas após a realização dos primeiros trabalhos de campo, tendo em vista a necessidade de um melhor entendimento de cada contexto para a organização do conteúdo. Assim, para cada entrevista preparou-se um tópico inicial no sentido de estimular o relato, passou-se pela narrativa central e encerrou-se com uma fala conclusiva do entrevistado. Foram realizadas quatro entrevistas narrativas, e, concederam relatos e participaram do processo de pesquisa duas lideranças de cada estudo de caso, totalizando quatro lideranças. Estas entrevistas tiveram um tempo médio de duração de 39 minutos e foram transcritas, analisadas de forma temática e discutidas no decorrer deste texto.

O texto ora apresentado está dividido em cinco partes, sendo a primeira a presente introdução. Na segunda discute-se questões políticas relacionadas à questão da moradia, contextualizando a cidade de Curitiba dentro dessa temática. Em seguida, nas partes três e quatro, são apresentadas, caracterizadas e analisadas duas organizações populares: os casos da ocupação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida, suas lutas, processos de resistência e problemas. Na parte cinco apresenta-se uma análise das territorialidades das organizações populares já citadas, suas limitações e potencialidades.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir para entender a questão da moradia como parte do processo de produção de espaço que traz, intrinsecamente conflitos em múltiplas escalas, sempre associados a processos de resistência, dentro do contexto brasileiro de modo geral e, em particular, na cidade de Curitiba.

Ativismos e movimentos sociais na trama da luta pela moradia

Para Albuquerque (2007), a questão da moradia, como contradição e conflito, coloca em xeque o discurso da cidade modelo de Curitiba. A mal resolvida questão da habitação mostra que a capital paranaense não está excluída da realidade urbana do cenário nacional. Embora existam diferenças entre os casos da ocupação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida, a primeira observação é que os casos têm como ponto de partida a mesma contradição no processo de produção do espaço: a questão da moradia.

Considerando a questão da moradia como cerne dos conflitos aqui discutidos, faz-se necessário apresentar o enredo, um pano de fundo - ainda que sucinto - de forma a contemplar o debate e entender parte dos processos que envolveram, ou que, ainda envolvem os cenários políticos, programas governamentais e as ações dos movimentos frente a este quadro. Considerando, especificamente, a política urbana, na perspectiva de Rolnik (2015, p. 264)

A partir de um intenso debate no seio da sociedade civil, nos partidos e entre governos acerca do papel dos cidadãos e de suas organizações na gestão das cidades, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por avanços legais no campo do direito à moradia e do direito à cidade. A Constituição de 1988 incorporou um capítulo sobre política urbana, estruturado em torno da noção de função social da cidade e da propriedade, do reconhecimento dos direitos de posse dos milhões de moradores das favelas e periferias das cidades do país e da incorporação direta dos cidadãos aos processos decisórios relacionados a essa política.

Neste ponto, vale ressaltar que, de acordo com o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa constituição”, ou seja, de acordo com a lei fundamental do Brasil, todo cidadão tem direito à moradia. De acordo com Boulos (2012, p. 18),

Entender a moradia como direito significa pensá-la a partir da necessidade e do uso. Ao contrário, a lógica capitalista dominante trata a moradia – e todos os direitos sociais – a partir do valor medido em dinheiro, o valor de troca. Para o capital, pouco importa se há gente precisando de moradia, importa se há quem possa pagar por ela e trazer lucro às construtoras e donos de terra. Tudo é transformado em mercadoria, independente das necessidades sociais. [...]. A moradia (digna), além disso, é uma mercadoria muito cara para a maioria dos trabalhadores brasileiros. Durante muito tempo, foi quase um item de luxo.

Embora, na década de 1980, tenham ocorrido avanços no texto constitucional, no que diz respeito aos direitos sociais, no sentido de inclusão e diminuição das desigualdades, posteriormente o cenário econômico mundial colocou os governos em outra direção. Na década de 1990, a ascensão neoliberal forçou reformas fiscais ortodoxas, reverberando numa retração de gastos públicos ligados a direitos sociais. Assim, na perspectiva da autora,

Da mesma forma que a maioria dos países latino-americanos, o Brasil passou por uma séria crise financeira ao final dos anos 1980, o que restringiu suas possibilidades de seguir uma agenda desenvolvimentista. Por outro lado, a transição da ditadura para a democracia não significou a derrocada das forças políticas que estavam no poder. Por mais que novos atores – como movimentos sociais urbanos (entre eles, os de moradia) e o novo movimento sindical – tenham entrado em cena por meio de novos partidos e participado cada vez mais nos órgãos legislativos e executivos no nível local, os líderes dos antigos partidos e das antigas oligarquias ainda detinham grande influência e controle político (ROLNIK, 2015, p. 268).

O Brasil ficou 23 anos sem uma política de habitação de proporções nacionais: entre 1986 e 2009: ou seja, desde a falência do Banco Nacional de Habitação (BNH) - em 1986 - até o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2009. A existência dos programas não significa o equacionamento da questão da moradia, longe disso. A atuação de ambos os programas fomenta diretamente o mercado imobiliário e as grandes construtoras. Da mesma forma, as parcelas mais pobres da sociedade não foram e não são porcentagem majoritária do total de moradores atendidos pelos programas em questão, ainda que o quadro tenha melhorado durante o MCMV.

Todas essas questões e o contexto político-econômico no governo Fernando Henrique Cardoso não passaram sem conflitos. Discorre Rolnik (2015, p. 270),

Além de conquistar administrações locais importantes durante esse período, a esquerda também constituiu uma forte oposição política no Congresso Nacional. Ela não foi forte o suficiente para interromper todas as reformas conduzidas pelo governo, mas conseguiu postergar e mitigar algumas delas, como a privatização de serviços urbanos essenciais, por exemplo, abastecimento de água e saneamento. O reconhecimento constitucional do direito à moradia como direito fundamental em 2000, e a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257) em 2001, são exemplos de conquistas pontuais [...] de movimentos sociais e forças da esquerda, no âmbito de suas lutas pelo direito à cidade.

Ressalta-se, desse modo, o papel dos movimentos sociais populares. Em especial, como destaca Gohn (1991, p. 9), a partir dos anos 1970, “[...] movimentos com caráter de classe, a partir das camadas populares, em nível local de moradia, lutando por bens de consumo coletivo, nos setores de infraestrutura urbana, saúde, educação, transporte, habitação, etc.”. Discorre Gohn (1991, p. 13),

O desemprego, o aumento dos aluguéis, a mudança da legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, [...], o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas, etc. levaram às invasões [ocupações] coletivas de áreas urbanas e a constituição de movimentos de luta pela moradia. As diferentes formas de luta, [...], todas elas já iam nascendo posicionadas, ou seja, com caráter e marcas políticas e/ou partidárias, definidas segundo o grupo de assessoria a que se articulavam ou as posições das lideranças populares que assumiram a direção de suas ações [grifo nosso].

Além dos movimentos populares por moradia, a autora aponta que surgiam movimentos associativistas em torno da causa, como seria o caso de algumas associações de moradores. Os contextos políticos e econômicos existentes em diferentes temporalidades nos apontam processos e lutas decorrentes, e, os contextos da luta por moradia não são diferentes. Em 1º de janeiro de 2003, chegaria ao poder uma coalisão liderada pelo Partido dos Trabalhadores, força que se originou das lutas e movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990. Sobre esta ascensão, discorre Rolnik (2015, p. 262),

Uma de suas agendas era a construção de um Estado de direitos, em que o acesso à moradia adequada e o direito à cidade eram elementos importantes. Por outro lado, é exatamente no mesmo período que o país vê avançar a hegemonia dos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como das agendas e pautas neoliberais, especialmente nas políticas habitacionais e urbanas, o que faz com que esse momento seja marcado por ambiguidades e contradições.

Nos primeiros anos do século XXI, o Brasil viveu um período de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), redução de desemprego, reajuste no salário-mínimo. Rolnik (2015) destaca, também, a retomada do papel dos bancos e fundos públicos por meio de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV). Este último, gerando uma grande ampliação dos subsídios públicos para a construção de residências

Como nos aponta o trabalho de Tonella (2010), Curitiba passou por algumas eclosões de ocupações de terra: uma entre 1988 e 1992, precisamente a temporalidade do estudo de caso da Associação 23 de Agosto; outra tendência iniciou-se após o ano de 2006, discussão mais próxima do que trataremos no estudo de caso da Ocupação Dona Cida e entorno.

Associação de moradores 23 de agosto: das conquistas à organização comunitária

Numa tarde de céu cinzento de um dia útil, partimos do CIC - Cidade Industrial de Curitiba - com destino a Vila 23 de Agosto, no bairro Ganchinho. O trajeto vai de uma porção da periferia da cidade de Curitiba à outra, num eixo que corresponde a passagem da região Oeste para a região Sul da capital. No caminho, prevalecem características marcantes de um bairro, como o próprio nome nos revela, industrial. Conjuntos habitacionais, ruas e avenidas beiram a rodovia, cercadas dos dois lados por uma diversidade de indústrias de diferentes dimensões e particularidades de produção industrial.

Atravessam-se alguns bairros: CIC, Pinheirinho, Sítio Cercado e finalmente, a paisagem apresenta-se de forma diferente. Ruas de pavimentação consideravelmente novas, uma infinidade de conjuntos habitacionais de pequenos blocos de apartamentos, característicos de obras da COHAB. No horizonte, alguns terrenos ainda não ocupados, possivelmente postos a especulação: entramos no bairro Ganchinho. Uma ocupação caracterizada por residências de construção bastante próximas, diferente do padrão das chamadas "áreas planejadas", que ainda que com ruas asfaltadas as residências dão com as portas diretamente para as ruas.

Pequenos estabelecimentos comerciais: lanchonetes, lojas, um comércio de verduras. Em frente, uma unidade de saúde, uma igreja; chama a atenção uma construção de paredes amarelas e escritas em azul: estamos na Associação de Moradores 23 de Agosto, na Vila 23 de Agosto. É uma associação de bairro organizada pelos moradores da Vila 23 de Agosto, parte de um processo histórico de ocupação que teve início pouco antes do dia 23 de agosto de 1991. Segundo Informações narradas pela entrevistada Vera Lúcia Soares Peres, atual presidente da Associação de Moradores 23 de Agosto, essa ocupação ocorreu após realização de uma assembleia que reuniu aproximadamente três mil pessoas, organizada por militantes do movimento de luta por moradia, da Região Sul de Curitiba.

A ocupação do terreno ocorreu em uma das gestões do então prefeito Jaime Lerner (1989-92), conhecido pelas suas políticas urbanas. Ainda, vale pontuar que, no contexto da ocu-

pação, completavam o cenário político (em escalas estadual e nacional) o início da gestão de Roberto Requião, como governador do Estado do Paraná (1991-94) e, atravessava-se o curto mandato, na presidência da república, de Fernando Collor (1990-92), que seria sucedido, após *impeachment*, pelo vice-presidente Itamar Franco (1992-95).

De acordo com a entrevistada Vera Lúcia Soares Peres, a ocupação surge de uma necessidade, tendo em vista o alto valor dos aluguéis, comparado aos baixos salários da população. Com isso, sentiu-se, também, a necessidade de uma organização popular, com o objetivo de organizar uma luta por moradia. Assim, discorre Peres,

Fazia quase dois anos que a gente já estava se organizando. Associações de moradores, nas igrejas. [...]. Aí nós decidimos fazer uma assembleia, foi no salão de esportes da Paróquia São Pedro, no Xaxim, onde tinha mais de três mil pessoas. Nessa assembleia foi decidido pela ocupação, porque o povo não aguentava mais esperar. Porque não tinha resposta do poder público. Aí a gente se organizou bem e teve uma equipe que começou a procurar terrenos. Essa equipe achou o terreno aqui nesse lugar e nós viemos para cá, no dia 23 de agosto de 1991. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Segundo ela, o início da ocupação foi de muita repressão e conflitos com proprietários de terras do entorno. Além da organização dos moradores, com o objetivo de pressionar o poder público pela negociação do terreno, também houve a participação da igreja como mediadora: um bispo da época organizou uma reunião entre as partes interessadas, na Cúria Diocesana de Curitiba, para o início da negociação. Neste sentido, continua Peres

A gente sempre conversou. A gente não queria tomar nada de ninguém, a gente queria ter um direito à moradia. E aí que começou a negociação, a partir daí. Foram muitas e muitas reuniões até chegar a um censo comum. A gente fazia reunião lá, fazia assembleia aqui. [...]. Depois de muitas assembleias com os moradores chegamos a um consenso, quando todo mundo concordou com o valor das prestações. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Com o avanço nas negociações (que passaram pelo pagamento de prestações da comunidade aos proprietários do terreno, pressão direta ao poder público e processos jurídicos), os relatos mostram que outras lutas seguiam paralelamente em torno de condições básicas para a produção do espaço: água, luz, saneamento básico, educação, saúde. Passados 24 anos de lutas na região - que até então era uma ocupação -, no ano de 2015, organizados pela associação, os moradores conseguem a regularização fundiária do terreno, sob a gestão municipal do então prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (2013-16).

Frente as lutas, ganha importância a construção da Associação de Moradores 23 de Agosto. Durante a ocupação, as lideranças organizaram espaços que foram tratados como "áreas públicas". Entretanto, como é sabido, há uma complexidade de fatores envolvida no que diz respeito aos processos de ocupações. Com o avanço da ocupação do terreno, parte do espaço destinado a área pública foi ocupado, fazendo com que, em 1992, os moradores se organizassem em torno da construção do que seria a sede da associação.

Sobre o processo de construção da associação, discorre Perez

A gente tinha deixado já um espaço que era pra área pública e pra construção da associação de moradores. Quando foi um dia, amanheceu uma casa já nesse espaço. Aí a gente se obrigou a reunir todos os moradores aqui e começar a fazer um alicerce pra construir a sede da associação. [...]. O órgão público a gente imaginava que era o posto, hoje a gente tem o posto de saúde. A gente pensou em tudo quando nós viemos pra cá. Nós pensamos nas ruas. A gente deixou ruas de 10 metros, 12 metros, 16 metros de largura. [...]. E aí, nesse espaço que nós construímos a associação de moradores. Agora, a diretoria mesmo da associação foi em fevereiro de 1992. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

A construção da associação foi - como percebido tanto nos relatos, quanto nos trabalhos de campo - um marco importante para a produção do espaço na Vila 23 de Agosto, tornando-se não apenas uma organização política construída pelos moradores, como criando um papel de centralidade para uma série de atividades no local. Teve também papel fundamental no processo de regularização fundiária do terreno, como aponta Peres

E aí, a associação que desde lá encaminha tudo. Tudo que é decidido em assembleia, reuniões. Porque pra poder negociar com a COHAB também, a gente precisava da associação de moradores. E aí fomos construindo a sede. [...]. E aqui que a gente faz as atividades da associação. Nós temos aqui várias atividades que é a padaria comunitária, nós temos aqui curso solidário também pra quem vai fazer ENEM, pra quem vai fazer vestibular. Nós temos também capoeira, tem duas vezes por semana capoeira. Nós temos também o projeto do Programa de Aquisição de Alimentos [PAA], orgânicos...e tem vários cursos aqui também, a gente programa vários cursos através da Padaria Comunitária. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

A Associação de Moradores 23 de Agosto, de fato, além de sua atuação política, aparece também como um espaço de formação. Neste ponto, é importante destacar que a construção de um espaço físico comunitário se tornou um fator facilitador para a realização de diversas atividades, principalmente num contexto de ocupações, onde a ausência de espaços limita as possibilidades de ações que possam vir a ser concretizadas. Como aponta o trecho supracitado, na sede da associação de moradores acontecem, além das reuniões da diretoria e assembleias, atividades que atraem não apenas moradores da Vila 23 de Agosto, como pessoas de bairros próximos, considerando o alcance, por exemplo, de um curso pré-vestibular gratuito.

Foram 24 anos entre a ocupação do terreno e a regularização fundiária. Ainda que não sejam números oficiais, o início da ocupação contou com 789 famílias. Com o passar dos anos, chegou a 1.200 famílias. Contudo, com a saída de 400 famílias como parte de um processo de realocação, a vila conta com aproximadamente 800 famílias. Sobre este processo, explica Peres

Tem muito ainda pra fazer. Existia um projeto, que foi feita a realocação na área de risco, e existe um projeto na prefeitura de fazer um parque ciliar, na beira do rio. Só que verba pra isso, ninguém sabe quando vai ter [...]. É uma coisa bem pro futuro. E aí nós temos um pessoal que a gente conhece que são da universidade, do grupo Alicerce, eles têm um projeto popular. E devagarinho está indo, porque não é fácil a implantação de um parque. [...]. Tem espaços pra fazer hortas comunitárias. E aos pouquinhos a gente vai conseguindo aí a implantação desse parque. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Neste trecho, destacamos duas coisas: o parque e o grupo de apoiadores. O Alicerce, em destaque, é o Coletivo Alicerce Popular. Neste ponto, faz-se necessário algumas amarrações. O Alicerce Popular, além do apoio frente a construção coletiva do parque, é também o grupo responsável pela organização e realização do cursinho popular referido anteriormente, oficialmente nomeado Cursinho Popular Alicerce 23.

O coletivo vem atuando em algumas frentes de apoio e, a entrevista de Sidney Martins, militante do Coletivo e morador da Vila 23 de Agosto, elucida

A 23 de Agosto foram duas ocupações, né? Uma que foi organizada e uma que foi desorganizada. A que foi organizada, acho que esse é um problema das ocupações, que você organiza até um certo tempo. [...]. A intenção quando foi ocupada, era ocupar até a esquina de cima ali. Perdeu o controle e ocupou toda a margem do rio [...], daí foi ocupado tudo e foi realocado [...]. Só que a prefeitura não construiu nada na margem do rio, aí foi ocupado de novo de forma desorganizada. [...]. Na primeira ocupação foi tudo demarcado, terreno dividido 18x8m, essa era a média. Na segunda, virou uma favela gigante. [...]. Ficou um processo de vários anos, foi realocado, pra umas casas que foram construídas ali pra cima. Mas a própria COHAB construiu com recurso do PAC. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Tendo em vista este contexto e o espaço existente na margem do Ribeirão dos Padilhas, rio que passa por grande extensão da vila, é que floresce a discussão que diz respeito a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto.

Com base nos trabalhos de campo e nos relatos, fica evidente que a Construção do Parque surge de um casamento de fatores: (a) da carência de áreas de lazer para a vila e para o entorno, (b) da falta de ação por parte do poder público tanto no sentido de investimento no projeto, quanto na manutenção da limpeza da área, e, (c) para que, com a mudança no sentido do uso do espaço, seja evitado o acúmulo de lixo e entulho nas margens do Ribeirão dos Padilhas. Neste sentido, desenvolve Martins

Não tem espaço de lazer próximo aqui. [...]. Aí a gente fez um formulário, chamou todo mundo, o Alicerce, né? Entregamos panfleto aqui nessa vila, na outra, pra chamar as pessoas pra uma reunião, pra falar sobre a construção de um parque por iniciativa popular. [...]. A intenção de construir o parque não era só o espaço físico para lazer, mas junto com a construção do parque usar a construção do espaço como uma maneira de fazer atividades culturais e formação política, tudo junto. [...]. Os arquitetos sugeriram fazer um questionário pra ver o que os moradores da vila queriam para o parque. Como eles pensavam o espaço e o que eles pensavam em construir. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

A discussão referente a área de construção do parque envolve, além da associação de moradores e o coletivo, uma ONG, grupos de estudo e um ateliê de arquitetos. Embora a iniciativa tenha envolvido uma diversidade de sujeitos e criado uma organização em torno do projeto, o que se pôde fazer até o momento diz respeito apenas ao plantio de árvores na área.

A integração entre as atividades e projetos desenvolvidos na associação com o apoio do coletivo chama a atenção de maneira positiva. A ideia de organização popular e formação política perpassa as iniciativas, envolvendo a comunidade não apenas no sentido de moradores da vila, mas também escolas do entorno e apoiadores externos. É neste sentido que trazemos o foco também para o Cursinho Popular Alicerce 23. Sobre o tema, explica Martins

Inicialmente a gente fez aulões, ano passado foram seis aulões pré-vestibular. [...]. A aula é manhã, tarde e noite. Tem café, a intenção é fazer uma aula com uma organicidade muito maior. Tanto que tem o café, almoço, tudo coletivo. [...]. A gente estabeleceu quais seriam os princípios pedagógicos que a gente seguiria, que é bastante freiriano. A gente estudou o método Josué de Castro que o MST aplica nas escolas do MST, para ter um norte [...]. A gente estudou bastante essas coisas, estudou sobre as leis da educação brasileira. [...] Nossa intenção não é simplesmente fazer um cursinho assistencialista, entende? [...] O próprio método que a gente tem ali, que seria você usar o conteúdo, mas tentar fazer aquela questão freiriana, de você associar o conteúdo com o seu entorno, que é uma formação mais sobre a realidade do próprio aluno e também criticar o conteúdo. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

O cursinho solidário, totalmente gratuito, ganha importância no contexto da periferia da cidade, tendo em vista a dificuldade de acesso existente à universidade das classes mais pobres no país. Salientadas conquistas e atividades em parceria com apoiadores externos, passando pela padaria comunitária, cursos, pré-vestibular solidário, construção coletiva do parque, aulas de capoeira, entre outras atividades, é evidente que existem algumas dificuldades no que diz respeito a organização política. Sobre a temática, explica Peres

No começo, aqui, o povo se organizava mais. Então a gente dividia por grupos, né? A gente tinha um representante por rua, cada rua tinha um representante. Como a gente não tinha celular na época, não tinha nada, não tinha telefone, era no “boca a boca” mesmo que tinha que se organizar. [...] Cada um avisava sua rua da assembleia que ia ter, de reunião que ia ter. E através dessas reuniões e assembleias a gente tirava as propostas. [...] Então é desse jeito que a gente sempre se organizou, através mesmo da conversa, de equipes de pessoas. E até hoje, a gente não tem mais representantes de rua, mas a gente tem os grupos, né? O grupo no WhatsApp que a gente passa a informação. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

De forma geral, em qualquer tipo de ativismo, existem momentos de avanços e de recuo. Isso ocorre por uma série de razões e, principalmente, de contextos de luta. De acordo com a presidente da associação, a diretoria é formada, atualmente, por 12 pessoas. Todavia, de acordo com Martins

Claro que há um ceticismo das pessoas achando que não vai acontecer e há falta de hábito, as pessoas não estão acostumadas a participar ativamente da construção de algo. Há uns quinze anos atrás isso era muito frequente aqui. Isso acho que por causa da igreja, na verdade. A associação era muito ligada com a igreja, então quando iam construir alguma coisa, muita gente participava. Mas a vila cresceu bastante, a igreja meio que dispersou e separou igreja e associação. Tanto que nas atividades da associação vão pouquíssimas pessoas. É muito difícil articular as pessoas que moram no local para elas participarem ativamente de algo (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Outra questão sobre a organização política - explorada na narrativa de Martins e perceptível em conversas informais com moradores - diz respeito as diferentes temporalidades nas quais as pessoas se tornaram moradores. Trata-se de diferenças de leitura do processo de quem está na vila, desde a ocupação, de quem cresceu na vila e de quem passou a morar no terreno numa temporalidade onde a ocupação tinha estabilidade e estrutura básica.

A associação mostra-se atuante em escala local e com uma base de apoiadores externos que potencializa a realização de suas variadas atividades. Ao discutirmos esse tipo de ativismo social - o ativismo de bairro -, historicamente, sabe-se de muitos casos onde houve cooptação de lideranças e relações de clientelismo entre associações de moradores e políticos locais. Todavia, em meio a este contexto, a Associação 23 de Agosto manifesta-se como uma resistência. Há, nas atividades realizadas, ideais de formação política, de formação crítica. Isso é visível tanto nas atividades como o Cine Clube (atividade que exhibe filmes brasileiros seguidos por uma discussão coordenada, em grupos, cm objetivo de desenvolver o senso crítico na comunidade), cursinho solidário e construção coletiva do parque, quanto na organização das lideranças populares em reuniões, assembleias, nas negociações com a regional e nas questões jurídicas. Inspirado na obra de Gohn (1991), elaborou-se o organograma exposto na Figura 01, com o objetivo de visualizar parte da complexidade que envolve as redes de relações políticas da Associação.

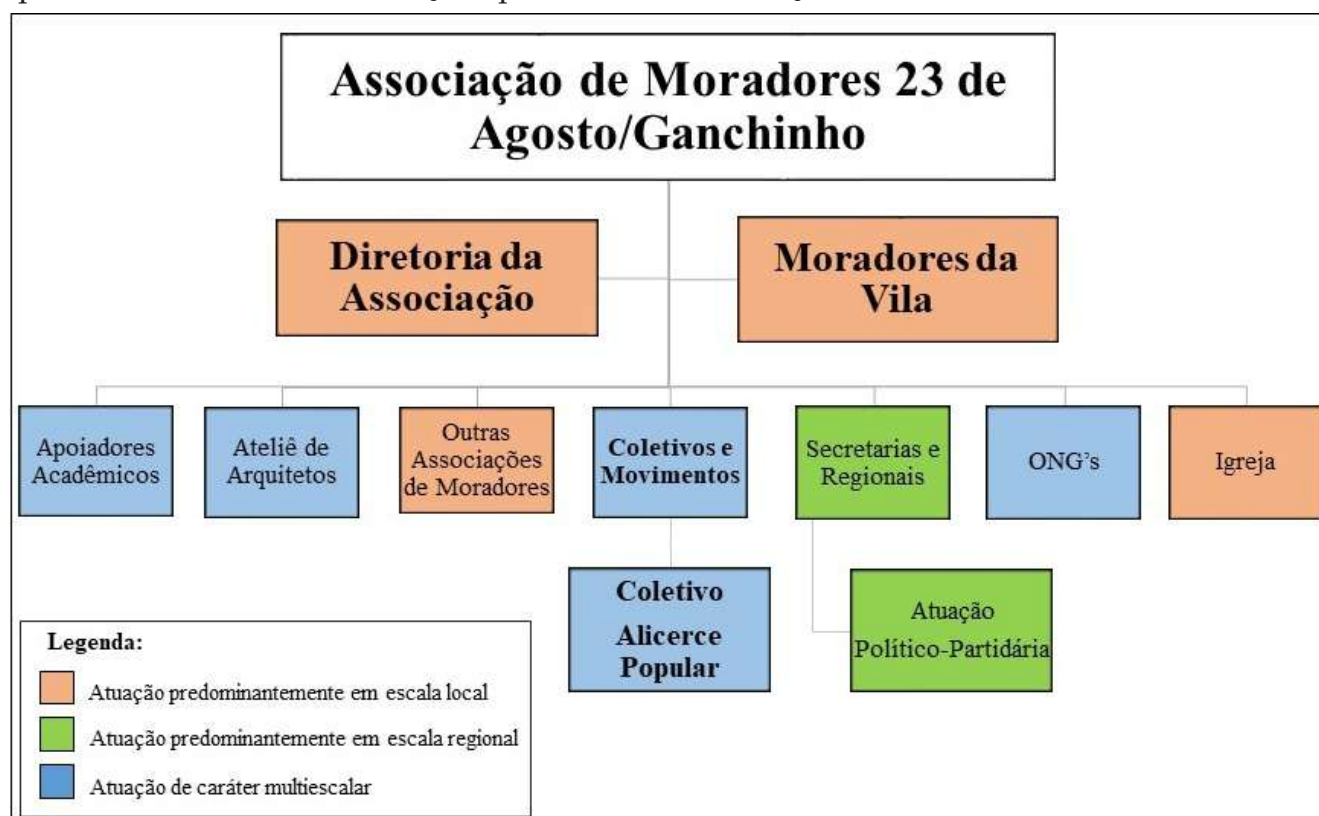


Figura 01. Associação 23 de agosto - Organograma de Organizações e Sujeitos Atuantes.
Elaboração: Lima e Cigolini (2019). Fonte: entrevistas e trabalho de campo na comunidade.

Evidentemente, as relações ocorrem em diversos níveis e escalas. Todavia, buscou-se destacar organizações e sujeitos envolvidos de forma mais direta no contexto atual da Vila. É importante reconhecer que, embora a Vila e a Associação tenham obtido diversas conquistas como água, luz, asfalto, saneamento, e, por fim, a tão desejada regularização fundiária do terreno, manteve-se uma certa organização política direcionada a novas pautas proporcionadas pelo contexto histórico, e manteve-se uma organização comunitária sólida, ainda que consideradas as dificuldades de organização política.

No decorrer de um processo histórico que teve como ponto de partida uma contradição, a questão da moradia em Curitiba, a ocupação da Vila 23 de Agosto floresce de uma resistência a ordem dominante e busca manter, de certa forma, suas raízes políticas. Atualmente, as carências e demandas dizem respeito ao rápido crescimento que não foi acom-

panhado da respectiva estrutura educacional, de saúde e de lazer. Neste sentido, as lutas da associação pautam a construção de escolas, postos de saúde e, num exemplo trabalhado anteriormente, a construção do parque nos arredores do Ribeirão dos Padilhas. Ainda, luta-se pela entrega de todas as escrituras do processo de regularização fundiária.

Dona Cida: da Ocupação à resistência

Tomando como ponto partida um contexto da cidade completamente diferente da seção anterior, parte-se, num fim de semana, da Reitoria da Universidade Federal do Paraná com destino as ocupações urbanas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Neste caso, a rota vai da região central de Curitiba para a região Oeste, indo, assim, do centro à periferia. Pelo caminho, inicialmente, traços característicos de regiões centrais: prédios, comércios, avenidas rápidas.

A paisagem só se mostra consideravelmente diferente no momento em que se toma a Linha Verde (Uma das principais vias da cidade de Curitiba, atravessando a capital e cortando-a de Norte a Sul) e avança-se em direção aos bairros das regiões Sul e Oeste. Após um pequeno trecho paralelo a rodovia BR 116, entre as vilas Barigui e Sabará pela Avenida Juscelino Kubitschek (duas das porções mais precarizadas em termos de moradia e estrutura urbana da Cidade Industrial de Curitiba), toma-se o viaduto em direção a Vila Sabará. A produção do espaço no bairro já possui uma forma mais característica, com maior proximidade entre uma casa e outra. Seguindo pela rua Estrada Velha do Barigui, passando por algumas indústrias do ramo alimentício e tecnológico, tornam-se visíveis barracos de madeira, casas autoconstruídas. Passada a última fábrica do caminho, tem fim também o último trecho asfaltado do trajeto.

Entra-se no conjunto de ocupações urbanas, chamado, por alguns, de Complexo Hugo Chávez. Crianças brincam pela rua com alguns cachorros aos seus lados; um fluxo considerável de pessoas indo e vindo numa rua de terra estreita e irregular. Dos dois lados, um adensamento de barracos de madeira; pequenas vielas dão acesso aos fundos das ocupações. Numa esquina de pequenos comércios e veículos estacionados, chega-se ao destino. Estamos na Ocupação Dona Cida.

Este complexo de ocupações urbanas diz respeito ao conjunto formado pelas ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida. Ressaltamos este fato tendo em vista que as quatro ocupações ocorrem no terreno de maneira contígua, tendo origens num mesmo princípio de organização. Receberam diferentes nomeações considerando que foram ocupadas em diferentes temporalidades e contextos, entre 2012 e 2016.

O caso da Ocupação Dona Cida teve seu início nos dias 16 e 17 de setembro de 2016, quando 200 famílias ocuparam o terreno localizado no bairro CIC, próximo à Vila Sabará, nas proximidades do limite do município de Curitiba com Araucária. Na época, a ocupação teve apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Paraná (MTST-PR) e foi batizada pelo nome Dona Cida, homenagem a uma militante sem teto falecida em julho de 2016. Estima-se, de acordo com a entrevistada Beatriz Martins de Lima - na época do relato, coordenadora da Ocupação 29 de Março e, atualmente, uma das vices coordenadoras da Dona Cida que, na Ocupação, estejam residindo aproximadamente 380 famílias.

Na época da ocupação os militantes envolvidos na organização compunham o MTST. Todavia, com o tempo, houve mudanças na conjuntura política dos quadros do movimento, fazendo com que os militantes retomassem sua atuação como Movimento Popular por Moradia (MPM). Nesse sentido, é perceptível uma certa dificuldade de compreensão dessas continuidades e descontinuidades, tanto pelos apoiadores externos, quanto pelos próprios moradores das ocupações. Explica Paulo Bearzoti Filho, professor e militante do MPM em Curitiba,

Parte dessa militância do movimento popular surgiu com militantes do PSOL no Núcleo de Movimento Popular do PSOL. [...] Em 2010 nós conhecemos o MTST. Um companheiro veio para cá e nos convidou para compor a Frente Resistência Urbana. Mas, para atuar na Resistência Urbana, você não podia atuar como partido. [...] Então nós, as mesmas pessoas, construímos o MPM, Movimento Popular por Moradia, para participar das atividades da Resistência Urbana. [...] Em 2013 nós saímos do PSOL, e, quando saímos, o pessoal nos convidou, pessoal de São Paulo e tal, para entrarmos no MTST. [...] Por dois anos e meio, nós estivemos no MTST. Aí aconteceu o inverso, né? O MTST foi para o PSOL. [...] Voltamos a militar como MPM. Então, no momento que inicia a Ocupação Dona Cida, em 2016, nós estávamos no MTST. Na medida em que a aproximação com o PSOL foi se materializando, nós, mais ou menos ali em 2018, já um pouquinho em 2017, fomos, enfim, saindo. [...] A Frente Resistência Urbana, que eu saiba, não existe mais. [...] Porque depois se construiu a Frente Povo Sem Medo. Então grande parte do esforço de construção da Resistência Urbana, e grande parte dos movimentos, embora, creio, não todos, esse esforço foi direcionado para construir a Povo Sem Medo. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Sobre a organização e ocupação dos terrenos, complementa:

Ali são quatro ocupações, são contíguas, não tem um nome em comum. E são quatro porque surgiram em momentos diferentes. Se você olhar, é a mesma área. Embora passe a Estrada Velha do Barigui ali no meio e tal. A primeira foi a ocupação Nova Primavera, em 28 de setembro de 2012; a segunda foi a ocupação 29 de Março, em 26 de março de 2015; depois a ocupação Tiradentes, no dia 17 de abril de 2015, e; a Dona Cida, se não me falha a memória, em 16 de setembro de 2016. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Em reflexão, sobre as ocupações Nova Primavera e 29 de Março, assinala Volochko (2016, p. 46), “[...] ocorreram em terrenos particulares pouco valorizados (entre indústrias e galpões), sendo organizadas pelo MPM e lutando pela construção, via Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, [...], de empreendimentos residenciais para as famílias”. Embora recebam nomeações diferentes pelas temporalidades no processo de produção do espaço, é preciso entender que mesmo trabalhando com enfoque na ocupação Dona Cida, as quatro ocupações possuem enorme complexidade e interação entre si, ao passo que eventos de variadas ordens que ocorrem numa ocupação, têm efeito em outras, seja no que diz respeito a articulação política local, seja em relação a alterações nas dinâmicas da vida cotidiana dos sujeitos que ali habitam.

Seguindo informações, até abril de 2016 a COHAB possuía 65,1 mil pessoas cadastradas na fila por financiamento habitacional. Em meio a esta conjuntura, no que diz respeito a moradia, explica a vice coordenadora da ocupação Dona Cida, “Bia”

Tinha muita gente procurando a gente, que não tinha lugar pra morar. E aqui [Ocupação 29 de Março] a gente estava sem espaço. A gente chegou a uma contagem de 300 pessoas que não tinham condições. Uns tinham sido despejados, outros estavam pra ser despejados de casa, que não tinham dinheiro e estavam desempregados. [...] Formamos um espacinho, tipo de 6x9m, um terreninho pra cada um fazer uma casinha. Então no começo ficaram em barraquinha, teve cozinha comunitária. A gente ajudou no que foi possível também ali, né? [...] Então foi isso que aconteceu. A gente foi atrás, conseguimos e colocamos. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Trazendo a discussão para as formas de organização existentes temos que, em cada uma das ocupações, existem algumas lideranças específicas. São os chamados coordenadores e vice coordenadores. Quando perguntado sobre este tema e sobre a influência que teve o movimento social nesse formato de organização, discorre Bearzoti Filho

Veio [a influência] num sentido amplo, né? Que também a gente respeitava as formas de organização já existentes e tal. Mas desde o começo nós montamos, né? Procuramos incentivar as coordenações, em alguns momentos fomos proativos no sentido de estabelecer coordenações ou de mudar coordenações. E ao mesmo tempo, eles também foram se organizando, indicando vice coordenadores ou coordenadores, pessoal de apoio, foram criando uma dinâmica. Mas o hábito de fazer assembleias periódicas no início das ocupações, de dar informes, de montar reuniões de coordenação, eu acho que teve um forte estímulo de nossa parte. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Participaram da assembleia moradores, coordenadores, militantes do MPM, apoiadores acadêmicos, apoiadores externos individuais, políticos locais, entre outros sujeitos. Como encaminhamento retirado na assembleia, realizou-se um ato coletivo, na semana seguinte, que partiu da Praça 19 de Dezembro e foi até a sede da Prefeitura de Curitiba.

Por este ângulo, percebe-se que nesta relação existe um encontro entre setores populares da sociedade com outras classes sociais formando um tipo de manifestação de maior alcance do que teriam separadamente. Sobre este aspecto, discorre Bearzoti Filho

O movimento social, no meu modo de ver, é um encontro de militantes de origens nas classes médias, ou pelo menos com letramento, [...], e que em geral, portanto, vem das classes médias; não é uma regra, mas é tendência. [...]. Eu acredito que a ideia da organização plenamente espontânea seja um mito. [...]. Quando eu digo mito, eu não estou dizendo 100% dos casos, né? Como eu poderia fazer uma afirmação tão genérica. Mas em geral, tudo aquilo que passa por tão espontâneo assim, ele também teve algo que veio do estudo, da formação acadêmica, da leitura, do letramento. [...]. Ao mesmo tempo, os militantes com formação acadêmica devem militar junto ao povo, caso contrário, não são nem exatamente militantes. É esse encontro que institui os movimentos sociais. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Neste segmento avalia, também, a participação do MPM na ocupação Dona Cida e nas outras

Entendo que nós participamos como movimento, na assessoria jurídica, ajudamos a organização, nós colocamos princípios e métodos de organização que não são exatamente espontâneos no povo e, ao mesmo tempo, aprendemos sobretudo com a combatividade popular, que é maior que a dos quadros, aprendemos o envolvimento no dia a dia, até na cidade, a persistência, a resiliência, a resistência de estar nas áreas, de estar na dificuldade, a maneira direta, objetiva com que o povo compreende a realidade. Entendo, portanto, que foi uma tentativa, até certo ponto bem-sucedida, até certo ponto envolveu contradições e obstáculos, mas uma tentativa de síntese dessas duas perspectivas. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Simultaneamente a esta reflexão, podemos trazer também a perspectiva das lideranças sobre o envolvimento do MPM com as ocupações, como demonstra a narrativa da vice coordenadora da Dona Cida,

Se o movimento não fosse tão forte a gente não teria conseguido, entendeu? Porque são eles que apoiam a gente em tudo que a gente faz. Porque sem eles a gente não é nada aqui. Por exemplo, chega um advogado, chega a polícia, quem é que vai? O movimento que vai vir e que vai resolver, não é nós. A gente só faz a coordenação e ajeita tudo, deixa as famílias todas encaminhadas, mas quem faz tudo é o movimento. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Sobre a atuação dos coordenadores nas ocupações, como tendência em diferentes tipos de organização popular, percebe-se uma variação quanto a intensidade de mobilização conforme a demanda e as carências da comunidade. Neste sentido comenta Bia,

Estamos em bem poucos coordenadores, porque antigamente precisava de mais, porque era uma organização mais cerrada, mais forte, era mais gente, era mais ajuda que a gente precisava. Conforme a gente vai encaminhando um por um, eles vão deixando aquela necessidade da gente, entendeu? Daí a gente fica mais em poucos, se era dez, só fica um ou dois, [...] então sempre tem um corre, entendeu? (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Outro ponto que chama atenção no contexto da ocupação Dona Cida, no que diz respeito a organização local, é a discussão da construção de uma associação de moradores. A ideia, de acordo com Bia, foi discutida e proposta uma gestão com 12 moradores na diretoria.

A gente decidiu foi ano passado [2017], que a gente precisava de uma associação. Até por causa das doações, CNPJ, essas coisas, que a gente não tem. E como a gente não tem uma associação, fica mais difícil pra gente conseguir essas coisas. [...]. Todo mundo entrou em comum acordo entre os coordenadores. Vamos fazer uma associação, e surgiu. [...]. Não tinha barracão pra gente guardar, pra fazer uma reunião, guardar as doações que, vem roupas, vem doce, vem calçado. [...]. Que nem agora, não tinha lugar pra guardar, aí teve que fazer uma casinha lá e tal, um barraquinho pra poder colocar. Então, a proposta da casa da criança, da associação, foi pra gente ajudar a população, porque sem isso não tem como a gente fazer. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

O debate tratado nos parágrafos acima vai ao encontro com o que foi pontuado no tópico anterior, referente a Associação 23 de Agosto, no que diz respeito a importância da construção de um espaço físico para a realização de atividades na comunidade. Essas eram as tendências de organização, como narrado por Bia, até o dia da realização da entrevista com a vice coordenadora da ocupação Dona Cida. Esse quadro, entretanto, viria a mudar drasticamente após o episódio do incêndio ocorrido na ocupação 29 de Março no início do mês de dezembro de 2019 – que será tratado mais adiante - justamente por conta do fator supracitado que envolve as carências e demandas da comunidade *versus* a intensidade de mobilização.

Buscou-se ilustrar parte dos sujeitos e organizações envolvidos com o caso da ocupação Dona Cida no formato de um organograma, representado pela Figura 02. Com efeito, o objetivo não passa por discutir todos os sujeitos envolvidos, tendo em vista a complexidade das relações. Todavia, com base em trabalhos de campo, diários e análise das entrevistas narrativas, busca-se sintetizar e tornar compreensível uma parte do todo.

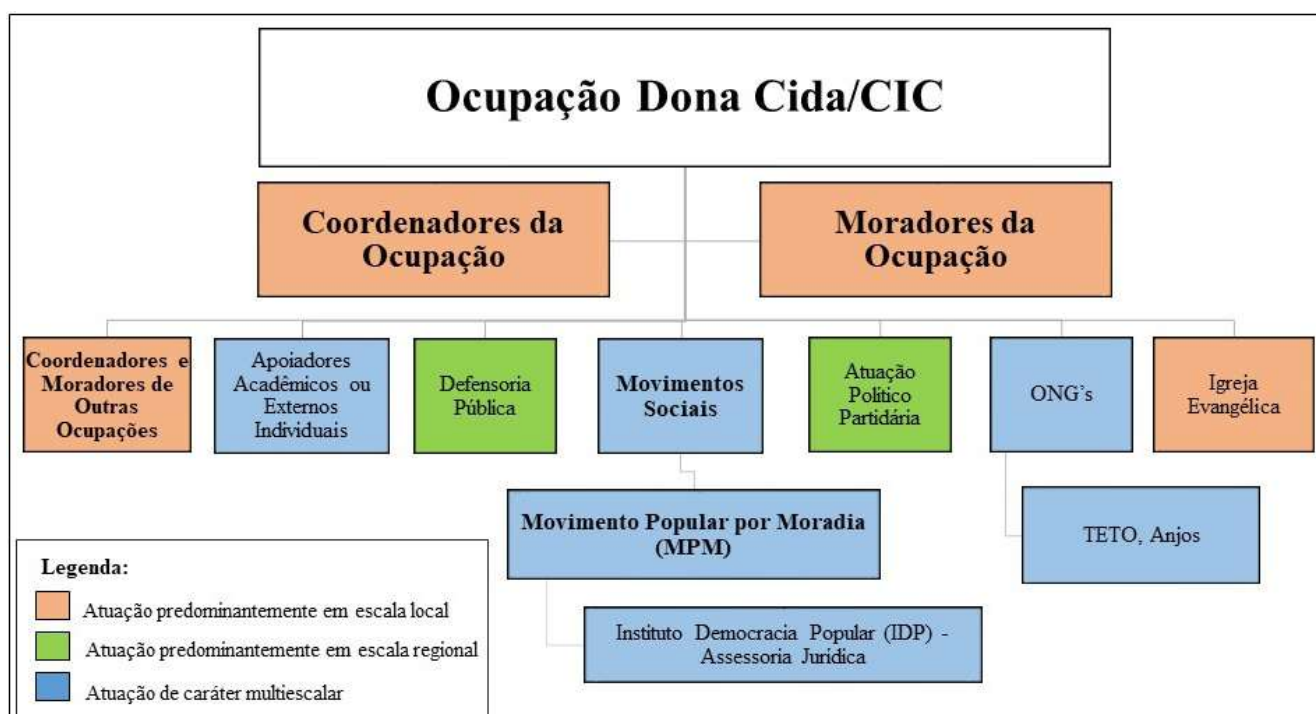


Figura 02. Ocupação Dona Cida: organograma de Organizações e Sujeitos Atuantes. Elaboração: Lima e Cigolini (2019). Fonte: Entrevistas e trabalhos de campo na comunidade.

No organograma, buscou-se explorar alguns sujeitos que participam da dinâmica da ocupação Dona Cida. A intenção, evidentemente, não é a de criar hierarquias entre estes sujeitos e organizações, apenas de apresentar algumas interações. Tendo isso em vista, além dos coordenadores e moradores da ocupação e da atuação do MPM, destacamos a participação do Instituto Democracia Popular (IDP) na assessoria jurídica das ocupações. Além disso, nos trabalhos de campo, conversas informais e narrativas, podemos elencar a atuação da Defensoria Pública, também, no que diz respeito a parte jurídica.

Apoiadores acadêmicos e apoiadores individuais mostram-se importantes, não só pela atuação local, como no papel de levar questões e particularidades das ocupações para outras esferas de debate; seja em sentido acadêmico, em trabalhos, discussões ou grupos de estudos, seja no sentido amplo, como círculos sociais. A igreja, reconhecida há tempos como um poder de forte atuação nos estudos de ativismos sociais, cumpre também seu papel nas ocupações; realizam cultos, ações direcionadas a crianças e tem, marcadamente, participação em espaços como assembleias, por exemplo. Como destaque, neste ponto, realçamos uma tendência percebida nos dois estudos de caso: atualmente, a participação da igreja evangélica parece ter crescido frente a atuação da igreja católica.

Também as ONG's e representantes político-partidários. É notável a atenção de alguns

destes últimos quanto ao caso do complexo das ocupações, como perceptível em ações como a audiência pública realizada tratando o direito à moradia na Câmara Municipal de Curitiba. O que não impede, novamente, ações contraditórias em meio ao todo, como pontuado na narrativa de Bia, de sujeitos que aparecem com promessas em época de campanha.

Por fim, não poderíamos deixar de tratar, pelo menos brevemente, do incêndio ocorrido na ocupação 29 de Março, localizada em frente à ocupação Dona Cida.

No dia 7 de dezembro de 2018, após uma ação policial que vem sendo investigada desde então, para apuração das responsabilidades, foi provocado um incêndio que tomou conta de grande parte das casas do terreno da ocupação 29 de Março. Desde a ocorrência do fato, houve grande mudança no que diz respeito a atuação política e organização nas comunidades. Destacamos a atuação da ONG TETO no processo de reconstrução da ocupação, como, também, o aumento na intensidade de mobilização, tanto entre os moradores e coordenadores, quanto de apoiadores acadêmicos, individuais, igrejas, escolas, órgãos públicos: criou-se uma rede de voluntariado em torno da causa. A ocupação 29 de Março segue resistindo e dando sequência no processo de reconstrução das casas incendiadas. Da mesma forma, neste momento, Dona Cida, Nova Primavera e Tiradentes são todos 29 de Março.

A Territorialidade das organizações populares: potencialidades e limitações no contexto dos estudos de caso

Com base nos estudos de caso da Associação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida – sustentado por trabalhos de campo, narrativas, registros fotográficos e diários de campo, busca-se preencher uma lacuna não contemplada pelo discurso do urbanismo modelo existente em Curitiba: a exposição destes casos mostra que a questão da moradia desponta como avesso necessário da condição de realização de um planejamento virtuoso nas áreas de centralidade da capital paranaense.

Embora as organizações populares supracitadas, trabalhadas sob a ótica dos ativismos sociais, tenham suas origens ligadas a um problema estrutural em comum, intrínseco a produção capitalista do espaço, faz-se necessário pontuar, de início, algumas diferenças marcantes entre elas.

Primeiramente, devemos mencionar a questão das diferenças de temporalidade. Enquanto a Associação 23 de Agosto tem sua história vinculada a ocupação da Vila 23 de Agosto, nos idos de 1991, a ocupação Dona Cida floresce em 2016, dois contextos históricos e políticos diferentes.

Neste sentido tem-se, de um lado, uma associação de moradores vinculada a um processo de 28 anos de luta, indo desde conquistas vinculadas a estrutura urbana do bairro até a regularização fundiária do terreno ocupado e, de outro, uma ocupação organizada e assessorada por um movimento social, que caminha para o seu terceiro ano de existência, isto é, de resistência. Este fator representa, também, dois contextos de luta que fazem toda a diferença na análise. No caso da Associação 23 de Agosto, a conquista da regularização fundiária deu aos moradores uma base que não existe na ocupação Dona Cida até o momento: a segurança de posse. Tendo isso em vista, e levando em consideração os processos históricos de construção, busca-se comparar as lutas atuais dos dois casos, dando destaque ao entendimento da complexidade, dinâmica, potencialidades e limitações dessas organizações populares e suas territorialidades.

Haesbaert (2015) apresenta ideias advindas da obra de Michel Foucault, colocando que o poder implica sempre em resistência, onde os grupos subalternizados estão continuamente reconstruindo sua territorialidade dentro do movimento desigual de dominação e resistência. Ainda considerando a obra de Foucault (1979), sabe-se que os poderes se exercem em diversos níveis e escalas, não sendo restritos ao Estado, como pensou-se por muito tempo. Assim, todo o debate de poderes que envolve os estudos de caso deste trabalho tem, ao menos no que se refere ao ponto de partida, uma perspectiva contra hegemônica.

Não significa dizer que não existam interações/relações com o Estado – ou, poderes hegemônicos, no contexto de cada processo.

Outro ponto vai ao encontro da discussão de Gohn (1991), que faz um balanço das teorias que estabelecem os movimentos sociais urbanos, de forma geral, e analisa práticas e manifestações concretas do caso brasileiro. Gohn ressalta a importância da análise da correlação dos sistemas de forças sociais. Nesta, podemos entender a composição destes movimentos como uma somatória de forças entre uma base, lideranças, assessorias e apoiadores. Embora, neste trabalho, tratemos de organizações populares que se manifestam como ativismos, tendo ou não envolvimento de movimentos sociais, o raciocínio facilita a compreensão desses fenômenos.

Igualmente, destacamos que, ao considerar as relações de poder na produção do espaço, abre-se um grande leque de possibilidades, escalas de análise e sujeitos. Portanto, faz-se necessário delimitar quais relações de poder se busca sendo elas as relações que envolvem mais diretamente as resistências populares. Com base neste ponto, e de forma a não criar níveis ou hierarquias na rede de inter-relações existentes, propõe-se interpretar a organização política da Associação de Moradores 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida a partir de três esferas, sendo elas: (1) a esfera de organização política estatal, (2) a esfera de organização política local, e, (3) a esfera de organizações políticas em geral. Deste modo, chama-se atenção para as redes de inter-relações que ocorrem coetaneamente, por vezes em conflito, entre uma esfera e outra, assim como entre as três, como representado na Figura 03.



Figura 03. Esferas de organização política para interpretação dos ativismos.
Elaboração: Lima e Cigolini (2019).

Em cada esfera, podemos elencar um conjunto de atores ou sujeitos. Na esfera de organização política local temos, por exemplo, os moradores e, até mesmo, a influência de lideranças religiosas. Na esfera de organizações políticas em geral, podemos elencar os coletivos (Alicerce Popular), os movimentos sociais no sentido estrito (MPM e, recentemente, ações pontuais do MST nas ocupações), Organizações Não Governamentais (TETO, Anjos), apoiadores acadêmicos (Projeto Ocupações Urbanas, Ateliê de Arquitetos), proje-

tos atrelados a ações de diferentes instituições religiosas (com ênfase para a participação de Igrejas Evangélicas), partidos políticos e seus representantes (cumprindo mandato ou não), assessoria jurídica (IDP), entre outros.

Na esfera de organização política estatal, pode-se colocar políticos já eleitos em cumprimento de mandato (principalmente vereadores, deputados estaduais e prefeitos), secretarias e regionais de Curitiba, Defensoria Pública, Ministério Público, empresas estatais (COHAB, por exemplo), órgãos prestadores de serviços básicos (água, luz, transporte, segurança pública). Nesta esfera, parte das relações ocorre de maneira bastante conflituosa.

O caso da Associação 23 de Agosto se enquadra no que Souza (1988; 2010; 2011) caracteriza como ativismo de bairro. Este tipo de ativismo aparece inserido dentro do que o mesmo chama de ativismo social em geral. Embora tenha surgido no contexto de uma vila que foi parte de um processo histórico de ocupação tendo, inclusive, apoio de movimentos sociais de luta por moradia existente na região Sul de Curitiba na época. Atualmente, a organização política existente em torno da associação trava lutas frente a produção do espaço na escala do bairro e busca criar pontes de auxílio aos moradores da Vila 23 de Agosto. Sobre a participação dos movimentos, elucida a presidente da associação

Pro ano que vem, se Deus quiser, a gente está pensando em retomar o movimento de moradia da região Sul de Curitiba. É um movimento da região Sul mesmo, que é: Pinheirinho, Xaxim, Alto Boqueirão, Sítio Cercado e o Ganchinho agora, né? [...]. Nós demos uma parada agora, em setembro...agosto foi a última reunião desse ano. Mas a gente vai voltar, reorganizar o movimento pra lutar pelas pessoas que não tem onde morar ainda, né? Porque tem muita gente que paga aluguel ainda que não conseguiu. Agora ficou por conta das empreiteiras. Então, tem que se reorganizar o movimento de moradia. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Dentre as potencialidades presentes na Associação 23 de Agosto, destaca-se a atuação, como relação de apoio, do Coletivo Alicerce Popular. As atividades realizadas pelo coletivo em diálogo e parceria com a associação como o Cursinho Alicerce 23, a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto e o Cine Clube criam uma dinâmica importante, atividades sempre alinhadas com a formação política dos moradores que participam. Ainda que aconteçam no espaço da Associação outras atividades, que também possuem dinâmica interessante (como a padaria comunitária, cursos e aulas de capoeira, por exemplo), é evidente que a dinâmica de interação causada pela relação entre diretoria da associação e o coletivo Alicerce Popular potencializa a organização política como um todo.

Outra potencialidade diz respeito a uma certa herança política construída pelo processo histórico firmado na ocupação da Vila 23 de Agosto, que reflete por uma espécie de “pensamento comunitário” presente em parte dos moradores, principalmente nos mais antigos, e que aparece na organização da associação. Além da participação do Alicerce Popular, deve-se destacar também a presença de apoiadores externos na realização de parte das atividades que, como pontuado anteriormente, além da atuação local, levam o debate para outras esferas sociais.

O espaço físico da associação também aparece como uma potencialidade, no sentido de ser, para a Vila 23 de Agosto, uma centralidade em escala local, criando uma territorialidade onde as coisas acontecem: atividades diversas, assembleias, reuniões, não apenas à associação de moradores, mas um espaço de interação e uso dos moradores da vila.

Em contrapartida, como em qualquer organização popular, devemos pontuar algumas limitações. Primeiramente, houve uma aparente desmobilização dos movimentos de luta por moradia, que estava presente no início da ocupação. Outro ponto importante para a discussão, que envolve a capacidade de mobilização deste caso, diz respeito ao marco histórico da regularização fundiária. Ainda que, coetaneamente, existam outras lutas em pauta (ligadas a garantia de equipamentos urbanos), a segurança da posse veio acompanhada de uma sensação de estabilidade, de “dever cumprido” para parte dos moradores.

Sobre a participação dos moradores e a mobilização, ainda que a diretoria, Alicerce e outros apoiadores promovam uma quantidade razoável de atividades, a participação é, por vezes, incipiente. Por fim, destacamos um fator comum a muitas organizações: a sobrecar-

ga de tarefas sobre membros da diretoria e, até mesmo, sobre militantes do coletivo. Sobre a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto, por exemplo, diz Martins

Quando as pessoas se organizam, elas tendem a se comprometer mais com as coisas. Eu acho que se tivesse mais pessoas que se comprometessem a participar de algo de forma contínua, o negócio andava com muito mais facilidade. Mas é bem problemático isso, principalmente quando as pessoas trabalham bastante em serviço pesado, como é aqui na vila. [...]. Falta energia pra tentar o comprometimento, aí você fica empurrando as coisas, né? (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Há, na vila, um esgotamento da capacidade de funcionamento de serviços como creches, escolas e postos de saúde frente ao crescimento do bairro. Neste ponto, o entrevistado acima citado aponta que, a partir dessa carência, existe um espaço para atuação e organização da comunidade, no sentido de criar pressão nos órgãos públicos responsáveis pela atuação dos moradores.

No que diz respeito a Ocupação Dona Cida, não podemos caracterizar o caso, por completo, como um ativismo/movimento social no sentido estrito. Tratamos aqui, de uma ocupação urbana, organizada e com atuação ativa de um movimento social, o Movimento Popular por Moradia (MPM).

Embora a Dona Cida caminhe para seu terceiro ano, desde a ocupação do terreno, chama-se a atenção para a dinâmica que envolve o contexto das quatro ocupações, considerando que a primeira ocupação do complexo ocorre em 2012.

No que diz respeito as potencialidades existentes nas redes de relações entre sujeitos e organizações na Ocupação Dona Cida, destaca-se, em primeiro lugar, justamente o fato de a ocupação ter sido organizada por um movimento social no sentido estrito. Souza e Rodrigues (2004), mostram que estes movimentos sociais se diferenciam dos ativismos sociais, em geral, no sentido de que as ações não são pensadas apenas pontualmente. Existe uma reflexão mais profunda a respeito das pautas, problemas conjunturais e um horizonte de luta.

No caso do Movimento Popular por Moradia, trata-se de um movimento social urbano que atua em torno da questão da moradia. Parte da dinâmica de organização política existente na comunidade possui herança da atuação do movimento, como as coordenações, assembleias periódicas, atos, repasses, etc. Tendo isso em vista e considerando que a atuação do movimento se faz presente até hoje – ainda que atualmente as principais atuações sejam de apoio em questões organizacionais e assessoria jurídica – as relações de interação entre a comunidade, lideranças e o movimento aparecem como uma das principais potencialidades no contexto das ocupações.

Outro ponto que surge, como potencialidade, no contexto das ocupações, está relacionado a presença de apoiadores externos, sejam eles acadêmicos, individuais ou políticos. Estes sujeitos criam uma dinâmica, tanto no desenvolvimento de atividades no espaço da comunidade, quanto na possibilidade de levar as particularidades e pautas das ocupações para outros meios ou círculos sociais. Cria-se um horizonte de visibilidade para a comunidade, para a luta pela moradia e pelo direito à cidade, expondo as contradições no discurso da “Curitiba modelo”.

Gostaríamos de enfatizar, como potencialidade, a centralidade que a ocupação Dona Cida vem ganhando diante do complexo de ocupações. Analisando-se o contexto, o fato de ter sido a última das quatro ocupações fez com que a experiência oriunda dos três processos anteriores guiasse a organização da ocupação de melhor forma. Neste sentido, existem ruas mais largas e alguns espaços reservados para organização coletiva, a exemplo dos terrenos destinados a construção da sede física da associação de moradores e da “casa da criança”. O parquinho, construído na Dona Cida, em parceria com apoiadores externos, também aparece como um espaço atrativo em matéria de lazer no contexto local, sendo uma das poucas opções próximas de divertimento para as crianças.

Por fim, destacamos a centralidade da chamada “tenda azul”, também na ocupação Dona Cida. Comprada por intermédio de ações de arrecadação feitas pelos próprios moradores, a falta de um espaço físico para ações, reuniões e assembleias faz com que todas as ativida-

des a serem realizadas na ocupação sejam direcionadas à tenda azul, como reforçado por Bia “[...] pra reuniões, pra festinhas.... Basicamente pra tudo ali, né? Tudo que vier é ali embaixo que a gente coloca”. Com o incêndio na 29 de Março, a capacidade de mobilização do complexo tem chamado a atenção, e, nesse contexto, a centralidade da Ocupação Dona Cida segue tendo papel fundamental para a comunidade.

No que se refere as limitações, um ponto que difere fortemente do estudo de caso, da Associação 23 de Agosto, diz respeito a completa insegurança na posse do terreno. Na Ocupação Dona Cida, os moradores estão diariamente em luta e em resistência, com o intuito de garantir o direito à moradia. Simultaneamente a essa resistência diária, a assessoria jurídica, principalmente de membros do Instituto Democracia Popular (IDP), buscam garantir os direitos dos moradores em outras instâncias, na defesa dos mesmos frente aos proprietários do terreno. Destaca-se, ainda, a complexidade do cotidiano nas ocupações que, em diferentes momentos, passaram por continuidades e descontinuidades na relação das bases e lideranças para com o movimento social, variando conforme as necessidades da ocupação. Sobre este tema, discorre Bearzoti Filho

Paradoxalmente, as pessoas se organizam mais no momento de crise. Então se você está na eminência de um despejo, as pessoas se organizam. Se a vila tem enchente, elas se organizam. Mas quando a água abaixa, quando o período das chuvas passa, que entra aquela vida cotidiana normal, existe uma natural dificuldade de se organizar. Diz o Pochmann [Marcio Pochmann], novamente citando, diz ele, né? Que as Igrejas Evangélicas e o próprio crime são as instituições, se assim podem ser chamadas, que de maneira mais efetiva souberam adaptar-se a essa nova sociedade de serviço e organizá-la. Existe, talvez, uma mudança paramétrica, com novas formas de organização. O movimento consegue organizar, mas não é fácil, né? Existe uma tendência natural, na vida cotidiana e normal, que as pessoas fiquem em casa, fiquem com as suas famílias, que vão do trabalho para casa e tenham formas de organização relativamente soltas, fluidas. A Igreja, de fato, é uma exceção notável dentro dessa tendência, sobretudo as igrejas de denominação evangélica. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Além de problemas estruturais como água, energia elétrica, saneamento, transporte, entre outros, deve-se pontuar a existência inerente de questões que fogem da responsabilidade das organizações populares, como a violência e a ação do poder paralelo. Com base na discussão tratada nesta seção, organizou-se um quadro síntese com as potencialidades e limitações das organizações populares tratadas nos estudos de caso, representado pela Figura 04.

Organização	Potencialidades	Limitações
<p>23 de Agosto</p> <p>Atuação do Coletivo Alicerce Popular.</p>	<p>Base construída com apoio de movimentos de luta por moradia contemporâneos a ocupação do terreno.</p> <p>Articulação com apoiadores acadêmicos e apoiadores externos individuais.</p> <p>Desenvolvimento de atividades diversas pela associação no sentido de encontros, reuniões, organização e formação política.</p> <p>Espaço físico da associação de moradores como centralidade para a Vila 23 de Agosto.</p> <p>Base inicial advinda, fundamentalmente, de um movimento social em seu sentido mais estrito.</p> <p>Atuação do Movimento Popular por Moradia (MPM) desde o início do processo de ocupação dos terrenos.</p> <p>Articulação com apoiadores acadêmicos e apoiadores externos individuais.</p> <p>Realização de reuniões, assembleias e táticas como atos coletivos em defesa da comunidade.</p> <p>Centralidade da ocupação como um todo no contexto do complexo de ocupações - “tenda azul”, parquinho, projeto de associação de moradores.</p>	<p>Aparente desmobilização dos movimentos de luta, por moradia, existentes na época da ocupação da vila.</p> <p>Apesar de certa estabilidade dada pela regularização fundiária de parte do terreno, houve perda na capacidade de mobilização</p> <p>Esgotamento de capacidade de funcionamento de serviços como creches, escolas e postos de saúde frente ao crescimento do bairro.</p> <p>Participação, por vezes, incipiente dos moradores em atividades da associação.</p> <p>Sobrecarga de tarefas no que diz respeito a organização de atividades da associação entre a diretoria.</p> <p>Conflitos de ordem jurídica com os proprietários do terreno; constante sensação de insegurança de posse.</p> <p>Continuidades e descontinuidades ao longo do tempo, tendo em vista a complexidade do cotidiano das ocupações.</p> <p>Precariedade em serviços como água, energia elétrica, transporte, educação, saúde e lazer.</p> <p>Carência de espaços físicos para a realização de atividades e armazenamento de doações recebidas.</p> <p>Há, inevitavelmente, preocupação com fatores que fogem da responsabilidade das organizações, como a violência e a ação do poder paralelo.</p>

Figura 04. Síntese de potencialidades e limitações das ocupações 23 de Agosto e Dona Cida.
Elaboração: Lima e Cigolini (2019).

Os estudos de caso tratados, guardadas as devidas proporções, possuem diferenças e semelhanças, momentos de aproximação e afastamento. Cada um com suas lutas e particularidades, porém, alguns problemas parecem comuns em ambos os estudos de caso.

Embora não sejam ativismos sociais com o mesmo enquadramento conceitual e correspondam a processos históricos diferentes, ambos os casos têm como ponto de partida a questão da moradia. Mais do que isso, partem da questão da moradia no município de Curitiba, apontando uma contradição na produção capitalista do espaço que foi, claramente, encoberta, minimizada e silenciada diante do discurso do *citymarketing* da capital paranaense. Os estudos de caso expõem a contradição em torno da questão da moradia em Curitiba, explicitam conflitos e mostram relações de poder na atuação e organização dos sujeitos em redes de mobilização.

Ainda no fim da década de 80, assinalava Souza (1988), reflexões acerca de ativismos remetem direta ou indiretamente a questões relativas a descentralização e desconcentração do poder no espaço, no sentido de criar núcleos de poder para além do poder hegemônico do Estado. Neste sentido, vale mencionar que, na perspectiva de Souza (1988, p. 110), alguns ativismos “[...] mesmo sem exteriorizarem um confronto político direto, protagonizam experiências que precisamente revelam o desejo de não reproduzir estruturas heterônomas e que encarnam à vontade [...] de controle comunitário e local da vida urbana”. Com base no conteúdo abordado, ressalta-se: embora a discussão dos estudos de caso seja de grande complexidade, temporalidades distintas e não se enquadrem, conceitualmente, num mesmo tipo de ativismo social, consideramos que ambos os contextos possuem elementos do que Rolnik (2015) trata como porosidades, resistências e quebras de consenso.

Nesta lógica, salienta-se a existência de uma territorialidade dessas organizações populares. As relações de poder entre os sujeitos, atuando em rede, concretizam-se no espaço, em diferentes esferas de atuação e de forma poli dimensional quanto as pautas de luta. O que significa isso? A complexidade das relações sociais faz com que se torne inviável delimitar até onde vão as ações de cada sujeito em cada contexto dos estudos de caso.

Neste sentido, ao mesmo tempo que uma liderança possui atuação predominantemente local - mediando situações dentro da comunidade, organizando reuniões com os moradores, etc., há a possibilidade de os mesmos sujeitos participarem de reuniões de coletivos, partidos, audiências públicas, entre outros espaços que tornam suas ações não mais especificamente locais, ou seja, os sujeitos, organizados em redes, envolvidos na dinâmica e na produção do espaço das organizações populares, exercem suas relações de poder de forma multiescalar.

Embora se utilize de esferas de organização política, para tornar o conteúdo da reflexão mais didática, sabemos o quanto é difícil precisar quais esferas abrangem quais sujeitos. Ainda, percebe-se que as pautas existentes nos estudos de caso não se restringem ao local, mas sim a um contexto maior de luta por moradia e pelo direito à cidade.

Podemos afirmar que nosso objetivo não passa por delimitar, afirmar ou simplesmente concluir ideias sobre estes fenômenos, mas passa por demonstrar sua complexidade, contradições, conflitos e agregar elementos para que as questões de pesquisa levantadas neste trabalho ganhem espaço e sejam melhor compreendidas. Por fim, prevalece discussão de Massey (2008) frente ao sentido global dos lugares; as lutas e resistências possuem múltiplas escalas e interações e, em nosso caso, convergem para a produção dos espaços aqui trabalhados.

Considerações finais

Analisar a conjuntura das metrópoles no contexto brasileiro passa por refletir o papel de ativismos sociais, movimentos populares e outras formas de resistência como agentes produtores do espaço urbano. Problemas de ordem fundiária, segregação sócio-espacial e a dificuldade no acesso à moradia mostram-se como parte de uma condição funcional para a reprodução capitalista do espaço.

Buscou-se mostrar que em Curitiba, uma cidade onde a produção do espaço é marcada pelo “mito da cidade modelo”, os conflitos e contradições seguem pulsando. Com isso, se quer dizer que, mesmo com suas particularidades históricas, no que diz respeito ao planejamento urbano, Curitiba não fica distante do contexto urbano brasileiro, haja vista que está inserida no modo capitalista de produção do espaço onde contradição e conflito são intrínsecos. Conclui-se que a luta em torno da questão da moradia possui, na capital paranaense, uma grande relevância se exploras as contradições coetâneas no espaço urbano da cidade. Considera-se, assim, que a questão da moradia coloca em xeque o discurso de Curitiba como uma cidade modelo em planejamento, como discutiu Albuquerque (2007).

Tratando do contexto de Curitiba Oliveira (2000), diz que a contestação da imagem da cidade só poderia advir do que o autor nomeou como “classes subalternas”. O espaço aparece como condição necessária para a reprodução das estratégias, das mobilizações políticas. Como nos apontou Rolnik (2015), os processos hegemônicos no contexto da produção do espaço não devem ser encarados como um bloco monolítico; neste grande bloco, existem porosidades, resistências e quebras de consenso. Nestes espaços, questiona-se o *status quo* e prefigura-se outros urbanos possíveis; em cada resistência, em cada apropriação do espaço torna-se como lugar de multiplicidade e liberdade.

Nesta perspectiva, as organizações populares aparecem como uma possibilidade de organização política, ação direta e resistência frente aos conflitos urbanos. Com base no desenvolvimento dos estudos de caso referentes a Associação de Moradores 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida mostrou-se a existência de uma territorialidade relacionada a essas organizações populares, no sentido que há uma diversidade de relações de poder ocorrendo entre os sujeitos, organizados em redes, que se concretizam no espaço de forma coetânea, em proporções multiescalares e em diferentes esferas de atuação.

Embora se tenha utilizado de esferas de organização política, para entender o conteúdo trabalhado, reconhece-se o quão difícil é precisar quais esferas abrangem quais sujeitos; em que escala de atuação se enquadram ou até onde vão suas relações e sua influência ou capacidade de mobilização. Soma-se a isso as particularidades e contradições internas existentes em cada um dos estudos de caso. Pensando nisso, reafirma-se o fato de que o objetivo não passa apenas por delimitar, afirmar, concluir ou esgotar nosso raciocínio. Nosso objetivo passa, também, por demonstrar a complexidade, os processos, explorar de forma dialética os conflitos, contradições e agregar elementos e leituras para que as questões levantadas neste trabalho ganhem espaço e sejam melhor compreendidas. Por fim, gostaríamos de ressaltar que o poder, como vimos no decorrer do trabalho, implica em resistência. Os ativismos, movimentos sociais, organizações populares, são formas apresentadas pelos sujeitos de se colocarem como participantes ativos na sociedade, como discutia Marcelo Lopes de Souza.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”**. Dissertação (Mestrado). FAU, USP. São Paulo: USP, 2007.
- BOULOS, G. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012 [1979].
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Viver no Limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- JOVCHELOVITCH, S., BAUER, M. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M., GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002 [2000].
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].
- OLIVEIRA, D. **Curitiba e o Mito da Cidade Modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- SOUZA, M. L. **O que pode o Ativismo de Bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista**. 241p. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- _____. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. In: **CIDADES - Revista Científica**. v. 07, n. 11. Brasília, 2010.
- _____. *As cidades brasileiras e os movimentos sociais no início do século XXI: sete questões para provocar o debate*. In: PEREIRA, E., DIAS, L. (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil**. Florianópolis: INSULAR, 2011.
- _____. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015 [2013].
- SOUZA, M. L., RODRIGUES, G. B. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- TONELLA, C. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal? **Caderno Metropolitano**. v.12, n.23. p. 239-262. São Paulo, 2010.
- VOLOCHKO, D. Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências. **Geotextos**. v. 12, n. 01. p. 37-50. Salvador, 2016.

“PARASIL”: O futuro do atraso

“PARASIL”: The future of delay

“PARASIL”: El futuro del retraso

RESUMO

O principal objetivo deste artigo foi estabelecer um paralelo entre os processos políticos e econômicos que envolveram Paraguai e Brasil e sedimentaram caminhos semelhantes entre ambos neste século, toda a leitura teórica e comparativa se deu sob a perspectiva da geografia crítica. Para tal, resgatou-se historicamente o processo migratório fronteiriço entre ambos os países, iniciado no contexto de suas ditaduras militares. Naquele contexto os interesses do Estado e do capital não abrangiam qualquer preocupação social com as classes sociais mais vulneráveis, estabelecendo então significativa desigualdade. Uma análise comparativa, a partir de índices socioeconômicos identificou semelhanças no desenvolvimento de ambos os países, ainda que apresentem questões sociais análogas, o potencial econômico do Brasil cria um ambiente favorável de investimento no Paraguai, os brasileiros se beneficiam da expansão econômica do estado vizinho, enquanto população deste sofre com o desemprego e a informalidade.

Palavras-chave: Política, Economia, Desigualdade, Brasil, Paraguai.

ABSTRACT

The main objective of this article was to establish a parallel between the political and economic processes that involved Paraguay and Brazil and settled similar paths between them in this century, all theoretical and comparative reading was from the perspective of critical geography. To this end, the border migration process between both countries was historically rescued, initiated in the context of their military dictatorships, in that context the interests of the state and capital did not encompass any social concern with the most vulnerable social classes, thus establishing significant inequality. A comparative analysis based on socioeconomic indices identified similarities in the development of both countries, although presenting similar social issues, Brazil's economic potential creates a favorable investment in Paraguay, Brazilians benefit from the economic expansion of the neighboring state. as a population, it suffers from unemployment and informality.

Keywords: Politics, Economy, Inequality, Brazil, Paraguay.

RESUMEN

El objetivo principal de este artículo fue establecer un paralelismo entre los procesos políticos y económicos que involucraron a Paraguay y Brasil y establecieron caminos similares entre ellos en este siglo, toda lectura teórica y comparativa fue desde la perspectiva de la geografía crítica. Con este fin, el proceso de migración fronteriza entre ambos países fue históricamente rescatado, iniciado en el contexto de sus dictaduras militares, en ese contexto los intereses del estado y el capital no abarcaron ninguna preocupación social con las clases sociales más vulnerables, estableciendo así una desigualdad significativa. Un análisis comparativo basado en índices socioeconómicos identificó similitudes en el desarrollo de ambos países, aunque presentando problemas sociales similares, el potencial económico de Brasil crea un ambiente de inversión favorable en Paraguay, los brasileños se benefician de la expansión económica del estado vecino. como población, sufre desempleo e informalidad.

Palabras clave: Política, Economía, Desigualdad, Brasil, Paraguay.

Introdução

O que era estranhamento virou semelhança, e o que parecia o avesso, se tornou o melhor dos iguais; eis no que se conformou a experiência transfronteiriça que potencializou a suposta hegemonia brasileira na América do sul, e que teve, no pequeno país Guarani, seu ponto de inflexão. Passadas cinco décadas desse processo de aproximação política e de integração econômica entre ambos os países, forjada pela expansão da fronteira oriental paraguaia, e pelo afluxo de expressivo contingente de migrantes brasileiros para aquelas terras, assistimos hoje, não a uma junção cultural específica, mas a uma padronização comportamental da semelhança.

O que deveria ser a constituição da diferença, se transfigurou na extensão e ampliação dos mesmos comportamentos e costumes. Em outros termos, a dinâmica expansiva da fronteira brasileira para o oriente paraguaio, enquanto movimento de populações, logrou não apenas integrar aquela paisagem a seu dinamismo, algo parecido a um subimperialismo - como no sentido empregado por Ruy Mauro Marini (1977) e revisitado por Luce (2011), porém em um ampliar de suas vicissitudes. Por meio de um processo marcado pelo concerto, no sentido musicista, e pelo consenso das elites integradas nos seus mecanismos de reprodução e expansão do lucro.

Precarização do trabalho, flexibilização das relações de emprego e desregulamentação dos fluxos de capital, dão a tônica nesse processo de integração desigual, dependente e combinado. O oriente paraguaio se converteu não apenas numa extensão da dinâmica expansiva da fronteira agrícola brasileira, mas no seu homônimo no sentido conceitual do termo.

Tal proximidade se reproduz inclusive na farsa política e na manipulação midiática vis-à-vis, sem contar no caráter grotesco e anedótico de ambos sistemas judiciários, que, em larga medida protagonizaram o dantesco espetáculo golpista; lá, em 2012, e cá, em 2016; em nome da moralidade e do combate a corrupção, dois golpes parlamentares com intenso apoio da imprensa local, e conivência do sistema judiciário de ambos os países, como destacam Souza (2016) e Reis (2017).

Tal como afirma o economista paraguaio Gustavo Cudas (2013) que “tanto no Brasil como no Paraguai a imprensa hegemônica teve papel fundamental para construir o cenário do golpe, nos dois casos um episódio foi manipulado e veiculado incessantemente até gerar comoção social e justificar a necessidade de um impeachment” e continua “Basta pegar um evento e torná-lo um escândalo através da manipulação e da insistência. É um ambiente que se cria, nós vimos aqui no Brasil como se criou em torno da operação Lava Jato.” Guardadas proporções históricas e processos distintos e devidos, o Brasil e suas elites vão convertendo o país num Paraguai do amanhã, e este no Brasil de hoje.

O movimento migratório e a reprodução da seletividade

parte substancial do fluxo migratório brasileiro para o Paraguai se deu em razão da existência de um contingente populacional excedente, fruto dos efeitos colaterais da modernização da agricultura no Sul do Brasil (SILVA, 2010). Foi impulsionado também como desdobramento da necessidade acumulativa do capital oligopolista e monopolista ligado ao agronegócio que ansiava pela abertura e expansão de novas áreas de fronteiras, os arranjos geopolíticos da conjuntura dos anos 1960 e 1970 entre Brasil e Paraguai se mostraram particularmente atraentes. Foi dentro desse quadro de ordenação de interesses que a nova fronteira se constituiu.

Isso, porque ao mesmo tempo em que estabelecia novos arranjos produtivos e introduzia inovações tecnológicas, recriava as condições de exclusão e subordinação da agricultura camponesa, tal qual a vivida pelos colonos sulistas no Brasil, vis-à-vis com o arcaísmo do mundo rural paraguaio. Somados a isso, a intenção paraguaia que, personificada na figura de seu ditador mais longevo Alfredo Stroessner, ambicionava a modernização das

instituições do país e da sua economia, tinha como mote o desenvolvimento da agricultura, ao qual objetivava introduzir e qualificar novos itens a suas pautas de exportações.

Mostrava-se, para tanto, fundamental expandir e incorporar novas áreas agricultáveis, disponibilidade de extensas áreas na região oriental do país se mostrara profícua para tal intento, pois servia, dadas as suas características pedológicas e de acessibilidade econômica, conforme Silva (2010), como forte indutor para projetos de colonização externos e internos.

Ainda de acordo com Silva (2010), Stroessner, em diferentes ocasiões, manifestara publicamente seu interesse no ingresso de agricultores brasileiros nessa região, pois via sobretudo nos colonos euro-descendentes do Sul do Brasil, os protagonistas weberianos da modernização da agricultura paraguaia, cujo contato com os agricultores nacionais, assim entendia Stroessner, poderia induzir nestes o espírito empreendedor.

O ditador paraguaio visava com isso atingir dois objetivos principais, as quais eram colonizar a região oriental e dissolver as tensões agrárias na região central do país, onde se concentrava a maioria do miserável campesinato guarani. No entanto, apenas o primeiro intento foi plenamente alcançado, um enorme contingente populacional se deslocou para aquela região e, em um intervalo de apenas duas décadas, alterou profundamente a sua paisagem, igualando-se, em paralelo, ao “ecocídio” brasileiro, que devastou as florestas de mata atlântica no oeste do Paraná. Um superlativo dantesco do mito pioneiro, civilizador dos motosserras e dos tratores *Bulldog*. (SILVA, 2010).

Precocemente a seletividade da modernização agrícola transposta para o país e efetivada pelos colonos brasileiros, elevou substancialmente os preços das terras nessa região, inviabilizando sua acessibilidade e manutenção por parte dos colonos mais fracos, corrompendo destarte, os arranjos campesinos e de agricultura familiar do Paraguai, que ao longo de décadas fora dominante. Também condicionou um processo muito rápido de reconcentração fundiário, dado que as culturas modernas, altamente tecnificadas, envolvem e requerem, para sua viabilidade comercial, maior ganho em escala e produtividade. Tal assertiva não era, conseqüentemente, possível nem viável às famílias que subsistiam em unidades diminutas e cuja capacidade de endividamento junto aos bancos também eram muito limitadas. Os campesinos guaranis muito cedo perceberam o infortúnio de sua condição naquelas paragens, e o engodo da sua migração, atraídos pelos projetos de assentamento do Instituto Bienestar Rural (IBR). (RÜCKERT, 2003).

Desta forma, afirma Silva (2010), os agricultores brasileiros estavam melhor posicionados economicamente e tinham acesso facilitado a empréstimos bancários, tendo em vista que a titularidade de suas terras lhes facultavam um acesso vantajoso a esses créditos, puderam em um período curto de tempo expandir sua produção e se firmar economicamente. Tal condição transformou esses agricultores numa nova classe média nacional e, por conseguinte afiliada aos setores mais conservadores da sociedade, por vezes reacionário dentro do próprio espectro político paraguaio. Se nos anos 1970 a garantia de segurança e estabilidade para integração a sociedade local era dada mediante a filiação ao coloradismo, nas décadas seguintes, a condição econômica foi aquela que tornou-se o meio garantidor da integração ao *mainstream* nacional.

A seletividade favorável, sobretudo, aos agricultores e empreendedores brasileiros ligados ao setor do agronegócio, contribuiu para a ampliação e extensão do fosso social já existente, agora com um toque de brasilidade. Segundo os dados colhidos pelo observatório OXFAM Paraguay, dos 3.634.566 hectares vinculados aos cem maiores proprietários de terras do país, 12,5% são pertencentes a brasileiros, sobretudo aqueles residentes nos departamentos mais orientais como Amambay, Cannindeyú e Alto Paraná.

A atuação de pecuaristas e empresários brasileiros no país tem se voltado também para as grandes extensões ocidentais do Chaco, região de clima semiárido, localizada nos departamentos de Boquerón, Alto Paraguai e Presidente Hayes, uma das áreas menos povoadas do Paraguai que se estende também para países vizinhos, como Argentina e Bolívia.. O Chaco paraguaio se caracteriza por ser um dos ecossistemas mais complexos e frágeis do hemisfério, composto por uma vegetação de bosques espinhosos baixos e abundantes

capinzais, com variações térmicas entre 7 graus no inverno e 49 graus centígrados nas estações mais secas e precipitações médias em torno de 400 milímetros anuais, chama a atenção a abundante presença de cactos de diferentes espécies e a existência de uma rica fauna composta por uma diversidade de mamíferos silvestres. (CRISTALDO, 2002)

Essa inóspita região de baixa densidade demográfica, que envolve quase 60% do território paraguaio, tem se convertido em sua última fronteira, atraindo de forma desmedida a ambição de pecuaristas e grandes empresas estrangeiras, consorciadas com empresários nacionais, que avançam impunemente sobre as terras dos povos indígenas, que há tempos remotos habitam estas vastidões (SILVA, 2010).

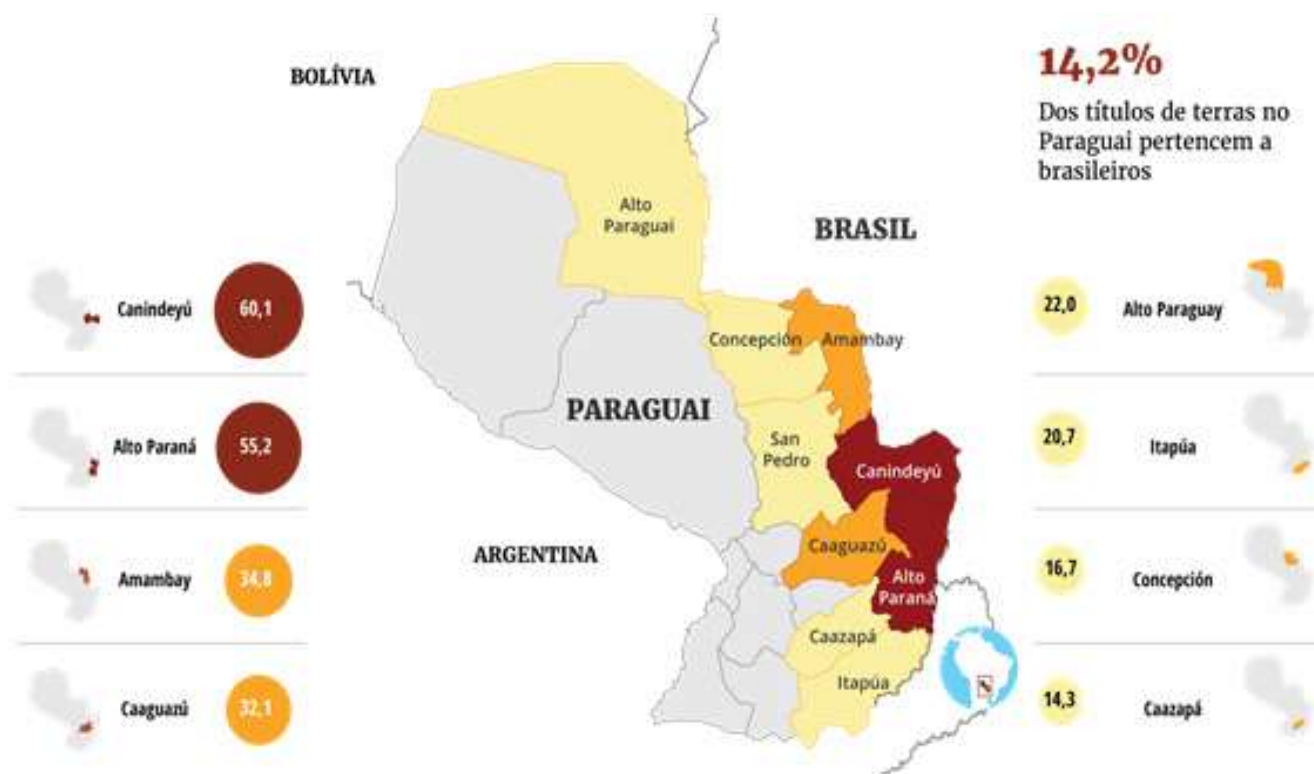
A lista presente na tabela 1, a seguir, dá mostras efetivas desse avanço e predomínio da elite “brasiguai” na região, cujo impacto principal tem se dado sobre as áreas remanescentes de floresta de mata atlântica e sobre as populações campestres e de silvícolas Guaranis.

Nome do Proprietário	Empresa	Total (hectares)
<i>Tranquilo Favero</i>	Grupo Favero	123.359
<i>Marcelo Ferraz Bastos</i>	Yaguareté Porá S.A. (VLW S.A.)	78.410
<i>Joici Companhoni</i>	Ganadera Umbú S.A.	40.000
<i>Emilio Evaldo de Araújo</i>	Agroganadera Aguaray	30.558
<i>Graciano Pereira Parini</i>	Agropecuaria Tabor S.A.	28.759
<i>Ulisses R. Teixeira / Saturnino Teixeira Jr.</i>	Paso Kurusu S.A. XT Paraguay S.A.	27.320
<i>Gino de Biasi Neto / Herbert Carranca</i>	River Plate S.A. BBC S.A.	20.644
<i>Ildair Di Doménico</i>	Agroganadera Forestal Arroyo Pozuelo SRL	20.000
<i>Hugo Virmondes Borges Filho</i>	Ytakyse S.A.	13.557
<i>Joaquim Fernandes Martins</i>	-	11.675
<i>Banco Itaú</i>	Issos Greenfield International	11.653
<i>Arnaldo Lopez de Almeida Neto</i>	-	10.385
<i>Mario Boff</i>	Agroganadera Santa Rita S.A.	10.043
<i>José Odvar Lopes</i>	Agrícola Entre Ríos S.A.	9.950
<i>Familia Zafaneli Dias dos Reis</i>	-	9.329
<i>Apolinario Adamés de Souza</i>	-	8.644
Total de hectares pertencentes a brasileiros		454.286

Tabela 1: Brasileiros entre os 100 maiores latifundiários do Paraguai (possuem 456 mil hectares juntos)
 Fonte: Oxfam Paraguay, Yoy Jára – Los dueños de la tierra em Paraguai. Organização: De Olho nos Ruralistas.

A presença de proprietários brasileiros que desde os anos de 1970 vem se concentrando na região da fronteira oriental do país, conforme o Mapa 1 a seguir, começa a avançar também em anos mais recentes em direção ao Chaco, expandido a pecuária de corte a partir da mesma lógica predatória que devastou as áreas de mata atlântica nos Departamentos de Cannindeyú e Alto Paraná (Moraes; Vieira, 2015). Ressalta-se que a maior presença brasileira nos departamentos da fronteira sul do Paraguai com o Brasil, segundo Silva (2010), está associada à expansão da fronteira agrícola do estado do Paraná, os departamentos fronteiriços próximos ao Mato Grosso do Sul passam a receber os brasileiros anos mais tarde, justifica-se, deste modo, a menor presença de proprietários do Brasil.

Já a expansão do setor de commodities, que tem na cultura da soja seu carro chefe, possibilitou ao Paraguai alçar a condição de quinto maior produtor mundial desse produto. A receita propagandeada para esse inédito feito pode ser atribuída a vários fatores como: disponibilidades de terras férteis e aptas à mecanização, com custos de financiamento mais baixos, impostos menores e tributação simplificada, contratos trabalhistas flexíveis e escoamento da produção mais barato, além, de custos menores com insumos e maquinário. (CAPECO, 2016).



Mapa 1: disposição da concentração de proprietários brasileiros no Paraguai por departamento, em %
Fonte: Censo Agropecuário, 2008 - apud: Oxfam Paaguay, 2017.

Essas condições favoráveis implicavam por parte do governo e do Estado paraguaio uma considerável renúncia fiscal, convertida em atrativo para o capital ligado a este setor, o que nos anos subsequentes seria estendido a outros setores do comércio e da indústria, sobretudo de capital brasileiro, como destaca Silva (2010). Em certa medida a conjuntura do pós-golpe, em ambas as versões, amplificaram o afluxo desses capitais para as regiões de fronteira no Paraguai, convertendo o pequeno país Guarani na bola da vez do virtuosismo de mercado. As condições históricas advindas dos anos 70 explicam o maior número de brasileiros no país, que amplificam os investimentos atualmente no próprio Paraguai, conforme é possível se observar no quadro 1.

País de residência	Brasileiros no exterior
Argentina	47.015
Paraguai	349.842
Uruguai	15.551

Quadro 1: Brasileiros residentes no exterior no MERCOSUL – 2014
Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Organização: autores.

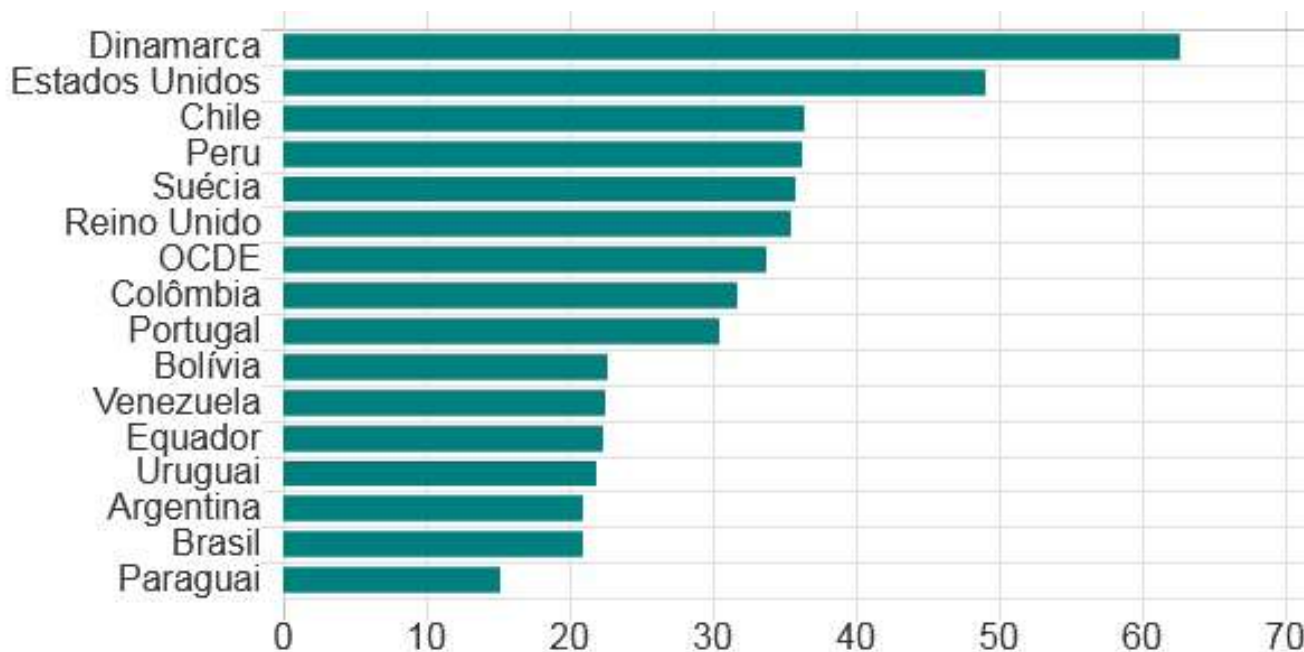
De acordo com Ribeiro e D'ercle (2016), do ponto de vista social, a aparente prosperidade, oculta um cenário pouco animador nesses termos. Embora o salário mínimo nessas paragens seja maior que o brasileiro, em torno de R\$ 1.200,00 reais convertidos, a precarização se traduz pela jornada de 48 horas semanais, ausência de sindicatos, férias progressivas (12 dias por ano para quem tem até cinco anos no trabalho, 18 dias para quem tem mais de cinco anos e 30 dias para quem possui mais de 10 anos no emprego) e sistema previdenciário precário, tendo em vista a baixa contribuição no país, somente 37,7% dos trabalhadores paraguaios contribuem com a previdência, segundo a Direção Geral de Estatísticas, Pesquisas e Censos (DGEEC, 2012), o que se reflete no elevado nível de informalidade, embora as agências oficiais divulguem uma taxa de desemprego na ordem de 6%. Tal realidade no mundo do trabalho possibilita para o empregador um custo 20% menor

em geral com folha de pagamentos se comparado a situação no Brasil. Segundo Wagner Weber, do Centro Empresarial Brasil Paraguai (BRASPAR) em entrevista àqueles autores:

“Isso não quer dizer que o paraguaio ganhe menos. O salário mínimo lá equivale a cerca de R\$ 1,5 mil, mas os impostos são bem menores. O empregador também paga menos encargos sobre a folha, e o funcionário fica com mais dinheiro no bolso. Por isso, atividades intensivas em mão de obra tendem a se instalar lá para reduzir custos. Esse é um movimento sem volta”. (RIBEIRO; D’ERCOLE, 2016).

Uma assertiva ironia para quem se apropria de 500 horas a mais por ano do trabalhador guarani, se comparado a seu consorte brasileiro, e do absoluto abandono quando em situação de desemprego, ou quando no limiar da velhice, de uma vez que a única seguridade para grande maioria dos trabalhadores é o amparo da família, quando essa pode arcar com esse custo evidentemente.

Tamanha desigualdade se reflete no comparativo tributário, demonstrando que a tributação sobre a renda e o lucro, tanto no Brasil quanto no Paraguai, estão entre as menores taxas do mundo, sendo que no Brasil os impostos são ainda mais regressivos, tendo em vista que 51% da receita tributária advêm dos impostos sobre consumo e serviços pagos por toda a população, enquanto sobre a renda são 18,02%; sobre o patrimônio são desprezíveis 4,17% e sobre transações financeiras míseros 1,61% (Belluzo e Galípolo, 2017), tributando de formas profundamente desiguais, e de maneira desproporcional, os salários e os dividendos. Comparando-se o fato com a situação de outros países, Brasil e Paraguai amargam uma posição desfavorável na tributação sobre a renda, conforme o gráfico:



4.Gráfico 1: Tributação sobre a renda - comparativo
Fonte: dados OCDE (OCDE Revenue Statistics, 2017).

Nesse sentido, em que o atual e anterior afluxo de capitais brasileiros para o Paraguai visa justamente as vantagens comparativas, dado, sobretudo, o baixo custo de instalação no país, bem como as condições oferecidas pelo governo - vinculadas principalmente ao frágil controle tributário e fiscal do país, além, do baixo custo da mão de obra.

Tal assertiva converge, de modo geral, para os problemas contemporâneos acerca da crescente desigualdade mundial, decorrentes em grande medida da avassaladora hegemonia dos mercados financeiros e do seu dogma ideológico neoliberal, como profundamente analisados por Stiglitz (2016) e Piketty (2014). Nas conjunturas vivenciadas pelo caso brasileiro e paraguaio a debilidade institucional e política de seus regimes, acabam por aprofundar ainda mais esse fosso social e econômico, transformando essas sociedades nas campeãs em desigualdade e concentração de renda.

A sociedade transgênica

A reprodução das vicissitudes brasileiras, tanto sociais quanto econômicas encontraram, em solo paraguaio, campo fértil à sua reprodução. E esse estado naturalizado de coisas se reproduziu e expandiu com força não apenas no agronegócio, mas na configuração urbana das novas cidades surgidas na vanguarda da especulação dos negócios imobiliários, ligados às companhias de terras e colonizadoras brasileiras, que se expandiram em toda região oriental do Paraguai desde o início dos anos 1970.

Os traçados urbanos das localidades que surgiram nesse período eram uma quase réplica das plantas concebidas pela companhia inglesa que atuara no norte e noroeste do Paraná nos anos de 1930 e 1940, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Nessas plantas retangulares a hierarquização dos espaços estabelecia uma nova toponímia, baseada na seletividade e diferenciação socioeconômica que para além dos conflitos interétnicos dos primeiros tempos, entre brasileiros e paraguaios, se metamorfoseou numa profunda diferenciação de classes. Hoje algumas dessas pequenas cidades da fronteira oriental com população média entre 10.000 e 20.000 habitantes, no qual o urbano e o rural se confundem, já exibem condomínios horizontais fechados, típicos das cidades médias brasileiras, onde a paranóia da segurança e o pavor aos pobres seguem como norma e a segregação em clubes e escolas de ordem privada a reificação de um mundo feliz. (SILVA, 2010)

As novas tecnologias da informação rapidamente se expandem e se disseminam, permitindo moldar os padrões de consumo e de cultura, inclusive no Paraguai. As feiras e exposições agropecuárias que movimentam somas expressivas ganham enorme relevância no calendário regional, atualizando a cada evento a sensação de crescimento e prosperidade da nova sociedade, em meio as inequidades sociais e a monotonia daquelas paragens.

O que denominamos transgenia social é um mutante sociológico imune a mudanças, é a percepção de um tempo que se repete na modernidade numa sociedade quase imóvel e esse foi um feito extraordinário da migração brasileira para o Paraguai. Contribuiu para o rápido e intenso crescimento econômico e ao mesmo tempo preservou as estruturas sociais dominantes. Crescimento econômico esse, ressalta-se, localizado e sem mobilidade social. Em suma, é a contradição de uma sociedade que pouco muda em sua estrutura de ascensão social e ao mesmo tempo se moderniza a partir dos avanços tecnológicos no setor agrícola.

O retorno do coloradismo ao poder, após o golpe que depôs Fernando Lugo, em junho de 2012, foi corporificado na figura do presidente Horacio Cartes, o expoente do retorno do Partido Colorado, após um hiato de cinco anos fora do poder, em meio aos 70 anos que o partido dominou ininterruptamente o país. Em abril de 2018 esse retorno se consolidou com a vitória da ala ainda mais conservadora do Coloradismo, liderada pelo ex-senador Mario Abdo Benítez, filho homônimo do antigo braço direito do ditador Stroessner. Seu lema é avançar para crescer, sem necessariamente mudar as estruturas presentes.

O Paraguai cresce há aproximadamente 15 anos em uma taxa média de 4,5% ao ano, enquanto Argentina e Brasil definham em números decrescentes, próximos a zero. Tal fato tem guindado as expectativas dos agentes econômicos paraguaios a certo ufanismo, que desconsidera as insuperáveis mazelas do país, divididos ao meio entre pobres e os muito ricos, que se apropriam de ampla fatia da receita nacional, tal como constatado em vários países latino Americanos a exemplo de Argentina, Colômbia e Chile (CEPAL, 2015).

A novidade tem sido a emergência de uma classe média incrustada nos aparelhos de estado, ou em atividades vinculadas ao comércio e setores de serviços ligados as novas empresas maquiladoras que se instalaram no país nos últimos anos e também aquelas atividades voltadas ao agronegócio. Tais números, presentes nos gráficos representados nas figuras 5 a 8, simulam projeções e tendências com base nos dados extraídos dos relatórios publicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2017.

Neles se projetam picos de crescimento e de expansão da economia com oscilações bruscas durante o governo Fernando Lugo, e taxas mais estáveis a partir de 2014, porém sobre impressionante índice de 12% ocorrido em 2013, o que demonstra certa robustez e consis-

tência desses números. O último ano de obtenção dos dados foi 2016, a partir deste ano os números representam projeções.

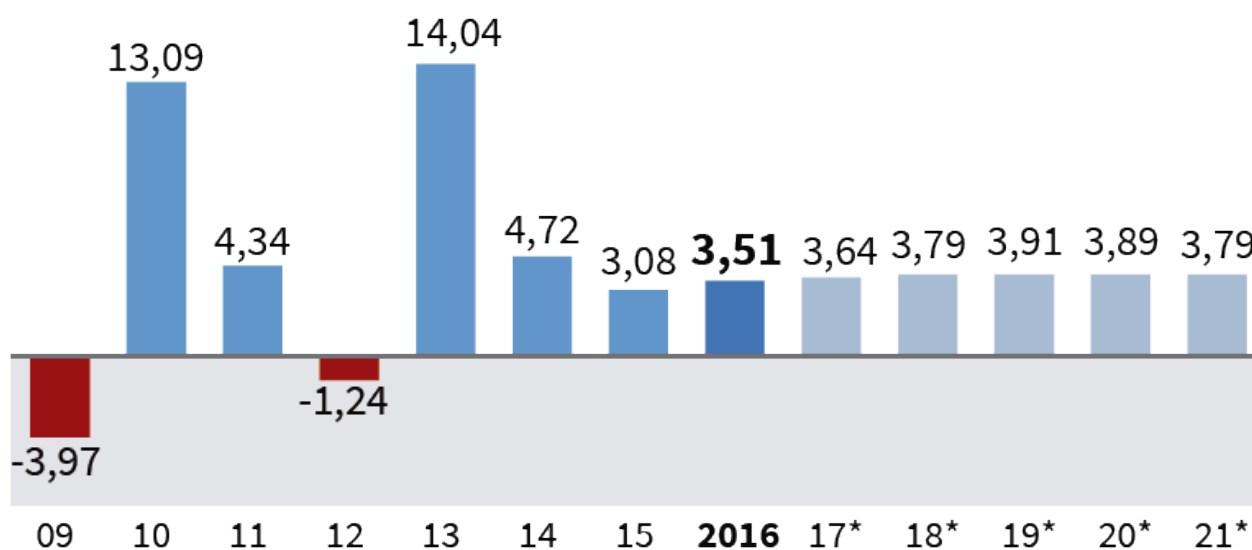


Gráfico 2: PIB (em%) do Paraguai 2009 a 2016 - Projeção 2017 a 2021
Fonte: IMF/2017 Country Report n. 17/233.

A partir do gráfico 2, salienta-se que os índices negativos apresentados pelos PIBs de 2009 e 2012 são decorrentes da crise econômica de escala mundial criada pela bolha imobiliária dos *subprimes* nos Estados Unidos, e do endividamento dos países europeus, respectivamente. Sem embargo, os anos seguintes à questão, isto é, 2010 e 2013, apresentam uma recuperação rápida e significativa, que nos anos seguintes demonstram estabilização e projeção de crescimento econômico maior que a média mundial.

Ao considerarmos os dois indicadores, PIB *per capita* e inflação, gráficos 3 e 4 respectivamente, e compararmos com o gráfico das taxas de desemprego, presente no gráfico 5, fica evidente que as informações postas apresentam convergência, dando mostras da estabilidade da economia paraguaia, ante seus vizinhos, ainda que estes últimos sejam economicamente mais fortes no âmbito do mercado internacional.

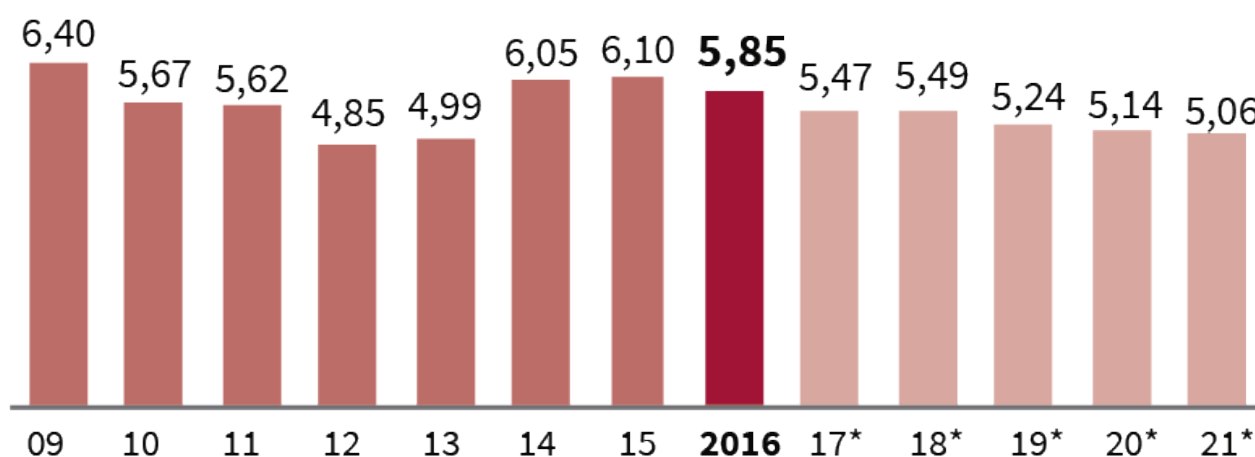


Gráfico 3: PIB per capita (em milhares US\$) do Paraguai 2009 a 2016 - Projeção 2017 a 2021
Fonte: IMF/2017 Country Report n. 17/233.

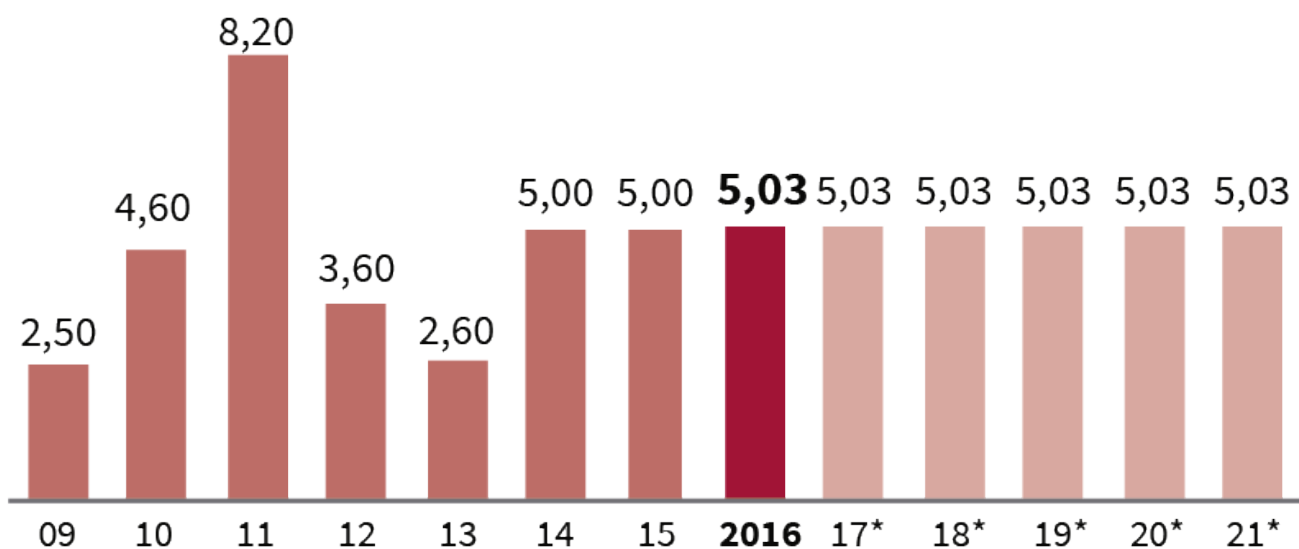


Gráfico 4: Inflação (em%) do Paraguai 2009 a 2016 – Projeção 2017 a 2021
 Fonte: IMF/2017 Country Report n. 17/233.

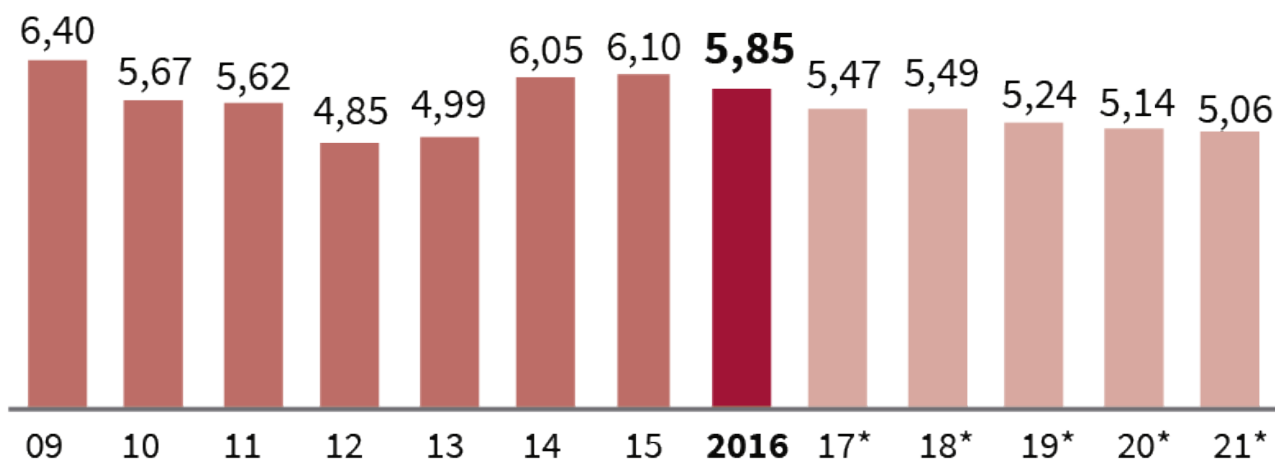


Gráfico 5: Taxa de desemprego (em % da mão de obra total) Paraguai 2009 a 2016 – Projeção 2017 a 2021
 Fonte: IMF/2017 Country Report n. 17/233.

O dito “sucesso” econômico, em números comparativos, da economia paraguaia nos últimos anos pode ser associado ao fato do país ainda ser uma fronteira de expansão agrícola, como define Pereira (2016). Irônica, mas não surpreendentemente, tal crescimento sustentável do Paraguai sob apanágio do receituário neoliberal, se dá, justamente, envolto ao retumbante fracasso das mesmas políticas nos gigantescos vizinhos, Brasil e Argentina. Não esquecendo, porém, o caráter conservador dessas políticas - que no caso Guarani, convive e mantém-se através de uma brutal marginalização social, alijadas de qualquer proteção social por parte do Estado e de possibilidades de uma vida melhor no futuro (SILVA, 2010).

As taxas de subemprego são de certo modo reveladoras da outra faceta do propalado otimismo oficial, evidenciando não apenas a precarização do trabalho, mas a sua informalidade, como se pode observar na tabela 2.

Indicador de Subempleo	Total	EPH 2014 Urbana	Rural	Total	EPH 2015 Urbana	Rural
Subempleo Total	20,0	20,1	19,7	19,0	17,5	21,5
Subempleo Visible	6,1	5,5	7,1	5,9	5,3	7,0
Subempleo Invisi-ble	13,9	14,7	12,5	13,1	12,2	14,5

Tabela 2: Población Subempleada por año, según tipo de subempleo. Años 2014 - 2015
 Fonte: DGEEC. Encuesta Permanente de Hogares 2014 -2015.

Esses trabalhadores sem forma e sem emprego são a face obscura do empreendedorismo ambulante presentes nas ruas das cidades paraguaias, que dinamizam a circulação da mercadoria sem nenhum custo para o capital. Eles são também ao mesmo tempo o retrato canhestro e marginalizado dessa civilização fronteira.

A política neoliberal mascara avanços sociais dentro deste contexto, uma vez que apresenta crescimento do PIB em áreas econômicas que subsidiam uma parcela menor da população. Em uma análise comparativa, pode-se fazer um paralelo do Paraguai com a Sérvia, ambos apresentaram uma população semelhante, em torno de sete milhões de habitantes, e crescimento econômico significativo, o primeiro, como já exposto, com uma projeção de mais de 3% em 2017, e a segunda com exatamente estes 3%, segundo a Cia World Factbook.

Contudo, no que tange o acesso da população à esta fatia do bolo a nação sul-americana é considerada a 9ª mais desigual do mundo segundo o índice de Gini de 2016, enquanto que a Sérvia, segundo dados do PNUD, ficou com 0,285, muito próxima aos primeiros colocados e menos desiguais. Logicamente, a ideia da comparação é a partir da proporcionalidade, população/PIB, dentro deste âmbito, observa-se que todo este crescimento percentual beneficia um número restrito de indivíduos no caso do Paraguai.



Gráfico 6: Índice de Gini - 10 países mais desiguais em 2016
 Fonte: Pnud.

Portanto, ao se delinear uma análise do caso paraguaio, não é difícil concluir que os maiores beneficiados do crescimento econômico do país, e que estes são, segundo dados já apresentados anteriormente, em grande parte, representantes do agronegócio, muitos deles brasileiros. Como descrito, poucos se beneficiam efetivamente do crescimento do país, já que este é um dos mais desiguais do mundo, bem como o Brasil, este aparece como o décimo país mais desigual do mundo em 2016, conforme o gráfico anterior, mesmo estando entre os dez maiores PIBs há mais de uma década.

De um modo geral, entende-se que o uso do mecanismo econômico do Brasil no Paraguai cria condições gerais semelhantes, tanto no que se refere à expansão da lógica neoliberal e capitalista, com muitos anos de crescimento econômico e projeção positiva no caso paraguaio, quanto nas políticas de bem estar social, que na atualidade apresentam pouco, ou nenhum avanço para a população.

Considerações finais

A ocupação e colonização da fronteira oriental do Paraguai ocorrida a partir dos anos 1960 e 1970 não logrou constituir uma alternativa para o desenvolvimento econômico do país, nem forjou em termos sociais uma convergência cultural mais justa e democrática. Ao contrário, ela significou a ampliação do fosso social e econômico preexistente, reproduzindo em terras paraguaias a mesma dinâmica excludente e concentradora que ocorrera durante a expansão e ocupação de amplas áreas férteis da fronteira agrícola do oeste e sudoeste do Paraná, em décadas anteriores.

Os agricultores e colonos brasileiros almejados por Stroessner e por ele considerados protagonistas da modernização no campo, eram, na prática, os agentes da modernização agrícola conservadora e tributária da revolução verde, que no Brasil produziu um êxodo rural sem precedentes para as periferias das grandes cidades, e que expandiu as áreas de monocultura, ampliando a concentração fundiária.

As novas localidades que surgiram no oriente paraguaio já continham em sua gênese as marcas da desigualdade e da seletividade desse sistema. No plano político a presença brasileira, sobretudo dos prósperos produtores e empresários, contribuiu para o processo de reação conservadora e de retorno do coloradismo ao poder a partir do golpe parlamentar/judiciário que destituiu o fraco governo de Fernando Lugo e sua eclética composição político-partidária em junho de 2012.

Curiosamente, mas não surpreendentemente a pendularidade na política latina americana, de um viés de centro-esquerda para a atual tendência conservadora, teve no caso emblemático do Paraguai uma espécie de ensaio ou modelo bem sucedido de golpismo midiático, que seria poucos anos mais tarde reproduzido sem nenhuma originalidade no Brasil.

O agronegócio do Brasil se expande ao oriente paraguaio desde meados dos anos 70 e insere sua lógica de produção, que estabelece, por hora, números positivos sob a ótica econômica, todavia sem avanços no meio social. O que copia a própria lógica do gigante sul-americano, uma vez que ambos surgem na atualidade como países com baixa distribuição de renda, sendo, portanto, significativamente desiguais.

Tais coincidências se baseiam no sequestro de ambos estados por parte das elites econômicas e sua hegemônica ideologia neoliberal, cuja principal agenda tem sido a de combater visceralmente quaisquer políticas de inclusão social e luta contra a crescente desigualdade. Nesse sentido o Paraguai atual emerge como exemplo de crescimento (in)sustentável, porém, absolutamente alinhado a seu passado conservador e excludente, aplicando fielmente o mesmo receituário que, em seus vizinhos maiores, produziu uma crise econômica e institucional sem precedentes. O “Parasil” enquanto constituição histórica é o avesso do avesso.

Referências

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

CAPECO. **Cámara Paraguaya de exportadores y comercializadores de cereales y oleaginosas**. 2016. Disponível em: <http://capeco.org.py/>. Acesso em: 18 dez. 2015.

CODAS, Gustavo. **Curuguaty, o massacre que não terminou**. [Entrevista concedida a] Carta Capital. Carta Capital, São Paulo. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/curuguaty-o-massacre-que-nao-terminou-835/>>. 15 jun. 2014.

CRISTALDO, Fernando Américo Larroza. **Exploração e aproveitamento dos recurso hídricos do Chaco Central paraguaio**. 2002. Tese (Doutorado em Recursos Minerais e Hidrologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

INTERNACIONAL MONETARY FOUND (IMF). **Country report**, n. 17/233, 2017.

JIMÉNEZ, Juan Pablo(editor). **Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina**. CEPAL, Santiago de Chile, 2015.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. Cuadernos Políticos, n. 12, Era, México, abr.-jun., 1977.

MORAES, Isaias Albertin; VIEIRA, Antonio da costa. **Capitalismo agrário e movimentos camponeses no Paraguai**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 28 n. 56, p. 363 - 384, julho/dezembro, 2015.

OXFANPARAGUAY. **Los propietarios brasileños tienen el 14% de las tierras em el Paraguay**. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/06/los-propietarios-brasilenos-tienen-el-14-de-las-tierras-en-el-paraguay/?lang=es>. Acesso 24/05/2018

PARAGUAY. **Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC)**. Asunción, 2012.

PARAGUAY. **Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC)**. Asunción, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra no Paraguai: migração de camponeses e latifundiários brasileiros para o Paraguai**. Boletim DATALUTA n. 97, 2016. ISSN 2177-4463

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. <Disponível em www.fct.unesp.br/nera>.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

RÜCKERT, A. A. **Metamorfoses do território: a agricultura do trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930 - 1990**. Porto Alegre: UFURGS, 2003.

REIS, Guilherme Simões. **O Fim da Era das Democracias na América**. Breviário de Filosofia Pública, Rio de Janeiro, n. 146, p. 32-47, 23 abr. 2017.

RIBEIRO, Ana Paula. D'ERCOLE, Ronaldo. **Vizinho tem jornada de trabalho maior e férias menores:** Manter funcionário no país custa 20% menos que no Brasil Jornal O Globo, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/vizinho-tem-jornada-de-trabalho-maior-ferias-menores-17744410>. Acesso 22/03/2018.

SILVA, Henrique Manoel da. **Fronteireiros:** as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. Maringá: Eduem, 2010.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

STIGLITZ, Joseph. **O Preço da desigualdade.** Lisboa: Bertrand Editora, 2016.

O ESPAÇO NACIONAL DA ECONOMIA INTERNACIONAL:

O circuito espacial da produção têxtil
no Rio Grande do Norte

THE NATIONAL SPACE OF THE INTERNATIONAL

ECONOMY: The textile production space circuit in
Rio Grande do Norte

EL ESPACIO NACIONAL DE LA ECONOMÍA

INTERNACIONAL: El circuito espacial de producción textil en
Rio Grande do Norte

RESUMO

A topologia da atividade têxtil no Rio Grande do Norte, especialmente distribuída de maneira dispersa, e concentrada, denota uma capilaridade socioespacial, por meio das qual se coadunam tipologias do circuito espacial da produção têxtil, coordenadas por um uso corporativo do território. Para a pesquisa verticalizou-se na teoria do espaço geográfico, os conceitos de território e circuitos espaciais produtivos, e empregaram-se procedimentos teórico-metodológicos de coleta e sistematização de dados, baseados em técnicas de pesquisa documental, e pesquisa de campo articulada com uma base estatística. A tipologia das manifestações do circuito espacial da produção têxtil no estado contempla seis sub-circuitos, dentre os quais se destacam os: das grandes marcas do vestuário, dos artefatos têxteis, dos suprimentos têxteis para a cadeia do petróleo e das façções do vestuário. As interfaces desses sub-circuitos são tecidas por solidariedades organizacionais, geridas por corporações do círculo de cooperação têxtil, como um espaço nacional da economia internacional.

Palavras-chave: circuito espacial da produção têxtil; uso corporativo do território; rio grande do norte.

ABSTRACT

The textile activity in Rio Grande do Norte, spatially distributed both in a dispersed and concentrated manner, denotes a socio-spatial capillarity, through which typologies of the spatial circuit of textile production in Rio Grande do Norte are coordinated by a corporate use of the territory. For the development of the research it was detailed the theoretical support from the theory of geographic space, and the concepts of territory and productive space circuits, as well as covering theoretical and methodological procedures for data collection and systematization, based on documentary research techniques and field research articulated with a statistical basis. The typology of the manifestations of the spatial circuit of textile production in the state includes six sub-circuits, detailed to along this paper. These sub-circuits are woven by organizational solidarity, managed by corporations in the textile cooperation circle, which use Rio Grande do Norte as a national space for the international economy.

Keywords: space circuit of textile production; corporate use of territory; rio grande do norte.

RESUMEN

La topología de la actividad textil en Rio Grande do Norte denota una capilaridad socioespacial a través de las cuales las tipologías del circuito espacial de producción textil en este estado se coordinan mediante un uso corporativo del territorio. Para el desarrollo de la investigación se verticalizó en el soporte teórico de la teoría del espacio geográfico, en los conceptos de territorio y circuitos espaciales productivos, además se utilizó de procedimientos teóricos y metodológicos para la recopilación y sistematización de datos, basados en técnicas de investigación documental e investigación de campo articuladas con una base estadística. La tipología de las manifestaciones del circuito espacial de producción textil en el estado incluye seis subcircuitos, detallados a lo largo del texto. Estos subcircuitos están entrelazadas por la solidaridad organizacional, administrada por corporaciones en el círculo de cooperación textil, que utilizan Rio Grande do Norte como un espacio nacional para la economía internacional.

Palabras-clave: circuito espacial de producción textil; uso corporativo del territorio; río grande del norte.

Introdução

O artigo em tela resulta das análises e discussões realizadas na dissertação intitulada “CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO TÊXTIL NO SERIDÓ POTIGUAR: As especificidades do ramo de artefatos domésticos” (AZEVEDO, 2017), apresentada no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na qual se analisou o circuito espacial produtivo têxtil coadunado ao uso do território, com ênfase na produção de artefatos têxteis para consumo doméstico, a partir dos processos, dinâmica e conteúdo desta, na região do Seridó Potiguar.

Esta análise baseia-se em procedimentos teórico-metodológicos de coleta e sistematização de dados a partir de pesquisa de campo – através da realização de entrevistas com base em roteiros semiestruturados e formulários – articulado com uma base estatística. À luz de uma reflexão sobre o raciocínio geográfico enquanto pressuposto analítico – cuja centralidade é o conceito de território usado em interface com as noções de técnica e tempo – e em face dessa metodologia, galgamos resultados e delineamos discussões sobre a configuração territorial da atividade têxtil no Rio Grande do Norte, das quais extraímos o referencial para a construção do presente texto.

Discutiremos, doravante, sobre as tipologias do circuito espacial da produção têxtil presentes no Rio Grande do Norte a partir de uma análise sobre suas características e especificidades em se tratando dos segmentos do vestuário e da fabricação de artefatos têxteis. Essas tipologias podem ser compreendidas a partir de, pelo menos, duas instâncias da atividade têxtil no referido recorte: de um lado, temos a existência de materialidades e virtualidades pretéritas, as quais revelam coexistências e permanências da técnica e do tempo; de outro, um uso corporativo do território preenche de nexos extravertidos¹ que transformam o Rio Grande do Norte em uma espaço nacional da economia internacional. Mormente em relação a este segundo aspecto do circuito têxtil que nos debruçaremos neste artigo.

Usos do território e tipologias do circuito espacial da produção têxtil no Rio Grande do Norte

Inserido na lógica global do modo capitalista de produção, que apresenta mudanças estruturais nas instâncias da produção e da sociedade, o estado do Rio Grande do Norte, sobretudo a partir dos anos 1980, recebe a influência de novos e variados vetores, implicando em um processo de solapamento de sua base econômica, que nesse período era essencialmente rural. Para Azevedo (2013), a indústria é um dos eixos significativos dessa reorganização.

Como podemos observar, a indústria vem se consolidando a partir de 1970, tanto individualmente (Figura 1), quanto inserida no conjunto da economia potiguar (Figura 2). Como evidência disso, ela ultrapassa em matéria de valor adicionado bruto todos os demais setores da economia na década de 1980, apresentando seu auge.

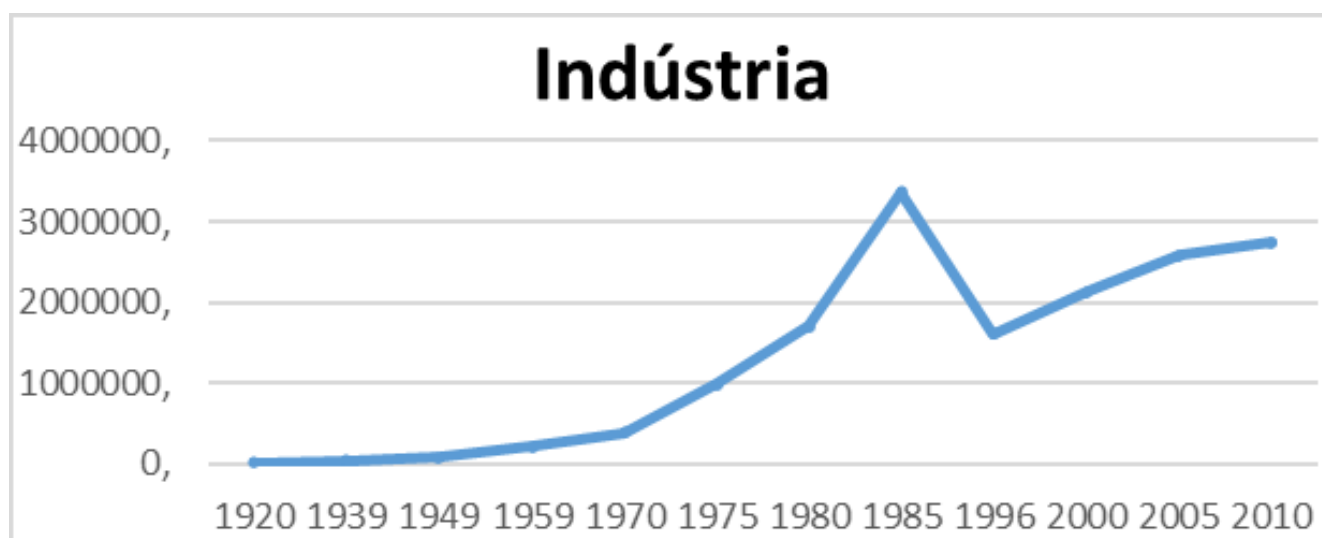


Figura 1: Série histórica do valor adicionado bruto pela Indústria no RN (1920-2010), em valores absolutos a preços básicos (R\$) do ano 2000. Fonte: IPEA, 2016.

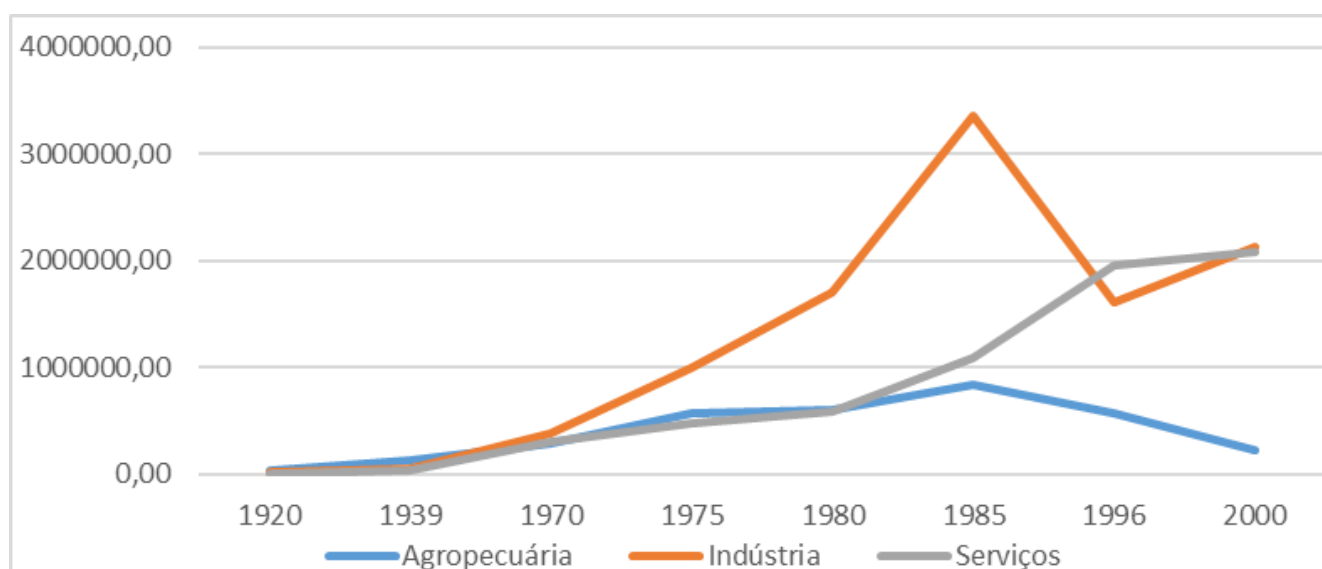


Figura 2: Série histórica do valor adicionado bruto por setor da economia no RN (1920-2000), em valores absolutos a preços básicos (R\$) do ano 2000. Fonte: IPEA, 2016.

Azevedo (2013) elenca, entretanto, alguns fatores que convergiram para essa evolução, tais como a política de incentivos fiscais adotada no período, coadunada ao fortalecimento do capital privado no Estado. Nesta perspectiva, Azevedo e Galindo (2016, p. 19) elucidam que:

É notório que o estado do RN passou por uma diversificação em sua estrutura produtiva comparativamente a que existia nos anos 1970. (Re)produz-se, no estado, uma Indústria Extrativa baseada na existência/disponibilidade de recursos naturais, como os vetores de extração de petróleo e do refino de sal marinho, além de uma Indústria de Transformação que se instala devido as políticas de incentivos fiscais e disponibilidade de mão de obra barata.

A indústria desenvolve-se no Rio Grande do Norte principalmente a partir dos vetores da agroindústria, do extrativismo e do ramo têxtil, conforme aponta a evolução ilustrada na Figura 3. Cada eixo envolve as seguintes atividades:

[...] o agroindustrial, abrangendo a indústria de alimentos, bebidas e de insumos agrícolas; o extrativismo mineral, envolvendo a extração de petróleo, gás, sal, granito etc., e por último a indústria têxtil que tem retomado seu ritmo de crescimento a partir do ano 2000. (AZEVEDO, 2013, p. 119).

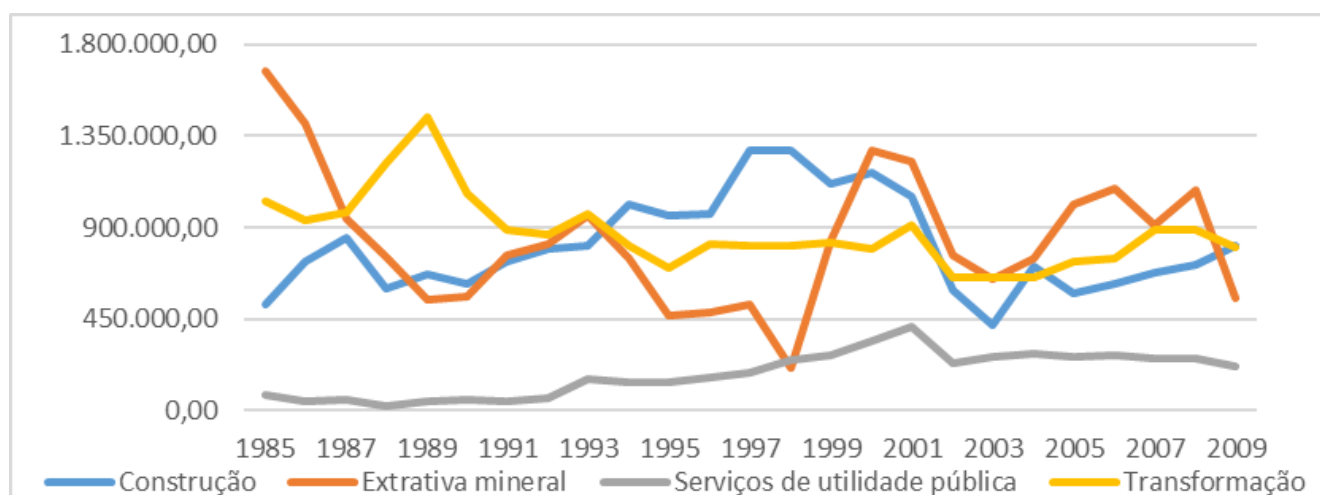


Figura 3: Série histórica do valor adicionado bruto por setor da indústria no RN (1985-2009), em valores absolutos a preços básicos (R\$) do ano 2000. Fonte: IPEA, 2016.

Podemos depreender dessa evolução que o eixo extrativista foi o que sofreu maiores sobressaltos ao longo do referido recorte de tempo (1985-2009), devido, entre outros fatores, à questões supranacionais, marcadamente, as variações de preço no mercado internacional – típicas do mercado de minérios, cuja demanda, em se tratando do principal produto explorado nessa época: scheelita, esteve relacionada, sobretudo, à fabricação de armamentos e, conseqüente, à ascensão ou decadência de conflitos armados mundiais que ocorreram nesse ínterim (FERNANDES, 2011; ASSIS, 2006). Enquanto que a indústria de transformação, englobando os eixos agroindustrial e têxtil, após um queda no início da década de 1990, se manteve mais ou menos estável nos últimos anos, conforme podemos verificar mais detalhadamente na evolução dos setores da economia no Rio Grande do Norte, em números absolutos, compreendendo os últimos quinze anos, representada na Figura 4 (valores absolutos).

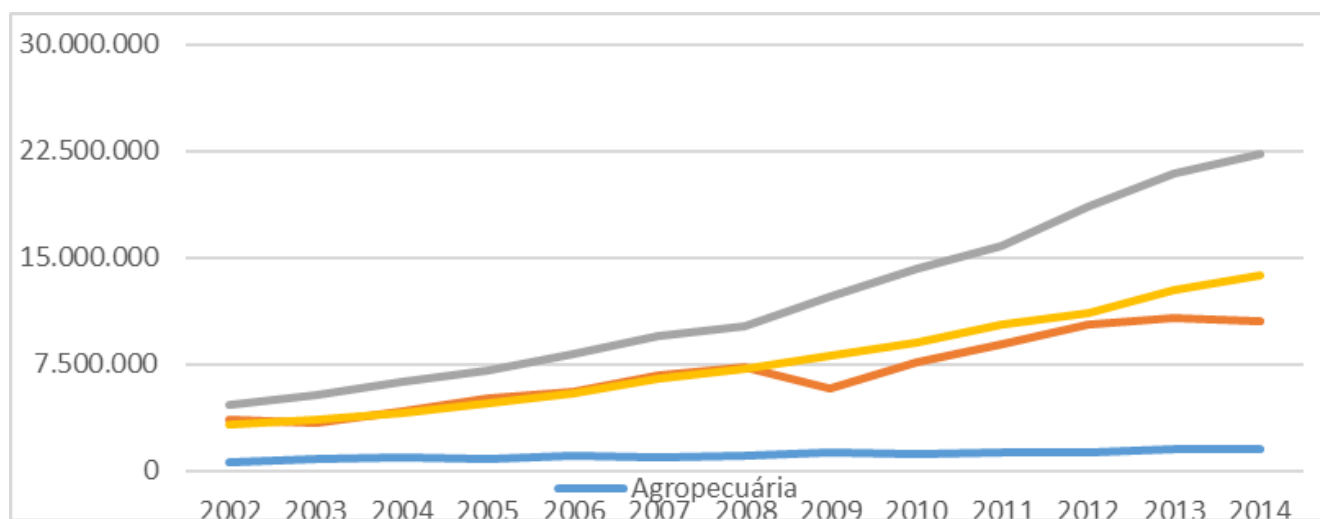


Figura 4: Série histórica do valor adicionado bruto a preços correntes por setor da economia no RN (2002-2014), em valores absolutos (referência 2010). Fonte: IBGE, 2017.

Inferimos a partir desta leitura que, apesar de uma relativa queda em relação às demais áreas no que se refere ao valor adicionado bruto, a indústria no Rio Grande do Norte manteve um ritmo de crescimento, em que pese os efeitos conjunturais da crise financeira internacional de 2008, marcadamente sentidos em todos os setores da economia nacional. A crise hipotecária americana eclodiu em outubro de 2008 no Brasil. Seus impactos são mais do que conhecidos, principalmente pelo empoçamento de liquidez de capital mundial. A necessidade dos bancos mundo afora de cumprir seus compromissos financeiros reduziu abruptamente a concessão de crédito. No Brasil, a indústria de transformação foi

o setor que mais sentiu os impactos da crise internacional, dentre os quatro segmentos da indústria – extrativa, de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública. (ÁVILA, 2012, p. 19)

Desta forma, a indústria continua representando um papel relevante no uso produtivo do território potiguar, em que pese compor atualmente 22% do Produto Interno Bruto do estado (IBGE, 2017), 6(seis) pontos percentuais menor em relação à 2002 (Figura 4). Constatamos, pois, que não há, propriamente, queda ou crise, todavia ocorre um crescimento relativo, e não absoluto, menor se comparado a outros seguimentos da economia, sobretudo à expansão nas últimas décadas do comércio e dos serviços – Pessoa (2015), por exemplo, analisa o crescimento do comércio na rede urbana do Rio Grande do Norte a partir da difusão das redes de supermercados, enquanto um componente dinamizador significativo da economia urbana. E esse crescimento, ou melhor, desenvolvimento da atividade têxtil no estado ocorre tanto pela proliferação de novas unidades produtivas quanto pelo aumento de pessoas empregadas no ramo têxtil no Rio Grande do Norte: “[...] verifica-se sensível aumento no número de unidades têxteis de produção, ao passo que o número de empregos no setor cresceu de forma expressiva (Azevedo, 2013, p. 127).

Em se tratando da influência do território na distribuição espacial das atividades, o circuito espacial da produção têxtil no Rio Grande do Norte está disposto tanto de maneira dispersa, quanto concentrada, haja vista que, apesar de quase metade dos municípios do estado abrigarem algum estabelecimento têxtil, não passa de vinte o número de cidades cuja concentração do circuito é mais significativa – considerando os resultados obtidos com a aplicação da metodologia previamente adotada. Não obstante, essa distribuição expressa uma capilaridade socioespacial, sobretudo se levado em consideração suas dimensões geográficas e populacionais: o estado sedia um total de 683 unidades produtivas e 18.530 funcionários, espalhados por 77 municípios (FIERN, 2017).

O ramo de confecções e vestuário está mais disperso por toda a extensão territorial do estado, conforme podemos observar na Figura 5. O maior exemplo desse padrão de dispersão é a pulverização de facções do vestuário (de costura) por todo o estado (em especial, concentra-se na região do Seridó e, de forma residual e dispersa, encontram-se em outras localidades, tais como: São José de Mipibu, Vera Cruz e Ceará-Mirim na Região Metropolitana de Natal; Santa Cruz, na Borborema Potiguar; e São Francisco do Oeste, no Oeste do estado), com políticas específicas de proliferação e interiorização da atividade.

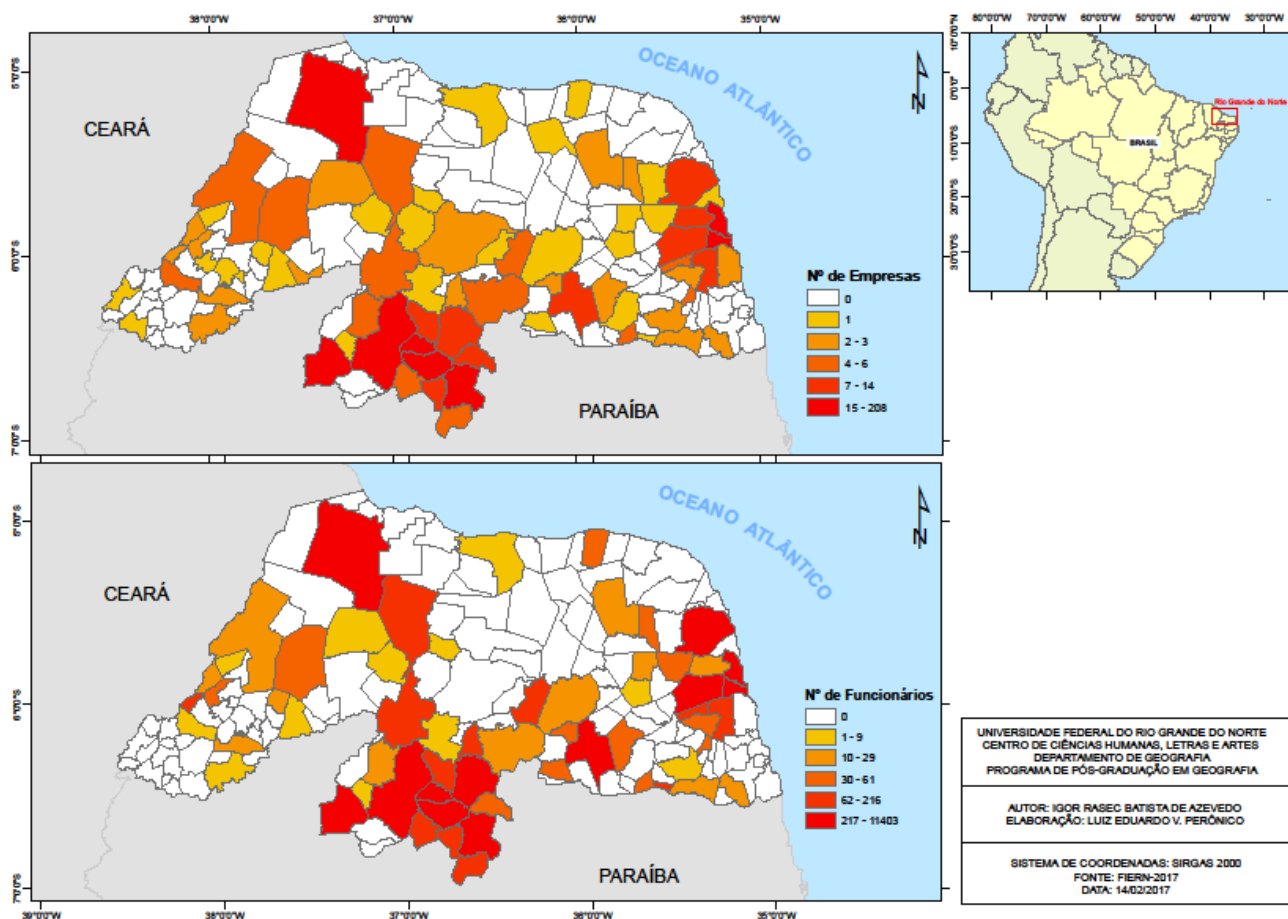


Figura 5: Mapa da distribuição de empresas e funcionários do vestuário no Rio Grande do Norte.
Fonte: FIERN, 2017. Autoria: Igor Rasec Batista de Azevedo.

Galindo (2018, p. 193), cuja pesquisa analisou o uso corporativo do território correlacionado às facções de costura do Seridó Potiguar, caracteriza esses agentes como “estabelecimentos especializados em realizar a etapa de costura”, os quais atendem, sobretudo, “as empresas varejistas [...], evidenciando um processo de aprofundamento da divisão territorial do trabalho na indústria de confecções”.

A disseminação espacial desses agentes ocorreu no interior do Rio Grande do Norte, em especial na região estudada, a partir dos anos 2000. Em 2013, ocorre uma inflexão notável, quando é criado o Pró-Sertão (política de empresa travestida de política de Estado), cujo evento principal foi a inserção vigorosa da Guararapes (grande empresa potiguar do ramo do vestuário, detentora do maior parque industrial têxtil da América Latina) no processo de terceirização. O programa constitui uma “solidariedade organizacional que dá suporte ao uso corporativo do território pelas indústrias de confecções. Ela se expressa pela articulação entre vários agentes” (GALINDO, 2018, p. 193), marcadamente, a partir da atuação, em várias frentes, do Estado como grande viabilizador da relação entre corporações do vestuário e pequenos produtores terceirizados (facções), dentre as quais se destaca a financeirização do território – concessão benefícios fiscais e financiamento para as duas pontas do circuito.

Em contraponto, de forma espacialmente mais concentrada, se dá a atuação direta das grandes empresas (produção propriamente dita), cujas filiais localizam-se no centro urbano potiguar de maior expressão (Natal e cidades circunvizinhas) no sentido de beneficiarem-se da gama de fatores locais aí encontrados, tais como proximidade e variedade de modais logísticos e estratégicos, além da proximidade a grandes centros de consumo.

Temos ainda o caso das pequenas unidades produtivas do (sub)circuito de artefatos têxteis para uso domésticos, as quais expressam um padrão de concentração bem evidente, aprofundando-se progressivamente nas escalas do Estado, até apresentar uma especialização territorial bastante expressiva em nível local, conforme apresenta a Figura 06.

Enquanto no vestuário a disposição espacial é significativamente mais dispersa, concentrando-se no Seridó Potiguar mas de nenhuma forma restringindo-se a ele, na produção de artefatos têxteis para uso doméstico percebemos uma disposição espacial na forma de especializações territoriais produtivas sempre mais circunscritas, concentradas.

Podemos observar na Figura 6, como manifestação dessa tendência à concentração, a expressão de um pequeno município (destacado no mapa), como Jardim de Piranhas (com aproximadamente 15.000 habitantes segundo a projeção do IBGE para o ano de 2019). A cidade constitui uma especialização produtiva no segmento dos artefatos domésticos, principalmente pela fabricação de produtos de baixo valor agregado, tais como o “pano de prato” – artigo de maior destaque na produção local. Essa concentração espacial na região do Seridó, e mais especificamente no município supracitado, se explica por um uso produtivo coadunado às contiguidades do território, à materialidades pretéritas – tais como as heranças socioespaciais advindas do cultivo do algodão e da prática do bordado, tradicionalmente vinculadas à região. O caso particular do circuito de artefatos têxteis e as suas respectivas formas-conteúdo expressas no uso do território do Seridó potiguar encontram-se mais amplamente discutidas em Azevedo (2017).

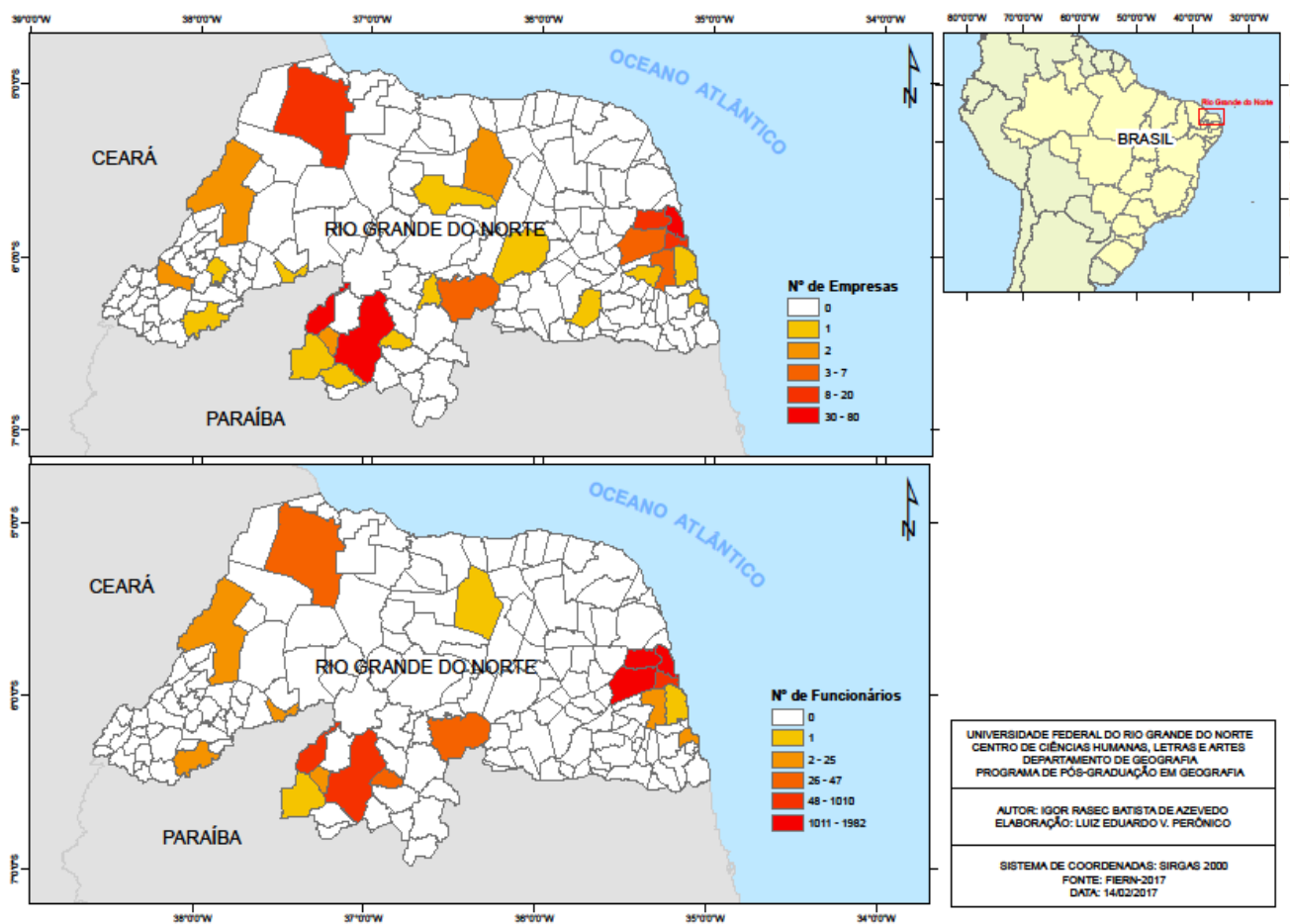


Figura 6: Mapa da distribuição de empresas e funcionários da fabricação de artefatos têxteis no Rio Grande do Norte.
Fonte: FIERN, 2017. Autoria: Igor Rasec Batista de Azevedo.

Deprendemos a partir destas variáveis que o sub-circuito está bem mais circunscrito territorialmente, em contraposição ao circuito espacial produtivo propriamente dito. Com base em Furtado (1969, p. 51), a estruturação espacial da economia ocorre com as atividades produtivas atacando, concomitantemente, duas frentes de concentração: funcional e espacial: “A atividade econômica tende a concentrar-se no espaço, maximizando economias de aglomeração, da mesma forma que ela se concentra no tempo a fim de reduzir o coeficiente de incerteza”.

Como essa asseveração coaduna ao enfoque dos circuitos espaciais de produção, propomos uma tipologia (subdivisão pormenorizada) do circuito têxtil baseada em dois segmentos principais, confecção de vestuário e fabricação de artefatos domésticos. Consequentemente, relacionados à essas tipificações estão dispostos (sub)circuitos espaciais da produção têxtil no Rio Grande do Norte

Considerando que o espaço geográfico pressupõe um sistema de estruturas, não de elementos (SANTOS, 1979), as categorias analíticas estruturantes nos autorizam pensar o circuito espacial produtivo enquanto estrutura, da mesma forma que a totalidade, em seu incessante processo de totalização, é composta de totalidades menores (SANTOS, 2012).

Depreendemos, portanto, ser inteiramente legítimo reconhecer na esfera da formação socioespacial um circuito espacial da produção têxtil, mas na medida em que esta estrutura avança nos tempos internos (nas escalas inferiores, como é o caso do estado do Rio Grande do Norte) ela vai subdividindo-se em estruturas menores, revelando uma coexistência de atividades, etapas, agentes, e, portanto, de circuitos espaciais menores, ou, como preferimos chamar: sub-circuitos espaciais produtivos, os quais revelam a diversidade dos usos concretos do território na escala local e/ou regional e a produção – produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo – de produtos mais específicos), tributários à unidade de um único circuito espacial produtivo que se revela ou se compreende no âmbito dos processos da formação socioespacial e abrange uma gama maior de produtos ou segmentos.

A forma como se expressa o circuito têxtil no Rio Grande do Norte é muito elucidativa: sua dinâmica abrange uma gama variada de segmentos e produtos, os quais, todavia, coadunam entre isso, ou seja, se interseccionam – não há dúvida, por exemplo, de que as facções de costura de roupas íntimas ou vestuário espalhadas por quase todo o estado, as bonelarias no Seridó e a fabricação de artefatos domésticos na grande Natal e no Seridó são atividades produtivas distintas, cujas dinâmicas revelam particularidades que lhe são próprias, mas que, vistas em conjunto, pertencem ao mesmo circuito, ou seja, compartilham de várias características intrínsecas, como a mesma natureza da matéria-prima, o regime intensivo da exploração da força de trabalho etc. Diante do exposto, consideramos fundamental esboçar tipologias do circuito espacial da produção têxtil no Rio Grande do Norte.

A materialização dos circuitos espaciais da produção se dá na configuração territorial que, por seu turno, é a materialização do trabalho humano no espaço por meio da dinâmica social. Esta base material é composta por infraestruturas, acrescentadas ao meio ecológico através dos sistemas de engenharia – da comunicação, dos transportes etc. Todavia, este “meio ecológico já é meio modificado, e cada vez mais é meio técnico” (SANTOS, 2008a, p. 19).

Em se tratando das infraestruturas, em particular, vale salientar que a distribuição delas no território não dependem apenas do volume ou do tipo da produção, mas, também, e, sobretudo, da circulação. Nas condições da economia atual, é praticamente inexistente um lugar em que toda produção local seja localmente consumida ou, vice-versa, em que todo o consumo local é provido por uma produção local (SANTOS, 2008b, p. 61).

A configuração territorial do circuito têxtil no Rio Grande do Norte se materializa por meio de 891 empresas e 24.671 funcionários em 82 municípios (FIERN, 2017). Essa distribuição de infraestruturas e agentes é tributária de manifestações estruturais, mas também apresenta particularidades funcionais e espaciais em se tratando do uso concreto do território. A análise estatística correlacionada aos dados históricos, não quantitativos, dos municípios de nossa amostra nos direcionam a uma tipologia das manifestações do circuito espacial da produção têxtil no estado:

1. Como o circuito têxtil possui uma abrangência funcional e espacial considerável, esses dados carecem de um maior grau de precisão em relação às localidades cuja inserção nesse circuito é mais destacada. Intentando dirimir esta questão, definimos os principais municípios do ramo de confecção e vestuário no RN, tendo como parâmetro as variáveis 1) número de empresas, 2) número de funcionários e 3) porte médio (relação empresas x funcionários) correlacionadas espacialmente a partir da aplicação de métodos estatísticos descritivos simples.

2. Utilizamos como padrão as medidas de média aritmética e, na maioria dos casos, discrepância por considerá-la, em nosso caso, metodologicamente mais coerente, uma vez que pretendemos identificar exatamente aquilo (os subespaços) que se sobressai em relação aos demais elementos da amostra. Isso significa que, quando encontradas acima do limite da discrepância, as variáveis elencadas estão distribuídas de modo concentrado nos municípios indicados. E a concentração é um dos indicadores espaciais mais precisos do uso do território pelos circuitos espaciais produtivos.

3. Ademais, conforme foi possível inferir acerca dos dados amostrais das variáveis adotadas (estabelecimentos, empregados e relação entre estabelecimentos e empregados), a confiabilidade da média não apresentou bons resultados. Limitando-nos a dois exemplos, o nível de confiança da média é inversamente proporcional à distância entre ela e a mediana e ao número do desvio padrão, ou seja, quanto menores essas medidas, maior a confiabilidade.

Antes pontuar os municípios do Rio Grande do Norte que mais se sobressaem na atividade têxtil, vale destacar o procedimento metodológico adotado para tal escrutínio. As medidas descritivas advêm da estatística descritiva que “se refere ao uso de determinados métodos que são aplicados para descrever e resumir as características da amostra” (ROGERSON, 2010, p. 13). Dentre as medidas descritivas mais utilizadas estão as que adotamos em nossa metodologia (expostas na Figura 7), a saber: os chamados “cinco números síntese” da distribuição (o mínimo, o máximo, os 25º e 75º percentis e a mediana) (ROGERSON, 2010, p. 26); além desses, a amostra pode apresentar discrepâncias, que podem ser leves ou extremas – em geral, uma medida é considerada extrema quando está 1,5 vezes para além do 75º percentil –; a média: “é a tendência central de nossas observações; ela é encontrada pela adição de todas as respostas individuais e por sua divisão pelo número de observações”; a mediana “é definida como a observações que divide a lista ordenada de observações [...] ao meio”; a moda “é definida como o valor que ocorre mais frequentemente” (ROGERSON, 2010, p. 28-29). Sobre os 25º e 75º percentis: “Com n observações, o percentil 25 é representado pela observação $(n + 1)/4$, quando os dados forem classificados do menor para o maior. O percentil 75 é representado pela observação $3(n + 1)/4$. Frequentemente, esses valores não serão inteiros, e uma interpolação é usada, assim como é para a mediana, quando existe um número par de observações”. Por fim, o desvio padrão “é igual à raiz quadrada da variância da amostra; [...] Uma vez que a variância amostral caracteriza a tendência central do quadrado do desvio a partir da média, tomando-se a raiz quadrada e utilizando-se o desvio padrão, estamos colocando a medida de variabilidade de volta a uma escala mais próxima à utilizada para média e aos dados originais” (ROGERSON, 2010, p. 31).

Medidas	Empresas	Funcionários	Porte médio
Municípios	82	82	82
Mínimo	1	0	0
Máximo	245	13.385	83
25º percentil	1	1	1
75º percentil	7	81	19
Mediana	3	28	10
Moda	1	0	0
Média	11	301	15
Desvio padrão	30,2	1.482,4	18,8
Discrepância			
Leve	16	201	46
Extrema	25	321	73

Figura 7: Medidas descritivas para as variáveis nº de empresas, nº de funcionários e porte médio do ramo têxtil no RN.

Fonte: FIERN, 2017. Cálculos amostrais: ASSISTAT (2016). Elaborado pelo autor.

4. Com base na metodologia adotada e nas medidas descritivas supracitadas (em destaque na Figura 7), os municípios do Rio Grande do Norte que possuem maior relevo para o ramo têxtil são:

- a) *Natal*, com 245 empresas e 13.385 funcionários;
- b) *Caicó*, com 85 empresas e 941 funcionários, *Jardim de Piranhas*, com 76 empresas e 1.010 funcionários, e *Parnamirim*, com 58 empresas e 999 funcionários.
- c) *São Gonçalo do Amarante*, com 18 empresas e 1.456 funcionários, e *Macaíba*, com 16 empresas e 1.328 funcionários.
- d) *Mossoró*, aparece em seguida, com 63 empresas e 280 funcionários.
- e) *Jardim do Seridó*, com 28 empresas e 566 funcionários, *São José do Seridó*, com 21 empresas e 628 funcionários, *Serra Negra do Norte*, com 20 empresas e 528 funcionários, e *Parelhas*, com 19 empresas e 365 funcionários.
- f) *Acari*, com 14 empresas e 328 funcionários.
- g) *Santa Cruz*, com 13 empresas e 245 funcionários, *Ceará-Mirim*, com 13 empresas e 245 funcionários, *São José de Mipibu*, 10 empresas e 233 funcionários, e *Cerro Corá*, com 5 empresas e 216 funcionários.
- h) *Cruzeta*, com 8 empresas e 127 funcionários, *Vera Cruz*, 6 empresas e 133 funcionários, e *São Francisco do Oeste*, com 3 empresas e 168 funcionários.

5. Existem, além dos supracitados, outros municípios do Rio Grande do Norte nos quais há a presença de estabelecimentos têxteis, entretanto, definimos tal recorte tipológico por duas razões. Em primeiro lugar, para garantir que a tipologia fosse concisa, motivo pelo qual definimos previamente parâmetros quantitativos baseados no cálculo da discrepância, ou seja, fazem parte da tipologia apenas os municípios que apresentem, em pelo menos uma das três variáveis pré-estabelecidas, um número igual ou maior que a discrepância leve (Figura 7). E, por outro lado, não queremos dar uma conotação exagerada da presença deste circuito no estado, o que transpareceria caso incluíssemos esses municípios na representação cartográfica.

Após perceber a capilaridade do circuito, por meio da eleição dos municípios que compõem as tipificações, faz-se necessário explicar como cada qual se espacializa. Para tal, nós analisamos no nível municipal quais atividades se destacavam em cada unidade, chegando à delimitação de seis diferentes tipologias, representadas espacialmente de maneira didática² na Figura 8.

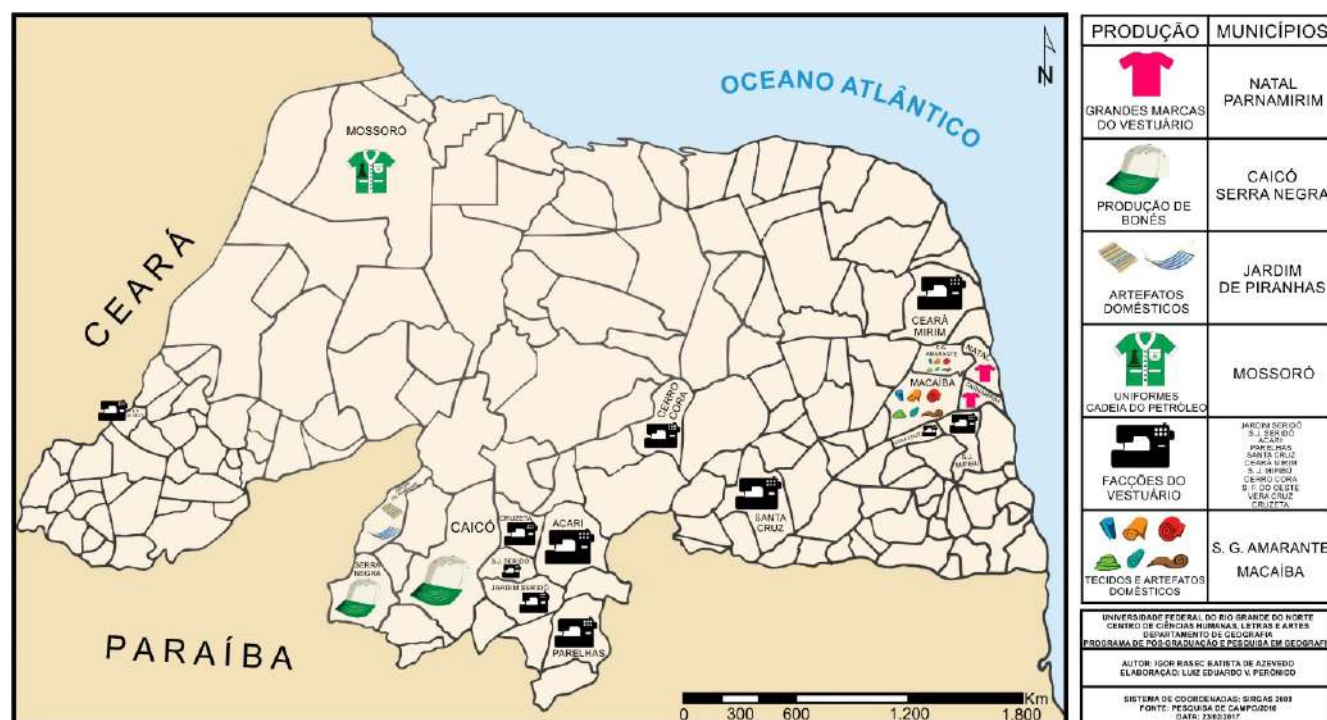


Figura 8: Mapa da distribuição (didática) das tipologias do circuito espacial da produção têxtil no Rio Grande do Norte - 2017.

Fonte: Tipologia desenvolvida a partir de análise estatística com base nos dados no Guia Industrial da FIERN - 2017. Autoria: Igor Rasec B. de Azevedo

Nesse sentido, a tipologia estabelecida, denota uma diversidade de condições, processos e conteúdos, a saber:

- O sub-circuito das grandes marcas do vestuário
- O sub-circuito internacionalizado dos artefatos têxteis
- O sub-circuito dos suprimentos têxteis para a cadeia do petróleo
- O sub-circuito das facções do vestuário
- O sub-circuito dos Bonés
- O sub-circuito dos artefatos têxteis para uso doméstico

Cada uma destas tipologias pressupõe significado e lógica própria, mas também estas podem ser analisadas em conjunto. O uso corporativo do território e seus nexos extravertidos no Rio Grande do Norte, objeto de análise do artigo em tela, perpassa sobretudo as tipologias 1, 2, 3 e 4, sobre as quais nos deteremos a seguir.

O uso corporativo do território e os nexos extravertidos: o Rio Grande do Norte enquanto espaço nacional da economia internacional

O circuito espacial da produção têxtil no Rio Grande do Norte possui um relativo grau de internacionalização. Conforme podemos observar na Figura 9, onde estão destacados, entre os principais produtos exportados, os artigos têxteis, 34,04% das exportações do estado em 2016 foram de insumos industriais, um aumento de 7,32% em relação ao ano anterior.

			2016	Var% (US\$)
	US\$	%	Kg	16/15
Total geral	284.679.968	100	1.393.106.364	-10,5
Total dos principais produtos exportados	284.305.249	99,87	1.392.923.200	14,6
1.Meloes frescos	75.318.687	26,46	120.363.468	19,2
2.Sal marinho, a granel, sem agregados	25.708.902	9,03	1.130.333.038	2,8
3.Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	25.183.477	8,85	3.232.202	45,4
4.Melancias frescas	16.145.173	5,67	37.669.717	29,8
5.Mamoes (papias) frescos	11.885.593	4,18	11.692.799	11,6
6.Tecido de algodao>=85%, branqueado, pto. Sarjado, p>200g/m2	11.210.409	3,94	2.183.195	-11,3
7.Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas, sem cacau	9.423.448	3,31	5.233.930	34,6
8.Outras chapas,etc. De outras plasticos, estratificadas	9.169.194	3,22	2.049.589	-3,9
9.Alimentos para caes e gatos	7.013.746	2,46	251.222	454,0
10.Mangas frescas ou secas	6.684.115	2,35	7.820.360	-4,7
16.Tecido de algodao>=85%, tinto, ponto sarjado, peso>200g/m2	4.026.990	1,41	717.469	-4,6
17.Tecido de algodao>=85%, fio color.Denim, indigo, p>200g/m2	3.847.730	1,35	647.242	-47,3
20.Outros tecidos de algodao>=85%, branqueado, peso>200g/m2	3.056.457	1,07	550.256	76,3
30.Outs.Tecidos algodao<85%, color/fibra sint/art.P>200g/m2	1.628.465	0,57	304.896	189,4
33.Outros tecidos de algodao>=85%, tinto, peso>200g/m2	1.183.001	0,42	177.640	-12,5
44.Tecido algodao>=85%, estampado, pto.Tafeta,100<p<=200g/m2	435.951	0,15	66.104	5,1
45.Tecido de algodao>=85%, estampado, pto. Sarjado, p>200g/m2	413.591	0,15	61.549	14,2
47.Tec.Estampados pt.Sarj/ diag.Textura < 4	381.001	0,13	48.576	125,7
49.Tecido poliester<85% c/algodao, p<=170g/m2, tafeta, estamp	357.799	0,13	39.895	132,0
50.Tecido de algodao>=85%, tinto, pto. Tafeta,100<p<=200g/m2	345.285	0,12	40.310	12,8
51.Outros tecidos de algodao>=85%, fio color.Peso>200g/m2	291.694	0,10	48.847	181,0

			2016	Var% (US\$)
	US\$	%	Kg	16/15
55.Fios texteis de poliesteres crus	263.439	0,09	34.981	--
57.Tecido de algodao>=85%, cru, ponto sarjado, peso>200g/m2	249.721	0,09	56.413	-26,1
59.Outros tecidos de algodao>=85%, fio color. Peso<=200g/m2	197.125	0,07	31.201	302,4
60.Outs.Tecidos algodao<85%, tinto/fibra sint/art.P>200g/m2	194.228	0,07	25.283	-25,7
66.Outs.Tec.D/alg.Branq.Sint. Artif.>200G/m2	161.261	0,06	29.723	-79,2
67.Fio de poliesteres, retorcido ou retorcido multiplo	161.047	0,06	22.451	
71.Linha p/costura, de poliester, exc.Para venda a retalho	117.330	0,04	17.280	
76.Outras linhas p/costura, de algodao, para venda a retalho	73.867	0,03	4.614	-30,6
77.Roupas de cama, de algodao, estampadas	72.283	0,03	10.139	
80.Tecido algodao<85%, indigo blue/fibra sint/art.P>200g/m2	54.836	0,02	13.501	-75,9
82.Maquinas p/amarrar urdideiras de materia textil	53.283	0,02	520	
86.Maquinas p/inspeccionar tecidos	40.000	0,01	3.000	
88.Tecido de algodao>=85%, branq.Pto. Tafeta,100<p<=200g/m2	38.607	0,01	4.035	343,6
91.Outros fios texteis de poliesteres	31.747	0,01	4.493	103,4
92.Tecido algod<85%, estamp/fibra sint/art.Sarjad.P>200g/m2	31.642	0,01	4.308	166,1
95.Tecido de algodao>=85%, fio color.Pto. Sarjado, p<=200g/m2	23.619	--	3.280	--
96.Outs.Tecidos algodao<85%, estamp/fibr.Sint/art.P>200g/m2	21.623	--	3.130	-40,7
97.Tecido de fibras artificiais>=85%, cru ou branqueado	19.979	--	2.767	
99.Camisas,blusas,etc.De outra materia textil, uso feminino	17.603	--	188	
100.Outros tecidos de algodao>=85%, estampado, peso>200g/m2	17.228	--	2.136	23,00
Demais produtos	374.719	0,13	183.164	-99,5

*Alguns valores foram arredondados para melhor legibilidade dos dados.

Figura 9: Principais produtos exportados do Rio Grande do Norte, em 2016, por valor em US\$ e volume em KG³

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/Secex), 2016.

O percentual das exportações (34,04%) é proporcional ao quadro das importações do estado (Figura 10), no qual 38,27% do total, para esse mesmo ano, foram de insumos industriais têxteis, acumulando uma variação positiva de 0,94% em relação ao anterior. Esse índice não é elevado em termos absolutos, mas se o compararmos com a variação global das importações para esse mesmo período, cuja queda atingiu -25,44%, depreendemos que houve uma considerável estabilidade no ramo – em que pese ser essa uma inferência de conjuntura e não estrutural. Com efeito, por trataram-se de dados relativos e sabendo da situação favorável da balança comercial do Rio Grande do Norte, vale ressaltar que a diferença entre importação e exportação de insumos industriais no estado é de 27,12% em favor esta última.

			2016	Var% (US\$)
	US\$	%	Kg	16/15
Total geral	184.556.123	100,0	454.276.089	-25,4

			2016	Var% (US\$)
	US\$	%	Kg	16/15
Total dos principais produtos importados	163.634.275	88,66	446.706.431	39,2
1 Out.Trigos e misturas de trigo c/centeio, exc.P/ semead	53.336.884	28,90	282.526.991	25,1
2 Caixas de papel ou cartao, ondulados (canelados)	6.909.914	3,74	6.684.208	84,2
3 Outs.Fornos n/eletr.P/ustulacao,etc.De minerios/metals	6.586.884	3,57	2.233.134	
4 Polietileno linear, densidade<0.94, Em forma primaria	5.937.820	3,22	3.620.250	-1,3
5 Policloreto de vinila, obt.Proc.Suspensao, forma primaria	5.231.612	2,83	6.701.000	88,5
6 Coque de petroleo não calcinado	4.805.590	2,60	107.578.250	-12,0
7 Outros tipos de algodao não cardado nem penteado	4.491.097	2,43	3.238.623	
8 Copolimero de etileno/acido acrilico, em formas primars.	4.437.404	2,40	1.413.750	-34,0
9 Partes de outros motores/geradores/grupos eletrog.Etc.	4.364.674	2,36	671.345	--
10 Outras chapas de polimeros de etileno, n/reforcadas, etc.	4.265.739	2,31	1.817.290	56,2
20 Algodao simplesmente debulhado, nao cardado nem penteado	1.390.142	0,75	504.760	-1,0
28 Fio de alta tenacidade, de poliesteres	1.141.208	0,62	402.200	61,0
32 Outs.Maquinas e aparelhos p/trabalhar materias texteis	940.556	0,51	81.810	33,9

			2016	Var% (US\$)
	US\$	%	Kg	16/15
35 Tecido de algodao>=85%, cru, ponto sarjado, peso>200g/m2	793.562	0,43	215.928	
39 Fio de fibras de poliesteres>=85%, retorcido/retorc.Mult	650.634	0,35	161.612	-36,5
42 Outros tecidos de fibras de poliester	631.423	0,34	72.798	13,7
45 Tecido algodao>=85%, fio color.Pto. Tafeta,100<p<=200g/m2	607.136	0,33	55.001	-68,5
47 Tecido de filam.Poliester textur>=85%, crus/branqueados	592.024	0,32	72.016	1,0
61 Tecido de filam.Poliester textur>=85%, tintos, s/borracha	366.460	0,20	36.039	8,5
67 Tecido poliest<85% c/algod. P<=170g/m2, tafeta, divs.Cores	317.473	0,17	34.793	37,4
72 Tecidos de malha de fibra sintetica tintos l>30cm	279.980	0,15	42.608	-35,4
86 Tecidos de malha de fibra sint crus/branqueados l>30cm	224.568	0,12	41.044	15,8
87 Fio algodao<85%, simples, fibra n/pent.192.31D<=t<232.56D	222.341	0,12	28.933	344,2
90 Bobinadeiras p/fios elastanos, automaticas	213.475	0,12	5.682	
95 Tecido de fibras artificiais>=85%, de fios de divs.Cores	197.489	0,11	22.497	59,8
98 Maquinas p/enfestar ou cortar tecidos, automaticas	190.588	0,10	3.900	
100 Outros tecidos de algodao>=85%, fio color.Peso<=200g/m2	188.537	0,10	13.417	-88,0
Demais produtos	20.921.848	11,34	7.569.658	-83,9

Figura 10: Principais produtos importados pelo Rio Grande do Norte, em 2016.
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/Secex), 2016.

Do exposto, depreende-se que o fluxo dos principais produtos concernentes a estes dois vetores no Rio Grande do Norte sinalizam para o aumento da produtividade do ramo têxtil, o que vincula-se diretamente à demanda de produtos intermediários fabricados em território estrangeiro – pela falta de disponibilidade aqui ou atratividade maior lá fora, como é caso dos artigos de fibras sintéticas. A Figura 11, dos principais países de origem de nossa importação, é uma evidência disso, encabeçadas por Estados Unidos e China, grandes produtores de bens de capital, ao passo que também se fazem presentes países como a Costa do Marfim, grande produtora de algodão, o qual caracteriza-se como bem intermediário.

Países	2016		2015		Var%
	US\$	%	US\$	%	16/15
Total do estado	284.679.968	100,00	318.039.847	100,00	-10,49

Países	2016		2015		Var%
	US\$	%	US\$	%	16/15
Total dos principais países destinos	273.967.101	96,24	240.443.323	75,60	13,94
1.Estados unidos	39.818.688	21,58	30.598.686	12,36	30,13
2.China	38.244.020	20,72	27.484.892	11,10	39,15
3.Argentina	35.605.143	19,29	34.962.757	14,12	1,84
4.Espanha	16.322.572	8,84	90.231.556	36,45	-81,91
5.Italia	7.093.154	3,84	8.341.624	3,37	-14,97
6.Alemanha	6.308.449	3,42	10.304.454	4,16	-38,78
7.Uruguai	4.911.100	2,66	5.767.116	2,33	-14,84
8.Paraguai	4.062.934	2,20	-	--	--
9.Paises baixos (holanda)	4.001.620	2,17	3.612.343	1,46	10,78
10.Costa do marfim	3.642.835	1,97	10.298.393	4,16	-64,63
Demais países	24.545.608	13,30	25.926.413	10,47	-5,33

Figura 11: Principais países de origem da importação do Rio Grande do Norte, em 2016-2015.
 Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/Secex), 2016.

Na direção oposta, os fluxos de exportação da produção têxtil se inserem no agregado total do estado com um percentual de 11,7%. Desta forma, com base nos principais países de destino da exportação potiguar (Figura 12), depreendemos a inserção do ramo nos fluxos da divisão internacional do trabalho. Encabeçando a tabela estão grandes importadores de bens de consumo, no caso das roupas de cama, mesa e banho oriundas das multinacionais localizadas em solo potiguar, como é o caso da COTEMINAS®, e também de bens intermediário, como é caso da produção de tecidos para a produção do vestuário, tendo como exemplo emblemático, a Vicunha com uma topologia extremamente internacionalizada.

Países	2016		2015		Var%
	US\$	%	US\$	%	16/15
Total do estado	184.556.123	100,00	247.528.234	100,00	-25,44

Países	2016		2015		Var%
	US\$	%	US\$	%	16/15
Total dos principais países destinos	181.909.328	98,57	243.752.142	98,47	-25,37
1.Estados unidos	72.691.385	25,53	58.971.092	18,54	23,27
2.Paises baixos (holanda)	49.420.644	17,36	45.328.464	14,25	9,03
3.Reino unido	30.195.795	10,61	23.131.656	7,27	30,54

Países	2016		2015		Var%
	US\$	%	US\$	%	16/15
4.Espanha	26.657.717	9,36	25.497.462	8,02	4,55
5.Argentina	8.840.138	3,11	11.402.107	3,59	-22,47
6.Nigeria	8.709.845	3,06	8.617.800	2,71	1,07
7.Colombia	8.151.638	2,86	5.910.900	1,86	37,91
8.Italia	7.688.986	2,70	4.608.826	1,45	66,83
9.Mexico	6.242.253	2,19	5.202.761	1,64	19,98
10.Peru	5.903.865	2,07	7.470.235	2,35	-20,97
Demais países	60.177.702	21,14	121.898.544	38,33	-50,63

Figura 12: Principais países de destino da exportação do Rio Grande do Norte, em 2016-2015.
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/Secex), 2016.

Segundo Sposito e Azevedo (2016), no âmbito da expansão contemporânea do modo industrial no Rio Grande do Norte, os principais produtos têxteis exportados pelo estado são camisas de malha de algodão de uso masculino, camisetas (*t-shirts*) e outros produtos de malha de algodão, tecidos de algodão índigo, cobertores e mantas de algodão, assim como roupas de cama com base em fibra de algodão e fibras sintéticas ou artificiais estampadas. Os países que se destacam na aquisição da maioria dos produtos supracitados são os Estados Unidos e membros do bloco da União Europeia, tendo havido uma considerável recessão a partir de 2007. Por seu turno, os países do Mercosul ganham notoriedade na importação de tecidos índigo e roupas de cama estampadas produzidos em território potiguar, apresentando crescimento relativo a partir do ano de 2012 no fluxo de aquisições destes e interrupção a partir de 2008 daqueles.

Diante do exposto, é possível observar que intensificam-se as relações na escala internacional, na medida em que se ampliam as lacunas que separam as multinacionais – alienígenas, haja vista seus interesses extravertidos – das pequenas e médias firmas nativas, os grandes dos pequenos, os espaços opacos dos luminosos, e assim por diante. Não obstante ao fato de que o tamanho da firma não significa menor espoliação do trabalho dos cidadãos. Se justapõem a alienação do trabalho e da produção, por meio dos ditames da técnica e da informação hegemônicas e por meio da exploração e do uso intensivo do trabalho.

Sendo assim, as duas primeiras tipologias analisadas (grandes marcas do vestuário e a produção corporativa internacionalizada de artefatos domésticos e insumos têxteis) são as responsáveis mais diretamente pela inserção do Rio Grande do Norte no circuito internacional da produção têxtil. As firmas do ramo de artefatos domésticos atuam como fornecedoras, ao mercado externo, de bens intermediários, em sua maioria tecidos de algodão (tipo *denim*, por exemplo) ou de fibras sintéticas; e no mercado interno produzindo e distribuindo artigos de cama, mesa e banho, comercializados, grosso modo, por lojas de departamento voltadas ao consumo de parcela da sociedade cujo poder aquisitivo engloba, de maneira geral, os estratos de renda médio e/ou alto.

De maneira similar, o vestuário engloba detentoras de grandes marcas nacionais (Hering e Riachuelo) que também atuam nesses dois níveis, diferenciando-se por comercializarem, majoritariamente, apenas bens de consumo – as firmas desta tipologia concentram suas ações nas instâncias da distribuição e da troca, terceirizando quase que completamente a produção propriamente dita, isto é, a manufatura (trabalho braçal), concentrando-se, todavia, na dimensão da concepção dos produtos (trabalho intelectual). Ainda se fazem presentes nesta tipologia, grandes marcas nacionais do vestuário que, apesar de não serem propriamente internalizadas no âmbito do consumo consuntivo, têm uma topologia ao mesmo tempo abrangente e seletiva no território brasileiro. A Toli®, cuja filial localiza-se

no Rio Grande do Norte, é um exemplo dessas grifes que, apesar de não serem internacionalizadas, estão presentes nos principais “templos de consumo” das regiões Norte e Nordeste – lojas em: Rio Branco/AC, Macapá/AP, Manaus/AM, Belém/PA, Santarém/PA, Porto Velho/RO, Fortaleza/CE, Maceió/AL, São Luís/MA, Campina Grande/PB, João Pessoa/PB, Olinda/PE, Petrolina/PE, Recife/PE, Teresina/PI, Caicó/RN, Mossoró/RN, Natal/RN e Aracaju/SE (TOLI, 2020).

Por fim, mas não menos importante, outra interface do uso corporativo do território potiguar pelo circuito têxtil coaduna com outro circuito, constitutivamente globalizado, a saber: o circuito espacial da produção de petróleo. Isto é, a produção de uniformes para a cadeia do petróleo, como desdobramento direto da atividade extrativa petrolífera, na qual Mossoró desempenha um papel de centralidade – foram verificadas pelo menos três unidades produtivas voltadas exclusivamente para a fabricação de fardamentos e EPI’s do circuito petrolífero localizadas no município (FIERN, 2017).

É notório que, no âmbito mundial, há uma geopolítica energética cuja demanda, sempre crescente em função da expansão e reprodução ampliada do capital, produz um espessamento na divisão territorial do trabalho em se tratando dos circuitos espaciais produtores de energia, notadamente no caso do circuito do petróleo – que tem a capacidade patente de absorver e movimentar capitais nos subespaços com potencial de exploração. Alves (2012, p. 21), que estudou a dinâmica territorial deste circuito e suas implicações no Rio Grande do Norte, observa que:

No estado a atividade petrolífera conta com diversa estrutura organizacional que ocorre desde o vasto sistema nacionalmente integrado de companhias comerciais privadas e empresas estatais, até pequenas companhias, algumas envolvidas em todos os aspectos das operações de petróleo, da exploração à comercialização. Além disso, os fluxos entre empresas cujas sedes localizam-se em estados e mesmo países distantes têm gerado um movimento contínuo de produtos, pessoas, informações e ideias. O que provoca também novas materialidades no território.

O estado do Rio Grande do Norte destaca-se em particular na produção *on-shore*, sendo o maior produtor nacional de petróleo em terra (ALVES, 2012). Segundo dados da ANP (2019), em 2008, o Rio Grande do Norte constituía-se como o 3º maior produtor de petróleo do Brasil, com um total de 22.331.740 barris de petróleo⁴ – atrás apenas dos estados do Rio Janeiro, maior produto (82.5% da produção nacional), e Espírito Santo (6.4%).

Não obstante, as tendências atuais de exploração do petróleo no Brasil têm impactado na reconfiguração desse circuito em território potiguar, cuja produção, na última década, decaiu significativamente se comparada ao cenário nacional⁵. Com a descoberta dos campos do Pré-Sal a exploração de petróleo no Brasil aumentou quase 35%. A descoberta e viabilização da produção das reservas *off-shore* culminou em um “redirecionamento” da produção sobretudo para os estados litorâneos da região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo), em detrimento dos demais, como é o caso do Rio Grande do Norte, cuja exploração ocorre predominantemente em área continental (*on-shore*). Isso significa que o circuito espacial da produção do petróleo perde fôlego no Rio Grande do Norte, impactando necessariamente no circuito têxtil, enquanto circuito espacial produtivo complementar à atividade petrolífera.

De todo modo, inserido na complexidade organizacional proporcionada e demandada pela capilaridade de capitais do circuito petrolífero, no Rio Grande do Norte, o circuito têxtil funciona como um dos circuitos espaciais produtivos complementares ao do petróleo, direcionado a um consumo do tipo produtivo: fornecimento de insumos à etapa da produção propriamente dita do circuito petrolífero, especificamente no tocante aos instrumentos laborais (fardamento e equipamentos de segurança do trabalho – EPI: Equipamentos de Proteção Individual) necessários ao emprego da força de trabalho.

Considerações finais

Em se tratando do circuito espacial da produção têxtil em sua totalidade, desprezando, portanto, as diferenças particulares entre os (sub)circuitos aqui analisados, na base da pirâmide do uso produtivo do território estão as firmas que se territorializam nas escalas regional e nacional, não obstante aos vínculos, sobretudo, de dependência com os agentes atuantes na escala mundial. E essa é, precisamente, uma das justificativas da nossa opção pela abordagem dos circuitos espaciais produtivos, haja vista que os circuitos espaciais produtivos são multiescalares, porém tributários, (inter)dependentes e correlacionados à teia de interesses internacionais.

Em todos os casos, no entanto, concordamos com Moraes (1984) que em consonância com o pensamento de Milton Santos (SANTOS, 1979, 2008(a), 2008(b) e 2012) assinala que as sincronias funcionais locais obedecem a um tempo e a um ritmo da acumulação mundial. Nesse sentido, o circuito nitidamente internacionalizado do capital financeiro sobressai como importante elemento ordenador da produção nos diferentes rincões do planeta, como é o caso do espaço semiárido do Nordeste brasileiro ou tantos outros exemplos no mundo subdesenvolvido.

Isto evidencia uma inserção periférica nos círculos de cooperação do espaço de determinados agentes que apesar de usarem produtivamente o território, não são eles que o dominam ou exercem seu comando. Ou seja, é a dependência dos pequenos em relação aos grandes. Esta dependência pode ser direta, como é o caso da tipologia das facções do vestuário que dependem quase que exclusivamente da demanda de seus serviços pelas multinacionais, que por razões estratégicas terceirizam a maior parte de sua produção propriamente dita para preocupar-se com a concepção, com as informações – isto é, com a circulação de ideias e capitais –, assim como “baratear” seus custos relativos aos compromissos legais com a força de trabalho, que se fragiliza e se vulnerabiliza cada vez mais. Portanto, o uso do território pelas facções é um uso alienado, enquanto esse mesmo uso por parte das multinacionais é alienígena.

Um exemplo da dependência indireta das pequenas perante as grandes firmas é que estas últimas, por serem mais fortes financeiramente e conseguirem administrar seus lucros a longo prazo, adotam políticas de preços que lhes sejam convenientes, em detrimento da população em geral e dos pequenos produtores. Estes, por trabalharem em um nível bem mais baixo de valor agregado aos seus produtos, apenas adotam estratégias de sobrevivência na selva mercadológica, fixando seus preços bem abaixo daqueles impostos pelas firmas mundialmente capitalizadas.

Em suma, o que agrupa as tipologias ou os sub-circuitos têxteis mais diretamente tributários ao uso corporativo do território, o que os une, são solidariedades organizacionais. É o uso produtivo do território gerido e gestado pelas grandes corporações do círculo de cooperação têxtil, as quais fazem do Rio Grande do Norte, nesse sentido, um território nacional da economia internacional. Em contraponto e em detrimento de usos produtivos do território vinculados, sobretudo em sua evolução pretérita, por solidariedades orgânicas, no sentido da coabitação, das continuidades/contiguidades do território e dos acúmulos desiguais do tempo.

Referências:

ALVES, Sandra Priscila. **O circuito espacial da produção petrolífera no Rio Grande do Norte**. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ARROYO, Mônica. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde diplomatique Brasil**. [s. L.], 04 out. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

ASSIS, Wilk Magnos Moura de. **A produção de Scheelita no Rio Grande do Norte: ascensão [sic] e crise (1940 a 1960)**. 2006. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

ÁVILA, Marcelo de. **Impacto da crise no mercado de trabalho da indústria de transformação : uma análise das horas trabalhadas e do emprego**. **Boletim Mercado de Trabalho**, Brasília, v. 1, n. 52, p.19-25, ago. 2012. Detentor dos direitos autorais: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3874>. Acesso em: 1 abr. 2020.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo. **Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte**. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p.113-132, ago. 2013.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; GALINDO, Leonardo da Silva. **A espacialidade da Indústria no Rio Grande do Norte (Brasil) no contexto da reestruturação produtiva**. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 147-168, ago. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/57933>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

AZEVEDO, Igor Rasec Batista de. **Circuito espacial da produção têxtil no Seridó Potiguar: as especificidades do ramo de artefatos domésticos**. 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BARRIOS, Sonia. Dinâmica social e espaço, **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 2, 2014.

BRASIL. ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Produção de petróleo e gás natural por estado e localização**. 2019. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/dados-abertos-anp>>. Acesso em: 30 out. 2019.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 3, n. 22, p.461-474, dez. 2010.

DICIO. **Significado de Extravertido**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/extravertido/>. Acesso em: 7 abr. 2020.

FERNANDES, Bruno Rodrigo Borges. **Aproveitamento dos fins de Scheelita utilizando concentração centrífuga e lixiviação ácida**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Mineral, Programa de Pós-graduação em Engenharia Mineral, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

FIERN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE NORTE. **Guia industrial**. Disponível em: <<http://cadindustrial.fiern.org.br/>>. Acesso em 23 jan. 2017.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

GALINDO, Leonardo da Silva. **Uso corporativo do território e “facções” de costura: a reorganização espacial do setor de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte**. 2018. 243f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=_EN&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 03 fev. 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**, mimeografado, São Paulo, 1984.

PESSOA, Jomara Dantas. **Dinâmicas de reprodução do comércio e os novos papéis urbanos de pequenas cidades norte-rio-grandenses: um olhar a partir das redes associativistas de supermercados**. 2015. 247f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008(a).

_____. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5. e.d. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008(b).

_____. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 18. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVEIRA, Maria Laura. **Região e globalização: pensando um esquema de análise**. Redes: Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 1, p.74-88, jan. 2010.

SISCOMEX, Sistema Integrado de Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira: Estados**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao?layout=edit&id=2206>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SPOSITO, Eliseu Savério; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **A disseminação do modo industrial em São Paulo e no Rio Grande do Norte: o tempo e o espaço em questão**. Revista Formação, Presidente Prudente, v. 1, n. 23, 2016, p. 133-157.

TOLI. **Lojas - Toli**. Disponível em: <https://toli.com.br/lojas/>. Acesso em: 1 abr. 2020.

Notas

1. O termo “extravertido” vem do verbo extravertir que é o mesmo que extravasar ou fazer transbordar para fora de suas limitações. Neste artigo, o utilizamos para fazer referência àqueles processos produzidos no lugar (em nosso caso no Rio Grande do Norte), mas que estão para além dele, ou seja, extrapolam seus limites originários. Ao longo do artigo fazemos sempre referência aos nexos extravertidos em consonância com a bibliografia de Milton Santos, para quem o termo está associado ao que ele chamou de especializações territoriais alienígenas alienadas, isto é, subespaços (cidades, regiões, estados etc.) especializados em determinado segmento ou atividade econômica, cuja dinâmica territorial dos processos produtivos locais, se expressa por uma subordinação, ou mesmo dependência, que vem de fora, ou seja, é estranha ao próprio local de origem.
2. Para elaboração da Figura 8, atribuímos para cada um dos municípios elencados segundo a aplicação das medidas descritivas apresentadas na Figura 7 somente uma tipologia, aquela que para cada localidade representa maior concentração nas variáveis nº de empresas e nº de funcionários. Não obstante a algumas dessas cidades abrigarem concomitantemente mais de uma atividade produtiva, a justificativa por essa opção se deu para privilegiar os fins didáticos e gráficos, uma vez que sobrepor várias tipologias em uma reduzida área do Mapa acarretaria em poluição visual e prejudicaria a identificação e análise das variáveis nele representadas – a análise ficaria prejudicada, por exemplo, para os municípios de Natal e Parnamirim, os quais coadunam pequena extensão territorial *versus* diversificada gama de tipologias sobrepostas.
3. Nas tabelas extraídas da MDIC/Secex, os números percentuais são sempre relativos aos valores em US\$. Os produtos destacados em negrito são relativos à produção têxtil; quanto aos demais produtos, mantivemos na tabela apenas aqueles que se apresentam entre os dez principais.
4. São levados em consideração para o cálculo dos barris os óleos e o condensado de petróleo, sem incluir GLP (Gás Liquefeito de Petróleo).
5. Em 2018, a exploração de petróleo no Rio Grande do Norte caiu aproximadamente 35%, na contramão da tendência nacional, apresentando uma produção de 14.700.394 barris. Isto acarretou a perda de uma posição no ranking nacional dos estados produtores de petróleo, assim como a sua participação em relação ao total de barris explorados no país, a qual decresceu de 3.4% em 2008 para 1.6% em 2018.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS E CONTEXTO BRASILEIRO POLÍTICAS

**POLITICAS EDUCACIONALES GLOBALES Y EL CONTEXTO
BRASILEÑO**

**GLOBAL EDUCATIONAL POLICIES AND THE BRAZILIAN
CONTEXT**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir e apresentar os processos de regulação nacional e transnacional na elaboração de políticas públicas educacionais a partir do esquema metodológico de Ball (1994). Analisando documentos internacionais e nacionais, consideramos o papel relevante das Organizações Internacionais mobilizando recursos e repertórios de ação juntamente com agentes nacionais, e em contraponto aos agentes dissidentes das escalas de regulação. Assim, concluímos que as políticas educacionais brasileiras voltadas para a formação de professores, estão articuladas a práticas discursivas que impactam sentidos discursivos, curriculares e territoriais.

Palavras-chave: políticas educacionais; globalização; escala; currículo

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir y presentar los procesos de regulación nacional y transnacional en la elaboración de políticas públicas educativas a partir de la metodología de Ball (1994). Analizando documentos internacionales y nacionales, consideramos el papel relevante de las Organizaciones Internacionales que movilizan recursos y repertorios de acción junto con agentes nacionales, y en contrapunto con los agentes disidentes de las escalas regulatorias. Por lo tanto, concluimos que las políticas educativas brasileñas dirigidas a la formación del profesorado están vinculadas a prácticas discursivas que impactan los significados discursivos, curriculares y territoriales.

Palabras-clave: políticas educativas; globalización; escala; currículo

ABSTRACT

This article aims to discuss and present the processes of national and transnational regulation in the elaboration of educational public policies based on the Ball (1994) method. Analyzing international and national documents, we consider the relevant role of International Organizations mobilizing resources and action repertoires together with national agents, and in contrast to the dissenting agents of the regulatory scales. Thus, we conclude that Brazilian educational policies aimed at teacher education are linked to discursive practices that impact discursive, curricular and territorial meanings.

Keywords: educational policies; globalization; scale; curriculum

Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a intrínseca relação do processo de regulação de políticas públicas educacionais que ocorrem na escala global e nacional. Por meio de leituras e debates levantados nos campos da Sociologia, Ciências Políticas e Pedagogia, estudamos este objeto à luz do pensamento geográfico, na busca de compreender ainda melhor os contextos político-educacionais e curriculares presentes no âmbito brasileiro, e pensar esse processo de regulação de políticas públicas educacionais como eventos espaciais, porque, segundo nossa interpretação, impactam o território nacional.

As Políticas Educacionais Globais (PEG) são objeto de intenso debate entre os pesquisadores que se debruçam em entender as motivações e influências dos contextos mundiais na produção de políticas nacionais para a Educação. Sob um olhar macroescalar e minuciosas buscas em textos, documentos oficiais, entrevistas e recomendações econômicas de organismos diversos, é possível identificar o processo de regulação social de uma política educacional oriunda da escala global nas diretrizes, leis e políticas nacionais voltadas para os diferentes segmentos da Educação Básica e Superior que ocorrem na escala nacional.

Em um período histórico-geográfico em que estabelecemos novos paradigmas para o Ensino Médio, reestruturamos programas e ações para cursos de licenciatura em Instituições de Ensino Superior privadas e públicas e implementamos uma Base Nacional Curricular Comum é urgente compreender tanto os resultados/efeitos de tais políticas nas práticas de sala de aula, quanto às estratégias que envolvem desde o processo do contexto de produção ao contexto de influência política (BALL, 1994).

Segundo a autora Souza (2003 *apud* pág. 39, 2006) “analisar políticas públicas significa, muitas vezes, estudar o governo em ação”, por isso, nos alerta em ter parcimônia em usar um determinado referencial teórico, sobretudo quando usá-lo. A articulação metodológica utilizada no presente artigo compreende um exercício de vigilância epistemológica cujas bases articulam “todos os elementos da pesquisa, ampliando sua coerência, consistência e rigorosidade”. (MAINARDES, 2017, p. 4). Sendo assim, utilizamos a Abordagem do Ciclo de Políticas (BALL & BOWE, 1992; BALL, 1994) para compreender a construção das políticas educacionais em escalas transnacionais, segundo seus agentes, agendas, alinhamentos e ações.

Utilizamos também a noção de prática discursiva (LACLAU, 2013) apoiando nossa análise, de modo que tais práticas são entendidas para além dos documentos oficiais, incluindo associações e disputas entre agentes políticos. As práticas e disputas discursivas envolvem cadeias de ações, normas, valores e estrangimentos sobre o sentido hegemônico de uma política educacional que se expressam espacialmente e territorialmente, tal como podemos observar no espraiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (FREITAS, TERAMATSU e STRAFORINI 2015), no crescimento e configuração do ProUni e o furtivo fechamento de salas de aula promovidas pelo estado de São Paulo (GIROTTO, 2016).

E nestas práticas discursivas em torno de um jogo político que busca definições e padrões hegemônicos, encontramos práticas de regulação social que envolvem diferentes escalas na produção da própria política. Práticas que envolvem diferentes agentes, ações, atos e agendas no processo de regulação e regulamentação de uma política. E, evidentemente, escalas diferentes.

Dentre estas discussões em torno dos sentidos discursivos da política, considerando o papel da interpretação e da tradução dos textos políticos na ação prática (BALL, MAGUIRE & BRAUN, 2016) - tratados ao longo deste trabalho, é importante apresentar nossa compreensão sobre os processos regulatórios da política.

A regulação social possibilita enxergar as práticas discursivas no processo de produção e elaboração das políticas nacionais. Barroso (2005) sistematiza um modelo interpretativo para compreender a regulação como um modo de coordenação dos sistemas educativos na formulação de políticas públicas, que tem auxiliado a pensar metodologicamente desta-

cando atores e suas posições, bem como estratégias e interesses em um cenário não-binário na qual é possível explorar a pluralidade de agentes e agendas no processo de ajustamento de uma rede multi-regulada.

Desde o ano de 2001 temos acompanhado, com maior intensidade, o processo regulatório de políticas educacionais voltadas para a formação de professores no Brasil. A partir da definição de diretrizes que alteraram a trajetória da formação de professores nos cursos de licenciatura e a capilarização destes cursos em território nacional, foi possível acompanhar o crescimento e o investimento das instituições de ensino superior – públicas e privadas; assim, como a valorização e o investimento em formação continuada, tanto para atender ao Art. 62 da LDB 9394/96¹, quanto no entendimento da importância no processo contínuo do aprender do professor no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Dado o início da reestruturação dos cursos de licenciatura em 2002², as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (CNE/CP 02/2015), representam um forte avanço no debate por mais de uma década

“[...] ao considerar as diferentes concepções em disputas no campo, estudos e pesquisas sobre a temática, os marcos legais com destaque para a CF 1988, a LDB e o Plano Nacional de Educação (2014/214), bem como as deliberações das Conferências Nacionais de Educação (Conae, 2010 e 2014)” (DOURADO, p.299, 2015).

O contexto político da Resolução 02/2015 é importante para destacar a articulação entre diferentes agentes em torno do debate da formação e da valorização dos docentes da educação básica. Destaca, também, a construção de uma base comum nacional para a formação inicial e continuada, em defesa dos princípios interdisciplinares na construção de uma sólida formação teórica, prática, e na pesquisa como um dos princípios formativos e cognitivos da formação docente. Tais eixos fundamentais são resultado dos debates das “diferentes concepções em disputas no campo, estudos e pesquisas” apontadas acima (DOURADO, 2015).

De modo a dar continuidade a uma série de políticas e ações voltadas para a formação de professores, reestruturando suas atividades, orçamentos e alcances, em 2017 foi apresentada oficialmente a Política Nacional de Formação de Professores – PNFP, no qual as dimensões para a formação inicial e continuada de professores (mobilização, avaliação, regulação, pesquisa e informação), e a política de formação pautada na elaboração articulada com estados, municípios - instituições formadoras e CNE, do currículo de formação. E, de maneira inédita, a centralização da Base Nacional Comum Curricular para a educação básica, como documento curricular orientador do processo.

O processo regulatório, suas escalas e o rebatimento territorial deste debate, está diretamente associado as políticas educacionais globais, em nosso entendimento. Considerando os relatórios e as projeções das agendas articuladas globalmente, como a *Education at a Glance* (OCDE) e a *Sustainable Development Goal 4 of 2030 Agenda – SDG 4* (Unesco), temos interpretado a construção de políticas nacionais para a formação de professores sob influência de diferentes atos, ações, agendas e agentes que expressam interesses econômicos, de desenvolvimento social e políticos, articulados, e em disputa com as instâncias nacionais que já zelam pela formação de professores na prática: as instituições formadoras, as associações do magistérios e da educação básica e a sociedade civil.

Regulação social e suas escalas

Windholz & Hodge (2013 p.20) definem regulação, a partir do debate na área do Direito administrativo que trazem contribuições importantes para o entendimento da regulação social e econômica. Todavia, como bem alertam os autores, esta divisão entre o sentido social e econômico não são apenas pares contrastantes “[...] sendo a regulação econômica

projetada para melhorar a eficiência econômica e de mercado, e a regulação social projetada para produzir resultados socialmente desejados”.

Tradicionalmente, cabe às instituições não majoritárias que buscam soluções eficientes e otimizadas a regulação econômica, enquanto a regulação social é caracterizada por instituições majoritárias “nas quais conflitos de interesse são representados e os resultados políticos negociados”, no entanto,

no novo mundo da administração regulatória, do capitalismo regulatório e do Estado regulatório, os governos estão crescentemente usando a regulação para entregar metas sociais tradicionalmente fornecidas através de ação direta do governo (a qual Haber se refere como “regulação para o bem-estar” ou “regimes de bem-estar regulatório”) e técnicas regulatórias baseadas na economia, para definir e resolver problemas sociais. Isso possui impactos significativos para os atuais reguladores e para a atividade regulatória. (WINDHOLZ & HODGE, p.20, 2013 - grifo nosso)

Com o intuito de debater a diferença entre regulação social e econômica, e como de fato acontecem na governança, os autores baseiam-se na definição de Black (2005) que entende a regulação como “um processo que envolve a tentativa focada e sustentada em alterar o comportamento dos outros, de acordo com critérios ou padrões definidos, com a intenção de produzir um resultado ou resultados amplamente identificados” (WINDHOLZ & HODGE, pág.22, 2013 *apud* BLACK, 2005). Esta definição apresenta tensionamentos importantes para entender a centralidade do papel do Estado em seu papel articulador entre organizações comerciais e não governamentais; a centralidade na função de autoridade final por meio de múltiplas escalas de governança; como a centralidade da Lei como técnica regulatória, e quando permitido, outras técnicas alternativas; o reconhecimento que agentes não estatais fazem parte do processo de desenvolvimento político da regulação sendo, inclusive, interagindo diretamente com o Estado; e conclui que

A regulação é intencional, continuada e focada. Ela é o resultado de uma decisão intencional do governo. É sistemática e projetada para resolver um problema específico ou produzir um resultado específico. Além disso, não é alcançada pela aprovação de uma lei, simplesmente. Isso requer monitoramento contínuo das atividades relevantes, (re)avaliações contínuas de valores e negócios, e ajustes às mudanças de necessidades e circunstâncias. Visto dessa forma, o propósito da regulação vai além de uma determinada atividade ou instrumento regulatórios, para caracterizar as agências reguladoras que administram a regulação e os regimes regulatórios que as governam (WINDHOLZ & HODGE, p.24, 2013).

Como intenção contínua, focada e direcionada pelo governo em busca de solucionar um problema, ou demanda social de seu interesse, a regulação opera no sentido de criar políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade civil e Estado, articulando a cooperação entre governos, instituições e grupos sociais, o embate de ideias e interesses, e trabalhando para a solução de problemas sociais (SOUZA, 2006).

Para Oliveira (2005, p.756) “A regulação na economia é em geral vista como algo necessário às relações de mercado, no sentido de coibir os monopólios, de controlar preços e condições de oferta e atendimento aos usuários”. Segundo a autora, o processo de globalização impulsionou nos países ocidentais diversas formas de reformas nos Estados, incorporando mudanças econômicas, políticas e culturais que estabelecem novas formas de gestão econômica e controle social, através da desterritorialização e reterritorialização de instituições de poder, tal como a União Europeia e o Mercosul.

Assim, o contexto global estabelece novas formas de regulação e “[...] o que se vem entendendo por regulação social são os aspectos relacionados à proteção dos interesses públicos, tais como saúde, segurança, meio ambiente, educação, ou seja, aqueles que podem pôr em risco a coesão social” (OLIVEIRA, p. 756, 2005). Isso ocorre com a promoção de uma maior flexibilização das relações sociais, implicando na flexibilização e precarização das relações de trabalho, desregulação do mercado e terceirização dos sistemas produtivos e de serviços, levando a regulação social a ser central na constituição de um novo Estado pós-Estado Social, um Estado Neoliberal.

As dinâmicas de trabalho são diretamente alteradas devido às demandas do mercado. Para a autora, o Estado sendo coercitivo e regulador, passa a criar condições para a construção do mercado, cuja função está diretamente relacionada a produção do capitalismo. Um novo mercado global implica em novas demandas de compra e venda e em novas relações de trabalho. Oliveira (2005) acredita que tal processo atinge diretamente a educação, pois

os sistemas escolares, que durante o século XX se organizaram em torno das demandas apresentadas pelo mercado de trabalho, pelas exigências produtivas e pela lógica de uma sociedade estruturada entre os que trabalham e os que exploram o trabalho, vêm-se ameaçados em sua própria racionalidade. A mobilidade social, até então garantida por meio da escolaridade, como condição para o emprego formal e regulamentado, tem sua eficácia comprometida na medida em que a confiança no futuro é estremecida. *Ao mesmo tempo observa-se uma adequação dos discursos educativos a esse novo contexto, apresentando a importância da educação na busca por soluções alternativas à sobrevivência nesta sociedade em que já não há empregos para a maioria.* Os sistemas escolares passam a sofrer mudanças consoantes à nova regulação social, a despeito do pouco que se sabe a esse respeito. *Tais mudanças repercutem também sobre a regulação das políticas educativas.* (OLIVEIRA, p. 757, 2005 - grifo nosso)

Segundo, Bettencourt (2004, pág.53), “a regulação não assegura nem a harmonia, nem a estabilização rigorosa, nem a otimização, porque a elaboração e a aplicação de regras é uma disputa social e dá lugar a conflitos, quer abertos e violentos, quer instituídos quer escondidos”, desta forma o processo de construção de políticas públicas educacionais é considerado cenário para disputas e negociações entre grupos sociais que se organizam segundo práticas discursivas de seu interesse.

Regulação Nacional

A regulação nacional, segundo Barroso (2006, p.50), pode ser interpretada como regulação institucional e está atrelada ao modo como o Estado e suas instâncias de governabilidade exercem “a coordenação, controle e a influência sobre o sistema educativo, orientando sob forma de normas, injunções e constrangimentos” as ações dos sujeitos sociais, bem como os resultados e efeitos das políticas.

As políticas públicas, de forma geral, são constituídas por um aparato burocrático e técnico que envolvem leis, decretos, ofícios, medidas provisórias e entre outros documentos legais que manifestam e/ou colocam em prática ações que regulam a tomada de decisões a cerca de um propósito, que venham a produzir resultados ou mudanças na sociedade. Souza (2006), define política pública como

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26)

E dentre a seara de definições que podem acompanhar o conceito no campo de políticas públicas em diferentes áreas do conhecimento, ainda completa afirmando que “[...] após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (SOUZA, 2006, p.20).

Partimos desta compreensão de políticas públicas para entender melhor a regulação nacional, analisando-a junto à proposta teórico-metodológica do ciclo de políticas proposto por Stephen Ball (1994) que defende a política como desenhada e produzida a partir de relações que ocorrem em diferentes escalas, e que, cada uma delas, está intimamente ligada a outra, produzindo efeitos e mudanças capazes de ressignificar a política em curso, assim como a estratégias para tal.

Apesar do autor nomear as etapas da produção de políticas como contextos, entendemos tais *espaçotempos* como escalas. A noção de escala é fundamental para nossa discussão nesta pesquisa. As escalas, como produção social, são interseções das relações de poder, ao mesmo tempo em que produzem diferenciações sociais, portanto, espaciais. E, considerando os processos sociais que envolvem a produção da política, as escalas se tornam o instrumento teórico para a apreensão das estratégias de diferenciação espacial. As ações dos sujeitos constroem escalas e possibilitam a discussão sobre o poder e a política da definição da própria escala. Para Melazzo & Castro, 2007

Os grupos sociais em suas assimétricas relações sociais, econômicas, culturais etc. disputam não apenas a possibilidade de dominar as escalas, mas também a definição das escalas mais adequadas a sua ação, incluindo-se, aí, a possibilidade de articular escalas. (MELAZZO & CASTRO, 2007, p.141)

As estratégias espaciais pelas quais os processos de regulação atuam, definem e são definidas pelas escalas alcançadas pelas políticas públicas. Daí, vale ressaltar, que no caso brasileiro, a construção da política se dá pelo pacto federativo, que vem a organizar o conjunto de dispositivos institucionais, cujos entes federativos com autonomia relativa, tratam de suas questões regulatórias nos termos da Constituição.

A compreensão de Stephen Ball para a produção das políticas se dá em torno da trajetória da “[...]formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática” (MAINARDES, 2006, p.50). Cabe, aqui, então, uma breve introdução ao referencial analítico que estamos tratando.

Tradicionalmente as políticas educacionais são estudadas como um conjunto de produções curriculares e legislativas, de forma verticalizada, como se fossem impostas com a falta de diálogos e negociações entre agentes políticos e a sociedade civil. A proposta pós-estruturalista de Ball, conflita essa noção, afirmando que a produção de uma política não é descolada da realidade prática, tampouco excludente dos sujeitos escolares como se pensa. A política é elaborada e regulada por um conjunto de grupos identitários, com representantes tanto do contexto de produção do texto, quanto do contexto da prática, onde a política tem seus efeitos e resultados.

Os conflitos entre grupos identitários, particularismos, que defendem posições e ações dentro de suas perspectivas para a ação da política, se encontram em *espaçotempos* que definem cadeias de equivalências e diferenças³dentro do jogo político de construção dos discursos. A política vista como uma produção discursiva, quer dizer que o que se busca é a prevalência de um discurso hegemônico sobre os demais, e para que a hegemonia seja alcançada são necessários acordos e trocas entre os grupos que disputam o sentido hegemônico a ser estabelecido. E que sentidos seriam esses? São as definições e os propósitos de uma política pública, em outros termos: para quê, para quem e como ela atua.

O ciclo de políticas (Ball, 1994) analisa a trajetória da construção das políticas através dos contextos em que ela é debatida, e a confluência destes contextos é que engendra o processo de produção da mesma. O contexto de influência é o *espaçotempo* que compreende agentes estatais, agentes da sociedade civil, instituições não governamentais, e organismos supranacionais, que debatem agendas e metas para melhorar a qualidade da educação básica nos países que compõem sua rede de influência, atuando diretamente nos debates educacionais, ou negociadores de trocas comerciais. Retornaremos a este debate mais à frente.

O contexto de produção atua diretamente da construção do processo de regulação nacional da política, com entes federativos, órgãos públicos e a representação dos poderes legislativo, executivo e judiciário. É neste contexto que nasce o texto da política. O contexto da prática envolve onde de fato a política acontece: nas escolas, universidades e instituições de ensino e pesquisa. O contexto dos resultados e efeitos está condicionado a trabalhar na avaliação da política, tanto em sua atuação quanto na elaboração, verificando quais os efeitos têm maior, ou menor impacto, quais as desigualdades são evidenciadas, se a política atinge mudanças gerais e específicas, estruturais, e o “impacto dessas mudanças nos

padrões de acesso social, oportunidade e justiça social” (MAINARDES, 2006, p. 55). E por fim, o contexto de estratégias políticas “envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada” (MAINARDES, 2006, p. 56).

A proposta analítica do ciclo não obedece a uma hierarquia, pois, efetivamente, os ciclos como um organismo social atuam mutuamente e destacam-se por meio de hinterlândias no processo de construção discursiva. É importante considerar que a política como discurso, difere-se da política como texto (BALL, 1993). Segundo o autor, a política como texto é a codificação, o produto de influências e agendas legitimadas, especificamente, com intenções e negociações dentro do Estado. Já a política como discurso é composta por significados, que se utilizam dos códigos linguísticos para que haja diversidade nas possibilidades de pensamentos, dados, e se utilizam de proposições e palavras, onde certas possibilidades de raciocínio são construídas. Mainardes (2006) completa

A política como discurso estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem o efeito de distribuir “vozes”, uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investidas de autoridade. Desse modo, com base em Foucault, Ball explica que as políticas podem tornar-se “regimes de verdade”. Na prática, os atores estão imersos numa variedade de discursos, mas alguns discursos serão mais dominantes que outros. Política como texto e política como discurso são conceituações complementares. Ao passo que a política como discurso enfatiza os limites impostos pelo próprio discurso, a política como texto enfatiza o controle que está nas mãos dos leitores. Ambos são processos complexos porque os textos não são somente o que eles parecem ser em sua superfície e, de acordo com Foucault, discursos nunca são independentes de história, poder e interesses (Ball, 1993a). (MAINARDES, 2006, p.52 - grifo nosso)

Estes contextos ganham ainda mais a noção de escala em nossa interpretação. Os contextos de Ball são capazes de exprimir os processos sociais e determiná-los, em uma materialidade que definem o espaço geográfico. Os grupos identitários que pertencem a cada um dos contextos e se fundem ao ciclo, de forma geral, disputam as ações, suas definições e articulações. Tornando cada contexto uma escala específica ao produzir diferenciações espaciais e o lugar da política.

Ball, Maguire & Braun (2016) retomam a discussão do ciclo de política ao reforçarem o caráter discursivo das políticas. Para os autores, as políticas não são apenas implementadas sob influência de um contexto específico de forma verticalizada, uma vez que as políticas, por natureza, estão sujeitas a processos de recontextualização e recriação, configurando em uma atuação política. A Teoria da atuação considera que a palavra “implementação” tem um teor mais rígido do que o é visto em seu sentido real no contexto da prática. Uma visão materialista da implementação das políticas, fixa-se no texto que qualifica, organiza e planeja a política a partir do agente que a elaborou, enquanto que na visão pluralista dos autores, as políticas são efetivamente produzidas a luz de interpretações e traduções do texto ou do contexto político, tornando o produto diferente daquilo que estava no texto. Desta forma, toda a atuação é construída discursivamente, por sujeitos em constante disputa pelo sentido hegemônico da política a ser alcançada. “A atuação é local, contingencial e algumas vezes frágil” (AVELAR, 2016, p. 6).

Com o intuito de refletir sobre o contexto global, é importante voltar esta discussão à escala transnacional, para isto, é preciso pensar o papel dos Estados-nação e da globalização.

Regulação transnacional e globalizações

“A escala político-territorial do Estado-nação [...] é uma etapa importante para compreender a escala global. ”, assim Castro (2001, p.213) destaca que a interpretação política do espaço geográfico não se limita a complexa arena econômica e produtiva, mas procura compreender “[...] os conflitos distributivos que se organizam a partir das lógicas das relações de poder das instituições” (p.214). O que iremos, brevemente, discutir neste tópico, é esta noção de escala global e as implicações da relação dos Estados com os agentes políti-

cos, sociais e econômicos que compõem os diferentes processos de globalizações.

A noção de regulação nacional de Barroso (2006) discutida anteriormente tem profunda articulação com o seu entendimento sobre a regulação transnacional.

Por “regulação transnacional” eu quero significar o conjunto de normas, discursos e instrumentos (procedimentos, técnicas, materiais diversos, etc.) que são produzidos e circulam nos fóruns de decisão e consulta internacionais, no domínio da educação, e que, [depois], são tomados, pelos políticos, funcionários ou especialistas nacionais, como “obrigação” ou “legitimação” para adotarem ou proporem decisões ao nível de funcionamento do sistema educativo.” (BARROSO, 2006, p.44/45)

A origem da regulação transnacional, segundo o autor, está na dependência dos países centrais que articulam os efeitos da globalização e/ou subjacente a estruturas supranacionais que compõem os grupos de organizações internacionais não governamentais. Para Castro (2011), a definição de organização internacional (OI) pode ter dois sentidos jurídicos diferentes. O primeiro tem a ver com a forma como a sociedade internacional se organiza estruturalmente; o segundo “se refere a organizações concretas, seus estatutos, objetivos e área de atuação” (p.269). As organizações internacionais não necessariamente desdobram-se frente às questões educativas, ainda que muitas possuam atuação intensa nos debates acerca das agendas educativas internacionais, de fato, fazem parte de sistemas voltados para a economia, ou para o desenvolvimento humano, com programas que “[...] sugerem (impõem) diagnósticos, metodologias, técnicas, soluções (muita das vezes de maneira uniforme)” (BARROSO, 2006, p.45) administrativas para os mais variados “problemas”.

A relação entre as OI e os Estados surge a partir da recomposição do Estado-nação pós-1945 e frente a transnacionalização do capitalismo, no qual os Estados são diretamente responsáveis pela criação de tais organizações. O Estado-nação que antes preservava toda a responsabilidade econômica, política e social como sua tarefa exclusiva, em decorrência do Bem-Estar social, agora ocupa o contraditório lugar de agente coordenador (DALE, 2004). “Elas [OI] não emergem da ‘política mundial’; pelo contrário, a política mundial, das quais são tomadas como componentes, foi construída pelos Estados”, assim, a política mundial é criada para lidar com problemas que afetam, em tese, todos os Estados, mas que individualmente não conseguem solucionar (DALE, 2004, p.445).

A noção de agente coordenador, segundo Dale (2004) tem relação com o papel que o Estado-nação assume frente às formas de negociação supranacionais junto as OI e outros Estados, sob a lógica do capitalismo. A atual fase capitalista é engendrada pela intervenção mínima do Estado às lógicas do mercado, no entanto, a regulação é importante para manter a seguridade social e os direitos básicos, assim como a construção do próprio mercado, agora assegurada pelo Estado neoliberal. O Estado neoliberal precisa criar condições para que o mercado se (re)produza, atendendo as dinâmicas espaciais de seu próprio território e as necessidades das redes globais das quais faz parte, configurando a contradição de seu papel fundamental. Não se trata apenas de atender as demandas do território nacional, dentro de suas condições político-econômico-social próprias, mas também de atender as lógicas mundiais que fazem parte das diferentes globalizações. O papel do Estado-nação continua firme, para Haesbaert (2013), seja pela “[...] ausência ou debilidade de outras entidades políticas de gestão em níveis mais amplos” ou pelo “seu papel decisivo na ‘preparação’ das condições para a efetivação das dinâmicas globalizadoras, especialmente no que se refere aos circuitos do capital financeiro” (p.28).

Utilizamos o termo globalizações, em plural, para destacar que a despeito do sentido homogeneizador do sentido da palavra globalização, que denota a reordenação do mundo criando condições, acessos e interconexões nas dimensões social, econômica, política, militar, cultural e ambiental, a expansão do sistema capitalista fragmentou muito mais do que integralizou a concentração do poder econômico global (HAESBAERT, 2013), “requalificou escalas de identidade” e criou “inevitavelmente pressões sobre as configurações espaciais existentes” (CASTRO, 2011, p.221;224).

Por isso, Santos (2002, p.6) refere-se ao processo de globalização como o “conjunto de arenas de lutas transfronteiriças” e que elas podem ser interpretadas por duas escalas: as globalizações hegemônicas (de cima para baixo) e as globalizações contra-hegemônicas (de baixo para cima). Na primeira escala comportam o *localismo globalizado* e o *globalismo localizado*; na segunda escala temos o *cosmopolitismo* e o *patrimônio comum*.

Na segunda escala de Santos (2002), encontramos os processos contra-hegêmonicos que sustentam possibilidades antagônicas de organizações político-sociais e econômicas que defendem seus interesses comuns, como os movimentos identitários, organizações Sul-Sul, desenvolvimento sustentável, ONG, dentre outros. A primeira escala, claramente refere-se difusão e realização das vias de negociação dos fenômenos sociais, econômicos e culturais. *Localismo globalizado* e o *globalismo localizado* são importantes categorias teórico-metodológicas para entendermos as PEGs em sua atual composição.

“O processo pelo qual o determinado fenômeno local é globalizado com sucesso” é definição dada por Santos (2002, p.5) para os localismos globalizados. Em sua discussão, o autor exemplifica a categoria a partir da expansão da cultura norte-americana (idioma, música e *fast-food*). Na compreensão de Verger (2019), o prestígio global que as políticas educacionais assumem está relacionado a sua origem - ocidental e anglo-saxônica, portanto, fazem parte dos elementos interpretados, traduzidos e negociados entre os Estados e os agentes envolvidos na resolução de um problema comum e/ou na construção da política mundial. Já o *globalismo localizado* “é o impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essa via, desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais” (SANTOS, 2002, p.5), um fenômeno que representa o papel dos Estados periféricos que adotam acordos político-econômicos e culturais.

Dentre estas escalas, o Estado neoliberal como agente coordenador age “[...] através de normas, injunções e constrangimentos o contexto da acção dos diferentes actores sociais e seus resultados” (BARROSO, 2006, pág. 50), “produzindo efeitos sob a influência da regulação transnacional e das próprias dinâmicas políticas e sociais internas, resultando em sobreposição de novas regras, orientações e reformas às práticas e estruturas subjacentes” (BARROSO, 2006, pág. 53) às práticas discursivas hegemônicas.

Agentes, ações, agendas e atos: de quem falamos?

Segundo Secchi (2013) os atores “são aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política.” Sua relevância está na capacidade de influenciar o conteúdo e o alcance de uma política pública e na decisão da construção das agendas. Estudam, “elaboram propostas, tomam decisões e fazem que intenções sejam convertidas em ações”. “São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva” (p.99).

A interação dos atores é dinâmica, seja na coalizam de interesses, seja na solução de conflitos e interagem conforme seus padrões de arranjo social. Secchi (2013) classifica os padrões de atores segundo suas ações. Para o autor, os atores ao agirem intencionalmente são entendidos como individuais; já os que agem intencionalmente em grupos, ou por meio de organizações, são os atores coletivos. Este ato intencional, é coordenado, o que faz desta posição de sujeito ser coordenada e formadora de opinião pública. Outra forma de compreensão das categorias de atores é por sua atuação governamental, sendo estes: os atores governamentais e os atores não-governamentais. Secchi também destaca que a ação dos atores não os isola dos padrões de comportamento dos demais, pelo contrário. Essa dinâmica de articulação que os atores ora produzem, ora reproduzem, expressam interesses em comum. E completa “Um mesmo ator pode ter diferentes interesses em diferentes contextos ou em diferentes fases do processo de elaboração de política pública, da mesma forma que atores de uma mesma categoria podem ter interesses e comportamentos confli-

tantes” (SECCHI, 2013, p.101), assim como as arenas são compostas por diferentes atores, sendo a ausência, ou a prevalência, a peculiaridade desses *espaçostempos*.

No entendimento de Secchi (2013), o termo ator, ao ser emprestado das artes cênicas, anuncia a atuação de um indivíduo, mas também, de forma elitista, coloca aqueles que não são atores, como meros espectadores. Sujeitos passivos sem atuação. Desta forma, optamos por tratar estes indivíduos ou grupos sociais como agentes. Entendendo que a passividade não está somente entre aqueles não participam do processo regulatório, mas podendo ser uma escolha, ou estratégia dos agentes envolvidos no cenário de decisão política, ou entre aqueles que não estão a par do processo.

Segundo Muller & Surel (2002) o repertório de ação dos agentes pode ser discernido por inúmeras variáveis, de acordo com sua atuação, sendo apenas dois tipos de fatores essenciais: os recursos e os repertórios de ação dos agentes envolvidos. Os recursos são as características que os agentes mobilizam para agir, garantindo-lhe poder em uma relação particular e em uma escala específica. Nas palavras dos autores, “nas relações que os engajam e nos contextos nos quais eles operam” (MULLER & SUREL, 2002, p.79). Os elementos que qualificam os recursos do agente indivíduo ou coletivo, seus modos de organização, a origem de seus beneficiários, seus graus de institucionalização no aparelho político-administrativo e as articulações que definem a autonomia dos seus interesses estão e são “[...] uma variedade de elementos históricos, situacionais, individuais, conjunturais... próprios ao grupo de interesse” (MULLER & SUREL, 2002, p.79).

A mobilização dos recursos, o repertório de ação dos agentes, é associada internamente e externamente ao grupo organizado que atua na representação “[...] podendo as duas lógicas combinarem-se, cumularem-se ou oporem-se”, o que confere ao grupo sua capacidade de articular diferentes interesses, tentar evitar o escape de particularismos culminando em sua exclusão da cadeia articulatória e a representação satisfatória de seus porta-vozes (MULLER & SUREL, 2002, p.80).

Com efeito, o grupo deve, com frequência, dar prova de sua legitimidade e de sua capacidade de representar “realmente” os interesses de seus membros, em especial pela sua capacidade de fazer emergir “realmente” os problemas na agenda e de garantir a efetividade das decisões tomadas quando da implementação. *Quanto mais um grupo assegurar assim a divulgação regular, até continua, dos problemas percebidos como importantes por seus membros, tanto mais sua legitimidade resultará reforçada.* Ao contrário, quando as organizações consagradas se mostrarem incapazes de “assumir” os problemas dos grupos que eles representam na agenda, elas terão toda chance de ser ameaçadas por movimentos dissidentes mais ou menos estruturados (MULLER & SUREL, 2002, p.80).

A construção de agendas⁴ para a discussão de metas, apresentação de problemas sociais, formalização de estratégias, dentre outras possibilidades, chama atenção para a capacidade de diferentes agentes mobilizarem a vigilância e a demanda social para questões que tocam interesses generalizados a sociedade, como é o caso da educação. A representação dos interesses dos membros das OI, associações da sociedade civil, grupos privados e o Estado podem ser percebidas em diferentes agendas e firmamento de compromissos sociais, de modo a buscar apoio e legitimidade dentre a sociedade de forma geral. Daí, que a divulgação contínua dos problemas destacados como mais importantes para cada um dos agentes em suas respectivas agendas ou em agendas compartilhadas, reforçam práticas hegemônicas de discurso no processo de regulação das políticas públicas educacionais. O que implica na inclusão ou exclusão de grupo, de agentes ou indivíduos que não façam parte da coalizim de interesses ali representados.

As agendas globais que mais tem influenciado a tomada de decisões no campo das políticas educacionais são elaboradas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico – OCDE e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Ambas representam OI de impacto global, com influências territoriais em países que fazem parte seu escopo. Anualmente a OCDE prepara o *Education at a glance* (EAG)⁵ cujos relatórios apresentam panoramas dos países que fazem parte da organização e das economias parceiras.

Fornecendo dados sobre estrutura, finanças e desempenhos dos sistemas educacionais dispõem informações sobre os resultados de instituições de ensino, o impacto da aprendizagem entre os países membro, e o acesso, participação e progresso na educação. Apesar do Brasil não ser um membro direto da OCDE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é o responsável “[...] pelo tratamento, envio e revisão dos dados nacionais na publicação – como os dos Censos Escolar e da Educação Superior e outros demais dados e estatísticas oficiais. Além de consolidar todos os dados brasileiros que compõem o levantamento, o Inep elabora o relatório Panorama da Educação, com os destaques nacionais na EAG.”⁶. Com o objetivo de fomentar a comparação internacional, o relatório faz parte do Programa de Indicadores dos Sistemas Educacionais (INES), uma das ações elaboradas pelo Estado para o monitoramento dos sistemas educacionais brasileiro⁷.

Ao lermos os relatórios dos últimos 5 anos disponibilizados pela OCDE em seu site e o Panorama da Educação (uma versão elaborada pelo Inep para apresentar os dados referentes apenas ao Brasil, contidos no relatório integral), é fácil notar que em se tratando dos professores a preocupação maior está relacionada os critérios de investimento financeiro e na organização das escolas. Entre 2014 e 2018, período que escolhemos analisar, devido ao contexto de elaboração da Resolução 02/2015 e a construção da PNFP, percebe-se a forte preocupação em monitorar os seguintes elementos: quais fatores influenciam no custo dos salários dos professores; qual a proporção entre professores e alunos em sala de aula e o tamanho das turmas; quanto ganham os professores e gestores, baseado em sua qualificação, faixa etária e gênero; quanto tempo os professores trabalham em sala de aula; e quem são os professores de acordo com a faixa etária, gênero e a prevalência da porcentagem feminina.

Embora estes relatórios não toquem na formação inicial ou continuada dos professores, o Inep calcula através do seu Censo Escolar a qualificação dos docentes atuantes na educação básica ano a ano. Segundo a OCDE, o relatório de 2019 tem como foco o ensino superior e, o que chama atenção de forma geral no relatório são os dados que apresentam a relevância da iniciativa privada nos critérios de investimento e performance dos alunos em instituições públicas e privadas.

A Agenda de Educação 2030 é ativamente delineada pela Unesco desde 2015, quando a Declaração de Incheon, durante o Fórum Mundial de Educação inseriu o debate educacional na Agenda Global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao estabelecer os 4 objetivos fundamentais da educação (ODS 4), a Unesco elabora dados educacionais de todos os países que participam do Fórum e gera panoramas gerais para sustentar objetivos que, segundo suas perspectivas, serão os responsáveis pela melhoria nas condições de acesso, permanência e integridade do sistema educacional como direito humanitário. “The quality of education ultimately depends on teachers.”⁸, assim o site da ODS 4 abre seu objetivo central e convida o leitor a entender o panorama global que defende. Anualmente, a Unesco apresenta sua ficha técnica⁹ sobre a atuação dos professores como forma de posicionar no dia mundial dos professores.

A ficha (UNESCO, 2019) de 2019, destaca a necessidade de investimento na formação de professor, e que é imprescindível que estes sejam jovens. Segundo o relatório, jovens professores têm maior versatilidade em seu campo de trabalho e devido à baixa atratividade da atividade docente, não há renovação na força de trabalho. O destaque também reforça a necessidade de uma formação que atenda as demandas psicossociais das classes de aula, assim como a sensibilidade como um elemento formativo para tratar questões de gênero com as classes. Além da defesa de melhores condições de trabalho, das professoras mulheres como maioria a frente das escolas e sua desvalorização profissional, devido ao gênero feminino, a ficha encerra com o destaque para as políticas avaliativas em escalas nacionais como suporte para o planejamento docente. Seguramente a Unesco vem defendendo, ao longo dos anos, a qualidade da formação do professor como um dos direitos à educação.

Esta qualidade da formação docente, apoiada em dados que monitoram o custo do trabalho docente revelam práticas discursivas do perfil do professor que não necessariamente

atende as reais necessidades que as escalas da política (nacional) alcançam. Esta influência transnacional é importante ser discutida a partir do seu efeito hibridizador, ao tentarmos fazer alusões diretas ou traduzir diretamente tais políticas internacionais. O efeito da hibridização (Popkewitz, 2000) ocorre durante as traduções de políticas ao descolarem seus objetivos de uma escala a outra, um efeito comum às sobreposições de reformas educativas, propostas, orientações e procedimentos.

A noção de tradução é imprescindível para entender o processo de elaboração de políticas educacionais, uma vez que o par interpretação/tradução são elementos essenciais que revelam a atuação dos agentes políticos em seus contextos, principalmente, o contexto da prática que exprime a ação política (BALL, MAGUIRE & BRAUN, 2016). Ao entrar em contato com o discurso que tem influência sobre a política a ser colocada em disputa, os agentes interpretam as práticas discursivas, e não somente os textos e documentos oficiais e extraem dos mesmos aquilo que realmente interessa aos seus próprios interesses. Desta forma, a tradução das práticas discursivas envolve um terceiro espaço entre o processo regulatório e a política em prática. O processo que produz os textos institucionais e os colocam em ação, são uma leitura ativa que re-representa, re-ordena e re-fundamenta “através de práticas discursivas e materiais, um processo de deslocamento, tanto espacial – *displacement* – quanto subjetivo – *dislocation*” (LOPES, 2016, p.7). Nesse sentido, é possível perceber a contingência das relações entre políticas, Empreendedores Políticos (Souza, 2006), Estado, Organizações Internacionais, setores privados e Sociedade Civil; bem como, das escalas geográficas que produzem e são produzidas por redes sociais espacializadas (CORRÊA, 2011), uma vez que a mesma política começa em diferentes contextos, assumindo diferentes trajetórias. Levando-nos, então, a refletir sobre impossibilidade de pensar a produção de políticas públicas em uma visão binária tradicional (Estado/sociedade; centralização/descentralização; global/local) como totalidade.

O Ministério da Educação em seu site¹⁰, menciona que a Base Nacional de Formação Docente – uma das ações orientadoras da PNFP – se inspira em doze experiências internacionais, destacando as da Austrália, Chile, Portugal e Estados Unidos, no entanto, sem mencionar como, ou porque, o sucesso de tais ações. Esta necessidade de justificar a tomada de decisões políticas baseadas em experiências internacionais, pode ser compreendida por algumas razões, dentre elas a mais pungente está na tentativa de fixar as políticas nacionais às experiências globais, ou ainda, na defesa de uma pretensa inexecuabilidade de políticas nacionais desvinculadas de relações globais. Nesse sentido, as relações globais entre países e Organizações Internacionais revelam a confluência de negociações e trocas dos mais variados tipos, incluindo projeções para o cenário educacional, definindo, de certa forma, as centralidades espaciais das redes globais. Segundo Verger (2019), estas relações têm forte influência das Organizações Internacionais (OI) e seu papel na construção de agendas globais, como OCDE e Banco Mundial.

As OI organizam suas ações em três aspectos: classificar o mundo via níveis de desempenho internacionais, colocando governos sob pressão para introduzir reformas educacionais; corrigir significados no mundo social apresentando indicadores e referenciais para emplacar definições segundo seus padrões; e articular e divulgar novas normas, princípios e crenças acerca do que consideram excelência (BARNETT E FINNEMORE, 2004 *apud* VERNI, pág. 16, 2006). Estas ações contribuem à capacidade das OI definirem “[...] prioridades e objetivos da mudança educacional, bem como quais os principais problemas que os sistemas educacionais devem tentar abordar” (Verni, pág.16, 2019). O discurso hegemônico disputado nesta instância, por diferentes grupos (Estados, empreendedores políticos, atores, comunidade epistêmicas, consultores internacionais etc.) estabelecem entre si cadeias de diferença e equivalência (LACLAU, 2013) capazes de tensionar o processo de significação dos parâmetros educacionais, como por exemplo, a noção de qualidade. A negociação entre estes agentes se dá de forma contingencial e precária¹¹, corroborando em agendas mundiais em prol de debates e negociações entre outras esferas.

Retornando, ao caso da Base Nacional da Formação Docente, os exemplos citados pelo

MEC, podem ser inseridos no contexto da “[...] abordagem neoinstitucionalista e centrada na cultura para a analisar a reforma educacional”, conforme apresenta Verger (2019)

Esse é, por exemplo, o caso de Schriewer e Martinez (2004) que argumentam que as decisões sobre a política educacional (e, mais amplamente, as concepções educacionais dos formuladores) são afetadas pela disseminação de um relato cultural de desenvolvimento e ideologia educacional de âmbito mundial. Com base no trabalho de Luhmann, esses autores propõem o conceito de “externalização” para analisar a forma como os formuladores de políticas argumentam sobre a necessidade de uma reforma educacional baseada em modelos externos. (VERGER, 2019, p.13)

Esta noção universalizada de reformas políticas pode ser direta ou não, estando suscetível a modelos de tradução e hibridização por recontextualização, conforme a natureza social-histórico-política do país. Desse modo a Política Educacional Global (PEG) flui sob efeito da regulação transnacional com normas, discursos e instrumentos que se centraliza no processo de tomada e definição de decisões – o contexto da produção.

A Base Nacional da Formação Docente prevista pela Resolução 02/2015, representa o debate político-curricular de longa data das instituições formadoras e pesquisadores da área na educação. Ao apresentar a terceira versão da Resolução 02/2015, o Conselho Nacional de Educação, reformula seus principais elementos desconfigurando a proposta original, portanto, desconsiderando os pareceres de especialistas da área, até então. A nova proposta destaca competências práticas para atuação do professor, em detrimento da relação intrínseca entre teoria e prática. Ignora também a autonomia das instituições formadoras na construção de currículos de licenciatura e restringe o objetivo da Base Nacional da Formação Docente a atender as prerrogativas das Base Nacional Comum Curricular, dando a entender que o professor deve única e exclusivamente cumprir os requisitos do documento curricular para a educação básica. A terceira versão foi duramente questionadas pelos grupos e agentes dissidentes como a Anfope, Anpe e Forumdir, por exemplo, sob forma de moções e cartas à sociedade civil e ao CNE.

Esta discussão, remete às políticas educacionais que buscam a eficiência dos seus sistemas de ensino em busca de parâmetros de qualidade, nem sempre criados em seus contextos sociais, e sim, ideais importados – traduzidos – de outras políticas, em outras centralidades. A definição sobre o papel da escola, sobre a responsabilidade dos professores e os níveis de aprendizagem, bem como, o que deve ser considerado como conhecimento relevante a sociedade, entre outras questões, são elementos que tocam a formação do sujeito neoliberal apresentado por Darbot e Laval (2016). Estratégias de *accountability*, *new public management*, sistemas de *voucher* e escolas *charter* (BERLINER, 2016; KRAWCZYK, 2018) condicionam o trabalho docente a alienação de sua *práxis* e a sua própria desregulamentação como é observado em Krawczyk (2018) ao comparar os sistemas públicos de ensino dos EUA e do Brasil.

As práticas discursivas hegemônicas dentre as políticas educacionais brasileiras exprimem cada vez mais uma preocupação em lidar com a formação de professores e alunos dentro desta lógica controlada pela gestão da qualidade neoliberal. Exemplo disso, é a captação dos sentidos discursivos presentes em documentos como o *Education at a Glance*, que não necessariamente apresentam a qualidade da formação docente a partir do perfil de formação do profissional, mas a partir de outros critérios, como a participação do setor privado, ilustrando como a performance de alunos em escolas públicas e privadas acontece em diferentes países. No Brasil, temos acompanhado a inserção de instituições privadas, como o Instituto Ayrton Senna à frente de programas e ações na reformulação do ensino médio no estado de São Paulo, que acabam expondo ainda mais as desigualdades socioespaciais que configuram as redes de educação básica e de ensino superior.

O crescimento pungente de instituições de ensino superior privadas e seu espraiamento pelo território nacional, em especial as modalidades de educação à distância, são práticas discursivas tanto do ponto de vista curricular, quanto do espacial. Documentos curriculares como a Base Nacional para a Formação Docente trazem possibilidades de

expansão e reconfiguração da oferta e da demanda por ensino superior, revelando inclusive, o esforço da retomada de abertura de vagas pelo Financiamento Estudantil (Fies), como foi apresentado na Política Nacional de Formação de Professores.

Considerações finais

Apresentamos em nossa argumentação os caminhos percorridos diante de um processo de regulação e regulamentação das políticas educacionais nacionais que são justificadas em ações políticas e práticas discursivas, a partir de diálogos de agentes coletivos que complexificam ainda mais as escalas de regulação social entre os contextos do Ciclo das Políticas (Ball, 1994), clarificando o encontro de cadeias de equivalência com as práticas discursivas globais. Aqui, destacamos como o contexto de produção coordena alinhamentos e ações, como a própria prerrogativa defendida pelo Ministério da Educação de que a Base Nacional da Formação Docente deva atender unicamente a princípios da Base Nacional Comum Curricular está fortemente articulado com metas e critérios apresentados pelos relatórios da OCDE e da Unesco, *a pari passu* de todo o reajustamento pelo qual a educação básica vem passando ao longo dos últimos quatro anos, incluindo a implementação no “novo” ensino médio, a partir de 2020.

Ao nos debruçarmos por outras ações discursivas e processos regulatórios, abrimos um debate que não foi explorado em sua totalidade, mas que defendemos que façam parte das discussões do ponto de vista do espaço geográfico: as políticas educacionais configuram sentidos discursivos, curriculares e territoriais que conformam um sistema cada vez menos interessado em construir uma sociedade igualitária?

Referências

AVELAR, M. **Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em Política Educacional**. Archivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 24, n. 24, p. 1-18, 2016.

BALL, Stephen J. **Politics and policy making in education: explorations in policy sociology**. Nova York: Routledge, 1990.

_____. **Education reform – a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994

_____; BOWE, Robert. **Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues**. Journal of Curriculum Studies, 24(2), 97-115, 1992

_____; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Anette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BARROSO, João. **O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e regulação local**. In.: BARROSO, João (org). A regulação das políticas públicas de educação. Lisboa: Educa, 2006. Pág.: 1-45.

_____. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Revista Educação e Sociedade. N.92, vol. 26, 2006. Pág.: 725-751.

BERLINER, David. **Escola Públicas nos EUA: resistindo aos ataques do governo Trump**. In.: KRAWCZYK, Nora. Escola Pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas: FE/Unicamp; Uberlândia: Navegando, 2018. Pág.: 44-58.

BETTENCOURT, M.B. **L'évaluation des établissements d'enseignement en tant que mode de régulation. Une étude de cas en enseignement collégial**. 2004. 302f. Tese (Doutorado) – Faculté des Études Supérieures, Université de Montréal, Montréal.

BLACK, Julia. **What is regulatory innovation?**. In: BLACK, Julia; LODGE, Martin; THATCHER, Mark (Ed.). *Regulatory innovation: a comparative analysis* (Edward Elgar) 1, 6.; 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**. Resolução CNE/CP n. 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília: MEC/CNE, 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Formação de Professores**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Bertrand Brasil, 2001.

CORREA, Roberto Lobato. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. *Cidades*. n. 16, Vol.9, 2011, Pág. 200-2018.

DALE, Roger. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada pra a educação”?**. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol.25, n,87, p.423-460.

DARBOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Edições Boitempo, 2016.

GIROTTO, Eduardo Donizette. **A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.37, n.137, out./dez. 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Editora da UFF: Niterói, 2013

KRAWCZYK, Nora. **Brasil - Estados Unidos: a trama de relações ocultas na destruição da escola pública**. In.: KRAWCZYK, Nora. *Escola Pública: tempos difíceis, mas não impossíveis*. Campinas: FE/Unicamp; Uberlândia: Navegando, 2018. Pág.: 59-72.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LOPES, Alice Casimiro. **A teoria da atuação de Stephen Ball: E se a noção de discurso fosse outra?** *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24(25), 2016.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006

_____. **A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional**. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 16. Agosto de 2018.

_____. **A pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos**. *Educação em Revista* (online), v. 33, p. 1-25, 2017.

MELAZZO, Everaldo Santos.; CASTRO, Cloves Alexandre. **A escala geográfica: noção, conceito ou teoria?** *Terra Livre*. Presidente Prudente Ano 23, v.2, n. 29 p. 133-142 Ago-Dez/2007

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de aprendizagem ao longo da vida. Brasília: UNESCO, 2017.

_____. **World teachers' day 2019 sheet.** Disponível em: <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/world-teachers-day-2019-fact-sheet.pdf>

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Education at a Glance 2018:** OECD Indicators; OCDE Publishing, Paris, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2018-en>.

_____. **Education at a Glance 2017:** OECD Indicators; OECD Publishing, Paris, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2017-en>.

_____. **Education at a Glance 2016:** OECD Indicators; OECD Publishing, Paris, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2016-en>.

_____. **Education at a Glance 2015:** OECD Indicators; OECD Publishing, Paris, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2015-en>.

_____. **Education at a Glance 2014:** OECD Indicators; OECD Publishing, Paris, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2014-en>.

OLIVEIRA, Ana de; LOPES, Alice Casimiro. **A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso.** Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas, n.38, jan/abr, 2011, p. 19 - 41.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes.** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial - Out. 2005

POPKEWITZ, Thomas S. **Sociologia política de las reformas educativas: el poder/saber en la enseñanza, la formación del profesorado y la investigación.** Madrid, Ediciones Morata; 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **The processes of globalization,** Eurozine, p.1-45. 68/14, Dezembro, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre. N. 16, ano 8, jul/dez, 2006, p. 20-45.

WINDHOLZ, Eric. HODGE, Graeme A. **Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual.** RDA - Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56, set./dez. 2013

VERGER, Antonio. **A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave.** Práxis Educativa. Ponta Grossa, n.1, vol.14, jan./abr, 2019, p: 9-33.

Notas

1. “Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.
2. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>.
3. Cadeias de equivalência podem ser entendidas com as articulações em torno de demandas que podem ser alcançadas entre posições de sujeito, ações e estratégias com o objetivo em alcançar a hegemonia do político. Cadeias de diferença são as articulações que reorganizam as posições de sujeito, ações e demandas ressignificando e reestruturando novas cadeias de equivalência de acordo com os interesses divergentes em jogo no processo político. (LACLAU, 2013).
4. Aqui destacamos a perspectiva dos estudos da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação que compreendem a Educação como produto global e seus mecanismos transnacionais de construção e regulação, defendidos por Dale, Roger. Specifying global effects on national policy: a focus on the mechanisms. Journal of Education Policy, 1998 e em outros trabalhos.
5. Visão Geral da Educação – tradução livre.
6. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/education-at-a-glance>
7. Exemplo mais recorrente dessas ações é a organização das avaliações nacionais do Saeb para compor o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).
8. “A qualidade da educação depende, em última análise, dos professores” – Tradução Livre. Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/topic/teachers>
9. Disponível em: <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/world-teachers-day-2019-fact-sheet.pdf>
10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=71951>. Acesso em 27 de junho de 2019.
11. A precariedade discursiva se dá pela incapacidade de fechamento de uma ideia, debate ou noção política.

DE LA FORMACIÓN SOCIO-ESPACIAL A LA FORMACIÓN TERRITORIAL. Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la formación y transformación de territorios en zonas de frontera

DA FORMAÇÃO SÓCIO -ESPACIAL A FORMAÇÃO TERRITORIAL. Uma proposta teórica e metodológica para a análise da formação e transformação de territórios em zonas de fronteira

FROM SOCIO-SPATIAL FORMATION TO TERRITORIAL FORMATION. A theoretical and methodological proposal for the analysis of formation and transformation of territories in border zones

RESUMEN

El artículo discute la formación territorial como teoría y como método para analizar la formación/ transformación de territorios en zonas de frontera. Este es un proceso en el cual hay continuidades, discontinuidades, rupturas, flujos y contraflujos; como resultado de las relaciones conflictivas entre múltiples territorialidades por la apropiación material y simbólica de un mismo espacio; que requiere ser analizada en un caso concreto, con un contexto social y geográfico preciso; y que articula las variables espacio-tiempo. Se argumenta que en las fronteras hay una superposición de territorialidades, que no es sólo un proceso contemporáneo, es un proceso histórico, de larga duración, que se revela en la conflictividad permanente entre esas diferentes territorialidades, en una la lucha para mantener sus procesos de territorialización y reterritorialización.

Palabras clave: Formación socio espacial, formación territorial, conflictos territoriales, territorio, fronteras

RESUMO

O artigo discute a formação territorial como teoria e como método para analisar a formação/ transformação dos territórios em zonas de fronteira. Este é um processo no qual há continuidades, descontinuidades, rupturas, fluxos e contra fluxos; como resultado das relações conflitivas entre múltiplas territorialidades pela apropriação material e simbólica de um mesmo espaço; que precisa ser analisada em um caso concreto, com um contexto social e geográfico preciso; e que articula as variáveis espaço-tempo. Argumenta-se que nas fronteiras há uma superposição de territorialidades, que não é só um processo contemporâneo, é um processo histórico, de longa duração, que se revela na conflitividade permanente entre essas diferentes territorialidades, em uma luta para manter seus processos de territorialização e reterritorialização.

Palavras chave: Formação socioespacial, formação territorial, conflitos territoriais, território, fronteiras

ABSTRACT

The article discusses territorial formation as a theory and as a method to analyze the formation / transformation of territories in border areas. That is a process in which there are continuities, discontinuities, ruptures, flows and counter-flows; as a result of conflicting relationships between multiple territorialities due to the material and symbolic appropriation of the same space; that needs to be analyzed in a specific case, with a precise social and geographical context; and that articulates the space-time variables. It is argued that in the borders there are a superposition of territorialities, which is not only a contemporary process, it is a historical process, which is revealed in the permanent conflict between these different territorialities that are found in the borders, in a struggle to maintain its processes of territorialization and reterritorialization.

Keywords: Socio-spatial formation, territorial formation, territorial conflicts, territory, borders

Introducción

Milton Santos ([1979] 2004, p.256) afirmó que “el espacio es una acumulación desigual de tiempos”, con ello hizo referencia a las superposiciones y simultaneidades temporales y espaciales, de territorialidades, escalas y de edades en un mismo tiempo espacial, propuso también la articulación de espacio y tiempo en los análisis territoriales. Dichas proposiciones nos exigen re-pensar las metodologías de trabajo, superando las fronteras disciplinares, para captar la relación compleja entre espacio y tiempo.

Al respecto, Porto-Gonçalves (2003) nos ofrece una reflexión sobre la geograficidad de lo social, en la que propone la recuperación del espacio geográfico y de la naturaleza en el análisis social, considerando el espacio geográfico como dimensión constitutiva de lo social, pues, al final, éste está constituido por la relación que los diferentes seres establecen entre sí y su materialidad. Con ello se quiere contestar el privilegio dado al tiempo, pues no existe sociedad a-geográfica, así como no existe espacio geográfico a-histórico, “[...] todo el espacio geográfico está impregnado de historicidad, la historia está, siempre, impregnada de geograficidad.” (Porto-Gonçalves, 2003, p.142). (Traducción nuestra).

Santos y Porto-Gonçalves colocan dos retos teóricos-metodológicos para analizar la formación y transformación del espacio geográfico, la simultaneidad y superposición espacio-temporal y de múltiples territorialidades, que consideramos una simultaneidad conflictiva. En este artículo asumimos esos desafíos en el análisis de las fronteras de los Estados-Nación, en las cuales consideramos los conflictos como estructuradores de la formación/transformación de esos espacios, y elegimos el concepto de formación territorial para avanzar en esa discusión.

A partir de un abordaje geo-histórico se analiza el espacio como un proceso complejo que articula diferentes tiempos, escalas y territorialidades, en fin, una superposición permanente de geografías, que puede ser conflictiva. Con ello buscamos recuperar los análisis históricos sobre conflictos, pues como afirma Tramontani (2003) hay una tendencia a valorizar el tiempo corto, el tiempo de la coyuntura, dejando de lado los análisis espaciales de los procesos históricos de formación del espacio, así como la geograficidad de la historia espacial, con lo cual se le ha dado privilegio al tiempo en el análisis de lo social.

Esta discusión se fundamenta en la tesis de doctorado en geografía defendida en 2016, en la Universidad Federal Fluminense, denominada *Geografía Superpuestas, Conflictos Territoriales y Formación Territorial en las Fronteras Internas. La Sierra de la Macarena 1948-2013*, en la cual, el estudio de un caso en una región de frontera colombiana, fue dando elementos para proponer este abordaje teórico y metodológico, y su posterior aplicación en el tiempo espacial referido. En dicho trabajo fue posible captar el movimiento de las historias y las geografías en un análisis de larga duración, lo cual llevó a entender la relación de los Estado-Nación con las fronteras, las luchas territoriales de los movimientos sociales, en una tensión permanente con los proyectos de ordenamiento territorial del Estado; y así captar cómo se forma el territorio, cómo las territorialidades y sus estrategias de territorialización se actualizan, pero basados en otros tiempos espaciales que persisten en la memoria y en el paisaje.

El artículo se divide en tres partes. En la primera discutimos la trayectoria de la discusión teórica y metodológica que parte de la formación social y económica con autores como Lenin y Marx, pasando por la formación socio-espacial con Lefebvre, Santos y Moreira, hasta llegar a la formación territorial, con Moraes. En la segunda proponemos una relectura de la formación territorial aplicada a las fronteras, en la cual conflicto ocupa un lugar central. Por último, en la tercera parte, se abre el debate sobre formación territorial y superposición de geografías, a partir de la discusión con diferentes autores, para finalizar con una propuesta articulación de esos conceptos.

De la formación socio espacial a la formación territorial

La formación económico-social -FES- fue propuesta por Marx y posteriormente desmenuada por Lenin (1972 [1950]), para explicar el desarrollo del capitalismo en Rusia, con lo cual demostró que el capitalismo no podía ser pensado de modo abstracto, fuera de un contexto histórico-geográfico concreto. La FES fue adaptada posteriormente para la geografía por Santos (1979) como formación socio-espacial -FSE-, para mostrar la necesidad de realizar un análisis espacial de los procesos de formación/producción del espacio. Consideramos que Santos se inspiró en Lefebvre, quien afirmaba que el espacio era producido por un conjunto de relaciones histórico-sociales y propuso desplazar “el interés y el “objeto” de las cosas en el espacio a la producción del espacio [...]” (Lefebvre, [1974] 2013, p. 96).

Santos invitó a los geógrafos ocuparse no sólo de las formas actuales del espacio, sino de su proceso de formación, es decir, de las dinámicas que lo crean y lo transforman, para lo cual es necesario privilegiar un análisis histórico que se concreta en un *espacio específico*, pero siempre en *evolución*, pues para él “no hay y jamás hubo Formación Social independientemente del espacio” (Santos, 1977). Afirmaba que el modo de la sociedad organizarse es el modo de organizar el espacio, y el modo de producción de la sociedad es el modo de producción del espacio. La FSE permite el conocimiento de una sociedad en su totalidad y en sus fracciones, pero siempre en evolución. Por tanto, es preciso definir la especificidad de cada formación, lo que la distingue de las otras, comprender lo particular como una ruptura del todo, un momento del todo, así como el todo reproduciendo una de sus fracciones (Santos, 1977).

Ruy Moreira (1982) propuso “repensar la geografía, a partir de la categoría de formación espacial articulada a las categorías de formación económico-social y de modo de producción, condición necesaria para entender el espacio como espacio social y espacio-tiempo.” (Moreira, 1982, p.59). Y definió la geografía como “la ciencia del análisis de las formaciones espaciales que adquieren las relaciones sociales de una formación económico-social” (Moreira, 1982, p.45). Para el autor:

Hacer una lectura espacial y por tanto usar la categoría de formación espacial tiene sentido si se realiza sobre un escenario que pretenda mudar radicalmente de tipo de estructura, es decir mudar la naturaleza de la relación sociedad-espacio. Implica también una cuestión escalar, es decir el análisis de un Estado Nación, entendido como una totalidad estructural en términos de sociedad civil y sociedad política, pública y privada. Y todo eso ordenado como contradicción en aquella secuencia que tiene dentro de sí como potencial la tensión, que tiene dentro de sí como potencia y posibilidad el conflicto, que tiene a su vez contenido dentro de sí como posibilidad de transformación la confrontación (Entrevista personal con Ruy Moreira, realizada en octubre de 2014) (Traducción nuestra).

De la lectura anterior concluimos que para Moreira, la formación socio espacial debe ser usada para analizar escenarios que pretendan mudar la naturaleza de la relación sociedad espacio en la escala del Estado-Nación. No obstante, consideramos que este es un concepto que permite analizar no sólo la escala nacional, sino las regiones como espacios concretos que hacen parte de una totalidad espacio-temporal, de tal manera que esas diferentes escalas de análisis nos permitan entender la formación del Estado Nación. La experiencia colombiana nos lleva a tomar este camino metodológico, toda vez que se muestra como una *nación fragmentada*, con una *presencia diferenciada del Estado* (González, F., 2007), es decir que el Estado significa cosas muy distintas en cada localidad o región, y que por tanto también hay grados desiguales de integración y articulación política entre estas y el Estado central; con redes de poderes locales que disputan el control territorial y por la presencia de diferentes territorialidades de grupos/clases sociales con procesos contradictorios de territorialización.

Transitamos de la formación socio-espacial (Santos, 1979; Moreira, 1982), a la formación territorial, concepto ampliamente desarrollado por Moraes (2000) en su libro *Bases da Formação Territorial do Brasil*. El autor propone centrar el análisis en las relaciones sociales referidas al espacio, es decir los procesos sociales mediante los cuales los grupos humanos se

apropian del espacio y las formas a través de las cuales se organizan. Para ello propone dos categorías: la valorización del espacio y la formación territorial. Según el autor la apropiación de los medios naturales y la construcción de espacios por las diversas sociedades, son el resultado del trabajo exclusivo del ser humano, un acto que incorpora valor, por lo cual la categoría que mejor las define es el proceso de valorización del espacio (Moraes, 2000). Por su parte, la formación territorial es un abordaje que busca aprender la valorización del espacio en procesos singulares, en los cuales se asocian los procesos económicos, políticos y culturales, y de esa manera identificar los agentes del proceso, los sujetos que impulsan el movimiento y las motivaciones e intereses que alientan sus acciones (Moraes, 2000).

Sin embargo, consideramos que la teoría del valor no es aplicable a todas las sociedades, pues una cosa es el trabajo como creador de valor, como lo es en la sociedad capitalista, y otra es el trabajo como creador de riqueza. De tal forma que los pueblos valorizan su relación con el espacio, como espacio de vida, como fuente y condición para el sustento, así como para la producción y reproducción, material y simbólica de las territorialidades.

En fin, el proceso de apropiación de la naturaleza, inherente a cualquier sociedad, no puede comprenderse -como por desgracia se ha hecho- como un proceso exclusivamente material, casi siempre de carácter económico, como si la apropiación material careciera de sentidos. Toda apropiación material es al mismo tiempo simbólica, puesto que se apropia de lo que tiene o hace sentido (Porto-Gonçalves, 2001, p.5).

Moraes justifica la elección del concepto de territorio, por ser el uso social, el atributo que mejor lo define, es decir, que es la apropiación lo que cualifica una porción de tierra como territorio, por tanto, debe contarse con un grupo social que ocupe o explote aquel espacio. Así en la formación territorial el interés se coloca en la historia de la apropiación y el uso de aquella porción singular del espacio terrestre (Moraes, 2000).

Consideramos con Lefebvre ([1974] 2013) y Haesbaert (2011) que la apropiación y dominación del espacio, como resultado de la activación de la territorialidad, deberían darse conjuntamente. La apropiación como una dimensión más subjetiva y/o cultural-simbólica y la dominación como una dimensión política-económica más concreta y funcional (Haesbaert, 2011). Sin embargo, dominación y apropiación han venido dándose de manera separada, dando lugar a lo que Lefebvre denominó un "movimiento conflictivo", de oposición entre una y otra.

El espacio dominado y el espacio apropiado pueden ir juntos. En realidad deberían combinarse, pero la historia (la de la acumulación) es también la historia de su separación y de su contradicción. La dominación se impone. Inicialmente hubo una apropiación sin dominación: la choza, el iglú, la casa campesina, etc. La dominación prosperó conforme se acrecentaba el poder de las armas, conforme se extendía la guerra, el Estado y el poder político. La oposición "dominado-apropiado" no se limita en consecuencia a un mero contraste discursivo; está muy lejos de ser una oposición significativa. Esta oposición da lugar a un movimiento conflictivo que se desarrolla hasta la victoria abrumadora de uno de los términos en lucha: la victoria de la dominación, que termina subyugando a la apropiación. Pero no lo suficiente como para que esta desaparezca. Todo lo contrario: la práctica y el pensamiento teórico proclaman su importancia y reclaman su restitución (Lefebvre, [1974] 2013, p.214).

El territorio puede ser abrigo, recurso, control y/o referencia simbólica, según los grupos sociales (Haesbaert, 2011). De tal manera que "En cuanto algunos grupos se territorializan en una razonable integración entre dominación y apropiación, otros pueden estar territorializados básicamente por el sesgo de la dominación, en un sentido más funcional, no de apropiación" (Haesbaert, 2011, p.96) (Traducción nuestra). Asociamos entonces esas dinámicas de territorialización más próximas a la dominación con las representaciones del espacio del Estado y el capital y aquella que articula dominación y apropiación con los espacios de representación, de los grupos indígenas, campesinos, habitantes urbanos, los ciudadanos y los movimientos sociales. Así en el estudio de la formación territorial nos interesan tanto los procesos de apropiación como los de dominación del espacio, bien sea que se den conjuntamente o las relaciones conflictivas que se establecen entre ellos cuando se dan de manera separada, y que van formando y transformando el territorio.

Concordamos con Moraes (2000) en que el territorio es resultado del ejercicio del poder, cuyo modo de funcionamiento puede ser leído en su paisaje y en sus estructuras materiales. Pero ese poder según el autor, está centralizado en el Estado, que en su versión moderna sería un Estado territorial, con una base física definida, conformada por los espacios efectivamente apropiados y por áreas de soberanía nacional que aún no han sido incorporadas al espacio productivo, que él llamó “fundos territoriais” y que podríamos traducir como reservas territoriales.

Ese modelo desconoce otras fuentes de autoridad y territorialidad dentro de las fronteras del Estado-Nación y no consigue explicar los procesos de territorialización de esos espacios, donde el Estado no ha conseguido imponer el dominio territorial y, por tanto, el control está en disputa con otras etnias, pueblos, grupos/clases sociales y poderes alternativos, que históricamente lo han ocupado y apropiado con sus diversas prácticas y saberes, trazando y delimitando sus territorios.

De la misma forma, esa lectura del territorio como categoría exclusiva del Estado, corresponde con las concepciones tradicionales de poder central y homogéneo, según la cual el Estado territorial tiene una pretensión de control absoluto sobre la población y los recursos en unas fronteras claramente delimitadas.

Entendemos el Estado como un proceso de construcción socio espacial, que está siempre siendo construido y reconstruido por las relaciones histórico-sociales, que son también relaciones de poder, (SOUZA, 1995), pero también por territorialidades múltiples. “El Estado (y su territorio) es así, una identidad de contrarios en la medida que, siempre, abriga múltiples territorialidades – la que-ahí-está y las posibles a partir de lo que ahí está” (TRAMONTANI, 2003: 16) (Traducción nuestra). Y puede ser un punto de coordinación a través del cual se multiplican las relaciones de poder (Ferguson, 2006).

Coincidimos con la lectura de poder de Foucault ([1976] 1998), según la cual, el poder se constituye a partir de un juego de relaciones de fuerza, circula en muchas direcciones y funciona en cadena, en red, es omnipresente, porque se está produciendo en todas partes. Así el poder no emana de algún lugar, se constituye en una relación entre diferentes territorialidades, que puede ser conflictiva.

Así pues, desde una perspectiva relacional, el territorio se define dentro de un conjunto de relaciones histórico-sociales, pero incluye también una relación compleja entre procesos sociales y espacio material, e implica por un lado enraizamiento, estabilidad, delimitación y frontera, pero también movimiento, fluidez, interconexión y temporalidad (Haesbaert, 2011). Al discutir esa relación entre espacio y poder, Raffestein (1993) considerando que el espacio es finito, afirma que el territorio es el espacio político por excelencia, el campo de acción de los triunfos y un triunfo particular. Por su parte, Souza (1995) propone que el territorio es un campo de fuerzas, pues en él las relaciones de poder son espacialmente delimitadas y operan sobre un sustrato referencial.

Territorio es pues, un concepto ligado a múltiples poderes de dominación y apropiación material y simbólica (Haesbaert, 2007, p.20), a múltiples sujetos envueltos. Por lo tanto, el Estado territorial sería una forma de territorialidad entre otras existentes, como la iglesia, las empresas, las comunidades, los movimientos sociales, las guerrillas, los paramilitares, con diferentes objetivos de control social; así múltiples territorialidades, es decir, “estrategias humanas para controlar personas y cosas, a través del control de un área: el territorio” (Sack, 2011).

Formación económico social	Formación Socio espacial	Formación territorial
Marx-Lenin (1950)	Santos (1977, 1979)	Moraes (2000)
El capitalismo no puede ser pensado de modo abstracto, fuera de un contexto histórico-geográfico	Analiza las formas y el proceso de formación del espacio y las dinámicas que lo crean y lo transforman. Análisis histórico de un espacio específico Conocimiento de una sociedad en su totalidad y sus fracciones, pero siempre en evolución.	Busca aprender la valorización del espacio en procesos singulares, en los cuales se asocian los procesos económicos, políticos y culturales. Historia de la apropiación y el uso del espacio Territorio es el resultado del ejercicio del poder, centralizado en el Estado.

Figura 1. Síntesis de la discusión teórica: formación económica social, formación socio espacial, formación territorial.
Fuente: Elaboración propia

Formación territorial y conflictos en las fronteras.

Porto-Gonçalves (2001, 2003) afirma que una sociedad al constituirse, constituye un espacio, conformando así su territorio. De tal manera que el territorio es constituido por la sociedad, en el proceso en que teje el conjunto de sus relaciones sociales y de poder. El autor propone considerar la tríade, territorio, territorialidad, territorialización, en el análisis de las relaciones sociales. Entiende la territorialidad como el sentido de estar en el territorio, y la territorialización como los procesos a través de los cuales el territorio se constituye, impulsados por distintos grupos sociales, que coexisten y se enfrentan en relaciones desiguales de poder. Con ello nos propone abordar la formación del espacio como un proceso conflictivo entre temporalidades diferentes, modos diferenciados de producción-reproducción y también de significación, lo cual dialoga ampliamente con la propuesta que hacemos en este trabajo para analizar la formación del espacio como formación territorial.

En la propuesta teórico - metodológica "A Geografia dos Conflitos Sociais na América Latina e o Caribe", Porto-Gonçalves y Tramontani (2003) aseguran que la formación social es el proceso de institución/inscripción de una dada sociedad en la tierra, conformando su territorio, su territorialidad. Señalan que la formación social de América Latina, está desde el inicio atravesada por múltiples territorialidades en conflicto y conformada por el proceso moderno colonial, que subyace hasta hoy como colonialidad. Para ellos los conflictos poseen una geograficidad, pues están inscritos en la tierra, poseen una espacialidad o territorialidad. Aun cuando los autores trabajan con el concepto de formación social, destacan la importancia del espacio y de los conflictos territoriales en el proceso de formación del espacio.

La formación territorial es el resultado de las relaciones conflictivas entre múltiples territorialidades que coexisten en el espacio, y lo producen a través de las relaciones sociales de poder, de los encuentros contradictorios entre las diferentes formas de apropiación y dominación del espacio. Espacio que es también una acumulación desigual de tiempos (Santos, 1979), es decir, que los procesos de territorialización que se han dado en diferentes

momentos, se van acumulando como capas, que pueden ser leídas en las formas actuales, en la formación territorial. Por tanto, nos permite geografiar la historia de producción del espacio, y nos lleva a reconocer que el espacio guarda y revela los procesos históricos de larga duración que lo constituyen, que se manifiestan en sus formas actuales, y permite reconocer en el análisis de cada tiempo-espacial la coexistencia simultánea y conflictiva de diferentes temporalidades/territorialidades que lo forman y transforman.

Las fronteras son heterogéneas, por tanto, las analizamos en su triple sentido, siguiendo la propuesta de Águas (2013), como línea divisoria que marca la separación entre dos espacios, como frente que avanza para ganar terreno y como lugar de encuentro de los diferentes. Dichos sentidos dependen de los lugares sociales a partir de los cuales la realidad social está siendo observada (Martins, 2009), por lo cual la discusión debe enmarcarse en un espacio específico y a partir de las territorialidades que lo ocupan, forman y lo transforman.

Destacamos la importancia del conflicto para entender la formación territorial de las fronteras, pues ese (des)encuentro entre los diferentes proyectos de vida, de apropiación, de dominación, donde acontece también la expropiación y la violencia, es una característica permanente, no coyuntural de esos territorios. Al final, frontera viene de *front*, un concepto militar que indica, justamente, que el espacio está siendo disputado.

Bonnemaison (2002) afirma que el territorio no es un espacio cerrado, es más un núcleo que una muralla, un conjunto de lugares jerarquizados, conectados a una red de itinerarios, y por tanto la territorialidad engloba tanto la fijación, el afianzamiento, como la movilidad, hacia otros espacios con los cuales se construyen relaciones sociales.

Es decir que la territorialidad está compuesta por fijos y flujos, por enraizamiento y movilidad, por lo cual, en el concepto de formación territorial, la palabra *formación*, imprime un sentido de movimiento, de cambio, de mudanza, y nos interpela a analizar las trayectorias de esas diferentes territorialidades, los caminos que recorren, las relaciones que establecen y cómo se van transformando en esos itinerarios hasta tomar las formas actuales, incorporando cada uno de sus cambios. Así, no sólo se forman y transforman territorios, si no, las territorialidades.

Esa relación entre las diferentes territorialidades y sus proyectos de ordenamiento territorial, no es sólo una relación entre los poderes/saberes hegemónicos y los poderes/saberes subalternos, entre dominantes y dominados. Ambos coexisten en una simultaneidad conflictiva y se influyen mutuamente con sus representaciones y sus prácticas, y van construyendo territorialidades superpuestas, diferentes geografías que van formando los territorios.

El concepto de hegemonía nos ayuda a pensar cómo pueden darse simultáneamente la formación de órdenes de dominación y de formas de resistencia/re-existencia en un mismo espacio. La entendemos en el sentido usado por Gramsci (1980, 1999), una alianza entre clases que, por medio de una dirección intelectual y moral, permite a diferentes grupos sociales unirse, compartir ideas y valores, que son la base de la formación de la voluntad colectiva, y que, a través de la ideología, son el fundamento del bloque histórico. Sin embargo, la hegemonía no es ejercida sobre el conjunto de la sociedad, y siendo la sociedad contradictoria, la hegemonía, así como toda dominación, como diría Foucault, comporta resistencia. Por tanto, hay movimientos de creación de nuevas hegemonías (contra-hegemonías), en una lucha política, que se establece a través de la coerción y/o el consenso.

Compartimos la lectura de Roseberry quien afirma que "Lo que la hegemonía construye no es, entonces, una ideología compartida sino un marco común material y significativo para vivir a través de los órdenes sociales caracterizados por la dominación, hablar de ellos y actuar sobre ellos." (Roseberry, 1994, p. 220). Así la hegemonía como proceso de dominación nos ayuda a analizar situaciones en las cuales un grupo subalterno al tiempo que resiste y cuestiona el poder dominante, lo reconoce al adoptar formas, procedimientos y lenguajes de dominación como la única forma de ser registrado o escuchado, o también resignifica los estereotipos y los asume para contestarlos, manifestando su desacuerdo con las políticas de criminalización y de negación de la ciudadanía.

Así, no existe una hegemonía completa, total, no identificable o impenetrable (Coulter, 2002), ellas también son permeadas por las re-existencias¹, que se deslizan entre las fisuras y colocan sus reivindicaciones y pautas de lucha en los sistemas hegemónicos.

Re-existencia y resistencia son procesos, por eso hablamos de territorialización y reterritorialización en re-existencia/resistencia, pues se van acumulando, superponiendo, incorporando, pero también renovando, dando nuevos sentidos a la existencia y al espacio que ocupan, y por tanto mudando y renovando las estrategias de territorialización, con base en el pasado/la tradición, en las luchas/conflictos presentes y en las proyecciones/sueños/imaginaciones/ sobre lo que se quiere ser.

No hay dominación sin resistencia, como nos enseña Foucault. De tal manera que no es sólo el poder dominante el que va colocando marcas en las personas y el territorio, creando estereotipos e influyendo en sus procesos de representación y en sus prácticas, las resistencias colocan pautas en la política pública, influyen en las geografías de la dominación, mudando los estereotipos o dándoles nuevos sentidos. Por lo cual consideramos que en la formación del territorio y las territorialidades hay un movimiento de flujo y contraflujo, hay tensión.

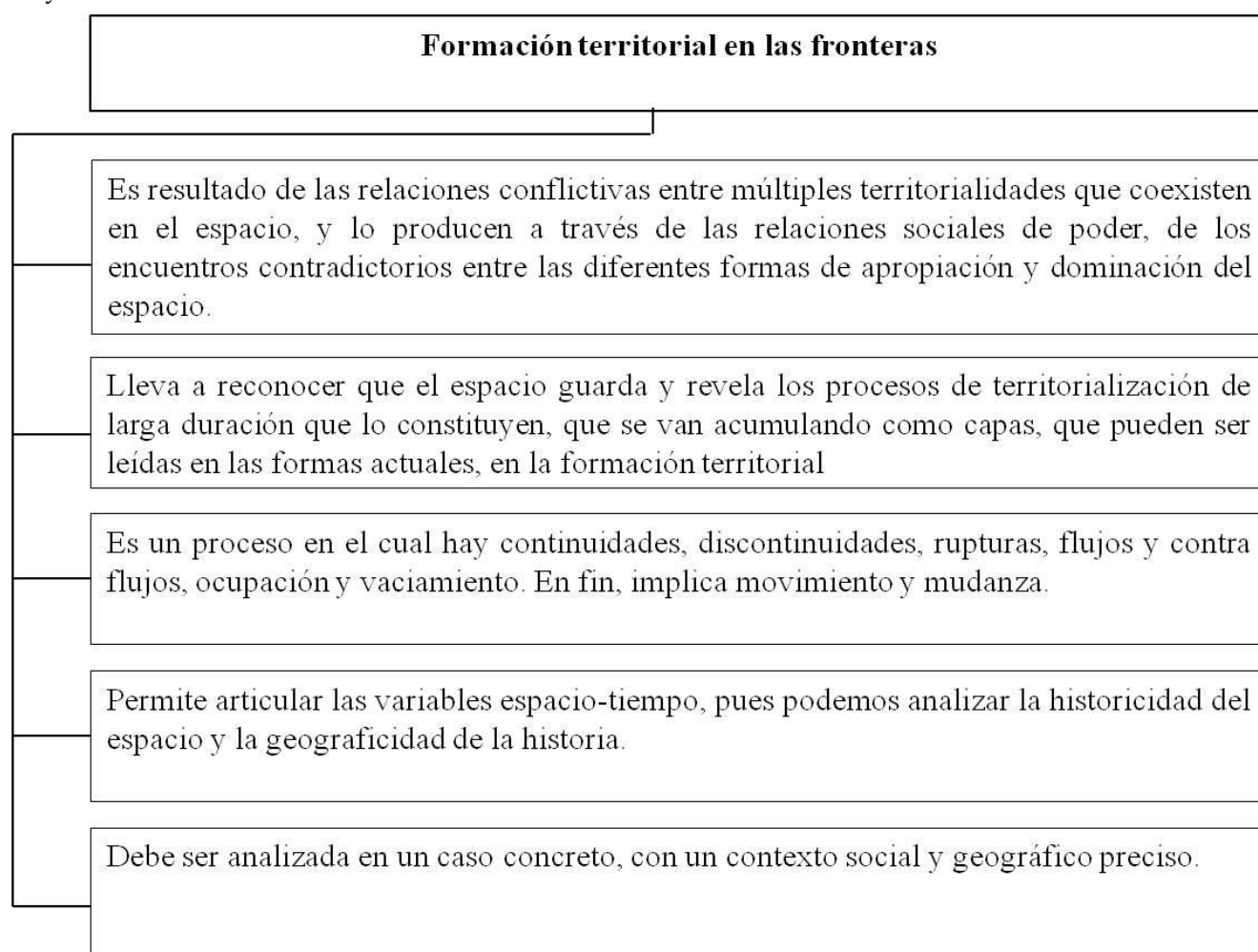


Figura 2. Elementos para el análisis de la formación territorial en las fronteras
Fuente: Elaboración propia

Formación territorial y geografías superpuestas

Esas territorialidades que coexisten no tienen necesariamente límites espaciales claramente trazados, por el contrario, sus límites son porosos, a veces también ambiguos, pues en esos flujos y contraflujos espacio-temporales, se van entrecruzando, a veces enmarañando y con certeza se van superponiendo.

Hablamos entonces de territorialidades superpuestas, término que ha sido usado por Agnew y Oslender (2010) para analizar la intersección de fuentes de autoridad territorial, diferentes de la autoridad del Estado-nación. Los autores examinan cómo la disputa del espacio por parte de actores no estatales, entendidos como nuevos regímenes de autoridad territorial, ha hallado expresión en procesos concretos de reterritorialización que implican trazar límites dentro del territorio del Estado-nación. Con ello cuestionan el modelo westfaliano, incapaz de explicar la naturaleza dinámica de los actuales procesos de territorialización y de soberanía, al tiempo que llaman la atención hacia las formas como las luchas locales y nacionales logran redefinir el Estado-nación contemporáneo.

Tendemos a concordar con los autores. No obstante, para ellos el proceso de superposición de territorialidades es contemporáneo y lo analizan a partir del reconocimiento legal que los Estado-Nación hacen de esos regímenes de autoridad alternativos, como por ejemplo en el caso de Colombia, la constitución de resguardos indígenas o consejos comunitarios de las comunidades afrocolombianas y la constitución de una zona desmilitarizada, de libre tránsito de la guerrilla de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia -FARC- entre 1998 y 2002 en el marco de un proceso de negociación de paz.

Sin embargo, la superposición de territorialidades no es sólo un proceso contemporáneo, es un proceso histórico, de larga duración, que se revela en la conflictividad permanente entre esas diferentes territorialidades que se encuentran en las fronteras, en una lucha para mantener sus procesos de territorialización y reterritorialización. El reconocimiento de un territorio legalmente delimitado por el Estado es una conquista más o menos reciente, de la lucha por los derechos territoriales colectivos de los procesos de resistencia indígena, campesina y negra, que les permite tener seguridad jurídica en la tenencia de la tierra, así como cierta autonomía en el manejo colectivo de un núcleo territorial, pero que al mismo tiempo, reduce las complejas redes de itinerarios a espacios limitados, conteniendo sus expectativas territoriales, reduciéndolas a espacios estrechos, lo que a toda vista desconoce la historicidad de las geografías de la resistencia/re-existencia.

Mason (2005) también ha explorado la superposición de territorialidades. Propone que el orden global contemporáneo está compuesto por múltiples y superpuestas jurisdicciones y escalas socio-espaciales y discute cómo las nuevas formas de gobierno global, la localización, y los procesos sociales transnacionales están dando lugar a una diversidad de relaciones de autoridad, y a la emergencia de autoridades alternativas en la periferia, que se encuentra encima, al lado, y por debajo del espacio nacional. El autor destaca que la existencia de instituciones formales e informales, actores, procesos, redes y comunidades, que operan dentro y fuera de la escala nacional, altera la soberana exclusividad del Estado. Afirma que la causa de esa diversidad de autoridades, está en los estados débiles que no pueden cumplir con las pruebas de la estatalidad empírica, o la legitimidad, y por tanto los ciudadanos pueden ser particularmente dispuestos a buscar sustitutos de autoridad, como actores transnacionales y las organizaciones internacionales como la Corte Interamericana de Derechos Humanos, que proporcionan bienes públicos fundamentales relacionados con la seguridad, la justicia, los derechos de propiedad y las libertades constitucionales. Mason (2005) nos lleva a pensar la superposición de territorialidades más allá de los límites del Estado-Nación, pero su análisis también es sobre procesos contemporáneos, con lo cual se pierde la perspectiva histórica de la movilización, la lucha y también de la intervención internacional.

La superposición de territorialidades puede ser vista de diferentes formas. De un lado la superposición de intereses de diversos actores por la apropiación material y simbólica de un mismo espacio, esos intereses pueden ser comunes, con lo cual se daría una relación de convivencia, complementariedad y de intercambio, pero también pueden ser contradictorios, contrapuestos y por tanto conflictivos. Puede ser entre figuras legalmente reconocidas, que revelan diferentes procesos de territorialización, que se influyen mutuamente en diferentes escalas, como por ejemplo entre figuras de conservación como los parques nacionales naturales, figuras de ordenamiento político administrativo como los municipios, de estos con los resguardos indígenas, todos con límites definidos y con autoridades

reconocidas que orientan el uso y la ocupación del territorio, pero en diferentes escalas. La superposición también puede ser sobre territorios que no están claramente delimitados, cuyas fronteras son porosas, y que también están en disputa, como la territorialidad de las guerrillas, de los grupos paramilitares y de las comunidades campesinas en zonas de frontera agraria.

La idea de superposición no sólo hace referencia a espacios, tiempos, territorialidades, sino también a las escalas. Smith (2002) advierte que las diferentes sociedades, así como producen espacio, producen escala. “La diferenciación de las escalas geográficas establece y se establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales” (Smith, 2002, p.141). Esa construcción de escala geográfica no es sólo impuesta por las territorialidades dominantes, ella también resulta de y contribuye con las luchas sociales, que problematizan la clase, el género, la raza y otras diferencias sociales. Por tanto, reconocemos que la escala está en disputa, y es el resultado de los conflictos territoriales.

Santos (2006) propone que la noción de escala se aplica a los eventos según la escala de “origen” de las variables envueltas en la producción de un evento y según la escala de impacto de su realización. Y define un evento como “[...] el vector de las posibilidades existente en una formación social, esto es, en un país, o en una región, o en un lugar, considerado ese país, esa región, ese lugar, como un conjunto circunscrito y más limitado que el mundo” (Santos, 2004, p.93). De hecho, políticas públicas diseñadas en el nivel nacional, tienen un grande impacto en las escalas locales, y de la misma manera grupos sociales a través de sus procesos organizativos han conseguido proponer el diseño de políticas públicas de nivel nacional.

Vainer (2001) por su parte, afirma que los procesos tienen dimensiones escalares, casi siempre transescalares, es decir que “[...] cualquier proyecto (¿estrategia?) de transformación envuelve, compromete y exige tácticas en cada una de las escalas en que hoy se configuran los procesos sociales, económicos y políticos estratégicos” (Vainer, 2001, p.25).

Consideramos que en la formación del territorio, se refleja la superposición de escalas, que puede ser llamada de transescalaridad, como propone Vainer (2001). Esa es una estrategia tanto de los grupos que se territorializan vía dominación del espacio, como de aquellos que lo hacen vía apropiación. Los movimientos sociales han venido articulando su lucha desde y en las diferentes escalas, trascendiendo la escala local, y pasando a las regional, nacional, global, proponiendo el diseño y puesta en marcha de políticas públicas y articulando también su lucha a través de organizaciones en los diferentes niveles. Así, identificamos un movimiento en el cual las diferentes territorialidades, desde sus diversas escalas van produciendo el espacio, al tiempo que producen desde su espacio, escalas de acción.

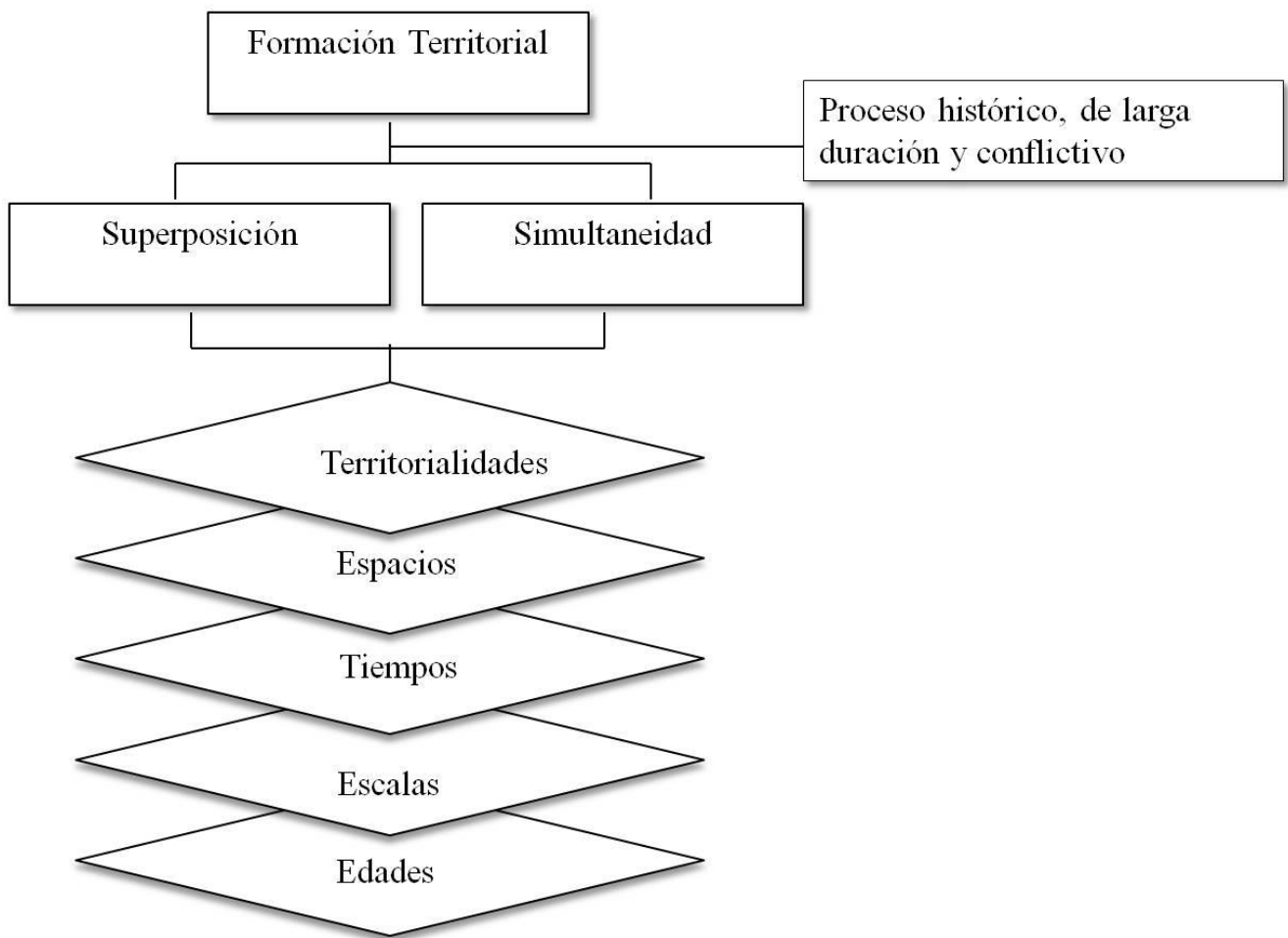


Figura 3. Formación territorial y superposición de geografías
Fuente: Elaboración propia

Consideraciones finales

En este trabajo hemos propuesto la formación territorial -FT- como teoría y como método para el análisis de las fronteras internas, ya que nos permite analizar la producción del espacio, como un proceso de larga duración, en el que hay simultaneidad y superposiciones de tiempos, espacios, territorialidades, escalas y de edades diferentes.

Así en la FT nos interesa analizar el movimiento, cómo se transforman las territorialidades y cómo transforman el territorio, identificar y analizar las geografías que van trazando, las relaciones conflictivas entre ellas, las superposiciones, las continuidades, discontinuidades, rupturas, flujos y contraflujos, que nos lleva a entender las formas espaciales actuales.

Prestamos especial atención a los encuentros contradictorios entre diferentes procesos de territorialización, que entran en disputa, en relaciones desiguales de poder, por la apropiación material y simbólica de un mismo espacio. Consideramos las fronteras internas como *territorios de conflicto*, pues los conflictos territoriales son una constante, y, por tanto, son estructuradores de la producción de ese espacio.

Entendemos entonces la FT como (1) un proceso en el cual hay continuidades, discontinuidades, rupturas, flujos y contraflujos; (2) como resultado de las relaciones conflictivas entre múltiples territorialidades por la apropiación material y simbólica de un mismo espacio; (4) que requiere ser analizada en un caso concreto, con un contexto social y geográfico preciso, y (5) que nos permite articular las variables espacio-tiempo, pues podemos analizar la historicidad del espacio y la geograficidad de la historia.

Su aplicación nos permite entender: (1) la relación del Estado-Nación con las fronteras, caracterizada por una disputa por el control territorial sobre esos espacios geográficos con otras redes de poderes locales, como una ruptura de todo, un momento del todo, así como el todo reproduciendo una de sus fracciones; (2) Las luchas actuales en las fronteras por el reconocimiento de territorialidades indígenas, campesinas, negras, en una tensión permanente con los proyectos de ordenamiento territorial del Estado; y finalmente para (3) captar el movimiento de las territorialidades, cómo los múltiples actores se actualizan, sus relaciones, las estrategias de territorialización, pero basados en otros tiempos espaciales que persisten en la memoria y en el paisaje.

Referências

ÁGUAS, Carla Ladeira P. A tripla face da fronteira: reflexões sobre o dinamismo das relações fronteiriças a partir de três modelos de análise. *Forum Sociológico* [Online], n. 23, 2013. Disponible en: <http://sociologico.revues.org/842>. Acceso en: 16 mar. 2016.

AGNEW, John.; OSLENDER, Ulrich. Territorialidades superpuestas, soberanía en disputa: lecciones empíricas desde América Latina. *Revista Tabula Rasa*, Bogotá, n.13, p.191-213, julio-diciembre 2010. Disponible en: <http://www.revistatabularasa.org/numero-13/07Agnew-Oslender.pdf>. Acceso en: 10 sep. 2015.

COULTER, Kendra. Understanding Hegemony and Encouraging Counter-Hegemonies Within and Beyond Anthropology. *Totem: The University of Western Ontario Journal of Anthropology*, v. 10, Iss. 1, Article 4, 2002. Disponible en: <http://ir.lib.uwo.ca/totem/vol10/iss1/4>. Acceso en: 6 Ag. 2015.

FOUCAULT, Michel. El Método. In: _____. *Historia de la Sexualidad I: La voluntad de saber*. México. D F.: Siglo veintiuno editores, [1976] 1998.

GONZÁLEZ, Fernán. Espacio, violencia y poder. Una visión desde las investigaciones del CINEP. *Controversia*, Bogotá, n. 189, p. 9-62, 2007. Disponible en: <http://issuu.com/cinepppp/docs/controversia-189>. Acceso en: 23 sep. 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel*. vol. 5. México: Universidad Autónoma de Puebla, 1999.

_____. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*. Madrid: Ediciones Nueva Visión, 1980

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396 p.

_____. Território e Multiterritorialidade: Um debate. *Geographia*, ano IX n. 17, p. 19-46, 2007. Disponible en: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/213> Acceso en: 12 jul. 2015.

HURTADO, Lina María. Geografías superpuestas. Conflictos territoriales y formación territorial en las fronteras internas colombianas. *La Sierra de la Macarena, 1948-2013*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói: [s.n.], 2016.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. *Papers: revista de sociologia*, 1974 n.3, p.219-229. Disponible en: <http://www.raco.cat/index.php/Papers/article/view/52729/60536>. Acceso en: 3 ago. 2013

_____. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, [1974] 2013

LENIN, Vladimir Ilich. El desarrollo del capitalismo en Rusia. El proceso de formación de un mercado interno para la gran industria. Santiago de Chile: Empresa Editorial Quimantu Ltda., [1950] 1972.

MASON, Ann. C. Constructing Authority Alternatives on the Periphery: Vignettes from Colombia. *International Political Science Review*, 2005, v.26, m. 1, p. 37-54.

MORAES, Antonio Carlos R. Geografia: A Dimensão Espacial da Sociedade. *In: _____*. Geografia, Capitalismo e Meio Ambiente. Tese de Livre Docência: FFLCH-USP, 2000. Disponível em: <https://temgeo2.files.wordpress.com/2009/03/acr-moraes-geografia-a-dimensao-espacial-da-sociedade.pdf>. Acesso em: en. 2015.

_____. A dimensão territorial nas formações latino-americanas. *In: _____*. Bases da Formação Territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec: 2000. p. 264-286.

_____. Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. *In: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 43-47*

MOREIRA, Ruy. 1982. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. *In: _____* (org.) Geografia: Teoria e Crítica. O saber posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982. p. 61-80

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.67-88, 1999.

_____. Geo-grafías, movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Editorial siglo XXI, 2001.

_____. Geografando nos varadouros do mundo. Brasil: Ibama, 2003.

_____. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. *In: SEOANE, J. (org). Movimientos sociales y conflictos en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p.126-134. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>. Acesso em: 14 abr. 2014.*

_____. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. *GEOgraphia*, Niterói, vol. 4, no. 8, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/9>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In: CECENA, A. E. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>. Acesso em: 1 ag. 2016.*

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. Human territoriality Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. *Antipode*, n. 1, v. 9, 1977.

_____. Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. O tempo (os eventos) e o espaço. *In*: _____. A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 93-110.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19 p. 127-146, jul. /dez. 2002.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: Castro et. al.(orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 77-116.

TRAMONTANI, Tatiana. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>. Acceso en: 1 ag. 2015.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *In*: ACSELRAD, H. (Editor). Planejamento e Território. Ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. - ano 1, n.1 (jan./abr. 1986) - Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986. p. 12-31

Fontes

1. Entendemos que a través de prácticas de resistencia diferentes grupos buscan crear situaciones, agrupaciones y acciones que resisten a las imposiciones del poder dominante que oprime, humilla y expropia de forma permanente. Pero también se dan como re-existencias (PORTO-GONÇALVES, 2005), entendida como el poder de recomenzar, de regeneración, de dar nuevos sentidos o renovar los sentidos de la existencia. Es decir que los grupos subalternos no sólo resisten en medio de las relaciones de poder conflictivas, sino que están en un movimiento permanente de reinención, reorganización, bebiendo del pasado, de la tradición, de las luchas presentes para inventar el futuro.

O PLAN DE COLONIZACIÓN

ANDRESITO (1980): Uma geopolítica de defesa nacional para o nordeste da província de misiones (ARG.) limítrofe ao estado do paraná (BR)

THE ANDRESITO COLONIZATION PLAN (1980): A national defense geopolitic for the northeast of the misiones province (ARG) limitroph to the state of paraná (BR)

LE PLÁN COLONIZACIÓN ANDRESITO (1980): Une géopolique de défense national pour le nord-est de la province des misiones (ARG) limitroph à l'état de paraná (BR)

RESUMO

Observando-se a zona de fronteira brasileiro-argentina, nos estados de Santa Catarina e Paraná, com o nordeste da Província de *Misiones*, notam-se diferenças significativas na paisagem natural e humana. A própria geografia política é bastante distinta. Enquanto no lado brasileiro a paisagem se apresenta profundamente marcada pela ocupação e ação humana, do lado argentino, ainda hoje é uma paisagem pouco modificada e escassamente ocupada. Este artigo tem por objetivo construir um quadro de referência geo-histórico que permita indicar que a colonização de *Andresito*, município do nordeste de *Misiones*, resulta de uma geopolítica de defesa nacional durante o regime de governo militar argentino, cujo objetivo foi frear a migração brasileira um processo que contribuiu para uma organização diferenciada das demais cidades daquele departamento. Neste artigo¹, o método adotado foi o qualitativo, e a metodologia consistiu em análise teórica e pesquisa de campo realizada em 2008 e 2019.

Palavras-Chave: Zona de Fronteira brasileiro-argentina; Geopolítica; *Plán de Colonización Andresito*.

ABSTRACT

There are significant differences in the natural and human landscape of the Brazilian-Argentinian border area, located in the states of Santa Catarina and Paraná, when it is compared to the northeast of Misiones Province. The political geography is very distinct. On the Brazilian side, the landscape is deeply marked by the occupation and human action. On the Argentine side, the landscape is a little modified and sparsely occupied. The purpose of this article is to build a geo-historical reference framework to indicate that the colonization of *Andresito*, municipality in the northeast Misiones, is a result of geopolitics of national defense during the Argentine military government, whose objective was to stop the Brazilian migration, a process that contributed to a differentiated organization from the other cities of that department. In this study, the method adopted was qualitative, and the methodology consisted of theoretical analysis and field research conducted in 2008 and 2019.

Keywords: Brazilian-Argentine border zone; Geopolitics; Andresito Colonization Plan

RÉSUMÉ

En observant la zone frontalière brésilienne-argentine, dans les états de Santa Catarina et Paraná, avec le nord-est de la province de Misiones, il existe des différences significatives dans le paysage naturel et humain. La géographie politique elle-même est assez différente. Alors que du côté brésilien, le paysage est profondément marqué par l'occupation et l'action humaine, du côté argentin, c'est encore un paysage peu modifié et peu occupé. Cet article vise à construire un cadre de référence géo-historique permettant d'indiquer que la colonisation d'Andresito, municipalité du nord-est de Misiones, résulte d'une géopolitique de défense nationale sous le régime du gouvernement militaire argentin, dont l'objectif était d'arrêter la migration brésilienne, un processus qui a contribué à une organisation différenciée des autres villes de ce département. Dans cet article¹, la méthode adoptée était qualitative, et la méthodologie consistait en une analyse théorique et des recherches de terrain menées en 2008 et 2019.

Mots-clés: Zone frontalière brésilienne-argentine; Géopolitique; Plan de colonisation Andresito.

Introdução

Quando se observam imagens de satélite ou mesmo mapas políticos da zona de fronteira brasileiro-argentina, no conjunto do extremo oeste de Santa Catarina e extremo sudoeste do Paraná com o nordeste da Província de *Misiones* (Departamento de *San Pedro* e Departamento General *Manuel Belgrano*)², notam-se imediatamente diferenças significativas na paisagem físico-natural e humana. Enquanto no lado brasileiro a paisagem se apresenta profundamente marcada pela ação humana e densamente ocupada, o lado argentino, apesar das recentes mudanças, apresenta ainda hoje uma paisagem pouco modificada e escassamente ocupada, se comparada ao lado brasileiro. A própria geografia política é significativamente distinta, notadamente pelo número de municípios e cidades. *San Pedro* e Grl. *Manuel Belgrano*, os dois únicos departamentos do nordeste da Província de *Misiones*, somam juntos apenas quatro cidades, três delas em Grl. *Manuel Belgrano* e apenas uma cidade em *San Pedro* (Figura 1).

Em relação à configuração e ao arranjo das cidades de Grl. *Manuel Belgrano*, também, se observam diferenças. Enquanto *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio* se situam junto à linha de fronteira e formam com as cidades brasileiras uma geminação conurbada, a cidade de Comandante *Andresito*³ encontra-se afastada da linha de fronteira e a 37 km de distância da cidade brasileira de Capanema (Paraná). Que fatores explicam hoje tais diferenças na geografia política e humana daquela zona fronteiriça?

Para responder a indagação, faz-se necessário mergulhar na geo-história da região, a qual nos permitirá demonstrar que as diferenças observadas hoje na paisagem física e humana daquele segmento de fronteira brasileiro-argentina, permitem ponderar imediatamente que o Brasil aplicou a política de ocupação da região de fronteira, ao passo que a Argentina, no começo do século XX, com políticas mais voltadas para o centro do país, não desenvolveu importantes projetos políticos de ocupação para a zona de fronteira do nordeste de *Misiones*. Enquanto no lado brasileiro árvores iam sendo rapidamente derrubadas para dar lugar a ocupação e a produção agrícola, o nordeste de *Misiones* permanecia com parte de sua extensão limítrofe ao Brasil coberta de matas nativas.

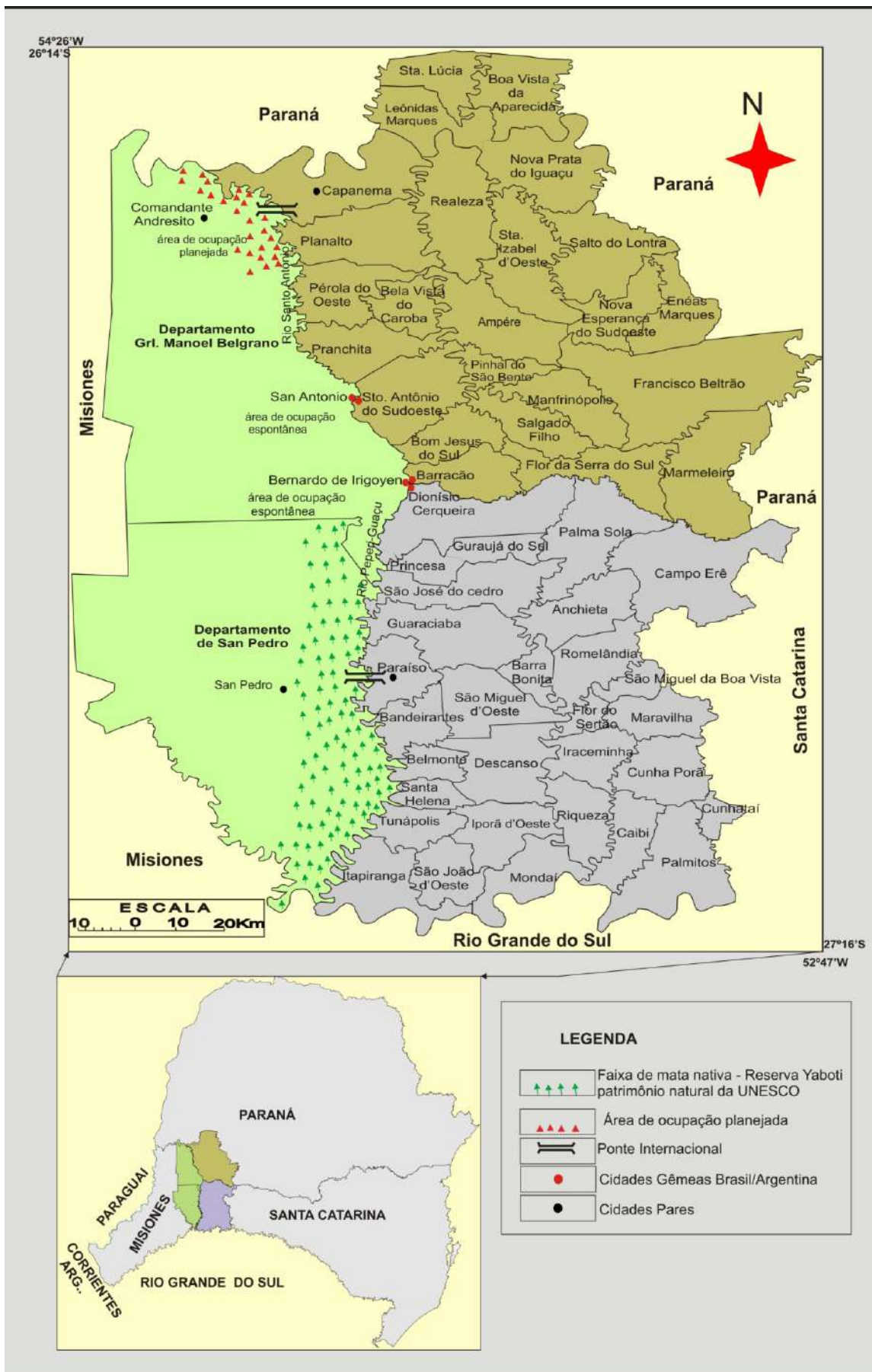


Figura 1 – Divisão política: zona de fronteira brasileiro-argentina (extremo oeste de Santa Catarina, extremo sudoeste do Paraná e nordeste da Província de Misiones), 2010
 Fonte: organizado pela autora, 2020

Apesar das recentes mudanças no lado argentino, ainda existem terras com pequenas áreas de mata nativa como os da *Reserva da Biosfera Yaboti*, hoje patrimônio natural da UNESCO. Com pequena parte no departamento *Guarani*, a *Reserva da Biosfera Yaboti* localiza-se quase que em toda sua totalidade dentro do Departamento de *San Pedro*, limítrofe ao extremo oeste do Estado de Santa Catarina. Mas, ainda que seja, por vezes, pensada por brasileiros como o resultado de uma geopolítica argentina, ou consciência ambiental maior do que a de brasileiros, a permanência daquela pequena faixa de mata nativa (*Reserva da Biosfera Yaboti*) não pode ser atribuída a uma geopolítica argentina para fazer frente ao expansionismo brasileiro, nem a uma consciência ambiental maior que a dos brasileiros. Sob nenhuma hipótese aquela faixa de mata nativa representou ‘escudo natural’ de defesa contra a migração ilegal brasileira naquele território *misionero*.

Na visão de um professor de ciências ambientais da cidade de *San Pedro* (Dep. *San Pedro*), para compreender a permanência daquela pequena faixa de mata atlântica de interior é preciso voltar ao passado e lembrar que, diferentemente da “*pampa húmeda argentina*”, região de grande importância agrícola para o país, o nordeste de *Misiones* nunca foi região atrativa para a agricultura extensiva, o que de certa forma retardou o desmatamento naquela região, ainda que já tenha havido lá uma primeira exploração da madeira, o que significa dizer que nem toda mata nativa lá existente é de fato mata virgem.

Obviamente que, ao longo da história, houve geopolíticas distintas entre os dois países, por vezes “bastante estereotipadas ideologicamente” como indica Bandeira (1995), mas a permanência da mata nativa nunca foi tomada como uma geopolítica. A geopolítica argentina mais expressiva aplicada para a zona de fronteira do nordeste da Província de *Misiones* (Departamento de *San Pedro* e Departamento *General Manuel Belgrano*) foi gestada durante o regime de governo militar argentino (1966 e 1976) e aplicada a partir de 1976 até 1984, esta última data já no início do período democrático.

Este artigo tem por objetivo construir um quadro de referência geo-histórico que permita indicar que a colonização de *Andresito*, o mais jovem município do nordeste de *Misiones*, limítrofe ao município de Capanema (Paraná - Brasil), resulta de uma geopolítica de defesa do território nacional para frear a migração brasileira e auxiliar na construção de tal espaço sócio-territorial. O método adotado foi o qualitativo, a metodologia consistiu em análise teórica e pesquisa de campo realizada em 2008 e 2019. O trabalho foi dividido em duas seções: a primeira apresenta elementos geo-históricos que permitem compreender como foram elaboradas as políticas de defesa do território nacional argentino para o nordeste da Província de *Misiones* (*Departamento de San Pedro* e *Departamento General Manoel Belgrano*); a segunda analisa como essa geopolítica foi aplicada pelo Estado nacional em *Andresito* (MNES) e que resultado aportou ao segmento de fronteira analisado. Finalizamos o artigo evidenciando que o *Plán de Colonización Andresito*, em parte, atingiu seu objetivo, o de frear a migração brasileira em *Andresito*. Apesar daquela geopolítica de defesa do território nacional argentino, a partir do MERCOSUL, as políticas locais entre os municípios de *Andresito* (MNES)/Capanema (PR) não são de separação, são de aproximação. Já no começo do século XXI, um projeto que uniu os governos locais dos dois municípios da fronteira brasileiro-argentina (*Andresito/Capanema*), foi o da reivindicação junto aos Estados nacionais da legalização da ponte internacional sobre o rio Santo Antônio e da habilitação da aduana de turismo Capanema/*Andresito*. Embora no contexto do MERCOSUL haja alguns avanços e vontade política local direcionada à implantação de políticas públicas transfronteiriças, o que atualmente se verifica é que os Estados nacionais seguem mantendo rigorosas políticas de controle sobre os fluxos cotidianos transfronteiriças locais, é dizer que os Estados nacionais, seguem, em certa medida, com suas fronteiras Estatais rígidas e as formas de controles são, por vezes, dispares e unilaterais.

Política de defesa nacional argentina para o nordeste de Misiones: Departamentos de San Pedro e General Manuel Belgrano

Defesa nacional é um termo que surgiu na Europa, no final do século XIX, e designava um conjunto de políticas nacionais visando defender o território de um Estado em face de ameaças de outro(s). A noção foi amplamente utilizada por pesquisadores de horizontes diversos, dentre eles, da Geografia, da História e da Sociologia Política, que buscavam analisar as políticas ou geopolíticas entre Estados nacionais, notadamente no período compreendido entre as duas grandes Guerras Mundiais e a Guerra Fria. (SANGUIN, 1975). Tais políticas não se limitavam em pensar somente em estratégias de guerras entre nações, incluíam igualmente políticas de ocupação do espaço, defesa das fronteiras objetivando o controle de fluxos migratórios, defesa de recursos naturais, dentre outras. (SANGUIN, 1975). A noção de defesa nacional também está presente nas políticas dos Estados sul-americanos, como, por exemplo, no Brasil e na Argentina, que desde o final do século XIX aplicavam distintas políticas em defesa de seus territórios nacionais. Por exemplo, em *Corrientes*, província limítrofe ao estado do Rio Grande do Sul, sob a hipótese de guerra entre os dois países, foi construída via férrea com bitola diferente daquela do lado brasileiro⁴. Sem dúvida uma geopolítica aplicada objetivando a defesa do território nacional argentino.

No começo do século XX, após longo litígio de limites com o Brasil (antiga questão de Palmas ou *Misiones*, entre 1857 a 1895)⁵, a Argentina aplica uma geopolítica para o nordeste de *Misiones*, mas diferentemente do que ocorreu na *província* de *Corrientes*, no nordeste de *Misiones* a geopolítica não estava fundamentada em hipóteses de guerra. O que lá estava em jogo era a soberania territorial, devido à migração brasileira e também paraguaia, portanto era uma geopolítica de ocupação territorial dos espaços vistos como “vazio populacional” e com falta de integração física e espiritual com o resto da nação argentina. Embora, no começo do século XX, tenham sido feitas tentativas oficiais de ocupação do espaço fronteiriço, e até a instalação de equipamentos, como escolas nacionais, implantadas em *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio (Manoel Belgrano)* com intuito de gerar uma identidade nacional, aquela geopolítica não trouxe o resultado esperado, uma vez que as terras, nos departamentos de *San Pedro* e *Manoel Belgrano*, continuavam a ser ocupadas por brasileiros.

A migração brasileira em terras fiscais⁶ o nordeste de *Misiones* já vinha ocorrendo desde o final do século XIX e se intensificaria entre 1950 até começo de 1970, devido à expulsão de caboclos brasileiros do oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, regiões onde foram sendo inseridos colonos descendentes de migrantes europeus, oriundos do Rio Grande do Sul. Naquele período, os militares argentinos presentes na região já alertavam o governo nacional de que a zona do nordeste de *Misiones* estava em vias de se desnacionalizar, pois em cidades como *Bernardo de Irigoyen*, *San Antonio (Depto. Manuel Belgrano)* e *San Pedro (Depto. San Pedro)* havia forte presença de brasileiros. O próprio núcleo populacional de *San Pedro* foi fundado, no final do século XIX, por brasileiros oriundos da costa do rio Uruguai, onde deram início à economia extrativa da erva-mate. Os militares informavam da necessidade de promover políticas de soberania e uma “*argentización*” para aquela zona de fronteira. O mesmo vinha sendo constatado, em menor grau, na região do município de *Andresito* que, sob o olhar dos militares, estava em vias de se tornar uma réplica dos municípios de *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio*, onde grande parte da população era de origem brasileira e a língua falada era o “portunhol”.

Na visão dos militares argentinos, para que aquela região não se desnacionalizasse, somente um plano de ocupação agrícola com elementos sociais argentinos poderia enfrentar a migração brasileira e assegurar a soberania nacional na região. Já na década de 1960, a forte preocupação com a zona de fronteira do nordeste de *Misiones* levou o Estado nacional a idealizar dois planos de ocupação: o *Plán de Colonización Andresito* e o *Plán de Colonización San Pedro*. No período da ditadura militar argentina, os dois planos de colonização passam a se concretizar. Em 1970, o Estado nacional promulga a Lei Nacional de nº 18575 “Zonas e Áreas de Fronteira”, cujos objetivos gerais a serem alcançados eram: primeiro, criar con-

dições adequadas para a instalação de moradores, melhorar a infraestrutura e explorar recursos naturais; segundo, garantir a integração da zona de fronteira com o restante da nação argentina. Os planos de colonização foram aprovados, em fevereiro de 1979, pela Lei 1.074, e passaram a ser conduzidos pelo Estado nacional somente em 1980⁷.

Para pôr em prática tal plano, o Estado nacional argentino começou a expulsar os brasileiros ilegais e a selecionar colonos argentinos para ocupar os departamentos de *San Pedro* e *Andresito*. Uma seleção criteriosa fundamentada em pré-requisitos bem definidos, levando inclusive a um processo de exclusão entre os próprios colonos argentinos, pois nem todos conseguiam preencher os critérios estipulados pelo Estado nacional. Segundo entrevista com ex-intendente de *Andresito*, o *Plán de Colonización* de *San Pedro*, na zona de fronteira com Santa Catarina fracassaria imediatamente, por se haver apresentado como mero projeto extrativo: os primeiros colonos argentinos lá inseridos pelo Estado começaram a retirar a madeira para em seguida abandonar o projeto, ou seja, não fixavam residência naquele departamento como previa o plano de ocupação de *San Pedro*, diferentemente do que ocorreria em *Andresito*, como veremos a seguir.

O *Plán de Colonización Andresito*: uma geopolítica de ocupação e soberania na fronteira com o Paraná (1980)

O *Plán de Colonización Andresito*, criado pelas Leis 1074 y 1088, e aprovado pelo Ministério de Defesa em 1977, representou uma geopolítica de soberania em face da penetração de brasileiros em terras fiscais daquela zona de fronteira. O mesmo objetivava nacionalizar aquela região e integrá-la ao restante da nação argentina. Paralelo a isso, era também objetivo do governo militar criar em *Andresito* uma cidade ecologicamente correta que servisse de modelo ao país e que, ao mesmo tempo, despertasse a consciência para a preservação ambiental, pois o nordeste de *Misiones* à época era ainda região rica em recursos naturais. Para entender tal processo, é preciso esclarecer que o plano de ocupação estava dividido em duas etapas: a primeira, chamada *Plán de Colonización agrícola Andresito*, consistia em expulsar os migrantes brasileiros e inserir unicamente colonos argentinos selecionados pelo Estado nacional; já a segunda etapa, denominada *Plán de Soberanía*, visava a nacionalizar aquela zona fronteiriça exaltando os valores nacionais e integrar a região ao restante do país. Assim, entre 1976 e 1978, os militares argentinos, por ordem do governo nacional, começam a tirar as terras dos brasileiros e expulsá-los daquele país. Segundo entrevista com um ex-intendente de *Andresito*, que participou desde o início naquele projeto político de ocupação, em 1976, havia aproximadamente três mil brasileiros em *Andresito*. Em suas palavras:

Eu conheci essa zona de *Andresito* no ano de 1973, e no ano de 1976 aqui estava cheio de brasileiros, cheio de brasileiros e não havia ninguém que falava aqui o castelhano, com exceção de dois gendarmes e uma professora. Os outros todos falavam só o português, isso era minado de brasileiros! É difícil estimar um número, mas eu calculo que facilmente tinha uns três mil brasileiros. Então como nós tínhamos na época um governo militar, a política era expulsar os hermanos brasileiros e entregar terras aos argentinos para, digamos, frear sua entrada no lado argentino. Por isso nasce esse *Plán de Colonización Andresito*, era um *plán* geopolítico que tinha como principal finalidade controlar a invasão dos brasileiros⁸.

Mas, nem todos os brasileiros foram expulsos, os que tinham filhos nascidos e devidamente registrados na Argentina puderam lá permanecer. Porém, em 1980, com a inserção dos colonos argentinos, os brasileiros que tinha filhos registrados na Argentina e que lá haviam permanecido acabaram por perder as terras que ocupavam, o governo argentino deu-lhes apenas um hectare de terras onde podiam construir suas casas e fazer suas hortas. Foi somente em 1984, na segunda etapa do processo de ocupação de *Andresito*, com o *Plán de Soberanía*, que os brasileiros com filhos nascidos naquele país receberiam terras para plantar. É importante ressaltar que, antes da expulsão dos brasileiros, o Estado nacional sob o governo militar iniciou intensa campanha publicitária oferecendo terras em *Andresito* aos colonos

argentinos. Embora tal campanha fosse estendida por todo o território nacional argentino, era dada preferência aos agricultores de *Misiones* descendentes de migrantes europeus.

Entretanto, para conseguir aquelas terras, os colonos deveriam reunir certas condições, como: não ter antecedentes criminais, ter família com filhos e certo número de ferramentas para trabalho agrícola, como arado, enxada, foice, machado, motosserra, etc., além, é claro, de entenderem de agricultura. Também era muito valorizada a posse de trator e automóvel gerando muitos pontos na escolha dos colonos. Na primeira etapa do plano, os colonos que reuniam todos os pré-requisitos determinados pelo Estado nacional ganhavam até 150 hectares de terras. Cada pré-requisito equivalia a determinada pontuação, o que definia a quantidade de terras que cada família receberia. Por exemplo: uma família com cinco filhos ganhava mais terras do que uma família que tivesse apenas dois filhos, pois cada filho representava um número na determinada pontuação; o mesmo ocorria com o número de ferramentas de trabalho.

Outro pré-requisito imposto pelo Estado era que cada colono deveria apresentar um plano de trabalho detalhado, onde informaria como e o que iria produzir na terra durante os primeiros cinco anos, pois os militares, além de exigirem que os colonos fixassem residência no local, haviam imposto restrições ao corte da mata nativa e exigências na produção agrícola, restrições que deveriam ser rigorosamente seguidas, para não acontecer o mesmo que havia ocorrido, em parte, no Departamento de *San Pedro*. Ou seja, os colonos deveriam cortar apenas cinco hectares de madeira por ano e neles produzir. Por exemplo: no primeiro ano, os colonos cortavam cinco hectares de mata e naquela terra deveriam produzir gêneros alimentícios; no ano seguinte cortavam mais cinco hectares de mata e já passavam a produzir sobre dez hectares de terras, e assim sucessivamente para os três anos seguintes, daí a importância de apresentar um plano de trabalho detalhado para poder ocupar terras em *Andresito*. Esse plano de produção também recebia significativa pontuação durante a criteriosa seleção dos colonos.

Outra restrição imposta pelo Estado foi à proibição do plantio da erva-mate naquelas terras, devido à lei provincial que o impedia em *Misiones*, pois aquela província estava quase totalmente voltada para essa atividade econômica. Mas a restrição ao plantio de erva-mate em *Andresito* não durou muito tempo. Em 1981, uma mudança na lei provincial passou a permitir que os colonos cultivassem a erva-mate em *Andresito*, porém, sob rigoroso controle dos militares e restrito a apenas 20 hectares de terras. Desse modo, na primeira etapa do plano de ocupação agrícola, foram selecionadas apenas 80 famílias, as quais ganharam do Estado argentino as melhores terras daquela região, na maioria, propriedades de 150 hectares. Mas, no contexto da colonização de *Andresito*, os colonos foram sendo inseridos no meio da mata virgem, sem nenhuma infraestrutura básica, nem por parte da Província e nem por parte do Estado nacional argentino. A população passou a depender totalmente do lado brasileiro, notadamente do município de Capanema (Paraná). A esse respeito é interessante observar o depoimento de ex-intendente de *Andresito* que viveu aquele processo de colonização:

Primeiro o Estado foi colocando os colonos e só depois é que ele foi implantando infraestruturas básicas, como estradas, serviços de saúde e educação. A telefonia, água potável e luz elétrica tardaram mais. Nos primeiros anos foi muito, muito difícil para as pessoas que aqui vieram, porque aqui tinha uma única venda de mercadorias e muito, muito precária. Não tinha mais nada, então se ia ao Brasil para comprar, passamos a depender totalmente do outro lado, inclusive as sementes para o plantio eram compradas no Brasil. Mas, em contrapartida a essas desvantagens, o Estado provincial permitia que se fizesse aqui a exportação da madeira livre de impostos sobre a venda, foram vantagens que favoreceu as pessoas, [...].⁹

Nos dois primeiros anos, o *Plán de Colonización Andresito* esteve a ponto de fracassar, pois a única fonte de renda dos colonos era a madeira e ela não tinha valor econômico significativo no mercado nacional argentino. Os colonos derrubavam cinco hectares de mato para vender a madeira, mas mesmo livre de impostos os lucros obtidos não cobriam os custos com sementes, plantio e investimentos necessários nas propriedades, razão pela qual, pelo menos 20% das primeiras 80 famílias acabaram por retornar aos lugares de origem e outros

estavam em vias de abandonar o plano. Mas tal situação se inverteu parcialmente no final de 1982, quando o valor da madeira triplicou e com isso os colonos que já pensavam em abandonar aquelas terras acabaram por permanecer na região. Em 1983, com a queda do regime militar argentino, ocorre a primeira eleição para Intendente¹⁰ em *Andresito*. E em 1984 foi posta em prática a segunda etapa de colonização com o *Plán de Soberanía*, quando os brasileiros que lá haviam permanecido conquistaram o direito a pequenas propriedades de terras que não passavam de 10 e 25 hectares.

O mesmo ocorre com os verdadeiros donos daquelas terras, os indígenas guaranis, que passaram a viver em ínfima área de terras demarcadas pelo Estado nacional. Na verdade, a Argentina cometeu os mesmos erros que o Brasil, pois os indígenas guaranis que lá viviam, segundo entrevista com ex-intendente de *Andresito*, aproximadamente 30 famílias, receberam uma área de apenas 200 hectares de terras. Assim, se dividirmos o número de hectares pelo número de famílias, cada família guarani ficou com menos de sete hectares de terras em *Andresito*, número inferior ao das terras dadas às famílias de brasileiros com filhos argentinos.

Diferentemente da primeira etapa, que fora exclusivamente conduzida pelos militares argentinos, na segunda etapa, o *Plán de Soberanía*, já sob a democracia argentina, foi conduzido prioritariamente por políticos locais e da província com interesses político-partidários e particulares. Com a valorização da madeira, o corte da mata nativa se intensificou, fugindo ao controle de qualquer poder, e a pontuação dos requisitos imposta pelo governo militar acabou totalmente, como revela o depoimento abaixo que, embora extenso, é extremamente interessante:

Com o *Plán de Soberanía* foi entregue as terras da segunda etapa do *Plán de Colonización*, mas lamentavelmente nessa segunda etapa já entrou o manejo político, onde, digamos, já era diferente, porque a pontuação que davam originalmente na primeira etapa, na segunda etapa mudou tudo! Mudou porque era tudo político, então o que se passou, é que teve gente muito boa e teve gente muito má que aqui vieram! Gente que veio exclusivamente para explorar a madeira e depois venderam a muitos bons preços suas terras e se foram embora. Mais ou menos como aconteceu ali no Brasil, no período da madeira. Isso aconteceu aqui também depois de assumir as autoridades locais eleitas, não era como o governo militar que era ditatorial que davam uma ordem e tinham que cumprir. Com a democracia isso mudou tudo, começaram os favores políticos, gente que não correspondia ao plano e que vieram só para explorar o mato, gente boa que veio sim para criar possibilidades e que conseguiram apenas uma pequena chácara de terras, então teve muitos problemas nessa segunda etapa do Plano. Quero também dizer algo com respeito a essas famílias de brasileiros que tinham filhos argentinos: na segunda etapa desse Plano eles puderam aceder algum pedaço de terra, o governo os reconheceu e lhes permitiu aceder a pequenos pedaços de terra. Não me recordo, mas acho que conseguiram em média 10 hectares para o cultivo, alguns conseguiram até 25 hectares de terras, menor quantidade de terras que determinava a primeira etapa do Plano, porque as propriedades de até 150 hectares de terras se entregaram somente na primeira etapa e para quem era de fato argentino. Na segunda etapa os lotes eram menores, e em alguns casos eram maiores do que 150 hectares, porém a terra não era boa para agricultura, me entende?¹¹

Apesar do desfecho que teve, pode-se dizer que o *Plán de Colonización Andresito* atingiu seu principal objetivo: o de frear a migração ilegal brasileira, pois as terras naquele município foram totalmente ocupadas pelos colonos argentinos. Mas, por outro lado, podemos também dizer que o plano fracassou em muitos outros aspectos; um deles foi à intenção de impedir interações entre fronteiriços brasileiros e argentinos, para que não houvesse lá influência brasileira como ocorria nos municípios de em *San Pedro*, *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio*. Entretanto, mesmo com todos os esforços dos militares, desde a primeira etapa do plano de colonização, a população de *Andresito* passou a interagir com o lado brasileiro, principalmente nas relações econômico-comerciais. É importante lembrar que as interações transfronteiriças já aconteciam antes do *Plán de Colonización Andresito*, eram interações de brasileiros (migrantes em *Andresito*) com brasileiros de Capanema (Paraná). Assim, os novos moradores daquele município passaram a depender quase totalmente do comércio brasileiro, primeiro porque muitos produtos e mercadorias de consumo correntes não eram encontrados lá; e segundo pela diferença cambial que favorecia comprar em lado brasileiro. Por conseguinte, a população de *Andresito* ficou, por aproximadamente 20

anos, dependendo de produtos de consumo corrente do lado brasileiro, notadamente de Capanema (PR). Sem dúvida, *Andresito* é o resultado de uma geopolítica, mas contrariamente aos ideais geopolíticos, desde sua fundação passou a manter interações transfronteiriças com o lado brasileiro e hoje constitui-se em cidade par com Capanema (PR).

Pode-se dizer que outro objetivo que fracassou no *Plán de Colonización Andresito* foi aquele de criar uma cidade ecologicamente correta e um município com cultura agrícola planejada, respeitando as matas nativas e o meio ambiente. Na verdade, a exemplo do que ocorreu no lado brasileiro, a história parece haver-se repetido em *Andresito*, pois os colonos não respeitaram as diretrizes do plano de colonização, e, por consequência, as matas nativas foram rapidamente devastadas, dando lugar às monoculturas da erva-mate e madeira, esta última destinada à produção de celulose e papel, o que tem gerado contaminação das águas e provocado problemas de saúde na população. Assim como ocorreu e ainda ocorre no lado brasileiro, os colonos de *Andresito* também não respeitaram a margem dos rios. A própria cidade que deveria ser um modelo de conscientização ambiental foi fundada sobre um importante rio daquele município: o São Francisco, que hoje se encontra bastante poluído como revela o depoimento abaixo:

Lamentavelmente, nós do plano, que poderíamos ter feito as coisas acontecerem de forma diferente, não fizemos, cometemos os mesmos erros que nossos antepassados cometeram em outros lugares. Quando nós viemos pra cá em 1980, o rio São Francisco era rio de água cristalina, era um leito de pedras onde viviam quantidades de peixes e você podia caminhar e ver o fundo do rio. Hoje o fundo do rio é barro, ao redor, a vegetação hoje é pasto para o gado e doenças que vieram com a agricultura. As águas estão contaminadas, os colonos permitem que o gado vá até o rio, o que vai criando erosão e hoje já não se pode mais pescar, porque não há mais nada, nada de peixes, então nós destruímos tudo isso! O que se passou no lado brasileiro se passou também aqui. A única diferença é que lá os colonos plantam em grande escala e de maneira intensiva. Digo pra você que, ninguém, mas ninguém respeitou isso, nem mesmo o Estado respeitou, porque se o Estado tivesse respeitado isso, hoje nós não estaríamos assentados aqui, me entende?¹²

Na etapa do *Plán de Soberanía*, *Andresito* ficou conhecido como município do “ouro verde” devido aos lucros gerados pela exploração econômica da madeira. Desse modo, ninguém respeitou as restrições ao desmatamento e nem mesmo ao plantio de erva-mate, o que provocou o desaparecimento acelerado das matas nativas daquele município. Portanto, diferentemente do que previa o plano inicial, com o fim do regime militar e o advento da democracia, os colonos passaram a destinar grandes áreas de terras ao plantio de erva-mate, tornando-a uma cultura agrícola que é ainda hoje a base econômica de *Andresito* e faz daquele município um dos maiores produtores de erva-mate de *Misiones*. Segundo informações da Secretaria da Cultura e Turismo de *Andresito*, o município produz uma média de 100 milhões de quilogramas de folhas verdes por ano, o que significa que “30% da produção total da província e 25% do total da produção do país são produzidos em *Andresito*”. Uma das indústrias de produção mais importantes daquele município é a Indústria *Yerba Mate Andresito*. Além disso, incentivados pelas indústrias de celulose os colonos passaram a fazer o chamado “reflorestamento”, com espécies como o cedro australiano, pinus americano (*Elliottii*), eucaliptos e outras espécies para produção de celulose.

Se compararmos os municípios no nordeste de *Misiones*, constata-se imediatamente que *Andresito* se diferencia dos demais municípios, sobretudo no que se refere à geografia humana. A exemplo do lado brasileiro, o Estado nacional tentou fazer lá o “branqueamento da população”, pois as terras foram entregue fundamentalmente aos argentinos descendentes de europeus, como poloneses, suíços, alemães, belgas e, em menor número, a russos e ucranianos, uma população que ainda hoje é menos miscigenada do que aquelas de *Bernardo de Irigoyen*, *San Pedro* e *San Antonio*. As próprias propriedades rurais são ali diferenciadas: enquanto em *Andresito* existem propriedades de até 150 hectares de terra, nos demais municípios do nordeste de *Misiones* as propriedades agrícolas variam entre 5 e 25 hectares de terras, diferenças que são atribuídas ao próprio plano geopolítico de colonização. O que chama a atenção é que, apesar das tentativas de “branqueamento da

população”, aquele município, em função do modelo agrícola lá implantado, logo se viu forçado a permitir a entrada de outros grupos étnicos, como os descendentes de indígenas guaranis do Paraguai e caboclos brasileiros. Tal fato se deve, em parte, à própria cultura agrícola da erva-mate, pois os colonos não dominavam as técnicas do corte das erva-mates, por isso viram-se forçados a contratar descendentes de indígenas guaranis do Paraguai e descendentes de caboclos brasileiros, trabalhadores mais especializados naquela cultura agrícola, como comprova o depoimento abaixo:

Aqui quem colhe a erva-mate são os tarefeiros (trabalhadores) e os bons tarefeiros, aqueles que realmente sabem cortar a erva, são descendentes de índios paraguaios e em menor grau descendentes de caboclos brasileiros. A maioria dos tarefeiros aqui é descendente de paraguaios, temos uma porcentagem desses tarefeiros que já moram aqui e outra porcentagem que vai e vem, são mais flutuantes. [...]13

Segundo informações obtidas na indústria *Yerba Mate Andresito*, ainda hoje, a maioria da mão de obra empregada no corte da erva-mate de *Andresito* é de descendentes de indígenas guaranis e, em menor quantidade, de caboclos brasileiros, são os chamados tarefeiros, que no passado eram também chamados de *mensús* (trabalhadores *mensuales* ou mensais). Estes trabalhadores ainda hoje são contratados informalmente, sem contrato legal de trabalho nem assistência social, e quando termina o corte da erva-mate são dispensados, muitos deles com sérios problemas de saúde, devido às difíceis condições de trabalho. Cada trabalhador deve ter seus próprios instrumentos de trabalho (ferramentas de corte da erva-mate). A alimentação desses trabalhadores é basicamente o *reviro* (uma mistura de farinha com gordura animal), alimento que ingerido uma vez ao dia provoca sensação de satisfação, levando a crer que o organismo não necessita de outros nutrientes, e justamente por isso a maioria dos tarefeiros apresentam aspecto de desnutrição e ficam vulneráveis a vários tipos de doenças, como a chamada “gripe recolhida”.

Durante o período de inverno, principalmente pela manhã, as erva-mates normalmente se encontram cobertas de orvalho ou geada, e à medida que o trabalhador vai cortando as folhas a roupa vai ficando totalmente molhada, e em contato com o corpo do trabalhador, acaba por provocar a “gripe recolhida que não cura mais”. Esta é na verdade, uma doença pulmonar que invalida o trabalhador, pois ele fica com dificuldades de respirar e exercer qualquer outra atividade. Muitos desses trabalhadores, à margem de qualquer tipo de assistência e sem acesso à terra, em período de entressafra acabam por invadir pequenas áreas ao entorno da cidade, onde constroem pequenas casas e barracas, criando pequenos embriões de favelas. Assim como em outras áreas do nordeste de *Misiones*, em *Andresito* também já existem movimentos organizados que lutam pela terra, uma luta que vem sendo apoiada notadamente pela União Campesina e que hoje já se articula e com o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a Pastoral da Terra no lado brasileiro.

Desde meados da década de 1990, a União Campesina e a Pastoral da Igreja argentina vêm interagindo com líderes do MST brasileiro, os quais apoiam a luta pela terra e têm inclusive orientado agricultores argentinos a se articularem para pressionar o governo nacional para que adquira terras de proprietários que não as trabalham e que não residem na região, a fim de regularizar as propriedades em que vivem. Um dos grandes problemas verificados atualmente no nordeste de *Misiones* está relacionado com a produção de madeira para pasta de celulose, que vem ocupando grandes extensões de terras para o chamado “reflorestamento” e vem inclusive forçando colonos a venderem suas pequenas propriedades agrícolas para dar lugar à produção de madeira para celulose. Esse “reflorestamento” já vem ocorrendo há mais de três décadas no nordeste de *Misiones*, mas segundo informações de engenheiros florestais do Instituto Nacional de Tecnologia Argentina (INTA) de Bernardo de Irigoyen, está ocorrendo em toda a província de *Misiones*, aonde as terras vêm passando aos poucos para o domínio das empresas de celulose. Exemplo disso é a indústria chilena *Alto Paraná*, e em menor escala a *Papel Misionero*, pois a empresa *Piray*, a mais antiga de *Misiones*, sem capital financeiro para investir em novas tecnologias, acabou por se tornar obsoleta e fechou.

Segundo informações do INTA, a *Alto Paraná* é hoje considerada a mais importante indústria produtora de celulose daquela província. Embora o controle acionário esteja na mão de chilenos, também há participação financeira dos Estados Unidos e é hoje comandada pela Arauco, do Chile, uma das maiores empresas do mundo no ramo de celulose e derivados, com tecnologia de última geração. A indústria *Alto Paraná* ocupa hoje aproximadamente 8% de terras da Província de *Misiones*, terras destinadas exclusivamente ao “reflorestamento” para produzir pasta de celulose e compensado. Terras que há menos de 50 anos atrás eram cobertas de mata nativa, hoje desaparecida, pois as indústrias de celulose “foram comprando as terras e derrubando todo o mato nativo e plantaram pinho para produção de celulose”¹⁴. Esse tipo de cultura tem contribuído para o desaparecimento das matas nativas de *Misiones* que, sob o olhar de um jornalista de Santo Antônio do Sudoeste (PR), já deixou de ser a “Amazônia argentina”.

Misiones que até alguns anos atrás era considerada a Amazônia deles, hoje já não é mais, porque infelizmente estão desmatando tudo. Sinto saudades da paisagem que eu conheci, lembro das muitas viagens a Posadas quando eu ia de carro e reduzia a velocidade só para apreciar as matas que serpenteavam o asfalto. Eu ficava por mais de três horas no asfalto com as janelas do meu carro abertas andando bem devagarzinho só para sentir o cheirinho da mata. Hoje quando vou a Posadas já não sinto o mesmo [...], pelo menos 70% da paisagem foi modificada, tu vê aqueles buracos imensos onde o mato deu lugar pra casas e fazendas, onde se vê enorme fumaceira que antes não se via, [...] ¹⁵

Como indicado, as modificações lá observadas se iniciaram logo após a contenda de *Palmas ou Misiones*, quando a “fronteira agrícola” já se apresentava em franca transgressão pelo avanço de agricultores brasileiros oriundos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em direção ao nordeste de *Misiones*. Nos anos noventa, em estudo sobre a migração brasileira nos países do Mercosul, Haesbaert também alertava para o problema do desmatamento em *Misiones*: “as florestas de *Misiones*” vêm sendo “rapidamente alteradas”, (HAESBAERT, 1998b, p.59). A figura 6 nos dá uma ideia do que resta de mata nativa no nordeste da Província de *Misiones* (Departamento *San Pedro* e *General Manuel Belgrano*), apenas algumas manchas verdes, a maior delas formada pela *Reserva Yaboti*, no Departamento de *San Pedro*, e alguns parques e reservas naturais no departamento Grl. Manuel Belgrano.

Segundo informações da *Gendarmería Nacional Argentina*, em *Bernardo de Irigoyen*, apenas 252.773 mil hectares de terras em *Misiones* são áreas de bosques nativos da *Biosfera Yaboti*, terras que pertencem predominantemente ao setor privado, mas submetidas a um regime de conservação e declaradas patrimônio natural pela UNESCO. A *Reserva Yaboti*, no Departamento *San Pedro*, limítrofe ao Estado de Santa Catarina, é área que tem sido apontada como um campo de interação de constantes conflitos entre militares da *Gendarmería* e agricultores brasileiros, acusados de extração ilegal da madeira, caça e pesca em território argentino.



Figura 6 – Província de Misiones: áreas de Parques e Reservas naturais, 2010
 Fonte: elaborado pela autora, 2010.

Outro fator que vem contribuindo para o desmatamento no nordeste de *Misiones* tem sido a entrada de novos colonos dedicados a produção de fumo e criação de gado. São filhos de migrantes brasileiros, mas são argentinos oriundos do sul da província de *Misiones*, de antigas colônias, como *Alícia*, *Aurora*, *Santa Rita* e *Barra Bonita* (Departamento *25 de Mayo*), e *Panambí*, (Departamento de *San Xavier*). São agricultores que estariam abandonando terras improdutivas e adquirindo novas no nordeste de *Misiones* para cultivar produtos agrícolas, notadamente o fumo e grãos. Estamos de acordo com Foucher (1986), de que essa é uma das fronteiras mais marcadas da América Latina pelas mudanças recentes da geografia humana.

Considerações

Este trabalho permitiu evidenciar que *Andresito* é o resultado de uma geopolítica aplicada pelo Estado nacional argentino durante o regime de governo militar, na zona de fronteira do nordeste de *Misiones* com a região geográfica do sudoeste do Paraná. Ainda que aplicada tardiamente, aquela geopolítica cumpriu, em parte, com seus objetivos, que era frear a migração brasileira e introduzir agricultores argentinos descendentes de europeus. Naquela geopolítica, o Estado nacional argentino, foi o organizador do espaço social e interventor no processo produtivo de *Andresito*. Importante destacar que o primeiro núcleo de ocupação em *Andresito*, fundado por migrantes brasileiros, ainda na década de 1950, nas proximidades do limite (rio Santo Antônio) foi extinto com a expulsão dos mesmos, pois o Estado nacional não queria que se repetisse o que havia acontecido com *San Antonio* e *Bernardo de Irigoyen*, núcleos populacionais geminados que nasceram espontaneamente e mais tarde evoluíram para cidades gêmeas conurbadas. Os Estados nacionais vieram, e ainda hoje vêm, em certa medida, as cidades gêmeas conurbadas como um problema para a segurança nacional e o controle dos fluxos transfronteiriços, tanto materiais (econômico-comerciais) quanto imateriais (socioculturais).

Portanto, *Andresito* é uma cidade que difere das demais do Departamento Grl. *Manuel Belgrano*, já que o Estado nacional argentino estrategicamente a distanciou tanto do limite internacional quanto da cidade brasileira de Capanema (PR). Contudo, se havia preocupação com a segurança nacional, por outro lado, não houve preocupação com a implantação de políticas públicas, como a de saúde que ainda hoje se constituem num problema local. Assim, a população de *Andresito*, passou a buscar serviços médico-hospitalares e odontológicos, dentre outros, em lado brasileiro, uma prática que ainda hoje vigora. No setor de serviços comerciais, a população buscava em Capanema ferramentas, gêneros alimentícios, sementes para o plantio, dentre outros produtos e mercadorias necessários cotidianamente. Até mesmo os militares passaram a depender de vários tipos de serviços do lado brasileiro. Neste sentido, *Andresito* e Capanema tornaram-se cidades pares e que ainda hoje interagem, gerando interações transfronteiriças tanto econômico-comerciais quanto sociais.

Com o fim do regime militar nos dois países, se inicia o processo de redemocratização com a superação de antigas rivalidades entre Brasil e Argentina, e já na década de 1990, os dois países passaram a defender politicamente o processo de integração da América do Sul. Neste sentido, a partir da entrada em vigor do MERCOSUL, as políticas locais entre os municípios de *Andresito* (MNES)/Capanema (PR) passaram a ser de aproximação. Já no começo do século XXI, um projeto que uniu os governos locais (intendente e prefeito) dos dois municípios da fronteira brasileiro-argentina (*Andresito*/Capanema), foi o da reivindicação junto aos Estados nacionais da legalização da ponte internacional sobre o rio Santo Antônio e da habilitação da aduana de turismo Capanema/*Andresito*. Em 2008, Capanema e *Andresito* conquistam a legalização da ponte e habilitação do turismo. Durante a inauguração da aduana de turismo, muitos discursos políticos de autoridades locais e representantes de autoridades nacionais aclamaram a importância daquele ato inaugural e da liberação dos controles para a população local.

No entanto, passados dez anos daquele ato, hoje se constatam sérios problemas nas interações transfronteiriças dos dois municípios. Os agentes que fiscalizam os fluxos de turismo, notadamente em lado brasileiro, dependendo do agente que lá se encontra, exige da população de *Andresito* que faça o preenchimento do cartão de entrada e saída no Brasil (tarjeta de entradas y salidas, popularmente chamada de *permiso*). Então há dias em que ninguém cobra o preenchimento do *permiso* para entrar em Capanema (PR) e há outros em que se exige o preenchimento do *permiso*. Tais “normas” geram indagações por parte dos fronteiriços, já que ora o *permiso* é solicitado e ora não. Não obstante, aquele controle fronteiriço passou a fechar durante a noite, fecha as 19h00min e reabre somente as 7h00min do dia seguinte. Esse fechamento tem gerado sentimentos diversos entre moradores de

Capanema e *Andresito*, pois interrompe os fluxos socioculturais noturnos. Expressando sentimento de indignação, um empresário de *Andresito*, em entrevista, diz:

Lamentavelmente, aqui na fronteira o que vemos com o MERCOSUL, são ainda muitas travas, trâmites burocráticos entre Brasil e Argentina. Travas ridículas, absolutamente ridículas, produto de uma estrutura de órgãos públicos retrógrados que ficaram de outras épocas e que já deveriam estar superadas, mas estão cada vez pior e geram conflitos para os moradores da fronteira. Eu sei que normas de segurança são fundamentais, mas também acho que existe o sentido comum. Se quisermos ir a noite comer uma pizza em Capanema, não podemos! Por que não podemos? Não podemos, pois fecham o controle a noite, então essa é uma situação bastante complicada e que gera sentimentos de raiva e indignação, [...]¹⁶

Tais sentimentos não podem ser ignorados quando se pensa em superar desafios na gestão pública das fronteiras do MERCOSUL. Embora haja alguns avanços e vontade política local direcionada a implantação de políticas públicas transfronteiriças, entre os municípios da zona de fronteira, o que atualmente se constata é que os Estados nacionais, no contexto do MERCOSUL, seguem mantendo rigorosas políticas de controle sobre os fluxos cotidianos transfronteiriças locais. É dizer que os Estados nacionais seguem, em certa medida, com suas fronteiras Estatais rígidas, e as formas de controles são, por vezes, dispare e unilaterais, revelando que as fronteiras continuam sendo geridas pelo sistema político tradicional. Entre Brasil e Argentina, percebe-se ainda que cada país tem adotado políticas de controle segundo critérios nacionais, critérios que não são homogêneos. Como se explica tais ações em tempos de MERCOSUL? A questão está para refletir.

Referências

- BANDEIRA, M. **Estado nacional e Política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. 2ª Ed. São Paulo: Ensaio, 1995.
- CLAVAL, P. **Géopolitique et géostratégie: la pensée politique, I^{er} espace et le territoire au XXe siècle**. Nathan: Paris, 1994.
- _____. **La géographie au temps de la chute des murs: essais et études**. Paris: L'Harmattan, 1993.
- CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FOUCHER, M. *L'Invention Des Frontières*. Fondation pour les Études de Défense National, Paris: F.E.D.N, 1986.
- HAESBAERT, R. **Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul**. In: STROHAECKER, T. M. *et al* (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB - Seção Porto Alegre, 1998b.
- LOROT, P. **Histoire de la Géopolitique**. Paris: Economica, 1995.
- MARGALOT, J. A. **Geografia de Misiones**. 6ª ed. Buenos Aires: Warnes, 1994.
- PYKE, J. **La expansión de la frontera agraria en el Nordeste de Misiones**. *El Plan de Colonización Andresito 1978- 1983*. Posadas: Ed. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales (U.Na.M.), 1998.
- RATZEL, F. **Géographie politique**. (traduction RUSCH, P.). Paris: Ed. Economica, 1988.
- SANGUIN, A. L. **La Géographie Politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.
- SCHIAVONI, G. **Colonos y Ocupantes. Parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera agraria de Misiones**. Posadas: Editorial Universitaria, 1995.

Fontes

1. Este artigo é, com algumas atualizações, parte integrante da tese de doutorado, desenvolvida com o auxílio de bolsas CNPq e CAPES (Bolsa doutorado-sanduíche no exterior). As atualizações decorrem de projetos de pesquisa ora em desenvolvimento no Laboratório de Estudos Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA).
2. A organização político-administrativa do Estado nacional argentino é uma realidade distinta daquela do Brasil, isto é, se faz por meio de Província(s), Departamento(s) e *municipalidad(es)*. Província é uma divisão política territorial de nível superior aos departamentos para fins administrativos, mas não tem autonomia nacional. Departamento é uma divisão administrativa de segundo nível que integra o território de uma Província, (seria equivalente a uma região de um estado brasileiro, por exemplo, o extremo oeste do estado de Santa Catarina). Os departamentos são entidades menores que as Províncias e, ainda que não seja uma regra, normalmente, eles integram várias municipalidades, como, é o caso do Departamento de *Manuel Belgrano* que integra as *municipalidades* de *Bernardo de Irigoyen*, *San Antonio* e *Comandante Andresito*. Contudo, existem Departamentos que possuem apenas uma *municipalidad*, exemplo disso é o Departamento de *San Pedro* cuja *municipalidad* tem o mesmo nome do Departamento. Já a *municipalidad* (equivalente a município no Brasil) é uma realidade político-administrativa local em que há proximidade do poder político (*intendente* = prefeito no Brasil), com a população.
3. Segundo entrevista com um ex-intendente de *Andresito*, em outubro de 2019, o nome inicialmente dado ao lugar foi *Comandante Brown* em homenagem a um militar. A mudança do nome foi exigência da população para homenagear um indígena guarani *misionero* chamado *André Guacurary*, indígena que ao final do século XIX já manifestava preocupações ambientais relativas à Província de *Misiones*. Normalmente, a população se refere ao local simplesmente como *Andresito*, não invocando o termo Comandante. Neste artigo, à exceção de algumas partes do texto, far-se-á referência ao nome lugar como fazem os seus habitantes: *Andresito*.
4. Entrevista realizada na Gendarmería Nacional Argentina, com o Jefe do Escuadron 12, *Bernardo de Irigoyen*.
5. A Questão de Palmas ou *Misiones* foi a primeira grande questão de limites do Brasil independente com um de seus vizinhos, neste caso, a Argentina. A origem desse conflito político-diplomático remonta ao período colonial. O conflito tratava-se basicamente de reconhecer dois pequenos rios: o Peperi-Guaçu e o Santo Antônio, e duraria por trinta e oito anos. Apesar dos vários Tratados políticos entre as duas partes, o conflito só foi resolvido por meio da arbitragem norte-americana, cujo árbitro escolhido foi o então Presidente *Grover Cleveland*, que pôs fim ao litígio dando parecer favorável ao Brasil. Ver mais sobre o assunto na obra “Conflitos e Povoamento na fronteira Brasil-Argentina: *Dionísio Cerqueira* (SC), *Barracão* (PR) e *Bernardo de Irigoyen* (Misiones)”. Editora UFSC, 2010.
6. Terras fiscais – terras públicas pertencentes ao Estado nacional argentino.
7. Informações obtidas em entrevista com ex-intendente de *Andresito*, cujo intendente participou, desde o começo, do *Plán de Colonización* de *Andresito*, 2008.
8. Entrevista realizada em *Andresito*, agosto de 2008. As entrevistas datam de 2008, pois esse trabalho integra trabalho mais amplo que é a tese de doutorado, por outro lado, os fatos geo-históricos sobre o *Plán de Colonización Andresito* não mudam. No entanto, o trabalho passou por revisões e atualização de informações sobre políticas atuais no contexto do Mercosul.
9. Entrevista realizada em *Andresito*, agosto de 2008.
10. Intendente na Argentina equivale a prefeito no Brasil.
11. Entrevista realizada em *Andresito*, agosto de 2008.
12. Entrevista realizada em *Andresito*, agosto de 2008
13. Entrevista realizada, agosto de 2008 em *Andresito*.
14. Entrevistas realizadas com engenheiros florestais do INTA em *Bernardo de Irigoyen*, agosto de 2008.
15. Entrevista realizada com um jornalista de *Santo Antonio* (PR), março de 2008.

REVISITANDO O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

**REVISITING THE FORMATION PROCESS OF BRAZILIAN
BOUNDARIES**

**REVISITA DEL PROCESO DE FORMACIÓN DE LAS
FRONTERAS BRASILEÑAS**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo revisar o processo de formação das fronteiras brasileiras, por meio de uma crítica à sua periodização segundo consta na obra de Demétrio Magnoli intitulada *O corpo da Pátria*, publicada em 1997. A fim de realizar essa pesquisa, utilizamos revisão bibliográfica, não apenas com consulta a fontes secundárias, mas também a documentos e obras primárias, muitas das quais disponibilizadas em acervos digitais online de bibliotecas. Desse modo, surgem possibilidades de se revisar a periodização das fronteiras brasileiras presente na obra mencionada. Propomos quatro reinterpretações na periodização de Magnoli (1997), relacionadas às fronteiras com Suriname, Peru, Paraguai e Argentina, e a necessidade de ampliar as pesquisas relacionadas aos possíveis impactos da Guerra da Tríplice Aliança no delineamento das fronteiras com a Bolívia.

Palavras-chave: Fronteiras brasileiras. *O corpo da Pátria*. Política Exterior Brasileira.

ABSTRACT

This paper aims to revisit the process of formation of Brazilian borders, through a critique of their periodization, as shown in the work of Demétrio Magnoli entitled *O Corpo da Pátria*, published in 1997. In order to conduct this research, we use a literature review, not only by consulting secondary sources, but also by primary documents and works, many of which are available in online digital library collections. Thus, there are possibilities to revise the periodization of the Brazilian borders present in the mentioned work. We propose four reinterpretations in the Magnoli (1997) periodization, related to the borders with Suriname, Peru, Paraguay and Argentina, and the need to broaden the research related to the possible impacts of the Triple Alliance War on the border delineation with Bolivia.

Key-words: Brazilian borders. *O corpo da Pátria*. Brazilian Foreign Policy.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo revisar el proceso de formación de las fronteras brasileñas, a través de una crítica de su periodización, como se muestra en el trabajo de Demétrio Magnoli titulado *O Corpo da Pátria*, publicado en 1997. Para conducir esta investigación, utilizamos una revisión de la literatura, no solo consultando fuentes secundarias, sino también documentos y trabajos primarios, muchos de los cuales están disponibles en colecciones de bibliotecas digitales en línea. Por lo tanto, hay posibilidades de revisar la periodización de las fronteras brasileñas presentes en el trabajo mencionado. Proponemos cuatro reinterpretaciones en la periodización de Magnoli (1997), relacionadas con las fronteras con Surinam, Perú, Paraguay y Argentina, y la necesidad de ampliar la investigación relacionada con los posibles impactos de la Guerra de la Triple Alianza en la delimitación de las fronteras con Bolivia.

Palabras clave: Fronteras brasileñas. *O corpo da Pátria*. Política Exterior Brasileña.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo revisitar o processo de formação das fronteiras brasileiras, por meio de uma crítica à sua periodização segundo consta na obra de Demétrio Magnoli intitulada *O corpo da Pátria*, publicada em 1997. A fim de realizar essa pesquisa, utilizamos revisão bibliográfica, não apenas com consulta a fontes secundárias, mas também a documentos e obras primárias, muitas das quais disponibilizadas em acervos digitais *online* de bibliotecas. Desse modo, surgem possibilidades de se revisar a periodização das fronteiras brasileiras presente na obra mencionada.

Consultamos diversas obras e mapas on-line disponibilizados pela Biblioteca Nacional do Brasil (BNDigital), pela Bibliothèque Nationale de France (Gallica), pela Library of Congress, pela Harvard Digital Collection e pela Biblioteca Nacional de Portugal. Ademais, consultamos outros autores fundamentais na discussão acerca das fronteiras nacionais e da Política Exterior do Brasil que constam em nossas referências. Propomos quatro reinterpretções na periodização de Magnoli (1997), relacionadas às fronteiras com Suriname, Peru, Paraguai e Argentina, e a necessidade de ampliar as pesquisas relacionadas aos possíveis impactos da Guerra da Tríplice Aliança no delineamento das fronteiras com a Bolívia

Formação das fronteiras brasileiras

Magnoli (1997, pp. 241-42) utiliza o termo *horogênese* para se referir ao processo de constituição da fronteira, cuja origem é *Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique*, de Foucher (1991), o qual também se utiliza do termo *diáde* para se referir às fronteiras comuns entre dois países. No caso brasileiro, os limites se estendem por 23.086 km, sendo 15.719 km terrestres e 7.367 km marítimos, com dez entidades políticas: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Conforme Magnoli (op. cit., pp. 242-43), pouco mais da metade dos limites terrestres, ou 7.948 km, foi estabelecida durante o Império, seguido pelo período Rio Branco com 32% ou 5.062 km e do período colonial com 17% ou 2.709 km.

Faremos as considerações a respeito das fronteiras brasileiras de acordo com os países fronteiriços, começando pelo norte brasileiro, do litoral para o interior do continente. Assim, a primeira fronteira a ser considerada é a do Brasil com a Guiana Francesa, o que torna nosso país aquele com a maior extensão de fronteira com a França e faz o Brasil ser lindeiro à União Europeia. São “730,4 km de extensão dos quais 427 km por rios e 303,2 km por divisor de águas” (FUNAG, s.d.) com o estado do Amapá. Esta fronteira foi definida por meio de arbitramento internacional, tendo sido o Presidente do Conselho Federal suíço escolhido como árbitro em 1897. Havia a necessidade de identificação do rio Oiapoque para verificar qual país de fato possuía direitos sobre o território.

Renato Pereira (1945, pp. 189; 208) lembra que o tratado de Utrecht, de 1713, “regulou a fronteira do Brasil colonial com a Guiana Francesa”, apesar de ter sofrido alterações “nos Tratados de Paris de 1797, no de Badajós de 1801, no de Madri também de 1801 e no de Amiens de 1802”. Em 1815, com o Concerto de Viena, contudo, o tratado de 1713 foi restabelecido. O critério que baseou a decisão foi o de naturalização da fronteira, já que tanto o Oiapoque quanto o divisor de águas constituído pelos cumes da Serra do Tucumaque tornaram-se a fronteira. A figura 1 a seguir mostra a área de cerca de 255.000 km² pretendida pela França no território nacional. Em 1º de dezembro de 1900, o Brasil teve vitória neste litígio, pondo fim a séculos de conflitos entre Portugal e Brasil e França.



LEGENDA:

1900

- Limite reclamado pela França
- " " pelo Brasil
- Linha divisora de águas

FIGURA 1: Litígio entre Brasil e França por Territórios na Amazônia.
 Fonte: PEREIRA, 1945, p. 204; CARTE GENERALE..., 1900.

Quanto ao Suriname, Magnoli (1997, p. 245) afirma que nossos 593 km de fronteira (FUNAG, s.d.) com a antiga Guiana Holandesa foram definidos no período colonial, apesar de serem oficialmente delimitados apenas em 1906, pelo Barão do Rio Branco. Renato Pereira (1945) não menciona a respeito dessa linde e Goes Filho (2013, p. 108; 2001, p. 328) assevera que este é “o único trecho de nossas extensas fronteiras amazônicas (sem falar do rio Guaporé) sobre o qual nunca houve problema algum”. Para Magnoli (loc. cit.), os divisores da Serra do Tucumaque serão considerados nossa fronteira por meio de consenso estabelecido “na Paz de Haia de 1661, firmada entre o conde de Miranda e Johan de Witte, que assinalou a desistência holandesa dos territórios no nordeste luso-brasileiro”. Contudo, Mello (2003, pp. 241-77) não corrobora a assertiva de Magnoli (op. cit.). Ademais, a Guiana Holandesa tornou-se colônia dos Países Baixos apenas a partir de 31 de julho 1667, com a assinatura dos Tratados de Paz de Breda entre a República Neerlandesa e a Grã-Bretanha, envolvendo também Dinamarca e França (OPIL, 2020; MELLO, 2003, pp. 303-4).

A afirmação de Magnoli (loc. cit.) é, portanto, um anacronismo. Os mapas antigos encontrados em bibliotecas digitais quase sempre mostram apenas o litoral do atual Suriname ou não mostram definições fronteiriças, como nos mapas de Blaeu (1630), Ottens (17?; 1720) e de Houdan (1798). Este afirma, no trecho referente ao que seria o divisor de águas entre

Brasil e Suriname, que se trata de uma “*região montanhosa, em grande parte coberta de floresta densa e parcialmente habitada por povos sobre os quais temos apenas relações vagas e indiretas*” (HOUDAN, 1798) [destaque nosso em vermelho no excerto do mapa], como vemos na figura 2 a seguir. O mapa de Pierre Duval (1655) traz como limites das Guianas o rio Orenoco, um divisor de águas que se estende até o rio Amazonas e esse mesmo rio.

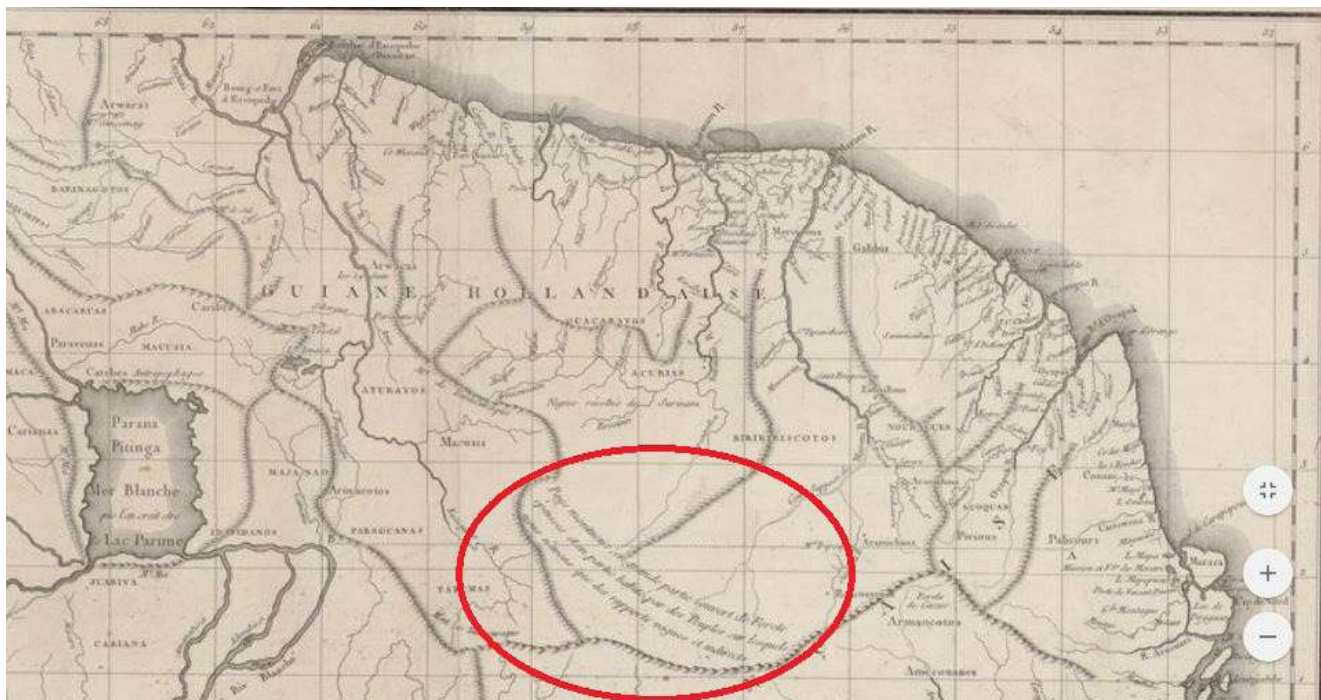


Figura 2: Excerto do mapa de Houdan, de 1798.
Fonte: HOUDAN, 1798.

Os limites com a Guiana se estendem por 1.605,8 km, dos quais 907,6 km são divisores de águas (FUNAG, s.d.). Ao longo do processo de definição das fronteiras nacionais, este foi o único caso em que sofremos uma derrota quanto ao reivindicado. A questão do Pirara, como ficou conhecido o litígio entre Reino Unido e Brasil, diferenciou-se das demais porque a indefinição dos limites entre ambas as nações surgiu apenas no século XIX. Até então, reconhecia-se a sub-bacia do Rio Branco como brasileira, e as bacias do Essequibo e do Courantine como britânicas. Em 1898, houve proposta de Lord Salisbury de manter esta fronteira natural, o que não foi aceito pelo governo brasileiro, ademais de as relações terem-se complicado devido à ocupação de Trindade por forças britânicas. A figura 3 (na página seguinte) mostra o território em disputa em razão da presença de minas de ouro.

Segundo Goes Filho (2001, p. 280), Grã-Bretanha e Brasil decidiram pelo arbitramento, entregando a questão ao Rei da Itália, Vitor Emanuel III em 1899. Os princípios utilizados na disputa territorial foram o do *inchoate title* (título incoativo) e o do *watershed* (separação das vertentes). De acordo com Andrade (1995, p. 31), a teoria do título incoativo data do século XIX e considerava que a soberania por uma terra descoberta prescreveria se não fosse realmente ocupada durante certo período. Goes Filho (2013, p. 47) afirma que Rio Branco defendia a doutrina da separação das vertentes, que “*assegura que a posse do trecho inferior de um rio cria direitos sobre seu trecho superior, caso não houvesse aí a ocupação efetiva da outra nação*”.

Assim, na perspectiva brasileira, esperava-se a separação dos territórios conforme as bacias hidrográficas. Contudo, a decisão arbitral desfavorável, que garantia que nenhum dos dois países foi capaz de provar a posse efetiva do território, veio em 1904, quando o Barão do Rio Branco já havia se tornado ministro. O rei italiano dividiu o território, com a maior parte – 19.600 km² – para os britânicos; ao Brasil couberam os 13.500 km² restantes. Na decisão, “*a Inglaterra ganhou mais do que havia proposto anteriormente, em negociações diretas e levou os limites da Guiana aos rios Tacutu e Maú, da bacia amazônica*”; assim, “*a região do Pirara, origem do conflito, passou também à soberania inglesa*” (GOES FILHO, 2001, p. 281).

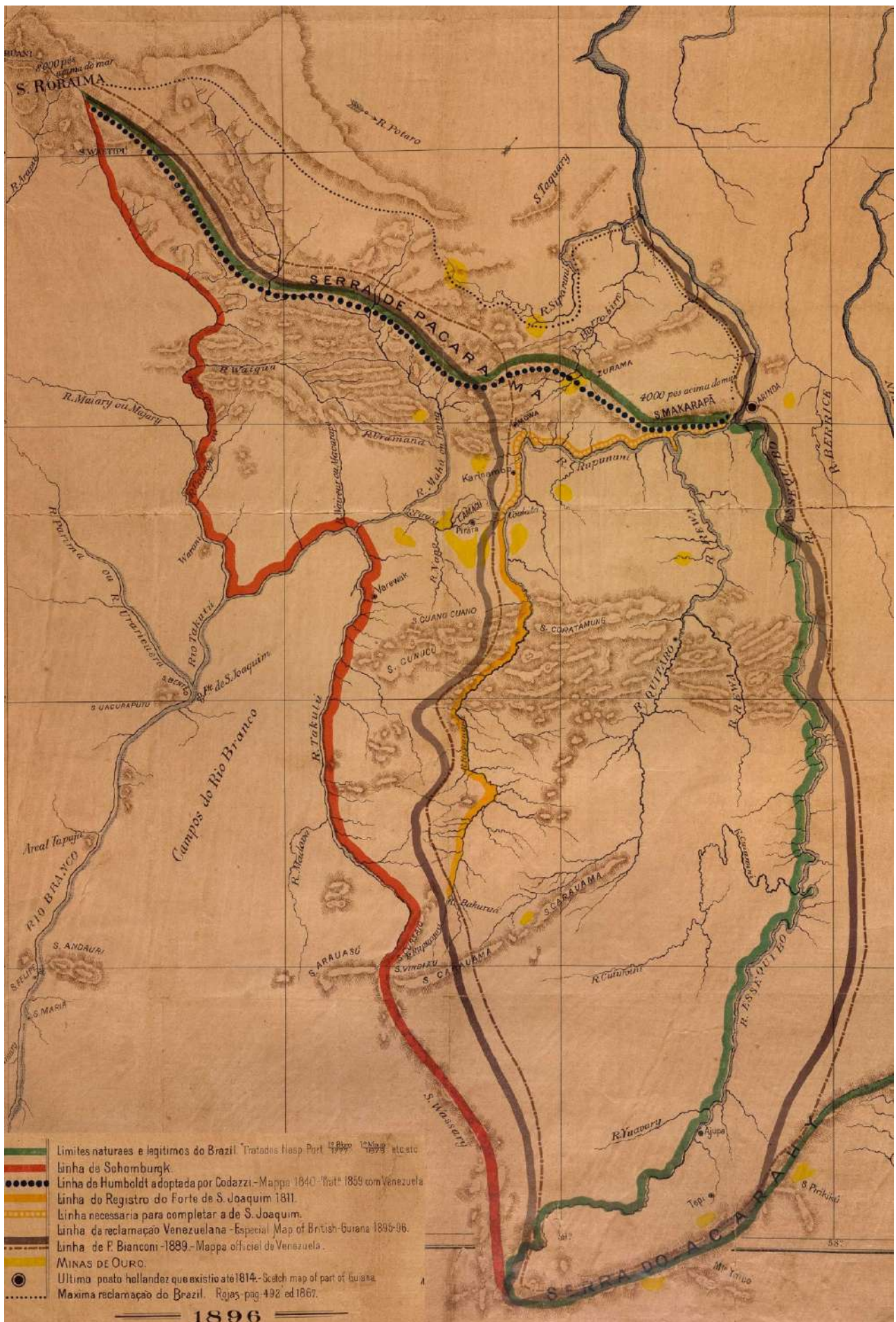


Figura 3: Excerto de mapa de 1896, mostrando a área de litígio com a Guiana.
 Fonte: MATTOSO, 1898.

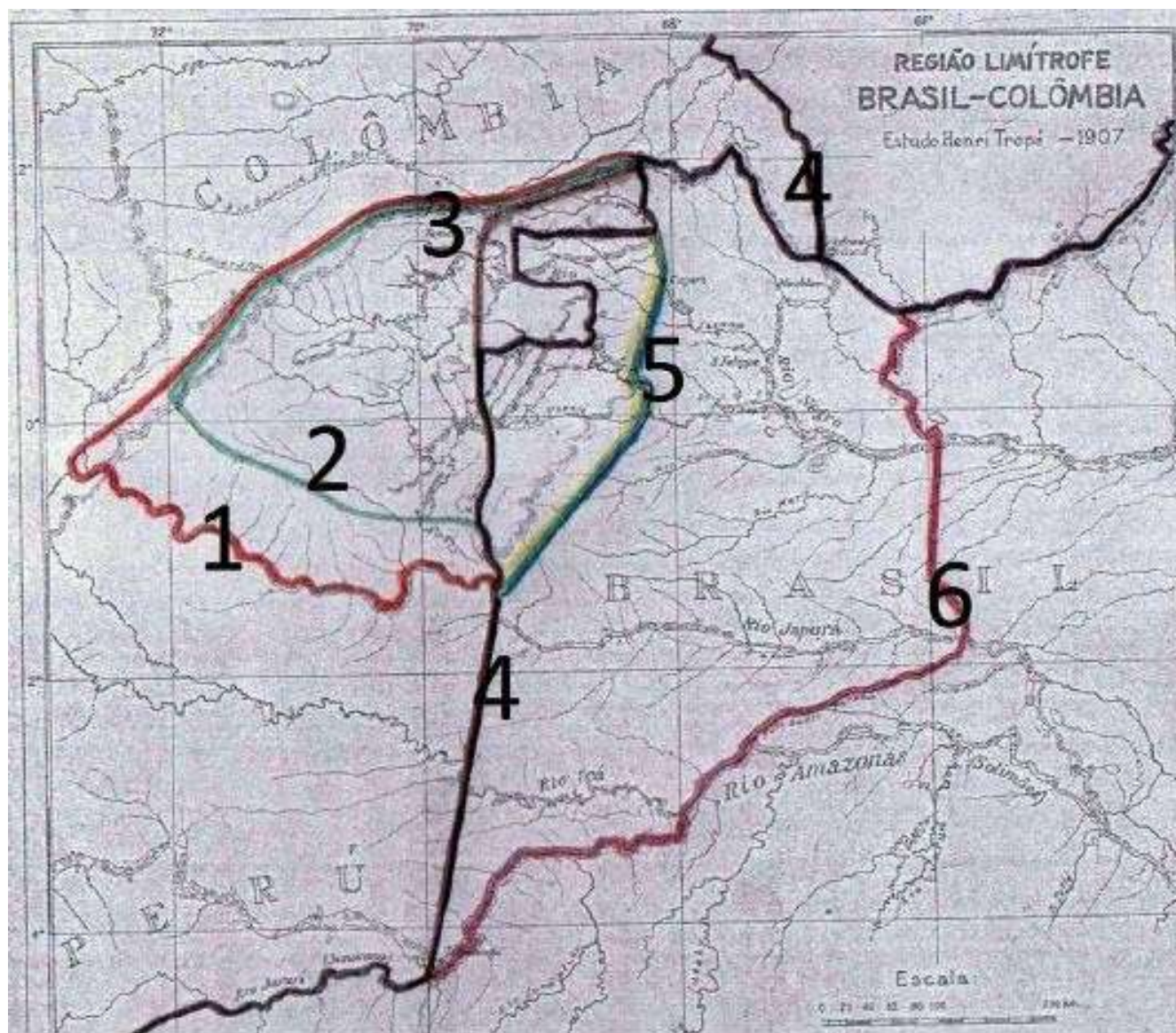
Sobre o tratado com a Venezuela, Goes Filho (2001, p. 222) lembra que a definição da linha entre Colômbia e Venezuela ocorreu apenas em 1891 e que havia grande indefinição nos limites que determinavam os territórios venezuelano e colombiano, também em virtude de ambos terem estado juntos na mesma unidade política, a Grã-Colômbia. O Tratado de Limites e Navegação Fluvial foi assinado com a Venezuela em 1859, utilizando-se “*da mesma divisória do tratado de 1852, reconhecendo, portanto, posses portuguesas no alto Rio Negro*”. A mesma posição de que o tratado de 1859 retomou os limites do anterior não ratificado por nosso vizinho é assumida por Magnoli (1997, p. 255).

A fronteira do Brasil com a Venezuela tem 2199 km de extensão, dos quais apenas 90 km correspondem a linhas convencionais (FUNAG, s.d.), sendo o restante marcado pelo divisor de águas. Originalmente, no tratado, o ponto de partida se situa hoje em um território colombiano; atualmente começa a fronteira a partir da Pedra de Cucuí, seguindo por “*linhas geodésicas até a Serra Imeri [...]; continua pela crista desta e das serras Parima e Pacaraima até o monte Roraima: basicamente a linha segue, pois, o divisor de águas Amazonas-Orinoco, já previsto em Madri*” (GOES FILHO, 2001, p. 222). Cabe ressaltar que somente em 1964 as campanhas demarcatórias descobriram o Pico da Neblina; até hoje, é uma área de difícil acesso.

A Colômbia foi um dos últimos países a ter acordos fronteiriços com o Brasil e um dos mais renitentes à negociação, já que no século XIX defendia o *uti possidetis juris*. A fronteira entre Brasil e Colômbia tem 1.644,2 km de extensão, dos quais 808,9 km são formados “*por rios e canais, 612,1 km por linhas convencionais e 223,2 km por divisor de águas*” (FUNAG, s.d.). Os acordos finalizados em 1853 não foram ratificados, e ocorreram outras tentativas, sem sucesso. Em 1907, foi assinado o Tratado de Limites e Navegação Fluvial, com a definição da fronteira ao norte do rio Caquetá ou Japurá. Não foi resolvido o litígio sobre a linha Tabatinga-Apapóris porque havia que se estabelecer os limites entre Peru, Colômbia e Equador.

Somente em 1922, Peru e Colômbia chegaram a uma solução entre si, tendo os peruanos cedido o trapézio de Letícia. Desse modo, em 1928, os colombianos aceitaram o que havia sido acordado entre Brasil e Peru em 1851; ou seja, a linha Tabatinga-Apapóris tornou-se o limite entre Brasil e Colômbia (PEREIRA, 1945, p. 222; MAGNOLI, 1997, p. 272). Goes Filho (2013, pp. 119-20) lembra que a fronteira noroeste do Brasil pode ser subdividida em três partes – a primeira que vai do Solimões ou de Tabatinga até a foz do rio Apapóris; a segunda que vai deste ponto até a nascente do rio Memachi; e a terceira que se estende deste ponto até a Pedra de Cucuí. Toda essa região é de difícil acesso e houve um processo longo de definição dos territórios nacionais. A figura 4 em seguida traz a disputa territorial entre Brasil e Colômbia.

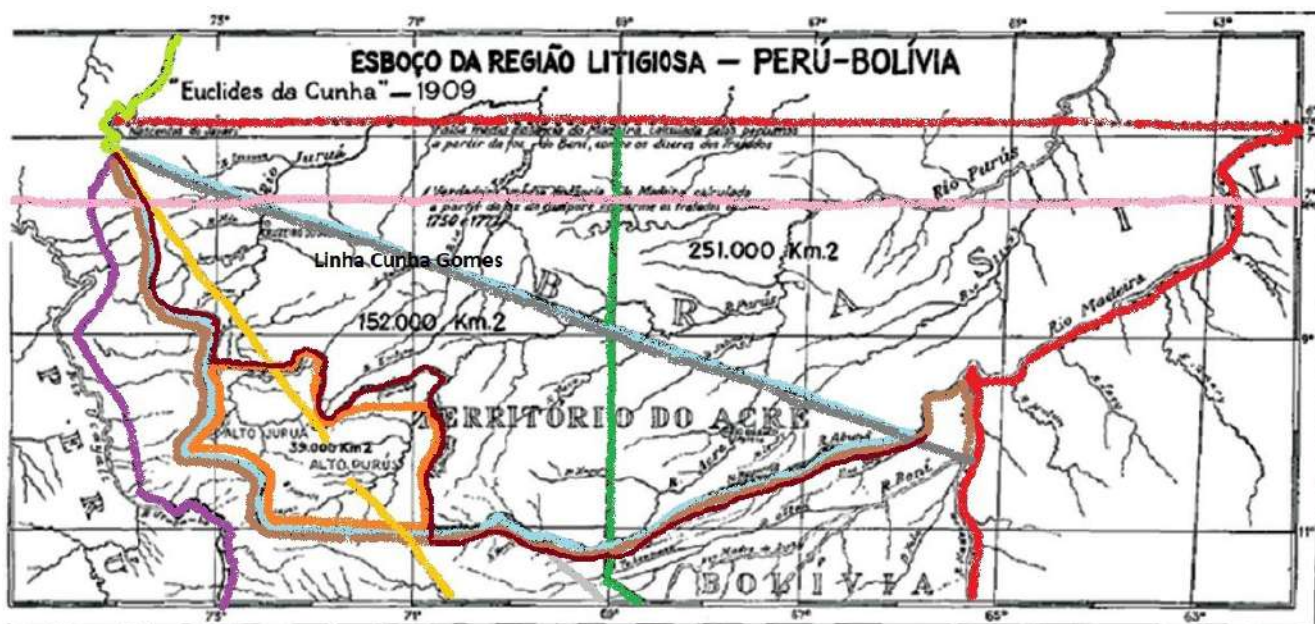
A fronteira com o Peru possui “*2995,3 km, dos quais 2003,1 km são por rios e canais, 283,5 km por linhas convencionais e 708,7 km por divisor de águas*” (FUNAG, s.d.). Os litígios entre Brasil e Peru também estiveram impactados pelas dificuldades em definir as fronteiras entre os Estados que sucederam as entidades territoriais da América Espanhola. Isso fez com que, por exemplo, em 1904, o Brasil celebrasse um tratado sobre delimitação territorial com o Equador, país que não nos é limítrofe contemporaneamente. Este tratado estabelecia, caso o litígio entre Peru e Equador fosse favorável a este, a díade nos termos do tratado assinado com o Peru em 1851 e de sua modificação em 1874. O Equador resolveu o litígio com a Colômbia em 1916 e com o Peru, apenas em 1998.



- 1** Linha pretendida pelo governo português em 1782
- 2** Linha oferecida pelo governo brasileiro em 1853
- 3** Oferta brasileira de 1869, modificando a linha de 1853
- 4** Fronteiras atuais dos países sul-americanos
- 5** Linha proposta pela Colômbia em 1880
- 6** Pretensão colombiana que inutilizou o Tratado de 1853 e impediu as negociações de 1868-1870

Figura 4: Litígio entre Brasil e Colômbia.
 Fonte: SANTOS JUNIOR, 2016, p. 188.

Outro país que apresentava indefinição territorial com o Peru era a Bolívia, e o conflito do Acre pode ser entendido como consequência da penetração de povoadores brasileiros, peruanos e bolivianos na Amazônia, sem que houvesse limites claros entre os três países. A figura 5 a seguir mostra o litígio territorial onde hoje é o Acre. Euclides da Cunha (1909) elaborou o mapa que serviu de inspiração para Pereira (1945, p. 220) e que nós adaptamos com cores para facilitar a compreensão. O litígio entre Bolívia e Peru foi encerrado apenas em 1909, o que permitiu o delineamento dos territórios nacionais brasileiro, peruano e boliviano na região em disputa, quase seis décadas após a assinatura da Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Extradicação e Limites de 1851.



LEGENDA

- Pretensões peruanas e falsa semidistância do Madeira
- Linha Inambari - Javari traçada sem a sanção do governo boliviano
- Linha Beni - Javari do Tratado de 1867
- Linha do Tratado de Petrópolis, de 1903
- Linha do território neutralizado no Alto Purús e no Alto Juruá
- Verdadeira semidistância do Madeira conforme os tratados e documentos espanhóis e portugueses
- Pretensões bolivianas
- Fronteira Peru - Bolívia anterior
- Periferia do Território do Acre
- Fronteira Brasil - Peru, segundo Tratado do Rio de Janeiro, de 1909
- Parte da fronteira Brasil - Peru, Tratado de 1851
- Fronteira Bolívia - Peru, segundo Acordo de 17 set 1909

Figura 5: Litígios entre Brasil, Peru e Bolívia.
Fonte: CUNHA, 1909; PEREIRA, 1945, p. 220.

Goes Filho (2001, p. 217) aponta que esse tratado de 1851 com o Peru serviu de modelo aos demais que o sucederem, trocando “*facilidades de navegação pelo rio Amazonas, a porta de saída de toda a bacia, por vantagens territoriais*” e negociando com uma república por vez, apesar de os litígios envolverem mais de um país, como nos casos com Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Ademais, foi a primeira vez que o *uti possidetis de facto* foi adotado por nações sul-americanas independentes, apesar de as repúblicas do continente terem tentado continuamente promover o *uti possidetis juris*. Com seu êxito, o Brasil acabou por incorporar um território de aproximadamente 76.500 km².

É desse tratado o reconhecimento do rio Javari como parte da fronteira entre Brasil e Peru, mas o reconhecimento do restante da linde viria apenas com os tratados de Ayacucho, de 1867; de Petrópolis, de 1903; e do Rio de Janeiro, 1909. Contudo, Magnoli (1997, pp. 254; 303) propugna que com este, “*de acordo com o uti possidetis, se transferiu para o Peru uma área acreana de 39 mil km². O novo tratado, porém, reafirmava essencialmente o ajuste de 1851*”. Desse modo, para o autor, a totalidade da fronteira com o Peru seria produto do Império, algo que nos parece absolutamente inadequado. Primeiramente, por conta do próprio desconhecimento da localização precisa de marcos estabelecidos nos tratados e, em segundo lugar, em razão dos tratados acima mencionados que definiam fronteiras diferentes do que ficou, ao final, estabelecido.

Assim sendo, a fronteira com o Peru naturalizada no rio Javari é do Império. Entretanto, a fronteira do Acre com essa nação decorre apenas dos tratados celebrados no primeiro decênio do século XX, uma vez que houve divergências entre os limites nas regiões do Alto Purús, ou Cataio, e do Alto Juruá, ou Breu, solucionadas em definitivo em 1909. Assim, a linha Cunha Gomes, estabelecida com a Bolívia no Tratado de Ayacucho, de 1867, não teria mais legitimidade neste trecho, lembrando que a definição do seu traçado com o estado brasileiro do Amazonas apenas ocorreu no fim da década de 1990 (STF, 1997). Foi impres-

cindível a participação de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, na condução da questão acreana.

Cervo & Bueno (2002, p. 192) contam que o chanceler, a fim de reduzir as pressões estadunidenses na região em disputa, e na Amazônia como um todo, optou por indenizar o consórcio Bolivian Syndicate e a Bolívia, além de permutar territórios e construir a ferrovia Madeira-Mamoré, garantindo livre trânsito tanto nela quanto nos rios, nos termos definidos no tratado de 1903. Os últimos ajustes foram realizados entre Peru e Brasil em 8 de setembro de 1909, e entre Peru e Bolívia, dias depois, em 17 de setembro. Ainda sobre a fronteira com a Bolívia, devemos mencionar os trechos correspondentes ao rio Paraguai e à sua ligação ao rio Guaporé.

O trecho sul da fronteira com a Bolívia, nos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, conforme vemos na figura 6 em seguida, também foi definido pelo tratado de 1867 e os trabalhos para a sua demarcação duraram de 1870 a 1878. Há uma discussão acadêmica acerca das possíveis implicações da Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai, nos termos estabelecidos nesse tratado, e na interpretação de seu artigo segundo. Goes Filho (2013, p. 47) afirma que Rubens Ricupero (2012, pp. 119-63) não encontrou “*nada, nos arquivos do Itamaraty, que relacione a guerra ao acordo*” e que, “*se houve a intenção de agradar a Bolívia, não deu certo, porque este nunca foi ali bem visto nem impediu que esse país se manifestasse sobre a guerra de modo desfavorável ao Brasil já em 1868*”.

Por sua vez, Ricupero (ibid., p. 132) assevera que a maior parte dos relatos brasileiros se habituou “*a atribuir o ‘erro’ cometido pelo Brasil em 1867 ao desejo de aplacar o ímpeto boliviano no momento em que a Guerra da Tríplice Aliança intensificava as antipatias dos hispânicos pelo Império*”. Contudo, tal “*argumento soa inverossímil ou exagerado, pois não é plausível que o vizinho, notoriamente frágil e instável, pretendesse hostilizar o Brasil ou ser ameaça levada a sério, caso existisse*”; para o autor, essa perspectiva é uma “*interpretação apologética*”. Esse ‘erro’ é explicado por Krukoski (2016):

[...] Quando em 1895 a terceira [sic] Comissão Demarcadora iniciou seus trabalhos, procurando uma linha direta para as Nascentes do rio Javari (*ainda não confirmada, junto a Comissão Peruana*) iniciou-se uma discussão [sic] no Rio de Janeiro querendo dar a interpretação do tratado, não pela “*Linha Cunha Gomes*” (*ou linha Verde*), mas seguir exatamente como dizia o Tratado, por um paralelo [sic] de 10° 20’, até a mesma longitude da Nascente do Javari. Acreditavam que esta era a correta interpretação do Tratado, pois para seguir diretamente pela linha inclinada, o texto deveria dizer “*seguirá a fronteira, deste ponto*” e não como diz: “*desta latitude*”, por uma recta a buscar a origem principal do dito Javary. Esta também era a interpretação do Delegado demarcador brasileiro T. Cel. Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Que por discordar da então orientação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, pediu exoneração do cargo de Delegado Chefe Brasileiro da Comissão Mista.

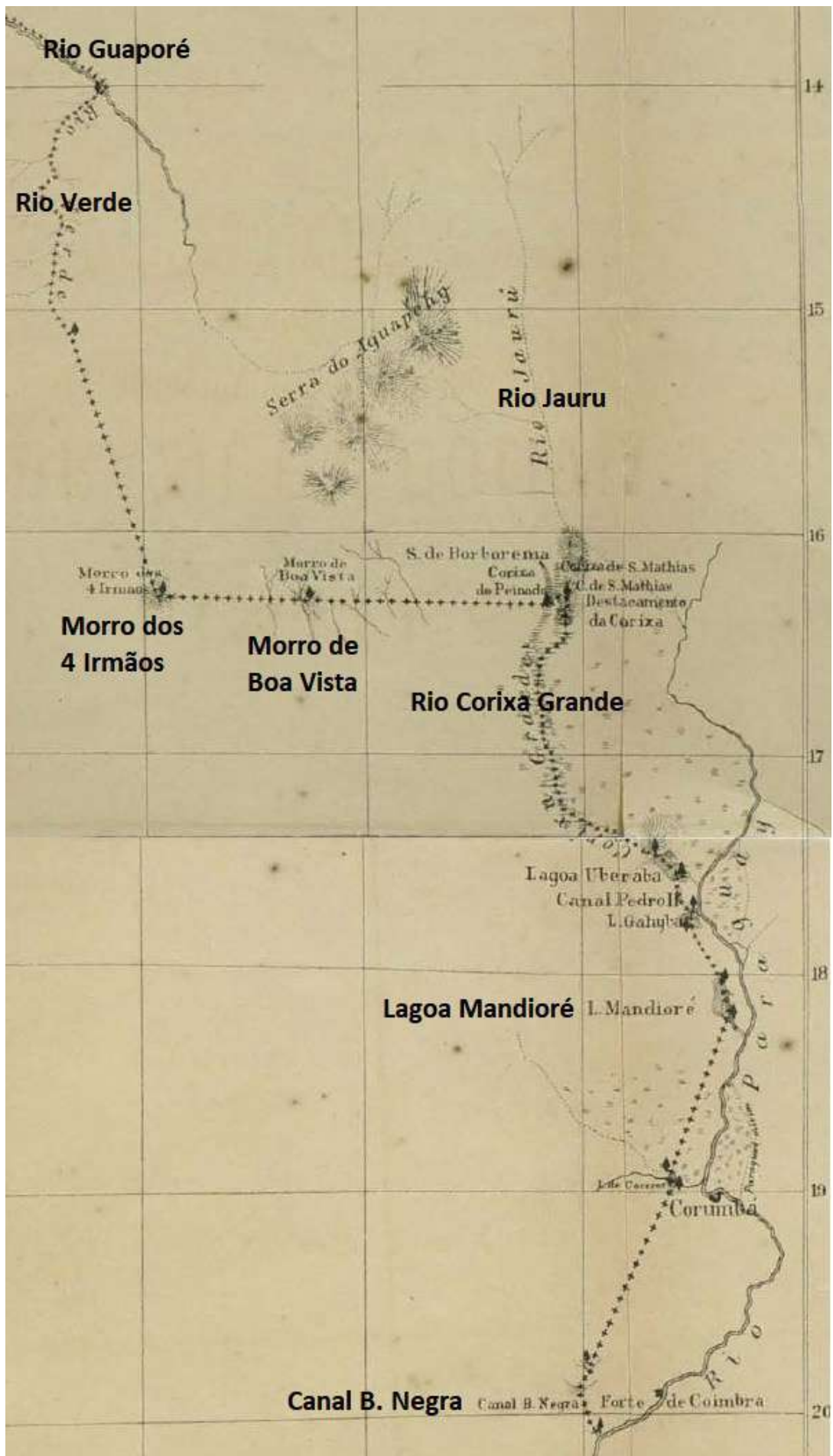


Figura 6: Trecho sul da fronteira com a Bolívia.
 Fonte: AZEVEDO, 1901.

A figura 7 a seguir mostra como seria a fronteira se essa interpretação houvesse prevalecido – boa parte do território acreano já seria brasileiro. Em outro momento, Goes Filho (2001, pp. 136-7) assegura que “em 1867, em plena Guerra do Paraguai, o Brasil precisava de apoio na América Latina e por isso tinha pressa em resolver suas incertezas fronteiriças com a Bolívia [...] não podia esperar outro momento”. Cervo & Bueno (2002, p. 124) afirmam que a concertação do governo brasileiro com a Bolívia por meio do tratado “dissuadiu possível aliança” entre esta e o Paraguai. Por sua vez, Magnoli (1997, pp. 260-1) assevera que “a doutrina imperial de fronteiras subordinava o critério dos limites naturais ao do *uti possidetis*, naturalmente interpretado segundo as conveniências brasileiras” e que guerra e tratado tinham certa vinculação:

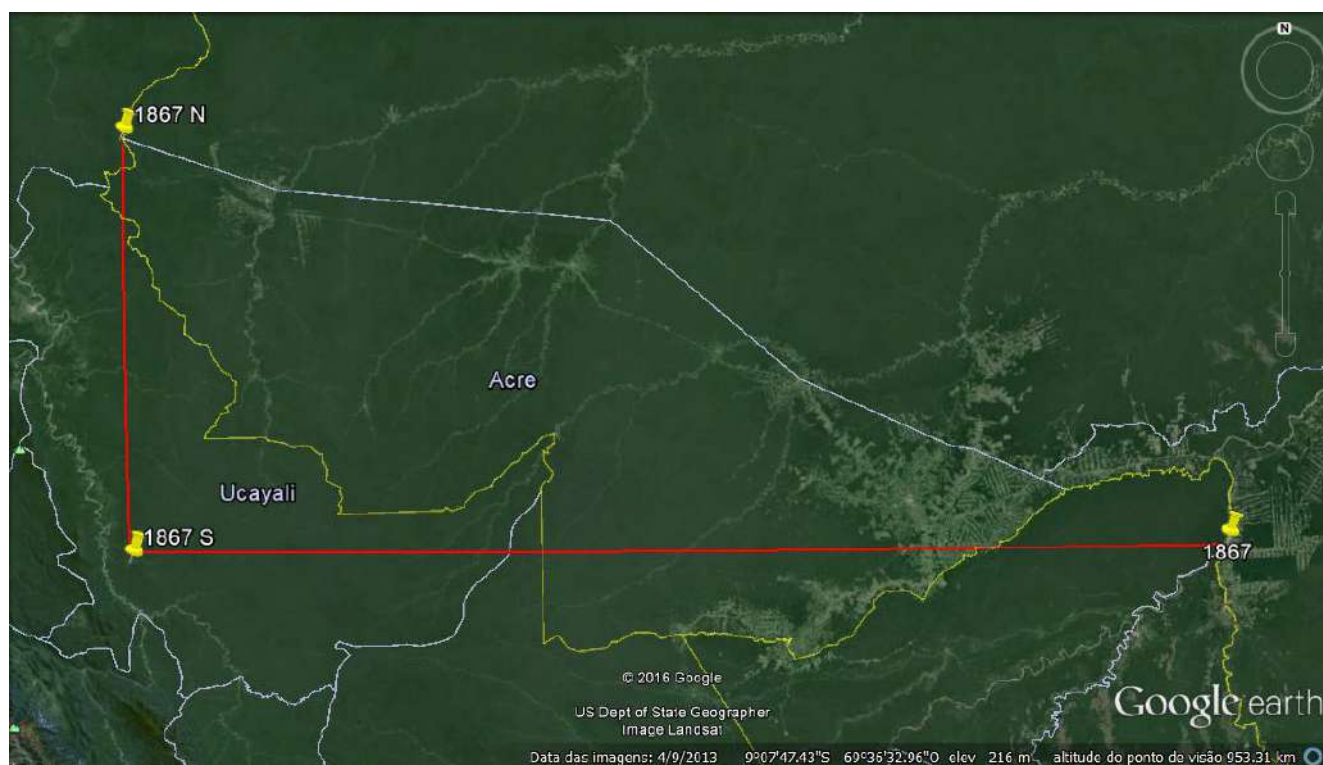


Figura 7: Fronteira com a Bolívia segundo interpretação não utilizada em 1867.
Fonte: KRUKOSKI, 2016.

[...] O exemplo mais nítido dessa atitude pode ser encontrado no modo como se delimitou, no tratado de 1867, o segmento do Pantanal da diáde com a Bolívia. A franja de terras, de largura variável, na margem direita do Rio Paraguai, de alto valor estratégico, foi transferida para o Império em troca da concessão da divisão mais favorável à Bolívia no segmento do Acre (a célebre “linha verde” de Duarte da Ponte Ribeiro). [...] O tratado de 1867, firmado no auge da Guerra do Paraguai, acabou por colocar o segmento da diáde a ocidente de todos esses rios, a fim de assegurar ao Império o pleno controle das bases militares instaladas ou planejadas para a área e o completo domínio sobre a navegação no alto curso do Paraguai. O princípio operativo da negociação foi o do *uti possidetis*... futuro!

Resta, portanto, comentar acerca do rio Guaporé como diáde entre Brasil e Bolívia. Tanto Magnoli (1997, p. 245) quanto Goes Filho (2001, p. 135) concordam que este segmento da linde foi definido ainda no período colonial, uma vez que constava no Tratado de Madri, de 1750. Hoje, a extensão total da fronteira com a Bolívia é “de 3.423,2 km, dos quais 2.609,3 km são por rios e canais, 63 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais” (FUNAG, s.d.). Isso torna este país aquele que possui a maior extensão de limites territoriais com o Brasil e o único que é contíguo às bacias hidrográficas amazônica e platina.

A Bacia do Prata foi, desde o período colonial, uma das áreas de maior tensão geopolítica da América do Sul. Um fator que facilitou isso foi a União Ibérica, entre 1580 e 1640, que tornou a separação territorial entre América Portuguesa e América Espanhola menos relevante e favoreceu a ocorrência das bandeiras. Algumas destas tinham por objetivo a

prospecção de metais preciosos, e o assentamento nos locais em que eram encontrados contribuiu para tornar Tordesilhas, primeiro marco da formação das fronteiras brasileiras, sem efeito, lembrando que, de fato, este era indemarcável (GOES FILHO, op. cit., p. 33). A figura 8 a seguir mostra diferentes posições estabelecidas para este tratado.

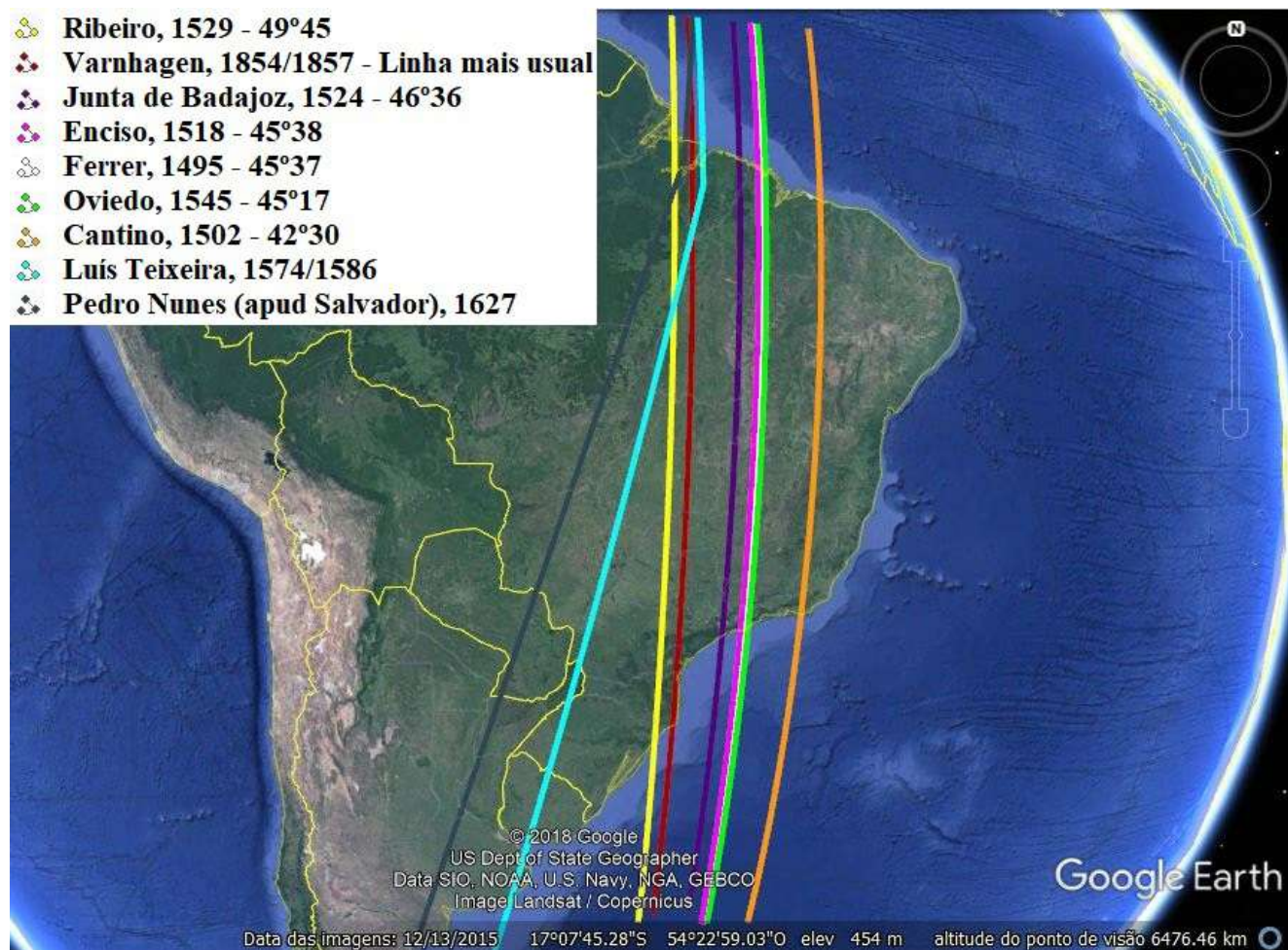


Figura 8: Diferentes versões para o Tratado de Tordesilhas.
 Fonte: SALVADOR, 1627/1918; CINTRA, 2015; HARISSÉ, 1897; VARNHAGEN, 1854 - 1857/1877; GOOGLE EARTH, 2018.

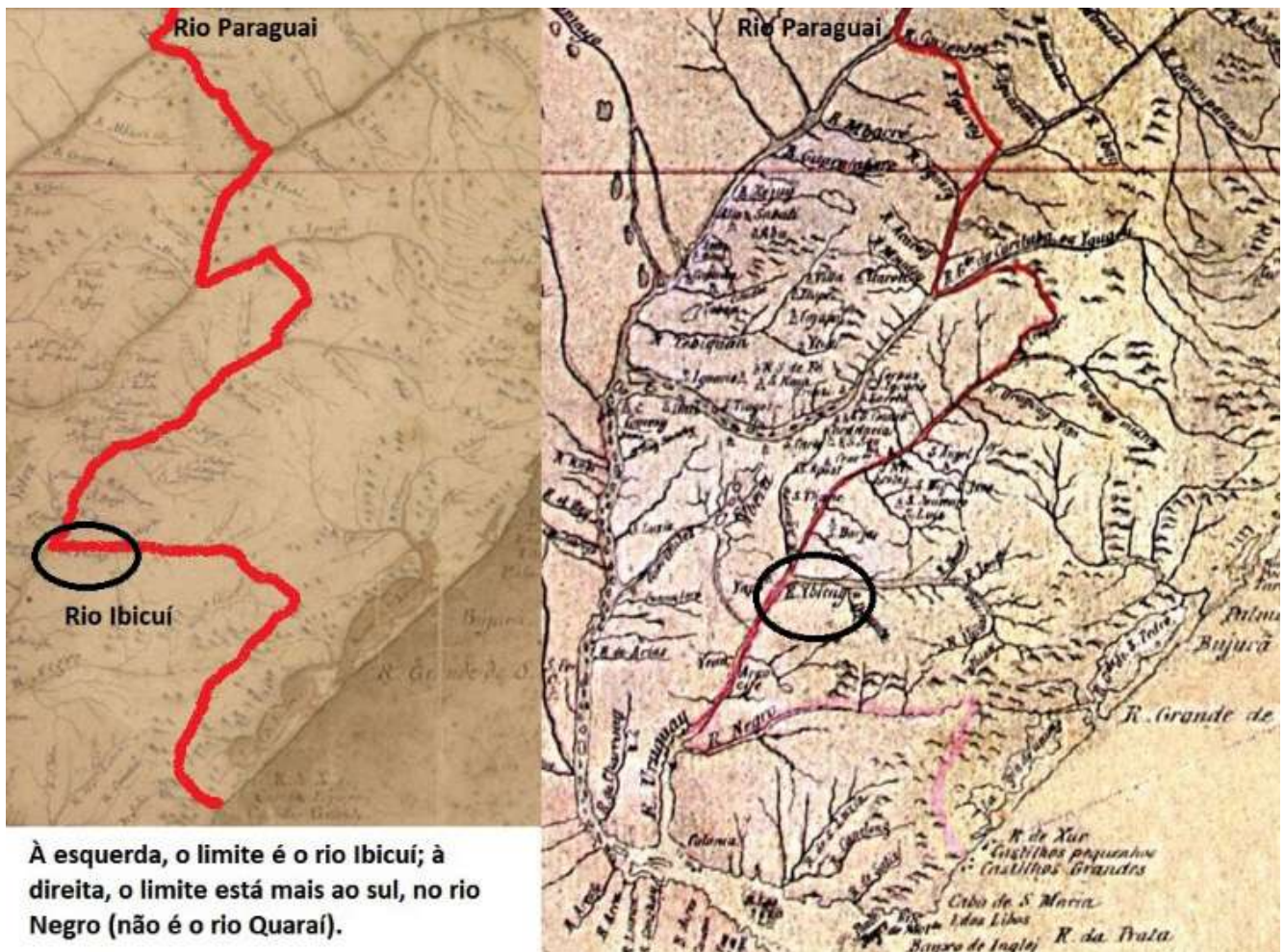
Após 1640, tornou-se necessário esclarecer até onde se estendiam os domínios lusos e espanhóis, especialmente após a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento em 1680 pelos portugueses defronte a Buenos Aires. A tensão geopolítica somente seria aliviada décadas depois, com a assinatura do Tratado de Madri, segundo marco da formação das fronteiras brasileiras, arquitetado pelo diplomata Alexandre de Gusmão. Goes Filho (2013, p. 39) afirma que esse tratado dizia *“poucas palavras sobre o imenso arco de limites que vai do Solimões ao Oceano Atlântico”*. Já quanto aos demais limites, o autor (2001, p. 164) atesta que o tratado *“legalizou a posse do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e da Amazônia, regiões situadas a ocidente da linha de Tordesilhas”*.

Assim, ademais de *“dar título jurídico a essa grande área”*, houve a permuta da *“Colônia do Sacramento pela região dos Sete Povos, aldeamento jesuítico situado no oeste do atual Rio Grande do Sul”* (loc. cit.). Goes Filho (ibid., p. 167), assim como Magnoli (1997, pp. 260-1) também atesta que os princípios norteadores do tratado de Madri eram as ‘fronteiras naturais’ e o *uti possidetis*. Além disso, com o tratado, foi gerado o *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional* (MAPA, 1749), mais conhecido como Mapa das Cortes, como vemos na figura 9, lembrando que o traçado da região sul da América Portuguesa está diferente na versão on-line da Biblioteca Nacional da apresentada no sítio da Mapoteca do Itamaraty, como se pode perceber na figura 10 subsequente.



Figura 9: Mapa das Cortes; em vermelho, limite entre América Portuguesa e América Espanhola.

Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.html.



À esquerda, o limite é o rio Ibicuí; à direita, o limite está mais ao sul, no rio Negro (não é o rio Quaraí).

Figura 10: Divergência no limite sul do Brasil, entre os sítios da Biblioteca Nacional e da Mapoteca do Itamaraty.
 Fonte: MAPA..., 1749; ARQUIVO PÚBLICO..., s.d.

A deterioração das relações luso-espanholas levaria à anulação do Tratado de Madri pelo Tratado de El Pardo, em 1761, sendo retomado “quase integralmente, à exceção da fronteira sul, pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777” (GOES FILHO, 2015, p. 196). Goes Filho (ibid., 27) afirma ainda que, em 1777, “pelo Tratado de Santo Ildefonso, as fronteiras de Madri eram retomadas, à exceção do extremo sul, onde os Sete Povos retornaram à soberania espanhola”. Contudo, o mapa elaborado em 1778 (CARTA GEOGRAPHICA, 1778) mostra alterações no norte do Brasil decorrentes de Santo Ildefonso. Nesse momento, deve-se lembrar, o Sul do Brasil estava ocupado por tropas portenhas. Em 1801, em guerra, Portugal perdeu Olivença, mas conquistou, na América do Sul, o território de Sete Povos das Missões em definitivo. Quando a paz foi restabelecida, “nesse mesmo ano, pelo Tratado de Badajoz, não se revalidou nenhum acordo anterior” (GOES FILHO, op. cit.).

Isso acarretou dificuldades em negociações no século XIX, já que houve algumas tentativas fracassadas de definição das fronteiras entre o Brasil e as demais repúblicas hispânicas. No caso do Paraguai, um trecho da díade é o rio homônimo; contudo havia a necessidade de definir a localização de rios – Corrientes e Iguerey, como mostra o Tratado de Madri – para estabelecer como seria a linde entre os rios Paraguai e Paraná, lembrando que parte da região de Misiones, hoje na Argentina, pertencia ao Paraguai. Gabaglia (1916, p. 264) conta que o Iguerey foi substituído “pelo Iguatemy, primeiro afluyente oriental do Paraná, acima das Sete Quedas”. Quanto ao Corrientes, foi cogitado o rio Jejuí, mas prevaleceu, após a guerra, o rio Apa.

As divergências na comissão demarcatória foram aumentando a ponto de o Paraguai demandar uma grande área do território brasileiro, que se estendia até o rio Ivinhema, como vemos na figura 11. Em vermelho, estão os rios fundamentais para o processo demarcatório e, em amarelo, os divisores de águas. O polígono branco mostra a área pleiteada

pela nação guarani. Com o tempo, as relações no Prata envolvendo Brasil, Uruguai, Paraguai, Buenos Aires e as Províncias Unidas culminaram na Maldita Guerra (DORATIOTO, 2002), responsável pela conformação dos estados nacionais platinos. Desse modo, parte das fronteiras com o Paraguai foi definida em função dos Tratados de Paz, de Limites e de Amizade, Comércio e Navegação em 1872, conhecidos como Tratados Loizaga-Cotegipe.

Os trechos da fronteira com o Paraguai formados pelo rio homônimo e pelo rio Paraná foram originados pelo Tratado de Madri, como pode ser visto na figura 9. Goes Filho (2013, p. 78) cita a origem desses trechos no Tratado de Santo Ildefonso. Ademais, afirma ser a “fronteira com o Paraguai (1872) [...] a última estabelecida no Império” (ibid., p. 82). Magnoli (1997, pp. 242; 303) situa toda a extensão da fronteira como produto da guerra durante o Império, com o que não concordamos. Propomos, portanto, que os trechos do rio Paraná e do rio Paraguai – até o rio Branco – sejam reconhecidos como do período colonial; e que deste ponto até o encontro com Sete Quedas, seja caracterizado como do período imperial.

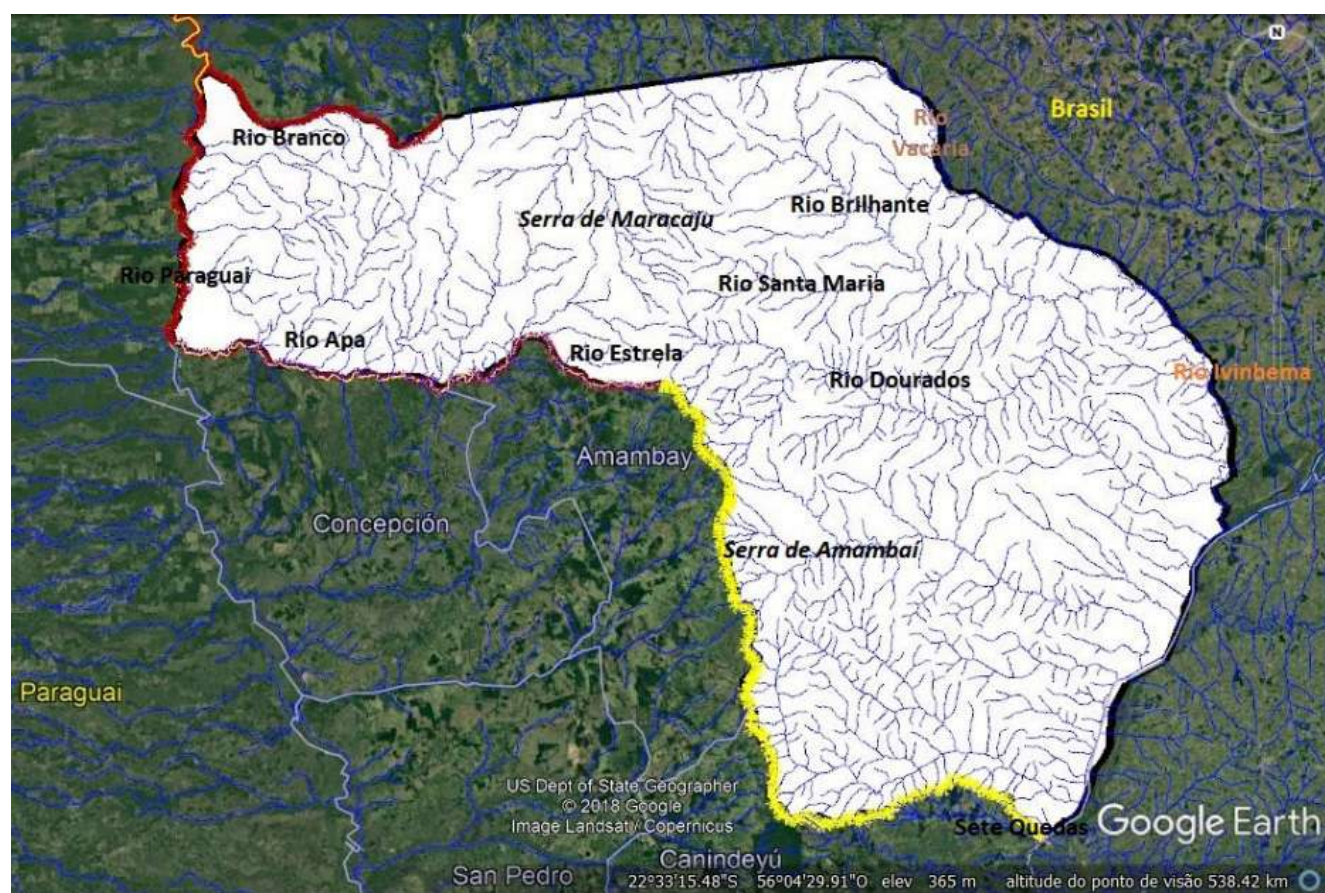


Figura 11: Litígio com o Paraguai.
Fonte: GABAGLIA, 1916; ANA, 2018, GOOGLE EARTH, 2018.

Sobre o tratado assinado com o Paraguai, Goes Filho (2001, p. 250) lembra que o Brasil contrariou as determinações do Tratado da Tríplice Aliança, devido às posições argentinas, entre elas a de anexar territórios que impossibilitariam a existência do próprio Paraguai. Assinou, desse modo, a paz em separado. Goes Filho (ibid.: 250) assegura que o tratado “não deixava na soberania brasileira regiões sobre as quais a reivindicação não tivesse alguma base em tratados ou no *uti possidetis*”. Contemporaneamente, a fronteira “com o Paraguai tem extensão de 1.365,4 km, dos quais 928,5 km são por rios e 436,9 km por divisor de águas” (FUNAG, s.d). Por fim, o contencioso entre Paraguai e Argentina sobre territórios e anexações somente foi resolvido em 1879, definindo a soberania também em Misiones.

Assim sendo, a fronteira com a Argentina começa no encontro do Rio Iguazu com o rio Paraná, descendo ao sul pelo rio Santo Antônio até encontrar, pelo divisor de águas, o rio Peperi-Guaçu, que deságua no rio Uruguai; termina no encontro deste com o rio Quaraí. Ao todo, tem “extensão de 1.261,3 km, dos quais 1.236,2 km são por rios e apenas 25,1 km por divisor

de águas” (FUNAG, s.d). No artigo quinto do Tratado de Madri, havia a especificação de que as fronteiras seriam dadas, a partir do rio Ibicuí, pelos rios Uruguai, Peperi-Guaçu e, “*pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho que desemboque no rio Grande de Curitiba por outro nome chamado Iguassú*” (GABALIA, 1916, p, 256) (grifo nosso).

O rio a ser descoberto foi chamado de Santo Antônio e mesmo com as idas e vindas políticas consubstanciadas nos tratados seguintes o território começou a ser demarcado. Pereira (1945, p. 11) ressalta que o Tratado de Santo Ildefonso não alterou as divisas dos rios Peperi e Santo Antônio. Em torno de 1789, comissários espanhóis descobriram os rios Chapecó e Jangada. As décadas se passaram, as nações sul-americanas tornaram-se independentes e a partir de meados do século XIX iniciaram-se as tratativas para a elaboração de um acordo sobre as fronteiras entre Brasil e Argentina. Cabe lembrar que desde 1791 não houve quaisquer contestações da ocupação luso-brasileira. O Tratado de Limites de 1857 com a Confederação Argentina não foi ratificado.

Magnoli (1997, pp. 262-3) afirma que, durante o arbitramento, difundiu-se a crença de que a área se tornou litigiosa em 1881, devido à instalação, pelos brasileiros, de postos militares. Em 1888, as reivindicações chegavam ao rio Jangada, como vemos na figura 12, e no ano seguinte, foi assinado tratado entre ambos os países submetendo o caso ao arbitramento do presidente estadunidense. Com a Proclamação da República, Quintino Bocaiúva assinou, em 1890, acordo dividindo a área em duas partes iguais, em nome da fraternidade. A repercussão negativa desse gesto levou-o à avaliação do Congresso, que refutou o tratado Bocaiúva-Zeballos. Anos depois, a sentença arbitral, proferida por Grover Cleveland, em 1895, foi favorável ao Brasil.

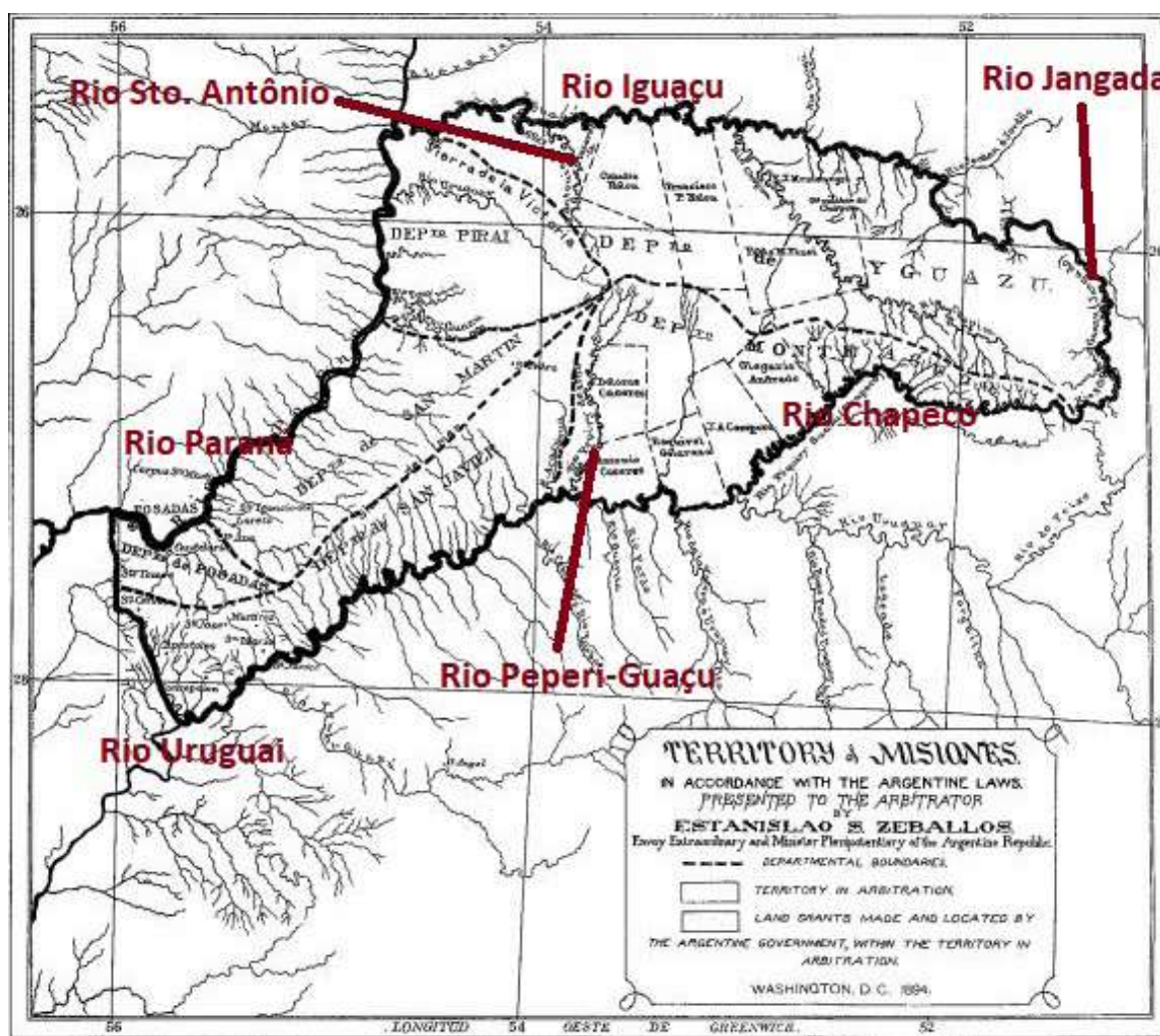


Figura 12: Questão de Palmas, segundo mapa apresentado pela Argentina à arbitragem.
Fonte: ZEBALLOS, 1894.

A última fronteira a ser abordada é certamente uma das mais tensas da história brasileira: a do Uruguai. Hoje, “*tem extensão de 1.068,1 km, dos quais 608,4 km são em rios e canais, 140,1 km em lagoas, 57,6 km por linhas convencionais e 262,0 km por divisor de águas*” (FUNAG, s.d). O foco principal de tensão foi a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, e os principais tratados acordados em seguida – Madri, 1750; El Pardo, 1761; Santo Ildefonso, 1777 – versarão, de alguma forma, sobre esse território. O Tratado de Madri previa a troca de Sacramento por Sete Povos das Missões; as Guerras Guaraníticas, entre 1753 e 1756, as dificuldades de demarcação do território e a deterioração das relações luso-espanholas contribuíram para a anulação desse tratado em 1761.

Em Madri, a fronteira, “*partindo de Castilhos Grandes, ia [...] às nascentes do Ibicuíhy e acompanhava este rio*” até o rio Uruguai (GABAGLIA, 1916, p. 54). Com Santo Ildefonso, Portugal perdia tanto a Colônia do Sacramento quanto Sete Povos, apesar de conservar os territórios do norte do Brasil. Em 1777, Sete Povos era espanhol e o limite não era o Chuí, mas as margens a nordeste da Lagoa Mirim. Em 1801, outra guerra peninsular alterou o estatuto jurídico de territórios na América – Sete Povos retornou para o domínio português, também por meio de ações bélicas. A fronteira com o Uruguai voltou ao rio Ibicuí, descendo pelo rio Santa Maria e atingindo o rio Jaguarão; por fim, o limite passou a se encontrar no Chuí (MURADÁS, 2008, p. 241).

Isso não corrobora o que é assegurado pela FUNAG (2012, p. 29): “*era o limite sul, estabelecido em 1750, que voltava a vigor (descia do Ibicuí ao Quaraí no oeste, mas em compensação, subia de ‘Castillos Grandes’ ao Chuí no litoral)*”. Se for observado o Mapa das Cortes (MAPA, 1749), como foi visto na figura 9, percebe-se que o rio Quaraí não é o limite entre Portugal e Espanha na Bacia do Prata nesse momento; isso somente ocorreu com a ação do Exército Pacificador em 1812, quando, pela primeira vez, a fronteira com o Uruguai assume o traçado atual. Anos depois, a intervenção militar na Banda Oriental acarretará a anexação ao território brasileiro da Província Cisplatina, parte do Império brasileiro até 1828, e um acréscimo no território sul-riograndense, com a incorporação da área situada entre os rios Arapeí e Quaraí, até o Tratado de 1821.

Após a independência uruguaia, a fronteira com o Brasil somente será delineada com os tratados de 1851. Cervo & Bueno (2002, p. 118) lembram que “*os cinco tratados de 12 de outubro de 1851 estabeleceram sobre o Uruguai um semiprotetorado*”. Magnoli (1997, p. 255) afirma que a díade do Uruguai “*foi imposta em troca da mobilização militar do Império contra Oribe, que mantinha sitiado o governo colorado, e da ajuda financeira concedida por intermédio do Barão de Mauá*”. O autor (ibid., p. 242) assevera que essa fronteira é produto do Império em sua totalidade. Décadas depois, em 1909, o Brasil procedeu à cessão, para o Uruguai, do condomínio sobre a Lagoa Mirim e sobre o rio Jaguarão, de forma espontânea e sem compensações. A figura 13 mostra a evolução da fronteira com o Uruguai. Em verde, a linha de 1777; em vermelho, a linha do Tratado de Madri; em laranja, a linha demarcada pelos tratados de 1851; em preto, a fronteira entre 1816 e 1821.

Além disso, cabe ressaltar que o tratado de limites com o Uruguai inaugurou oficialmente a doutrina do *uti possidetis* conduzida por Duarte da Ponte Ribeiro. Cervo & Bueno (2002, p. 87) afirmam que, para compreender os processos de constituição dos limites brasileiros, devem ser consideradas a singularidade da experiência brasileira, já que se tratam de “*cerca de 16 mil km de fronteiras com dez Estados limítrofes*”; a situação de *jure* delicada ao se tornar independente; a subordinação dos textos jurídicos à expansão colonial das fronteiras; a falta de uma doutrina de limites até meados do século XIX; e, por fim, os autores afirmam que a historiografia latino-americana não desenvolveu o método associativo de fronteira, sociedade, cultura e política da história comparada.

Ainda segundo Cervo & Bueno (ibid., pp. 96-97), a política de limites, até a metade do Novecentos, experimentou hesitações doutrinárias e práticas, até o tratado com o Uruguai, quando o *uti possidetis* se tornou a doutrina de limites, “*pública e coerentemente mantida de 1851 a 1889*”. Houve a “[d]efesa intransigente e unilateral do *uti possidetis*” e optou-se “*pela negociação bilateral como método de implementá-la*”, excluindo o “*arbitramento, a não ser em*

derradeira instância" (CERVO & BUENO, 2002, pp. 96-7). Como corolários ocasionais à doutrina, podem ser enumeradas

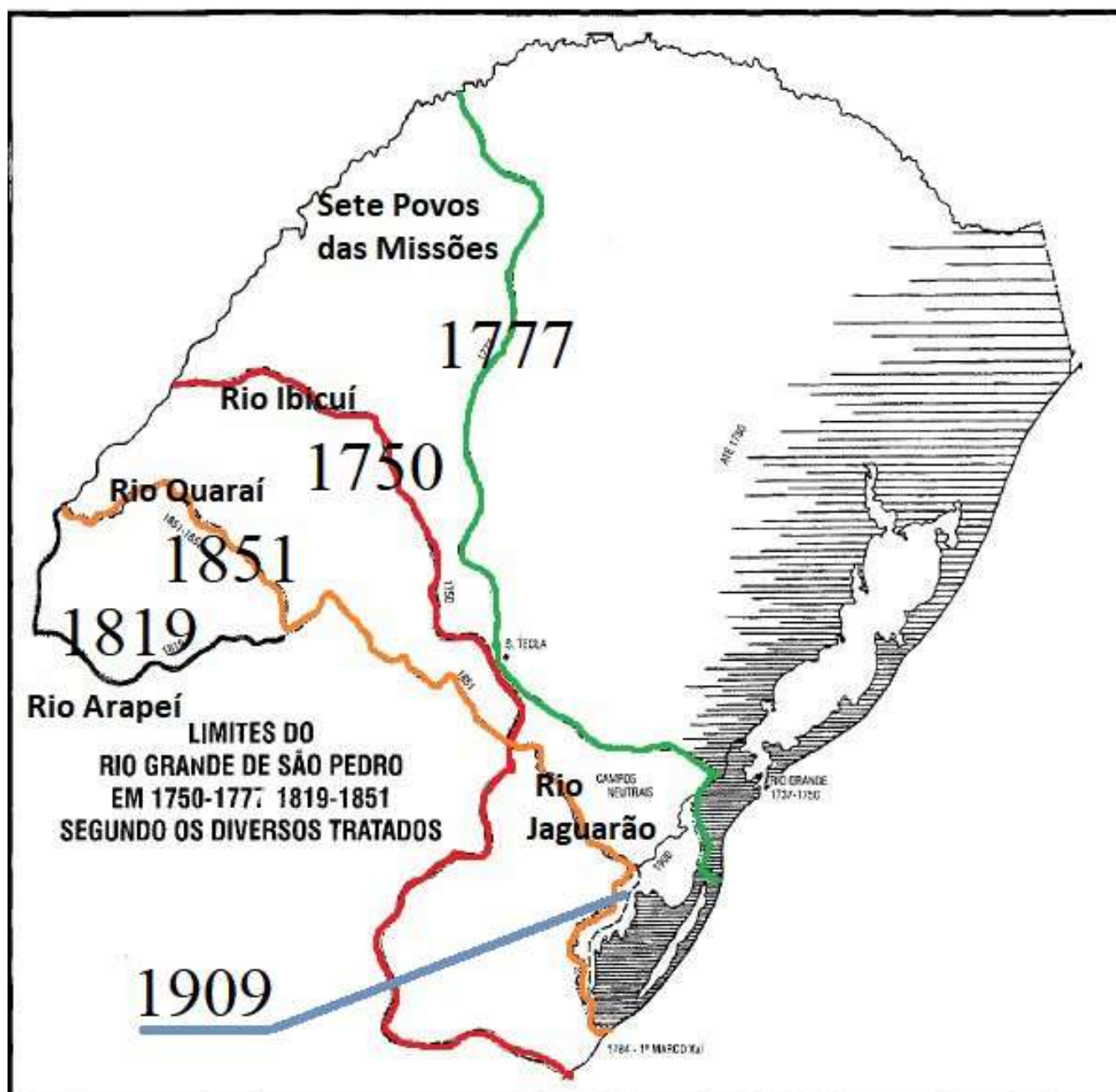


Figura 13: Evolução da fronteira com o Uruguai.
Fonte: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2002.

[...] a) referência aos tratados coloniais, na ausência de ocupação efetiva; b) ocupação colonial prolongada à independência como geradora do direito; c) permuta, cessão ou transação de territórios em favor da fronteira mais natural e dos interesses do comércio e da navegação; d) vinculação da navegação e do incremento comercial à solução dos limites.

Com o advento da República, manteve-se a tradição iniciada no Império. Até José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, assumir o posto de Ministro das Relações Exteriores em 1902, houve, por meio de arbitramento, a definição de dois trechos de fronteiras brasileiras – a Questão de Palmas e o litígio com a Guiana Francesa. Durante os quase dez anos de atuação, a atuação de Rio Branco foi fundamental para a definição das fronteiras brasileiras, não atuando como ministro apenas nos dois arbitramentos (embora estivesse presente como representante brasileiro) e nas lindes com Venezuela, Paraguai e demais trechos fronteiríços com a Argentina. Para Cervo & Bueno (ibid., pp. 177; 196), a

solução dos litígios fronteiriços foi uma das “grandes linhas da política externa do patrono da diplomacia brasileira” e sua principal obra foi a definição do território nacional.

Rezende (2006, p. 299) organiza as fronteiras conforme os tratados que as formalizaram. Assim, a fronteira com a Guiana Francesa, embora colonial, foi formalizada apenas em 1900, assim como a do Suriname, estabelecida com o Tratado de 1906. Com a Guiana Inglesa, anos após o arbitramento, foi assinado tratado em 1926. O Tratado de 1859 com a Venezuela foi complementado pelo Protocolo de 1928. Toda a fronteira com a Colômbia foi regulamentada durante a I República, por meio dos tratados de 1907 e 1928. O tratado assinado com o Peru em 1851 foi complementado em 1909. A Bolívia é o país com maior número de instrumentos legais de definição das fronteiras: Tratados de 1867, 1903, 1928 e Notas Reversas de Roboré de 1958. A fronteira paraguaia é regida por tratados de 1872 e 1927. Com a Argentina, foi celebrado o tratado de 1898, baseado no arbitramento de 1895, e modificado posteriormente em 1910 e 1927. Por fim, a linde com o Uruguai foi formalizada em 1851 e complementada em 1909.

Por fim, cabe revisar o proposto por Magnoli (1997) que, para periodizar as fronteiras, utiliza a horogênese como critério determinante. Assim, seriam da época colonial as fronteiras com o Suriname; o trecho do rio Guaporé, com a Bolívia; e o trecho do rio Uruguai com a Argentina. Do período imperial, seriam as lindes com a Venezuela, com o Peru, com a Bolívia, no trecho do Pantanal, com o Paraguai e com o Uruguai. Todos os demais trechos teriam sido oficializados na República. A figura 14 a seguir mostra a comparação entre a metodologia proposta por Magnoli e a revisão proposta neste artigo. Nesse sentido, questiona-se o porquê de a fronteira com a Guiana Francesa ser do período nacional, já que desde Utrecht constava o rio Oiapoque como limite, algo apontado por Rezende (2006). Com efeito, a arbitragem confirmou a localização exata do rio, dando vitória ao Brasil; logo, a horogênese da fronteira data do período colonial (PRIMEIRO TRATADO..., 1713; MRE, s/d).

Cabe revisar a periodização da fronteira com o Suriname, de colonial para nacional, uma vez que Magnoli (op. cit.) propõe um anacronismo – na Paz de Haia, o litoral surinamês ainda pertencia à Grã-Bretanha (FATAH-BLACK, 2013). A fronteira com o Peru não pode ser considerada *in totum* como do período imperial, sendo apenas o trecho do rio Javari pertencente a esse período; a fronteira que se estende da nascente desse rio até a Bolívia deve ser considerada do período nacional. Dois trechos da fronteira com o Paraguai devem ser considerados do período colonial, uma vez que já estavam presentes desde o Tratado de Madri e não foram alterados posteriormente – o formado pelo rio Paraguai, da confluência com o Rio Negro até o rio Branco, e o formado pelo rio Paraná, desde o divisor de águas entre as bacias do rio Piraty e do córrego Vitoi-Cuê até o rio Iguaçu. A fronteira com a Argentina formada pelo rio Iguaçu também deve ser considerada parte do período colonial, já que consta do Tratado de Madri, e à revelia da mudança da soberania sobre Misiones.

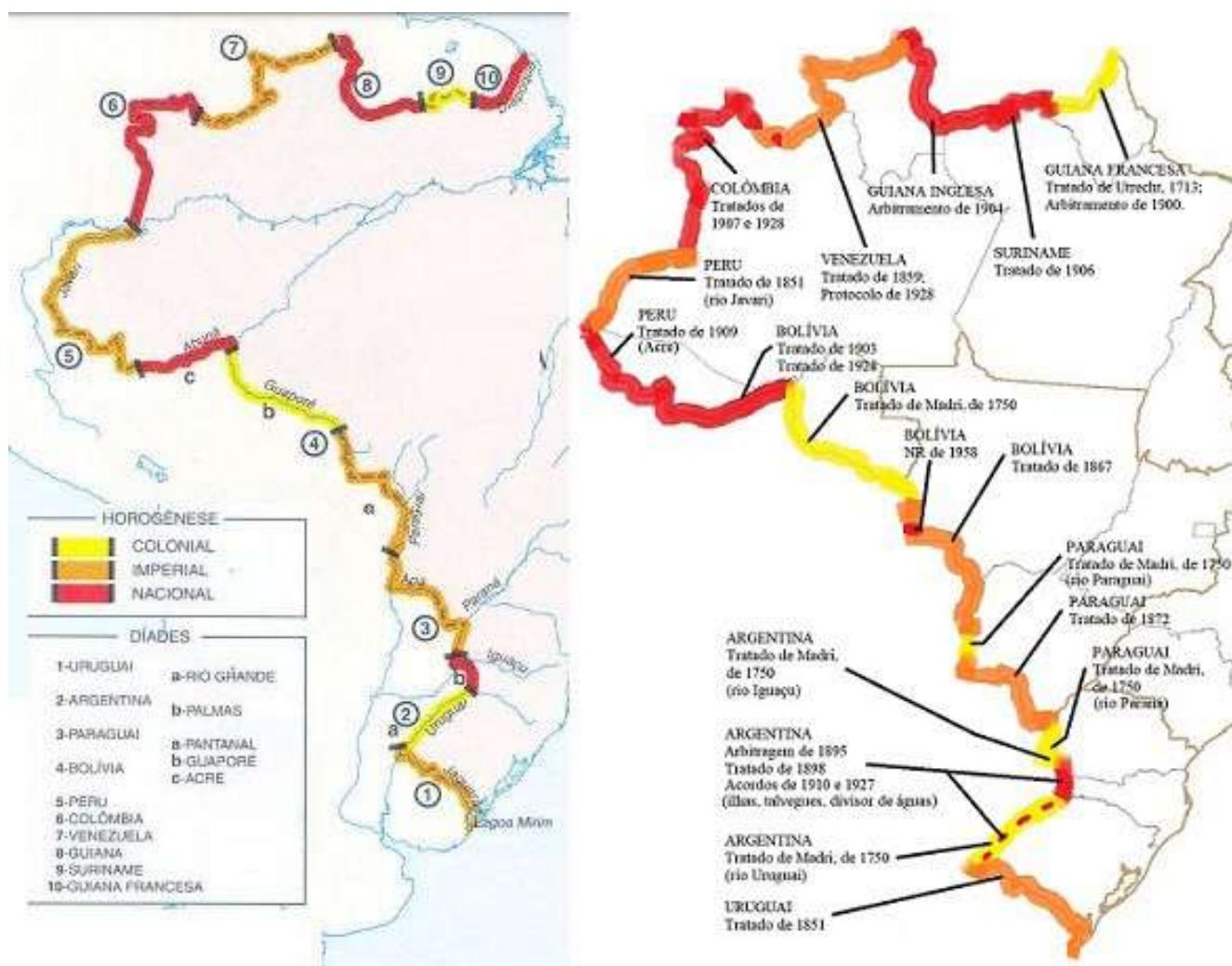


Figura 14: Comparação entre a periodização de Magnoli (1997) e a revisão proposta neste artigo.
 Fonte: MAGNOLI, 1997, p. 303; LNCC, 1998-2012; com adaptações.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos afirmar que boa parte das fronteiras brasileiras foi formada de modo a garantir sua naturalização, ou seja, a fixação dos limites em divisores de águas, rios e talwegues, desde o período colonial. Quanto à periodização de Magnoli (1997), propomos sua revisão em alguns trechos. O trecho da Guiana Francesa deve ser enquadrado no período colonial, e não no período nacional. O contrário deve acontecer com o Suriname: de colonial para nacional. Magnoli (loc. cit.) propõe um anacronismo – na Paz de Haia, o litoral surinamês ainda pertencia à Grã-Bretanha. A fronteira com o Peru não pode ser considerada *in totum* como do período imperial, sendo apenas o trecho do rio Javari pertencente a esse período; a fronteira que se estende da nascente desse rio até a Bolívia deve ser considerada do período nacional.

Quanto à linde com a Bolívia, mantivemos a proposição de Magnoli (loc. cit.). Dois trechos da fronteira com o Paraguai devem ser considerados do período colonial, uma vez que já estavam presentes desde o Tratado de Madri e não foram alterados posteriormente – o formado pelo rio Paraguai, da confluência com o Rio Negro até o rio Branco, e o formado pelo rio Paraná, desde o divisor de águas entre as bacias do rio Piraty e do córrego Vitoi-Cuê até o rio Iguaçu. O restante da fronteira com o Paraguai é mantido no período imperial. A fronteira com a Argentina formada pelo rio Iguaçu também deve ser considerada parte do período colonial, já que consta do Tratado de Madri, à revelia da mudança da soberania sobre Misiones. O restante da fronteira argentina prossegue como definido por Magnoli (1997), assim como a linde com o Uruguai.

Propomos, por fim, deixar em aberto a questão dos tratados negociados durante a Guerra do Paraguai com a Bolívia, em razão de a interpretação oficial ter reduzido o território brasileiro ao norte, garantindo terras a oeste do rio Paraguai. Se fosse seguida a interpretação literal do tratado de 1867, o Acre seria brasileiro já em 1867.

Referências

A TRIBUNA. **A Questão das Missões estudada à luz dos documentos históricos**. Rio de Janeiro: Typographia d'A Tribuna, 1891.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Base Hidrográfica Ottocodificada Multiescalar 2013 - Parte 3**. Disponível em: http://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/2f0a8fa6e8484a76ab4715814049b7f7_0. Acesso 15 nov 2019.

_____. **Base Hidrográfica Ottocodificada Multiescalar 2013 - Parte 5**. Disponível em: http://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/0e1dd8d2169e49d189ed04184f1_a1e3b_0. Acesso 15 nov 2019.

ALBUQUERQUE, Luiz R. Cavalcanti de. **A Amazonia em 1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

ANGELIS, Pedro de. **Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549 - 1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

_____. **Tratado de Madri. Antecedentes - Colônia do Sacramento (1669 - 1749)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.

ANVILLE, Jean-Baptiste Bourguignon d'. **Carte de l'Amérique méridionale / dressée pour... Mgr le duc de Chartres par le Sr d'Anville,...** S.l.: s.n, 1737. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550049404/f1.item>. Acesso 15 nov 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Mapoteca do Itamaraty**. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/category/cartografia/mapoteca-historica-do-itamaraty/?page=1>. Acesso 15 nov 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Evolução municipal**. Porto Alegre: ALRS, 2002.

AZEVEDO, Thaumaturgo. **O Acre. Limites com a Bolívia**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1901.

BLAEU, Willem Jansz. **Guiana sive Amazonum regio / Guiljelmus Blaeuw excudit**. S.l.: Amstelodami, 1630. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b5314_29393.r=BLAEU%20GUIANA?rk=21459;2. Acesso 14 nov 2019.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **A Política Exterior do Império. As origens**. Brasília: Senado Federal, 1998. 3 volumes.

CARTA GEOGRAPHICA de que se serviu o Ministro Plenipotenciario de S. Magestade Fidelissima para ajustar o tratado de limites na America Meridional, assignado em 13 de janeiro de 1750. Madri, Espanha, 1778. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/ca_rt537490/cart537490.jpg. Acesso em: 15 nov. 2019

CARTE GÉNÉRALE de la Guyane représentant les prétentions des deux parties et dressée principalement d'après les cartes annexées aux documents français et brésiliens. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40710484v>. Acesso 15 nov 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: EdUNB, 2002.

- CINTRA, Jorge Pimentel. *As capitânicas hereditárias no mapa de Luís Teixeira*. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 23, n° 2, pp. 11-42, jul a dez 2015.
- CORTESÃO, Jaime. **A expedição de Pedro Alvares Cabral e o descobrimento do Brasil**. Paris, Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1922.
- _____. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1965.
- _____. **Teoria geral dos descobrimentos portugueses**. Lisboa: Seara Nova, 1940.
- COSTA, Antonio Gilberto (org.). **Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.
- CUNHA, Euclides da. **Esboço da região litigiosa Perú-Bolívia**. Rio de Janeiro, RJ: Imp. Nacional, 1909. 38,5 x 48cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168915/cart168915.jpg. Acesso em: 15 nov. 2019.
- DENIS, Ferdinand; FAMIN, M. César. **L'univers ou histoire et description de tous les peuples. Brésil, Colombie et Guyanes**. Paris: Firmin Didot Frères, 1839.
- DIAS, Carlos Malheiros; VASCONCELOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque. **História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Porto: Litografia Nacional, 1921. 3 volumes.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUVAL, Pierre. **Amérique, autrement nouveau monde et Indes occidentales**. Paris: s.n., 1655. 38 x 37 cm. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb407379412>. Acesso 15 nov 2019.
- FATAH-BLACK, Karwan Jalal. **Suriname and the Atlantic world, 1650-1800**. Tese de Doutorado da Faculdade de Humanidades da Universidade de Leiden. Leiden, 2013.
- FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil (1875 - 1878)**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro A. C., 1881. 2 volumes.
- FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.
- FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **Brasil - Fronteiras terrestres**. S.d. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/fronteiras-terrestres-brasil-13052015.pdf>. Acesso 15 nov 2019.
- FURQUIM JUNIOR, Laercio. **Fronteiras terrestres e marítimas do Brasil: um contorno dinâmico**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- GABAGLIA, Fernando Antonio Raja. **As fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2015.
- _____. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.
- GOOGLE EARTH. Software Versão 7.3.2.5776 (64-bit). Servidor kh.google.com. 2018.
- HARISSE, Henry. **The diplomatic history of America. Its first chapter 1452 - 1494**. Londres: B. F. Stevens, 1897.
- HOUDAN, François d'. **Carte de la Guiane Dressée sur les Observations les plus récentes / d'Houdan sculpsit**. S.l.: s.n., 1798. 38,5 x 54,5 cm

- JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco**. Brasília: Senado Federal, 1999.
- KOHL, Johann. Georg. & RIBERO, Diego. **Map of America by Diego Ribero**. S.l., s.n., 1529. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2006627624/>. Acesso 15 nov 2019.
- KRUKOSKI, Wilson R. M. **Tratado de 1867**. 2016. Disponível em: <http://www.info.lncc.br/1867.html>. Acesso 15 nov 2019.
- LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA (LNCC). **Fronteiras e limites do Brasil**. Disponível em: <http://www.info.lncc.br/>. Acesso 20 fev 2020.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1908-1912)**. São Paulo: Moderna; UNESP, 1997.
- MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional... 1749. 60 x 54cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/ace_rvo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.
- MATTOSO, Ernesto. **Limites da Republica com a Guyana Inglesa. Memoria justificativa dos direitos do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1898.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. **Fronteira Brasil - França**. s/d. Disponível em: <http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/franca.xml>. Acesso 20 fev 2020.
- MORAES, A. J. de MELLO. **Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária e política do Imperio do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipographia Americana de José Soares de Pinho, 1858. 4 volumes.
- MURADÁS, Jones. **A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2008.
- O'LEARY, Juan E. **El libro de los heroes. Páginas históricas de la Guerra del Paraguay**. Asunción: La Mundial, 1922.
- OTTENS, Joachim. **Nieuwe Kaart van Suriname: vertonende de stromen en land-streken van Suriname, Comowini, Cottica, en Marawini, gelegen in Zuid America op de kusten van Caribana : 6 gr. benoorden de Linie Equinoct...** Amsterdam: J. Ottens, 1720. 38 cm x 50 cm. Disponível em: <https://curiosity.lib.harvard.edu/scanned-maps/catalog/44-990129682120203941>. Acesso 15 nov 2019.
- OTTENS, Josua. **Nieuwe kaart van Suriname vertonende de stromen en land-streken van Suriname, Comowini, Cottica en Marawini gelegen in zuid America op de kusten van Caribana, 6 gr. benoorden de linie equinoct...** Amsterdam: J. Ottens, 177?. 40 x 51 cm. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40775265g>. Acesso 15 nov 2019.
- OXFORD PUBLIC INTERNATIONAL LAW (OPIL). **The Peace of Breda (1667)**. 2020. Disponível em: <https://opil.ouplaw.com/page/peace-of-breda>. Acesso 20 fev 2020.
- PEREIRA, Manoel Gomes (org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012.
- PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Brasil, 1945, v. 7, n. 2, p. 187-244.
- PRIMEIRO TRATADO** de Utrecht. 11 de abril de 1713. Disponível em: <http://info.lncc.br/utrech1.html>. Acesso 20 fev 2020.
- PUCCI, Adriano Silva. **O estatuto da fronteira Brasil-Uruguai**. Brasília: FUNAG, 2010.

REZENDE, Tadeu Valdir de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

RICUPERO, Rubens. *Acre: o momento decisivo de Rio Branco*. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012.

RUIZ, Antonio [Padre]. **Conquista espirituaç hecha por los religiosos de la compañía de Jesus, en las provincias del Paraguay, Parana, Uruguay y Tape**. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639.

SALVADOR, [Frei] Vicente do. **Historia do Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Weiszflog, 1918 [1627].

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos. **Geografia I: epistemologia, política e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2016.

SCHNEIDER, Luiz. **A Guerra da Triplíce Alliança contra o governo da República do Paraguay (1864 - 1870)**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1876.

SENADO FEDERAL (org.). **O Tratado de Limites Brasil-Peru**. Brasília: Senado Federal, 2009.

_____. **Questões de limites: Guiana Francesa**. Brasília: Senado Federal, 2008.

_____. **Questões de limites: Guiana Francesa. 1ª memória**. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. **Questões de limites: Guiana Francesa. 2ª memória**. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. **Questões de limites: exposições de motivos**. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. **Questões de limites: República Argentina**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SENIOR, Silvio. **Mappa dos limites do Brazil com a Guyana Ingleza organizado por Silvio Senior**. Pará: s.n., 1896. 87,5 cm x 46,2 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart527453/cart527453.jpg. Acesso em: 15 nov. 2019.

SOLDAN, Mateo Paz. **Geografia del Peru**. Paris: Fermin Didot Hermanos, 1862.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Cível Originária no 415-2**. 1997. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266100>. Acesso em 15 nov 2019.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

VARNHAGEN, Franciso Adolfo de. **Historia geral do Brazil antes da sua separação e independência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877.

YEGROS, Ricardo Scavone. **História das relações internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013.

ZEBALLOS, Estanislaio Severo. **Alegato de la Republica Argentina: sobre la cuestión de limites con el Brasil en el Territorio de Misiones...** Washington: s.n., 1894.

PAISAGEM TRANSFRONTEIRIÇA:

Ensinando e pesquisando em ambas aceguás e ambos nogales

CROSS-BORDER LANDSCAPE: Teaching and researching in
ambas aceguás and ambos nogales

PAISAJE TRANSFRONTERIZO: Enseñando e investigando en
ambas aceguás y ambos nogales

RESUMO

O objetivo deste artigo é descrever e discutir um experimento de pesquisa e ensino sobre processos fronteiriços localizados, propondo uma metodologia comparativa para os Estudos Fronteiriços. Duas disciplinas, ministradas simultaneamente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, BRA e na State University of Arizona, EUA entraram em diálogo, permitindo combinar teorias geográficas sobre paisagem e espaço com uma matriz de observação transfronteira sistemática, estabelecendo diretrizes para a investigação dos domínios da paisagem socioespacial transfronteira (forma, função, estrutura e dinâmica) em Aceguá, BRA/ Aceguá, URU e Nogales, MEX/ Nogales, EUA. Em comparações cruzadas, foi possível detalhar características de Ambas Aceguás (moradias, trânsito livre e integração) e de Ambos Nogales (estabelecimentos comerciais, controle fronteiriço e integração). Explorar as diferentes condições fronteiriças sul e norte-americanas permitiu aos alunos entender que as fronteiras podem ser, a um só tempo, elemento da paisagem e instituição estruturante das relações sociais em suas imediações.

Palavras-chave: Fronteira. Paisagem Transfronteira. Cidades-gêmeas. Condição Fronteira. Educação

ABSTRACT

The purpose of this paper is to describe and discuss a research and teaching experiment on situated border processes, proposing a comparative methodology for Border Studies. Two seminars, taught simultaneously at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul, BRA and at the State University of Arizona, USA engaged in dialogue, enabling the combination of geographic theories about landscape and space with a systematic cross-border observation matrix, establishing guidelines for the investigation of domains of the cross-border socio-spatial landscape (form, function, structure and dynamics) in Aceguá, BRA/ Aceguá, URU and Nogales, MEX/ Nogales, USA. In cross comparisons, it was possible to detail specifications of Ambas Aceguás (housing, free transit and integration) and Ambos Nogales (commercial establishments, border control and integration). Exploring the different South and North American border conditions allowed students to understand that borders can be, at the same time, an element of the landscape and a structuring institution of social relations in their surroundings.

Keywords: Borders. Cross-border Landscape. Twin cities. Border condition. Education.

RESUMEN

El propósito de este artículo es describir y discutir un experimento de investigación y enseñanza sobre procesos fronterizos localizados, proponiendo una metodología comparativa para los Estudios Fronterizos. Dos disciplinas, impartidas simultáneamente en la Universidade Federal do Rio Grande do Sul, BRA y en Arizona State University, EE. UU. entraron en diálogo, permitiendo combinar teorías geográficas sobre el paisaje y el espacio con una matriz sistemática de observación transfronteriza, estableciendo pautas para la investigación de dominios del paisaje socioespacial transfronterizo (forma, función, estructura y dinámica) en Aceguá, BRA/ Aceguá, URU y Nogales, MEX/ Nogales, EE. UU. En comparaciones cruzadas, fue posible detallar las características de Ambas Aceguás (viviendas, tránsito libre e integración) y Ambos Nogales (establecimientos comerciales, control e integración fronteriza). Explorar las diferentes condiciones fronterizas de América del Sur y del Norte permitió a los estudiantes comprender que las fronteras pueden ser, al mismo tiempo, un elemento del paisaje y una institución estructuradora de las relaciones sociales en su entorno.

Palabras clave: Fronteras. Paisaje Transfronterizo. Ciudades gemelas. Condición Fronteriza. Educación.

Apresentação

Este estudo comparativo foi idealizado por docentes dedicados aos Estudos Fronteiriços na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em Porto Alegre - RS e na Arizona State University (ASU), em Tempe - AZ, com o intuito de apresentar aos estudantes de graduação formas de pesquisar a fronteira, em suas complexidades e variações, através da análise da paisagem transfronteiriça.

A metodologia para a observação sistemática da paisagem transfronteiriça em cidades-gêmeas, gerada para dar conta desse objetivo, permite ainda aproximar distintos pares de cidades, seja na pesquisa em fronteiras ou como instrumento didático para o ensino superior. A análise da paisagem transfronteiriça pode ser empregada em cursos de Geografia Política, Regional ou Urbana, etc., como ocorreu nas disciplinas que realizaram a presente pesquisa, Geografias Descoloniais e *Borders in Motion* [Ing.: Fronteiras em Movimento] nas cidades-gêmeas de Aceguá, BRA/ Aceguá, URU e Nogales, MEX/ Nogales, EUA. A análise das cidades-gêmeas é frequentemente identificada com estudos de caso, com seus alcances e limites. Além de relatar uma prática didática factível para aqueles dedicados aos Estudos Fronteiriços, a intenção deste artigo é apresentar uma metodologia que permita superar o estigma de irrelevância por vezes atribuído aos estudos de caso de cidades da fronteira, ao facilitar a comparação e organização de casos, não mais isolados.

Um marco conceitual para fronteiras

No segundo semestre de 2018, na turma de Geografias Descoloniais (8ª etapa do curso de licenciatura em Geografia) e na disciplina *Borders in Motion* (2º ciclo do curso de graduação em Estudos Transfronteiriços), deu-se início à construção da análise comparativa entre cidades-gêmeas em duas condições fronteiriças bastante diferenciadas.

Num primeiro momento, foi necessário conceituar fronteira, condição fronteiriça e cidades-gêmeas. Isso foi feito tomando como ponto de partida o sentido territorial e interestatal da fronteira, já que esta é a concepção mais presente na bibliografia sobre o tema (Rocha, Dorfman e França, 2015).

Entretanto, vários trabalhos têm contestado a assimilação entre a fronteira territorial e a escala do Estado (Benedetti; Bustinza, 2017). Na Geografia Política crítica, temos a difusão da ideia de multiterritorialidade (Haesbaert, 1997, Becker, 1988), em que o território se afasta da concepção realista que o vincula ao Estado-nação. Ao considerar a existência de territórios em diferentes escalas e temporalidades, a multidimensionalidade das fronteiras se impõe, ainda que se conserve seu sentido territorial (Agnew, 1994).

Mantendo o sentido territorial, mas problematizando os processos fronteiriços, podemos compreender uma ambiguidade muito presente no espaço brasileiro e na teoria socioespacial que busca explicá-lo (Souza, 2018; Ferrari, 2014). No Brasil, é corrente o uso da expressão fronteira para caracterizar a justaposição de objetos espaciais semelhantes (territórios estatais ou não), remetendo à fórmula clássica de Jacques Ancel da “isóbara de poder” (1938, p. 195; Cataia, 2011). Mas também é corrente o emprego dessa palavra em (análises de) projetos de avanço de uma lógica espacial sobre outra, como no livro canônico de José de Souza Martins (2019). São, portanto, dois sentidos de “fronteira” bem diferentes, um normalmente associado a processos dialógicos em fronteiras internacionais, e outro referindo às frentes pioneiras, frentes de expansão, de violência simbólica e material exacerbada (Dorfman, 2013).

Contemporaneamente, essa justaposição de sentidos parece corresponder melhor à dinâmica da fronteira do que a distinção entre limites e fronteiras amplamente utilizada, seja em livros didáticos do ensino básico (Veloza, 2019), seja na bibliografia brasileira mais difundida sobre o tema no Brasil (Machado, 1998). A dicotomia entre os limites – polígonos lineares que delimitam os perímetros estatais e definiriam processos centrípetos e estan-

ques – e as fronteiras - zonais, centrífugas e permeáveis – parece ter se esvaído, porque fronteiras, frentes ou limites, sempre e cada vez mais estão relacionados à (tentativa de controle da) permeabilidade e trânsito.

Fora do Brasil, outras teorias entram em cena, seja desterritorializando a fronteira estatal, ao alegar que as dimensões de dominação (controle) e apropriação (identidade) não se realizam mais nos limites do território do estado (Brunet-Jailly, 2017); ou reivindicando a territorialidade das fronteiras móveis associadas a fronteiridades tais como passaportes, bancos de dados e processos de seletividade e *profiling* no ciberespaço (Szary; Giraut, 2015).

Ao mesmo tempo, e além das concepções territoriais, temos outras teorias que reconhecem o sentido relacional e processual das fronteiras (Barth, 2011 e Newman, 2003, respectivamente), como acontece com as fronteiras étnicas tornadas cada vez mais relevantes em função das mobilidades humanas ampliadas.

Em todas essas concepções, estatais ou multidimensionais, morfológicas ou processuais, territoriais ou não, mantém-se um núcleo sêmico ligado à ideia de descontinuidade (Reitel, 2004), ainda que os processos de fronteirização também operem como fonte de territorialidade.

Os aspectos ligados à territorialidade se destacam quando consideramos as diferentes condições fronteiriças que manifestam a relação entre os lugares fronteiriços e processos em diferentes escalas, particularmente a representação da nação, na forma de práticas culturais e de controle (Dorfman, 2013). A condição fronteiriça é fonte de territorialidade na medida em que rupturas e fechamentos, adaptações e possibilidades são acionados pelos habitantes da fronteira, criando vínculos sociais e territoriais que acionam a fronteira como marcador (*idem*).

No que tange aos lugares, muito já se discutiu sobre as cidades-gêmeas. No passado, teóricos da localização descreveram as cidades fronteiriças como lugares urbanos desviantes, onde a fronteira criava uma funcionalidade fragmentada, limitava a atividade econômica e gerava marginalização social e política (Hansen, 1977; Pébayle, 1978). No Brasil, a conceituação canônica foi proposta por Lia Osório Machado, nos seguintes termos: trata-se de adensamentos populacionais, cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura e com problemas e processos característicos da fronteira, tais como integração econômica e cultural (Machado, 1998). Essa definição foi adotada em documentos legais, como no caso da portaria n.125 de 2014, onde essas cidades são listadas (Brasil, 2014).

Outras definições apresentam as cidades fronteiriças como estruturas socioespaciais altamente interdependentes, cuja localização e existência estão ligadas à fronteira (Buursink, 2001). Mais recentemente, a localização fronteiriça passa a ser interpretada como uma vantagem competitiva, parte do capital territorial dessas cidades (Sohn; Lara-Valencia, 2013). Nessa perspectiva, as cidades-gêmeas tornam-se o *locus* de intensa interação, de complementaridades e interdependências, apesar das contradições e complexidades das fronteiras internacionais.

Apresentando os domínios da paisagem transfronteiriça.

Os conceitos de fronteira, condição fronteiriça e cidades-gêmeas foram trazidos em aulas expositivas, dentro da proposta de análise comparativa da fronteira Brasil-Uruguai e México-Estados Unidos. O conceito de paisagem fronteiriça tem sido trabalhado há algumas décadas, em diferentes tradições e concepções, e foi acionado para orientar os discentes em suas atividades em campo.

Neste trabalho, a paisagem transfronteiriça destaca a influência das fronteiras na natureza e no ambiente, nas dinâmicas e estruturas da interação das populações fronteiriças e da ação dos Estados. A paisagem expressa um sistema de significações cujos sentidos são feitos, refeitos e percebidos através das relações sociais (dell’Agnese; Szary, 2015). A ênfase no “transfronteiriço” – em lugar de fronteiriço – indica uma atenção especial aos processos que envolvem ambos os lados da fronteira.

Mas como operacionalizar tais conceitos para realizar pesquisas comparadas? Foi necessário criar instrumentos de observação compartilhados, partindo para o estudo dos casos de Ambas Aceguás e Ambos Nogales.

Iniciamos com a Matriz de Observação Sistemática proposta pelo Prof. Lara-Valencia. Esse instrumento parte de um diagrama com dois círculos concêntricos com raios de 0,5 km e 1 km cada, que é sobreposto a imagens aéreas ou mapas da área de estudo, tendo como ponto irradiador a linha de fronteira e o principal acesso para cruzá-la. Desta forma, os círculos ficam com uma metade em cada lado do limite. Os círculos são então divididos em quadrantes, que recebem números de um a oito. As figuras 1 e 2 mostram matrizes de observação sistemática para Ambos Aceguás e Ambos Nogales.

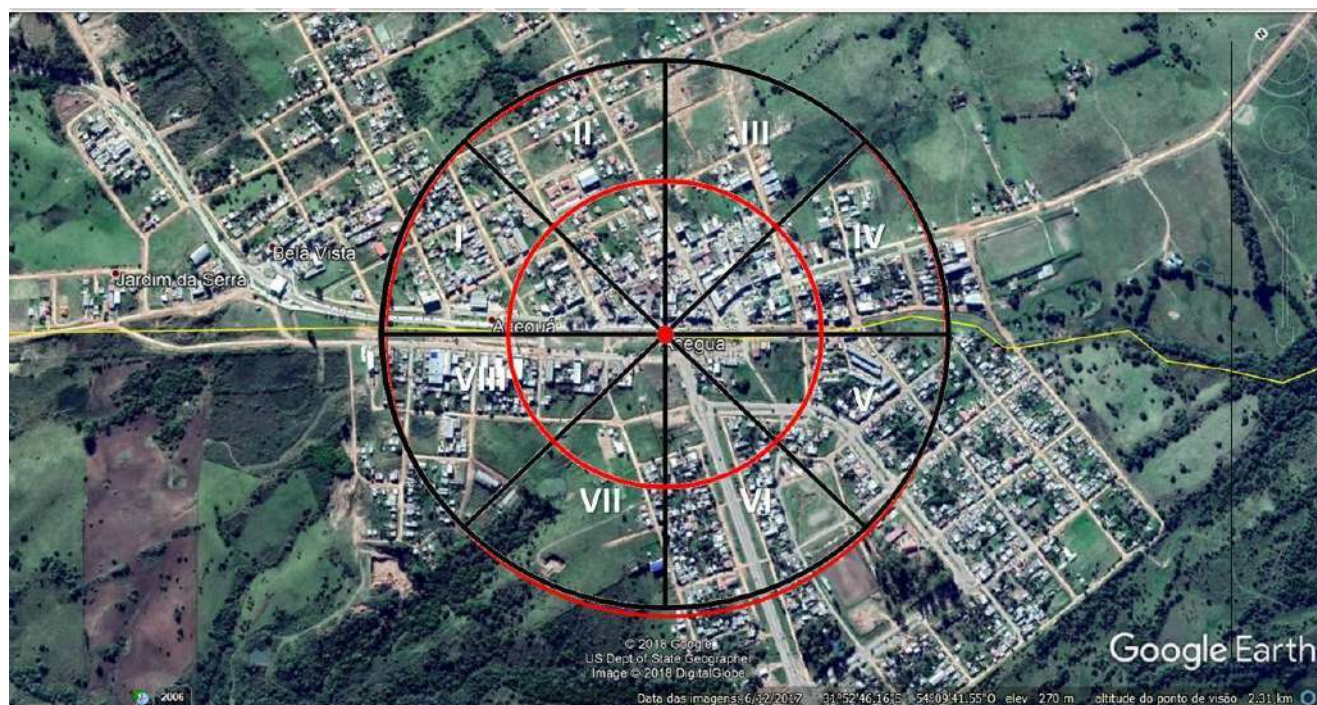


Figura 1: Matriz de observação sistemática de Aceguá, BRA/ Aceguá, URU.

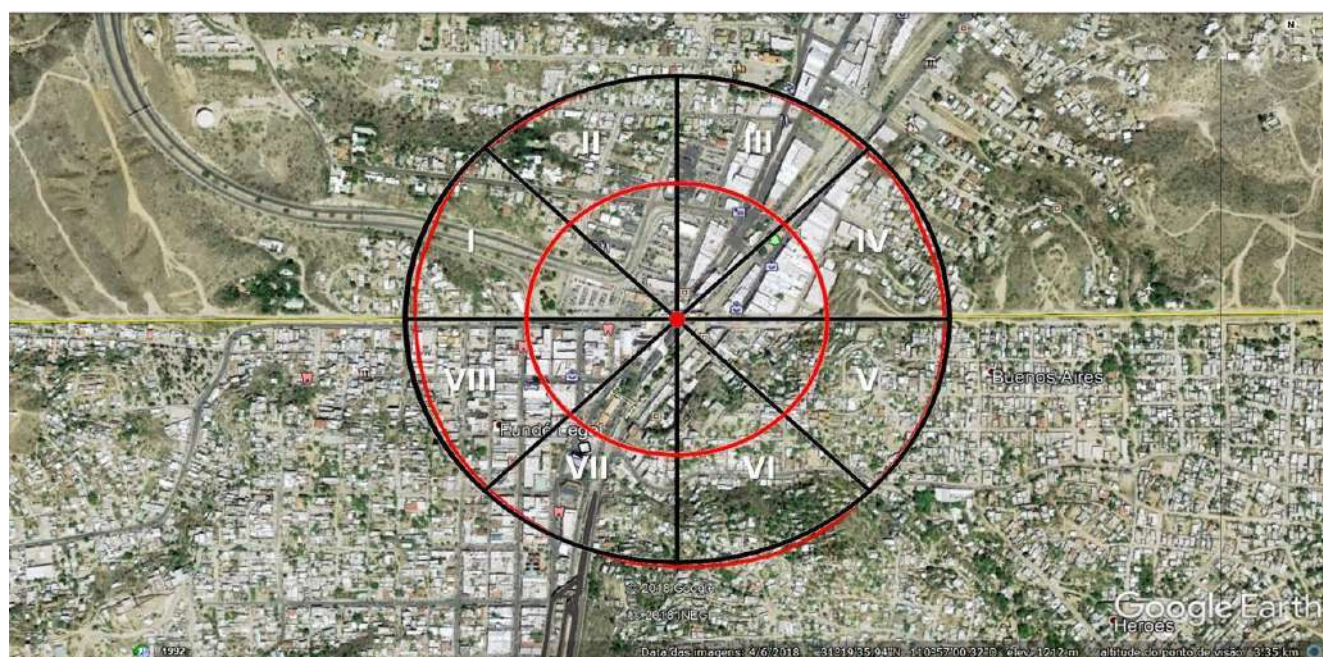


Figura 2: Matriz de observação sistemática de Nogales, MEX/ Nogales, EUA.

Identificamos grande semelhança entre os domínios propostos na Matriz de Observação Sistemática estruturada pelo Prof. Lara-Valencia (2018) e as orientações presentes no Manual de Leitura de Paisagem, elaborado pelos Professores Roberto Verdum e Luiz Fernando Mazzini Fontoura (2009), em uso em algumas disciplinas do curso de Geografia da UFRGS. A publicação de Verdum e Fontoura traz um roteiro para leituras de paisagem, considerando critérios relevantes à realidade local e regional (Verdum; Fontoura, 2009).

Aproximamos a Matriz de Observação Sistemática ao Roteiro de Leitura da Paisagem. Aprofundamos o entendimento dos aspectos a serem observados recorrendo à obra Espaço e Método, de Milton Santos (1985), que propõe como categorias da análise espacial forma, função, estrutura e processo. A partir dessas referências, montamos o roteiro a ser empregado nos trabalhos de campo e na elaboração dos relatórios descritivos, estabelecendo balizamentos que permitiam a aproximação das análises feitas para cada par de cidades.

Foram definidos quatro domínios da paisagem transfronteiriça: forma, função, estrutura e dinâmica (processo). Obviamente, trata-se de um esquema, lidando com as múltiplas sobreposições presentes nas práticas cotidianas fronteiriças (quadro 1).

DOMÍNIO	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
FORMA	Aspecto visível de uma paisagem, com elementos do ambiente natural e construído facilmente reconhecíveis em campo, que expressam as oportunidades e os fluxos de interação através das fronteiras.	Ocupação das terras, relevo, presença de água, cobertura vegetal, morfologia urbana, condições de arruamento, etc. Símbolos nacionais, placas, postos de controle, pontes, túneis, canais, muros etc.
FUNÇÃO	Apropriação do espaço e uso social. A interação, as complementaridades, interdependências ou a separação entre ambos os lados da fronteira em atividades ligadas à economia e às sociedades.	Turismo, compras, viajantes, migrações, comércio. Serviços e fluxos humanos e econômicos continuados ou intermitentes.
ESTRUTURA	O alcance dos mecanismos formais e informais e as normas e leis criadas para regular as interações sociais e econômicas na área. Revela a natureza social e econômica do espaço fronteiriço.	Intervenções estatais realizadas e propostas. Infraestruturas de saúde, educação e outros serviços públicos compartilhados ou não. Cooperação, coordenação, acordos, redes, planos, coalizões, conselhos, etc.
PROCESSO/ DINÂMICA	Práticas culturais e simbólicas contínuas que geram semelhanças e diferenças entre as unidades de paisagem ao longo do tempo, em sua continuidade e em mudanças.	Dinâmicas derivadas das interações sociais e econômicas. Dinâmicas culturais e simbólicas (artes, língua, etc.) expressando alteridade, identidade e pertencimento transfronteiriços, etc.

Quadro 1: Resumo dos domínios da paisagem transfronteiriça.

Fonte: Elaborado por Adriana Dorfman a partir de Lara-Valencia (2018), Verdum; Fontoura (2009) e Santos (1985).

Através do referencial citado acima, e com a orientação dos respectivos professores, as turmas de Geografias Descoloniais e *Borders in Motion* realizaram uma exploração virtual das duas áreas de estudo no software *Google Earth Pro*, permitindo realizar comparações entre ambos os pares de cidades. No início de novembro de 2018, os professores deram aulas via *Skype*, trocando as turmas. Apesar das questões de fuso horário, a apresentação das cidades-gêmeas próximas dos professores para alunos distantes facilitou a exploração de semelhanças e diferenças entre Ambas Aceguás e Ambos Nogales. As cidades-gêmeas distantes provocaram grande interesse nos alunos: os brasileiros se chocaram com a materialização do muro fronteiro e os norte-americanos conheceram uma fronteira aberta, desimpedida, inimaginável a partir de sua experiência.

A próxima atividade foi organizar as responsabilidades de cada turma no trabalho de campo. A prática de campo é usada, contemporaneamente, em algumas áreas da ciência, tais como a Geografia e a Antropologia, que buscam a observação direta e a análise de objetos situados fora de gabinetes, bibliotecas e salas de aula. A inclusão de trabalhos de campo nas disciplinas de ensino superior reflete o entendimento de que práticas de leitura do espaço integram não apenas as atividades de pesquisa, mas também o ensino-aprendizagem. A observação em campo foi condicionada pelos recursos e cronograma da faculdade e dos alunos, pelos dias letivos ou de trabalho, e pela distância de Porto Alegre a Ambas Aceguás (432 km) e de Tempe a Ambos Nogales (280 km).

Pesquisando em Ambas Aceguás

Nos dias 10 e 11 de novembro de 2018 foi realizado um trabalho de campo, saindo de Porto Alegre em direção à Bagé e Aceguá, BRA/ Aceguá, URU (figura 3).

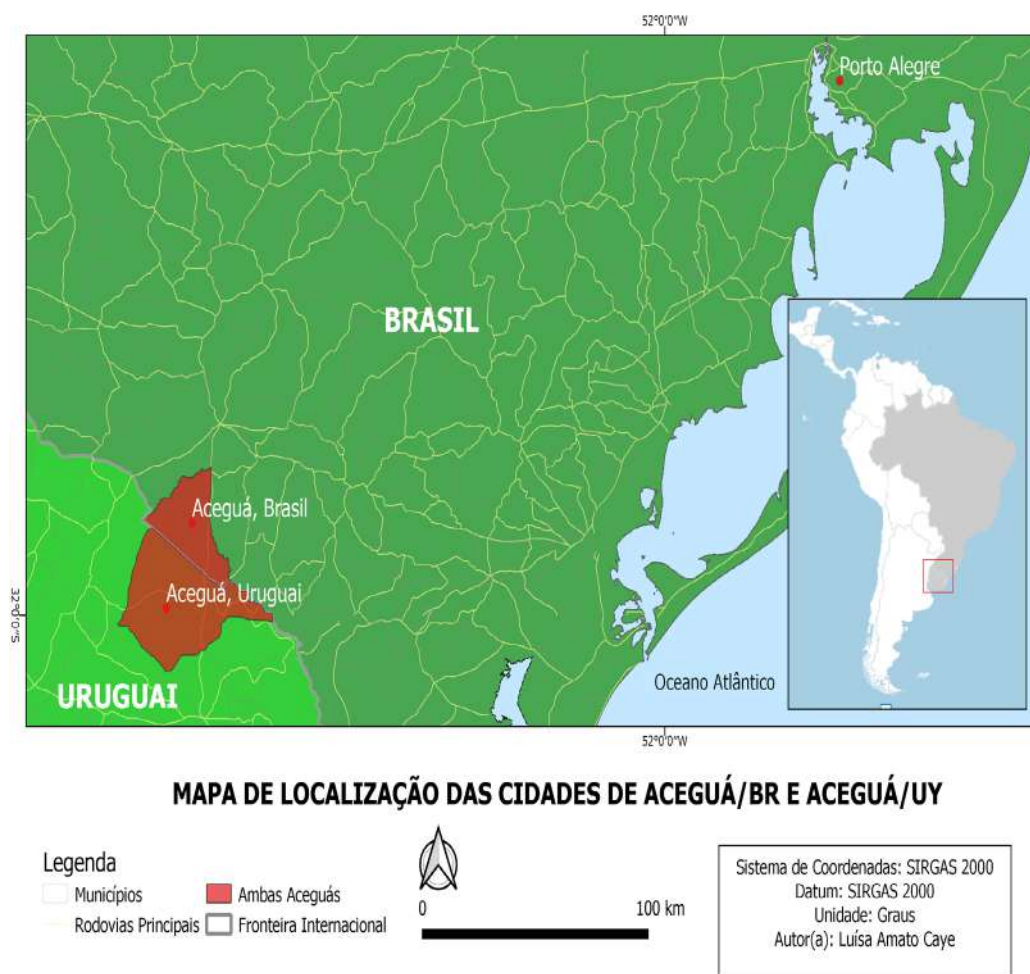


Figura 3: Mapa de localização das cidades de Aceguá, BRA/ Aceguá, URU. Cartografia de Luísa Amato Caye (2019).

A cidade de Aceguá, BRA apresenta, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, 4.394 habitantes, sendo em sua maioria moradores da área rural, enquanto Aceguá, URU possui menos de 2.000 habitantes (Mazzei; Souza, 2012). Ambas são cidades pequenas e ficam distantes dos grandes centros urbanos, assim como de suas respectivas capitais, (Porto Alegre) Brasília e Montevideu. Por se situar em áreas periféricas dos Estados nacionais, fogem do destino das tradicionais políticas de desenvolvimento destinadas aos centros urbanos, e acabam por apoiar-se no atendimento da população local.

Cada grupo ficou responsável por fazer suas observações em dois quadrantes (dentro de um total de oito) referentes à matriz de observação sistemática (Lara-Valencia, 2018), sendo um destes quadrantes em território brasileiro e o outro em território uruguaio. Os aspectos observados e descritos em cada quadrante foram analisados em relação aos domínios socioespaciais da paisagem transfronteiriça apresentados anteriormente (forma, função, estrutura e dinâmica) e estão aqui organizados a partir dos relatórios dos discentes, incluídos observação do lugar, entrevistas com moradores, registro fotográfico e produções textuais.

Em primeiro lugar, foram observadas as **formas** visíveis da fronteira. Ambas Aceguás ficam no alto duma coxilha suave e diferentes pontos das cidades permitem observar um vasto horizonte, indicando que a escolha do sítio teve razões estratégicas que remetem à história da demarcação dos limites. Os fluxos, representando a interação e a integração, geraram muitos registros nos relatórios elaborados pelos alunos: a fronteira internacional acompanha uma estrada de terra que permite o fluxo livre entre as cidades, o que chama muito a atenção quando comparada com os muros e barreiras presentes em Ambos Nogales. A população ocupa ambos os lados da estrada. Há uma aduana em uma estrada perpendicular à linha de fronteira, que permite fiscalizar a entrada de veículos com mercadorias. Ao longo desta via, muitas casas comerciais se alinham, mas nos quadrantes visitados há predominância das áreas residenciais. A livre passagem pode ser simbolizada por um parque infantil, onde o balanço oscila entre Brasil e Uruguai (figura 4).



Figura 4: Balançando sobre a linha de fronteira em Ambas Aceguás. Foto de Adriana Dorfman (2018).

No que se refere às **funções**, as atividades e interações entre as cidades na fronteira foram analisadas, como a presença dos *free shops* do lado uruguaio, exclusivamente voltados para o turismo de compras de brasileiros (figura 5). Além disso, muitas pessoas, de qualquer nacionalidade, atravessam a fronteira para adquirir produtos em lojas, mercados e armazéns. A flutuação do câmbio faz com que, atualmente, seja mais barato comprar no Brasil do que no Uruguai. Outras interações que ocorrem em Ambas Aceguás estão ligadas à migração pendular realizada por trabalhadores, estudantes e usuários dos sistemas de saúde, que usufruem dos recursos oferecidos pelo país vizinho.



Figura 5: A fronteira (cavalo em Aceguá, BRA, marco e free shops em Aceguá, URU). Foto de Adriana Dorfman (2018).

Em relação à **estrutura** e ao alcance dos mecanismos formais e informais, bem como à legislação e regulação das interações sociais e econômicas, existem algumas iniciativas de integração e aperfeiçoamento dos serviços públicos compartilhados. Por exemplo, a integração se dá através da educação, com crianças uruguaias que fazem o ensino fundamental em escolas brasileiras, e da saúde, visto que o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro pode ser acessado pelos residentes do país vizinho. Há diversas placas que chamam a atenção para os projetos de políticas públicas que impulsionam a integração entre as duas cidades - alguns desses com investimento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercado Comum do Sul (FOCEM) (figura 6).



Figura 6: Placa indicando a origem integracionista dos fundos para a qualificação do saneamento básico em Aceguá, BRA/ Aceguá, URU.
Foto de Edgar Vellozo (2018).

Ainda no domínio estrutural, é importante notar que Aceguá, BRA é um município, e que nos encontrávamos na cidade-sede do mesmo. Enquanto isso, Aceguá, URU é uma vila, dependente do departamento de Cerro Largo. A diferença de hierarquia se expressa espacialmente em menores investimentos e menos equipamentos de serviços à população.

A detecção de **dinâmicas** depende da interação com a população. Conversando com os moradores sobre suas vivências na área de fronteira, foram observadas dinâmicas derivadas das interações sociais e econômicas que implicam na produção de expressões culturais e de ideias de pertencimento e conexão afetiva que os residentes de um lado da fronteira têm para com os residentes do outro lado.

Se percebe uma forte integração cultural e econômica nesse espaço, uma vez que as crianças desde pequenas são educadas de forma multicultural em um ambiente incomum para pessoas que moram em cidades longe da fronteira. Jovens e adultos fazem trajetos internacionais diariamente para estudar, trabalhar ou fazer compras e essa convivência fortalece os laços entre a população das duas cidades. Entrevistados citaram o Programa Escolas Interculturais de Fronteiras (PEIF), a integração educacional com a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSul), essas últimas instituições na cidade vizinha de Bagé.

Outros processos integrados foram conhecidos em uma conversa com um ex-membro da polícia do Uruguai, que relatou a cooperação entre os departamentos de polícia dos dois países, em que os agentes combinam e autorizam a entrada dos mesmos no país do outro à procura de fugitivos.

Apesar das limitações na realização do trabalho de campo – como o tempo curto e a tarde quente – foram obtidos resultados relevantes a partir da observação feita pelos alunos, que tiveram a experiência de analisar a atividade em uma cidade-gêmea na fronteira do Rio Grande do Sul. Há grande interesse em visitar a fronteira, e vários discentes relataram ter sido este seu primeiro contato com o exterior e com essa espécie de espaço (figura 7).



Figura 7: Alunos, professores e moradores no marco de fronteira em Ambos Açuás. Foto de Luiz Fernando Mazzini Fontoura (2018).

Pesquisando em Ambos Nogales

Um grupo de cinco estudantes da Arizona State University (ASU) deu início ao seu trabalho de campo na manhã do dia 16 de novembro de 2018 em direção a Nogales, Sonora e Nogales, Arizona. Ambos Nogales estão localizados a 280 quilômetros ao sul da cidade de Tempe, na fronteira entre México e Estados Unidos (figura 8).

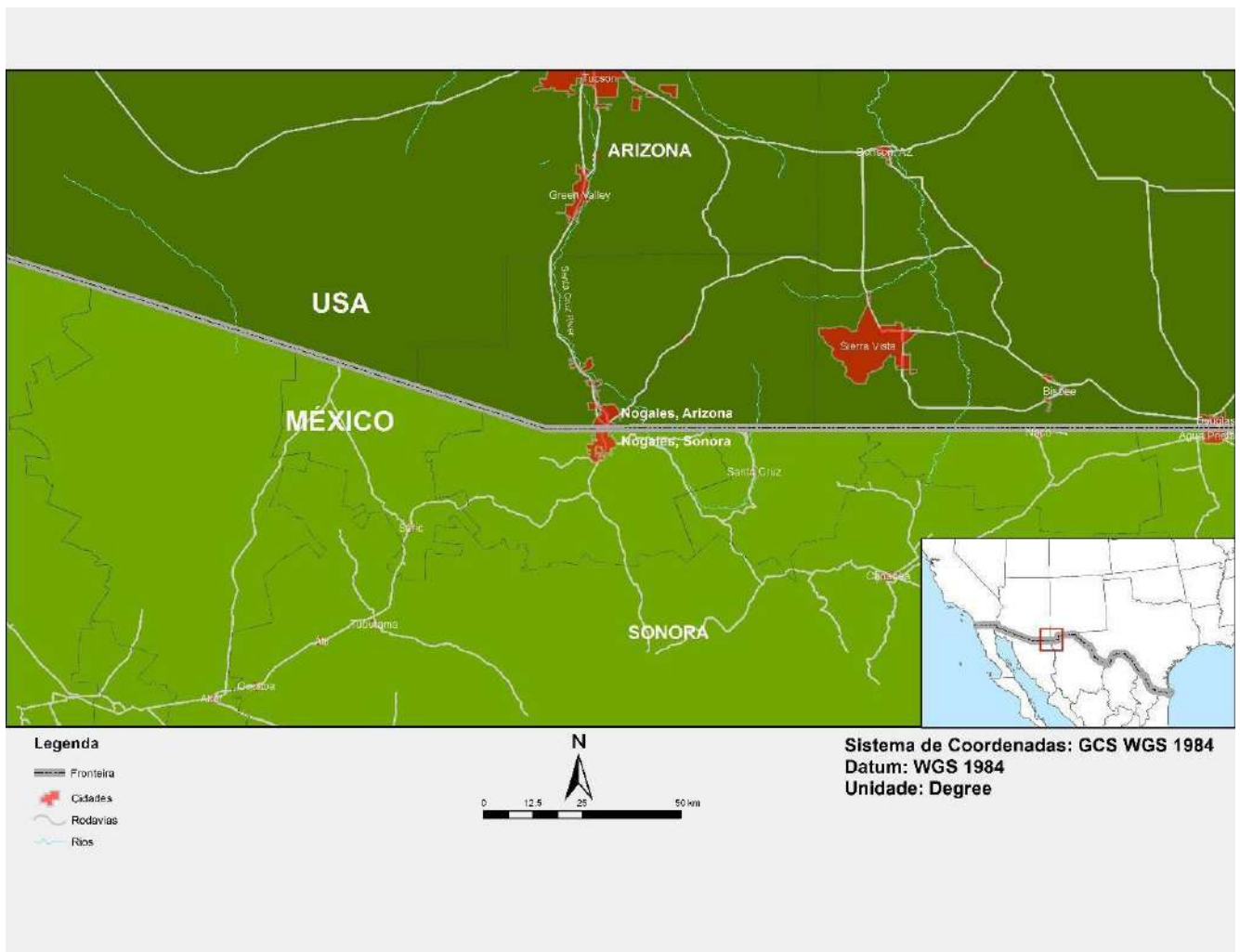


Figura 8: Mapa de localização das cidades de Nogales, EUA/Nogales, MEX. Cartografia de Francisco Lara Valencia (2019).

Durante o trajeto, o grupo realizou paradas rápidas para observar os elementos da paisagem natural (desertos e rios) e cultural (missões e rotas de transporte) que dão uma identidade comum a região de Ambos Nogales, conhecida por alguns como a “*Pimería Alta*”. O trabalho de campo começou em Nogales, Arizona, na zona comercial adjacente à fronteira e prosseguiu ao México, quando o grupo cruzou a linha internacional para fazer o percurso e as entrevistas em Nogales, Sonora, e foi finalizado à tarde com um trajeto e mais entrevistas em Nogales, Arizona. A maioria dos estudantes da turma cruzou a fronteira pela primeira vez em suas vidas. Os estudantes receberam instruções para registrar os elementos que definem forma, função, estrutura e dinâmica da paisagem *in loco* e utilizando os quadrantes da matriz de observação sistemática correspondente a cada cidade.

Também foram instruídos de que, ao retornar a Tempe, elaborariam um relatório de trabalho de campo em colaboração com outros estudantes. As observações a seguir estão baseadas tanto nas anotações dos estudantes nas matrizes, como nestes relatórios. A discussão foi enriquecida na aula subsequente ao trabalho de campo, em conjunto com os estudantes que não puderam participar da atividade prática.

Entre os elementos que definem as **formas** da paisagem transfronteiriça de Ambos Nogales, destacam-se os postos de controle fronteiriço que ordenam rigidamente as saídas e entradas de pessoas e veículos entre os dois países. Existem três pontos de cruzamento fronteiriço entre Ambos Nogales, um deles localizado a mais de três quilômetros do centro histórico de ambas as cidades e, portanto, fora do raio de observação estabelecido para este exercício. Os estudantes cruzaram a fronteira caminhando e, para sair dos Estados Unidos pelo posto fronteiriço principal e mais antigo, tiveram que passar por uma porta com catraca e escanear suas mochilas em uma máquina de raio-X, para assim entrar no México.



Figura 9: Veículos entrando em Nogales, MEX pela rua principal. Foto de Francisco Lara Valencia (2018).

Os edifícios que abrigam os serviços de migração e aduana marcam a fronteira de maneira evidente e parecem ser o ponto de partida da cerca metálica de mais de seis metros de altura que divide os dois países (figura 10). As grandes filas de pessoas e de veículos tentando entrar nos Estados Unidos contrastavam com o pequeno movimento em direção ao México naquele momento. O cruzamento fronteiriço é, materialmente, o lugar de uma barreirização seletiva, já que é mais fácil o movimento de norte a sul do que de sul a norte, como foi experimentado pelos estudantes quando retornaram aos EUA pelo pequeno edifício do posto de controle que conecta a rua Morley em Nogales, EUA com a rua Elías, em Nogales, MEX.

Os cruzamentos fronteiriços estão localizados na parte baixa de um vale estreito, flanqueado por um morro de forte declive a leste e colinas mais suaves a oeste. Fica claro que o declive do terreno diminui de sul a norte, fazendo com que o cruzamento fronteiriço seja também o ponto receptor dos deslizamentos superficiais provocados pelas fortes tormentas de verão que são comuns em Nogales (figura 10). Pode-se dizer que a topografia do lugar e a centralidade da fronteira na cidade fazem que os postos de passagem fronteiriça sejam o ponto de congruência entre todos os tipos de fluxos gerados pela natureza e a sociedade em Ambos Nogales.



Figura 10: Patrulha fronteiriça percorrendo a cerca que divide Ambos Nogales. Foto de Francisco Lara Valencia (2018).

A **função** do espaço adjacente ao cruzamento da fronteira em ambos os lados da linha internacional é principalmente comercial, de serviços e administrativa. No entanto, são significativas as diferenças nas funcionalidades, nos tipos de atividades e nos usos do espaço em cada lado da fronteira.

Os primeiros estabelecimentos que observamos são casas de câmbio, “*curios shops*” (vendendo souvenirs), consultórios odontológicos, farmácias e lojas de bebidas alcoólicas que anunciam a entrada do centro comercial histórico de Nogales, MEX. O número de pessoas esperando, caminhando, ou tentando vender algo nas ruas e avenidas que conectam o porto fronteiriço com o centro é considerável e proporciona uma grande vitalidade à área. Ao longo da rua Obregón, o principal corredor turístico de Nogales, também observamos alguns restaurantes, hotéis e salões de beleza. Talvez por ser ainda manhã, a rua não estava com grande tráfego e a maioria das pessoas que por ali transitavam pareciam ser residentes da região.

Alguns edifícios da rua Obregón aparentavam abandono e não foi observado nenhum tipo de obra em andamento. A zona também está ocupada por igrejas, escolas, museus, praças e pelos escritórios do governo municipal. O centro da cidade está dividido pelas vias ferroviárias, e assim, deve-se cruzar por uma passarela que conecta com a rua Elías a leste. Nesta rua se observa a presença de bares e restaurantes, porém também se nota que alguns edifícios antigos estão sendo reconstruídos e transformados em consultórios odontológicos e spas.

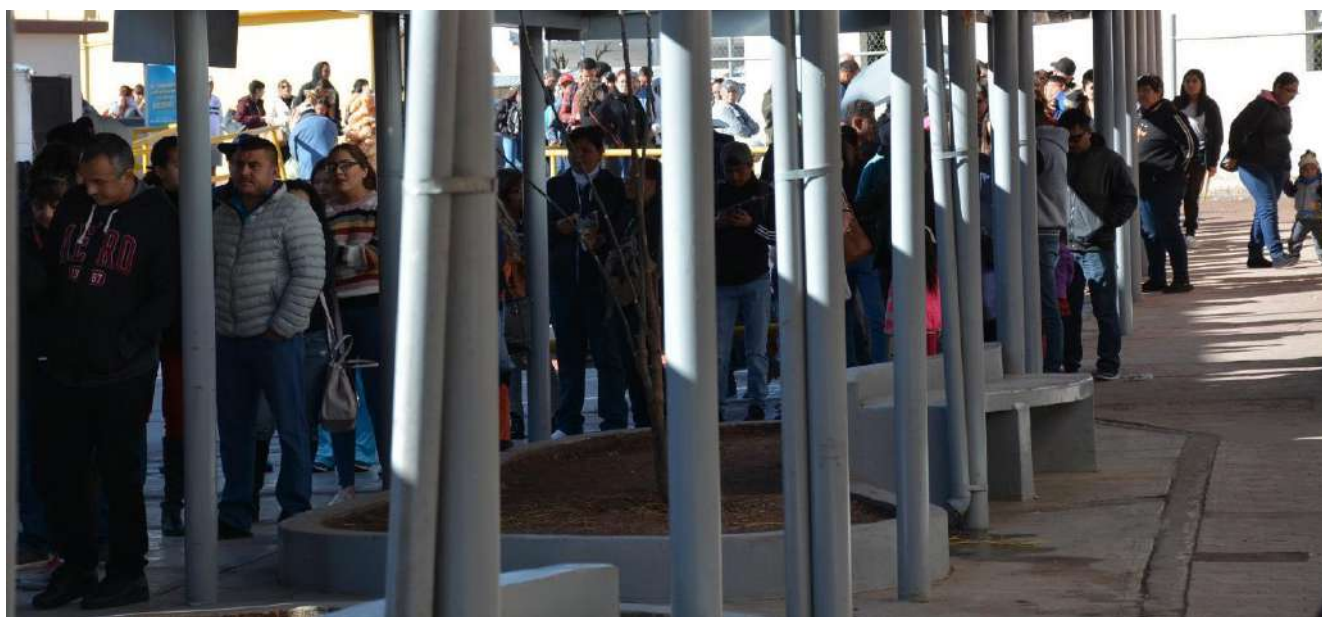


Figura 11: Pessoas esperando para cruzar a fronteira em Nogales, MEX. Foto de Francisco Lara Valencia (2018).

O centro de Nogales, EUA também está dividido pela via ferroviária. No lado oeste, as atividades dominantes têm a função de facilitar a mobilidade para e desde os Estados Unidos. Chama a atenção as empresas de transporte que conectam com Tucson, Phoenix e outras grandes cidades da região. Também se observam algumas casas de câmbio e uma loja *duty free*. Vários compradores desta loja eram pessoas que recebiam seus produtos livres de impostos ao cruzar para o México, apenas para retornar imediatamente aos Estados Unidos. Como nos foi explicado, isso somente é possível se as filas de espera no cruzamento não são grandes. Sendo a área mais antiga da cidade, o centro também é ocupado por uma praça, um museu, uma igreja e um banco. Há alguns estabelecimentos de *fast food*, mas não há restaurantes ou outros serviços para turistas.

No lado leste, a rua Morley é o corredor comercial principal da zona adjacente ao cruzamento fronteiriço em Nogales, EUA e está ocupada principalmente por lojas de roupa, sapatarias e artigos para uso doméstico. Não existem outros tipos de estabelecimentos na área. A maioria das lojas parecem ser gerenciados por comerciantes de origem asiática e oferecem produtos com preços baixos, produzidos principalmente na China. As vitrines

expõem uma grande variedade de produtos, mas observamos uma grande quantidade de compradores mexicanos caminhando até o cruzamento fronteiroço carregados com 2 ou 3 cobertores. Por sua acessibilidade, a rua Morley parece ser um corredor comercial dos compradores mexicanos que cruzam a fronteira caminhando.

A **estruturação** da paisagem transfronteiriça pode ser observada durante o trajeto, em que a fronteira aparece como um espaço vigiado e controlado, como indica o grande número de policiais e guardas que inspecionam os documentos, os pertences e as pessoas. As filas de pessoas e veículos esperando em ordem e pacientemente o momento da inspeção foram observadas e também experimentadas pessoalmente pelos estudantes durante o trabalho de campo.

Em Nogales, EUA a exibição de tecnologia (veículos e barreiras) e pessoal uniformizado, tanto para sair como para entrar, é considerável. Em praticamente qualquer ponto em Nogales, EUA é possível visualizar as torres com câmeras, os refletores, os caminhos e os veículos que fiscalizam a cerca fronteira e que limitam o movimento e a interação social fora das passagens fronteiriças oficiais.

Em Nogales, MEX também se observou a presença de tecnologia de controle e barreiras à circulação de pessoas e veículos, mas não com o mesmo volume e diversidade. Em primeiro lugar, não há guardas inspecionando documentos, são checados apenas pacotes e veículos com mercadorias taxadas.

A fronteira também marca outras diferenças que estruturam e reproduzem usos do espaço que são particulares a cada cidade. Os estudantes observaram que a diversidade de atividades que se realizam no centro de Nogales, MEX é maior e que este local segue atraindo uma importante quantidade de residentes locais, não apenas visitantes e pessoas em trânsito. Entretanto, o centro de Nogales, EUA é mais uniforme e parece ocupado principalmente por visitantes e transeuntes.

Como foi explicado aos estudantes pela diretora do Escritório de Desenvolvimento Urbano de Nogales, MEX, as práticas de planejamento urbano e a regulação do uso do solo são distintas em ambos os lados da fronteira, e isso reflete fisicamente nos centros comerciais de cada cidade. Os estudantes tomaram nota das diferentes expressões materiais e simbólicas dos **processos e dinâmicas** de apropriação e identificação com o espaço em ambos os lados da fronteira. Além dos símbolos nacionais óbvios (bandeiras e brasões nacionais), os estudantes também observaram elementos de resistência ao efeito da fronteira e de seu fechamento. Em Nogales, EUA isso inclui cartazes denunciando a militarização da fronteira e mensagens bilíngues convidando a explorar e conhecer ambas as cidades. Durante uma reunião com o prefeito de Nogales, EUA, foi explicado aos estudantes que a comunidade binacional de Ambos Nogales não é uma ideia, é uma realidade que se mantém e se reproduz cotidianamente pelos laços familiares e de amizade que existem, apesar da cerca e da instalação de arames farpados pelo Exército dos Estados Unidos.

Em Nogales, MEX, a dureza da fronteira é combatida usando a cerca divisória como um mural para a expressão artística, pictórica e escultural, como um instrumento para a denúncia das atrocidades da militarização da fronteira e dos sonhos que induzem a esperança da travessia. Durante o trajeto, também foi possível observar o movimento cotidiano dos estudantes transfronteiriços que cruzam a fronteira do México para ir às aulas em escolas públicas e privadas em Nogales, EUA. A travessia diária da fronteira por motivos educacionais desde jovem é possibilitada pela existência de famílias transfronteiriças. Elas vivem e convivem na fronteira e são importantes porque reforçam a noção da fronteira como um recurso, evidenciando que os obstáculos para sua passagem são um inconveniente desnecessário.



Figura 12: Alunos e professor Francisco Lara-Valencia com o prefeito de Nogales, EUA, John Doyle (2018)

O quadro 2, a seguir, busca aproximar as observações realizadas pelos alunos em Ambas Aceguás e Ambos Nogales.

	AMBAS ACEGUÁS	AMBAS NOGALES
FORMA	<ul style="list-style-type: none"> + Área predominantemente residencial organizada pela estrada que também serve como limite territorial entre Brasil e Uruguai. + Fronteira sem barreiras à passagem da população, fluxo livre entre as cidades, que parecem totalmente geminadas. + Presença de Aduana deslocada em uma estrada perpendicular à linha de fronteira que fiscaliza a entrada de alguns veículos com mercadorias. + Topo de morro, visão do horizonte, sítio estratégico 	<ul style="list-style-type: none"> + Os postos de controle fronteiriço (migração e aduanas) de Estados Unidos e México são o elemento central da paisagem urbana de Ambos Nogales. + A cerca de metal, que se estende de leste a oeste e separa os dois países é o outro elemento definidor do espaço + Grandes filas de pessoas e veículos esperando pacientemente e em ordem para cruzar a fronteira + A topografia é dominada por declives a leste e colinas suaves a oeste que formam um estreito vale, pelo qual passa a ferrovia, os veículos e as pessoas que cruzam a fronteira.

	AMBAS ACEGUÁS	AMBAS NOGALES
FUNÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> + Comércio integrado pela flutuação das moedas locais. + Migração pendular de trabalhadores, estudantes e usuários de serviços médicos no país vizinho. + Destino turístico e comercial: Free-shops localizados no lado uruguaio geram turismo de compras de brasileiros. Uruguaios não podem comprar nesses estabelecimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> + Alta concentração de comércios complementares e serviços turísticos em Nogales, MEX e de comércio em Nogales, EUA. + Intenso movimento bidirecional de pessoas e veículos, o que define a área como uma zona de trânsito. + As funções administrativas principalmente de controle e vigilância fronteiriça, são evidentes na alta densidade de pessoas uniformizadas, câmeras, veículos policiais e barreiras para limitar o movimento da área.
ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> + Aceguá, URU tem status administrativo inferior à Aceguá, BRA e tem aspecto mais rural, enquanto Aceguá, BRA tem aspecto mais urbano. + Iniciativas de melhorar e integrar os serviços públicos sinalizadas por placas institucionais com menção a agências de convergência estrutural e integração regional. + Asfalto apenas na área de circulação junto aos <i>free shops</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> + Contraste nas funções e usos do solo como resultado de diferenças nas contradições e práticas de planejamento em ambos os lados da fronteira + As diferenças entre o nível de renda, taxas alfandegárias e a flutuação do câmbio peso-dólar criam oportunidades econômicas distintas e variáveis em ambos os lados da fronteira (i.e. lojas de roupa em Nogales, EUA e farmácias em Nogales, MEX).
PROCESSO/ DINÂMICA	<ul style="list-style-type: none"> + União facilmente perceptível entre a população de Aceguá, BRA e Aceguá, URU + Espaço multicultural e de forte integração econômica. + Integração promovida pela circulação da população em busca de serviços e no exercício de suas funções (policiamento, comercialização) + Ações de integração espontâneas. 	<ul style="list-style-type: none"> + Laços familiares e de amizade que contribuem para a formação de um sentido de comunidade que transcende a fronteira. + Manifestações de multiculturalidade que se expressam no uso da linguagem em todos os âmbitos da vida social e em diversas práticas culturais + Rejeição, porém também ambivalência, frente às ações de fechamento da fronteira empreendidas pela administração de Donald Trump. + Ações de fechamento da fronteira forçadas e violentas.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos relatórios de campo da turma de Geografias Descoloniais (UFRGS, 2018) e da turma de Borders in Motion (ASU, 2018).

O quadro acima traz comparações entre as duas condições fronteiriças. Ele também demonstra os resultados possíveis com o método aqui proposto, que permite organizar descrições objetivas dos locais visitados com diversas percepções sobre a paisagem transfronteiriça, informadas também pelos olhares cruzados com as fronteiras mais distantes.

A comparação entre os dois pares de cidades apaga as diferenças presentes na escala local, evidenciando as condições fronteiriças distintas. Ambas Aceguás passam a ser vistas como um conjunto caracterizado por moradias, trânsito livre e integração, enquanto Ambos Nogales são marcadas pela abundância de estabelecimentos comerciais, controle fronteiriço e integração mediada, em comparações cruzadas.

Considerações Finais

Nas páginas anteriores, descrevemos uma experiência de ensino-pesquisa em que alunos do Brasil e dos Estados Unidos da América transitaram por várias dimensões do fenômeno fronteiriço. Projetado para promover uma compreensão crítica dos conceitos de cidades-gêmeas e condição fronteiriça a partir da análise da paisagem socioespacial transfronteiriça, o método explora a interação entre fronteira (território) e sociedade em diferentes condições fronteiriças, dando a conhecer a natureza fluida, relacional e contraditória desse objeto. As experiências vividas em Ambas Aceguás (ou Ambos Nogales) e as conclusões a que se chega após sua discussão podem ser entendidas como um estudo de caso, mas seu sentido foi aprofundado a partir da comparação com Ambos Nogales (ou Ambos Aceguás).

As cidades-gêmeas de Ambas Aceguás e Ambos Nogales, embora com diferenças substanciais, são espaços em que o poder soberano do Estado-nação é expresso material e simbolicamente em múltiplas formas: postos de controle, regulamentação dos fluxos e símbolos nacionais. No caso da fronteira México-EUA, o poder está na forma de uma fronteira dura e sobredeterminada por camadas de controle que incluem cercas, barreiras, tecnologia e guardas de fronteira que fazem parte de um sistema de vigilância onipresente. No caso da fronteira do Brasil e do Uruguai, o limite não tem outra expressão material além de monumentos, bandeiras e postos de controle que, sem obstruir o movimento entre os dois países, marcam os territórios nacionais.

Devido à sua função de descontinuidade, as fronteiras geram diferenças que estimulam a interação e a mobilidade transfronteiriça das pessoas, que procuram beneficiar-se econômica, social e culturalmente. A manifestação material mais óbvia do efeito da diferença na mobilidade transfronteiriça são as viagens diárias de compradores e turistas em ambas as direções e a concentração de empresas “do outro lado”, na área adjacente às passagens de fronteira de Ambas Aceguás e Ambos Nogales.

Verificou-se ainda que a fronteira induz expressões transculturais e de identidade. Tais expressões são a base de um senso de comunidade que transcende a fronteira. A comunicação bilíngue nas atividades econômicas e no cotidiano e a participação de cidadãos e líderes políticos em ações de cooperação e contra o fechamento da fronteira são elementos que os alunos puderam observar em Ambas Aceguás e em Ambos Nogales.

Todas as observações acima levam a concluir que a análise sistemática da paisagem permite conhecer como a fronteira se materializa e se representa nas cidades-gêmeas estudadas. A comparação entre as paisagens transfronteiriças de Ambas Aceguás e Ambos Nogales permitiu ampliar e transformar essas representações, num processo de pesquisa-aprendizado.

A análise permitiu observar as diferentes visibilidades dos atores que animam essa paisagem, tomando em consideração suas materializações na área urbana das cidades-gêmeas. Os Estados são bastante visíveis, em estruturas como marcos, bandeiras, aduanas, barreiras e muros, por exemplo, ainda que nem sempre exerçam controle rígido. Os atores econômicos expressos na materialidade dos *free shops*, *duty frees*, casas de câmbio e agentes de transporte têm grande visibilidade, com placas nos acessos e construções destacadas, dispostas ao longo dos principais eixos ao longo da fronteira e das vias que levam aos prin-

cipais postos de controle e passagem. As dinâmicas diárias da população exigem acordos de cooperação entre as entidades locais: a integração ao nível local cabe aos atores efetivamente participantes no cotidiano do desenvolvimento regional, como prefeituras, associações, departamentos de polícia, etc. Os atores da sociedade local materializam-se nos pequenos comércios e nas construções residenciais, prédios e casas em geral pequenos e simples e no trânsito cotidiano em demanda de suas atividades e necessidades. Em Ambas Aceguás, as pessoas circulam livremente, balançam seus corpos sobre a linha de fronteira, contestando e reafirmando a separação dos territórios estatais. Em Ambos Nogales, os corpos se ordenam em filas e se submetem aos controles. Mas a fronteira luta para conservar seu caráter de transitividade ao tornar-se suporte para a expressão artística e política de afetos e projetos. Em sua medida, a escala de ação de cada um desses atores constitui a paisagem transfronteiriça de Ambas Aceguás e Ambos Nogales.

Explorar as diferentes condições fronteiriças sul e norte-americanas permitiu aos alunos entender que as fronteiras podem ser, a um só tempo, elemento da paisagem e instituição estruturante das relações sociais em suas imediações.

Referências

AGNEW, John. The territorial trap: The geographical assumptions of International Relations theory, **Review of International Political Economy**. Vol. 1, No. 1 (Spring, 1994), pp. 53-80.

BECKER, Bertha. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 50, No.2, número especial, 1988, p.99-125.

ANCEL, Jacques. **Géographie des frontières**, Paris, 1938, 240 p.

BENEDETTI, Alejandro; BUSTINZA, Ignacio. Estudio comparado de las definiciones sobre frontera en la normativa Sudamérica (con especial énfasis en las décadas de 1980 a 2010). In: BRATICEVIC, Sergio; TOMMEI, Constanza e RASCOVAN, Alejandro (Comp.) **Bordes, Límites, Frentes e Interfaces: Algunos aportes sobre la cuestión de las fronteras**. Buenos Aires, 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Decreto nº8.161**. Portaria 125, de 21 de março de 2014. Republicada em 26 de março de 2014. Brasília, março de 2014.

BRUNET-JAILLY, Emmanuel. **Global Borders: from territorial boundary lines to invisible boundaries?** Victoria: University of Victoria, 2017. 32 slides, color.

BUURSINK, J. 2001. The binational reality of border-crossing cities. **GeoJournal**, 54(1), 7-19.

CATAIA, M. **Território nacional e fronteiras internas. A fragmentação do território brasileiro**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001. (Tese, Doutorado em Geografia).

DELL'AGNESE, Elena; SZARY, Anne-Laure Amilhat. Borderscapes: From Border Landscapes to Border Aesthetics. **Geopolitics**, [s.l.], v. 20, n. 1, p.4-13, 2 jan. 2015. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14650045.2015.1014284>.

DORFMAN, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luis Rabelo. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: NAEA, 2013. p. 97-124.

FERRARI, Maristela. AS NOÇÕES DE FRONTEIRA EM GEOGRAFIA. **Perspectiva Geográfica**, Rondon, v. 9, n. 10, 2014.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, pp. 206-214, 1997.

- HANSEN, N. 1977. Border regions: A critique of spatial theory and a European case study. **The Annals of Regional Science**, 11(1), 1-14.
- LARA-VALENCIA, Francisco. Socio-spatial Domains of Cross-border Integration: Systematic Observation Matrix. Mimeo, 2018, 5 p.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia M. et al. (orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-PA, 1998. p. 41-49.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MAZZEI, Enrique; SOUZA, Mauricio. **La frontera em cifras**. Melo: UdelaR, 2012.
- NEWMAN, David. On Borders and Power: A Theoretical Framework. **Journal of Borderlands Studies**, V. 18, No. 1, 2003.
- BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Unesp, 2011.
- REITEL, Bernard. Article « Frontière », *Hypergéó*, 2004
- ROCHA, Rafael Port da; DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Borba Colen. Construindo a Base de Dados de Teses, Dissertações e Monografias sobre Estudos Fronteiriços. **Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras**, [s.l.], v. 2, p.13-59, 2015. Editora Letra1. <http://dx.doi.org/10.21826/2525-913x-2015-2p13-59>.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.
- SOHN, Christophe; LARA-VALENCIA, Francisco. Borders and cities: Perspectives from North America and Europe. **Journal of Borderlands Studies**, 28(2), 181-190, 2013
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. 320 p.
- SZARY, Anne-Laure Amilhat; GIRAUT, Frédéric. Cap. 1. Borderities: The Politics of Contemporary Mobile Borders. In: SZARY, Anne-Laure Amilhat; GIRAUT, Frédéric. **Borderities and the Politics of Contemporary Mobile Borders**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 1-23.
- VELOZO, Edgar Garcia. **Desafios do ensino de Geografia em região de fronteira: o caso da fronteira de Ambas Aceguás**. Porto Alegre, 2019. 44 p.
- VERDUM, Roberto; FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. **Temáticas rurais: do local ao regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 48 p.

A OBSERVAÇÃO DA PAISAGEM COMO FORMA DE ESTUDO DE TERRITORIALIDADE:

O Caso Da Vila Belmiro Em Santos (SP)

**LANDSCAPE OBSERVATION AS A WAY TO UNDERSTAND
TERRITORIALITIES:** A Study at Vila Belmiro Stadium, Santos (SP)

**OBSERVACION DE LA PAISAJE COMO MEDIO DE
ESTUDIAR TERRITORIALIDADES:**

El Caso de Vila Belmiro en Santos (SP)

RESUMO

O trabalho visa elucidar a importância da observação da paisagem no meio urbano como forma de evidenciar como grupos hegemônicos exercem poder sobre um lugar através da produção de símbolos que criem discursos e narrativas próprios. Assim, a discussão aqui proposta tem como objetivo discutir a paisagem como forma de comunicar o domínio de grupo sobre um determinado espaço, visto aqui como territorialidade, utilizando como metodologia os preceitos criados pela Nova Geografia Cultural inglesa dos anos 1980. O estudo de caso aqui apresentado é a Vila Belmiro (Estádio Urbano Caldeira) em Santos, pois o estádio de futebol é um lugar de grande relevância cultural, além de seu entorno ser local de socialização e espaço da alteridade entre grupos urbanos diferentes o que torna a produção simbólica mais expressiva.

Palavras-chave: Nova Geografia Cultural, Paisagem, Territorialidade

ABSTRACT

This work means to elucidate how important the landscape studies in urban areas can be as a way to evidence how hegemonic groups have their power exercised in a place by their symbol production able to create their own speeches and narratives. The discussion here has as a goal to think the landscape as a way to communicate a group's domain over a particular space, seen here as territoriality, using as methodology principles created by the 1980s English New Cultural Geography. Here is shown a case study about Vila Belmiro (Urbano Caldeira Stadium) in Santos (SP), as the football stadium is a place of a great cultural relevance, furthermore its surroundings are socialization and alterity place between different urban groups, which makes the symbolic production more expressive.

Key Words: New Cultural Geography, Landscape, Territoriality

RESUMEN

Este trabajo pretende dilucidar la importancia de los estudios de paisaje en las zonas urbanas como una forma de evidenciar cómo los grupos hegemónicos ejercen su poder en un lugar por su producción de símbolos capaces de crear discursos y narrativas sobre ellos y sus adversarios. La discusión aquí tiene como objetivo pensar el paisaje como una forma de comunicar el dominio de un grupo sobre un espacio particular, visto aquí como territorialidad, utilizando como principios metodológicos creados por la Nueva Geografía Cultural inglesa de los años 80. Aquí se muestra un caso de estudio sobre Vila Belmiro (Estadio Urbano Caldeira) en Santos (SP), ya que el estadio de fútbol es un lugar de gran relevancia cultural, además sus alrededores son lugar de socialización y alteridad entre diferentes grupos urbanos, lo que hace más expresiva la producción simbólica.

Palabras clave: Nueva Geografía Cultural, Paisaje, Territorialidad

Introdução

Santos, 11 de novembro de 2019. Tudo parecia extremamente calmo e tranquilo na Vila Belmiro. O Santos FC jogou sábado contra o EC Goiás, em Goiânia, e ganhou de maneira convincente por três gols a zero. Nada parecia tirar o sossego do time comandado pelo argentino Jorge Sampaoli, terceiro colocado na competição nacional e muito provavelmente classificado à próxima Copa Libertadores da América. No entanto, segundo o portal Lancenet! (2019), o presidente José Carlos Peres havia sido punido pelo Supremo Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) por afirmar que o sistema de arbitragem eletrônica, o VAR, estaria auxiliando o Flamengo. Por consequência, o mandatário santista ficou impedido de exercer qualquer comunicado em nome do clube por 15 dias, o que foi entendido como suspensão geral pelo vice-presidente, Orlando Rollo. Na manhã do dia 11, Rollo tentou se utilizar desse argumento para afastar o Comitê de Gestão, grupo de conselheiros da presidência com poder deliberativo – algo que só o presidente pode fazer.

Dessa forma, o jornalista Gabriel Santos (2020) apurou que Peres acusou Rollo de golpe, sendo essa uma acusação recorrente na história recente do Santos FC. Inclusive, algo que

parece ser simplesmente uma briga política dentro do clube envolve uma série de outros atores políticos do clube e da cidade de Santos, cidade da Região Metropolitana da Baixada Santista no estado de São Paulo. Essas brigas dividem facções da elite da cidade conforme interesses econômicos e políticos, tendo o clube importância devido ao papel identitário que exerce na cidade. Dessa forma, nos momentos de acirramento ou crise política é comum que o entorno do estádio seja preenchido por uma série de manifestações, do tipo de faixas, dotadas de símbolos que remetem à identidade cidadina para comunicarem algo.

Por conta disso, esse trabalho tem como objetivo apresentar uma forma de observação da paisagem que possibilite compreender as territorialidades criadas por esses grupos no entorno do estádio “Vila Belmiro” (Estádio Urbano Caldeira), sede do Santos FC. Seguimos aqui o conceito de territorialidade de Sack (1986, p. 19), que o define como “tentativa de um grupo ou indivíduo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, por delimitar e estabelecer controle sobre uma área geográfica”. Para o autor, o caráter simbólico do território é evidenciado no momento em que cada grupo dá um significado a um determinado espaço. Territorialidade também carrega, segundo sua leitura, o sentido de estratégia, que pode ser feita e desfeita, sucessivamente, sem que a todo tempo essa relação de poder seja dada através da agressividade. Um grafite em um muro, uma bandeira bem colocada, uma música tocada em altos volumes, ou a dominância de uma forma de vestir, entre muitos outros casos, podem exprimir um domínio em um plano simbólico, sem, necessariamente, exigir a presença de pessoas armadas, cercas, cancelas e outras formas mais físicas de expressão de um domínio territorial. Assim, um território é o controle, ainda que válido apenas em certo período, e de acordo com certas circunstâncias, sobre um espaço que deve ser comunicado.

O simbolismo da paisagem na comunicação da territorialidade

Uma vez entendido que a territorialidade é a forma de comunicação de um grupo ou indivíduo, influenciar ou controlar pessoas em uma determinada área, se faz necessário demonstrar como se constrói essa comunicação, e a estratégia de influenciar e controlar pessoas. Para tal, usou-se o método de observação da paisagem proposto pelos autores da Nova Geografia Cultural inglesa das décadas de 1970 e 1980 como Cosgrove (1983), Duncan (2004), entre outros. Suas contribuições se inspiram em diferentes bases do que aquilo que era observado no contexto da Geografia Cultural Tradicional, que tinha as contribuições de Carl Sauer ao centro, e também das formas pelas quais os estudos da Geografia Humanística eram realizados, com a figura de Yi Fu Tuan como líder de suas proposições.

Do ponto de vista dos fundamentos filosóficos, a Nova Geografia Cultural buscava um diverso conjunto de autores revisionistas do marxismo e de suas implicações culturais para o desenvolvimento de suas contribuições geográficas. Autores como Gramsci, Adorno, Habermas, Foucault, Deleuze, Guattari, Certeau, Geertz, Hall, Raymond Williams, entre diversos outros, permitiam o desenvolvimento de novos estudos no contexto da Geografia, nos quais os símbolos e práticas comunicativas enriquecessem nosso entendimento das relações de poder.

As paisagens, territorialidades e lugares enfocados nesses estudos da Nova Geografia Cultural possuíam uma clara pretensão de expressar conteúdo crítico e radical, refutando sentidos e objetos que pudessem ser confundidos com manifestações dissociadas de práticas econômicas ou políticas, ou simplesmente serem classificados como banais. Tampouco suas proposições podem ser confundidas com um conjunto de contribuições aleatórias e de sentido absoluto subjetivo acerca de um fenômeno que se manifesta no mundo, tais quais os estudos pós-modernos que se desenrolam a partir da década seguinte, com autores que estão mais concentrados nos EUA. Aos autores vinculados à Nova Geografia Cultural, as geografias interpretadas em seus trabalhos compunham um quadro de representações da cultura que teria consequências para o mundo material. Ao longo termo, a ideia geral é

que estas contribuições a partir da cultura pudessem ser reconhecidas como partes de um sistema complexo, colocado lado a lado aos sistemas econômico e político.

Mais do que uma análise em si do esporte e dos seus sentidos espaciais, de um estudo de cunho etnográfico dos torcedores, ou de uma apologia das instituições que realizam cotidianamente o mundo do futebol, o filtro da Nova Geografia Cultural permite sugerir os usos que possuem a base estética, organizacional e comunicativa do futebol a partir de um discurso geográfico. Os modos pelos quais o que se desenvolve em torno do estádio é mobilizado para influenciar, controlar e conferir valores à formas de dominação é um fato muitas vezes reconhecido em plano jornalístico, mas poucas vezes tomado como matéria geográfica.

Com isso, podemos afirmar que não há qualquer tentativa de essencializar o espaço, significando-o fora do materialismo histórico-dialético. Pelo contrário, é buscado apresentar aqui uma visão de cultura cujo caráter seja elucidativo de seu processo social e suas relações de poder. Não há nenhuma expectativa que a produção simbólica esteja em nível acima do nível social, uma espécie de “mão-invisível”, superorgânica, que definiria os limites da Geografia Cultural Tradicional Saueriana. Por conta disso, os conceitos que dão maior sustentação ao trabalho estão relacionados à tradição da Nova Geografia Cultural que entende, como aponta Cosgrove (1983, p.1), que a reprodução da vida material está em contato com a lógica da mercadoria, mas que não pode ser totalmente explicada por esta, tendo então uma reprodução da vida simbólica a ser discutida como parte da construção de um discurso geográfico. Segundo Cosgrove e Jackson:

Os estudos culturais contemporâneos nos ensinaram a reconhecer (...) que as culturas são contestadas politicamente. A visão unitária da Cultura dá lugar à pluralidade de culturas, cada uma com suas especificidades de tempo e lugar. A cultura pode sempre ser representada como uma construção social e politicamente contestada (...) a geografia das formas culturais é muito mais do que mero reflexo passível das forças históricas que a moldaram; a estrutura espacial é parte ativa da constituição histórica das formas culturais (Cosgrove & Jackson, 2003, p. 142).

A chave do entendimento de cultura ao autor, assim como a outros geógrafos vinculados à Nova Geografia Cultural como Peter Jackson e James Duncan, passa pela análise marxista da produção e reprodução da vida material de forma a pensar que a cultura, como um sistema de códigos de comunicação, não é extrínseca ao trabalho, ou à economia como um conjunto à parte de crenças e símbolos. Pelo contrário, pois na concepção materialista da história nos tornamos verdadeiramente humanos ao produzir nossos meios de subsistência, sendo toda atividade humana, “ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação” (Cosgrove, 1983, p.1).

Essas atividades humanas criam, segundo Cosgrove (1983), um modo de vida compreendido através de estilos de vida e paisagens distintas, sendo possível entender como cada população se apropria do espaço e, em seu processo de produção e reprodução da vida, cria símbolos e objetos técnicos, pegando o termo utilizado por Santos (2014). O modo de vida, então, é fruto da mediação entre natureza e cultura, sendo esta mediação feita pela produção humana, que reproduz a natureza enquanto ambiente humano e os seres humanos como seres sociais (Cosgrove, 1983, p.3). Dessa forma, não há um desacoplamento entre sociedade e natureza, ou entre cultura e natureza, como Gonçalves (2007, p.380) aponta que ocorreu durante boa parte do pensamento racional europeu, cuja influência do Iluminismo levou à idealização da natureza e, no século XIX, a ideia da vitória da técnica sobre essa natureza.

Uma vez que o modo de vida é essencial na produção e reprodução da vida material de qualquer grupo, na sociedade de classes, a cultura é o produto da experiência de classes, havendo assim uma hegemonia cultural da classe dominante. Sobre isso, é interessante o ponto em que Cosgrove (1983, p.5) diz que a “produção material é, em si, tanto instrumento de atividade ideológica como vice-versa”, sendo então que cultura e ideologia não existem uma sem a outra. A cultura hegemônica cumpre um papel de estruturar conhecimento

e comunicação, senso comum e a base da ordem moral. No caso do capitalismo, claramente a cultura burguesa é a dominante.

De modo a terminar o raciocínio de Cosgrove sobre cultura, aponta-se aqui que

Se toda a produção humana é simbolicamente constituída, podemos reafirmar os modos de produção como modos de produção simbólica. Cada um é um modo de vida diferenciado por relações características de produção que estruturam forças produtivas. Mas estas relações de produção são culturalmente diferenciadas através do foco da produção simbólica do qual o significado é mapeado através de todos os níveis estruturais (COSGROVE, 1983, p.6)

A relação dialética entre a produção da mercadoria e a produção simbólica da vida se dá através da maneira como ambas se influenciam. Por exemplo, quando nos defrontamos com a influência na produção de mercadorias é possível pensar em quais mercadorias têm mais valor dentro de determinada sociedade, a escolha de gostos, a questão da publicidade. A produção de mercadorias também influencia na produção simbólica da vida, pois os símbolos são modificados, destruídos ou construídos conforme os interesses e as necessidades do grupo que detém o domínio do espaço (Cosgrove, 1983, p.3). De forma a exemplificar isso, podemos pensar nas formas como o espaço urbano é modificado pelo capital conforme suas necessidades de reprodução (Lefebvre, 2016, p.19)¹, possibilitando assim modificações expressivas na paisagem e, pensando no caso específico do futebol, Mascarenhas (2014, p. 216) mostra que o ambiente e a estrutura das novas arenas de futebol remete ao consumo em oposição ao ambiente de expectativa das massas caracterizado pelos estádios das décadas de 1960 e 1970.

Em síntese, o pensamento da Nova Geografia Cultural vai apontar que o fator de união entre os aspectos do ser social, do trabalho e da consciência, é a cultura. Cultura é entendida então como um sistema de significados, eximindo a necessidade de uma definição precisa como objeto. Essa definição de cultura está em consonância à definição de Geertz (1989), uma vez que ao autor cultura seria um sistema de significados e a análise desse sistema, de forma que a cultura está em todos os níveis de comunicação, sendo que se assim não fosse, gestos e símbolos não seriam entendidos, ou teriam qualquer valor a um determinado grupo social.

O autor exemplifica através do caso de uma simples piscadela comparado a um tique: “contrair as pálpebras de propósito, quando existe um código público no qual agir assim significa um sinal conspiratório é *piscar*” (Geertz, 1989, p.5, grifo do autor). Piscar, na ocasião, tem uma mensagem clara a um interlocutor que, por sua vez, necessita da informação prévia sobre aquele gesto para o completo entendimento desse código. Williams (1992) vai reforçar o argumento de cultura como sistema de significados ao apontar que através dessa que “uma ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada”.

Pensando no caso do entorno de um estádio de futebol, a importância de entender cultura é saber o contexto e analisá-lo, a fim de entender como esses grupos comunicam suas histórias, suas tradições e o que se mobiliza de modo a criar territorialidades. Além disso, é curioso pensar que além dos símbolos falados ou gesticulados, há uma gama de outros símbolos que são criados (ritualizações, cânticos, formas de ocupar um lugar, construção de mitos) e, em uma determinada paisagem, possibilita o entendimento social e político sobre esse lugar (Duncan, 2001, p.387).

Paisagem, para Duncan (2004, p. 106-109), significa um dos elementos centrais em um sistema cultural, por conta de agir como criador de signos “através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado”. Portanto, a paisagem tem um caráter textual capaz de codificar e transmitir informações, além de ser elemento ideo-

1 Sobre essas modificações no espaço urbano, Lefebvre (2016) vai apontar que a cidade antes da Revolução Industrial tinha o sentido de obra, ou seja, dispunham de uma única centralidade e suas construções visavam um significado social a todos os membros daquela sociedade. A negação disso, a cidade industrial, destruiu o sentido de obra, segundo o autor, e lhe foi imputado um sentido de facilitador na produção e circulação de capital e mercadorias. Uma vez que esse modelo de cidade tenha sido superado, por outro cuja reprodução do capital se dá no próprio espaço, o sentido da cidade como obra ainda não foi recuperado.

lógico ao esquecimento de algo.

De modo a entender a paisagem, o autor sugere uma investigação em frentes. A primeira explora o impacto de objetificação, a eficácia da paisagem como veículo concreto, visual, de sutil e gradual persuasão. A segunda examina os tropos que encontramos numa paisagem, que codificam e transmitem informações pelas quais os leitores podem, ou não, ser persuadidos da correção, do caráter natural, ou legitimidade dos discursos hegemônicos (Duncan, 2004, p. 110).

De forma a elucidar como a paisagem é dotada de textualidades através da construção de objetos técnicos e simbólicos, Duncan *et al* (2001, p.87) dizem que um grupo social é capaz de mobilizar capital cultural e econômico para criarem paisagens com poder de incorporar seus valores morais e identidades de forma a excluírem as demais.

Normalmente, as paisagens tendem a parecer naturais ou inevitáveis àqueles que vivem e trabalham nelas. Exceto sob circunstâncias excepcionais, (...), a tangibilidade e aparente transparência das características da paisagem tendem a convencer o observador local da paisagem de que as relações sociais, políticas e econômicas permitidas pela sua organização são estabelecidas naturalmente, ou mesmo divinamente. (DUNCAN, 2004, p.109)

No caso de um estádio de futebol, e mais especificamente do Santos Futebol Clube, é possível pensar no risco de naturalização paisagística de quem se apropria do estádio e de seu entorno. O Santos, por exemplo, é o único clube em divisão nacional de sua cidade, tendo então um caso peculiar onde a identidade da cidade não é partilhada por outros clubes, sendo que é possível à classe hegemônica da cidade se utilizar do clube e imputar uma série de discursos a seu favor, sendo este inclusive um dos pontos que o trabalho visa elucidar. Discursos paisagísticos podem ser feitos de forma a mobilizar pessoas sem que essas realmente se atentem para esse caráter político, da mesma maneira como o processo de produção de mercadorias é alienador.

Defendemos que não somente a classe hegemônica que domina o clube é capaz de alterar a paisagem em seu favor. É entendido nesse trabalho que há outros grupos capazes de modificar e criar símbolos paisagísticos, ainda que com limites distintos de ação. Grupos de torcedores com mesmo uniforme, faixas, bandeiras, símbolos próprios – e outros apropriados, são capazes de criarem seus discursos que, dependendo de sua influência dentro da comunidade urbana (Bale, 2000, p.101) do clube, têm força suficiente, ou não, de mobilização.

Recordando que o conteúdo da territorialidade é forma na qual um grupo comunica ou expressa seu domínio sobre uma determinada área (Sack, 1986, p.19), é perceptível que a textualidade da paisagem influencia na construção de uma territorialidade. Uma torcida organizada quando ocupa um determinado lugar em um estádio, ou quando entra faltando poucos minutos para o início da partida (Toledo, 1996, p.16), claramente está comunicando um poder sobre um determinado setor do estádio. Portanto, é através da leitura observação dos signos na paisagem e as relações sociais ali presentes que se evidenciam os atores hegemônicos.

Assim, é elucidado o fato de um grupo hegemônico, no ato de expressar sua identidade através da paisagem, está comunicando seu poder sobre aquele lugar e, mesmo de maneira inconsciente, há a tentativa de anular as demais identidades desterritorializando-as, restando aos grupos de menor pensar em estratégias de reterritorialização (Haesbaert, 2004, p.20), ou seja, formas alternativas tanto materiais quanto simbólicas, de agirem politicamente e se socializarem dentro do domínio de outrem. Os tropos da paisagem, então, são compostos primeiramente como uma alegoria (Duncan, p.112, 2004), sendo que através dos signos, símbolos e ícones as pessoas, e especialmente dos grupos hegemônicos, contam uma história sobre si próprias, as relações dentro de seus grupos.

De acordo com essa perspectiva, as paisagens não satisfazem simplesmente os requisitos óbvios, mundanos, funcionais (as áreas residenciais suburbanas fornecem um ambiente no qual o trabalho pode se reproduzir), nem representam apenas as criações culturais localizadas. Em vez disso, através do vocabulário de várias formas convencionais – signos, símbolos, ícones e tropos especializados em paisagens –, as pessoas, particularmente as pesso-

as poderosas, contam histórias carregadas de moral sobre elas mesmas, sobre as relações sociais dentro de sua comunidade e sobre suas relações com a ordem divina. (DUNCAN, 2004, p.113).

Outro tropos possível de uma paisagem é a metonímia (Duncan, 2004, p.113), ou seja, símbolos não precisam representar fielmente algo, porém podem através da parte pelo todo dar significação que remeta a algo. Por fim, a paisagem pode ter como tropos a estrutura recorrente de uma narrativa, definida por um “sistema de repetições estrategicamente projetadas pelos construtores da cidade empregadas pelo rei para assegurar a máxima repetição da mensagem” (Duncan, 2004 p.116).

Portanto, a paisagem carrega uma enorme quantidade de informações que nos permite elucidar fenômenos sociais e estruturas de poder presentes em um lugar. Lembrando que os elementos simbólicos na paisagem estão além dos elementos visuais, as construções e pinturas, podendo ser observados através de elementos ritualísticos, cânticos e toda mensagem ou tradição² que possam ser expressas.

Cosgrove (1983), Duncan e Duncan (2001) vão acrescentar mais elementos para a análise da paisagem e dos conjuntos simbólicos produzidos por um grupo social. Cosgrove argumenta que é necessário estudar a formação socioespacial de um lugar para apreender quais são os elementos simbólicos importantes e os Duncan (2001) exemplificam com o caso de Bedford, uma cidade construída no século XVII na Nova Inglaterra. Segundo a descrição feita pelo autor, a cidade conserva até os dias atuais características paisagísticas das casas dos tempos da colônia, como forma de simbolizar o grau de pertencimento a uma cultura anglo-saxã de cunho protestante. É possível notar que esse orgulho é posto no desprezo dos moradores a qualquer construção dita como moderna, assim como na instalação de símbolos como águias por toda cidade.

A descrição de Duncan e Duncan (2001) claramente tem um corte classista específico: tratam-se de pessoas de classe média alta cujos principais pontos de socialização são a escola particular, as igrejas (com maior destaque à igreja presbiteriana) e o clube de golfe. Esse grupo social produz um discurso sobre os Estados Unidos e sobre sua própria comunidade, pondo como marginais outros grupos sociais, como os negros e os italianos católicos taxados de “pessoas da classe trabalhadora”.

Dessa forma, é possível dizer então que a cultura faz parte de toda a produção e reprodução da vida material, sendo um conjunto simbólico estabelecido de maneira pública em um determinado grupo social. Dito isso, em uma sociedade de classes o espaço se torna parte da reprodução tanto do capital quanto dos símbolos do grupo social hegemônico, no caso a burguesia, criando objetos técnicos e uma paisagem que reforçam o pensamento dominante e ajudam a esconder as contradições da produção. Assim, o trabalho segue com a observação da paisagem e a discussão acerca do método utilizado.

A construção da identidade da cidade

A análise aqui proposta à observação da paisagem se apóia no método utilizado por James Duncan e Nancy Duncan (2001) para descrever como a paisagem é produzida por grupos hegemônicos dentro da cidade de Bedford, na Nova Inglaterra. Ali, os autores se utilizaram da observação de objetos e adereços que pudessem apontar qualquer tipo de produção ideal sobre aquele lugar, os locais onde os grupos sociais estudados se encontravam e o entendimento de quem eram os moradores inseridos nesses setores distintos da cidade especialmente dentro do recorte de classe e religião. Além disso, Duncan *et al* (2001) buscam compreender o processo de formação sócio-espacial de Bedford a fim de elucidar como esses símbolos são compreendidos e comunicados dentro daquela comunidade. Apontam os autores que sem entender a formação sócio-espacial não seria possível

2 Tradição entendida por Duncan (1973) como uma seleção de determinados rituais e festas que são escolhidos por agentes hegemônicos de modo a ser repetida por todo um grupo social.

entender o uso de estátuas, bandeiras e outros adereços que remetiam ao passado das 13 Colônias, pois, para além de um tom nacionalista, esses símbolos criam uma narrativa favorável à elite da cidade composta por descendentes diretos das famílias que ali se estabeleceram nos séculos XVII e XVIII. Assim, sem o entendimento histórico, não seria possível observar que a propagação desses símbolos em Bedford atinge especialmente aos imigrantes italianos, formadores da classe média da cidade, e de afroamericanos, a população mais pobre, como se devessem se enquadrar nos padrões da tradição criada pelos pioneiros, não só como se fossem locais, senão de toda a história dos Estados Unidos.

Nesse ponto, acreditamos que exista uma aplicação possível dessa metodologia para o estudo da produção simbólica no entorno da Vila Belmiro em Santos (SP). É necessário, para tanto, entender qual o processo de formação sócio-espacial dessa cidade, pois, por mais que a maioria da torcida do clube não more no município³, o Santos, como objeto simbólico da comunidade urbana da cidade, tem sua construção naquele lugar. Mello (2008) aponta que a principal modificação na formação urbana santista se deu a partir do momento em que o café impulsionou a economia da cidade, atraindo moradores, expandindo o cais do porto e, devido ao aumento populacional, tornando insalubre morar próximo ao centro, por conta das várias epidemias que assolavam a população. No final do século XIX, córregos não canalizados recebendo esgoto doméstico, zona portuária sem cais, e frequentes inundações faziam do centro de Santos um local pouco visado à residência da elite local.

O município de Santos é formado por duas áreas: a primeira, continental, onde praticamente não há população fixa ali por conta das grandes áreas de preservação ambiental de manguezais e a escarpa da Serra do Mar; a segunda, insular, divide a Ilha de São Vicente com o município homônimo e abriga a sede do município. A parte insular da cidade, como pode ser observado na figura abaixo, é dividida pelo Maciço de Santos⁴, separando a cidade em duas áreas menores: a Zona Noroeste, do lado mais à esquerda, e a área central da cidade. Essa divisão, para além da geomorfologia, representa uma divisão econômica entre os morros e a Zona Noroeste, áreas de bairros populares; e a zona central, com os melhores índices socioeconômicos de Santos.

Araújo Filho (1964) descreve que a pequena cidade de Santos, a partir da construção dos novos cais do Valongo, Macuco e Paquetá, começa a crescer economicamente e demograficamente. Essa elite abastada pela compra e venda de café proveniente do interior do estado de São Paulo, segundo o autor, começou a construir habitações próximas à orla, onde já havia algumas chácaras e casas de veraneio. A partir de então, há o planejamento em direção ao mar, criando-se canais de escoamento de esgoto e águas pluviais, até hoje muito presentes na paisagem e na malha rodoviária da cidade. Araújo Filho aponta que o poder público municipal planejou todo o terreno compreendido entre a velha cidade próxima ao porto e as praias. Assim os rios foram canalizados evitando enchentes e problemas de saneamento público e, ao redor destes, toda uma malha rodoviária foi criada visando atender o deslocamento das classes altas ao setor até então mais distante da cidade.

3 Segundo Pereira (2020), a maioria dos torcedores do Santos vive na Região Metropolitana de São Paulo. Na Fonte abaixo, nota-se que o Santos tem 690 mil torcedores somente na cidade de São Paulo, enquanto Santos tem menos de 500 mil habitantes (IBGE, 2019).

4 Segundo Aziz Ab'Saber (2010), um conjunto de paleoilhas de rochas cristalinas, conhecido como "morros" pela população da cidade, sendo alguns povoados.



Figura (1): Bairros insulares de Santos. Fonte: Sec. Turismo de Santos

Quando o estádio foi inaugurado em 1916 já havia, portanto, todo o traçado das ruas, tanto das grandes avenidas à beira dos canais quanto das ruas pequenas. Segundo Mello (2008), naquela época o foi uma das novas áreas de moradia dos trabalhadores do porto, recebendo primeiramente o nome de Vila Operária. Até hoje a Vila Belmiro tem vilas e casas do período, normalmente sobrados geminados com janelas para a rua. Outras casas e alguns prédios residenciais, mais espaçosos, pertencem a uma segunda leva de moradores.

O arruamento datava da década anterior, realizado por Saturnino de Brito (Mello, 2008, p.117) e a paisagem da vila era composta por sobrados geminados com menos de 5 metros de frente, sem espaço entre a calçada e os cômodos da casa. Atualmente é possível verificar ainda muitos desses imóveis, partilhando a paisagem com novos empreendimentos de classe média, como edifícios residenciais.

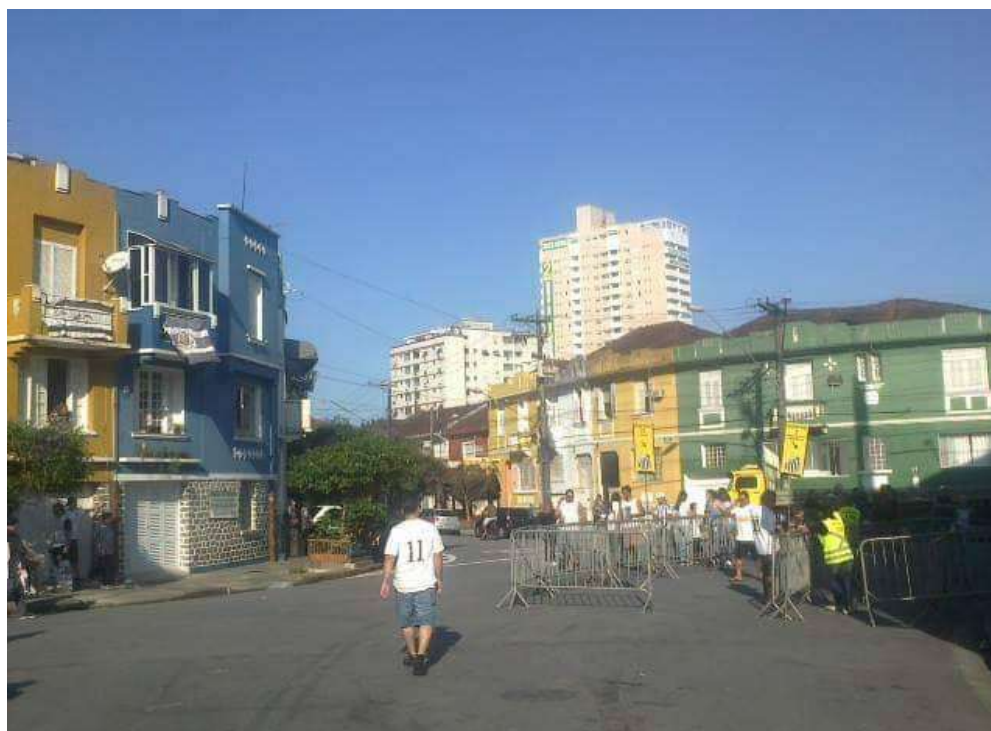


Figura (2): Arredores da Vila Belmiro, cruzamento da Rua Tiradentes com a Rua D. Pedro I. A paisagem é composta pelos velhos sobrados construídos no início do século XX. Foto: Rodrigo Accioli Almeida (2015).

No entanto, ao contrário ao que é possível encontrar na orla da cidade, a Vila Belmiro não é composta por prédios com mais de 5 ou 6 andares. Um argumento possível para elucidar isso seja a maior proximidade ao centro velho da cidade do que em relação às praias, sendo o bairro cortado por duas grandes vias de circulação no sentido centro-praia: os ca-

nais 1 e 2, respectivamente Avenida Senador Pinheiro Machado e Avenida Bernardino de Campos. O estádio, inclusive, situa-se entre as duas avenidas.

Monbeig (2004) diz que os motivos do crescimento rápido da cidade se deram pelo vertiginoso crescimento da economia cafeeira paulista, cujo escoamento e especulação passavam pela Bolsa do Café e pelo porto de Santos. Aliás, ao autor elucida que durante o Ciclo do Café, finalizado em 1930, a importância de Santos dentro da economia brasileira se dava de forma a ser independente das disputas entre as elites de Campinas e São Paulo como capital da província. Por ser zona portuária e abrigar a Bolsa do Café, a cidade tinha influência nacional, com uma elite independente em seu papel em relação à capital. Pensando que o futebol foi um esporte de elite durante as primeiras décadas do século XX, como aponta Mascarenhas (2014), não é surpresa que a cidade de Santos possuía uma equipe na Associação Paulista de Sports Athléticos (APSA, atual Federação Paulista de Futebol) já na década de 1900, o Americano. Inclusive, o Santos é criado no momento em que o Americano muda de sede instalando-se em São Paulo, o que tornou a cidade órfã de um time até 1912, quando o “Peixe” é fundado.

Em meados dos anos 1940 e 1950, Araújo Filho (1964) aponta que os morros começam a serem ocupados pela população pobre, pois houve uma valorização do preço de imóveis nas antigas áreas operárias, que por conta de sua localização próxima ao centro e também à orla, acabaram sendo atrativas à classe média. Assim, moradores de maior poder aquisitivo acabaram transformando a paisagem da Vila Belmiro. Tanto Mello (2008) quanto Araújo Filho apontam que com a criação da Via Anchieta (SP 150) o número de turistas começa a fomentar o processo de verticalização urbana do município de Santos em sua faixa litorânea.

Desse modo, a cidade e todo seu arruamento foram sendo ocupados por prédios de apartamentos de segunda residência. Araújo Filho (1964) aponta que Santos a partir de então se expandiu, sendo que sua área urbana de fato englobou o município São Vicente e o bairro de Vicente de Carvalho, no Guarujá. A periferia, segundo o mesmo autor, ficou restrita aos bairros do outro lado do Maciço de Santos, especialmente dentro do município de São Vicente, restando ao sítio original uma ocupação predominantemente de classe média.

Atualmente, a cidade tem grau de urbanização em torno de 99,3% de sua área e uma população de 424.599 habitantes. A cidade possui um Índice de Desenvolvimento Humano (valores de 0 a 1) altos em comparação ao estado de São Paulo, alcançando 0,840 contra 0,783 da média estadual e uma renda *per capita* (divisão de 1.364,92 reais, enquanto a média estadual é de 853,75 (SEADE, 2016)). Pensando nas modificações sofridas no Brasil e em Santos durante o século XX, é possível perceber que a cidade perdeu importância que tinha no início do século XX. Atualmente, o IBGE (2019) coloca a cidade de Santos como capital regional nível 3 dentro da rede urbana brasileira enquanto São Paulo é uma metrópole nacional. Apesar da diminuição da influência da cidade na rede urbana, o Santos F.C. se firmou como um dos maiores clubes brasileiros em torcida e em número de títulos, alcançando fama internacional. Portanto, a produção simbólica da cidade de Santos tem no clube de futebol uma grande centralidade, uma vez que times de todo o país jogam anualmente na Vila Belmiro.

Antecipando um pouco os resultados, encontramos na cidade de Santos dois objetos simbólicos que ligam o clube à identidade da cidade. Curiosamente, ambos construídos pelo poder público. O primeiro, a escultura de 35 metros de um peixe na entrada da cidade cuja idéia do autor Ricardo Campos Mota, segundo a entrevista a Fundação Arquivo e Memória de Santos (2020), era juntar um dos totens simbólicos do Santos FC, o peixe, com o fato da cidade ser litorânea. O segundo é o relógio digital do Centenário, na Praça das Bandeiras de frente à Praia do Gonzaga, que fazia a contagem de horas até o aniversário de 100 anos do clube em 2012 e servia até 2019 como ponto turístico na orla.



Figura (3): Escultura do Peixe na entrada de Santos pela Rodovia Anchieta. Foto: Anderson Bianchi, Prefeitura de Santos.



Figura (4): Antigo relógio e totem do Centenário do Santos FC na Praça das Bandeiras, orla da cidade. Foto: Alvinegro da Vila.com

Para poder passar ao campo dos resultados, abaixo, era necessário entender então o processo de formação da cidade de Santos, para depois ir a campo, colher registros simbólicos que apontem o uso da paisagem próxima ao estádio pela elite santista. Por conta do objeto pesquisado, o trabalho preteriu outras formas de territorialidades, fixando a atenção nos usos políticos que a as narrativas poderiam servir à elite econômica e política da cidade. Além disso, é necessário entender um pouco sobre o motivo do Santos FC ser um objeto simbólico de sua cidade.

Para tal, é preciso entender a sociabilidade e os elementos formados a partir do sentimento de pertencimento a um clube de futebol. Toledo (2010) aponta que o sentimento de pertencimento, a formação identitária, é um processo de experiências individuais dentro

de um evento coletivo, cujas memórias afetivas em reação às subjetividades presentes no jogo, sendo adquiridas no ato de torcer de maneira individual e coletiva, dá significado àquela multidão, aos objetos ali presentes, e seus símbolos. Portanto, novamente se coloca a questão simbólica e a experiência, o mundo vivido (Cosgrove, 1983, p.5), como elementos na elucidação das relações entre esse grupo de pessoas.

Não importa exatamente o quanto é consumido, afinal o futebol mesmo espetacularizado nem sempre é puro entretenimento, pois o torcedor está suscetível a temporadas de baixo rendimento de sua equipe, ocasionando angústia e sofrimento, sem que, necessariamente, haja algum momento reconfortante, ou de alegria. O mais importante, seguindo o raciocínio de Toledo (2010, p.182), é o conjunto simbólico coletivo e o individual, expresso nas roupas, nos adereços e nas bandeiras. O futebol pode ser entendido então, como uma metáfora social, antropológica, religiosa e linguística (Franco Jr., 2007, p.165). Dentre essas, a antropológica, a religiosa e a linguística nos ajudam a pensar como esse grupo de torcedores se reúne e constrói um conjunto simbólico.

Não há, então, outro espaço possível para a formação dessas identidades senão o espaço urbano (Toledo, 2010, p.210), pois é na cidade onde existem diversas identidades dadas no cotidiano que o indivíduo as expressa através de seus vestuários, cânticos e bandeiras. A relação “nós e eles” no futebol é interessante, segundo o autor, pois são grupos cujos interesses no esporte são os mesmos, vivenciando-os de maneira semelhante, e portanto, entendem os mesmos códigos. É evidenciado que as diferenças de ritos, símbolos e mitos, pegando os termos de Franco Jr (2007), são realmente o que tecem a identidade perante um outro grupo de torcedores. A rua, para Toledo (1996), é então o grande ponto de sociabilidade desses grupos, o ponto onde são tecidas as relações identitárias para além dos estádios. Por conta disso, nosso trabalho visou entender estádio e seu entorno como um contínuo territorial, afinal como pontuou Toledo, a construção dessa identidade está na rua.

Portanto, aqui a rua será entendida como o espaço do entorno do Estádio Urbano Caldeira, por conta do papel simbólico e sentimental que essa estrutura tem perante o torcedor (Bale, 2010, p. 91), e também, por entender que o bairro e o clube se relacionam de maneira a um influenciar socialmente o outro (Augustin, 1988) e com influências nas decisões do poder público⁵ (Gaffney *et al.* 2006, p.13).

Sobre a elite no futebol, Agostino (2012) aponta que desde a criação do jogo na Inglaterra vitoriana, a elite está presente no cotidiano desse esporte. De início, o futebol era praticado somente por membros da elite econômica - tanto na Inglaterra quanto em outros territórios, onde o futebol era exportado. No caso brasileiro, Mascarenhas (2014) aponta um histórico de saída gradual das elites do espaço de espectação, os estádios, para se confinarem nas diretorias dos clubes. No caso santista, pode-se citar o caso de Marcelo Teixeira, ir do clube a dono de um dos maiores conglomerados educacionais e de comunicação (Grupo Santa Cecília).

Assim, os resultados abaixo descritos visam mostrar como os grupos hegemônicos se utilizam do Santos e de sua capacidade de fomento identitário, constroem suas narrativas, e mobilizam pessoas e ações. Para tal, a comunicação a ser lida é a comunicação através dos símbolos da paisagem elucidando assim o conteúdo e as estratégias de territorialização desses grupos.

Territorialidade: símbolose comunicação

Os resultados apresentados nesse trabalho correspondem à temporalidade de uma tarde na qual os grupos políticos hegemônicos brigavam pela direção do clube em um dia de votação de impedimento do presidente do Santos. Nossa pesquisa reuniu uma quantidade

⁵ O estádio a Gaffney (2016) é algo *quase public* ou seja, um híbrido entre uma estrutura pública e privada. Há seletividade de entrada e uma gestão própria, como qualquer bem privado. Entretanto, devido às grandes aglomerações e às legislações específicas os estádios também são lugares onde há políticas públicas específicas, como mudança no arruamento, estrutura elétrica e de transportes, policiamento extra em dias de partida.

de registro de campo mais extensa, porém este dia demonstrava com particular força as estratégias para influenciar e controlar o comportamento de outros. Dessa forma, os resultados visam elucidar quais símbolos seriam mobilizados e qual o conteúdo da comunicação produzida. Inspirados na metodologia do trabalho de campo desenvolvida por James Duncan e Nancy Duncan (2001), o *memento* aqui foi produzido a partir de um trabalho de campo realizado dia 29/09/2018 por conta do afloramento de inúmeros discursos com vieses territoriais baseados em uma divisão política que transbordava os limites da política do clube, e dividia, ao menos no discurso, os torcedores entre os santistas da cidade de São Paulo e os santistas da cidade de Santos.

O ponto crítico que levou a essa produção discursiva entre ambos os lados foram os dois pedidos de *impeachment*, um deles focado em uma suposta relação de José C. Peres com uma empresa do ramo esportivo, o que fere o estatuto do clube, e a acusação de não zelar pela imagem do clube e de seu patrimônio, ao afirmar durante uma entrevista, onde o mandatário falou que “a Vila Belmiro é um puxadinho” (ESPN, 2018). Não entrando no mérito da validade das denúncias, fato é que desde as eleições de 2018 havia no clube uma divisão entre 2 ou 3 grupos políticos que envolviam interesses e pessoas influentes da cidade, como Marcelo Teixeira, Bruno Covas, Armando Gomes, José Carlos Peres dentre outros.

A partir de então, houve recolhimento de material que buscasse entender como o processo de *impeachment* possibilitava o afloramento de discursos com viés territorial entre os grupos políticos do clube. Dentre o material, encontraram-se falas de conselheiros e âncoras de televisão em conluio com o grupo atual da oposição à diretoria do Santos FC. É necessário salientar que alguns desses registros, como o do conselheiro Márcio Rosas¹⁰, nos chegaram de maneira muito espontânea e de forma que, conforme fosse realizada uma entrevista, jamais seria exposto de tal forma.

O grupo da oposição é composto no entorno de Marcelo Teixeira, filiado ao Partido Social-Democrata (PSD), ex-presidente do clube e dono do grupo Santa Cecília, de grande influência no ramo universitário, e no ramo da comunicação na cidade de Santos. Além de Marcelo Teixeira, o grupo também conta com o policial civil Orlando Rollo, vice-presidente do Santos FC e ex-candidato a vereador pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), na cidade, em eleições anteriores. Dentro desse grupo da oposição está parte considerável das famílias mais tradicionais santistas, incluindo o ex-presidente Modesto Roma Júnior⁶, atrelados a uma política de valorização das tradições do clube quanto patrimônio dos cidadãos santistas.

O grupo situacionista, liderado pelo presidente José C. Peres, reúne correligionários de uma visão de um clube mais propenso a jogar em São Paulo. Devido ao fato de ter mais torcedores na capital, a diretoria atual pretendia levar as partidas vistas como importantes à temporada da primeira divisão nacional ao “Pacaembu” (Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho), ideia vista pela oposição como um abandono à Vila Belmiro⁷ e ao lugar de fato do clube. Além disso, a direção do Santos FC era parte interessada no projeto de concessão do Pacaembu, estando inclusive em parceria com uma empresa que concorre na atual licitação¹³. Inclusive, há sinalização de apontar uma maior centralidade da capital em relação à cidade de Santos, em casos como a apresentação do atual técnico Jorge Sampaoli no *Santos Business Center*, um prédio localizado próximo ao Pacaembu em São Paulo, em detrimento a sala de imprensa do clube em Santos. Esse estádio, aliás, muito mais utilizado nessa gestão que na anterior como local onde o clube mandou seus jogos.

O dia da votação foi o dia escolhido ao trabalho de campo pela possibilidade de estudo da paisagem em um dia marcado pela alteridade entre a oposição e a diretoria do clube. Durante administração anterior, de Modesto Roma Júnior, criou-se um jargão famoso para afastar qualquer possibilidade de jogos em São Paulo, pois “o Santos nasceu e foi glorioso na cidade de Santos”. Em uma roda de conversa sobre o clube envolvendo o ex-presidente

6 Tanto Marcelo Teixeira quanto Modesto Roma Júnior são filhos de ex-mandatários do clube, no caso filhos respectivos de João Teixeira e Modesto Roma.

7 É necessário salientar que havia membros da família de Marcelo Teixeira, como seu irmão, apoiando a chapa de Peres durante as eleições de 2018.

Modesto Roma Jr. e o apresentador Armando Gomes, conselheiro do clube e apresentador do Programa Esporte por Esporte da TV Santa Cecília, o apresentador comentou que “o Santos é de Santos. O Corinthians tem torcida na Praia Grande, por que o Corinthians não faz um estádio lá”.

Dentro do material coletado previamente, encontram-se áudios de conselheiros do clube, como o Sr. Márcio Rosas dizendo “*quem fosse votar saindo da capital contra o impeachment seria impedido na [Rodovia] Imigrantes (sic)*”; faixas com o conteúdo “*fora turistas*”, além de discussões em redes sociais e no jornalismo, nos quais há oposição entre torcedores residentes na cidade de Santos e da cidade de São Paulo, sobre onde o clube deve construir um estádio, mandar seus jogos e qual torcida é mais presente.

Na realidade, a territorialidade mais sensível, aquela que realmente organizou e mobilizou ações de ambos os grupos, foi criada pelo discurso da oposição. Como será elucidado abaixo, a construção narrativa desse grupo visou amarrar a identidade do clube ao pertencimento à cidade de Santos. Uma estratégia inteligente, uma vez que o Santos FC é um objeto simbólico com apelo em toda a cidade de Santos, mesmo aos torcedores de outras equipes e, como visto, gera todo um sentimento clânico em torno de si.

Na paisagem da Vila Belmiro, foi possível verificar duas faixas colocadas pela oposição com teores de comunicação de uma territorialidade explícitos. Pensando em termos de símbolos, as duas tinham na base o desenho dos parapeitos da orla, vistos pela população como um elemento identificador da cidade de Santos. Em termos de conteúdo, a primeira tinha como dizeres “Cidade X José Carlos Peres”, colocando o presidente do clube como um inimigo dos interesses do cidadão santista. A segunda, nos mesmos moldes da primeira, dizia “José Carlos Peres devolva o título de cidadão santista”, também pondo o presidente como um inimigo da cidade.



Figura (5): Faixa “Cidade x José Carlos Peres” acima do bar onde se concentravam os opositoristas. Notam-se a mureta e também o brasão da cidade junto ao símbolo do próprio Santos FC. Foto: Rodrigo A. Almeida, 2018.



Figura (6): Faixa “Fora Peres de Santos! Devolva o título de cidadão santista”. Novamente observa-se a mureta como elemento simbólico. Foto: Rodrigo A. Almeida, 2019.

Os parapeitos, conhecidos entre os moradores da cidade de Santos como “mureta” não foram colocados ali de maneira avulsa. A “mureta” é um símbolo identitário santista reconhecido pelo formato de inúmeros retângulos enfileirados ordenadamente cada qual medindo 50 cm de largura com círculos menores ao meio. Segundo reportagem da TV Tribuna (2014), essa marca paisagística está presente em boa parte da cidade: de início era possível observá-la apenas na orla do bairro da Ponta da Praia, ponto onde separa a Avenida Almirante Saldanha da Gama do Estuário de Santos. Com o tempo, a mureta foi implementada nas pontes sobre os canais pluviais da cidade, em parques, e em outros pontos da cidade.



Figura (7): Mureta de Santos na Ponta da Praia. Foto de: Antonio Delfim.

De trabalhos escolares a tatuagens, a mureta é vista pela população como um símbolo identitário que representa a cidade como um todo. A aceitação é tamanha que há lojas de souvenirs especializadas na fabricação e venda de muretas em tamanhos variados para enfeites de casa, assim como outras peças de decoração e obras de arte. Ao abordarmos as muretas estamos lidando com um objeto simbólico que visa estabelecer um fator identitário comum, da mesma maneira como o próprio Santos FC e a estátua do Peixe.



Figura (8): Projeto Muretas no Jardim da Praia, da Sec. Mun. Turismo. Foto de: MelhordeSantos.com

Quando o grupo da oposição se utiliza da mureta nas faixas, claramente está visando uma tentativa de legitimação discursiva da posição tomada por esse grupo. A mensagem é clara ao interlocutor: o presidente não atende aos interesses da cidade de Santos e, por consequência, ao próprio Santos Futebol Clube. Assim, a mobilização desejada pela oposição era de colocar o presidente do Santos como alheio à sociedade santista, comunicando ao sócio votante uma territorialidade da oposição validada no pertencimento à cidade de Santos, no conhecimento e no trato de símbolos comuns e com o discurso que o Peres significava uma ameaça não só ao Santos FC, porém também ao elo que o clube tem com a cidade. O papel político dessa votação saiu da esfera do clube, pois era possível observar também figuras políticas da cidade da Baixada Santista ali, como um candidato a vereador pelo PSDB, assim como o presidente da Câmara dos Vereadores de Cubatão (SP).

O discurso situacionista não estava em faixas e dizeres possíveis de serem detectados na paisagem do entorno para além dos seguranças de uniforme preto contratados pelo clube. Odir Cunha, jornalista, alto-escalão da diretoria e conselheiro do clube, foi quem mais elucidou a contra-narrativa da diretoria para além das defesas relacionadas estritamente ao estatuto do clube. O jornalista atendeu ao pedido de entrevista, cuja pergunta inicial foi relacionada a questão da divisão entre torcedores da Baixada e torcedores da capital, e se isso havia chegado de alguma forma ao processo do *impeachment*.

Em linhas gerais, Odir declarou que há “xenofobia contra os torcedores da capital”, além da necessidade dos grupos políticos da cidade de Santos fazerem isso de forma a manterem seu capital político intacto. Sua fala também foi em defesa da política de aproximação com São Paulo, assim como mandar o máximo de partidas possíveis no Estádio Paulo

Machado de Carvalho, o Pacaembu. Além de Odir, foi difícil encontrar algum conselheiro opositor, pois não estiveram do lado de fora do local de votação. Não houve acesso ao local de votação, pois ali só entravam os sócios do Santos FC.

Quase ao término do pleito, por volta das 16:30, em um bar na Rua Tiradentes (à frente da entrada principal do estádio) havia um conjunto de trabalhadores do Santos FC ligados à diretoria. Pelo número de garrafas de cerveja vazias na mesa, não estavam sóbrios e discutiam muito alto sobre o que ocorria nas dependências do estádio naquele dia. “Por mim, a gente demolia essa m...”, esbravejou um “se eles acham que essa porcaria aí é um estádio, eles estão enganados. Só demolir que acaba a farra deles”. Um outro respondeu “vê só o exemplo do Belluzzo [Luís Gonzaga]: um dos melhores economistas do país, deixou um estádio perto do metrô. Agora o Palmeiras está como? Com um estádio novo, vende lugar pra caramba, tem show, tem tudo. Isso é presidência, isso é futuro. E o Santos tem o que? O Santos tem esse bando de provinciano”.

Portanto, ao menos em termos organizacionais houve um afastamento da diretoria em relação à cidade de Santos, mostrando como um discurso criado por um ator pode mobilizar diversos grupos de formas diferentes. Se o Conselho Deliberativo havia decidido que as urnas seriam postas apenas na cidade de Santos, diferentemente dos pleitos eletivos quando há urnas na sede da Federação Paulista de Futebol em São Paulo, a diretoria agiu para que os sócios da capital e todo um grupo de assessores e seguranças reforçassem a manutenção de José Carlos Peres. A comprovação em ato desse posicionamento foi o relato oferecido pelos motoristas de ônibus parados no Clube dos Portuários, próximo ao estádio, que esperavam o fim do pleito para retornarem à capital. Pelos relatos oferecidos por 7 motoristas (4 de vans e 3 de ônibus), foi consonante que o prédio do Santos *Business Center* serviu aos correligionários de José Carlos Peres como local de organização da situação, servindo de ponto de embarque de torcedores votantes, de seguranças contratados pelo clube e para reuniões anteriores ao pleito.

Analisando a estratégia da oposição e utilizando as proposições de Duncan (2004) sobre o entendimento do conjunto simbólico da paisagem local, é importante notar como suas duas maiores comunicações fundem os sentidos da palavra “Santos” como cidade e como clube em algo único. A produção simbólica da Vila Belmiro naquele dia trazia fragmentos (os áudios de Márcio Rosas, as faixas postas) de um discurso que sai do âmbito do entorno do estádio, e só pode ser entendido quando se compreende que a territorialidade comunicada pela oposição é a territorialidade baseada em uma identidade cidadina. A junção discursiva entre a cidade de Santos e o clube homônimo só fazem sentido ao estudarmos como o estádio “Vila Belmiro” faz parte de um conjunto simbólico que forma e reforça a identidade local. Nesse ponto, a idéia das faixas, não apenas como comunicação de uma territorialidade ganha sentido, pois as faixas têm como teor o domínio da cidade em relação ao clube, deixando uma mensagem clara a Peres sobre seu caráter de forasteiro e induzindo aos eleitores da cidade a votarem contra o presidente.

A estratégia da oposição ao se apoiar em uma territorialidade envolvendo a cidade de Santos vai de encontro ao que Bale (2000) diz sobre o fato dos clubes de futebol serem símbolos de sua comunidade urbana. O autor relaciona a topofilia de seus torcedores com a abrangência que o clube atinge ao viajar e enfrentar equipes de outras regiões, e países, para elucidar a construção simbólica em uma determinada comunidade. No caso santista, é possível elencar alguns elementos que corroboram a esse papel simbólico exercido pelo clube sobre a cidade de Santos. Em primeiro lugar, a formação socioespacial desse lugar e a construção da identidade local; outro elemento é a motivação da formação do Santos FC no ano de 1912; por fim, a abrangência do clube e a inexistência de concorrentes em mesmo nível na cidade.

Sobre o primeiro elemento, não é pretendido novamente se alongar sobre a formação socioespacial de Santos, porém elencar os momentos históricos que auxiliem a compreensão da formação de uma identidade local. Destarte, a cidade de Santos foi fundada em 26 de janeiro de 1546, 8 anos antes da fundação de São Paulo, sendo que, ao nos debruçarmos

sobre a cidade durante o período colonial nas obras de Mello (2008) e Araújo Filho (1964), é interessante notar que o porto de Santos teve maior movimentação durante o período do cultivo da cana-de-açúcar em São Vicente, cidade vizinha. A relação com São Paulo não se estreita até o ciclo do café, a principal justificativa em termos da circulação de mercadorias entre o interior e o litoral paulista, segundo Araújo Filho (1964), era a condição precária da descida da escarpa da Serra do Mar. Isso, nas palavras desse autor, retirou de Santos qualquer possibilidade de exportar o ouro extraído em Minas Gerais no final do século XVII e durante todo o século XVIII. Dessa forma, os fluxos de mercadorias e pessoas entre Santos e São Paulo não eram constantes devido às condições técnicas existentes. Isso cria um distanciamento na formação de Santos e São Paulo, gerando uma identidade própria da população local, verificável em uma passagem ainda do Período Colonial narrada por Mello (2008), onde há uma briga entre duas facções de vendedores: a primeira se resumia aos comerciantes instalados mais próximos ao antigo centro da cidade, e a segunda daqueles que se instalaram mais próximos à saída da cidade com a finalidade de controlar os fluxos de mercadoria em sentido ao porto. A autora nos mostra que o conflito só se encerra depois de alguns anos, quando há a união de ambos os grupos contra a intervenção de tropas provenientes da capital da província, São Paulo, afinal, todos eram santistas.

Como os comerciantes eram a elite econômica da cidade no período, é interessante observar que o discurso, que tornou possível a união da classe em torno de um interesse comum, foi a identidade local contra o “inimigo” externo. Carreira (2020) mostra que uma das marcas da política santista durante a República Velha era a de ser uma contraposição aos interesses paulistanos. Essa diferença de interesses entre capital e a cidade Santos é apontada por Pierre Monbeig (2004) em termos econômicos: Araújo Filho (1964) mostra que o meio técnico que finalmente venceu a barreira física imposta pela escarpa da Serra do mar foi a linha de trem Santos – Jundiá, cuja finalidade era a exportação do café produzido na província em direção ao porto. Isso, segundo Monbeig, tornou Santos independente economicamente tanto de São Paulo, quanto de qualquer outra cidade paulista, principalmente com a criação da Bolsa do Café na cidade. Assim, a elite econômica da cidade se via como independente da capital e com seus interesses próprios, criando a visão de uma cidade cuja importância se dava em nível nacional, uma vez que era onde se negociava e exportava o principal produto da economia brasileira naquele período.

Por fim, é notável que a disputa econômica e política entre Santos e São Paulo passou a pender à capital com a industrialização paulistana. Como apontam Silveira e Santos (2002), a industrialização paulista foi basilar à integração nacional e à criação de uma Região Concentrada no Brasil. Atualmente, segundo o mapa “Regiões de Influência das Cidades” (IBGE, 2018), enquanto São Paulo exerce influência de grande metrópole nacional, Santos exerce influência apenas como capital regional nível “3”. Em outras palavras, São Paulo é a grande metrópole nacional e Santos exerce influência apenas em sua área próxima.

A oposição política entre as elites econômicas de Santos e São Paulo foram fundamentais na criação do Santos FC. Carreira (2020) apresenta através de registros de jornais, documentos, e atas do clube, na sua época de fundação onde há o interesse explícito da elite da cidade em ter um time de futebol que pudesse disputar a liga da APSA. Nessa liga estavam os clubes da elite paulistana como Germânia (atual EC Pinheiros), Paulistano, A.A. Palmeiras (nenhuma relação com a S.E. Palmeiras), Mackenzie e São Paulo Athletic Club. Nas palavras do historiador, o Santos FC é fundado em 14 de abril de 1912 como um clube de futebol cuja finalidade era representar a cidade e ser um símbolo possível de englobar todas as classes sociais. Há um sentido de territorialidade na construção e consolidação do clube como um time de futebol frente aos times da capital, pois comunica de maneira ritualizada durante as partidas do clube, como uma forma de união do grupo residente naquele lugar frente àqueles que são colocados como diferentes a essa comunidade, ou “forasteiros”, utilizando a palavra utilizada em 2018 pela oposição santista aos sócios paulistanos do Santos FC.

Como último elemento, é interessante o fato do SantosFC ter sido criado com a intencionalidade de agregar todos os grupos sociais da cidade em torno do mesmo time. Essa intencionalidade teve êxito, pois embora a cidade de Santos também tenha como agremiações profissionais o Jabaquara e a Portuguesa Santista, apenas o Santos logrou manter-se disputando as principais competições, tanto em âmbito estadual, quanto nacional. Além disso, o time da Baixada Santista teve diversos jogadores convocados pela Seleção Brasileira durante as conquistas mundiais de 1958, 1962 e 1970, sendo o maior jogador dessa geração, simplesmente, Pelé. Nesse período, o Santos FC foi duas vezes campeão continental e mundial, seis vezes campeão nacional e excursionou por todo o mundo. Essas ações levaram o nome da cidade, e do bairro, aos mais diversos e inimagináveis lugares, ajudando a elucidar as razões do clube possuir torcida para além da cidade e, em via contrária, o papel simbólico do clube no cotidiano de Santos. Além de contar com Pelé de 1956 a 1974, o Santos FC ainda teve outras conquistas que o colocam como segundo maior campeão nacional, e um dos clubes mais importantes do mundo, recebendo da FIFA o prêmio de “Clube do Século das Américas”.

Dessa maneira, os símbolos evocados pela oposição tentaram trazer à tona essa identidade local e delimitar uma territorialidade de modo a apontar o controle daquele espaço e do próprio Santos FC pelos “verdadeiros santistas”. Ou seja, os dirigentes ligados às elites e aos “interesses” locais. Portanto, a partir da observação dos símbolos existentes na paisagem do entorno da “Vila Belmiro”, foi possível registrar um discurso da oposição cujo conteúdo comunicava uma territorialidade. Para tal, foi preciso entender individualmente os símbolos ali postos, e relacionar com o processo de formação socioespacial da cidade e sua formação identitária. Da mesma forma como Duncan e Duncan (2001) encontram em Bedford um conjunto simbólico que comunicasse o domínio de um grupo social sobre os demais na cidade, no entorno da Vila Belmiro foi encontrada uma comunicação semelhante, nesse caso com a diferença de haver uma clara tentativa de mobilizar as pessoas a votarem contra o presidente.

A situação, por conta das promessas de campanha de mais jogos em São Paulo, onde reside boa parte da torcida do clube, deu margem à estratégia da oposição, inclusive por esta contar com nomes de famílias tradicionais como Modesto Roma Júnior e Marcelo Teixeira. De modo a elucidar como esse discurso da oposição tinha uma vinculação com a formação identitária da cidade, foi primordial recorrer à formação socioespacial de Santos. Com isso, este trabalho concorda com Cosgrove (1983) sobre a importância do estudo da formação socioespacial como metodologia de análise da paisagem.

Por fim, é possível observar o papel da paisagem na comunicação e na mobilização do domínio do Santos por parte de dos grupos hegemônicos. Embora a oposição não tenha conseguido o objetivo de derrubar José Carlos Peres, o importante é a observação da estratégia de acoplar o discurso contra o presidente ao discurso já consolidado do Santos, como um dos elementos de pertencimento ao município-sede da Região Metropolitana da Baixada Santista. As faixas, as mobilizações, o conteúdo dos áudios e das conversas são elementos simbólicos. Como pode ser observado, a paisagem do entorno do estádio, em suas ruas mais próximas contava com esses elementos que foram construídos principalmente pelo grupo da oposição enquanto a situação se realocou, numa espécie de reterritorialização, em São Paulo.

Considerações finais

A partir da discussão metodológica e dos resultados obtidos, é possível pensar na importância da paisagem como fonte textual possível de informar e elucidar questões sociais e políticas presentes em um determinado lugar. É importante frisar que a paisagem *per se* não é capaz de fornecer toda a explicação necessária, pois seus discursos e símbolos, sendo integrantes de sistemas culturais só são entendidos e comunicados a quem tenha a mesma base cultural para poder ser lido. Para tal, fez-se necessário entender a formação sócio-espaçial onde se insere o Santos, assim como observar símbolos que não estão no entorno imediato do estádio – talvez abrangendo assim o entorno, fora dos dias de jogos, ou do *memento* observado em campo, como toda a cidade nos dias comuns.

O Santos é um objeto simbólico em disputa. Nesse artigo foi mostrado apenas um episódio de um embate contínuo apresentando variação de intensidade conforme o tempo, portanto embora o *memento* aqui narre apenas um capítulo, é necessário ressaltar que foi apenas um episódio agudo, assim como o episódio narrado no início do artigo. Como visto no texto, a disputa se dá entre grupos de uma mesma elite na cidade, ressaltando novamente a existência de membros de uma mesma família em diferentes chapas conforme interesses pessoais. Ademais, há outras narrativas e outras tentativas de territorialidades, como é possível observar no geral sobre torcedores nos trabalhos de Toledo (2010) e Bernardo Buarque de Hollanda (2009). Analisando friamente, é possível notar que a ideia de que o “Santos é de Santos” entra em uma mistura de preservação da identidade local, da cultura como define Eagleton (2003) e também de interesses políticos, afinal um clube que movimenta milhões de reais por ano e está em uma rede articulada por uma instituição nacional, a Confederação Brasileira de Futebol, é óbvio que gera interesses outros para além da simples identidade local.

A comunicação da territorialidade então se deu por diversos meios. O primeiro, através das faixas que se utilizaram dos tropos da metonímia, parte pelo todo, para passarem sua comunicação. Aliás, sobre os tropos, foi possível perceber que a metonímia se baseou em uma alegoria, a mureta, para representar a cidade. O peixe na entrada da cidade, ao contrário da mureta, indica uma relação de pertencimento da cidade para com o time e não o reverso como era necessário naquele momento. Aliás, essa territorialidade expressa pelas faixas era uma territorialidade com temporalidades sobrepostas, pois há elementos constantes como o posicionamento do clube como parte da cidade e a necessidade de um discurso somente àquele momento da votação de *impeachment*. Aliás, é interessante notar como os lugares tem um papel alegórico nas construções, como a Rodovia dos Imigrantes como lugar de conflito entre interesses diversos ou o Estádio do Pacaembu.

Sobre a comunicação da diretoria santista, as alegorias eram muito menos visíveis talvez pautadas em uma defesa de presunção de inocência ao invés de tentar se colar em outra seara de discussão. No entanto, o fato da organização situacionista ser na capital, contratar seguranças com empresas paulistanas e trazer ônibus ao litoral não deixam de ser também alegorias e uma comunicação afirmativa sobre as ligações do grupo com São Paulo assim como uma certa desconfiança com empresas e votantes da cidade.

Portanto, através da observação da paisagem foi possível entender sobre a territorialidade dos grupos hegemônicos no entorno de um estádio e que não se encerra apenas ali. Essas territorialidades são intrínsecas a jogos de poder maiores, devido a importância do Santos FC dentro de sua comunidade urbana, e como um símbolo que não só abrange a cidade, porém outras regiões do país. Assim, através de elementos culturais é possível pensar nas relações de poder existentes nos lugares assim como quem são seus atores hegemônicos, contra-hegemônicos e na diversidade de narrativas que disputam um mesmo lugar ou território.

Referências

- AB'SABER, Aziz. "Contribuição à geomorfologia do litoral paulista". In: BARTORELLI, A; GAUTTIERI, C; MATENSSO NETO, V; CARNEIRO, C; LISBOA, M. (org). **A Vida e a Obra de Aziz Nacib Ab'Saber**. São Paulo: Beca-Ball Edições, 2010, p.126-145.
- AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Ed. Mauad, 2002.
- ARAÚJO FILHO, José R. "A expansão urbana de Santos". In: AZEVEDO, A. **A Baixada Santista: Aspectos Geográficos-Volume III**. São Paulo: EDUSP, 1964.
- AUGUSTIN, Jean Pierre. **Espaces Urbains et pratiques sociales**. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1988.
- BALE, John. "The changing face of football: soccer and community". In: **Soccer and Society**, vol.1, n.1, 2000, p.91-101.
- BLOG DO PAULINHO. **Marcio Rosas, conselheiro do Santos, ameaça associados do clube em São Paulo**. Youtube. 2 de setembro de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SL_mEelpXSU. Visualizado em 01/12/2018. 1:11.
- CARREIRA, Andre. **MELLO, A rua, a luta e o lúdico: urbanização, trabalho e futebol na cidade de Santos (1892 - 1920)**. 2020. 170p. Tese de Doutorado - Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- COSGROVE, Denis. "Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria". In: **Antípode - A Radical Journal Of Geography**. Worcester, n.15, 1983, p. 1-11
- _____; JACKSON, P. "Novos Rumos da Geografia Cultural". In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- DUNCAN, James. "A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 91-132
- _____. "Landscape taste as a symbol of group identity: a Westchester County village". In: **Geographical Review**, vol 63, n.3 (JUL), 1973, p.334-355.
- _____. "O supraorgânico na geografia cultural americana". In: **Revista Espaço e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n.13, JAN/JUN, 2002, p.7-33.
- _____; DUNCAN, Nancy. "The aestheticization of politics of landscape preservation". In: **Annals of Association of American Geography**, v.91, ano 2, 2001, p.387-409.
- Desenho das Muretas de Santos tornou-se símbolo da cidade. **TV Tribuna**, Santos, 01/01/2014. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/sp/tvtribuna/noticia/2014/01/desenho-das-muretas-de-santos-tornou-se-cimbolo-da-cidade.html>. Visualizado em 20/11/2018.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.1
- FRANCO Jr, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS. **Monumento do Peixe**. Santos, data indisponível. Disponível em: <http://www.fundasantos.org.br/xvicba/page.php?22>. Visualizado em 10/11/2019.
- GAFFNEY, Christopher; MASCARENHAS, Gilmar. "The soccer stadium as a disciplinary space". In: **Esporte e Sociedade**, n°1, Nov/2005-Fev/2006, p.1-16, disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espso/>>. Acesso em 20/02/2017.

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GONÇALVES, Carlos W. "A invenção de novas geografias: a natureza e o homem, novos paradigmas". In: BERTHA, B. SANTOS, M (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- GOMES, Armando. **Modesto Roma defende Santos como sede do Santos FC**. Youtube. Data: 28/08/2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=L9C_B_b4uNA. Visualizado em 01/11/2019.
- HAESBAERT Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HOLLANDA, Bernardo B. "Futebol, arte e política: a catarse na representação do torcedor". In: **O&S**, v.16, n.48, p.123-140, Janeiro/Março 2009.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2016.
- MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, 256p.
- MELLO, Gisele H. **Expansão e estrutura urbana de Santos (SP): aspectos da periferação, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade**. 2008. 206p. Dissertação de mestrado –Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MONBEIG, Pierre. "O surgimento da metrópole –Paisagens e problemas da metrópole". In: SZMRÉCSÁNYI, T. **História econômica da cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Globo, 2004, p.15-115).
- PEREIRA, Mauro C. Em São Paulo, Corinthians tem mais torcida que São Paulo e Palmeiras juntos. Fla é o 5º. São Paulo, **ESPN**, 09/10/2012. Disponível em: http://www.espn.com.br/blogs/maurocezarpereira/286264_ESPNem-sp-corinthians-tem-mais-torcida-que-sao-paulo-e-palmeiras-juntos-fla-e-o-5-BR. Acesso em 05/05/2020.
- Peres punido por STJD após afirmar que 'VAR ajuda Flamengo'. **Lancenet!**, Rio de Janeiro, 11/08/2019. Seção de Esporte. Disponível in sítio: <http://www.lance.com.br/santos/peres-punido-por-stjd-apos-afirmar-que-var-ajuda-flamengo.html>. Acesso em 10/11/2019.
- PIRES, Orion. Moradores tatuam símbolos da cidade para demonstrar amor por Santos (SP). **Portal G1**, Santos, 26/01/2016. Seção "Santos e Região". Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/01/moradores-tatuam-simbolos-da-cidade-para-demonstrar-amor-por-santos-sp.html>. Visualizado em 20/11/2018.
- Presidente do Santos Critica Vila Belmiro "Estádio puxadinho. Eu vou para lá e fico angustiado". **ESPN**, 18/05/2018, Disponível em: http://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/4317791/presidente-do-santos-critica-vila-belmiro-estadio-puxadinho-eu-vou-para-la-e-fico-angustiado. Visualizado em 10/10/2018.
- SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- Santos entra na disputa pela administração do Pacaembu. **Gazeta Esportiva**, Santos, 10/08/2018. Seção de Notícias do Editor. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/times/santos/santos-entra-na-disputa-pela-administracao-do-pacaembu/>. Visualizado em 30/11/2019.
- SANTOS, Gabriel. José Carlos Peres x Orlando Rollo: entenda a crise política no Santos e seu mais novo episódio. **Globoesporte.com**, Santos, 12/11/2019. Disponível in sítio: <https://globoesporte.globo.com/sp/santos-e-regiao/futebol/times/santos/noticia/jose-carlos-peres-x-orlando-rollo-entenda-a-crise-politica-no-santos-e-seu-mais-novo-capitulo.ghtml>. Acesso em 12/11/2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2014.

TOLEDO, Luiz Henrique. **Torcidas Organizadas de futebol**. Campinas: AutoresAssociados/Anpocs, 1996.

_____. "*Torcer: a metafísica do homem comum*". **Revista de História**, n. 163. São Paulo: 2010, p. 175-189.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A, 1992.

A REDE DE GASODUTOS DA AMÉRICA DO SUL:

Lacunas da integração regional Sul-Americana e empecilhos para a geopolítica brasileira

THE PIPELINE NETWORK IN SOUTH AMERICA:

Gaps of south-american's regional integration and obstacles for brazilian geopolitics

LE RÉSEAU DE GAZODUCS D'AMÉRIQUE DU SUD:

Lacunes dans l'intégration régionale sud-américaine et obstacles pour la géopolitique brésilienne

RESUMO

O presente artigo propõe analisar comparativamente a rede de gasodutos da América do Sul com a integração regional sul-americana. Tal integração é um objetivo antigo das nações que compõe o subcontinente, e algo almejado pelo pensamento geopolítico brasileiro, a fim de aumentar sua projeção internacional. O desenvolvimento econômico e a soberania são as principais motivações. A questão energética é parte fundamental deste processo, tanto para produção de excedente econômico quanto no uso soberano e estratégico dos recursos locais. A rede de gasodutos que trespassa o território sul-americano é provavelmente a maior materialização espacial dessa integração, conectando diversos pontos dos territórios sul-americanos e demonstrando avanços técnicos no transporte de gás natural. Contudo, ela também revela diversas lacunas no êxito deste processo, como a ausência de uma rede maior que de fato conecte plenamente o subcontinente. Ela também evidencia a integração regional como um objetivo secundário nas agendas locais que priorizam assuntos internos, tal qual o próprio Brasil.

Palavras-Chave: Integração Regional; Geopolítica Energética; Brasil; Gás Natural

SUMMARY

The present paper proposes a comparative analysis between the natural gas grid of South America and the regional integration of South America. The integration process is an old objective from the nations that are part of the continent and something aimed by Brazilian's geopolitical thinking, with the goal of increasing its international projection. Economic development and sovereignty validation are the major motivations. The energy matter is an integral part of this equation, including subjects such as economic surplus and sovereign and strategic use of the local resources. The pipeline network that goes through South-American's territory is probably the biggest accomplishment of this spatial integration, linking many points from the nation's territories and showing technical advances in natural gas transport and commerce. However, it also shows several gaps in the success of this project, like the absence of a bigger network capable of fully linking the continent. In addition, it makes clear that regional integration is not a major objective in the countries' agenda, such as Brazil itself.

Key Words: Regional Integration; Geopolitics of Energy; Brazil; Natural Gas

RÉSUMÉ

L'intégration régionale sud-américaine est un objectif ancien des nations qui composent le sous-continent et une idée souhaitée par la pensée géopolitique brésilienne afin d'accroître sa projection internationale. Le développement économique et la réalisation de la souveraineté sont les principales motivations. La question énergétique est un élément très important de ces processus, à la fois pour la production d'un excédent économique et pour l'utilisation souveraine et stratégique des ressources locales. Le réseau de gazoducs qui traverse le territoire sud-américain est probablement la plus grande matérialisation spatiale de cette intégration, reliant plusieurs zones fixes des territoires sud-américains et démontrant les progrès techniques réalisés dans le transport du gaz naturel. Cependant, il révèle également plusieurs lacunes dans le succès de ce processus, telles que l'absence d'un réseau plus vaste qui relie en réalité entièrement le sous-continent. Il souligne également que l'intégration régionale est un objectif secondaire des agendas locaux qui accordent la priorité aux affaires intérieures, à l'instar du Brésil.

Mots-Clés: Intégration Régionale; Géopolitique d'Énergie; Brésil; Gaz Naturel

INTRODUÇÃO

A cidade de Santa Cruz de la Sierra, localizada no sudeste boliviano e considerada a mais rica do país, está situada sobre as principais jazidas de gás natural do país andino. Sua economia gira em torno da exploração dessas jazidas subterrâneas, tornando-as estratégicas para a Bolívia e alvo de países e empresas interessadas em obter o valioso hidrocarboneto. A extração no local ocorre há várias décadas, mas os fatos que nos atraem a atenção começaram a se desenrolar na década de 1990. Nesse período vivia-se o auge da agenda neoliberal do Consenso de Washington, que vigorava como cartilha da política econômica da América Latina naqueles tempos. Em 1997, após uma longa negociação, os governos de Brasil e Bolívia chegaram a um acordo sobre a construção do principal gasoduto da América do Sul, o GASBOL, responsável pelo maior transporte de gás natural entre dois países locais (Moutinho dos Santos, 2002). Ficou determinado que a Petrobras construiria a tubulação¹ que partiria de Santa Cruz de La Sierra, cruzaria a fronteira entre os dois países e adentraria o território brasileiro até chegar nas regiões industriais do Sul-Sudeste brasileiros, áreas mais desenvolvidas e urbanizadas do país, e prioritárias para serem abastecidas com recursos energéticos, principalmente para o setor industrial (Hage, 2008). O pacto entre os dois países, em suma, garantiria fontes de energia para o Brasil e superávit comercial para a Bolívia e, se possível, financiar seu próprio desenvolvimento socioeconômico.



Figura 1: Mapa dos Dutos no Brasil. Elaboração Própria. Dados: EPE (2018)

A integração energética sul-americana

Todavia, apesar da efetivação do projeto e o aumento das trocas comerciais, os rumos dessa relação foram outros. Quase uma década depois do acordo firmado, o governo nacionalista de Evo Morales assumiu a presidência boliviana em 2005, tendo como promessa mais notável de sua campanha eleitoral a nacionalização dos hidrocarbonetos, mirando nos recursos que os brasileiros exploravam desde a construção do GASBOL, pagando um preço pouco vantajoso aos interesses locais (Hage, 2008). Contrariando o que os políticos normalmente fazem em campanhas políticas no continente, Morales cumpriu sua promessa no ano seguinte: ordenou a ocupação militar de duas refinarias pertencentes à Petrobras, estatal brasileira do setor de petróleo e gás, em Santa Cruz de la Sierra. Foi uma manobra arriscada do ponto de vista diplomático. Ela gerou algumas reações de revolta no setor público brasileiro², mas o então presidente Lula (2003-2011), que tinha como uma de suas metas para a política externa promover uma maior integração “Sul-Sul”³ e promover uma integração sul-americana duradoura, optou por resolver a questão diplomaticamente (Hage, 2008), costurando um novo acordo com os bolivianos. A negociação acabou em êxito para os dois lados, mas deixou cicatrizes na relação entre as duas nações, somando-se assim ao longo histórico de problemas nas relações internacionais do subcontinente.

Ainda assim, o volume de gás que o Brasil importa dos bolivianos continua sendo relevante na relação comercial entre os dois países. Em 2010, os brasileiros importaram o equivalente à 2,13 bi de dólares em gás natural da Bolívia, soma essa que representa 15% do PIB boliviano (FMI, 2016). Esse exemplo, que envolve diretamente questões no setor energético, é sintomático em vários pontos que marcam os projetos de integração na América do Sul. Em primeiro lugar, mostra como os países sempre acabam eventualmente priorizando seus próprios interesses em relação aos demais, particularmente quando esses mesmos interesses podem prejudicar as nações vizinhas em grande escala (Mello, 1997).

O acordo do Gasbol inicial era extremamente benéfico aos brasileiros, priorizando seus objetivos estratégicos no setor energético, além de propiciar a subordinação da Bolívia como nação dependente do Brasil em termos econômicos⁴. A Bolívia, em contrapartida, via seu maior recurso natural ser vendido por um preço considerado baixo, beneficiando somente elites locais e não trazendo o superávit econômico esperado, enquanto os problemas sociais do país perduravam (Hage, 2008). A reação dos bolivianos no governo Morales apresentou vários problemas e riscos, considerando o desequilíbrio de forças entre os dois países, apesar das justificativas pelo o que era considerado uma opressão a seu país: Ele prontamente recorreu à uma via bruta e unilateral, deixando os brasileiros sem muitas opções. O alinhamento político entre os dois governos na época foi o que permitiu a saída diplomática para a questão. Sem isso, é possível que a situação tomasse rumos mais drásticos.

Essa disputa, que envolveu diretamente o principal gasoduto sul-americano, revela-se como um microcosmo do panorama da integração regional da América do Sul. Não apenas em relação as questões energéticas, mas do processo geral, historicamente marcado por avanços tímidos seguidos por retrocessos (Martin, 2010). Ainda presos a herança colonial da dependência da exploração de produtos do setor primário, os países sul-americanos apresentam dificuldades em consolidar a integração interna para aumentarem sua projeção geopolítica no cenário global cada vez mais competitivo. Martin (2010), explica como os tradicionais problemas internos da América do Sul (e da América Latina como um todo) acabam prejudicando os movimentos em prol da integração:

“...a crescente desigualdade econômica frente aos anglos-americanos, somada à fragmentação política e à ausência de uma liderança clara no seu interior, não permitiram a América Latina firma-se no cenário mundial de modo mais protagonista. A dispersão dos fixos, a debilidade dos fluxos e a multiplicação de normas têm agido, por sua vez, de modo a fazer girar o ciclo vicioso, o qual conspira constantemente em desfavor da integração” (MARTIN, p. 43, 2010).

A questão da “dispersão dos fixos, a debilidade dos fluxos” é possivelmente o retrato mais fiel do quadro geral de configuração das redes energéticas na América do Sul, uma amostra concreta desse argumento formulado por Martin. Conforme veremos mais adiante, os fixos são poucos, precários e dispersos. Os fluxos, apesar de serem eficientes dentro do território que recobrem, acabam sendo mais uma faceta da precariedade destas redes. Não apontam uma efetivação de uma tessitura concreta, e a que existe atende somente a poucos interesses. Tudo isso é um reflexo dos problemas de “fragmentação política” no continente, carente de lideranças organizadas nesse sentido, com exceção de breves períodos. O geógrafo suíço Raffestin caracteriza a noção de poder estatal como intimamente ligada, dentre outros fatores, ao controle dos fluxos de energia. Tais fluxos dependem da circulação para serem efetivo e atingirem os propósitos dos Estados (Raffestin, 1993). Além disso, é necessário considerar o contexto geopolítico para além das fronteiras sul-americanas.

Abordando a questão geopolítica energética global, os países estão inseridos em um paradigma dialético. Isto envolve a necessidade de negociar com países não necessariamente alinhados nas relações internacionais (Brito et al., 2012). Pelo contrário, muitas vezes essas relações são tensas, envolvem submissão econômica para países produtores (além de promover baixa diversificação de suas atividades econômicas, levando à maldição dos recursos naturais) e podem desencadear conflitos armados (Sébille-Lopez, 2006). Um exemplo é o Oriente Médio com os Estados Unidos, uma das regiões mais empobrecidas do globo com o país mais rico e poderoso⁵. O termo que melhor descreve essas relações é a assimetria, evidenciada pela disparidade de poder entre os atores envolvidos (Brito et al., 2012). Tal vocábulo também define perfeitamente as relações brasileiras com os outros países da América do Sul, uma vez que o Brasil, a despeito de suas deficiências, supera seus vizinhos em força econômica e em projeção de força (Martin, 2018).

Todavia, nem sempre estas relações estão destinadas a falharem, mesmo no caso do Brasil e os outros países do subcontinente. Outro país importante a ser destacado aqui é a Argentina, que também possui uma rede de gasodutos com os bolivianos, apesar de os próprios argentinos terem reservas consideráveis de gás natural. Esses três países compõem então uma trinca de países sul-americanos mais envolvidos diretamente em uma integração energética sul-americana⁶, pois são os que mais estão fortemente ligados por ela, tanto em termos comerciais quanto em conexão territorial, materializada pelas redes de gasodutos (Egler & Mattos, 2012).

Caracterização dos gasodutos sul-americanos

A rede de gasodutos na América do Sul ainda é pouco desenvolvida em comparação aos complexos sistemas nodais que observamos em regiões como a Eurásia ou América do Norte, onde a troca de recursos energéticos é mais intensa em termos de volume e troca de capitais⁷. Isto indica alguns pontos vitais para compreendermos a evolução dessas redes no subcontinente (ou a ausência desta evolução). Corrêa nos aponta que uma rede geográfica, para ser constituída como tal, necessita de pontos no espaço qualificados que estabelecem uma interconexão entre si indo além das características naturais do meio físico, incluindo assim a sociedade (Corrêa, 2012). Os gasodutos, portanto, cumprem esse papel ao integrar várias redes geográficas (redes de transporte, industriais, abastecimento, dentre outras) para criar sua própria rede, permitindo que o gás natural cumpra sua função energética de produzir trabalho através dos processos químicos necessários em prol das sociedades locais. Mas para isso, é necessário analisar sua configuração.

É mister comparar as construções efetivas dos gasodutos, tanto os que foram concluídos e atuam na conexão com os países por onde trespassam, como os diversos projetos existentes que serviriam para complementar e levar a integração dessas redes a um novo nível, resultando assim em uma análise comparativa entre a realidade concreta e o planejamento.

Para isso, começaremos analisando a rede de gasodutos da forma como ela é hoje, ou seja, os gasodutos existentes na América do Sul que efetivamente integram pelo menos dois países diferentes entre si, conforme podemos observar na figura 2 abaixo:

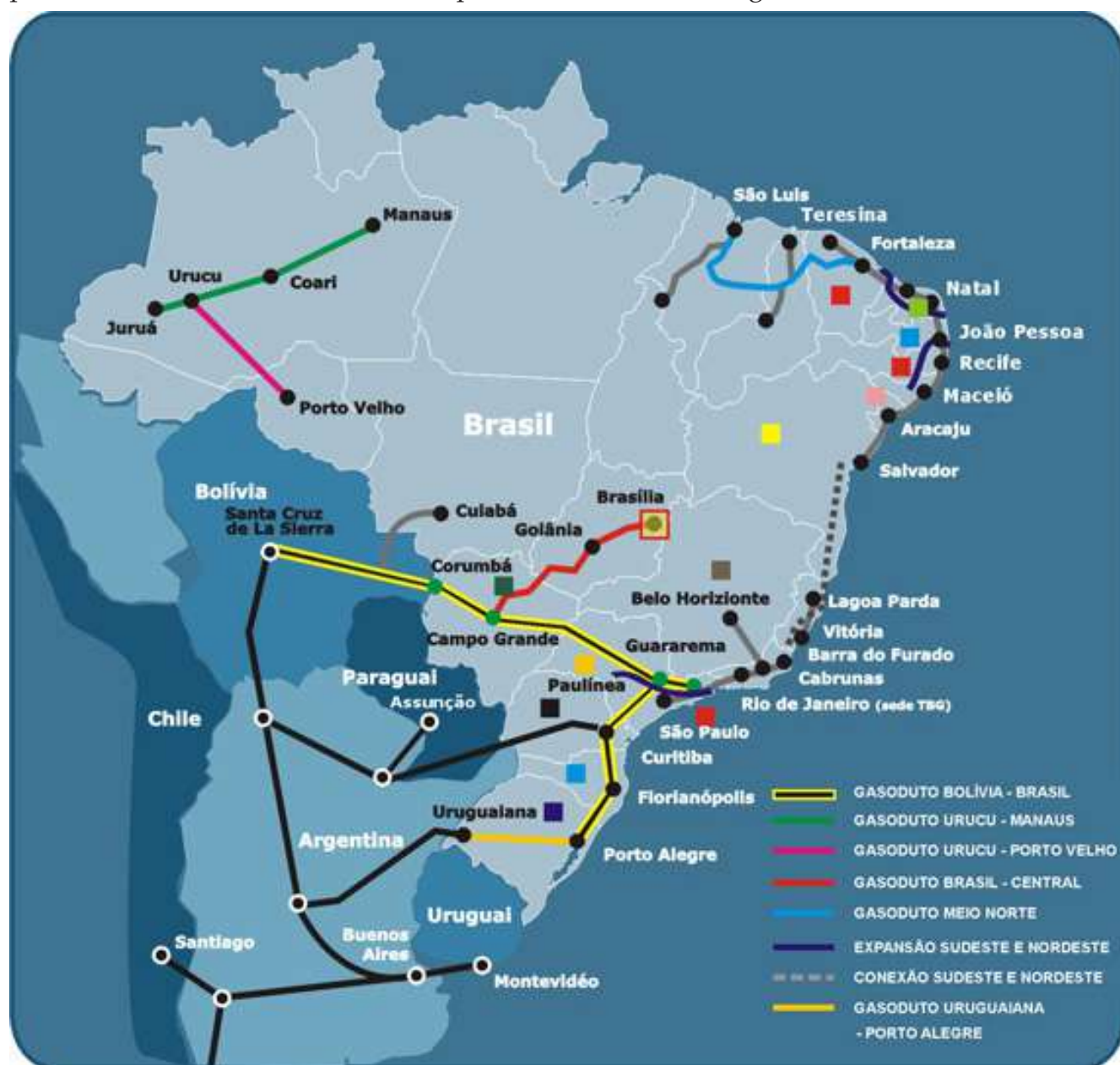


Figura 2: Rede de Gasodutos na América do Sul que estão integradas ao território brasileiro. Fonte: Petrobras

O mapa acima nos mostra a situação da rede de gasodutos na América do Sul que estão integrados com o território brasileiro ou pertençam totalmente a ele. O aspecto que mais chama a atenção quando analisamos ele é que há uma diferenciação espacial entre o norte e o sul do país. É um fato amplamente discutido pelas mais diversas correntes acadêmicas brasileiras e também explorado pelos autores geopolíticos brasileiros, tanto os militares como os acadêmicos⁸. Um exemplo disso é na obra de Milton Santos, que ele colocava em evidência as disparidades regionais brasileiras, dando destaque à chamada região concentrada, composta pelas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde a economia é mais desenvolvida e dinâmica que no restante do território brasileiro, e, portanto, sendo uma maior receptora de fluxos econômicos do que as regiões restantes (Santos & Silveira, 2001). Não à toa, os gasodutos que adentram o território brasileiro do exterior convergem em sua direção. Os geopolíticos apontam duas principais dicotomias antagônicas no território sul-americano: Uma entre os oceanos Pacífico e Atlântico (portanto, oeste e leste) e outra entre a região Amazônica e a região Platina (portanto, norte e sul). Tais dicotomias sempre representa-

ram, segundo esses autores, um obstáculo de difícil superação para a integração territorial do continente⁹ e a circulação e escoamento de recursos naturais internas (Martin, 2018).

Esse mapa mostra uma dessas singularidades: Todos os gasodutos que entram no Brasil têm como destino uma dessas regiões, com exceção do gasoduto Brasil Central que tem como destino o Distrito Federal, sede do poder político brasileiro. Na prática, isso implica que todo o gás natural que o Brasil importa tem como destino essa região concentrada definida por Santos (2001). Se lembrarmos de alguns projetos de integração socioeconômica para o subcontinente elaborados em um passado recente, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), observamos que essa rede somente atende dois eixos principais, o do Chaco e o Santiago-São Paulo e ainda assim de forma incompleta. Ou seja, a integração energética por dutos só conseguiu unir espacialmente algumas poucas regiões metropolitanas sul-americanas, e todas estas são do Cone Sul ou próximas a ele, enquanto que mais ao norte, temos somente mais um gasoduto que parte da Colômbia para a Venezuela, que os colombianos utilizam para exportar gás para seus vizinhos¹⁰.

Quanto aos projetos existentes para a ampliação dessa rede, vale destacar as iniciativas do antigo IIRSA (atualmente denominado Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento, sua sigla é COSIPLAN), observemos o próximo mapa abaixo (Figura 3), que mostra vários eixos de integração que poderiam existir em um futuro próximo no continente, a fim de acentuar esse processo e de fato promover uma integração espacial regional, com uma rede verdadeiramente constituída em escala continental:

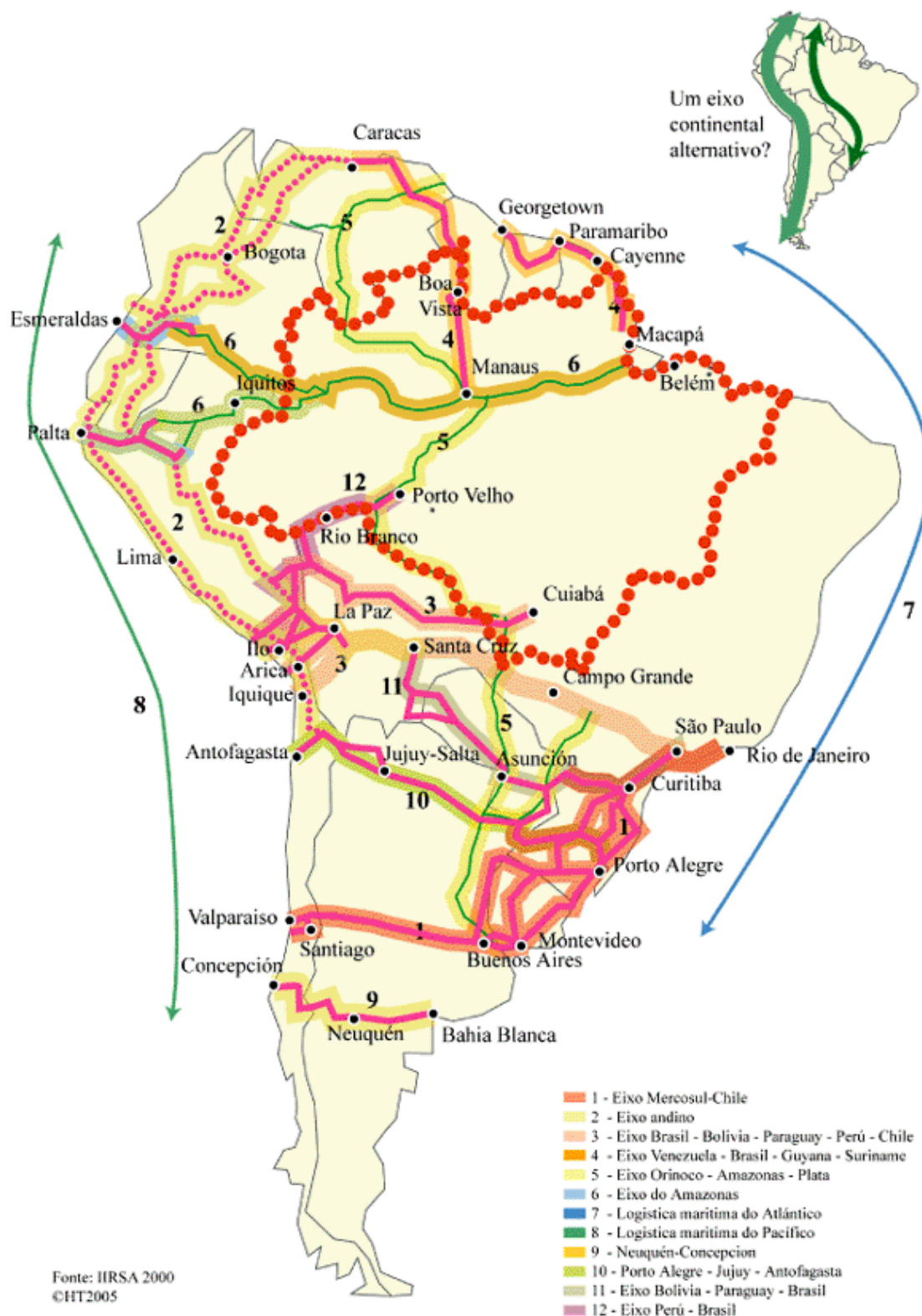


Figura 3: Eixos de Desenvolvimento e Integração da América do Sul. Fonte: IIRSA (2000) apud Théry (2005)

Podemos observar nesse mapa, que, inclusive, data quase duas décadas, que os projetos de integração física para facilitar a circulação intercontinental costumam existir. Alguns deles, inclusive, podem ser caracterizados como excessivamente pretensiosos, desconsiderando o constante cenário de falta de capacidade de investimento dos países locais. Raros são o que concretamente saíram do papel, incluindo os que tratam das questões energéticas, principalmente os relacionados aos hidrocarbonetos (Carra, 2014). Um exemplo é o projeto gasoduto Caracas-Buenos Aires, que ligaria a área mais ao norte, rica em hidro-

carbonetos, passaria por todo o subcontinente e seria conectado à segunda maior região metropolitana local. Entretanto, foi considerado um projeto caro e ambicioso¹¹, incapaz de sair do papel devido aos custos altíssimos que dispensaria para superar as distâncias e obstáculos físicos envolvidos (Martin, 2010).

Quando comparamos os dois mapas desta seção, fica evidente o descompasso existente entre os eixos desenvolvidos mais ao sul do continente, no que podemos chamar de região platina (que engloba os eixos entre a região sul-sudeste brasileira e os países do cone sul) e a região amazônica no Norte, onde a rede energética que envolva ao menos dois países é praticamente inexistente, apesar de ser nessa área do continente onde as maiores jazidas petrolíferas e gasíferas do continente estão localizadas, principalmente na Venezuela. Apesar de muitos países locais adotarem um discurso de proteção aos seus recursos como necessário ao seu desenvolvimento, boa parte deles acabam tendo como destino as exportações para os principais consumidores das fontes de energia do planeta (como China e Estados Unidos, dois atores bastante ativos na geopolítica sul-americana), tornando assim os países locais não somente dependentes no contexto geoeconômico mundial, mas sobretudo pela não construção de uma agenda em comum, apesar dos objetivos similares.

Quais serão então as explicações para esse panorama? Porque após décadas e mais décadas a fio os projetos de integração no continente não evoluem e a questão energética é a que mais demonstra esse cenário? Ironicamente, não era essa a visão que tínhamos da situação até alguns anos atrás, até meados de 2012 e 2013. Muitos autores demonstravam otimismo com toda a questão do continente e sua integração plena (Arroyo, 2010). Para entender essa mudança de paradigma, é preciso analisar como os governos de cada país na região passaram por transformações que estão transformando as projeções da integração sul-americana, e, por consequência, da América Latina como um todo.

Analisar uma configuração de rede como essa nos remete novamente ao trabalho de Raffestein (1980), que em sua principal obra, "Por uma Geografia do Poder", destacou a importância de como as redes influenciam no controle do território por uma entidade estatal. De acordo com ele, quanto maior a complexidade e a tessitura de uma rede em um determinado território, maior é a força do Estado nele, pois a rede é uma característica primordial para a efetividade dessa ação estatal (Raffestin, 1993). Quando colocamos a configuração desses gasodutos sob essa lógica, a conclusão que chegamos é de que existem várias lacunas físicas na integração energética na América do Sul. A rede que os gasodutos desenham em um mapa são finas e com poucos nós. Existem grandes vazios territoriais, e somente é possível afirmar que uma rede complexa existe na porção territorial que abrange o altiplano boliviano com a o norte argentino e o sul-sudeste brasileiro.

Raffestein também versa sobre como isso aplica especificamente no caso do petróleo e gás, recursos não-renováveis. Seu livro que estuda as relações de poder existentes no território, não poderia deixar de falar sobre este assunto. Segundo ele, "[os recursos não-renováveis] são trunfos particularmente importantes e é fácil compreender por que as relações de poder das quais são objetos são tão tensas" (Raffestin, p. 233, 1980). Ainda segundo ele, cabe aos atores políticos, que coordenam as políticas sobre o território, decidir como melhor explorar esses recursos. No caso sul-americano, parece que tal exploração ocorre de modo bastante conservador ainda, ao menos quando se trata de atingir objetivos benéficos a questão da integração (Egler & Mattos, 2012).

Sobre os gasodutos sul-americanos, podemos afirmar, enfim, que é uma rede mal desenvolvida e também um retrato de um panorama geral de que a integração no continente segue em estágios pouco avançados. Pensando em escala global, a América do Sul fica atrás de outras regiões com redes e nodais mais bem estruturados e complexos nesse setor, como as redes de gasodutos que existem na Eurásia, notadamente a que liga a Europa Ocidental com territórios de antigas repúblicas soviéticas¹² e o Oriente Médio. Evidente que nessas regiões o propósito e as relações possuem objetivos e configurações distintas (sem contar todo processo histórico), mas para atingir tais metas as redes existentes conseguem um êxito do qual a América do Sul encontra-se distante de atingir num médio a longo prazo.

A influência do poder executivo

Em que pese as várias diferenças entre os países sul-americanos, todos têm em comum o fato de que seus sistemas políticos adotam um regime presidencialista, ou seja, possuem um presidente como figura política mais poderosa do poder executivo local e por consequência da nação. E quem está sentado na cadeira do Palácio da Alvorada ou da Casa Rosada, só para citar alguns exemplos, tem influência considerável sobre os destinos da região como um todo. Portanto, essas figuras políticas são de extrema importância para decidir, organizar e planejar os rumos que a integração sul-americana venha a tomar nas próximas décadas, principalmente pela maneira que venham a construir o diálogo entre suas organizações supranacionais. O processo recente que mais chama a atenção quando pensamos em integração é a formação dos blocos políticos e econômicos. Desde 1990, vários blocos, principalmente os de caráter comercial, foram formados pelo mundo, e na América do Sul não foi diferente (Arroyo, 2010).

Esses blocos promoveram um ambiente extremamente favorável às trocas comerciais entre os países incentivaram os negócios e o crescimento do investimento entre as nações locais. O setor de Petróleo e Gás foi fundamental no período. A Petrobras, por exemplo, foi a empresa brasileira que mais investiu na Argentina entre 1995-2006, sendo responsável por quase 30% dos investimentos totais brasileiros (Ribeiro, 2006). Ou seja, observamos como o setor é importante para a promoção e consolidação desses processos integratórios, notoriamente ao envolver o aspecto geoeconômico. Outro fator que pesou a favor foi o fato de que na época os poderes executivos de ambos os países gozavam de boa relação entre si, após décadas de rivalidade intensa entre as nações (Arroyo, 2010).

E durante a década passada, de 2001 até 2010, tivemos um período onde vários governos estiveram com certo alinhamento ideológico comum e seguiam várias premissas políticas e econômicas similares entre si, o que facilitou o bom relacionamento entre eles no campo diplomático e na expansão das trocas comerciais entre os países da América do Sul (Arroyo, 2010). Talvez o momento mais emblemático dessa época tenha sido a fundação da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) em 2007, o primeiro bloco verdadeiramente sul-americano que é composto por todos os países do continente, ao contrário de blocos anteriores como o MERCOSUL ou a Comunidade Andina, que tinham como membros apenas alguns desses países¹³. Além disso, o bloco teve como inspiração o modelo da União Europeia, o bloco mais bem estruturado e consolidado do mundo¹⁴, com o objetivo de no futuro aprofundar ainda mais a integração em vários pontos, inclusive o energético.

A formação desse bloco somente foi possível devido à cuidadosa negociação diplomática efetuada entre os futuros países-membros. Facilitada pelo alinhamento político supracitado, esse projeto integratório sucedeu onde vários antecessores falharam em sequer se concretizar. Dessas figuras políticas, podemos destacar o presidente Lula do Brasil, os Kirchner na Argentina, Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia. Em comum, todos tiveram como semelhança serem governos mais progressistas para os padrões do continente, mais voltados as causas sociais, mas principalmente por terem uma política externa inclinada para as relações Sul-Sul, ao contrário do padrão local que seria uma natural priorização aos Estados Unidos, maior potência do continente americano (Ricupero, 2017).

Essa aproximação permitiu, por um período, a retomada de vários projetos de infraestrutura no setor energético, notoriamente na região amazônica, graças a aproximação entre Brasília e Caracas, causada pelo bom relacionamento de Lula com Chávez. Estima-se que durante o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), um dos principais projetos de Lula em seu mandato, mais de U\$S 600 bilhões tenham sido investidos na área (Martin, 2010). Uma soma grandiosa, ainda mais para os padrões do subcontinente. Logo, não somente a boa vontade política, mas a questão econômica também ajudou a expandir essas redes, vitais para o setor energético.

Portanto, a integração só foi possível porque nesse determinado momento histórico os governos a tinham como interesse comum de fato, ao contrário de outros tempos, o que minimizou as relações assimétricas. Talvez isso seja mais bem sintetizado por essa fala do Presidente Lula a respeito da questão energética:

“Eu acredito na integração energética de toda a América do Sul. Este é o sonho e o objetivo - alcançar uma verdadeira segurança energética na região... o aproveitamento, de modo mais inteligente, dos recursos disponíveis para o desenvolvimento de nossos países. Não é possível que a América do Sul, que tem as maiores reservas energéticas do mundo, sofra apagões e crises de abastecimento” [Luis Inácio Lula da Silva - UOL, 2007].

Essa fala deixa claro que havia uma vontade política de efetuar uma integração duradoura, que pudesse trazer benefícios a todos os países. No caso citado, uma benesse seria a de evitar apagões e crises de abastecimento, um dos problemas mais comum que assola o subcontinente, expondo sua segurança energética deficiente, mesmo tendo os recursos necessários para superar tal cenário. Com isso, as redes incentivariam uma maior fluidez e porosidade territorial, os fluxos financeiros e materiais enfim se tornariam velozes pelo subcontinente, pois isto criaria um mercado ampliado, não restrito somente aos espaços nacionais (Arroyo, 2010). Tudo indicava que enfim a integração energética poderia enfim caminhar adiante, e carregar junto consigo as outras vertentes da integração sul-americana. Mas não foi o que ocorreu.

Conforme é costumeiro no passado do subcontinente, a excessiva dependência do poder executivo para gerenciar os projetos integratórios é uma de suas maiores fraquezas (Martin, 2010). Uma das explicações que se pode conjecturar para explicar essa falha, essa chance perdida na história, é a própria mudança geral que vem ocorrendo nas lideranças do poder executivo pelo continente, em especial nesses casos mais influentes supracitados. Lula se viu arrastado pelo turbilhão provocado pela operação Lava-Jato no Brasil (que afetou bastante a estatal brasileira de petróleo e gás, a Petrobras), viu sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016), ser impedida de continuar no cargo, seu legado posto em risco, bem como ele mesmo, acusado de corrupção. Eventualmente, o líder de extrema-direita Jair Bolsonaro (2019-) ascendeu ao cargo de presidente e adotou uma posição diplomática diametralmente oposta as dos governos petistas, optando por um alinhamento automático com os Estados Unidos e almejando adentrar em organizações internacionais capitaneadas pelos norte-americanos, como a OCDE e a OTAN (Agência Brasil, 2019). Temos assim, o fim da priorização da política externa “Sul-Sul”, algo já iniciado pelo governo Temer (2016-2018).

Na Venezuela, Hugo Chávez (1999-2013) faleceu e seu sucessor, Nicolas Maduro (2013-), governa um país em grave crise econômica e social (provocada em grande parte por conta da queda do preço do barril de petróleo, produto do qual a economia venezuelana é extremamente dependente). Além disso, o país tornou-se um tabuleiro de disputa geopolítica entre Estados Unidos, Rússia e China, com cada uma das potências mundiais apoiando governos venezuelanos distintos. O *Kircherismo* foi derrotado nas eleições presidenciais da Argentina em 2015 e houve a ascensão de Mauricio Macri (2015-2019) com uma agenda de viés mais liberal. Contudo, após quatro anos de governo, o programa de Macri fracassou em vitalizar a economia argentina, abrindo espaço para a volta do *Kircherismo* em versão mais moderada com Alberto Fernández (2020-), tendo Christina Kirchner como vice-presidente. Somente Morales (2005-2019) continuou prestigiado em seu país até meados de 2019, quando após um resultado controverso na eleição quando buscava seu quarto mandato consecutivo, foi derrubado por um golpe militar apoiado por parte da população boliviana, sobretudo a de descendência europeia, encerrando assim o período no qual a população indígena do país teve controle político sobre sua nação, incluindo o gerenciamento dos hidrocarbonetos locais.

Em suma, o quadro político mudou de forma radical nos últimos anos, e isso impactou os rumos da integração sul-americana, que ainda não conseguimos mensurar totalmente. O fato concreto, porém, é de que o período atual não possui a mesma convergência har-

mônica do passado recente. As relações assimétricas regionais terão ainda força em um contexto de pouca construção diplomática entre os poderes executivos, principalmente quando parte deles estão abertamente em litígio e não reconhecem a legitimidade do outro. Esse retrocesso nos campos político e diplomático ainda poderá ter consequências mais severas para a geopolítica da América do Sul, que tenderá a ficar mais fragilizada no cenário global. No final, quem deverá sofrer os maiores impactos desses processos são as populações locais, ainda que os rumos da integração regional não têm, no momento, prospectos promissores.

Os rumos da integração e da rede de gasodutos

Portanto, parafraseando o título do artigo de Martin (2010), a pergunta a ser feita é: para onde vai a integração sul-americana, não somente no setor energético, mas como um todo? Como os gasodutos vão impactar na questão? Não cabe a este artigo o papel de adivinhação, mas sim o de analisar os fatos concretos disponíveis. O primeiro fato é: A movimentação em prol de uma consolidação dos processos de integração na América do Sul na primeira década do século XXI (2001-2010) foi possivelmente a mais efetiva em termos históricos, com as trocas comerciais entre os países aumentando, e os blocos políticos e econômicos se consolidando como instituições vitais para o processo. O segundo fato é: Na segunda década (de 2011 até os dias atuais), o panorama vem mudando para um novo paradigma que não privilegia o fomento e expansão dessa integração regional, ao contrário do período anterior. Mas não somente isso, como é praticamente impossível definir se o cenário promove retrocessos ou apenas estagnação.

Entre certezas e dúvidas, uma avaliação possível é constatar como a própria configuração da rede de gasodutos sul-americanos remete à integração regional sul-americana. Espacialmente não há uma ligação física e material completa entre as diversas áreas e zonas do continente, e sim algumas partes onde existe uma nítida concentração que contrasta com diversos vazios, sinal da falta de complexidade dessa rede. E devido à falta de sinergia entre os atuais líderes dos poderes executivos das nações envolvidas, que de maneira geral estão mais preocupados com problemas internos (muitos deles graves) do que com uma integração que envolve costurar uma rede de relações exteriores, a tendência, *a priori*, é de não haver mais mudanças significativas a curto prazo, similar a história geral do continente e distinta do começo do século atual.

O caso brasileiro é de suma importância e exemplifica o momento caótico e transitório da política sul-americana. Na questão energética, a Petrobras assume o protagonismo, tendo ela própria iniciado um processo de desinvestimento de seus ativos no exterior (principalmente na América do Sul) para priorizar a extração de petróleo. Mesmo antes das crises que envolveram as trocas das lideranças executivas do país e casos de corrupção, já havia uma indicação do país e da Petrobras de que o Brasil passaria a dar maior importância aos seus próprios projetos do que os sul-americanos. É possível argumentar que mesmo quando o país dava mais destaque a escala continental do que a nacional o fazia porque isso ia de acordo com seus objetivos próprios. Nessa lógica, fica claro que os projetos direcionados a promover a integração energética sul-americana foram gradualmente relegados ao segundo plano.

Isso ocorre por conta do Pré-Sal, camada geológica localizada no assoalho oceânico do país, onde foram descobertas jazidas petrolíferas pela equipe técnica da Petrobras em 2005, sendo anunciadas para o público no ano seguinte (Egler & Mattos, 2012). O volume extraído do local tem a capacidade de mudar o patamar do país na geopolítica energética mundial¹⁵. No planejamento estratégico da Petrobras à época, não só elas garantiriam a auto-suficiência do Brasil no setor energético, como o transformaria em exportador do produto, fazendo o país obter lucros com a renda petrolífera em épocas de alta do preço da *commoditie*, o que poderia ser revertido para a população brasileira com investimentos

em educação e saúde. Mas isso implicaria pra América do Sul, na prática, que o maior país do continente não teria mais porque ter tanto interesse no sucesso da integração energética regional. Logo, as redes de gasodutos, símbolo dessa integração, não receberiam tantos investimentos quando as plataformas de exploração em alto-mar, por exemplo. Em realidade, quase não se gasta mais na construção de novos gasodutos. E com a crise econômica, dificilmente teremos novos investimentos no setor.

Para visualizar esta situação, observemos o gráfico abaixo, que mostra a quantidade de investimentos da empresa nos próximos quatro anos por setor. Nota-se uma concentração no setor de exploração e produção, chegando a 81% do total, responsável pela extração do petróleo brasileiro em suas jazidas *offshore* e continentais. Já o setor de Gás Natural e Refino, em contrapartida, receberá somente 18% dos investimentos, em um valor total de 13,32 bilhões de dólares. Somente para comparar, em 2006, quando se discutia a construção do Grande Gasoduto do Sul, que ligaria Venezuela e Argentina passando pelo território brasileiro, a estimativa de gastos era de 23 bilhões de dólares¹⁹.

PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA PETROBRAS DE 2017-2021



Figura 4: Gráfico dos Investimentos da Petrobras para o período de 2017-2021. Fonte dos Dados: Plano Estratégico da Petrobras 2016. Elaboração própria

Considerações finais

podemos não saber onde se encaminha a integração da América do Sul, muito menos quando a rede de gasodutos da região voltará a se expandir com proeminência como ocorreu na década passada. O que tudo indica, é que seria preciso haver uma confluência extraordinária de lideranças políticas e capacidade econômica que o continente só vira em meados dos anos 2000 até 2010, e que não passamos mais por esse período de ventos favoráveis, e talvez o próximo demore a acontecer. O que nos parece concreto, e esta é uma visão que compartilhada por diversos autores, é que a integração energética da América passa, em boa medida, pelo desenvolvimento da infraestrutura das redes de gasodutos transnacionais pelo subcontinente. A energia por si só não pode ser consumida pelas populações que a aproveita, mas sim gera uma força física necessária para alimentar as atividades econômicas e assim produzir trabalho, este sim capaz de causar mudanças dentro da sociedade.

Até que não se façam os investimentos necessários nos sistemas de engenharia, não será possível vislumbrar um sucesso nesta empreitada. A lógica envolvida, apesar de complexa em sua forma, é relativamente simples de ser resumida: sem a concretização dessas redes, sem o aumento de circulação nos fluxos de capitais financeiros e bens comerciais. E sem os dois, não será possível haver uma constituição clara de domínio político sobre um determinado território. Em suma, as nações sul-americanas não estão ajudando a fomentar o que só tenderia a beneficiar elas e suas populações. Em realidade, ajudam a perpetuar sua histórica dependência das potências mundiais, que até os tempos atuais olham para o continente como uma reserva de recursos energéticos, e não como um emaranhado complexo de nações independentes com territórios consolidados e integrados entre si.

Ainda não atingimos o momento histórico onde as desavenças e assimetrias históricas no subcontinente foram superadas e as bases de uma integração próspera e duradoura foram consolidadas, mas não podemos negar que certo avanço foi obtido nas últimas décadas. Resta-nos esperar e analisar as próximas etapas da integração energética da América do Sul, caso ela seja levada adiante pelos países que a compõe, juntos ou separados, conectados por dutos ou separados pelo meio geográfico.

Referências

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - **Anuário e Dados Estatísticos**. Rio de Janeiro, 2018

_____. **Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural** – Rio de Janeiro: Número 89/ Janeiro 2018

ALBURQUERQUE, Edu S. – **80 anos da obra projeção continental do Brasil de Mário Travasso**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v.29, p 59-75. jun. 2015

ARROYO, Monica – **Mercosul: redefinição do pacto territorial vinte anos depois** – In: Argentina e Brasil: Possibilidades e Obstáculos no Processo de Integração Territorial. Ed: Humanitas. São Paulo, 2010

BRITO, Marco et SANTOS, Edmilson et ROUSSEAU, Isabelle et NAVA, Pablo – **A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira**. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

CARRA, Marcos - **A Petrobras e a Integração com a América do Sul: As divergências com o governo brasileiro**. Tese, UFRGS. Orientador: Profº Dr. Carlos Schmidt Arturi. Porto Alegre, 2014

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente**. In: _____. Revista Cidades, v.9 n. 12. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Wanderley Messias – **Geopolítica e Geografia Política: Discursos sobre o território e o poder**. Editora Edusp/Hucitec. São Paulo, 2007

EGLER, Cláudio A. Gonçalves; MATTOS, Margarida Maria C. L. – **Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional na América do Sul**. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

ESTADOS Unidos designam Brasil como aliado extra-OTAN – **Agência Brasil**, 01 de ago de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/estados-unidos-designam-oficialmente-brasil-como-aliado-extra-otan>. Acesso em: 10 de fev. De 2020

- FUSER, Igor – **O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter**. In: Rev. Lutas Sociais, Ed. PUC-SP, Vol 17/18, p. 23-37. São Paulo, 2007
- FMI – Fundo Monetário Internacional – **World Economic Outlook database**. Abril, 2016
- HAGE, José Alexandre Altahyde – **Bolívia, Brasil e o Gás Natural: Um Breve Debate** – In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol 2, Nº 1, Janeiro-Junho, 2008
- MARTIN, André Roberto – **Sopa de Letrinhas: Alba, Alca, Mercosul, Unasul, Can... Para onde vai a Integração Latino-Americana?**. In: Argentina e Brasil: Possibilidades e Obstáculos no Processo de Integração Territorial. Ed. Humanitas. São Paulo, 2010
- _. **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o anti-Golbery**. – 1ªed. – São Paulo: Hucitec, 2018
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida – **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Editora da Universidade do Amazonas. Manaus, 1997
- MOUTINHO DOS SANTOS, Edmílson – **Gás natural: Estratégias para uma energia nova no Brasil** – São Paulo: Annablume, Fapesp, Petrobras, 2002
- PETROBRAS - **Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 e Plano Estratégico 2040**. Rio de Janeiro, 2019
- RAFFESTEIN, Jean-Claude – **Por uma Geografia do Poder** – Editora Ática, São Paulo, 1993
- RIBEIRO, Fernanda – **Estratégia Internacional da Petrobras: Estudo de Caso da Aquisição da Perez Companc na Argentina**. Dissertação. PUC, Orientador: Prof. Dr. Moacir de Miranda Oliveira Junior. São Paulo, 2006
- RICUPERO, Rubens – **A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016**. 1.ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017
- SANTOS, Milton – **Economia Espacial: críticas e alternativas**. Editora Edusp. São Paulo, 1994
- SANTOS, Milton et SILVEIRA, Maria Laura – **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 10ª ed. Editora Record. Rio de Janeiro, 2008

NOTAS

1. O Gasbol tem no total 3.150 km de extensão, sendo 2.593 km deles dentro do território brasileiro, começando na cidade de Corumbá (MS). Ele cruza cinco estados e possui um hub em Paulínia (SP) onde se divide em outros dois dutos. Um segue até Guararema (SP), próximo a Região Metropolitana de São Paulo e o outro vai até Canoas (RS). Atualmente, a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TGB) controla e opera o trecho brasileiro do gasoduto.
2. A época, políticos da oposição ao governo chegaram a sugerir intervenção militar no território boliviano para controlar novamente as refinarias da Petrobras, contando inclusive com apoio de setores da imprensa.
3. A priorização das relações “Sul-Sul” foi um dos princípios norteadores da política externa capitaneada pelo então chanceler Celso Amorim, que valorizava as relações diplomáticas do Brasil com nações em desenvolvimento, dentro do contexto da Política Externa Independente (PEI) vigente desde o governo do militar Ernesto Geisel (1974-1979) e ampliada após a redemocratização.
4. Desde os anos 1970, dentro da chamada “Política do Aliado Preferencial”, o Brasil busca transformar países do Cone Sul, como Bolívia, Paraguai e Uruguai, em seus satélites, a fim de neutralizar a influência da Argentina, então seu principal rival geopolítico na região.
5. As relações externas dos Estados Unidos, desde que o país passou a depender da importação de petróleo por volta da década de 1930, foram largamente pautadas em assegurar seu abastecimento de petróleo do Oriente Médio, com destaque ao acordo firmado com a monarquia saudita em 1945. Nas últimas décadas, diversas intervenções americanas na região, com destaque para a Guerra do Iraque que começou em 2003, tiveram a questão energética como principal causa extraoficial.

6. Outro país que merece destaque nas questões energéticas na América do Sul é certamente a Venezuela, que segundo dados da Agência Internacional de Energia possui as maiores reservas provadas de petróleo mundiais com volume superior à 300 bilhões de barris. Contudo, sua exploração de gás natural é ainda subutilizada, e a própria crise interna que passa o país nos últimos anos dificulta sua expansão.
7. Nesses lugares, o gás natural é considerado um elemento de transição energética, onde ele poderá ter seu uso aumentado em substituição aos outros combustíveis fósseis mais poluentes como carvão mineral e o petróleo. O Brasil também vê nos últimos anos um aumento do uso de gás natural com esse propósito.
8. Os principais autores militares sobre Geopolítica no Brasil vieram da Escola Superior de Guerra, cujo principal expoente é Golbery do Couto Silva, cuja obra é marcada por sua perspectiva ocidentalista e preocupada com a integração do território brasileiro. Já os acadêmicos surgiram com o viés mais crítico e cientificamente melhor fundamentados do que seus pares “esguianos” e buscaram ampliar o estudo geopolítico do Brasil.
9. Nesse sentido, a Bolívia ganharia importância geoestratégica para o Brasil, segundo Mário Travasso em sua obra “Projeção Continental do Brasil” (1935). O país seria o ponto de inflexão entre essas dicotomias antagônicas na América do Sul, podendo inclusive ser a área capaz de integrar o continente se fosse posta sob a influência de umas das potências sul-americanas, Brasil ou Argentina. Portanto, para Travassos, a Bolívia é fundamental para as pretensões brasileiras de efetivar-se como líder regional de fato.
10. Devido à crise na Venezuela e o rompimento diplomático entre os governos dos dois países (A Colômbia não reconhece Nicolas Maduro como presidente do país, e sim Juan Guaidó), o gasoduto entre eles encontra-se bloqueado e inativo até o começo de 2020.
11. O gasoduto seria batizado como “O Grande Gasoduto do Sul”. Sua extensão ultrapassaria 10.000 km e sua capacidade de transporte seria cinco vezes maior que a do Gasbol. O projeto também estava inserido no contexto da promoção do ingresso da Venezuela no Mercosul, um passo fundamental tanto para facilitar o acesso ao Brasil dos recursos energéticos venezuelanos como enfim integrar um país da região amazônica ao bloco platino, justamente o mais relevante do subcontinente para a geopolítica do petróleo. A falta de cooperação internacional e de suporte financeiro não possibilitam a fruição do projeto, considerado a época megalomaniaco. O presidente da Petrobras à época, José Gabrielli, alegou a demora no prazo para conclusão da obra (variava entre 25 a 30 anos), retirando o apoio da Petrobras à causa, engavetando-a.
12. A principal função dessas redes, desenvolvidas durante os anos 1990 no contexto de inserção da Rússia na economia capitalista, é abastecer os sistemas de aquecimento residencial de países da Europa Ocidental no inverno e alguns setores industriais. Países, como a Alemanha, são extremamente dependentes do gás russo, que se aproveita geopoliticamente da situação. Alguns autores denominam isto como uma espécie de “arma do gás” russa (*gas weapon*).
13. Contudo, como demonstração de como a sinergia entre os poderes executivo sul-americanos é fundamental para o sucesso dos processos de integração, atualmente a Unasul encontra-se paralisada, com a Colômbia oficialmente fora do bloco e outros países – Brasil incluído – com participação temporariamente suspensa. Isso se deve, em partes, porque o bloco foi visto como pertencentes as lideranças progressistas do continente, o que desagradou as lideranças liberais-conservadoras, atualmente mais preponderantes.
14. A despeito dele mesmo estar passando por processos de fragmentação interna (como a saída do Reino Unido, denominada de Brexit) e divergências entre os países-membros em questões financeiras e de migrações.
15. Graças à produção do Pré-Sal, o Brasil saltou para o grupo dos 10 maiores produtores de petróleo do mundo e um estudo elaborado por professores da UFRJ apontam que as reservas do Pré-Sal podem ultrapassar a marca de 100 bilhões de barris de petróleo, colocando efetivamente o Brasil como um dos principais *players* da geopolítica do petróleo. Contudo, devido a fatores, como a Lava-Jato, e a crise financeira na Petrobras, bem como a mudança na gestão do executivo nacional, as perspectivas da empresa possuem um viés menos nacionalista do que na época da descoberta do Pré-Sal há 10 anos atrás. A participação de empresas estrangeiras através das cessões onerosas aumentou, além da Petrobras desde 2014 estar aumentando a venda de ativos seus, focando apenas na manutenção de alguns do setor de exploração e produção.

SOBERANIA, PODER E TERRITÓRIO: O Caso do Sudeste Asiático

SOVEREIGNTY, POWER AND TERRITORY:
The Case of Southeast Asia

SOBERANÍA, PODER Y TERRITORIO:
El Caso de Sudeste Asiático

RESUMO

As transformações multifacetadas advindas da globalização trouxeram inovações significativas para as interações espaciais, redes e conflitos que incidem sobre a organização multiescalar do espaço, incidindo sobre as relações entre os poderes político, econômico e estratégico com o território. A suposta inexorabilidade do processo de inserção dos Estados e territórios no contexto de globalização, no entanto, mostra-se tênue quando defrontada pelas resistências de diversos atores. O objetivo do artigo é demonstrar que a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) representa um caso emblemático dessa resistência, ao continuar, em larga medida, fundamentada pelo princípio da não intervenção em assuntos internos e pela não adesão à voga de relativização das soberanias. A perenidade desses princípios, em uma comunidade internacional cada vez mais interdependente, na qual a porosidade das fronteiras e a fluidez de pessoas, bens, serviços e capitais constituem a tônica do mundo globalizado, constitui um importante baluarte da manutenção de determinadas formas de poder expressas no território.

Palavras-chave: Sudeste Asiático, poder, soberania, território.

ABSTRACT

The multifaceted transformations arising from globalization brought about significant innovations to the spatial interactions, networks and conflicts which affect the multiscale organization of space, addressing the relations between the political, economic and strategic powers with the territory. The alleged inexorability of the process of insertion of states and territories in the context of globalization, however, is tenuous when faced with the resistance of different actors. The purpose of this article is to demonstrate that the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) is an emblematic case of this resistance, remaining largely based on the principle of non-intervention in the domestic affairs and the non-adherence to the vogue of relativization of sovereignty. The preservation of these principles in an increasingly interdependent international community, in which the porosity of borders and the fluidity of people, goods, services and capitals are the tonic of the globalized world, is an important bulwark of maintaining certain forms of power expressed in the territory.

Keywords: Southeast Asia, power, sovereignty, territory.

RESUMEN

Las transformaciones multifacéticas resultantes de la globalización han traído innovaciones significativas a las interacciones espaciales, redes y conflictos que afectan la organización multiescalar del espacio, centrándose en las relaciones entre los poderes políticos, económicos y estratégicos con el territorio. Sin embargo, la supuesta inexorabilidad del proceso de inserción de estados y territorios en el contexto de la globalización es tenue cuando hace fase a la resistencia de varios actores. El objetivo de este artículo es señalar que la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN) es un caso emblemático de esta resistencia, que continúa basándose en gran medida en el principio de no intervención en los asuntos internos y la no adhesión a la moda de la relativización de la soberanía. La continuidad de estos principios en una comunidad internacional cada vez más interdependiente, en la que la porosidad de las fronteras y la fluidez de las personas, bienes, servicios y capitales son la tónica del mundo globalizado, constituye un baluarte importante para mantener ciertas formas de poder expresadas en el territorio.

Palabras clave: Sudeste Asiático, poder, soberanía, territorio.

Introdução

A crescente complexização do sistema internacional contemporâneo, sobretudo no período pós-Guerra Fria, vem suscitando muitos debates acerca das relações de poder, das políticas de Estado e das profusas escalas territoriais na geopolítica mundial do século XXI. As transformações multifacetadas emergentes do processo de globalização trouxeram inovações significativas para as interações espaciais, as redes, os agentes e os conflitos que incidem sobre a organização multiescalar do espaço, incidindo sobre as numerosas expressões da relação existente entre os poderes político, econômico e estratégico com o território. Os Estados e seu território tornaram-se objeto de estudos, em particular, no que se refere a sua inserção no mundo globalizado e interdependente e às mudanças pelas quais vêm sendo submetidos.

No entanto, a propalada inexorabilidade do processo de inserção dos Estados e territórios no contexto de globalização, vem se mostrando tênue quando defrontada pelas resistências de diversos atores. A região do Sudeste Asiático, mais especificamente os dez Estados que conformam a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)¹, representa um caso ilustrativo com relação à resistência a importantes marcos da globalização, sobretudo à relativização da soberania e à adoção da democracia como regime de governo. Apesar das mudanças advindas do processo de globalização, a dinâmica interna e regional dos países do Sudeste Asiático continua, em larga medida, fundamentada pelo princípio da não intervenção (ou não ingerência) em assuntos internos de outros Estados e pela defesa da soberania territorial. Observa-se a perenidade desses princípios, considerados defasados ou mesmo anacrônicos por uma comunidade internacional cada vez mais interdependente, na qual a porosidade das fronteiras e a fluidez de pessoas, bens, serviços e capitais constituem a tônica do mundo globalizado.

Em sede de justificativa, o artigo pretende elucidar, a partir do exemplo da ASEAN, que parte considerável dos estudos a abordarem a relativização das soberanias, a fluidez e a porosidades das fronteiras e a interdependência dos Estados não tem levado em consideração as idiosincrasias de determinadas regiões no mundo e, portanto, não explica adequadamente esses fenômenos em sua escala global. A partir do modelo do Sudeste Asiático, pretendemos fornecer subsídios para contribuir com a ampliação da ótica dos estudos da Geografia Política, que permitam explicar mais adequadamente as particularidades regionais, ampliando o escopo e o conhecimento da temática em uma expressão mais totalizante, sem considerar de somenos o arcabouço conceitual existente.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é evidenciar, a partir de uma perspectiva realista, como a região do Sudeste Asiático, em particular o agrupamento da ASEAN, permanece resistente à voga globalizante de relativização das soberanias, constituindo um importante baluarte da manutenção de determinadas formas de poder expressas no território. A ASEAN foi conformada em 1967, ainda no contexto de crescente rivalidade entre as duas superpotências e do congelamento do poder mundial na Guerra Fria, e constituiu o primeiro organismo regional asiático disposto a lidar com uma miríade de questões envolvendo interesses e objetivos comuns (Acharya, 2013). Seu histórico geopolítico tem sido marcado pela emergência de Estados caracterizados por uma ampla diversidade em termos de formas de regimes, orientações ideológicas e espaços institucionais, em razão, sobretudo, de sua heterogeneidade étnica, religiosa e cultural, dos distintos padrões de desenvolvimento econômico, das diferentes experiências coloniais e das consequências irregulares dos conflitos do período da Guerra Fria. Diante desse quadro, a preocupação com a segurança interna, a soberania territorial e a legitimidade política continua sendo um marco importante a balizar a postura e as decisões dos países do Sudeste Asiático. O apego ao princípio de não intervenção, embora não de forma absoluta, constitui uma resistência às relações de poder e às novas visões sobre o espaço e o território no mundo globalizado.

Com vistas a alcançar o objetivo proposto, dividimos o artigo em três momentos, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte trata da globalização e seu

corolário no espaço territorial estatal, em que examinamos a evolução da organização regional da ASEAN no âmbito do novo contexto geopolítico e geoeconômico do pós-Guerra Fria e do século XXI, com particular atenção às resistências às imposições da globalização no que se refere particularmente à questão da soberania e do território. Na segunda parte, são apresentadas as relações de poder geopolítico no Sudeste Asiático, em que são analisadas as dinâmicas de integração e desintegração, nomeadamente as forças centrípetas e centrífugas que incidem sobre os contextos bilaterais e multilaterais dos países do Sudeste Asiático e sobre a distribuição do poder regional, especialmente quando voltada às disputas interestatais e aos renitentes conflitos intraestatais. Por fim, na terceira parte são delineadas as relações do Sudeste Asiático no mundo globalizado do pós-Guerra Fria, evidenciando seus avanços e recuos e o contexto do século XXI, em que o poder dos Estados e das regiões são condicionados pelas redes de interdependência e por relações assimétricas, para a compreensão das transformações geopolíticas encetadas por um ambiente no qual as influências extrarregionais, os interesses concorrentes, as conformações de instituições e as estruturas de poderes contribuem para moldar as políticas regionais e nacionais dos países da ASEAN no cenário globalizado.

A globalização e seu corolário no espaço territorial estatal

O sistema internacional do século XXI, lastreado em regras ditas universais, vem enfrentando diversos contratempos para a consecução *de facto* dos princípios, objetivos e limites que pautam a coexistência e a cooperação da comunidade internacional. A origem dessas regras deu-se com a criação de uma ordem mundial a partir do Tratado de Paz de Vestfália, em 1648, quando foi forjado um sistema de Estados soberanos e independentes, que concordavam em criar um equilíbrio geral de poder e em abster-se de interferir nos assuntos internos dos demais. À medida que os Estados europeus se estendiam pelo mundo, no contexto da expansão ultramarina e exploração colonial, o sistema *vestfaliano* era implantado em diferentes regiões que não haviam contribuído em nada na delimitação geral de suas regras e valores. Em verdade, essas regiões nem mesmo tinham conhecimento da existência desse arcabouço de regras criado na Europa (Kissinger, 2015).

Ao longo do tempo, os princípios norteadores desse sistema internacional, como a soberania territorial, a não interferência e o interesse nacional, foram utilizados pelos povos subjugados pelas grandes potências – europeias e não europeias – para a conquista de sua independência política. Esse foi o caso dos países do Sudeste Asiático, que alcançaram o mesmo status hierárquico de Estado soberano de suas antigas metrópoles no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, após um longo período de submissão colonial. O apego a esses princípios reside na gênese das reivindicações soberanas e territoriais dos países da região, que enxergaram neles um poderoso instrumento para a consecução de muitos de seus objetivos, a começar pela independência nacional.

A Geografia Política vem se dedicando a analisar e interpretar as transformações paradigmáticas das práticas envolvidas no exercício de poder dos Estados e sua vinculação com seu território à luz do contexto de globalização. A vertente tangível dos estudos geográficos, como o Estado-nação territorial, os governos centrais e as fronteiras definidas, faz-se acompanhar cada vez mais da vertente intangível do sistema internacional do período pós-Guerra Fria, formada por um arcabouço normativo e valorativo baseado em regras definidas para ordenar as relações entre os Estados. Nesse sentido, o poder político dos Estados, cujo fulcro consiste no somatório do território e do poder, é crescentemente permeado pelas instituições e regras que, muitas vezes, defrontam e limitam esse mesmo poder estatal (Costa, 2013).

Os estudos geográfico-políticos clássicos, voltados sobretudo à análise dos conflitos internacionais e às questões atinentes às políticas nacional-estatais para o território, por muito tempo consideraram o Estado central como detentor do controle sobre os negócios

territoriais, de maneira que controlar o espaço significava controlar o território e, consequentemente, a capacidade de defesa e segurança militar estatal (*id.*). No entanto, a reconfiguração da ordem econômica, política e estratégica do pós-Guerra Fria impulsionou a emergência de novos processos sociais desenvolvidos entre a sociedade e o espaço. As análises geopolíticas passaram a ser menos “estadocêntricas”, adentrando na ideia de que, para além do Estado, a relação entre espaço e poder emana igualmente de outros atores, como organizações internacionais, indivíduos, organizações não governamentais (ONGs) e instituições da sociedade civil (Agnew, 2009).

A adoção de uma concepção mais abrangente e multifacetada permitiu aos estudiosos da Geografia Política uma compreensão mais adequada dos recursos de poder e sua relação com o espaço geográfico no âmbito do mundo globalizado. Nas concepções tradicionais que prevaleceram ao longo do século XX, a geopolítica era erigida como um instrumento de poder com vistas a compreender as condições do poder mundial de modo a contribuir para gerir os assuntos geopolíticos e geoestratégicos dos Estados e suas relações de rivalidade. A condição geopolítica contemporânea, à medida que se insere em tendências e processos transfronteiriços, permite mitigar a lógica estadocêntrica dos pressupostos da geopolítica convencional (Tuathail, 2000). O fim da Guerra Fria e o ocaso da rivalidade bipolar conduziram o mundo em direção ao fortalecimento das ideias, princípios e valores preconizados pelo Ocidente, alegado vitorioso da Guerra Fria. A eles, somou-se o forte apoio às práticas de comércio transnacional liberal na economia global. No entanto, essas autocongratulações foram contrastadas pelos temores gerados por novos temas que passaram a dominar a agenda global, a exemplo da intensificação de crimes transnacionais, como o narcotráfico e o terrorismo, das novas correntes de migração, de crises ambientais e de rivalidades econômico-comerciais (Dalby, 1998).

No mundo pós-Guerra Fria, a globalização, além de se referir à crescente interdependência entre os países, representa os intensificados movimentos geográficos transfronteiriços não apenas de bens, serviços, capitais e investimentos, mas também de pessoas, valores culturais, informação e conhecimento, incidindo em aspectos econômicos, políticos, culturais, espaciais e ambientais. No bojo dessa dinâmica de transição, diversos conceitos passaram por um processo de evolução, alguns deles no seu sentido ontológico, para se inserirem em compasso com as mudanças da globalização. Além da soberania, os conceitos de território e territorialidade foram colocados em questão à medida que as transformações tecnológicas e materiais moldavam o regime espacial e temporal que condicionava a política internacional (Tuathail, 2000).

O território, segundo os ensinamentos de Jean Gottman (2012, p. 525), seria concebido como “uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo”, no qual desempenha o papel de “recipiente físico e suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo”. Gottman (*id.*) percebe, contudo, que o conceito de território é mutável no decorrer do tempo, uma vez que vem passando por transformações desde sua emergência como espaço de jurisdição política ao longo dos séculos. Claude Raffestin (1993) defende que apenas quando os atores se apropriam do espaço é que ele se torna um território, ou seja, o espaço é “territorializado”. Por esse motivo, seria fundamental ter o conhecimento de como os atores arquitetam as representações de suas relações de poder no espaço, dado que o conceito de territorialidade seria expresso a partir destas relações de poder em diferentes contextos históricos.

Assim como Raffestin, Marcelo José Lopes de Souza (1995, p. 78) entende que o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, ou seja, “um instrumento de exercício de poder” (*id.*, p. 79). Analogamente à análise multidimensional de Raffestin, Souza atenta para a necessidade de transcender a perspectiva que reduz o conceito de território ao seu uso como “território nacional”, uma vez que o termo abrange diversas escalas temporais e espaciais distintas do uso tradicional, forjado no caráter político, a exemplo daquele delineado por Jean Gottman. Com efeito, as mudanças conceituais oriundas de contextos mais amplos, tecidos com base na transfiguração da reali-

dade geopolítica e no avanço epistemológico dos estudos da Geografia Política, permitem corroborar o entendimento de Souza (*id*, p. 87) de que territórios são “(...) no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (...)”

Nas últimas décadas, as práticas espaciais, ou seja, as maneiras pela qual o espaço é produzido ou utilizado, teriam sofrido modificações expressivas. Atores estatais e não estatais passaram a atuar em um mundo no qual as fronteiras dos Estados teriam se tornado porosas, pelas quais transpassariam variados fluxos advindos de redes de poder distintos daqueles antes dominados por representações unicamente territoriais do espaço (Agnew, 1994). A permeabilidade das fronteiras significa que a economia do mundo globalizado estaria agora assentada em movimentos transnacionais de fatores de produção em um ritmo cada vez maior, no qual a riqueza não estaria mais diretamente atrelada ao território. Consequentemente, o Estado deixaria de atuar como mero provedor de segurança física diante de ameaças de invasão ou controle estrangeiro para tornar-se uma plataforma de oportunidade econômica por meio de redes externas, a partir da construção de sistemas de engenharia que permitem maior densidade de circulação entre os países.

A imprescindibilidade da fluidez contemporânea para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro dependeria das redes técnicas, suportes da competitividade. Entretanto, o processo de inserção dos países na economia globalizada não se daria de maneira uniforme. Ao contrário, observa-se ainda grande descompasso entre os arranjos institucionais, normativos e materiais disponibilizados para cada país, bem como o escopo e a velocidade demandada pelo mercado em suas estratégias globais (Santos, 2004). O aumento da porosidade dos territórios, ao buscar otimizar as condições de fluidez territorial, teria como fim último propiciar a expansão da circulação do capital. Os Estados agora deveriam se mobilizar ativamente para atraírem capitais e investimentos, na esteira da abertura de seus mercados para o exterior. Por esse motivo, Tuathail (2000, p.169) conceitualiza a globalização como a “transcendência da territorialidade do capitalismo estatal, suas fronteiras, regimes e horizontes, mas não a territorialidade em si mesma”. A geopolítica contemporânea seria caracterizada, portanto, por uma disjunção entre o poder dos Estados e a territorialidade capitalista, uma vez que as estruturas econômicas e o poder financeiro estariam organizados em escalas que transcendem o poder dos Estados, até mesmo das grandes potências mundiais.

Analogamente, os impactos da globalização nos Estados não incidem apenas nos desafios emanadas de outros Estados e regiões, mas também em suas consequências para a territorialização da soberania (Agnew, 2005). Conceituada como um dos pilares do sistema *vestfaliano*, a soberania pressupõe uma condição *sine qua non* para a existência dos Estados, ou seja, é a soberania o elemento que distingue o Estado de outros atores internacionais, como as organizações internacionais e os indivíduos, e consolida seu protagonismo na governança global. Contudo, diante da nova realidade de intensificação da dinâmica global, a concepção de soberania vem passando por um processo de amadurecimento. As fronteiras territoriais fixas dos Estados não seriam mais determinantes para o exercício da soberania efetiva. As externalidades ambientais, a criação de moedas e políticas macroeconômicas comuns, o fluxo de migrantes e refugiados, as atividades das corporações transnacionais, a emergência de organizações regionais supranacionais e o surgimento de redes terroristas são alguns exemplos que ilustram as novas dinâmicas territoriais e o movimento da relativização das soberanias estatais.

O encaminhamento do mundo em direção ao multilateralismo político vem, portanto, propiciando uma renovação do conceito de soberania, adequando-o às novas demandas estruturais da globalização. Os Estados, ao atuarem como partes de iniciativas regionais e organizações internacionais, envidam esforços para o exercício da cooperação e da coordenação interestatais, diminuindo o espaço para ações unilaterais e isolacionistas. Os compromissos assumidos pelos Estados vêm deixando de se concentrar basicamente nas disputas de poder para adentrar relações mais cooperativas e interdependentes. Muito embora o valor supremo dos Estados ainda permaneça assentado no interesse nacional, expresso

pelo poder soberano, as dinâmicas advindas da globalização passariam a ordenar as relações sociais interestatais para que a cooperação pudesse contemplar os objetivos de desenvolvimento buscados pelos Estados. Assim, a obstinação pela salvaguarda das soberanias nacionais tornar-se-ia anacrônica à medida que o mundo se tornasse mais interconectado.

Ao mesmo tempo, haveria uma tendência à polarização das estruturas de poder que fariam com que os Estados relutassem a abdicar de suas soberanias em prol do interesse comum, o que seria um impedimento à manutenção de uma ordem globalizada estável. É certo que o sistema *vestfaliano* do século XXI, inserido no processo de globalização, reveste-se de alcance universal ao fornecer a estrutura organizacional de uma série de elementos que alicerçam a convivência dos Estados, como o comércio internacional, a criação de mecanismos de soluções pacíficas de controvérsias e a conformação de instituições regionais e globais dispostas a lidar com desafios comuns à comunidade internacional. No entanto, as diferentes regiões e os seus países vêm manifestando abordagens singulares no que se refere à interação interestatal e societal no quadro da globalização. Enquanto os países da Europa vêm sobrepujando os princípios da ordem *vestfaliana*, ao relativizarem sua soberania em prol de um projeto supranacional que pressupõe níveis avançados de cooperação, os Estados do Sudeste Asiático tendem a agarrar-se fortemente aos postulados da soberania territorial e da não intervenção como resultado de processos históricos que permeiam o desenvolvimento da região. A posição dos países da ASEAN, portanto, representaria uma rejeição às mudanças às regras e princípios emanados da Paz de Vestfália pelo processo de globalização.

As relações de poder geopolítico no Sudeste Asiático

No pós-Guerra Fria, a globalização, a informatização e os avanços tecnológicos teriam proporcionado profundas transformações espaciais tendentes a erodir a soberania dos Estados e a engendrar uma sociedade global, na qual as fronteiras estatais não estariam nitidamente identificadas (Tuathail, 2000). Porém, quando analisados os comportamentos e as relações dos Estados de forma pormenorizada, percebe-se que as dinâmicas da globalização não atuam homogeneamente em todas as regiões do mundo, sobretudo no que se refere aos países em desenvolvimento. Esse é o caso da região do Sudeste Asiático, em particular dos países-membros da ASEAN, que resiste a alguns dos principais postulados da globalização emanados do mundo ocidental, mormente dos Estados Unidos e da Europa. Para compreender a postura e os conceitos sustentados pelos Estados do Sudeste Asiático, bem como a natureza dos arranjos institucionais e a distribuição de poder, é necessário tecer considerações históricas, geopolíticas, geoeconômicas e culturais sobre sua inserção na região e no mundo.

Quando se afirma que os países do Sudeste Asiático são refratários à adesão irrestrita aos postulados da globalização, deve-se observar que as políticas fundamentadas no interesse nacional e nos pressupostos *vestfalianos* de soberania e não intervenção prevaleceram na região mesmo após as transformações advindas do processo de globalização. Segundo Kissinger (2015), uma das principais características dos países asiáticos seria a percepção de que constituem Estados “pós-coloniais”¹. Isso significa que a superação do legado colonial passaria pela contundente adoção de uma identidade nacional, apoiada em ideias nacionalistas. Nesse sentido, a soberania, conquistada muito recentemente – na maioria dos casos após a Segunda Guerra Mundial –, seria erigida como um valor absoluto, o qual respaldaria a busca obstinada por satisfazer o interesse nacional. Essa postura explicaria igualmente o apego à manutenção da centralidade do Estado como unidade basilar da política interna e externa dos países da região. O modelo da ASEAN, argumenta-se, forneceria uma alternativa ao modelo liberal ocidental, no qual se baseia a ordem mundial e grande parte das instituições e políticas de governança global (Stubbs, 2008).

A maioria dos estudos acadêmicos sobre a política internacional e a geopolítica do Sudeste Asiático falha ao considerar que as relações internacionais da região teriam como

ponto de partida o fim da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Acharya (2013), trata-se de uma região de tradição marítima interconectada desde 5.000 A.C. Um padrão autóctone de relações interestatais existia antes do advento do colonialismo europeu no século XV, caracterizado por fortes influências chinesas e indianas. Em verdade, o sistema interestatal tradicional foi fortemente erodido pela expansão ultramarina europeia e suas práticas colonialistas. Até a conquista da independência política no movimento de descolonização dos países do Sudeste Asiático após a Segunda Guerra Mundial, cada colônia esteve atrelada às políticas comerciais de sua respectiva metrópole, ou seja, o comércio intrarregional sofrera forte arrefecimento. A fragmentação do antigo sistema regional ainda foi impulsionada pela delimitação de fronteiras artificiais, que desconsideravam fatores étnicos, linguísticos, econômicos e culturais dos povos da região.

O impacto pernicioso do colonialismo despertou um forte sentimento nacionalista no seio das sociedades do Sudeste Asiático. Ademais, o breve período de colonialismo japonês durante a Segunda Guerra Mundial, quando a região era erigida como essencial na Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental como fornecedor de matérias-primas, foi responsável por motivar uma consciência regional nesses países. Não surpreende, portanto, que a emergência da ASEAN como mecanismo de integração regional em 1967 esteja concatenada à tentativa de restauração de uma integridade pré-colonial por seus líderes políticos. Ainda assim, após o processo de descolonização, que envolveu guerras sangrentas, houve certo ceticismo com relação ao porvir dos países da região, em função da arbitrariedade das fronteiras artificiais impostas pela colonização europeia.

Com efeito, nas décadas após a conquista da independência, inclusive no momento da conformação da ASEAN, em 1967, os países do Sudeste Asiático enfrentavam uma série de ameaças, internas e externas, à sua existência (Oishi, 2016). Nesse sentido, a designação do Sudeste Asiático como “os Bálcãs do Oriente” permeou o pensamento ocidental (Acharya, 2013) e deu azo para as preocupações acerca da ameaça da expansão comunista na região, agora no novo contexto da Guerra Fria de disputas ideológicas e formações de esferas de influência, determinante para a inserção definitiva do Sudeste Asiático na dinâmica geopolítica que florescia.

Os novos governos enfrentaram muitos desafios para aglutinarem sua população em torno de projetos de legitimidade e estabilidade política na esteira da formação dos Estados independentes. Além da ameaça do espraiamento do comunismo, a presença de grupos étnicos separatistas era igualmente motivo de inquietação na Tailândia, nas Filipinas, na Indonésia e em Mianmar. A existência de disputas territoriais e entreveros diplomáticos agravava as circunstâncias hostis aos governos. O conflito armado entre Indonésia e Malásia de 1963 a 1966 (conhecido como *Konfrontasi*) e as reivindicações territoriais entre Malásia e Filipinas pelo Bornéu Norte são os exemplos mais emblemáticos do período. Diante desse quadro, havia um entendimento comum de que os governos nacionais não poderiam estar mobilizados para enfrentar conflitos interestatais na região que pudessem fragilizar sua integridade territorial e minar a própria soberania estatal.

Nesse cenário, o estreitamento dos vínculos entre os países do Sudeste Asiático em um esquema de integração regional poderia funcionar como um bastião contra as ameaças internas e impedir os regimes de digladiarem entre si (Oishi, 2016). Contudo, o contexto de Guerra Fria não apenas influenciaria as políticas domésticas dos países como também seria fundamental para polarizar a região. Quando da formação da ASEAN em 8 de agosto de 1967, apenas cinco Estados da região estiveram presentes: Indonésia, Malásia, Tailândia, Singapura e Filipinas. Conquanto a Declaração de Bangkok, documento fundador da organização, tenha enfatizado o crescimento socioeconômico e o desenvolvimento cultural como seus principais objetivos, a preocupação com questões de segurança ocupou a maior parte da atenção dos Estados-membros. O estabelecimento de relações pacíficas entre si e a salvaguarda de sua soberania territorial contra a interferência de potências externas seriam erigidos como os verdadeiros propósitos da ASEAN. Mesmo rejeitando uma conduta militar regional, seus membros concertavam a criação de um entorno estável e pacífico.

Esse entendimento seria exacerbado durante o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (1954-1975), quando se evidenciou o temor da expansão do comunismo da Indochina para outros países da região, sobretudo após a Revolução Chinesa de 1949, e a possibilidade de o Sudeste Asiático ser inserido sob a órbita de influência soviética e chinesa. A vitória dos comunistas no Vietnã impossibilitou qualquer tentativa de aglutinar os países da Indochina na ASEAN. Ademais, o regime militar comunista de Mianmar, que tomara o poder em 1962, havia adotado uma postura isolacionista e refratário a participações em iniciativas regionais. Os cinco Estados-membros da ASEAN, por sua vez, apostavam em políticas de livre mercado e no desenvolvimento econômico para distanciarem-se do comunismo, inimigo comum a estimular a cooperação e a solidariedade regional. Reconhecidos como regimes pró-Occidente, esses países recorreram ao autoritarismo justificando a necessidade de enfrentar o duplo desafio de combater o comunismo e os movimentos separatistas ou dissidentes internos.

O comportamento dos Estados da ASEAN estaria guiado, em primeiro lugar, pelo princípio de não intervenção nos assuntos domésticos dos países vizinhos (Jones, 2010). Acredita-se que a aderência a esse princípio teria sido fundamental para a consecução da estabilidade regional e da ausência de conflitos armados interestatais desde 1967. O Tratado de Amizade e Cooperação, de 1976, teria consagrado princípios fundamentais para a condução das relações entre os países-membros da ASEAN, cujas normas incluíam (ASEAN, 1976): (1) Respeito mútuo pela independência, soberania e integridade territorial de todas as nações; (2) O direito de todo Estado de conduzir sua existência nacional livre de interferência, subversão e coerção externa; (3) Não interferência nos assuntos internos uns dos outros; (4) Resolução de diferenças e disputas por meios pacíficos; (5) Renúncia à ameaça do uso da força.

A autonomia regional constituiu, desde o princípio da formação da ASEAN, um elemento importante em sua atuação, sobretudo nos momentos mais críticos da Guerra Fria, que poderiam exacerbar as tensões e as incongruências de seus países-membros, especialmente mediante a atuação das grandes potências. Por esse motivo, a defesa dos princípios da não interferência nos assuntos internos uns dos outros, o não uso da força e o respeito pela soberania e integridade territorial seriam essenciais para a consecução de uma identidade regional. O arcabouço normativo da organização amparou a oposição concertada da ASEAN no contexto da invasão e ocupação do Camboja pelo Vietnã (1978-1989), ao considerá-la uma grave violação ao princípio de não intervenção e do uso da força. A conduta de isolar o Vietnã internacionalmente e buscar uma resolução pacífica do conflito seriam cruciais para a retirada vietnamita do Camboja, alavancando o perfil internacional da ASEAN e, ao mesmo tempo, fortalecendo a cooperação e a coordenação política de seus membros. Esse episódio demonstrou que a organização regional seria plenamente capaz de lidar internamente com questões securitárias, ampliando sua esfera de atuação em disputas territoriais e em conflitos intra e interestatais no Sudeste Asiático de maneira a salvaguardar sua estabilidade política.

No âmbito da resolução de conflitos, a ASEAN é orientada pelo chamado “*ASEAN Way*”, assentado em dois aspectos principais: o distanciamento de mecanismos e procedimentos multilaterais formais e o princípio do consenso (Oishi, 2016). Essa abordagem singular, deveras importante para a redução de pressões advindas de disputas territoriais, tensões étnicas e questões migratórias, é respaldada pela declaração de uma Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade (*ZOPFAN*, na sigla em inglês), de 1971, que expressa o compromisso coletivo da ASEAN por uma posição de não alinhamento internacional. Somado ao Tratado de Amizade e Cooperação, a *ZOPFAN* e o “*ASEAN Way*” garantem à organização um arcabouço para a resolução de conflitos lastreado no princípio de não intervenção e no respeito às soberanias territoriais dos Estados, além de velar pela autossuficiência em sua segurança regional diante de ameaças das rivalidades entre as grandes potências.

O Sudeste Asiático no mundo globalizado do pós-Guerra Fria: avanços e recuos.

A retirada dos vietnamitas do Camboja simbolizou o fim da Guerra Fria regional para o Sudeste Asiático (Acharya, 2013). A condução equilibrada e decisiva levada a cabo pela ASEAN contribuiu para revigorar a imagem da instituição como qualificada para lidar com suas adversidades de maneira autônoma. A não intervenção e os demais princípios preconizados por seus membros foram enaltecidos como primordiais para o funcionamento das relações interestatais, ao proporcionarem maior unidade e estabilidade regional, mantendo-se praticamente incólumes no período pós-Guerra Fria.

O fim da Guerra Fria impulsionou transformações medulares na política internacional, com impactos diretos na configuração regional do Sudeste Asiático. O desaparecimento da ameaça comunista deu azo para remodelar a imagem de fragmentação da região entre os países-membros da ASEAN, comprometidos com a liberalização econômica, e os conturbados países comunistas da Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) e do regime isolacionista de Mianmar. A transição positiva do conflito cambojano foi acompanhada pela disposição de eliminar a divisão ideológica na região (Acharya, 2013).

Na esteira do colapso da bipolaridade da Guerra Fria, o regionalismo passou a adquirir um importante recrudescimento na política internacional, sobretudo no contexto de globalização econômica. A conformação de espaços regionais em cooperação, embora difiram quanto ao escopo, natureza e profundidade do processo integracionista, e o grandioso crescimento do número de acordos de preferência comercial entre Estados e organizações regionais foram observados por todo o mundo. Diante do novo cenário, a capacidade de articulação e o delineamento de estratégias para lidar com pressões, conflitos e instabilidades jogaram luz sobre os rumos da integração regional da ASEAN diante das complexidades geopolíticas em mutação (Ba, 2009).

A adesão de novos membros foi o primeiro passo nessa direção. Além de Brunei Darussalam, que havia ingressado na organização em 1984, a inclusão do Vietnã (1995), Laos e Mianmar (1997) e Camboja (1999) sinalizaram que seria possível expandir o escopo das áreas de cooperação, comércio e investimento, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico, além de ampliar a coordenação política de seus membros. O Vietnã, que desde 1986 havia transitado para a abertura comercial e a adoção de uma economia de mercado, estava ciente da necessidade de interconectar-se com os países vizinhos para diminuir os custos econômicos gerados pelas décadas de conflitos armados em que esteve envolvido. A participação na ASEAN poderia garantir um ambiente político e econômico conducente à atração de investimentos e tecnologia para seu crescimento econômico. Em contrapartida, a ASEAN mostrou-se apta a canalizar as aspirações dos novos membros em prol de um projeto de concertação e cooperação que pudesse ser positivo aos interesses dos países desenvolvidos, principalmente aqueles dispostos a investir na região (Acharya, 2013).

Um segundo passo no sentido de reposicionar a ASEAN no movimento da globalização foi a adoção de medidas de liberalização econômico-comercial. Em verdade, acordos de liberalização econômica e comprometimentos comerciais haviam sido formalizados ao longo das décadas, mas nunca implantados *de facto*. Em 1992, foi criada a Área de Livre Comércio da ASEAN (AFTA, na sigla em inglês) para apoiar o comércio intrarregional, o desenvolvimento produtivo e o aumento da competitividade de seus membros, facilitando os vínculos econômicos regionais e extrarregionais. Os líderes dos países da ASEAN passaram a adotar um conjunto de prioridades e objetivos mais ambiciosos para o agrupamento, em sintonia com as iniciativas de outras regiões, de forma a contornar as incertezas e resistências dos países ocidentais com relação à manutenção rigorosa dos princípios de salvaguarda da soberania e da autonomia de seus membros.

A expansão de seus membros e a adoção de novas medidas econômico-comerciais reestruturaram a integração e a interdependência econômica da ASEAN. O comércio intrarregional, efetivamente, ganhou dinamismo, mas a eclosão da crise financeira asiática de 1997 evidenciou a percepção de que a era da globalização não trazia apenas oportunidades, mas

também severos desafios e limitações para a ordem doméstica dos países do agrupamento. As implicações da crise econômica, que atingiu de forma mais aguda Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas, conduziu os países da região a tecerem novas considerações sobre a inserção irrestrita na globalização e a interdependência como instrumento de desenvolvimento. As sérias dificuldades econômicas geradas pela crise não estimularam a formulação de mudanças paradigmáticas nas normas de cooperação econômica da ASEAN, mas, ao contrário, exacerbaram as diferenças políticas e as assimetrias econômicas entre os seus membros, que reagiram a ela de forma unilateral, sem a adoção de medidas comuns para facilitar a superação da crise.

Atribui-se a maneira pulverizada e carente de concertação e coordenação com a qual a crise foi enfrentada à natureza intrínseca da ASEAN de aderir ortodoxamente aos princípios de soberania nacional como forma de se proteger de adversidades externas, bem como à percepção de que o mundo exterior seria essencialmente hostil (Rüland, 2018), sobretudo em razão da crescente interdependência interestatal inerente ao processo de globalização. Na reunião anual do grupo em julho de 1998, quando os efeitos da crise ainda se faziam sentir, os líderes da ASEAN decidiram agarrar-se ao princípio de não interferência nos assuntos internos dos demais (Acharya, 2013). Mas, por fim, em vez de se alijarem por completo dos pressupostos da globalização, os países do Sudeste Asiático optaram por criar mecanismos de proteção às suas economias de modo a enfrentar situações semelhantes no futuro.

Ao mesmo tempo, a falta de coordenação durante a crise abriu espaço para uma reconfiguração do regionalismo da ASEAN. Além das medidas na seara econômica, com a adoção de novos acordos, órgãos institucionais e comprometimentos mais rígidos e ambiciosos, seus membros passaram a cultivar relações mais próximas com China, Japão e Coreia do Sul, que resultaram na formação da *ASEAN Plus Three* (APT) em 1999. Essa aproximação não apenas visava obter ganhos econômicos e comerciais, mas foi articulada principalmente para neutralizar e contrabalançar o poder das potências asiáticas no novo século que se iniciava. Na mesma toada, o grupo expandiu suas plataformas para atrair e contrapesar geopoliticamente os Estados asiáticos, atuando proativamente em iniciativas como o Fórum Regional da ASEAN (ARF) e a Cúpula da Ásia do Leste (EAS).

Os esforços envidados pelos países do Sudeste Asiático para assegurar a estabilidade regional foram submetidos a uma série de novos desafios, incluindo aqueles envolvendo disputas territoriais, que haviam sido relegados a segundo plano diante de obstáculos mais prementes durante as décadas de Guerra Fria. Por esse motivo, o número de casos em disputa na região sofreu um aumento em comparação com o período da Guerra Fria. Mikio Oishi (2016) elenca as disputas que emergiram com maior destaque na região: (1) conflitos étnicos (Aceh na Indonésia e Mindanao nas Filipinas); (2) conflito político em Mianmar, em função de seu processo de democratização; (3) disputa territorial entre Camboja e Tailândia pelo espaço circundante do templo de *Preah Vihear*; (4) disputa territorial entre Indonésia e Malásia pela zona marítima de Ambalat, na costa da ilha de Bornéu; (5) disputa territorial no Mar do Sul da China, que envolve quatro membros da ASEAN (Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei), China e Taiwan.

Os renitentes conflitos de ordem intraestatal e interestatal que assolam os países do Sudeste Asiático explicam igualmente por que o princípio de não intervenção, o respeito à soberania e a proibição do uso da força correspondem a valores axiomáticos na ordem regional. Não raro, as partes em conflito recorrem a mecanismos de solução de controvérsias de forma a sanar ou mitigar as crises com seus vizinhos, como em três disputas levadas à Corte Internacional de Justiça (CIJ): (1) Camboja v. Tailândia em 1959 sobre o templo de *Preah Vihear*; (2) Indonésia e Malásia em 1998, sobre a soberania de duas ilhas no Mar de Celebes - Ligitan e Sipadan; (3) Malásia e Singapura em 2003, sobre a disputa territorial por Pedra Branca, *Middle Rocks* e *South Ledge*. Esses casos demonstram a inclinação dos países da ASEAN em resolver seus conflitos de forma pacífica e em respeito aos valores, normas e princípios delineados, complementados e aperfeiçoados no decorrer das décadas de seu funcionamento (Oishi, 2016).

A inserção dos países do Sudeste Asiático na dinâmica da globalização acarretou o surgimento de novos e complexos desafios que transcendem a capacidade de cada Estado responder individualmente, a exemplo de questões ambientais, econômicas, políticas e sociais. Além dos efeitos deletérios da crise financeira de 1997, os membros da ASEAN foram compelidos a lidar com novas adversidades, como o terrorismo, catástrofes ambientais, doenças e afluxos de refugiados. A vulnerabilidade do Sudeste Asiático com relação ao terrorismo, ilustrada pelo ataque a bomba em Bali em 2002, e pelo estabelecimento do grupo sectário *Jemaah Islamyah* na região, deve-se sobretudo à concentração de sociedades multiétnicas e de movimentos separatistas que permitem a infiltração de estrangeiros e à fragilidade econômica dos governos para combaterem focos terroristas.

Apesar do temor gerado pelo terrorismo, outras calamidades ceifaram um número maior de vidas na região, como foi o caso da crise de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS, na abreviação em inglês) de 2003 e o tsunami na costa da ilha de Sumatra em 2004, que deixou um saldo de mais de 225 mil mortos na Indonésia, Tailândia, Sri Lanka e Índia (Acharya, 2013). Ademais, o chamado “efeito de transbordamento” (*spill-over effect*) fez-se sentir fortemente na região a partir dos casos de discriminação e perseguição contra a minoria islâmica em Mianmar (Oishi, 2016), que gerou um grande fluxo de refugiados inicialmente para Malásia e Tailândia (embora atualmente eles se dirijam sobretudo ao Bangladesh e à Índia). A vulnerabilidade econômica de alguns países da região torna-os igualmente incapacitados para lidarem com a porosidade das fronteiras da globalização, expondo-se não apenas a refugiados e endemias, mas também ao tráfico de narcóticos e de pessoas.

A profusão dos valores liberais ocidentais constituiu um dos traços mais característicos da globalização. A década de 1990 testemunhou a proeminência da democracia e dos direitos humanos como corolário do novo ambiente geopolítico global. Os países do Sudeste Asiático foram alvo de pressão internacional para internalizar esses valores a seu ordenamento doméstico e em suas instituições regionais. O viés anticomunista presente na agenda do mundo ocidental havia cedido espaço para novas formas de constrangimento sobre países que negligenciassem o tema dos direitos humanos e do regime democrático. A ASEAN, integrada por países autoritários e democráticos, mais uma vez recorreu ao princípio de não intervenção aos assuntos internos de seus membros para dirimir as imposições dos países ocidentais. A princípio, a região escorou-se no argumento de que seria árdua a tarefa de articular uma posição única em relação aos direitos humanos em sociedades multiétnicas e multirreligiosas, nas quais sempre haveria contestações (Acharya, 2013). Em seguida, a ASEAN atuou resolutamente para repudiar os pedidos de sanções sugeridos pelo Ocidente sobre um de seus novos membros, Mianmar. Isso se devia não apenas ao respeito à não intervenção como também à percepção de que isolar e coagir um país seria contraproducente para alcançar uma mudança estrutural efetiva em seu regime. A participação de Mianmar na ASEAN e os diversos esforços de diálogos e reuniões foram muito mais vantajosos para a distensão política no país a partir de 2011, que culminou com o advento de uma nova constituição, a realização de eleições democráticas e a possibilidade de novos horizontes para o país.

Por fim, as questões de ordem geopolítica foram determinantes para a acomodação dos rumos da ASEAN em meio à configuração de poder que emergiu do pós-Guerra Fria, a qual testemunhou a rápida ascensão da China à centralidade da correlação de poder regional e global e a retomada da primazia da Rússia na década de 2000, além do envolvimento dos EUA na região da Ásia-Pacífico para fazer frente ao poderio das potências asiáticas. A percepção de que a Guerra Fria não havia terminado por completo na Ásia do Leste, de que os problemas do equilíbrio de poder clássico persistiriam ou de que a Ásia seria o principal palco de rivalidades globais preponderaram na conduta dos países do Sudeste Asiático (Jetschke; Katada, 2016). Mesmo quando os membros da ASEAN estabeleciam importantes instrumentos de cooperação, a competição entre China e Japão e entre EUA e China moldava profundamente o nível de cooperação a ser alcançado.

Assim como ocorrera na Guerra Fria, a ASEAN continuou a ser amplamente afetada pela estrutura de poder internacional e pelas rivalidades das grandes potências em seu entorno regional. Como espaço periférico de poder, tende a ser atraída pelas grandes potências globais para sua esfera de influência, na esperança de ampliar e consolidar seu poder na Ásia-Pacífico, epicentro das rivalidades geopolíticas hodiernas. Mas se a predisposição das grandes potências em utilizar sua capacidade de poder ideacional é recorrente no Sudeste Asiático, a possibilidade de lançar mão de sua capacidade de poder material, baseado na força e na coerção, parece mais remoto, embora pare em seu horizonte geopolítico, a depender da conjuntura que venha a demandá-la. Urge para a ASEAN, portanto, cultivar relações pacíficas e baseadas na cooperação com as potências enredadas no Sudeste Asiático, de modo a preservar sua segurança regional e promover seu desenvolvimento.

Desde o início do século XXI, quando a China consolidou seu poder geopolítico global e os Estados Unidos, na esteira de sua “guerra ao terror”, adotaram uma estratégia para assegurar o seu poder sobre todas as demais nações do mundo, o Sudeste Asiático diminuiu sua margem de manobra e a autonomia de sua inserção internacional. Contudo, a ASEAN seguiu apoiando-se em seu arcabouço normativo, como a Declaração de Bangkok, o Tratado de Amizade e Cooperação e a ZOPFAN, como forma de evocar o respeito aos princípios de não intervenção, de respeito às soberanias e do não uso da força em meio à atuação das grandes potências em seu entorno geográfico regional, compelindo seus membros a atentarem para os desafios das rivalidades entre as potências regionais ou globais e a necessidade de autossuficiência em questões de segurança, a partir da percepção de que um conflito entre as potências no Sudeste Asiático poderia ter efeitos calamitosos para os países da região.

No pós-Guerra Fria, o Sudeste Asiático adentrou uma era de transformações geopolíticas que testemunhou o esfacelamento da presença soviética, com a retirada de sua presença naval no Vietnã, e um breve recuo dos Estados Unidos, que reordenava suas prioridades estratégicas globais. Mais especificamente desde o limiar do século XXI, a ascensão da China foi percebida como o principal fator de preocupação para os países da região, particularmente em razão de suas ambições no Mar do Sul da China, que contrastava diretamente com as pretensões de Vietnã, Malásia, Filipinas e Brunei. Por esse motivo, os membros da ASEAN reconheceram o papel dos Estados Unidos como força estabilizadora na região, ao contrabalançar o crescente poderio material (econômico e militar) e ideacional chinês.

A ASEAN, nessa conjuntura, passou a promover a inclusão das potências regionais e globais em instituições por ela lideradas de modo a criar um ambiente de diálogo e moderação em relação às tensões nas relações de poder de forma a manter a estabilidade regional, além de criar uma importante plataforma de cooperação em diferentes setores. A ASEAN *Plus Three* (APT) e o Fórum Regional da ASEAN (ARF) têm sido fundamentais nessa estratégia, ao atrair a China diretamente em um sistema regional e ao assegurar o engajamento dos Estados Unidos nas questões de segurança. Igualmente relevante foi o consentimento de ambos China e Estados Unidos de respeitarem os princípios e valores insculpidos no Tratado de Amizade e Cooperação, em especial os de não intervenção e de respeito pela soberania territorial dos Estados, ao assinarem-no em 2003 e 2009, respectivamente.

Apesar das críticas feitas à ASEAN pela manutenção do princípio de não intervenção como pedra angular de seu processo de integração regional, direcionadas especialmente contra as justificativas para a sustentação de regimes autoritários e para alguns países protegerem-se das pressões em ocasiões de violação de direitos humanos, como ocorreu no episódio de extrema violência no Timor-Leste no início dos anos 2000, o arcabouço normativo regional reforçou seu resguardo ao longo do século XXI. A criação da Comunidade Política-Securitária em 2003 e da Carta da ASEAN (*ASEAN Charter*) em 2007 reafirmou a necessidade de preservar a soberania e a não intervenção como princípios basilares em suas relações interestatais, responsáveis pela estabilidade regional do Sudeste Asiático. A percepção de que a capacidade militar e econômica e a adoção de atitudes unilaterais por parte de países desenvolvidos podem solapar a independência, a soberania nacional

e a integridade territorial dos países em desenvolvimento legitimam a preocupação dos membros da ASEAN, agora inseridos no mundo globalizado em que as transformações geopolíticas geram incertezas e tensões.

Considerações Finais

A fundamentação exposta enseja uma reflexão sobre o objeto de estudo em tela. Tendo em consideração que os arranjos e instituições regionais vêm adquirindo uma proeminência significativa nas dinâmicas geopolíticas globais, torna-se cada vez mais imperativo interpretar e analisar sua atuação e suas relações multidimensionais na política internacional. Desprezar o desenvolvimento e as particularidades de organizações regionais formadas por países em desenvolvimento, sobretudo aqueles advindos de um processo de descolonização mais recente, implicaria uma compreensão incompleta e parcial da realidade geopolítica global. Do mesmo modo, relegar a região do Sudeste Asiático, que se encontra atualmente no âmago de um mundo cada vez mais asiocêntrico, a segundo plano nos estudos da Geografia Política significaria conferir um olhar míope para as relações internacionais hodiernas.

O fim da Guerra Fria proporcionou mudanças paradigmáticas nas relações de poder, nas políticas de Estado e nas escalas territoriais da geopolítica mundial, sobretudo em decorrência da crescente velocidade e volatilidade da economia global, da emergência de organizações regionais, do advento de movimentos políticos não atrelado ao território dos Estados, os quais sugerem a necessidade de repensar a territorialidade e as novas dinâmicas geopolíticas estatais e não estatais (Agnew, 1994). O Sudeste Asiático não passou incólume às forças da globalização, sendo atrelado a crises econômicas e ambientais, terrorismo e pandemias que foram ampliados no período pós-Guerra Fria.

No início dos anos 1990, a comunidade política e acadêmica considerava a Ásia como um todo como um contramodelo ao paradigma de integração europeu assentado na cessão e delegação de soberania (Jetschke; Katada, 2016). A não adesão irrestrita a valores caros aos países ocidentais, a exemplo do regime democrático e do respeito aos direitos humanos, foi alvo de críticas e pressões no processo de evolução da ASEAN. Ao mesmo tempo, contrariando todas as expectativas, os Estados membros do bloco não se envolveram em disputas uns com os outros desde a sua conformação em 1967, um feito significativo entre países em desenvolvimento, sobretudo quando comparados ao Oriente Médio e à África. Ainda mais notável é a possibilidade de a ASEAN evoluir para uma comunidade de segurança mesmo sem aderir aos valores democráticos liberais e sem apresentar um grau significativo de interdependência econômica regional (Acharya, 1998).

No final da década de 1990, o então ministro de relações exteriores de Singapura, Kishore Mahalingam (1997), proferiu um discurso no qual defendeu que a adesão consistente dos países da ASEAN ao princípio de não intervenção seria a principal razão pela qual nenhum conflito militar foi travado entre dois membros da organização desde sua fundação. Acrescentou a necessidade de manter essa situação no século XXI. Ainda que esse princípio nunca tenha sido absoluto, ele representa um importante instrumento para o comportamento dos Estados em uma região cada vez mais interdependente e funciona igualmente como uma defesa contra as pressões da comunidade internacional no que consideram políticas de responsabilidade dos Estados e contra as crescentes disputas geopolíticas entre as grandes potências no seu entorno geográfico.

O reconhecimento da ASEAN como uma instituição que promove uma governança regional efetiva permite aos países da região resguardarem suas relações de poder e a promoção de normas e valores não necessariamente emanadas do mundo ocidental, mas aquelas que correspondem às particularidades e aos desafios dos países da região, no qual o apego aos princípios da não intervenção e da soberania territorial, apesar das transformações da globalização, reside como um valor axiomático para o Sudeste Asiático.

Diante dessa reflexão, acreditamos que o objetivo do artigo de analisar como a ASEAN vem logrando permanecer resistente diante das transformações encetadas pela globalização e seus imperativos intrínsecos, como a relativização das soberanias nacionais, não apenas permitiu lançar luz sobre a perenidade de determinadas formas de poder expressas no território, como também buscou trazer à tona a necessidade de se tecer considerações mais amplas sobre alguns Estados e organizações da periferia do capitalismo muitas vezes olvidados nos estudos da Geografia Política.

Referências

ACHARYA, Amitav. Collective identity and conflict management in Southeast Asia. In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael; SMITH, Steve (Ed.). **Security communities**, p. 198-227, Cambridge University Press, 1998.

_____. **The making of Southeast Asia: International relations of a region**. Cornell University Press, 2013.

AGNEW, John. The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. **Review of international political economy**, v. 1, n. 1, p. 53-80, 1994.

_____. Sovereignty regimes: territoriality and state authority in contemporary world politics. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 95, n. 2, p. 437-461, 2005.

_____. **Globalization and sovereignty**. Rowman & Littlefield Publishers, 2009

ASEAN. Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia. Jakarta: **ASEAN Secretariat**, 1976. Disponível em: <<https://asean.org/treaty-amity-cooperation-southeast-asia-indonesia-24-february-1976>>. Acesso em 22.Out.2019.

BA, Alice D. **(Re) Negotiating East and Southeast Asia: Region, Regionalism, and the Association of Southeast Asian Nations**. Stanford University Press, 2009.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DALBY, Simon. Geopolitics, knowledge and power at the end of the century. In: DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul; TUATHAIL, Gearóid Ó. **The geopolitics reader**. Routledge, 1998.

GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.3, p.523-545, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola, 1992.

JAYAKUMAR, Shunmugam. Opening Statement', **30th ASEAN Ministerial Meeting**, Subang Jaya, 24 May, 1997. Disponível em: < https://asean.org/?static_post=opening-statement-by-he-professor-sjayakumar-minister-for-foreign-affairs-of-singapore >. Acesso em: 29.Out.2019.

JETSCHKE, Anja; KATADA, Saori N. Asia. In: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (Ed.). **The Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford University Press, p. 408-450, 2016.

JONES, Lee. ASEAN's unchanged melody? The theory and practice of 'non-interference' in Southeast Asia. **The Pacific Review**, v.23, n.4, p.479-502, 2010.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Editora Objetiva, 2015.

OISHI, Mikio. Introduction: The ASEAN Way of conflict management under challenge. **Contemporary Conflicts in Southeast Asia**. Springer, Singapore, 2016. p. 1-17.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. W.; ARAÚJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 31, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**; tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RÜLAND, Jürgen. Coping with crisis: Southeast Asian regionalism and the ideational constraints of reform. *Asia Europe Journal*, v. 16, n. 2, p. 155-168, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

STUBBS, Richard. The ASEAN alternative? Ideas, institutions and the challenge to 'global' governance. *The Pacific Review*, v. 21, n. 4, p. 451-468, 2008.

TUATHAIL, Gearóid Ó. The postmodern geopolitical condition: states, statecraft, and security at the millennium. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 90, n. 1, p. 166-178, 2000.

Notas

1. Os dez Estados da ASEAN são: Indonésia, Tailândia, Malásia, Singapura, Filipinas (os cinco membros originais de 1967), Brunei (1984), Vietnã (1995), Laos e Mianmar (1997) e Camboja (1999).
2. Embora os estudos pós-coloniais tenham se dedicado com muito mais ênfase aos trabalhos sobre África e Ásia, sobretudo em razão de seu processo recente de descolonização, os países da América Latina também devem ser considerados Estados pós-coloniais (Porto-Gonçalves e Araújo Quental, 2012). Todos eles, em última instância, estiveram inseridos como periféricos na divisão internacional do trabalho do pós-Segunda Guerra. De acordo com David Harvey (2008, p. 173), após a Segunda Guerra Mundial, a "subserviência colonial (...) seria substituída por um sistema aberto de crescimento, de avanço e de cooperação no âmbito de um sistema capitalista mundial descolonizado", na medida em que se enfatizava "a necessidade de uma estratégia global de acumulação do capital num mundo em que as barreiras ao comércio e ao investimento seriam consistentemente reduzidas".